FREDERICO VIANA MACHADO

DO ESTATAL À POLÍTICA: UMA ANÁLISE PSICOPOLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E OS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE E LGBT NO BRASIL (2003-2010)

Belo Horizonte

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

2013

MACHADO, Frederico Viana

Do estatal à política [manuscrito]: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventudes e LGBT no Brasil (2003-2010)/ Frederico Viana Machado – 2013

387 f.
Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Psicologia Política – Teses. 2. Estado – Teses. 3. Identidade Coletiva – Teses. 4. Movimentos Sociais LGBT – Teses. 4. Movimentos Sociais de Juventudes – Teses. I. Prado, Marco Aurélio Máximo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

FREDERICO VIANA MACHADO

DO ESTATAL À POLÍTICA: UMA ANÁLISE PSICOPOLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E OS MOVIMENTOS DE JUVENTUDES E LGBT NO BRASIL (2003-2010)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social.

Linha de Pesquisa: Política, Participação e Processos de Identificação.

Orientador: Professor Doutor Marco Aurélio Máximo Prado

Belo Horizonte - MG

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

2013

Dedico este trabalho a Mario e Maria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Em primeiríssimo lugar, a todas/os as/os militantes entrevistados e com os quais interagi durante a realização desta pesquisa, por terem aberto a porta de suas vidas para se tornarem o centro do meu trabalho. Espero que o exercício crítico aqui esboçado se torne mais um incentivo para que sigam trabalhando por um mundo mais justo, e que não os deixe esquecer a importância das utopias. A vocês meu respeito.

À FAPEMIG, pela bolsa de doutorado que propiciou o conforto necessário para a produção desta pesquisa;

À CAPES, pela bolsa sanduiche que permitiu minha instância de pesquisa no exterior, o que contribuiu muito para a definição dos marcos teóricos utilizados na análise.

Aos coordenadores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMG, Adriano Nascimento, Maycoln Teodoro e Flávia, pela eficiência e prontidão na condução das atividades do PPG.

A Marco Aurélio Máximo Prado, meu orientador, não apenas pela orientação neste trabalho e por me acompanhar ao longo da toda minha trajetória acadêmica, mas também pela amizade.

A Benjamin Tejerina, pelas orientações enriquecedoras e fundamentais e por me receber no Centro de Estudios de La Identidad Colectiva. Sua participação foi imprescindível para o desenvolvimento desta tese. Agradeço também a todos os colegas do CEIC pelas valiosas experiências acadêmicas que tive na Universidad del Pais Vasco.

Às Mestras/es e amigas/os Ilana Mountian, Claudia Mayorga, Vanessa Barros, Regina Helena, Cornelis Johannes von Stralen, Juliana Pierucchi, Maria Juraci Tonelli e Rogério Junqueira. Obrigado por tudo!

Aos professores que colaboraram com esta pesquisa com suas críticas, sugestões e indicações, em especial à Salvador Sandoval, Lívia Tomassi, Miriam Abramovay, Juarez Dayrel e Lúcia Rabello (e toda a equipe do NIPIAC).

Aos companheiros de trabalho e pesquisa, Frederico Alves Costa, pela parceria e colaborações constantes; Daniel Arruda, por sua contribuição inestimável ao desenvolvimento desta pesquisa; Cristiano Rodrigues, pelas discussões teóricas e trocas sempre enriquecedoras; Nadir Lara Jr, pelas parcerias e por suas leituras críticas; Robson Cruz e Cássia Batista, pelos encontros sempre divertidos e construtivos; Andréa

Lima, Igor Monteiro, Leonel Santos, Gustavo Fortunato, Lili Anderson e demais colegas do NPP e do NUH, pela sempre prolífica convivência.

Às alunas e alunos que me fazem manter sempre por perto a poderosa ferramenta da dúvida e por me estimularem a seguir estudando e aprendendo.

A todos os amigos queridos pelos bons momentos, em especial: Fernanda Madureira (pela convivência, apoio e carinho). Daniel Albinati (também pelas valiosas revisões ortográficas), Lucíola Macedo, Juan Rojo, Luciana Meneguini e Luis Vieira, Antônio Berto, Maria Júlia e Gustavo Coscareli, Júlio Matias e Adriana Mota, Carlos Arão, Sergio Scliar e Claudio Scliar (também pelos valiosos contatos em Brasília), Shairon Lacerda, Rafael Oliveira, Kelson Frost, Johann Heyss, Daniel Henrique, Anderson Almeida, Eduardo Mignolo, Newton, Assis, Daniel AFTM, Letícia Senna e Sasha, Márcia Caúla, Ismael Santana, Saulo Policarpo, Cybelle Mendes e Virgílio, Marina Lacerda, Raquel Macedo, Andreia Araújo, Regina Lapate, Sueli Burgarelli, Nudja Fusco, Bruno Castro, Ciro Nunes, Vane Pimentel, Lucas de Paula, Samuka, Mauro, Bleigão, Cone...

Aos amigos que fiz fora do Brasil e que fizeram de minha instância de pesquisa um momento mais prazeroso e interessante, especialmente Iban Morgado e Katia Panitz, Vanesuka Sindarbouka, Alex Castro, Inma e Itxaso, Senouci Lazeb, Samir e Hamana, Albert Martin, Daniel 'Gastibeltza' e Paula Metzo, Carmen Castro, Ibon Larrocea, Adeline Lebreton, Suly, Jorge Acevedo, Rui Costa, Elena Garcia, Ignácio Irazuzta, Ignácia Perugorria, Fernando Cuartero...

À Paula Sandrine Machado, minha companheira, que participou intensa e especialmente de momentos conclusivos desta tese. Sem sua presença reluzente este trabalho teria sido muito mais difícil.

A minha família pelo apoio, carinho e por compreenderem minha ausência nos momentos de trabalho, especialmente Verônica, minha irmã, e minhas filhas, Diana e Isis, pelo desabrochar encantador que enfeita o passar dos meus dias.

RESUMO

A presente pesquisa tomou como objeto de investigação as relações entre os movimentos sociais e o Estado brasileiro, enfocando o impacto dos discursos governamentais sobre a formação de identidades coletivas nos movimentos sociais e atores políticos. Com o objetivo de compreender alguns aspectos destas formações sociais, se investigou as interações sociais e discursivas entre atores governamentais e não governamentais a partir de três eixos analíticos: 1) igualdade/diferença; 2) mudança/estabilidade; 3) conflito/consenso. O arcabouço teórico desenvolvido por Jacques Rancière e pela teoria democrática radical e plural de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe configura o alicerce epistemológico e conceitual desta investigação. Como era de nosso interesse adentrar nos aspectos interacionais concretos que se desenvolviam entre a estrutura de oportunidades políticas e a constituição de identidades coletivas, autores de tradições de pensamento distintas foram relacionados em busca de um suporte conceitual que escapasse de uma apreensão excessivamente abstrata dos fenômenos políticos. Privilegiamos o uso de métodos qualitativos, tais como entrevistas não estruturadas e semiestruturadas, análise de documentos e observação de campo. Foram analisadas entrevistas com militantes e ex-militantes que ocupam cargos no governo federal e nos governos estatuais e municipais nas cidades de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Como método de análise optou-se pela Análise Sociológica do Sistema de Discursos. Para delimitar um campo empírico, circunscrevemos nossa investigação às políticas e atores do campo da juventude e LGBT. Os temas e as categorias que emergiram dos documentos e das entrevistas foram organizados em dois discursos principais. O discurso do participacionismo aponta os sentidos e ambiguidades atravessadas no discurso governamental sobre a participação social. O discurso do diferencialismo identitário mapeou o campo de identificações que posiciona os atores na arena política, engendrando negociações e estratégias discursivas sobre processos de (in)diferenciação. A mecânica destes discursos ofereceu instrumentos para a análise das interações sociais dos atores coletivos nos espaços institucionais de participação e as formas contemporâneas que o político vem imprimindo no fazer coletivo dos movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil, em particular, e nos atores políticos, em geral. No âmbito da sociedade civil organizada, um efeito analisado foi o aprofundamento das hierarquias entre grupos organizados, pois o monopólio de narrativas implicava em monopólios de oportunidades, propiciando o acesso a recursos de modo privilegiado aos atores que melhor se adequaram à gramática policial impressa na estrutura de oportunidades políticas. No âmbito do Estado, nota-se a fragmentação temática na estrutura organizacional e discursiva governamental, o que diminui as possibilidades de respostas efetivas às demandas dos movimentos sociais, ao passo que alimentava estratégias argumentativas que devolvem à sociedade civil a responsabilidade pelas impossibilidades de avanço. Esta análise nos alerta que os movimentos sociais não podem perder seu potencial criativo e devem buscar caminhos para reinventar coletivamente novas formas de ser e existir para além dos ambitos institucionais e estatais da política.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Social e Política; Estado; Identidade Coletiva; Movimentos Sociais GLBT; Movimentos Sociais de Juventude;

ABSTRACT

This research investigates the relationship between social movements and the Brazilian state, focusing on ways in which governmental discourse has affected the collective identities of social movements and political actors. To understand our topic, we investigated social interactions between governmental and nongovernmental actors along three analytical axes: 1) equality / difference, 2) change / stability, and 3) conflict / consensus. The conceptual and epistemological foundation of this research is based on the theoretical framework developed by Jacques Rancière, and the plural and radical democratic theory of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. We integrated perspectives from authors of distinct traditions of thought in an effort to evade an overly abstracted view of political phenomena. In so doing, we were better able to explore the concrete interactional aspects that developed between the structure of political opportunities and the creation of collective identities. We privileged qualitative methods, such as semi-structured and unstructured interviews, document analysis, and field observation. We analyzed interviews with militants and former militants stationed in the federal administration as well as state and municipal governments in the cities of Belo Horizonte and Rio de Janeiro. Our method of analysis was Sociological Analysis of Discourse System. The focus of our research is organized around policies and actors in the field of youth and LGBT movements. The themes and categories that emerged from documents and interviews are organized into two major areas of investigation. The discourse of "**participationism**" considers the sentiments and ambiguities involved in civic participation with government. The "**identity differentialism**" discourse maps the field of identifications that positioned actors in the political arena, engendering negotiations and discursive strategies related to processes of (in)differentiation. These discourses offer tools for analyzing the social interactions among collective actors in participatory institutional spaces. They also aid our understanding of contemporary ways in which politicians affect the cohesion of social movements and organized civil society groups, in particular, and political actors in general. In the sphere of civil society, we identify the development of hierarchies among organized groups. We witness ways in which monopolies over identities and narratives extend to monopolies of opportunity, providing privileged resource acquisition and political opportunities to those more fluent in the language of policy as set by political institutions. In the governmental sphere we notice a thematic fragmentation in discursive and organizational structure. This pattern decreases the state's chances to effectively respond to the demands of social movements, meanwhile handing greater responsibility to civil society amid growing challenges. This analysis teaches us that social movements must not lose their creative potential, and should continually seek ways to collectively reinvent forms of operating outside the realms of governmental and institutional authority.

KEY WORDS: Political and Social Psychology, State, Collective Identity, LGBT Social Movements, Youth Social Movements;

RESUMEN

Este trabajo tuvo como objetivo investigar la relación entre movimientos sociales y el Estado brasileño, centrándose en el impacto de los discursos gubernamentales sobre la formación de las identidades colectivas de los movimientos sociales y actores políticos. Con el objetivo de comprender algunos aspectos de estas formaciones sociales, se investiga las interacciones sociales y discursivas entre los actores gubernamentales y no gubernamentales, en tres ejes analíticos: 1) igualdad / diferencia, 2) el cambio / estabilidad, 3) conflicto / consenso. El marco teórico desarrollado por Jacques Rancière y la teoría de la democracia radical y plural de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe establece el fundamento conceptual y epistemológico de esta investigación. Al igual que nuestro interés en entrar en aspectos concretos de interacción que se desarrollaron entre la estructura de las oportunidades políticas y la constitución de identidades colectivas, autores de diferentes tradiciones de pensamiento fueron relacionados en busca de un soporte conceptual que escapase de una aprehensión demasiado abstracta de los fenómenos políticos. Fueron utilizados métodos cualitativos de investigación, como entrevistas semi-estructuradas y no estructuradas, análisis de documentos y observación de campo. Se analizaron las entrevistas con militantes y ex militantes que ocupan cargos en el gobierno federal y los gobiernos locales de las ciudades de Belo Horizonte y Río de Janeiro. Como método de análisis fue elegido el Análisis Sociológico del Sistema de Discursos. Para definir un campo empírico de investigación circunscribimos nuestros análisis a las políticas y actores en el ámbito de la juventud y LGBT. Los temas y categorías que surgieron a partir del análisis de los documentos y entrevistas se organizaron en dos discursos. El "discurso do participacionismo" trata de comprehender los sentidos y ambigüedades que el discurso gubernamental atribuye a la participación social. El "discurso do diferencialismo" analiza como los procesos de identificación posicionan a los actores en la arena política, generando negociaciones y estrategias discursivas en los procesos de (in) diferenciación. La mecánica de estos discursos ofrecen instrumentos para el análisis de las interacciones sociales de actores colectivos en espacios institucionales de participación y las formas contemporáneas que el político viene imprimiendo en las acciones de los movimientos sociales y grupos organizados de la sociedad civil, en particular, y de los actores políticos, en general. En el ámbito de la sociedad civil organizada, uno de los efectos analizados fue la profundización de las jerarquías entre grupos organizados, una vez que el acaparamiento de narrativas, implica en el acaparamiento de oportunidades, facilitando el acceso a recursos a los actores que mejor se adecuaron a la gramática policial impresa en la estructura oportunidades políticas. En el ámbito del Estado se nota la fragmentación temática en la estructura organizacional y discursiva gubernamental, lo que disminuye las posibilidades de respuestas efectivas a las demandas de los movimientos sociales, mientras que fomentaba estrategias argumentativas que devuelven a la sociedad civil la responsabilidad por las imposibilidades de avanzos democráticos. Este análisis nos advierte que los movimientos sociales no pueden perder su potencial creativo y deben buscar maneras de reinventar colectivamente nuevas formas de ser y existir, más allá de los reinos de la política institucional y estatal.

KEY WORDS: Psicología Social y Política; Estado; Identidad Colectiva, Movimientos Sociales LGBT, Movimientos Sociales de Juventud;

LISTA DE ABREVIAÇÕES

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Governamentais

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CMDH – Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos

CNCD – Conselho Nacional de Combate à Discriminação

CNCD/LGBT – Conselho para Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT.

CONEDH – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais

CONFECOM - Conferência Nacional de Comunicação

CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude

CONSEP – Conselho de Segurança Pública

CRDS – Centro de Referência da Diversidade Sexual

CRGLBT – Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

CRGLBTTT – Centro de Referência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado de Minas Gerais.

CRP – Conselho Regional de Psicologia

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FMI – Fundo Monetário Internacional

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

GLBTTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MR – Teoria da Mobilização de Recursos

MS – Ministério da Saúde

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra do Brasil

MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados

NPP – Núcleo de Psicologia Política (FAFICH/UFMG)

NUH – Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania GLBT

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SMADC – Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania

SNPDH – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos

SPM – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP – Teoria do Processo Político

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

RESUMO VII
ABSTRACT VIII
RESUMEN IX
LISTA DE ABREVIAÇÕES X

INTRODUÇÃO 01

Primeira Parte: *CONSTRUINDO UM PROBLEMA DE PESQUISA*

CAPÍTULO I

Fundamentos Teóricos e conceituais 25
1.1. O problema de pesquisa e seu contexto histórico e teórico 26
1.2. O Conceito do Político 38
1.2.1. Polícia, Política e Subjetivação Política: (des)identificação 39
1.2.2. Diferença, equivalência e hegemonia: o sujeito político 48

CAPÍTULO II

Uma Sociedade dos Indivíduos, Um Estado de Identidades Plurais 57
2.1. Estado Nação e Identidades Coletivas: Monopólio de Narrativas e Identidade como Estratégia 61
2.2. Movimentos Sociais: A Teoria do Processo Político e a Identidade Coletiva 65
2.3. Estrutura de Oportunidades Políticas: Estado e Mobilização Social 69
2.3.1. Um Modelo de Compreensão das Estruturas de Oportunidades Políticas 72
2.4. Identidade Coletiva: da extensão à delimitação de um conceito 79
2.4.1. Identidade Pessoal, Identidade Social e Identidade Coletiva 82
2.4.2. Abordagens da Identidade Coletiva 85
2.4.3. Variações e Tipos de Identidade Coletiva 87
2.4.4. Identidade como Estratégia: Identidade Coletiva e Estado 89
2.4.5. Identidade Coletiva: do fenômeno grupal à ferramenta analítica 93
2.5. Abordagem Psicopolítica dos Movimentos Sociais 99

CAPÍTULO III

Aspectos Metodológicos 110
3.1. Discussão e Apresentação do Campo 111
3.2. Estratégia e Procedimentos Metodológicos 115
3.2.1. Discussão das Entrevistas 119
3.2.2. Observação de Campo e Diário de Campo 126
3.2.3. Análise de Documentos 129
3.3. Metodologia: análise de discurso 133
3.4. Análise Sociológica do Sistema de Discursos 136
3.5. Eixos analíticos, categorias e discursos 140

Segunda Parte: *DO ESTATAL À POLÍTICA*

CAPÍTULO IV

O Estado Brasileiro e a Formalização da Participação Política 145
4.1. O Partido dos Trabalhadores e os Movimentos Sociais 148
4.2. Democracia Participativa no Governo Lula 160
4.2.1. Conselhos de Políticas Públicas 166
4.2.1.1. CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude 170
4.2.1.2. Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) 172
4.2.2. Conferências Nacionais 174
4.2.2.1. Conferência Nacional de Juventudes 177
4.2.2.2. Conferência Nacional LGBT 179
4.3. O Discurso Participacionista 184

CAPÍTULO V

Entre a Igualdade e a Diferença: A Gestão das Identidades 203
5.1. A Identidade como diferença e a emergência de "novos" sujeitos políticos 208
5.2. O Discurso do Diferencialismo Identitário 217
5.2.1. Reificação e Essencialização das Identidades 228
5.2.2. Fronteiras Reticulares 238
5.2.3. A Sobreposição entre técnica e política 250

CAPÍTULO VI

Do Estatal à Política: Identidade e Subjetivação 263
6.1. A Percepção das Mudanças na Estrutura de Oportunidades Políticas 267
6.2. Percepção das Diferenças Entre Âmbitos de Atuação e seus Processos de Identificação 272
6.3. Estrutura de Oportunidades Políticas e a Assimilação de Diferenças: As Ciladas do Diferencialismo 288
6.4. As (Im)Possibilidades da Ação e a Crise do Estado: Dilemas entre a "parte" e a "partilha" 313
6.5. A política e a subjetivação do social: os conflitos, os consensos e o discurso da globalidade 321

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A Roda Da Política e Os Fins Da História 340

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 351

APÊNDICE I 370
APÊNDICE II 371

Teoria

(Vane Pimentel/Vandaluz)

A teoria dos direitos iguais,
é branca
A poeirinha que acende os normais,
é branca.
A violência dos motivos banais,
é franca.
A teoria de saber o que faz,
é manca.
Prenda, não prenda,
paga, não paga,
venda, não venda,
compra, não compra:
Amor não dá mais!

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A Tese ***"DO ESTATAL À POLÍTICA: UMA ANÁLISE PSICOPOLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E OS MOVIMENTOS DE JUVENTUDES E LGBT NO BRASIL (2003-2010)."***

elaborada por **Frederico Viana Machado**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de

DOUTOR EM PSICOLOGIA

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado (orientador)

.....
Prof. Dra. Lúcia Rabello de Castro

.....
Prof. Dra. Maria Lívia de Tommasi

.....
Prof. Dra. Regina Helena Alves Silva

.....
Prof. Dra. Ilana Mountian

1. Introdução

> *É precisamente esse tipo de apelo à experiência como evidência incontestável e como um ponto originário de explicação - como um fundamento sobre o qual a análise se baseia - que enfraquece a investida crítica das histórias da diferença. Ao permanecer dentro da estrutura epistemológica da história ortodoxa, esses estudos perdem a possibilidade de examinar aquelas suposições e práticas que excluíam considerações acerca da diferença. Tomam como evidentes as identidades daqueles/as cujas experiências estão sendo documentadas. e. assim. naturalizam suas diferenças. Localizam a resistência fora de sua construção discursiva, e reificam o agenciamento como um atributo inerente aos indivíduos, e dessa forma o descontextualizam (Scott, 1999:25-26).*

Dentre os muitos esforços que empreendi no desenvolvimento deste trabalho, sem sombra de dúvidas, o maior deles foi exatamente definir um recorte de pesquisa metodologicamente exequível e teoricamente consistente. Por suas múltiplas arestas, adentrar simultaneamente na nova configuração das formas de ação e discursos políticos dos movimentos sociais e suas relações com o Estado a partir das mudanças na estrutura de oportunidades políticas que tomaram lugar durante o Governo Lula[1], se constituía como um campo fértil, porém extremamente amplo e complexo de investigação. Por este motivo, considero relevante uma breve descrição dos caminhos que conduziram ao recorte de investigação e aos esforços analíticos que serão apresentados ao longo das páginas que se seguem.

Como todo trabalho de pesquisa, esta tese recorta um percurso de questionamentos que me acompanham há alguns anos e reflete uma localização pessoal do autor no mundo acadêmico, mas também se ancora em um conjunto de inquietações contemporâneas de um campo de pensamento acadêmico. Antes de se estruturar como uma pesquisa, algumas questões que nortearam este trabalho começaram a tomar forma no período em que escrevia o capítulo analítico de minha dissertação de mestrado, sobre os movimentos sociais LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) de Belo Horizonte, que tomava como objeto de análise a formação de identidades coletivas

[1] Para simplificar a referência a este período, utilizaremos o termo Governo Lula, para caracterizar o período que vai de 2003 a 2010, no qual o Partido dos Trabalhadores consegue eleger Luis Inácio Lula da Silva para o cargo de Presidente da República por dois mandados consecutivos.

em torno da Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, enfocando sua dimensão política e democratizante (Machado, 2007).

Iniciei meus estudos sobre estes movimentos no ano de 2002, quando se conhecia relativamente pouco sobre sua estruturação e suas ações no Brasil, para além das experiências de militância nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (Câmara, 2002; Green, 2000; MacRae, 1990). Naquele momento, empreendi um grande esforço para me aproximar dos grupos pesquisados e para levantar bibliografias, uma vez que as demandas que estes movimentos lutavam por politizar adentravam o âmbito público apenas timidamente e suas açoes coletivas, quando se tornavam visíveis, eram associadas a manifestações culturais, festivas e rapidamente moralizadas e rejeitadas pela opinião pública. Mesmo no âmbito acadêmico, durante muito tempo, o fenômeno dos movimentos LGBT não interessou um grande número de pesquisadores e permaneceram pouco presentes, sobretudo, no campo de estudos sobre movimentos sociais (Machado & Prado, 2005).

Até o final dos anos 1980, as pesquisas que abordavam a sexualidade se concentravam, sobretudo, na antropologia (Arney; Fernandes & Green, 2003) e em estudos no campo da saúde, com enfoque principal na prevenção e nos debates sobre DST/AIDS, dentre os quais se destaca a produção da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). Mesmo no campo dos estudos feministas e de gênero, que trouxeram importantes contribuições sobre os direitos sexuais (Petchesky, 1999; Corrêa & Petchesky, 1996), nota-se um desencontro entre os estudos de gênero e sexualidade, como evidencia Góis (2003). Entretanto, é nítido como diversos setores da sociedade se abriram para as discussões sobre orientação sexual e identidade de gênero, sobretudo a partir do começo da década de 2000, fazendo crescer: a visibilidade das temáticas e ações LGBT na mídia; a produção acadêmica; e, até mesmo, a atenção do governo através da implementação de políticas públicas[2] e inserção destas questões em agendas de diversas instituições.

Na produção acadêmica, podemos notar uma presença substancial dos estudos sobre sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero, em áreas diversas, o que levou a uma diversificação dos enfoques e objetos de pesquisa. Este crescimento e diversificação da produção podem ser notados a partir de exemplos como o surgimento da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH)[3], em 2001, e da Revista

[2] Ver Machado; Fonseca & Nascimento (2007; 2007b; 2007c) e Machado & Carmona (2010).
[3] Ver http://www.abeh.org.br/

Bagoas, dedicada especificamente aos estudos de gênero e sexualidade, que tem sua primeira edição publicada em 2007[4]. Além disto, eventos como o Seminário Internacional Fazendo Gênero, revelam uma aproximação entre os estudos de gênero e os estudos da sexualidade[5] apontando para uma renovação destes campos de estudo que passam a estreitar relações.

Além do campo acadêmico, os movimentos sociais LGBT passam a pressionar mais intensamente os governos e inserir suas pautas no âmbito da administração pública e do Estado, o que levou à implementação de leis municipais e estaduais específicas, abrindo espaço para a atenção à população LGBT. Mesmo que insuficientes, é importante destacarmos a importância de iniciativas governamentais como as que se deram no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia, criado em 2004, e do incentivo às conferências LGBT que se proliferaram pelo Brasil, notavelmente a partir de 2008. A criação do Programa Brasil Sem Homofobia levou à implantação de centros de prevenção à homofobia em todo Brasil, evidenciando um aspecto importante deste momento histórico, no que tange à expansão destas temáticas, que anteriormente estavam circunscritas às políticas de saúde e prevenção de DST/AIDS, para o campo dos direitos humanos, da educação e da assistência social.

Neste contexto, durante aproximadamente um ano, trabalhei como psicólogo responsável por um dos centros de combate e prevenção à homofobia, preconizados pelo Programa Nacional Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004), intitulado inicialmente de Centro de Referência em Direitos Humanos e Cidadania GLBT (CRGLBT), que foi construído na interface entre movimentos sociais e agentes governamentais. Este centro, implantando pela Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (CMDH), funcionava com recursos federais, provenientes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e tinha, como um de seus objetivos, atender e acompanhar vítimas de discriminação e preconceito homofóbico[6].

Como psicólogo do CRGLBT, entre outras coisas, observei duas questões que marcavam o trabalho e o cotidiano desta política pública. Em primeiro lugar, pude perceber como a identidade pessoal e a origem social das pessoas envolvidas na execução da política pública, eram colocadas em questão e operavam, muitas vezes,

[4] Ver http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/index.html
[5] Ver http://www.fazendogenero.ufsc.br
[6] Para uma discussão sobre este centro ver Machado, Fonseca & Nascimento (2007) & Carmona & Machado (2010).

como moeda de troca para legitimar posicionamentos e perspectivas que, a priori, estavam pautadas por considerações técnicas e/ou políticas. O fato de ser ou não ser homossexual, negro, mulher, pobre, entre outros elementos de categorização social, adquiriam importância determinante na avaliação de posicionamentos técnicos, políticos e ideológicos. Além disto, outros elementos de pertencimento definidores da identidade pessoal, tais como vir da universidade e ter uma formação acadêmica ou ser filiado a algum partido político, também eram definidores das dinâmicas interacionais e fluxos institucionais, as vezes de forma contraintuitiva, como desvalorizar o saber teórico (em função da origem social do técnico) em momentos onde o que se estava em jogo era a resolução de problemas que demandavam soluções técnicas. Percebia que para além de disputas políticas materiais, estava em jogo uma disputa pela legitimidade e autenticidade das identidades, em uma perspectiva essencialista, o que remetia a uma discussão, tão antiga como polêmica, do campo das ciências sociais (Scott, 1999).

O segundo ponto que me chamou a atenção nesta experiência foi que, durante um ano atendendo diversos casos de violência, discriminação e preconceito homofóbico, apenas um usuário declarou renda familiar acima de um salário mínimo (Machado, Fonseca & Nascimento, 2007b). Isto me chamou atenção, principalmente, porque os debates públicos de proporção nacional suscitados pelos movimentos sociais brasileiros, e que levaram à implantação desta política pública, foram pautados pela especificidade identitária e, naquele momento, agregavam pouca discussão sobre as desigualdades socioeconômicas que marcavam os processos de (in)diferenciação (Prado & Souza, 2002) e hierarquização da população LGBT (Machado, 2007; Facchini, 2005).

Neste contexto, o perfil do público que acessou esta política pública me fez refletir sobre duas outras questões que me pareceram cruciais para a compreensão da democracia e da política na atualidade. Em primeiro lugar, me chamou a atenção como as políticas públicas estatais disponíveis para as vítimas de violação de direitos humanos são acessadas por indivíduos que combinam elementos de identificação associados simultaneamente a várias identidades sociais que podemos compreender como subalternas, engendrando processos complexos de (in)diferenciação (Prado & Souza, 2002) e subcidadania (Souza, 2003).

Além de demandas pela superação e enfrentamento da homofobia, notavam-se, nas demandas que nos eram apresentadas, efeitos nítidos do racismo, do machismo, a falta de acessibilidade por conta de alguma deficiência, entre várias outras vulnerabilidades que são, na maior parte das vezes, compreendidas como

"desigualdades identitárias" e tratadas como "políticas de identidade" (Bernstein, 2005). Isto se mostrava ainda mais problemático, pois além das "desigualdades identitárias", o público do CRLGBT apresentava efeitos drásticos da desigualdade social manifestada pela pobreza e falta de recursos materiais, como o precário acesso aos equipamentos de saúde, educação, assistência social etc. (Machado, Fonseca & Nascimento, 2007, 2007b, 2007c; Machado & Carmona, 2010), o que retomava a crítica da separação entre economia e cultura no pensamento político (Machado & Prado, 2005; Therborn, 2008). Em síntese, me deparei com uma política pública que foi pensada de forma fragmentada e particularizada, mas que tentava dar conta de problemas sociais que se fundamentavam em experiências sociais muito mais complexas e profundas.

Em segundo lugar, o funcionamento do CRLGBT explicitava a privatização do espaço público brasileiro, na medida em que indivíduos que tinham recursos estruturais mínimos, simplesmente não viam nesta política, qualquer benefício para enfrentarem as situações de preconceito e discriminação que vivenciam. Sem ignorar as questões de status social que por ventura possam impedir indivíduos de classe média e alta de acessar essa política pública, pude perceber que, modo geral, se confirmava o pensamento corrente de que no Brasil: "política pública é coisa pra pobre" (ou para os muito ricos, obviamente). Esta questão me fez refletir sobre o que está em jogo na superação da homofobia e suas relações com as demais formas de desigualdade e hierarquização da sociedade brasileira (Chauí, 2001).

Os cruzamentos entre classe social e orientação sexual na dinâmica do preconceito homofóbico não constituem exatamente uma novidade na literatura especializada, que aborda os modos como as desigualdades de classe complexificam a vivência da sexualidade e a sociabilidade de LGBT, e vice versa. Desde os estudos de Edward MacRae (1990), a questão da identidade política era discutida tendo em vista seus múltiplos atravessamentos identitários. Autores como Santos (2003) e Marsiaj (2003), apenas para citar alguns, discutem as inter-relações entre desigualdades socioeconômicas e as hierarquias sexuais e de gênero. Além disto, não raro, encontramos autores que apontaram como denominações classistas e hierarquizações socioeconômicas atravessam as formas de sociabilidade de LGBT (Santos, 2012), bem como contextos de risco e precariedade acentuam a vulnerabilidade destes sujeitos a violências de toda ordem (Carrara & Vianna, 2006).

Além disto, os espaços de sociabilidade e "inclusão" social de LGBT pela via do mercado foram tomados como objeto de análise por diversos pesquisadores (como

França, 2006; França & Simoes, 2005; Santos, 2012) que identificam potencialidades, mas também os limites e, até mesmo, os vieses perversos destas formas de inclusão (MacRae, 1990; Santos, 2003), o que aponta para a importância de se considerar na análise das hierarquias sexuais (Rubin, 1989) a associação entre sexualidade e classe social.

Podemos identificar trabalhos como o de Nardi (2010) e Pocahy & Nardi (2007), que começam a se interessar mais diretamente pelas nuances produzidas pela inter-relação entre sexualidade, vulnerabilidade social e outras hierarquias identitárias, dentre elas a juventude, na configuração da desigualdade estrutural brasileira. Carrara & Vianna (2006), analisando a violência contra travestis, apontam situações onde se confluem as hierarquias de classe e identidade de gênero. Os autores argumentam que, "de modo geral, portanto, a baixa resolução dos casos de execução parece ser condicionada por um conjunto de fatores, entre os quais gênero e classe social, que se combinam para colocar as travestis entre os grupos socialmente mais desfavorecidos" (Carrara & Vianna, 2006:237). Moutinho (2006), por sua vez, traz elementos interessantes sobre as interações entre cor da pele, orientação sexual, identidade de gênero e classe social. Os argumentos da autora desafiam a noção de que as diferentes hierarquias sociais estão sempre em confluência, no sentido de aumentar a opressão e a discriminação:

> os homossexuais masculinos mais escuros que moram nos subúrbios e nas favelas do Rio de Janeiro possuem um campo de manobra mais amplo do que aqueles nos quais se inserem rapazes e moças heterossexuais da região e, mesmo, as lésbicas e travestis de diferentes cores que habitam essas áreas (Moutinho, 2006:103).

Neste contexto, vemos que diferentes autores já se depararam com as complexidades que engendram os processos de hierarquização das sexualidades, apontando conexões com outras e variadas formas de desigualdade social e necessidade destas conexões serem consideradas para se compreender estes fenômenos. Foram análises como as descritas acima que me levaram a questionar percepções e argumentos, trazidos com frequência em discursos do senso comum, ou mesmo nos olhares acadêmicos menos atentos, que tentavam abordar as diversas hierarquizações sociais apenas em sua especificidade ou a partir de somatórias simplistas, como já criticou Castro (1992). Estas abordagens, que poderíamos atribuir um caráter essencialista, estavam em alguma medida atravessadas na construção das políticas públicas que foram

implementadas como respostas às demandas dos movimentos LGBT, dentre elas o CRLGBT.

O publico que acessava o CRLGBT me levava a pensar que as relações entre os diversos elementos que configuravam suas identidades, na verdade, se aproximavam mais de uma complexa alquimia das categorias sociais (Castro, 1992). Na experiência do CRLGBT, o modo como se imbricam as diferentes hierarquias sociais, sobretudo com as desigualdades socioeconômicas, passou a ser um problema central em minhas reflexões, e que me levaram a buscar amparo nas bibliografias citadas acima para a construção de um problema de pesquisa. Neste contexto, as relações do preconceito homofóbico com outras desigualdades adquiriram substância, revelando insuficiências e fragilidades desta política pública. Fragilidades que podiam ser identificadas tanto nas respostas que o poder público foi capaz de dar à superação da homofobia, como nas demandas que os movimentos LGBT endereçavam ao Estado, o que sinalizava a importância de se repensar também a configuração das identidades coletivas que participavam destes movimentos.

Por um lado, os diversos marcadores identitários apontavam a necessidade de uma radicalização e aprofundamento dos debates e ações em torno da sexualidade, de modo a construir abordagens mais abrangentes e capazes de questionar os diversos e inter-relacionados processos de hierarquização, estruturantes da sociedade brasileira (Nardi, 2010). Por outro, notava que os movimentos LGBT enfatizavam cada vez mais a especificidade de suas lutas, centrando suas ações nas discussões em torno das particularidades sexuadas das diferenças identitárias (Facchini, 2005; MacRae, 2005). Além disto, estes atores estavam, cada vez mais, direcionando seus enfrentamentos para os espaços institucionais da arena política (Machado, 2007), deixando em segundo plano os processos de mobilização e ativismo de base (Machado, Fonseca & Nascimento, 2007), e estabelecendo sistemas de ação que terminavam por se circunscrever às demandas por dotações orçamentárias mais generosas, bem como legislação e políticas públicas cada vez mais específicas (Machado, 2011).

Obviamente, é importante reconhecer que os movimentos LGBT não passam ao largo das questões forjadas pela complexidade dos atravessamentos identitários, e muitas vezes agregam em seus discursos outras formas de desigualdade (Machado & Prado, 2005). Entretanto, estas relações, ao invés de produzirem articulações políticas cada vez mais amplas, coordenadas e programáticas, se materializavam em processos organizacionais pautados por categorias identitárias fixas, muitas vezes essencializadas,

e que apontam mais fortemente para a fragmentação do corpo social do que para suas tessituras[7] (Machado 2007).

Podemos encontrar indícios deste processo de segmentação do movimento na formação de redes e grupos centrados em temáticas específicas, como por exemplo, de negros homossexuais (AfroCellos e Rede AfroLGBT), ou de jovens gays (Grupo E-Jovem). As desigualdades de gênero, por sua vez, levaram diversos grupos de lésbicas a formarem a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), como uma rede de associativismo alternativa à Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Esta segmentação produziu uma série de conflitos internos que implicam na proliferação de antagonismos, muitos de difícil superação, que redundam na constituição de discursos políticos particularistas e longas discussões sobre a autenticidade identitária dos sujeitos que falavam em nome da população LGBT (Machado, 20007).

Também pode ser considerado um indicativo da ênfase em categorias fixas, a formação do Centro de Referência em Direitos Humanos e Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Trangeneros do Estado de Minas Gerais (CRGLBTTT), cujo uso das três letras T da sigla escolhida, já refletia a necessidade de marcadores diferenciais nítidos e bem delimitados que separassem as especificidades de Travestis, Transexuais, Transgêneros e assim por diante. Estas cisões produziam consequências concretas que implicavam diretamente na legitimidade dos atores para ocupar determinados espaços e expressar posicionamentos políticos. Interessante observarmos que, antes da implantação do CRLGBT, a prefeitura de Belo Horizonte disponibilizava uma sala na qual foi instalado o Centro de Referência da Diversidade Sexual (CRDS), que funcionava com o trabalho voluntário dos militantes desta cidade. Quando este centro passa a receber financiamento público, já em outro momento histórico (posterior ao Programa Brasil Sem Homofobia), seu nome é alterado, de modo a atender uma demanda dos movimentos sociais, e passa a especificar mais objetivamente o público atendido (CRLGBT). Nota-se aqui, que a institucionalização destes centros de atendimento, reproduziu a rejeição dos movimentos sociais por termos mais gerais como "diversidade sexual".

[7] Termos como diversidade sexual ou livre expressão sexual tem sido menos utilizados do que categorias sociais fixas tais como LGBT, sendo que estas categorias são constantemente motivo de disputa e conflitos internos ao movimento (Machado, 2007; Facchini, 2005).

Modo geral, um olhar mais apurado sobre as disputas internas e articulações externas do movimento LGBT revela um constante esforço que os militantes empreendem para demarcar o campo discursivo de suas identidades coletivas e sociais, o que se dá quase sempre pelas dissidências grupais em busca de especificidades identitárias e temáticas (Machado, 2007; Facchini, 2005; MacRae, 1990). Como me disse enfaticamente um de nossos entrevistados: "Fred, coloca uma coisa na sua cabeça, o movimento LGBT trabalha com categorias identitárias fixas" (Diário de Campo).

Até mesmo grupos LGBT que surgiram associados a sindicatos e partidos de esquerda, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), que apresentavam características organizacionais e conteúdo ideológico marcadamente contra o capitalismo e as desigualdades socioeconômicas (Machado & Prado, 2005), pouco a pouco foram abandonando ou secundarizando discursos de classe, em prol de ações voltadas especificamente para a superação da homofobia (Machado, 2007). Pude notar esta transformação discursiva ao longo de minhas experiências de campo, analisando as diferenças na constituição da identidade coletiva dos grupos militantes de Belo Horizonte, o que me levava a concluir que entre 2003 e 2007 ocorreram mudanças significativas neste campo de militância. Em outras palavras, a diferença e a reparação identitária aparentavam constituir eixos organizacionais mais mobilizadores do que discursos sobre a igualdade ou redistribuição, mesmo estando, os indivíduos que estes movimentos sociais buscavam representar, profundamente atravessados por desigualdades de classe, raça, gênero e outras.

Neste momento, a incipiente pergunta que se colocava era: se os efeitos do preconceito e da violência homofóbica estão tão intimamente relacionados com outras desigualdades na produção de identidades sexuadas e nas demandas por políticas públicas, por que os movimentos sociais buscavam cada vez mais especificidade em torno da orientação sexual e identidade de gênero na constituição de suas identidades coletivas? Porque debates, políticas públicas e ações coletivas neste campo se aprofundavam cada vez mais em um discurso sobre as especificidades envolvidas nos direitos humanos, do que na construção de discursos articulatórios dos múltiplos posicionamentos identitários que constituem as posições de sujeito?

Para além dos paradoxos da relação entre igualdade e diferença (Scoth, 2005), a fragilidade desta pergunta esbarrava na fácil constatação de que termos como fragmentação, especialização, particularidades e outros, constituem tendências contemporâneas dos padrões de subjetivação e organização social (Melucci, 1990). Da

mesma forma, a tendência à essencialização dos discursos políticos (Mouffe, 2000), dos debates sobre identidade (Scott, 1999) e das demandas por representação política (Phillips, 2001) constituem fenômenos bastante contemporâneos, o que localizava minhas inquietações num campo mais amplo de questionamentos e dilemas políticos e teóricos. Entretanto, para além das reflexões sobre a aparente antinomia entre os termos igualdade e diferença (Scott, 2005), o contexto apresentado deixava em aberto um conjunto de ciladas da diferença (Pierucci, 1998), e que demandavam novas análises dos processos de (in)diferenciação em curso no cenário da democracia contemporânea.

Os processos de constituição de identidades coletivas dos movimentos sociais e as respostas que o Estado oferecia às demandas destes movimentos apresentavam contradições que ultrapassavam seus quesitos ideológicos, seus conflitos personalistas e equívocos na definição das estratégias de enfrentamento. De um modo geral, a configuração de dinâmicas políticas centradas em identidades essencializadas e excessivamente focadas em suas diferenças e particularidades implicava na definição de sistemas de ação que limitavam o embate político e as estratégias para articulação de alianças políticas, bem como a eficácia das políticas públicas e dos projetos de intervenção voltados para a superação das desigualdades. Este cenário trazia complexas questões para repensarmos a ação política e os processos de democratização nos quais estavam envolvidos os atores sociais que citamos e que inspiraram a presente investigação.

Buscando compreender melhor estas questões, autores como Domingues (2009), Tejerina; Albewniz; Cavia; Seguell & Izaola (2006), Fraser (2002), Klein (2002), apenas para citar alguns, reforçaram minhas observações, apontando em diferentes contextos e perspectivas teóricas, que as discussões sobre as demandas sociais relacionadas a aspectos simbólicos e identitários parecem, ou pareciam[8], estar relegando as dimensões econômicas e estruturais das desigualdades sociais para um segundo plano. Isto terminava por constituir uma dinâmica democrática e um campo de ações e

[8] Embora este tema extrapole os limites desta tese, é importante comentar que os protestos e os movimentos sociais que surgiram nos últimos anos sugerem mudanças significativas que apontam numa direção contrária. Os movimentos antiglobalização atualmente vão muito além do Fórum Social Mundial, organizando protestos de grande visibilidade como o movimento 15M na Espanha, Occupy Wall Street nos EUA, entre diversos outros que, desde a primavera árabe, estão se mobilizando contra o sistema econômico atual a partir de criativos e renovados processos de articulação. Além disto, os atuais ataques virtuais a bancos e sítios de internet de grandes corporações, o surgimento de sítios como wikileaks, bem como determinadas mobilizações que se iniciam nas redes sociais, aparentam constituir um novo modelo de ação política. De forma ainda muito incipiente, temos visto alguma movimentação semelhante na sociedade civil brasileira.

discursos políticos extremamente essencializados (Scott, 1999; Mouffe, 1996), moralizados (Mouffe, 2005), burocratizados (Bernstein, 1997), individualizados e despolitizados (Tejerina, 2010).

Inclusive no âmbito acadêmico, quando nos debruçamos sobre as origens da psicologia social no Brasil, podemos ver que os pesquisadores se interessavam antes de tudo pelos processos sociais que apontavam para desigualdades socioeconômicas e o contexto de subdesenvolvimento (Lane, 2002; Sandoval, 2000, 1989; Lane & Codo, 1984). Atualmente, os estudos neste campo se diversificaram, agregando cada vez mais especificidades grupais. Neste contexto, nota-se que a influência do marxismo e outras perspectivas articuladoras dos diferentes discursos e perspectivas sobre a política, ou que buscam compreender os processos de estratificação social de forma unificada, estão menos hegemônicos (Mayorga, Rasera & Pereira, 2009; Mayorga & Prado, 2007).

O conceito de identidade desenvolvido no contexto intelectual da refundação de uma psicologia social crítica no Brasil (Sandoval, 2000; Lane & Codo, 1984) foi uma chave teórica importante para a superação do determinismo marxista, devolvendo às análises de classe a dimensão do sujeito, em suas particularidades e desejos individuais (Ciampa, 1987; 1984). Entretanto, se o que marcava mais enfaticamente os usos deste conceito estava voltado para a compreensão das relações comunitárias, dos projetos de educação popular e da vida coletiva, ao longo da década de 2000 é notável como os estudos sobre identidade agregaram um forte interesse pela "diferença", em suas especificidades temáticas, e pelas particularidades das identidades sociais e das "minorias" (Mayorga, Rasera & Pereira, 2009; Mayorga & Prado, 2007).

Tomando um contexto histórico mais amplo, podemos identificar autores como Blanco & Martin (2003), que argumentam que a questão da identidade foi essencial em todo o Século XX e se configura como um dos problemas mais contundentes da contemporaneidade e, no que tange o campo da política, o estudo da identidade se caracterizou pelo enfoque ao "direito a ser diferente, o reconhecimento das minorias e a tolerância" (p.4), colocando em segundo plano a reafirmação de valores universais igualitários ou coletivistas. Pierucci (1998) retoma a importância da igualdade e apresenta críticas ao que ele chama de discurso do "direito à diferença", apontando algumas "ciladas" que apanham os cientistas sociais e ativistas, e discute efeitos e consequências políticas que derivam da sedimentação deste discurso no campo dos movimentos sociais. Estas ciladas da diferença se tornam ainda mais perigosas se pensarmos que o Brasil ainda hoje é o país com a terceira pior distribuição de renda do

mundo, o que torna urgente uma franca retonada das discussões sobre a igualdade pelos atores políticos. Entretanto, o crescimento dos movimentos de "minorias" pautados pela reparação identitária revelam que, ao menos no âmbito dos atores coletivos voltados para a política institucional, as questões de classe têm mobilizado movimentos sociais menos visíveis e menos articulados. Ou talvez menos impactantes e/ou populares entre a população, ou ainda, com menos acesso e legitimidade junto ao Estado[9] (Ricci, 2010; Ridenti, 2006).

Coloca-se então uma pergunta: poderíamos então afirmar que, tanto no âmbito dos movimentos sociais e seus processos de constituição de identidades coletivas, como no âmbito da reflexão acadêmica sobre estes processos, questões identitárias, tais como raça, etnia, gênero, juventude, orientação sexual e outros, estão tendo mais centralidade do que as desigualdades de classe?

Podemos encontrar em Fraser (2002), alguns indícios de que a resposta para esta pergunta é afirmativa, e que isto se confunde com a força de um discurso pragmático que fragmenta os processos sociais e se abastece do individualismo liberal. Analisando

[9] Durante o trabalho de construção desta pesquisa, em virtude do primeiro recorte metodológico que estabeleci, participei ativamente de diversas reuniões do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, que reúne diversos movimentos sociais com uma perspectiva fundamentalmente anticapitalista e igualitária. Neste contexto, é significativo como este fórum estava esvaziado, se comparado com as reuniões que eram realizadas no começo da década de 2000 (mais especificamente entre 2002 e 2006). Os participantes mais antigos deste fórum relatam que o esvaziamento dos debates se deve, em grande medida, pelo atrelamento de diversos movimentos sociais ao partido dos trabalhadores, e que por isso se recusavam a fazer um enfrentamento direto com o governo. Além disto, segundo estes depoimentos, vários movimentos sociais estavam muito comprometidos com suas pautas particulares e não se interessavam especialmente por uma perspectiva mais ampla de transformação social (Diário de Campo). Outro aspecto que merece ser destacado foi que, neste período, realizei entrevistas com lideranças de diversos movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), entre diversos outros. Nas entrevistas com as lideranças da CUT ficavam claras três questões que se relacionam ao ponto que aqui discutimos. Em primeiro lugar, o atrelamento desta instituição ao discurso petista e ao projeto de desenvolvimento encabeçado pelo Governo Federal. Em segundo lugar, o quanto estes discursos eram reticentes, no que tange a uma ideologia de superação do capitalismo ou de aceitação de suas premissas. Em terceiro lugar, era notável como no interior da CUT as frentes de trabalho estão divididas por temáticas, tais como gênero, desigualdade racial, luta ambientalista e outras, o que reforçava nossa observação, de que mesmo no interior de uma organização classista, a segmentação das lutas políticas e o debate em torno das diferenças eram aspectos organizacionais que estavam significativamente presentes. Nestas entrevistas, chamava a atenção os sistemas de ação organizados pelo grupo Brigadas Populares. Por terem uma perspectiva socialista de transformação social, este grupo não identificava o Estado como um ator importante de articulação, mas de enfrentamento e superação. Este grupo, juntamente ao MST, seguia realizando ocupações e desafiando os dispositivos repressivos do Estado. Estes dois grupos, assim como o MTD e outros com inclinação socialista, seguiam a duras penas realizando mobilização de bases. Nenhum destes grupos tinha a visibilidade pública dos movimentos LGBT, seja na mídia, seja em eventos públicos, e tampouco angariavam a mesma simpatia e interesse da universidade e do poder público (Exceto o MST que até hoje recebe grande atenção da universidade, mas, em contrapartida, são vistos de forma muito ambígua pela opinião pública).

as discussões sobre justiça social em contextos de globalização, a autora localiza estas questões a partir do conceito de "dilema da substituição" e afirma que:

> Uma das ameaças à justiça social na globalização é resultado de uma ironia histórica: a transição da redistribuição para o reconhecimento está a ocorrer apesar (ou por causa) da aceleração da globalização econômica. Desta forma, os conflitos identitários alcançaram estatuto paradigmático exatamente no momento em que o agressivo capitalismo globalizante conduzido pelos Estados Unidos está a exacerbar radicalmente as desigualdades econômicas. Como resultado, a viragem para o reconhecimento encaixou-se perfeitamente num neoliberalismo econômico que deseja acima de tudo reprimir a memória do igualitarismo socialista. Neste contexto, as lutas pelo reconhecimento estão a contribuir menos para suplementar, tornar mais complexas e enriquecer as lutas pela redistribuição do que para as marginalizar, eclipsar e substituir. Chamo a isto o problema da substituição (Fraser, 2002:10-11).

Klein (2002) também aponta nesta direção afirmando que as demandas sociais de minorias étnicas e de gênero, que antes eram caudatárias das políticas de classe, a partir da década de 1990 foram se autonomizando. Segundo a autora "o 'slogan o pessoal é político' veio substituir a economia como política e, no fim, também a Política como política. Quanto mais importância dávamos à questões de representação [identitária], mais central era o papel que elas pareciam assumir em nossa vida" (Klein, 2002:133). Klein (2002) argumenta que este fenômeno é decorrente do discurso individualizante liberal que impede que o acúmulo capitalista contemporâneo seja posto em questão, o que engendra um "discurso único" sobre os rumos da sociedade, e que os debates políticos incorporam como algo inexorável.

Desde outra perspectiva, Tejerina et al (2006) afirma que "do ponto de vista do processo de construção da identidade pessoal, as práticas em que intervêm as relações de gênero, ou sexuais, parecem ter, em geral, uma maior significação social do que aquelas que afetam aspectos como as relações com o meio, a solidariedade para com os desfavorecidos, etc."(p.42). Cabe observarmos que Tejerina et al (2006) infere esta observação a partir de questionários aplicados na Espanha com integrantes de movimentos sociais diversos, mas que se reconheciam também como participantes do Movimento de Justiça Global. Neste contexto, é significativo que militantes que se manifestam contra as "lógicas neoliberais" estejam mobilizados primordialmente a partir de relações como as de gênero e as sexuais.

Tejerina (2010), analisando as mudanças no perfil dos militantes espanhóis da última década, afirma que "a política se privatiza, em outras palavras, se converte em uma questão de escolha ou preferencia pessoal" (p. 24). A relação entre identidade individual e identidade coletiva no âmbito da mobilização social é explicada pelo autor

da seguinte forma: “enquanto ativista de décadas passadas tratavam de dar um sentido vital a um projeto político, convertendo a política em núcleo central de sua vida, nos últimos anos os ativistas mais jovens parecem optar por dar um sentido político a um projeto vital” (p. 282).

Embora Fraser (2002), Klein (2002) e Tejerina (2006; 2010), mesmo que com um olhar para fenômenos globalizados, estejam analisando militantes de um contexto bastante diferenciado do contexto sociopolítico brasileiro, podemos identificar que, em algum nível, apesar de algumas exceções, os movimentos sociais no Brasil e na América Latina correspondem a estas transformações. Isto pode ser notado a partir da análise de autores como Ricci (2010); Costa (2010); Quevedo & Iokoi (2007) e outros. Estes autores apontam um processo crescente de isolamento temático e particularização dos movimentos sociais, que tendem cada vez mais a se burocratizar e concentrar-se em questões específicas, voltando suas ações para o campo institucional e constituindo discursos políticos bastante pragmáticos.

Em 2007, quando comecei a escrever o projeto que originou esta tese, o movimento LGBT vivia seu apogeu. As paradas LGBT se proliferavam por todo país com números de participantes dificilmente alcançados por outros movimentos sociais. O Programa Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004) começava a se concretizar em ações com verbas públicas e orçamento próprio, e não apenas através das políticas de saúde como se dava até então. Surgiam os centros de prevenção à violência homofóbica, os projetos de capacitação de professores[10], profissionais da segurança pública e outros. Personalidades importantes começavam a defender publicamente estas questões, contribuindo para sua politização e visibilidade. Preparava-se a primeira conferência nacional LGBT, com conferências preparatórias em diversos Estados e Municípios, o que mobilizou uma grande quantidade de atores em torno destas questões. Organizava-se a frente parlamentar pela livre orientação sexual no Congresso Nacional a partir do projeto ALIADAS da ABGLT, que se fortalecia e ganhava maior importância institucional e fôlego mobilizatório. Além disto, a mídia parecia finalmente estar se sensibilizando para debater abertamente as questões LGBT, mesmo que o viés sensacionalista continue acompanhando sua abordagem.

[10] Para uma análise dos projetos de capacitação de professores ver Prado, Martins & Rocha (2009), que também apresentam uma discussão sobre a homofobia institucional no âmbito da democratização e superação das hierarquias sociais e sexuais.

É importante destacar que em 2006 foi elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o documento intitulado *Os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação do Direito Internacional de Direitos Humanos às Questões de Orientação Sexual e Identidade de Gênero*, que apresenta princípios básicos para orientar os Estados na implementação e garantia de direitos humanos para a população LGBT (ONU, 2006), o que aponta para articulações políticas globais que possivelmente influenciaram nas ações dos movimentos LGBT e dos governos no Brasil.

Neste contexto, o crescimento das discussões públicas sobre orientação sexual e identidade de gênero – que não são exemplos isolados, mas participam de uma efervescência das discussões sobre "identidade"– desperta questões interessantes para interrogarmos os processos de formação de identidades coletivas e as dinâmicas políticas que permeiam o campo de disputas do qual participam os movimentos sociais contemporâneos. Movimentações análogas também ocorriam junto aos jovens, mulheres e outras "minorias"[11] (Pogrebinschi, 2010; Castro, 2008), que também passaram a contar com uma série de novos investimentos, políticas públicas, conferências nacionais, editais de financiamento, conselhos nacionais, secretarias e órgãos governamentais específicos para cada uma destas temáticas. Grande parte destas movimentações se deu pela aproximação destes atores com o Estado e com a política institucional, o que estava diretamente relacionado com as mudanças governamentais ocasionadas pela alternância dos grupos políticos no âmbito federal.

Com a vitória do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República em 2002, inaugurava-se uma nova fase nas relações entre o Estado e a sociedade civil organizada no Brasil (Silva, 2010). Através da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) abriam-se novos debates em torno das "minorias" identitárias com o intuito de organizar reflexões e programar ações que tinham como objetivo superar as desigualdades que atingiam estes grupos sociais e promover a reparação identitária de sujeitos que foram historicamente inferiorizados e violentados na sociedade brasileira (Baiocchi; Braathen & Teixeira, 2012). O governo criou novas secretarias, órgãos governamentais, editais de financiamento para o terceiro setor, conselhos nacionais etc. e organizou conferências nacionais sobre diversos temas anteriormente ignorados pelo

[11] Nesta tese utilizaremos a expressão "minoria" por ser o termo mais utilizado tanto nos materiais que analisamos, como nas entrevistas e, inclusive, na literatura acadêmica sobre o tema. Entretanto, apresentaremos este termo sempre entre aspas por sua insuficiência descritiva, já que não podemos considerar que as mulheres, os jovens ou os negros, por exemplo, sejam populações minoritárias na sociedade brasileira.

Estado, ou que se inseriam em temáticas mais abrangentes, como “direitos humanos” ou “crianças e adolescentes” (Pogrebinschi, 2010).

A partir de 2003 a noção de democracia participativa passa a ocupar um lugar central no projeto do governo federal, que fomentou a organização e as ações desenvolvidas pela sociedade civil organizada, com especial atenção para as temáticas de “minorias” (Pogrebinschi, 2010). Os movimentos sociais que foram se organizando e gradativamente se aproximando do Estado após a Constituição de 1988 pareciam haver encontrado no Governo Lula seu maior aliado que, por sua vez, alardeava e capitalizava dividendos políticos e eleitorais sobre o comprometimento com a superação das diversas e profundas desigualdades da sociedade brasileira. Para articular suas relações com os movimentos sociais, o governo tomou como estratégia a criação do Sistema Nacional de Participação social, que organizou por setores e temas específicos as diferentes frentes de mobilização social (Duque-Brasil, 2011).

Para além das demandas LGBT, de um modo geral, observa-se que o apelo à diferença encontrou abrigo nos diversos arranjos participativos criados pelo Sistema Nacional de Participação Social, o que se manifestou nas políticas setoriais, na criação de novas secretarias, nas conferências nacionais, nos editais de financiamento de projetos junto ao terceiro setor, no financiamento de pesquisas, no financiamento de eventos e redes nacionais de articulação de movimentos sociais, na formação e composição dos conselhos, entre outras iniciativas que, ao que tudo indica, reforçam a aproximação da sociedade civil com o Estado e a democratização da sociedade. Compreende-se que a atenção estatal as políticas de identidade pode significar avanços nos processos de democratização social, mas pode também se constituir em um fenômeno político mais complexo, o que nos revelaria ambiguidades e contradições da política e da formação de sujeitos políticos na atualidade.

Neste contexto, algumas questões puderam ser suscitadas: Em um momento no qual o Estado se mostrava significativamente aberto ao diálogo com a sociedade civil e suas demandas, porque os movimentos de classe e as lutas anticapitalistas estavam se enfraquecendo? Porque os movimentos sociais que lutam contra desigualdades socioeconômicas estariam encontrando menos amparo junto ao Estado do que os movimentos que lutam pelo direito a diferença? E, por outro lado, por que uma questão ainda tão polêmica e marginalizada como a homossexualidade estava mobilizando movimentos sociais que encontravam espaço e visibilidade junto ao Estado, a universidade e a mídia, enquanto questões como a pobreza e a desigualdade social, que

estão longe de ser um tabu, sobretudo no Brasil, seguiam tratadas de forma verticalizada pelo Governo?

Esbarrava em questões amplas, complexas, sobrecarregadas de variáveis, mas que quixotescamente não quis abandonar, pois percebia que entre a abertura do Estado ao diálogo com os movimentos sociais e o enfoque no direito à diferença nos processos de mobilização, se encontrava um terreno fértil para investigarmos a trama democrática contemporânea e seus processos de subjetivação. As questões expostas acima constituem o pano de fundo sobre o qual se ergueu o recorte metodológico desta pesquisa, e o campo de indagações com o qual esta investigação tentará contribuir.

A inserção institucional dos movimentos LGBT e outras "minorias sociais" constitui um fenômeno político cujo estudo pode ser capaz de revelar aspectos importantes sobre os processos de (in)diferenciação social (Prado & Souza, 2002), e como, neste contexto, são articulados os princípios de igualdade e diferença. Meu olhar se voltava para a compreensão de processos identitários que tomam lugar nas fronteiras institucionais e simbólicas que separam os movimentos organizados da sociedade civil do Estado Nacional. Fronteiras que ganhavam centralidade tanto no discurso dos movimentos sociais, como no discurso governamental, seja em sua busca por popularidade junto aos setores menos favorecidos da população, seja em suas práticas políticas e na criação de mecanismos organizacionais, com a criação do Sistema Nacional de Participação Social.

Se em um primeiro momento meu incômodo dizia respeito a pouca atenção às desigualdades socioeconômicas e a ênfase nas especificidades identitárias – já que os movimentos sociais mais visíveis e inseridos nos órgãos governamentais e arranjos participativos se organizavam sobre a lógica da diferença – num segundo momento, comecei a perceber que a atenção do governo para com as temáticas das "minorias sociais", em especial as questões colocadas pelos movimentos LGBT, não se consolidou nem em políticas mais ostensivas e sistemáticas nem em um comprometimento declarado ou efetivamente transformador.

Por um lado, víamos uma frente parlamentar LGBT contar com o apoio de aproximadamente 250 deputados, o governo investir recursos na promoção de políticas públicas e das conferências LGBT, crescer a capilaridade destas discussões no campo da educação, da saúde e dos direitos humanos, o relativo fortalecimento de organizações não governamentais etc. Por outro lado, víamos que poucos deputados assumiam enfaticamente estas temáticas, e ainda menos parlamentares assumidamente LGBT

ocupando cargos eletivos (mesmo nos municípios e unidades federativas). Além disto, até o presente momento, nenhuma lei federal que defende os direitos LGBT foi aprovada. O veto ao kit anti-homofobia, o fortalecimento dos discursos religiosos no âmbito político e a não aprovação da PL 122 (Brasil, 2006) e do pacto de união civil (Brasil, 1995), talvez sejam os exemplos mais visíveis, mas sobram relatos sobre as limitações, desconfortos e obstáculos enfrentados pelos agentes que trabalham com estas temáticas no interior dos órgãos governamentais, bem como sobre a fragilidade dos investimentos que foram feitos pelo governo (Rodrigues, 2008).

Este panorama, inicialmente animador apesar das limitações, começou a apresentar impedimentos ainda mais comprometedores para os avanços desta pauta no interior do Estado. Os financiamentos que o governo começava a disponibilizar, não se consolidaram em investimentos substanciais. Apenas para citar um número, segundo vários de nossos entrevistados, os recursos destinados pelo Governo Federal para o enfrentamento da homofobia em âmbito nacional, não chegam à sétima parte do que é investido apenas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo o posicionamento do Governo Federal com relação a estas questões, que na 1ª Conferência Nacional LGBT era bastante enfático e comprometido, foi se tornando ambíguo, sobretudo nos últimos dois anos do Governo Lula, tendo assumido uma postura ainda mais reticente durante o Governo de Dilma Rousseff. As eleições que elegeram Dilma Rousseff se constituíram como um momento dramático de moralização dos discursos políticos, sobretudo em torno da descriminalização do aborto e das demandas apresentadas pelos movimentos LGBT.

O conceito de estrutura de oportunidades políticas é útil para pensarmos estas relações políticas, pois ajudam a identificar como os movimentos sociais recebem fortes incentivos para se mobilizarem durante um determinado período, mas perdem rapidamente sua capacidade de mobilização na ausência de determinados recursos ou com a emergência de grupos antagônicos (Tejerin, 2010; Tarrow, 1994). Neste contexto, pensando que a entrada das temáticas dos movimentos LGBT no âmbito estatal não se reverteu em uma situação mais propícia para a democratização das hierarquias sexuais, a própria estrutura de oportunidades políticas que convocava estes movimentos para a participação se mostrou problemática. Emerge como foco de interesse como se estabelecem as fronteiras que separam os movimentos sociais e o Estado, pois se configurava um cenário no qual o governo poderia, ao mesmo tempo, se afirmar como aliado, atendendo algumas demandas em determinado contexto, e tomar

uma atitude completamente antagônica em outros contextos, em função dos interesses envolvidos e dos atores com os quais dialogava.

Deste modo, tomei como ponto de partida para delimitação de um recorte metodológico, a suposição de que as negociações de significados que se processam nas novas formas de relação entre o Estado e os movimentos sociais, bem como nos arranjos de democracia participativa, podem revelar aspectos do que virá a ser identificado como sendo legítimo politicamente. Mais especificamente, tais negociações podem revelar como e que formas de participação e que reivindicações seriam legitimados e/ou incentivados pelo governo (e pelo Estado em alguma medida). Além disto, estas negociações podem revelar nuances acerca da interação entre movimentos sociais e o Estado na atualidade. (Para seguir com a apresentação desta pesquisa, deixo agora o percurso que me trouxe até ela, e passo aos aspectos formais de delimitação de um campo de problematizações, definições conceituais e estratégias metodológicas, para o que utilizarei a terceira pessoa).

Apostando que investigar as relações entre os movimentos sociais e o Estado revelaria qualidades da política contemporânea e aspectos de um projeto político em curso, esta investigação se interessa pelas noções de identidade utilizadas por estes atores e em como estas influenciam na formação de identidades coletivas. Deste modo, erguemos a seguinte questão: como as mudanças na estrutura de oportunidades políticas, ocasionadas pelo Governo Lula, influenciaram na constituição de identidades coletivas dos movimentos sociais? Esta questão se relaciona ao esforço de compreender as dinâmicas políticas contemporâneas, tendo em vista as transformações pelas quais passaram os processos de mobilização social no Brasil, principalmente na última década. Este projeto se insere nestes esforços, enfocando as relações entre os processos de mobilização e as relações que os movimentos sociais estabelecem com o Estado, a partir das interações sociais que ocorrem nesta fronteira.

Como cada movimento social apresenta questões, demandas, dilemas e características próprias e, mais que estas particularidades, me interessava compreender as fronteiras e as dinâmicas interacionais que se estabeleciam entre os movimentos sociais e o Estado, optei por investigar estas relações a partir de dois movimentos sociais específicos: o movimento de juventudes e o movimento LGBT. Embora não seja objetivo deste estudo compreender as dinâmicas especificas e a formação de identidades coletivas destes movimentos, esta opção foi uma estratégia para circunscrevermos um

campo empírico minimamente delimitado, o que discutiremos mais pormenorizadamente nos aspectos metodológicos que serão apresentados no capítulo 3.

É importante salientar que este estudo não tem como objetivo avaliar as consequências políticas e/ou sociais do projeto governista, ou ainda, avaliar a efetividade dos arranjos participativos ou de qualquer política pública abordada ao longo do texto. Tampouco é nosso objetivo avaliar a efetividade dos processos de mobilização e ação dos movimentos sociais aqui debatidos. Nosso interesse será investigar exatamente as relações sociais e políticas que se estabelecem entre estes atores e pensar sobre os impactos que terão sobre a constituição de identidades coletivas e os processos de mobilização social, de modo a refletir acerca da constituição de sujeitos políticos no Brasil contemporâneo.

Nesta introdução apresentamos o contexto no qual emergem as perguntas que constituem o pano de fundo sobre o qual delineamos nossa pesquisa. Esta tese está dividida em duas partes. Na Primeira Parte – Construindo um problema de pesquisa, delinearemos nosso problema de investigação e seu recorte metodológico de maneira detalhada. Ainda nesta primeira parte, discutiremos os pontos que serão analisados e o marco interpretativo que utilizamos durante o trabalho de investigação e análise de dados.

No Capítulo I, além da apresentação do objetivo principal e das justificativas desta pesquisa, discutiremos o que compreendemos por política, buscando apresentar o campo epistemológico e o panorama conceitual que orientou a análise e seus resultados. Recorremos fundamentalmente aos conceitos desenvolvidos por Jacques Rancière, enfocando a relação entre política e polícia, e aos conceitos desenvolvidos pela teoria democrática radical e plural, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Neste capítulo, o conceito de subjetivação política será de vital importância, pois será a partir dele que analisaremos a relação entre identidade e política. Os conceitos de hegemonia, lógica da diferença, lógica da equivalência e identidade coletiva serão tomados da teoria democrática radical e plural, e ganham importância por relacionarem heterogeneidade e homogeneidade social na configuração das posições de sujeito. O conceito de discurso utilizado neste trabalho também é devedor desta perspectiva, e será discutido no primeiro e no terceiro capítulo.

No Capítulo II apresentaremos e discutiremos os conceitos utilizados para mapeamento e análise das interações sociais, bem como uma localização mínima das abordagens que utilizamos no campo de estudos de movimentos sociais, buscando

caminhos estratégicos para sintetizar as perspectivas teóricas dos diferentes autores. O conceito de estrutura de oportunidades políticas será discutido a partir do modelo desenvolvido por Herbert Kriesi, que toma como base o modelo de Sidney Tarrow. Já neste momento, apresentaremos alguns elementos que nos ajudarão a analisar as mudanças na estrutura de oportunidades políticas que se caracterizaram durante do Governo Lula. Em seguida, passaremos a uma discussão sobre identidade coletiva, analisando as nuances explicativas deste conceito e sua importância para a compreensão dos fenômenos coletivos, o que demandou uma sucinta revisão da bibliografia. A perspectiva de Alberto Melucci configura a ferramenta analítica central para investigarmos a constituição de identidades coletivas como um sistema de ação, o que nos ajudará a identificar os aspectos de maior relevo para uma análise das dinâmicas interacionais desenvolvidas pelos atores que investigamos. Como estamos trabalhando com autores de tradições de pensamento bastante diferenciadas, por vezes antagônicas, ao final deste capítulo apresentaremos uma síntese teórica, apontando de que forma cada teoria será utilizada, em qual contexto e com qual objetivo.

No capítulo III, após uma breve apresentação e delimitação do campo de pesquisa, discutiremos os objetivos específicos que orientaram a metodologia, os procedimentos e as estratégias metodológicas utilizadas para coleta e análise de dados, localizando-as no campo de estudos de movimentos sociais e fenômenos coletivos. Neste capítulo, também faremos uma discussão das ferramentas metodológicas e dos dados que construímos a partir delas. Privilegiamos o uso de métodos qualitativos, tais como entrevistas não estruturadas e semiestruturadas, análise de documentos e observação de campo, com redação de diário e cédulas de campo. Justificaremos a escolha dos sujeitos entrevistados e dos documentos analisados, caracterizando a amostra selecionada e os passos empreendidos na construção destes dados. Como método de análise utilizamos a abordagem desenvolvida por Fernando Álamo, que se intitula Análise Sociológica do Sistema de Discursos, que discutiremos de modo a articular com a noção de discurso apresentada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Encerraremos a primeira parte desta tese com uma apresentação dos eixos de análise, suas categorias e os discursos que construímos para sintetizar os processos investigados.

Na Segunda Parte – Do Estatal À Política, passaremos à apresentação do trabalho de análise e discussão dos resultados, o que implicará em discorrermos sobre a noção de Estado e suas relações com a identidade e os processos de (in)diferenciação social. Também apresentaremos algumas discussões sobre igualdade e diferença que

serão importantes para a compreensão dos discursos analisados. Apontaremos os impactos dos discursos políticos e das dinâmicas interacionais que analisamos na constituição de identidades coletivas dos movimentos sociais. Neste contexto, teceremos algumas considerações sobre as consequências destas dinâmicas interacionais e discursos para a política e para a democracia, tendo em vista as noções de transformação social que são delineadas pelos sujeitos da pesquisa.

No Capítulo IV nos centraremos na construção teórica do discurso do participacionismo, que aponta os sentidos e ambiguidades atravessadas no discurso governamental sobre a participação social. Para tal, será necessário descrevermos os arranjos participativos e outros pontos de contato entre os movimentos sociais e o Estado que marcam algumas mudanças na estrutura de oportunidades políticas que constituem o cenário no qual interagem os atores coletivos que figuram nesta investigação. A descrição deste contexto político demandou também uma breve discussão sobre a trajetória do partido dos trabalhadores para compreendermos o lugar ocupado pela idéia de democracia participativa durante o Governo Lula.

No capítulo V apresentaremos a construção do discurso do diferencialismo identitário, inserindo-o no interior de um debate acerca das identidades e dos processos de (in)diferenciação social, questionando a essencialização das experiências sociais e apontando suas consequências para a democracia e para a constituição de discursos políticos. Abordaremos este discurso no âmbito de uma discussão sobre igualdade e diferença e como os discursos políticos possibilitam que o governo dê prosseguimento a uma gestão das identidades. O discurso do diferencialismo identitário foi dividido em três elementos inter-relacionados que tentam dar conta das negociações identitárias que se processam nas fronteiras discursivas que separam o Estado dos movimentos sociais: 1) a reificação e essencialização das identidades; 2) as fronteiras reticulares; 3) a sobreposição entre técnica e política.

No capítulo VI encerraremos o trabalho de análise a partir da articulação entre estas duas construções discursivas. Argumentaremos que a mecânica destes discursos oferece elementos para um mapeamento das interações sociais dos atores coletivos nos espaços institucionais de participação, e que isto nos ajuda a refletir sobre a política, a democracia e as formas contemporâneas que o político vem imprimindo no fazer coletivo dos movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil. A articulação destes dois discursos será feita a partir da analise dos seguintes pontos: 1) a percepção das mudanças na estrutura de oportunidades políticas; 2) percepção das diferenças entre

âmbitos de atuação e processos de identificação; 3) as ciladas do diferencialismo: estrutura de oportunidades políticas e a assimilação de diferenças; 4) as (im)possibilidades da ação e a crise do estado: dilemas entre a "parte" e a "partilha"; e finalmente, 5) a política e a subjetivação do social: os conflitos e os consensos e o discurso da globalidade

Acima apresentamos a estratégia argumentativa que delineamos para apresentar os resultados da presente pesquisa. É importante dizer que todas as traduções contidas no texto foram feitas por nós, salvo quando indicado. Nos trechos citados, e que compreendemos que a tradução que fizemos não expressou satisfatoriamente o sentido dado pelo autor, inserimos em pés de página ou entre parênteses a versão não traduzida, de modo que o leitor tenha um acesso rápido e mais completo à idéia original. Da mesma maneira que as traduções, todos os grifos (negrito, itálico, sublinhado ou aspas) que constam em citações foram feitos por nós, salvo quando indicado. Isto vale tanto para os trechos de entrevistas ou documentos analisados, como para os trechos de autores que fundamentam este trabalho. Estes grifos realçam pontos que interessam ao argumento que estará sendo desenvolvido em um determinado momento do texto, ou, no caso das aspas, tentam produzir uma suspensão do sentido literal e sinalizar para uma compreensão das ambiguidades contidas em um determinado termo ou expressão.

Mais que desvelar uma verdade acerca dos fenômenos que tomamos como objeto nesta pesquisa, esta tese pretende participar e contribuir para um debate que consideramos necessário e atual. Para além de seus resultados analíticos, nossa proposta tem a pretensão de oferecer sínteses e articulações que configuram uma abordagem teórico-metodológica voltada para o estudo de processos políticos e sociais que se dão na interface entre os movimentos sociais e o Estado. Nesta perspectiva, nas fragilidades desta tese talvez estejam também suas contribuições mais relevantes, pois poderão suscitar novos questionamentos e idéias sobre um campo cuja compreensão é, mais do que nunca, fundamental para o avanço dos processos de democratização.

PARTE I
CONSTRUINDO UM PROBLEMA DE PESQUISA

Capítulo 1 – Fundamentos teóricos e conceituais

Na introdução desta tese descrevemos um campo repleto de arestas, a partir do qual delimitamos como objetivo de pesquisa estudar como as transformações na estrutura de oportunidades políticas[12], ocasionadas pela vitória do partido dos trabalhadores, em 2002, impactaram a constituição de identidades coletivas dos movimentos sociais. Neste contexto, interessa investigar como a proximidade entre Estado e movimentos sociais, reforçada pelo discurso popular sustentado pelo Partido dos Trabalhadores, tem influenciado a constituição e o desenvolvimento de identidades coletivas e sua participação no espaço político.

O Partido dos Trabalhadores, desde suas origens, desenvolveu relações muito próximas com a diversidade dos movimentos sociais brasileiros, o que nos levou, dentre outros motivos, a recortamos o período que vai de 2003 a 2010, o qual compreende os dois mandatos presidenciais de Luis Inácio Lula da Silva. Analisaremos como as mudanças na estrutura de oportunidades políticas ocasionadas durante este período reconfigurou o campo da militância política no Brasil.

A primeira parte desta tese será dedicada a desdobrarmos as nuances deste objetivo geral, assim como a apresentarmos nosso recorte de pesquisa e as estratégias metodológicas utilizadas. Ainda nesta primeira parte será apresentado o alicerce conceitual a partir do qual analisaremos as relações entre o Estado e a sociedade civil, de modo a contextualizar o problema de investigação no campo de estudos de movimentos sociais, e delinear uma metodologia de pesquisa capaz de abordar psicossocialmente as interações sociais que se processam nos espaços institucionais e semi-institucionais.

Na medida em que tratamos de questões eminentemente políticas, também discutiremos o conceito do político que orientará o escopo analítico desta tese, já apontando para as conexões teóricas que faremos nos capítulos subsequentes. Enquanto o conceito do político será o alicerce sobre o qual edificaremos a estrutura

[12] Estrutura de oportunidades políticas é um conceito central na Teoria do Processo Político que diz respeito às dimensões formais e informais da política institucional as quais, quando alteradas, abrem novas possibilidades de expressão de reivindicações, processos de mobilização e estratégias políticas aos grupos que estão fora da política institucional (Tarrow, 1998). Discutiremos mais pormenorizadamente esse conceito no próximo capítulo.

argumentativa, as conexões teóricas que serão desenvolvidas constituem o esqueleto conceitual do trabalho de análise. Neste sentido, a primeira parte desta tese deve ser tomada de forma inter-relacionada, pois apresentam elementos argumentativos complementares para a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos que orientaram esta investigação.

1.1. Uma breve contextualização histórica das relações entre o Estado e os movimentos sociais no Brasil

As relações que os movimentos sociais desenvolvem com o Estado constituem um aspecto importante para a compreensão dos fenômenos políticos, e já inspirou um grande número de reflexões e pesquisas, constituindo-se como o ponto central de algumas teorias (Gohn, 2004, 1997; Alvarez, Dagnino & Escobar, 1998). Alguns autores chegam a considerar um movimento social autenticamente político apenas quando este se relaciona com o Estado, sendo capaz de endereçar suas demandas aos agentes governamentais e impactar o poder público (Macadam, Tarrow & Tilly, 2009; Engels, 2001). No caso brasileiro, as relações entre os movimentos sociais e o Estado passaram por profundas transformações, sobretudo após o fim da ditadura, como veremos a seguir (Cardoso, 1996; Gohn, 1994; Doimo, 1993; Sader, 1988).

No contexto histórico de abertura política no Brasil, principalmente após o início da década de 1980, os movimentos sociais brasileiros passaram gradativamente a se institucionalizar (Ricci, 2010) e a se aproximar das instituições governamentais (Cardoso, 1996), o que se situa no âmbito de um conjunto de transformações profundas que alteraram as relações entre a sociedade civil e o Estado. O Estado, que anteriormente era visto como um adversário, muitas vezes um inimigo dos movimentos sociais, passa a assumir lugares mais ambíguos e capilares (Prado, Machado & Carmona, 2009).

Se nos anos 1970 e início dos 1980 se defendia a forte oposição e, até mesmo, um corte de relações com o Estado, uma vez que ele não seria capaz de atender às reivindicações populares (Doimo, 1993; Sader, 1988), na década de 1990 observa-se um refluxo desta oposição e a assimilação dos atores vindos da sociedade civil pelas instituições governamentais (Cardoso, 1999). Durante todo o processo da nova constituinte, ao surgirem possibilidades institucionalizadas de participação social, as

reivindicações da sociedade passaram para o terreno da legalidade e o Estado passou a ser visto mais como um parceiro ou um espaço de disputas, do que propriamente como um inimigo ou adversário. Gohn (1994) entende que isto mudou o curso das ações dos movimentos sociais, que foram amenizando suas lutas, conflitos e reivindicações e assumindo formas organizacionais mais institucionalizadas.

A partir de uma análise otimista destas novas configurações, Cardoso (1999) defende este novo referencial na relação entre o Estado e a sociedade civil como uma proposta de união de esforços para solucionar os problemas sociais e aprofundar os processos de democratização da sociedade brasileira. Segundo a autora, estas mudanças levaram o Estado brasileiro a abrir espaço para a participação da sociedade nas questões públicas, o que produz *um modo mais moderno e mais adequado* de gerenciar as políticas públicas.

Assim, o conceito de participação social, que anteriormente se vinculava mais à noção de movimentos sociais caracterizados pela luta, reivindicação, protesto e conflito, apresentando muitas vezes intenções transformadoras mais radicais e mobilizações mais amplas, passa a ser cada vez mais comumente identificado com atuações mais assimilacionistas e diálogos mais cordiais, programáticos e propositivos. Embora este cenário não seja homogêneo, de um modo geral, o Estado deixa de ser um inimigo a ser superado pelo ativismo dos movimentos sociais. Noções como as de revolução e transformações radicais passam a ser substituídas pela concepção de mudanças gradativas no cotidiano (Scherer-Warren, 1993; Scherer-Warren & Krischke, 1987). Importante ressaltar que a idéia de cotidiano se ampara, em grande medida, nos processos históricos que implicaram em um descentramento da idéia de sujeito e eliciaram a proliferação dos conflitos e antagonismos sociais, estabelecendo complexas relações de politização de aspectos privados da vida coletiva. Isto dificultou a configuração de valores universais e teorias macrossociais capazes de organizar a diversidade dos discursos e dos conflitos políticos, e confluiu na relativização do poder Estatal, comprometido pelos processos de globalização e expansão do sistema capitalista (Prado & Souza, 2002; Melucci, 1990).

A aproximação entre o Estado e os grupos organizados da sociedade civil iniciada com o período de abertura política, pode ser caracterizada, entre outras coisas, por um diálogo cada vez mais cordial e regulado entre o Estado brasileiro e os movimentos sociais e coincide com a hegemonia de concepções de sociedade pautadas por uma lógica liberal (Ortiz, 2006). Neste contexto, o formato ONG (Organização

Não-Governamental[13]) passa a ser o modelo principal de mobilização e organização de militantes, sinalizando uma acentuada tendência à profissionalização e especialização de grupos e agentes políticos, o que redefine os sistemas de ação desenvolvidos por estes atores. Para Ramos (2004), as organizações não governamentais "criam uma categoria de 'ativistas profissionais', distantes da militância religiosa, universitária ou partidária, mas guardando conexões com elas" (p. 1069).

Em um campo político pautado por uma crescente complexificação, as ONGs se tornam o instrumento privilegiado de participação social e política de (ou "a serviço de") minorias sociais. Transitando entre a pouca institucionalidade de alguns movimentos sociais e a extrema rigidez dos partidos políticos e sindicatos, sua estrutura organizacional leve faz das ONGs o modelo de ativismo ideal para tempos de globalização (Ortiz, 2006). Ortiz (2006) aponta que as ONGs, ao se assemelharem às empresas, com versatilidade e mobilidade nas ações e nas posições institucionais, configuram-se como uma forma de politização adaptada ao modelo de sociedade radicalmente mundializada.

Ressalta-se, porém, que a versatilidade destas organizações nem sempre se reflete na alternância de lideranças e na abertura para o monitoramento público do uso de recursos (Prado, Machado & Carmona, 2009; Machado, 2011; 2007). Isto leva a considerar o argumento de Scherer-Warren (1993), que sinaliza a importância de incluirmos, nas análises sobre movimentos sociais, aspectos como clientelismo e personalismo, termos que anteriormente eram associados aos partidos políticos, aos grupos de interesse e às instituições políticas tradicionais. A eficácia de serviços prestados por ONGs, em comparação aos serviços prestados por órgãos governamentais, também pode ser questionada. Quando desenvolvidos pelo poder público, os serviços prestados poderiam ser mais rigidamente monitorados pela sociedade civil e tenderiam a se tornar políticas públicas e/ou políticas de Estado sendo,

[13] Ramos (2004:1069) aponta três características que contextualiza a fundação das Organizações Não-Governamentais no Brasil e na América latina: "1) a valorização da competência técnica, a profissionalização da militância e a especialização; 2) a tendência à multiplicação e à diversificação; 3) a perspectiva internacional; 4) a autonomia em relação ao Estado". Segundo a autora, este modelo se intensifica na década de 1990 e um dos dilemas por ele enfrentado é exatamente a ênfase na "especialização, profissionalização e na hipereficiência", o que pode afastar a sociedade civil organizada das aspirações populares e levantar dúvidas sobre a natureza deste tipo de ativismo. Como veremos ao longo deste trabalho, ao menos do ponto de vista do financiamento de ações, o cenário atual implica em formas de interdependência entre o Estado e as organizações da sociedade civil, comprometendo o quarto item apresentado por Ramos (2004).

portanto, mais consolidadas e menos vulneráveis aos interesses e à instabilidade dos financiamentos públicos e privados (Machado, Fonseca & Nascimento, 2007).

Cardoso (1999) analisa essa reconfiguração como uma nova condição da participação social nascida do apelo à união de esforços entre a sociedade civil e o governo, desencadeando um reordenamento das relações que se estabelecem entre o Estado e a sociedade civil. Ao serem redefinidas e resignificadas, passam a estabelecer novas formas de participação política, baseadas em práticas de solidariedade, humanitarismo e dever social.

Por outra perspectiva, Coraggio (1999) afirma que esta nova forma de participação faz com que os movimentos sociais se prendam às prescrições de organismos multilaterais, cuja influência e capacidade constituem fatores decisivos na formulação das políticas públicas de países menos desenvolvidos, dentre os quais o Brasil é um caso exemplar. Utilizando o argumento da crise fiscal do Estado, as instituições governamentais tiveram como orientação, ao longo de toda a década de 1990, minimizar o gasto público e recortar direitos sociais.

Para Coraggio (1999), o objetivo principal foi o de reestruturar as ações do governo, deixando cada vez mais nas mãos das organizações da sociedade civil a alocação de recursos para os serviços públicos e o enfrentamento de problemas sociais, que passam a ser dirigidos por lógicas de mercado. Neste contexto, muitos movimentos sociais passaram a mesclar, além dos intentos de representação política de conjuntos populacionais, a oferta de serviços e o desenvolvimento de projetos, apresentando ações que oscilam em um *continuum* entre representar e atender um público específico (Anjos, 2002). Ganha destaque na atuação das ONGs a presença de profissionais especializados em atendimentos sociais, tais como advogados, assistentes sociais e psicólogos (Machado, Fonseca & Nascimento, 2007; Machado & Prado, 2005).

Estes aspectos do que se popularizou chamar de *Terceiro Setor* trouxeram para a arena política novas redefinições das fronteiras entre a vida pública e a vida privada. A relação entre a sociedade civil e o Estado deixa de ser necessariamente sustentada pela oposição e pelo conflito e passa a incluir outras formas de interação, como parcerias, cooperações e alianças, mas também, jogos de interesses, lobbies, clientelismos e disputas por recursos (Ortiz, 2006).

Esta aproximação não constitui um fenômeno linear ou homogêneo e está permeado por contradições. As elites sociais e econômicas também aumentaram sua atuação junto ao Estado que, movido por uma forte onda neoliberal, criou possibilidades

de interferência direta do setor privado no setor público através de parcerias público-privado, na conquista de concessões, na garantia de monopólios, na externalização de custos, etc. A influência destas elites impulsiona a diminuição do poder Estatal na regulação dos fluxos econômicos e, consequentemente, das políticas sociais (Ortiz, 2006; Tejerina et al 2006; Tejerina, 2005). Em outras palavras, o Estado passa a financiar cada vez mais a acumulação de capital e a incorporar a seus esquemas organizacionais as dinâmicas do sistema capitalista (Doimo, 1993).

O ingresso do setor privado no espaço público passa a ser visto como *"a grande solução"* para os problemas da crise fiscal do Estado, em uma trama que transferia a responsabilidade do Estado com a área social para os movimentos sociais organizados (León, 2003), utilizando o argumento da "política participativa" e das "parcerias público-privado" (Gohn, 1994; 1991). Gohn (1991) aponta que foi após o período da abertura política que se intensificam as políticas sociais reelaboradas pelo Estado brasileiro em torno de negociações com a sociedade.

É importante ressaltar, mais uma vez, que não se pode ignorar uma diversidade de movimentos sociais que escapam desta tendência, construindo um discurso mais amplo e igualitário, de confrontação às elites políticas e estruturas governamentais. Porém, estes grupos não têm alcançado o mesmo lastro público ou a mesma visibilidade e encontram dificuldades para estabelecer diálogos com as políticas governamentais e para o desenvolvimento de ações e o reconhecimento de suas demandas[14]. Destaca-se, inclusive, o debate acerca da criminalização dos movimentos sociais (Bruziguessi & Bezerra, 2010; PAD 2006), que sugere um movimento contrário nas relações entre o Estado e a sociedade civil. O debate sobre a criminalização dos movimentos sociais denuncia ações governamentais que assumem a tarefa de reprimir e silenciar formas de participação social e enfrentamento político que são "incompatíveis" com este modelo "*mais moderno e mais adequado"* de gerenciar as políticas públicas, das "parcerias" e "cooperação"[15]. Neste sentido, Domingues (2004) argumenta que o processo de

[14] A título de exemplo, dois dos mais expressivos movimentos sociais brasileiros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados passaram por rupturas. Setores destes movimentos começaram a tecer críticas ao governo, porém, as relações históricas que desenvolveram com o PT e as complexidades dos vetores políticos limitaram estas críticas, levando com que diversos militantes deixassem estes grupos. A CUT, que havia crescido nos primeiros anos do Governo Lula, perdeu um grande número de sindicatos filiados, sobretudo após o segundo mandato (Almeida, sd; Ricci, 2010; 2006).

[15] O debate sobre a criminalização dos movimentos sociais em um contexto de aproximação da sociedade civil organizada com o Estado reforça a importância de analisarmos as estruturas de oportunidades políticas, pois será o entorno político que oferecerá incentivos para que se organizem determinados tipos

modernização no Brasil imprimiu nas relações entre o Estado e a sociedade civil uma combinação entre mecanismos de cooptação e repressão.

Mesmo durante o Governo Lula (2003-2010), no qual os movimentos sociais passaram a ter um relacionamento ainda mais próximo e cordial com o Estado, foram acionadas ações repressivas contra muitos movimentos sociais, sobretudo a movimentos grevistas e ocupações urbanas[16], sem deixar de atingir os movimentos do campo e de luta pela terra (Sanson, 2008). Embora muitas destas ações tenham sido empreendidas por governos estaduais, o governo federal manifestou pouco interesse, ou não foi eficaz, em intervir nos processos de criminalização e repressão de movimentos sociais (PAD, 2010; Simionatto et al, 2011). Isto nos leva a pensar que determinados movimentos sociais, estratégias políticas e ações coletivas continuam a obter mais legitimidade que outras, junto ao poder público, e a antiga história de tutela do Estado sobre a sociedade segue coexistindo com outras formas de controle, o que aponta para as nuances ambíguas das novas formas de relação que o Estado vem estabelecendo com os movimentos sociais (Martins, 2000).

Neste contexto, consolida-se a predominância de um modelo de militância especializado, profissionalizado, institucionalizado, com tendência à multiplicação e à diversificação, organizado primordialmente sob o formato de ONG e, acima de tudo, que já não toma mais o Estado Nacional como um inimigo, mas como um ator privilegiado de diálogo e um espaço de disputas. Este modelo passa a incluir também a formação profissional e a remuneração da militância (Ramos, 2007), contrastando com o projeto inicial das ONGs de se constituírem como organizações "sem fins lucrativos" (Ramos, 2004). Em outras palavras, nestas formas contemporâneas de militância, muitas vezes "perder o poder, equivale a perder o emprego" (Machado, Fonseca & Nascimento, 2007).

Um aspecto que merece destaque no processo histórico que caracterizamos acima, diz respeito ao surgimento dos chamados "novos movimentos sociais" e a intensificação das políticas de identidade, que, além de uma nova forma de relacionamento com as políticas institucionais, agrega elementos que produzem uma proliferação das formas de mobilização, das demandas endereçadas ao Estado e à sociedade como um todo e dos elementos identitários geradores de pertencimento

---

de ação coletiva em detrimento de outros, a partir das expectativas de êxito e fracasso abertas pelo sistema político(Tarrow, 1994).

[16] Importante recordarmos que tais ações foram mais que frequentes e violentas nas décadas de 1980 e 1990, sobretudo no que tange à violência no campo e à repressão às ocupações rurais (PAD, 2006).

coletivo. Além de movimentos organizados em torno da demanda por bens e serviços, como moradia, saúde, educação, tornam-se cada vez mais proeminentes as formas de militância relacionadas ao reconhecimento de identidades subalternas e a politização de novos âmbitos da vida social e das hierarquias sociais[17].

Estes movimentos, associados ao feminismo, à luta contra o racismo, entre varias outras lutas que envolvem o reconhecimento e a reparação identitária, incidem sobre a separação entre as esferas pública e privada, mas se confundem com a burocratização do Estado, que aumenta seu universo de intervenção e regulação das sociabilidades[18]. A identidade ganha um lugar importante nestas novas configurações, uma vez que tensiona o debate sobre as relações entre universal e particular, resignificando a política e o fazer político.

Analisando estes elementos, Prado & Souza (2002:16) nos oferecem uma análise de como os movimentos "identitários" tensionam a cisão entre os âmbitos público e privado sem, contudo, deixarem de circunscrever suas pautas de luta no âmbito institucionalizado da política:

> Uma das dimensões reflexivas dessa "re-significação" situa-se nas idéias de universalidade e particularidade, cuja síntese forçada sempre implicou a negação de uma dessas dimensões encobertas pela cisão público-privado. Em tal cisão, o universal coloca-se claramente na aceitação e obediência à ordem da lei, que no mundo privado se expressa nos interditos de uma dupla moral. Por um lado, a moral no mundo privado sustenta-se em expectativas sociais do "dever ser", balizadas por regulações legais, e por outro lado, essa moral sofre os reveses das defesas à moralidade castradora, dado o caráter proibitivo das normatizações sociais e regulações legais, e que comumente se manifesta em experiência de opressão que não assume a dimensão do debate político. Nesse sentido, os movimentos de gênero (principalmente feministas e homossexuais) tiveram e têm o grande mérito de politizar o mundo privado opressor, comparecendo com o debate das desigualdades, o que implicou trazer ao reconhecimento público que muitas idéias universalistas eram a encarnação de um "dever ser" extremamente particularista. Não somente a questão do gênero foi colocada como uma questão do mundo privado, as questões da ordem das diferenças culturais, étnicas e identitárias também foram remetidas a essa esfera do mundo privado. Esse mecanismo permitiu que o debate político fosse limitado às regras institucionais, distante da participação concreta dos grupos sociais. As diferenças foram assim confinadas no mundo privado e tornaram-se, pouco a pouco, não políticas (Prado & Souza, 2002:16).

[17] Laclau & Mouffe (1985) identificam três elementos históricos fundamentais para a emergência de novas lutas democráticas: a mercadorização da vida (*comodification of life*); a institucionalização do Estado de Bem-Estar Social; e o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e a expansão de uma cultura global massificada;

[18] Isto se insere em um movimento histórico de proporções globais, que se acentua após a Segunda Guerra Mundial, tem seu ápice nos conflitos de maio de 1968 e assume novos contornos com a queda do muro de Berlim (Laclau & Mouffe, 1985). Este contexto, marcado por um avanço das relações capitalistas de produção sobre todos os ambitos da vida social e pelos processos de globalização, se confunde com o declínio da influência do pensamento marxista nas ciências sociais e a frustração dos movimentos revolucionários com o "socialismo real". Laclau & Mouffe (1985)

Até aqui tentamos descrever um movimento histórico e tensões políticas que vão se consolidando no Brasil a partir da Constituição de 1988 e que, após o Governo Lula, são intensificadas em alguns aspectos, mas que assumem novos contornos institucionais e discursos políticos ainda pouco explorados. Essas tensões constituem o contexto de investigação desta pesquisa[19]. Desde 2003, após a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal, as mudanças na relação entre o Estado e a sociedade civil se aprofundam, tanto no sentido de uma aproximação ainda mais intensa entre o Estado e movimentos sociais, como no sentido de uma crescente dificuldade dos atores em definirem papéis que diferenciem o poder público dos grupos organizados da sociedade civil (Prado, Machado & Carmona, 2009).

Seguindo uma tendência já presente em gestões municipais e estaduais do PT (Manzini-Covre, 2001), a partir de 2003 o Governo Federal investiu e incentivou arranjos participativos, como os conselhos e as conferências nacionais[20] (Silva, 2010; Pogrebinschi, 2010), e aumentou a quantidade de recursos destinados a projetos desenvolvidos pela sociedade civil organizada, fortalecendo os canais de interação destes com o poder público (Brasil, 2011). Além disto, militantes de diversos movimentos sociais passaram a ocupar cargos no poder público ou nos conselhos, participando de discussões e processos políticos no interior do Estado, o que reverberou nas práticas coletivas dos grupos organizados e da militância de base. Como resultado, a já difícil separação ou diferenciação de papéis entre Estado e movimentos sociais se torna ainda mais confusa (Abers & Bülow, 2010)[21], explicitando a importância de pesquisas que investiguem como vêm sendo demarcadas as fronteiras entre os diversos atores políticos na contemporaneidade, e como estes interagem formando percepções e práticas políticas.

A tensão existente entre a sociedade civil e o Estado se cristaliza em um modelo participativo com características extremamente complexas, que ganha novos espaços de formalização e institucionalização após o Governo Lula. O Estado passa a fomentar a

[19] As mudanças que se processaram nas relações entre o Estado e os movimentos sociais neste período trazem relações íntimas com o perfil de gestão governamental que marca o Partido dos Trabalhadores, e devem ser compreendidas considerando o desenvolvimento histórico que perpassa este partido. Por esta razão, trataremos deste ponto separadamente em outro capítulo.

[20] Para um estudo acerca dos arranjos participativos e sua aproximação com o Movimento Nacional de Reforma Urbana, ver Duque Brasil (2011).

[21] Para uma discussão sobre este tema especificamente relacionada ao movimento LGBT, ver Prado, Machado & Carmona (2009). Sobre o movimento de economia solidária, ver Silva & Oliveira (2011).

participação da sociedade civil que, em grande parte, passa a seguir uma agenda política centralizada, organizada em conjunto com os órgãos governamentais e marcada por uma crescente especialização temática (Machado, 2011). Os editais, conselhos, conferências nacionais, políticas setoriais e políticas públicas se tornam pauta prioritária na agenda dos movimentos sociais, o que, por sua vez, aumenta a distância entre as lideranças e suas bases (Tommassi, 2012).

Atualmente, muitos movimentos sociais se encontram numa relação de interdependência com o Estado, já que necessitam de fomentos e recursos estatais para exercerem suas atividades e dos espaços de participação para se legitimarem e terem reconhecidas suas identidades políticas. Embora muitos deles apresentem críticas ao Governo, muitas vezes estas críticas são minimizadas tanto por esta interdependência, como para evitar abrir espaço para grupos políticos de "direita", que supostamente seriam menos favoráveis à sua pauta de reivindicações. Além disto, as críticas feitas ao governo, em sua maior parte, parecem estar condicionadas ao universo técnico e/ou orçamentário, e os conflitos políticos muitas vezes parecem incidir mais sobre pessoas e cargos do que sobre posicionamentos propriamente ideológicos (Ricci, 2010).

O Governo Federal, por sua vez, valeu-se do apoio dos movimentos sociais para legitimar seu discurso popular e participativo, forçando a conciliação de vetores políticos muitas vezes antagônicos (Ricci, 2010). Nesta mesma direção, o Governo Federal buscou a todo custo consolidar uma plataforma governista de coalizão, construindo alternativas de consenso entre os diversos atores políticos, o que caracterizou transformações fundamentais no perfil administrativo e articulatório do PT e, em menor grau, em seu discurso político (Samuels, 2007).

Como argumentam Abers & Bülow (2011), a relação entre os movimentos sociais e o Estado, apesar de constituir um ponto analítico importante na literatura sobre movimentos sociais, apresenta lacunas importantes para a compreensão do cenário político contemporâneo, e que dizem respeito aos modos como estes âmbitos de atuação política se influenciam e se interpenetram. Por esta razão, os autores apontam que a análise destes dois âmbitos, o estatal e a sociedade civil, não pode ser feita de forma independente. Como tentaremos explicitar em nossa análise, consideramos necessários novos conceitos que sejam capazes de identificar como se dão estas interações, para evitarmos termos genéricos que simplificam os fenômenos políticos contemporâneos, tais como cooptação dos movimentos sociais pelo Estado (Ricci, 2010), capilaridade das instituições políticas e governamentais, opacidade das fronteiras institucionais e outros

conceitos que vêm sendo utilizados no senso comum e na literatura especializada (Prado, Machado & Carmona, 2009).

Nesta pesquisa, investigaremos alguns pontos de contato entre os movimentos sociais e o Estado, enfocando discursos de sujeitos que interagem nestas fronteiras e que precisam articular uma pluralidade de identidades, sentimentos de pertencimento, bem como diferentes experiências de ação e interpelação política. Através destes discursos, buscamos compreender o impacto que as formas atuais de interação entre os movimentos sociais e o Estado têm sobre a formação de identidades coletivas. Recortamos o período posterior à ascensão do PT ao Governo Federal por ser neste momento que se observa mais nitidamente o estreitamento das relações Estado/sociedade civil, a partir da criação de novos e diversificados arranjos institucionais de "democracia participativa", e um investimento mais intenso em políticas de identidade (Castro, 2008).

As políticas de identidade nos interessam particularmente, porque uma das características marcantes do Governo Lula[22] foi a sua abertura para a entrada de novas temáticas de politização na agenda governamental, que inicia e/ou intensifica relações com diversas "minorias sociais" (Pogrebinschi, 2010), o que constitui um contexto propício para estabelecerem-se novos debates sobre as políticas de identidade (Bernstein, 2005). Isto se deu principalmente através da consolidação do Sistema Nacional de Participação Social (Duque-Brasil, 2011; Silva, 2010) e inserindo representantes destas "minorias" nos órgãos governamentais através de cargos comissionados, grupos de trabalho, consultorias, etc. (Abers & Bülow, 2011; Prado, Machado & Carmona, 2009).

Tais políticas participativas, em parte, são respostas governamentais à tendência dos movimentos sociais contemporâneos de abordarem temas específicos voltados à constituição de identidades políticas marcadas pelo direito à diferença. Diversos autores, de diferentes perspectivas teóricas, como, por exemplo, Costa (2010), Wood (2005), Klein (2002), Pierucci (1998) e muitos outros, demonstram como esta lógica diferencialista na política contribui para o isolamento das diferentes lutas democráticas, o que por vezes implica na fragilização dos atores sociais. A proliferação das identidades e dos processos de mobilização que tomaram lugar na sociedade brasileira das últimas décadas e os processos de formalização destas formas de participação

[22] Discutiremos separadamente como este modelo de gestão implica em mudanças no perfil político historicamente desenvolvido por este partido e suas relações com os movimentos sociais.

implementados durante o Governo Lula, constituem um fenômeno privilegiado para discutirmos as relações entre universal e particular (Laclau, 2005). Os processos de (in)diferenciação que perpassam tais práticas políticas contemporâneas trazem elementos que questionam a oposição entre os princípios de igualdade e diferença, ao mesmo tempo em que nos levam a apontar problemas teóricos e políticos que derivam da ênfase em um destes princípios em detrimento do outro (Prado & Souza, 2002).

Enquanto diversos temas da política passam a ser discutidos separadamente, na medida em que são pautados por suas especificidades, as lideranças dos movimentos sociais passam a transitar em espaços situados nas fronteiras entre a sociedade civil, a universidade, os diversos órgãos governamentais e outros âmbitos de atuação. Se tomarmos a entrada de debates acerca de identidades "minoritárias" nos espaços governamentais, veremos que isto propicia uma proliferação de pontos de identificação que terão que ser negociados entre si, conjuntamente com a diversidade de atores e formas de interpelação institucional que agregam diferentes temáticas, estratégias, setores e estruturas organizacionais, disputando recursos, espaços institucionais e legitimidade política.

Este espaço complexo de atuação política produz discursos que nos levam a refletir sobre a constituição de identidades coletivas, especialmente quando tomamos o exemplo de lideranças de movimentos sociais que passaram a ocupar cargos comissionados no poder público, tornando-se responsáveis pela articulação entre as demandas de seus movimentos de origem e o desenvolvimento de políticas públicas. Na medida em que estes sujeitos devem transitar entre lugares com lógicas de pertencimento muito distintas – Estado e organizações da sociedade civil – percebe-se um esforço para articularem suas identidades individuais e coletivas. Este esforço pode ser observado em expressões, escutadas frequentemente nos diversos espaços de discussão política, tais como "Eu enquanto movimento social...", "Eu enquanto governo...", "Eu enquanto universidade..." e assim por diante (Diário de Campo).

Como veremos detalhadamente no próximo capítulo, a constituição de identidades coletivas está pautada, entre outros aspectos, pelo estabelecimento de fronteiras identitárias que definem, a partir da afirmação de valores e estratégias políticas, simultaneamente um "Nós" e um "Eles", sendo que neste processo alguns atores externos ao grupo serão vistos como aliados e outros como adversários. Independente de seu teor, agonista ou antagonista, as relações que são estabelecidas entre atores políticos são determinantes na constituição e na manutenção de qualquer

identidade coletiva, já que a qualidade da reciprocidade estabelecida entre os grupos determina mecanismos interacionais, estratégias políticas e a negociação de valores que marcam a formação de fronteiras de pertencimento.

Deste modo, pressupõe-se que o esforço de negociar estas diferentes formas de pertencimento identitário produzirá discursos relevantes para compreendermos os processos interacionais que tomam lugar nas fronteiras que separam o Estado da sociedade civil organizada, o que pode contribuir para um maior entendimento da política e do fazer político na contemporaneidade. Para investigarmos estas produções discursivas precisamos conceituar: 1) o Estado, enquanto um agente político e um espaço de interlocução política, com enfoque na mobilização de identidades e nos mecanismos institucionais que determinam a estrutura de oportunidades políticas e sua abertura à participação política; 2) as identidades coletivas, enfocando seus processos constitutivos, interacionais e estratégicos; 3) o político, de modo a compreender as relações entre a constituição de identidades e a democracia.

No âmbito das ciências sociais, o Estado tem sido um ator central no cenário das identidades políticas e fundamental para a análise da constituição de identidades coletivas no campo dos movimentos sociais (Eder, 2003). Transformações no âmbito Estatal podem constituir oportunidades políticas determinantes para a mobilização social, para a redefinição de atores políticos e para a formação de estratégias de confrontação e/ou cooperação (Kriesi, 1992). Compreender as negociações identitárias que se processam na fronteira do Estado com a sociedade civil organizada demanda que iniciemos com uma conceituação sobre o que é a política, pois será sobre esse enquadre teórico que se erguerá nossa análise.

Antes de ser uma tese sobre a constituição de atores políticos, esta pesquisa tem a intenção de refletir sobre a política e desvelar dinâmicas interacionais e discursos que nos ajudem a compreender melhor como se dá a constituição de um campo político nos dias atuais e suas consequências para a democracia. Neste sentido, uma vez que as negociações identitárias presentes nas falas dos sujeitos entrevistados se revelarão também como negociações políticas, a análise proposta não pode ser realizada sem uma definição daquilo que compreendemos como a política ou sobre o que define o político, pois são estes conceitos que nos permitem identificar e analisar os vieses dos processos de mudança social.

1.2. O Conceito do Político

Em qualquer esforço de compreensão do comportamento político subjaz uma definição, mesmo que implícita, de política. Como argumenta Ferreira (2004), uma conceituação de política sempre participa dos embates políticos, na medida em que define os critérios que condicionam estes mesmos embates. Assim, o conceito de política se torna também um objeto de disputa entre os atores que constituem uma determinada comunidade política. Nas palavras de Fair (2009), estas variadas apreensões históricas vão desde Aristóteles "que a situa [a política] como a ciência que tende ao bem da comunidade, até aqueles enfoques contemporâneos de origem liberal que a definem com uma luta por alcançar o poder e o prestígio individual, existem indefinidas formas de conceber aquilo que é próprio da política" (p.88).

É importante termos bem claro que o presente estudo parte de uma concepção específica de política e só se sustenta a partir dela, mesmo que possa dialogar com outras perspectivas teórico-metodológicas e com orientações políticas divergentes. Esta concepção, crítica à concepção platônica, insere-se na tradição que afirma que a política não se confunde com o lugar da verdade, herdando do pensamento de Maquiavel a percepção da impossibilidade de realização plena de um determinado projeto político (Ferreira, 2004). Assim, afirmar que a política não se confunde com o lugar da verdade nos obriga a incluir no campo político a contingência e eliminar concepções racionalistas, elitistas e universalizantes acerca da política.

Por outro lado, tampouco podemos resvalar para um conceito de político excessivamente difuso, a partir do qual toda relação social seria uma relação política, pois isto acarretaria um esvaziamento do conceito, e nos impediria de identificar os processos sociais que trazem implicações políticas substanciais e que de fato constituem o motor de transformação do social (Ferreira, 2004).

Carl Schmitt talvez tenha sido o primeiro pensador a definir a política como um campo próprio, afirmando-se como um dos maiores críticos de sua época ao pensamento liberal, que tende a circunscrever a política às disputas por poder eliminando sua especificidade epistêmica (Ferreira, 2004). Em seu texto intitulado o Conceito do Político, Schmitt (1992) argumenta que, enquanto o campo da moral se define pela oposição entre bem e mal, o estético pela oposição entre belo e feio, o conhecimento pela oposição entre verdadeiro e falso, a política se caracteriza pela

diferenciação entre amigo e inimigo[23]. Esta definição é importante, pois, ao estabelecer um campo próprio da política, reconhece no conflito sua essência e, consequentemente, a impossibilidade de adequar as questões próprias da política a soluções técnicas ou racionalistas, como tende a fazer as matrizes de pensamento liberal (Ferreira, 2004).

Nesta tese, tomamos como referência autores que se inserem nesta tradição de pensamento, tais como Jacques Rancière, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em busca de uma definição de política que nos habilite a interpretar a formação de discursos localizando-os em um espaço de conflitos. Tomar uma definição de política marcada pela contingência e pelo conflito, leva-nos a considerar as identidades individuais ou coletivas como formações indivisíveis que, ao se conflitarem com outras identidades, demandarão um reordenamento dos processos identificatórios particulares e do ordenamento social como um todo.

O conflito como elemento definidor da política imprime nestes autores uma forma de pensamento sempre tensionado e, a partir do reconhecimento das contingências históricas, tomam como fundamento do político o paradoxo engendrado pelas relações entre liberdade e igualdade. Deste modo, as negociações identitárias, como processos de diferenciação e indiferenciação que constituem o objeto desta pesquisa, participam do campo político. Neste sentido, nos cabe analisar em que medida os trânsitos identitários processados na fronteira entre o Estado e os movimentos sociais se constituem como discursos políticos. Precisamos, então, ao nos debruçarmos sobre estes autores, deter-nos sobre como eles compreendem a natureza do político e, mais além, qual o papel da identidade na dinâmica política.

Tomaremos a obra de Jacques Rancière como linha condutora para a análise da política, mas introduziremos de modo comparado alguns conceitos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe para, ao final desta discussão, sinalizarmos os conceitos destes dois últimos autores que nos serão particularmente úteis na compreensão das dinâmicas identitárias e dos processos de constituição de identidades coletivas. Em seguida, demonstraremos como a noção de política e a perspectiva epistemológica que utilizamos serão articuladas com os demais campos teóricos que compõem nosso enquadramento teórico.

[23] Sobre este ponto da teoria de Carl Schmitt, Lima (2011:166) argumenta que "se na esfera moral, as diferenciações extremas são o bom e mau; no estético, o belo e o feio; no econômico, o útil e o prejudicial, etc.; na esfera do político, para Schmitt, a fim de resguardar sua autonomia, é fundamental a diferenciação de algo especificamente político".

Não pretendemos aqui argumentar que estes autores sejam equivalentes na totalidade do corpo conceitual que desenvolveram, pois isso demandaria um esforço específico[24]. Apenas apontaremos as semelhanças entre eles necessárias para a formação de um corpo conceitual que seja analiticamente útil aos propósitos desta pesquisa.

1.2.1. Polícia, Política e Subjetivação Política: (des)identificação

Rancière (2006) compreende como o político o encontro de dois processos heterogêneos: a polícia e a política[25]. A polícia está relacionada ao governo e "consiste em organizar o encontro dos homens em comunidade e seu consentimento, e descansa na distribuição hierárquica de lugares e funções"[26] (Rancière, 2006:17). Guardando semelhanças com o conceito de hegemonia (Laclau & Mouffe, 1985), que discutiremos adiante, a polícia é o processo social através do qual se mantêm associados uma função e seu status, sua posição social frente às outras funções que organizam a vida em comunidade.

A política, por sua vez, está relacionada à igualdade e se pauta pela possibilidade de verificar as relações de (des)igualdade entre quaisquer pessoas ou grupos de pessoas. Para Rancière, a igualdade é o único universal político possível, já que, na ausência de quaisquer outros fundamentos, frente à contingência absoluta de qualquer ordem social, é possível verificar as relações de igualdade, expandindo assim o campo da democracia. Este universal político deriva da liberdade, como expressão da contingência, e que

[24] Ressalta-se, porém, que a utilização conjunta destes autores não é arbitrária. Autores como Fair (2009) ou Lo Valvo (s/d) associam Laclau e Rancière, dentre outros autores, a partir da noção de ontologia da negatividade. Destaca-se, ainda, Lüders (2010), que os aproxima através de um fundamento negativo do político.

[25] Em um sentido semelhante, mas não equivalente, Laclau & Mouffe (1985) fazem a distinção entre o político e a política. A política pode ser considerada como o conjunto de instituições e relações formais públicas que sustentam não só o Estado, mas as próprias ações da sociedade civil. Define-se como um conjunto de regulações, leis, normas e modos institucionais que permitem que um contrato entre os diferentes grupos sociais seja estabelecido. O político, por sua vez, diz respeito às posições antagônicas que se constituem como formas e tentativas de limitar a objetividade do social, não sendo reguladas pela política imediatamente, mas se transformam em formas de política negociada. O político pode ser assim entendido como aquilo que é anti-social, definindo os limites da objetivação social, enquanto a política é definida como as práticas sociais que derivam de antagonismos e conflitos, e que competem por uma nova significação da realidade.

[26] "Organizar la reunión de los hombres en comunidad y su consentimiento, y descansa en la distribución jerárquica de lugares y funciones" (Ranciere, 2006:17). (Incluiremos em notas de rodapé as traduções oficiais de algumas citações dos textos de Jacques Rancière, por serem termos que carecem de uma reflexão maior para uma tradução mais precisa).

permite a reconfiguração das identidades. O universal está, portanto, marcado pela ausência de um universal, assim como na perspectiva de Laclau & Mouffe (1985), segundo a qual qualquer universal deve ser considerado um "particular que 'se universalizou'". Laclau (2005), inclusive, reconhece a semelhança entre a noção de igualdade, em Rancière, e o que ele chama de lógica da equivalência.

Para Rancière, em toda vida social ocorre uma distorção, um dano produzido na hierarquização dos lugares sociais, e que gera relações de opressão e identidades subalternas. Eliminar parte desta distorção é indispensável para a naturalização da distribuição das partes de uma sociedade, e a política interpela este processo a partir de uma nomeação polêmica deste dano, questionando assim a naturalidade da distribuição hierárquica das partes a partir da contingência absoluta, que se manifesta nesta igualdade fundamental. Para Rancière (2010) "a política começa precisamente ali, onde deixam de se equilibrar perdas e ganhos, onde a tarefa consiste em repartir as partes do comum, em harmonizar segundo a proporção geométrica as partes da comunidade e os títulos para obter estas partes".

A política para Rancière é uma nomeação polêmica que se realiza na publicização de um conflito, de modo que o dano produzido pela hierarquização e a consequente distribuição das partes apareça como um mimetismo deste mesmo dano. Isto implica em desconstruir, a partir da manifestação de um dissenso, a correspondência policial que naturaliza determinadas categorias sociais a suas funções correspondentes.

Entretanto, apesar de serem processos opostos, compreende-se que a política só existe em contraposição a uma ordem policial que define os limites de um sensível compartilhado, processo que Rancière (2009) denomina partilha do sensível. Para o autor, partilha do sensível "é o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas" (Rancière, 2009:15). Merece uma atenção especial o duplo sentido contido na palavra "partilha", pois indica, ao mesmo tempo: a divisão das partes e também a participação dos indivíduos neste processo, já que estes compartilham uma "mesma faculdade de compreender" (Rancière, 2010:64) que, embora esteja determinada pelos lugares sociais partilhados, engendram a noção de uma igualdade latente, de onde se deduz que "a desigualdade de posições sociais não

funciona mais que em razão da igualdade mesma dos seres falantes" (Rancière, 2010:68).

A comunidade, em sua partilha, define assim os lugares sociais associados às funções que cada indivíduo ocupa e desempenha, ao mesmo tempo em que define o enquadramento partilhado a partir do qual os indivíduos atribuirão sentido à cada parte e à sua participação nesta partilha. Por este motivo, a ordem policial tende a fixar identidades, de modo que o ordenamento social apareça como naturalizado, ocultando assim o dano. A divisão das partes aparecerá então como contingente, pois a percepção sensível da hierarquização não será polemizada.

Na obra de Rancière (1999), a concepção de partilha do sensível vincula intimamente política e estética. Na medida em que a nomeação do dissenso é também uma nomeação estética, dependente, portanto, da forma e lugar a partir da qual se torna visível. A partilha do sensível define não apenas as partes hierarquizadas da sociedade, mas também como estas partes se hierarquizam. A partilha do sensível valora, política e esteticamente, a existência e a qualidade daqueles que ocupam um lugar determinado em um sistema hierárquico de posições sociais e valores. Em outras palavras, "se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nesta partilha" (Rancière, 2009:15). Por este motivo, Rancière (2010) argumenta que a política é uma raridade, que emerge em momentos específicos, os quais dependem de complexos processos de elaboração individual e coletiva.

A partilha do sensível nos remete à constituição das identidades que dela fazem parte. O trabalho da política consistirá em questionar a conta das partes desse sistema em um processo que Rancière denomina "subjetivação política". Subjetivação política é um processo de desidentificação ou de desclassificação que interpela a ordem policial em um determinado campo sensível. Nas palavras do autor, "por subjetivação, entender-se-á a produção, mediante uma série de atos de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis em um campo de experiência dado, cuja identificação, portanto, corre lado a lado com a nova representação do campo da experiência[27]" (Rancière, 2006:52).

[27] "por subjetivación, se entenderá la producción mediante una serie de actos de una instancia y una capacidad de enunciación que no eran identificables en un campo de experiencia dado, cuya identificación, por lo tanto, corre pareja con la nueva representación del campo de la experiencia" (Rancière, 2006:52)

Um processo de subjetivação política compreende a possibilidade de questionar não apenas a conta de cada parte em um sistema partilhado, mas o próprio processo de contar as partes, separando-as hierarquicamente. É a possibilidade de desnaturalizar o enunciado "as coisas como elas são", que regula a disposição dos corpos e as possibilidades interpretativas num determinado sistema. Subjetivação política é a elaboração coletiva que se dá pelo reconhecimento de estar "**entre**" identidades e não a partir do fortalecimento ou cristalização de uma identidade dada. É uma propriedade imprópria que se caracteriza pela sua negatividade (por aquilo que ela não pode ser) e se constitui em uma equação impossível capaz de interpelar, de um lado, a equação aritmética, que equilibra perdas e ganhos, e, de outro, a equação geométrica, que justifica méritos associando uma qualidade a uma posição social (Rancière, 2010; 2006).

Entretanto, este processo de desidentificação é sucedido por um processo de reidentificação. Como apontam Blanco & Martín (2003:09), é justo dizer que "a subjetivação implica em um movimento em dois sentidos: desidentificação e (re)identificação". Porém, a subjetivação não deve ser compreendida como dois processos distintos, mas sim "uma só e mesma aparição que, do ponto de vista da ordem constituída (e transcendida pela subjetivação) é desidentificação, do ponto de vista da novidade que irrompe é identificação". Assim,

> Não há desdobramento de ações nem intenções ocultas: despojar-se e proclamar são ações simultâneas. O que conta é o caráter performativo do ato. Desidentificar-se não tem um sentido mais além da ação porque é a ação mesma. Dito de outra forma, se atua apesar da identidade prévia (e das regras que a regem e disposições que a determinam) ou como se esta identidade implicasse uma liberdade e uma igualdade até o momento incontada" (Blanco & Martín, 2003:09)

A política para Rancière é um processo de subjetivação que redimensiona o campo da experiência sensível dos sujeitos, de modo que uma determinada identidade se desidentifique com a parte que lhe é(ra) atribuída. Este processo demanda a percepção sensível de que uma determinada experiência não implica necessariamente em uma identidade, mas se encontra entre identidades que foram cindidas por um processo de subjetivação.

Como se deixa entrever, a política para Rancière não se circunscreve ao espaço do Estado e da política institucional. O Estado e as instituições sociais participam da ordem policial e estão atravessadas pela lógica sensível compartilhada, sendo, assim, um poderoso agente da ordem policial. A política, ao contrário, não deve ser

substantivada ou associada a um lugar específico, pois está mais associada ao verbo, a um movimento, a uma ação (Blanco & Martin, 2003). Em outras palavras, a um discurso político polêmico e litigioso.

Entretanto, enquanto agente, o Estado será importante por duas razões. Primeiramente porque a ordem policial é o outro da política, sem o qual não ocorreria qualquer processo de subjetivação, e as instituições jogam um papel importante nesse processo. Em segundo lugar porque, como argumenta Rancière (2011), existem ordens policiais melhores (ou piores) que outras. Isto evidencia o tensionamento do pensamento do autor (Rancière, 2010; 2009; 2006), que ao mesmo tempo questiona a ordem policial e a reconhece como condição de possibilidade para a existência da política bem como de seus processos de subjetivação (Chambers, 2010; Deranty, 2010). Assim, a política interpela a ordem policial e seus agentes, entre eles o Estado, que respondem aos processos de subjetivação dissipando e/ou institucionalizando seu potencial de alargamento da experiência sensível.

Para Rancière, existe política porque uma enunciação nunca é simplesmente uma palavra, ou um conjunto de palavras, mas sim o modo como uma palavra é levada em conta. Ou seja, remete à medida em que uma determinada emissão sonora é compreendida como palavra, apta a enunciar o "justo", constituindo-se assim enquanto discurso político.

Nesse sentido, a visibilidade de um determinado grupo social e de suas enunciações, apesar de ser um importante instrumento político, estaria condicionada ao lugar (sensível) em que se manifesta, à forma de sua aparição. A ordem policial estabelece as regras daquilo que pode ser objeto de disputa e, portanto, a visibilidade de um determinado discurso está equacionada pelo valor que lhe é atribuído.

> O que devemos levar em conta é que a polícia estipula a 'regra do aparecer', que configura as diferentes tarefas, papéis, funções e lugares, correspondentes a cada classe. Se trata do aparecer e um alguém (seja individual ou coletivo) e, então, de um 'lugar' no qual esse alguém pode aparecer. A relação entre aparecer e lugar é uma relação de interdependência. Quando advém o que Rancière chama de conflito, é essa ordem policial que é interrompida e questionada. Esta erupção leva o nome de política (Blanco & Martín, 2003:07).

Por esta razão, a democracia para Rancière (2006b) não se identifica com o Estado de Direito. Democracia é o modo de subjetivação da política. É o nome de uma interrupção singular da ordem policial. Para o autor, "há democracia se há atores que não são nem agentes do dispositivo estatal, nem partes da sociedade" (Rancière,

2010:127). Os agentes de democratização são exatamente aqueles capazes de questionar a própria divisão das partes através de um litígio "dirigido no cenário de manifestação do povo por um sujeito não identitário" (Rancière, 2010:127).

A política coloca-se aqui como algo que elicia processos de interpelação (não necessariamente do Estado), e amplia um campo de significação, ao apresentar uma identidade fora do lugar no qual uma comunidade sensível aloca esta identidade. Assim, a política opera a partir de um processo de desidentificação que interpela o ordenamento sensível que organiza as identidades de uma determinada ordem social.

A democracia é então algo próprio do "povo", daqueles que não tem "parte", dos que "nada tem" ou "tudo tem", cuja existência faz com que uma comunidade exista como uma comunidade política. Em outras palavras:

> É através da existência desta parte dos sem parte, desse nada que é tudo, que a comunidade existe como comunidade política, quer dizer, dividida por um litígio fundamental, por um litígio que se refere à conta de suas partes, antes inclusive de referir-se aos seus 'direitos'. O povo não é uma classe dentre outras. É a classe da distorção que pré-concebe a comunidade e a institui como comunidade do justo e do injusto (Rancière, 2010:23)[28].

Assim, a política para Rancière só é possível porque existe essa classe inexistente, o povo, a massa indiferenciada que constitui uma comunidade política. A política é então um conflito entre classes, mas não uma classe definida a priori, como no pensamento marxista (Bosteels, 2010). O povo enquanto uma classe que não é propriamente uma classe, já que não possui nenhum valor associado a ela (nem riqueza nem virtude), funciona como horizonte simbólico da subjetivação que interpelará a partilha das partes. Assim,

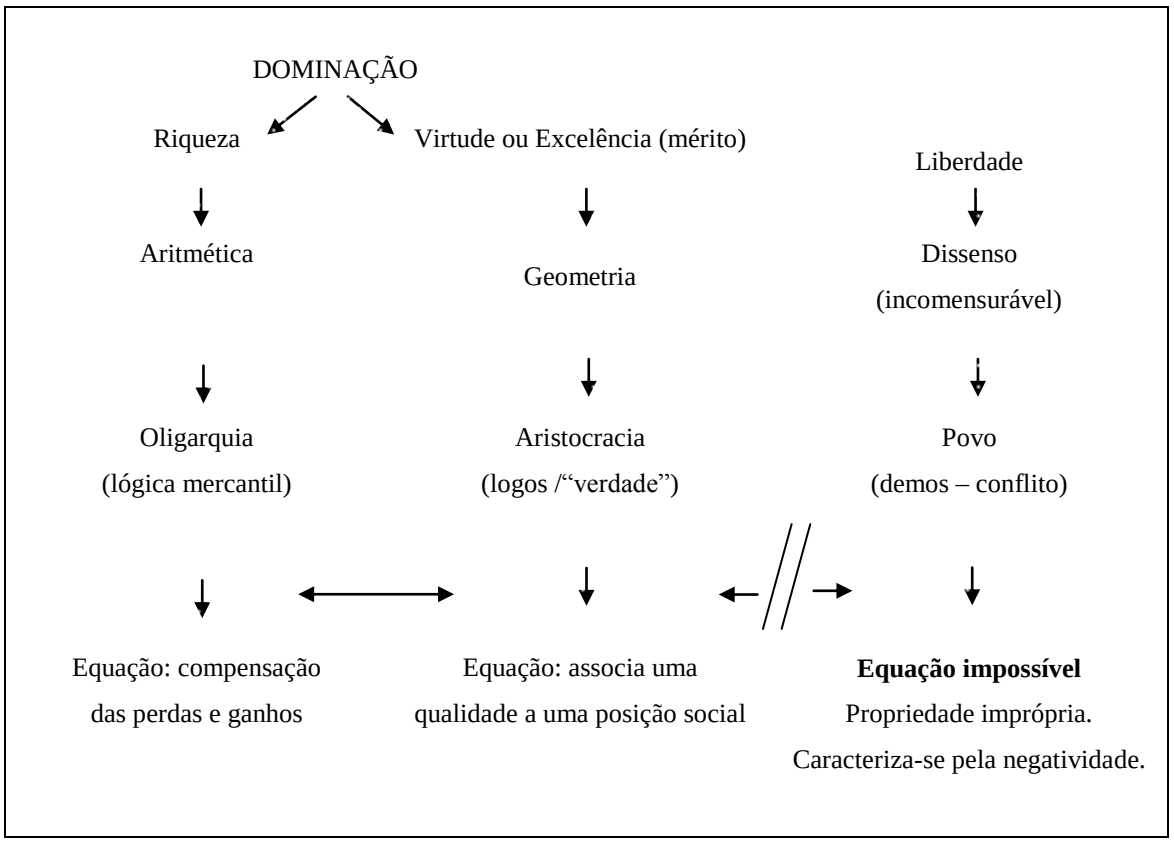
> a atividade política é sempre um modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial mediante colocação em ato de um suposto que por princípio lhe é heterogêneo, o de uma parte dos que não tem parte, a que, em última instância, manifesta em si mesma a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante (Rancière, 2010:45).

Como veremos, a noção que se apresenta como classe, possui uma íntima articulação com a identidade, pois se constitui como dispositivos de regulação da ordem

[28] Los que no tienen parte – los pobres antiguos, el tercer estado o el proletariado moderno – no puede, en efecto, tener otra parte que la nada o el todo. Pero también es a través de la existencia de esta parte de los sin parte, de esa nada que es todo, que la comunidad existe como comunidad política, es decir dividida por un litigio fundamental, por un litigio que se refiere a la cuenta de sus partes antes incluso de referirse a sus "derechos". El pueblo no es una clase entre otras. Es la clase de la distorsión que perjudica a la comunidad y la instituye como comunidad de lo justo y de lo injusto.

policial que ocultam a própria partilha do sensível, a qual atribui valor e determina as formas de aparecer sustentando um sistema de dominação e hierarquização.

Articulando os conceitos de Rancière de modo a compreender como se estruturam estas relações de dominação e como a política pode emergir desafiando a ordem policial e sua partilha do sensível, estruturamos o seguinte diagrama:



Neste diagrama, alocamos em cada coluna, os valores (*axiai*), a formação social e a equação que, combinadas, sustentam a partilha do sensível e, portanto, as relações de dominação e hierarquização postas pela ordem policial e, consequentemente, a possibilidade de emergência da política a partir da equação impossível de (des)identificação que se dá pelos processos de subjetivação política. Agora nos será útil investigar como a identidade, ou os processos de identificação, relacionam-se e eliciam processos de subjetivação política em relação aos conceitos acima dispostos.

Rancière (2010) não considera a política de forma substantivada, mas como um movimento, um verbo, uma ação significante. Neste sentido, argumentam Blanco &

Martí (2003), a identidade é entendida como um operador identificante que trabalha, simultaneamente, possibilitando os processos de individuação e o pertencimento dos indivíduos a uma comunidade. Estes mecanismos identificantes são operados pela lógica policial que, ao distribuir geometricamente as partes de um sensível compartilhado, permite a emergência da diferença e sua classificação em partes específicas: grupos identificáveis por uma comunidade mais ampla, no interior desta mesma comunidade e seu conjunto de relações sociais. A política, portanto, "não tem como uma de suas tarefas, outorgar identidade ou identificar, mas sim romper uma identidade dada e, com ela, uma ordem de identidades preestabelecidas. Esta ruptura se exerce por meio da inscrição de uma nova identidade, a inscrição de um novo sujeito ou subjetivação" (Blanco & Martí, 2003:10).

Vemos aqui uma relação tensionada entre diferenciação e igualdade na constituição de uma identidade. Embora a política necessite da diferença para emergir como dissenso, ela o faz a partir da igualdade ou, mais especificamente, pela verificação da igualdade entre os seres falantes (não entre identidades partilhadas). A subjetivação política, nesta perspectiva, é um processo capaz de questionar os atributos de uma identidade suspendendo, durante o ato enunciativo, o próprio processo de categorização social que engendra as identidades. Como apontam Blanco & Martí (2003:10), o sujeito político será, portanto, "um operador que une e desune identidades", e tem como "horizonte regulador a idéia de igualdade", fazendo com que a política seja "a igualação dos que, desiguais, devem ser igualados".

A partir da obra de Jacques Rancière, avançamos sobre o conceito do político e compreendemos como as identidades se relacionam nos processos de subjetivação política, e como isto engendra um ato que articula paradoxalmente igualdade e diferença em um processo de (des)identificação. Por esta razão, aqui nos parece extremamente importante destacar o imperativo da verificação da igualdade para a constituição de uma enunciação política que seja capaz de superar a ênfase que é dada ao direito à diferença nos debates políticos contemporâneos (Blanco & Martí, 2003; Pierucci, 1998).

O conceito de político que aqui utilizamos leva-nos também a reposicionar o Estado, a partir de uma compreensão mais ampla e radical da idéia de democracia que, associada a uma abordagem não essencialista e contingente das identidades, oferece um alicerce epistemológico sobre o qual edificar uma análise das interações entre as mudanças institucionais, que aqui trataremos como mudanças na estrutura de oportunidades políticas, e a constituição de identidades coletivas.

Para compreendermos como a formação do sujeito político pode interpelar a partilha do sensível, retomaremos alguns conceitos da teoria democrática radical e plural de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, buscando elementos que nos informem sobre como os processos de subjetivação política se relacionam com a formação de demandas e acerca de como um conjunto de pessoas passa a se reconhecer como um grupo. As proposições destes autores jogam luz sobre a importância da homogeneização subjacente à formação de identidades coletivas, frente à heterogeneidade que atravessa as diversas formações sociais (mas que são obscurecidas ou essencializadas pela hegemonia), para a enunciação dos antagonismos políticos.

1.2.2. Diferença, equivalência e hegemonia: sujeito político e identidades coletivas

O conceito de hegemonia na obra de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe ocupa um lugar semelhante ao de partilha do sensível e ordem policial na obra de Jacques Rancière. Porém, o conceito de hegemonia nos permite aprofundar a análise sobre as relações entre as diferentes identidades que competem por ressignificações da realidade empreendidas pelos movimentos sociais, sobretudo no que tange à formação de identidades coletivas. O trabalho destes autores nos oferece elementos para compreender como se formam e como operam os processos de subjetivação política conceituados por Rancière (2010), considerando como diferentes demandas sociais participam da constituição de identidades políticas em uma formação hegemônica radicalmente marcada pela heterogeneidade dos processos de identificação, impulsionados pela globalização.

As relações que Ernesto Laclau e Chantal Mouffe estabelecem entre a criação de demandas e a formação de um "nós", sempre em contraposição a um "eles", nos dão uma perspectiva estratégica, no âmbito da formação dos discursos, para compreender os processos de (in)diferenciação e seus aspectos políticos no interior da hegemonia. Isto nos ajuda a localizar como a lógica da diferença e a lógica da equivalência participam do cenário político a partir da compreensão que oferecem sobre a formação de uma identidade coletiva (a unidade de um grupo, em suas dimensões política e ideológica) (Laclau, 2006). O modo como uma demanda particular se hegemoniza a partir do estabelecimento de equivalências com outras demandas particulares nos permitirá associar analiticamente teorias mais instrumentais para a investigação empírica (como

as identidades coletivas e as dinâmicas interacionais que se processam nas fronteiras entre o Estado e a sociedade civil, bem como os aspectos institucionais e as mudanças na estrutura de oportunidades políticas) [29].

Articular a lógica da diferença e a lógica da equivalência é importante para este trabalho porque, ao tomarmos o Estado como parte de um problema de pesquisa, torna-se relevante considerar como as diversas particularidades endereçadas a esta instituição são traduzidas em universais que compõem o discurso oficial sobre a participação e sobre a política.

Embora Laclau & Mouffe (1985) não reduzam o alcance da hegemonia ao plano estatal, o Estado pode ser analisado como um importante agente político, pois participa de modo privilegiado dos processos de diferenciação e equivalência. Quando assume o lugar de responsável pelas demandas sociais, o Estado se torna um interlocutor importante para a constituição das identidades políticas e de relações equivalenciais que, em última instância, iniciam a constituição de um "povo". O "povo", que Rancière(2010) associa ao *demos*, a parte dos que não têm parte, é uma unidade que se constitui, segundo Laclau (2006:22), por uma "pluralidade de posições de sujeito que começam a estabelecer entre si um certo grau de solidariedade". Este sentimento de pertencimento a uma comunidade política se inicia exatamente quando as diversas demandas que emergem da vida coletiva não são satisfeitas e passam a "criar uma relação equivalencial" (Laclau, 2006:22).

Por esta razão, para entender o campo político em termos relacionais, sem um centro estrutural que determina as relações de dominação (como no economicismo marxista), ou pautado por universais pré-estabelecidos de qualquer ordem, compreende-se que a hegemonia esta presente em cada ato individual de significação como totalidade, mas uma totalidade falida. Assim como Rancière (1996), Laclau e Mouffe (1985) compreendem que as relações de dominação e a formação desta totalidade, fundamentam-se a partir de um particular que se universalizou e determina todo um conjunto de relações sociais que vão além das relações político-institucionais, sem deixarem de ser influenciadas por estas.

[29] Abordaremos estas conexões nos capítulos subsequentes, mas sinalizamos que os aspectos institucionais e interativos concretos encontrados no campo empírico serão tratados pela estrutura de oportunidades políticas, sobretudo através do modelo de Kriesi (1992) e da análise das desigualdades persistentes de Tilly (2005), bem como pelo conceito de identidade coletiva desenvolvido por Melucci(1996), o qual será tomado como uma ferramenta analítica voltada para a compreensão das dinâmicas interacionais e dos sistemas de ação.

Para Laclau (2005), as relações sociais se organizam a partir da hegemonia, compreendida como uma totalidade arbitrária, mas que determina o que se considera como "objetivo" em uma determinada comunidade política. O limite desta totalidade, capaz de abarcar todas as diferenças, precisará converter toda a exterioridade em algo interior. Neste sentido, "a única possibilidade de existir um verdadeiro exterior, seria que o exterior não seja simplesmente um elemento a mais, neutro, mas o resultado de uma exclusão, de algo que a totalidade expele de si mesma, a fim de constituir-se" (Laclau, 2005:94).

Assim, para que uma determinada forma de objetivação da ordem social se hegemonize, uma comunidade necessita criar inimigos e demonizar setores populacionais, como forma de justificar as relações de dominação e garantir a estabilidade desta ordem, não apenas institucional, mas também o ordenamento simbólico e as formas de percepção do real. Deste modo, todas as outras diferenças seriam equivalentes em sua hostilidade comum à diferença excluída (Laclau, 2005). Para retomarmos Rancière (2010), as diferenças, tomadas como partes essencializadas, consolidam-se então a partir da partilha do sensível, ou seja, a denotação das diferenças e suas respectivas identidades envolve a participação das partes, que (com)partilham suas divisões e legitimam as equações geométricas e aritméticas organizadoras do social.

A noção de identidade, nesta perspectiva, só pode ser compreendida como constituída pela negatividade, o que nos leva a atribuir a toda objetividade um caráter contingente e precário. Assim a identidade, mesmo que ordenada por uma totalidade falida, limita as possibilidade de ser e existir em sociedade, condicionando um lugar social, a forma com que deve aparecer uma identidade, a um traço que lhe é constitutivo[30]. O conflito, ou antagonismo, para Laclau (1993), assim como o dissenso para Rancière (1996), visibilizaria não uma identidade, mas sua negatividade, em outras palavras "a contingência de toda objetividade e o caráter indecidível de toda alternativa, fazendo com que qualquer decisão seja um ato de poder" (Costa, 2010:41). Neste sentido, apresentando as diferenças entre contradição (dialética) e antagonismo,

[30] Este traço constitutivo se relaciona à discussão que Laclau (2006) apresenta sobre a "nomeação", que o autor considera central na constituição das identidades. Contrapondo a escola descritivista (para a qual a nomeação de um fenômeno requer a mediação de um conceito) e a escola anti-descritivista (para a qual a nomeação não depende de uma conceituação, mas de um "batismo originário"), Laclau (2006) se utiliza da teoria lacaniana, a partir da qual argumenta que "a unidade do objeto é simplesmente uma unidade retroativa que resulta do processo de nomeá-lo, isto é, há uma série de características heterogêneas cuja unidade é somente garantida pelo nome" (p. 27).

Costa(2010:42) aponta que “a noção de antagonismo implica em um elemento de negação externo e contingente ao sistema, mas que, ao mesmo tempo, interage com o sistema”. Este elemento de negação externo funciona, pois, “como um ‘exterior constitutivo’, bloqueando a identidade do ‘interior’, ao mesmo tempo, que é condição de existência desta identidade”.

Entretanto, essa perspectiva não sustenta que toda experiência social é absolutamente contingente, pois isto seria uma afirmação relativista e que ignora a existência da necessidade, fundamental para a formação de demandas. Neste sentido, Costa (2010) argumenta que na perspectiva de Laclau e Mouffe (1985), “a contingência não é tratada como uma negação frontal à necessidade e sim como uma subversão desta, de modo que para que o antagonismo possa mostrar o caráter contingente de uma identidade, esta tem que existir, tem que se pressupor a afirmação desta identidade” (Costa, 2010:42).

O antagonismo é, então, um mecanismo que associa a lógica da diferença e a lógica da equivalência, no sentido de que a equivalência subverte a diferença. Isto se dá porque toda identidade é constituída na tensão entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência e, neste sentido, a hegemonia só pode ser concebida como uma “totalidade falida, lugar de uma plenitude inalcançável, uma totalidade impossível, porém necessária” (Laclau, 2005:94).

Toda identidade se estabelece na tensão insuperável entre as lógicas da diferença e da equivalência porque sem alguma exclusão nenhuma significação é possível, de onde advém a necessidade de uma totalidade precária para a formação de uma comunidade política. Porém, a hegemonia seria impossível de ser representada ou apreendida, pois é um movimento capaz de transformar uma diferença particular em uma representação incomensurável (Laclau, 2005). A hegemonia é a objetivação social (ou aquilo a que chamamos de Sociedade) das relações de poder (Mouffe, 1988), o que reafirma a impossibilidade de sua inexistência. Um antagonismo, na medida em que busca ampliar as formas de significação da realidade, ao impactar a totalidade hegemônica, torna-se, assim, parte dela. Deste modo, a noção de antagonismo se apresenta como um gesto unitário, mas que pode ser observado desde duas perspectivas distintas, assim como a subjetivação política em Rancière (1996).

A identidade[31] se afirma então como algo que, quando sem antagonismo, oculta o paradoxo engendrado entre as lógicas da equivalência e da diferença, tornando-se mera identificação. O paradoxo da hegemonia é estar dividida entre a particularidade que ela ainda é, e a significação mais universal da qual se pretende portadora[32]. Entretanto, a totalidade que ela representa não pode ser compreendida como um fundamento, mas sim como um horizonte simbólico (Laclau, 2005). Nesta perspectiva, a hegemonia pode ser considerada como

> um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores constitutivo e constituidor que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida (Williams, 1979:113 citado por Ridenti, 2001).

A contra-hegemonia seria, então, uma parte desta totalidade que, na tensão entre as lógicas da equivalência e da diferença, busca superar sua própria condição de exclusão simbólica a partir da enunciação discursiva de antagonismos sociais. Do mesmo modo como a subjetivação política articula a igualdade e a diferença na enunciação polêmica de um dissenso, a contra-hegemonia surge do interior de seu próprio ordenamento hegemônico, mas denunciando um particular que se hegemonizou. A interpelação da hegemonia se dá então pela produção de um antagonismo, que subverte a lógica da diferença através da lógica da equivalência, e visibiliza o exterior constitutivo que permite a um particular aparecer como universal.

A contra-hegemonia opera no terreno do antagonismo e do conflito social e tem como objetivo se tornar hegemônica, mas a partir de uma totalidade que permita a emergência de novas posições de sujeito (Mouffe, 1996). Nesse momento, entendemos

[31] Importante destacarmos que a identidade se constitui, para Laclau & Mouffe (1985), como uma sutura discursiva, portanto a articulação entre diferença e equivalência provoca discursos que auxiliam o sujeito nessa articulação/suturação. Estes autores dão à identidade um caráter pessoal, histórico e material, o que abre caminho para o processo de transformação social.

[32] Acerca da relação entre diferença e igualdade contida na formação de qualquer identidade, Prado & Machado (2008) recolocam o preconceito social como uma enunciação discursiva supostamente paradoxal, que visa ocultar a constituição paradoxal do próprio ordenamento simbólico da modernidade. Assim, para os autores, "na verdade, este paradoxo [o preconceito] visa, em última instância, esconder outro paradoxo fundamental da modernidade que ao declarar os princípios antropocêntricos de liberdade e igualdade, revela o abismo linguístico que dicotomiza os conceitos de indivíduo e sociedade. Este segundo paradoxo [contido na relação entre igualdade e liberdade] pode ser ameaçador, já que nos obriga a reconhecer a historicidade dos valores morais, pois relativiza os próprios valores que nos constituem, retirando qualquer estabilidade, permanência e universalidade contidas em nossas identidades e práticas culturais" (p. 74).

que é importante trazermos à tona a diferenciação entre inimigo e adversário, feita por Mouffe (2006). Para a autora, essa diferenciação implica em considerar o conflito político para além da eliminação simbólica do inimigo, e assim ter como horizonte os múltiplos antagonismos que permeiam a sociedade democrática sob a perspectiva do adversário.

Ao reconhecermos que a política é um espaço de conflito, podemos afirmar que os atores sociais antagônicos, ao disputarem um determinado lugar político, terão que se reposicionar. A formação de uma identidade política demandará, portanto, seu reposicionamento, do mesmo modo que as demais identidades de um sistema, pois qualquer processo de identificação é relacional e determinado por um exterior constitutivo, o qual as identidades, articuladas ou adversárias, terão que ressignificar (Prado, 2001). Em outras palavras, o antagonismo versa sobre própria a divisão das partes, em busca do reconhecimento de novas posições de sujeito, uma nova hegemonia "que transforme a identidade de grupos diferentes, de forma que as exigências de cada grupo possam ser articuladas com as dos outros, segundo o princípio da equivalência democrática" (Mouffe, 1996:33).

Laclau & Mouffe (1985) argumentam que a construção de uma sociedade radicalmente democrática depende de em que medida as diferentes posições de sujeito[33] terão voz para manifestarem seus antagonismos. Entretanto, se recordamos que a visibilidade em si não é garantia da política, o espaço no qual emergem os diferentes discursos da política, só serão políticos, no sentido de Rancière(1996), quando condicionados à uma forma de aparecer que enuncie polemicamente um dissenso que interpele litigiosamente a ordem policial.

A ruptura com a ordem estabelecida provém, entretanto, do interior da própria formação hegemônica e, por este motivo, a produção de antagonismos deve ser capaz de articular a heterogeneidade social com a produção de homogeneidades, ou identidades coletivas, a partir de enunciações discursivas. Neste sentido, para Laclau (2005), a enunciação de um discurso político deverá articular o que ele conceitua como significante vazio[34] e significante flutuante:

> as categorias de significantes 'vazios' e 'flutuantes' são estruturalmente diferentes. A primeira tem a ver com a construção de uma identidade popular, uma vez que faz

[33] Costa (2010), a partir da diferenciação entre sujeito e posição de sujeito, argumenta que o conceito de sujeito "busca distinguir a forma como os agentes sociais se comportam no interior de uma formação hegemônica e no momento de subversão da ordem social" (p. 47).

[34] Para Laclau (2005) um significante vazio é um significante sem significado, que esvaziado de sentido representa a plenitude ausente de uma ordem simbólica.

> presente uma fronteira estável; a segunda tenta apreender conceitualmente as lógicas do deslocamento desta fronteira. Na prática, no entanto, a distância entre ambas não é tão grande. As duas são operações hegemônicas e, o mais importante, os referentes em grande medida se sobrepõem. Uma situação na qual somente a categoria de significante vazio fosse relevante, com exclusão total do momento flutuante, seria uma situação na qual haveria uma fronteira completamente imóvel, algo difícil de imaginar. Inversamente, um universo puramente psicótico em que tivéssemos um flutuamento puro sem nenhuma fixação parcial, é também impensável. Portanto significantes vazios e flutuantes devem ser concebidos como dimensões parciais – e, portanto, analiticamente delimitáveis – em qualquer processo de construção hegemônica do 'povo' (Laclau, 2005:167).

Um discurso político capaz de aparecer como contra-hegemônico, questionando assim a hegemonia, deve articular significantes vazios e flutuantes, na medida em que necessita, simultaneamente, evidenciar a contingência da ordem social, ou a divisão das partes, e estabelecer nexos conotativos e denotativos que articulem alguma coletividade. Neste sentido, compreendemos as identidades coletivas como processos de significação ordenados pela hegemonia, mas que podem, a partir de processos de subjetivação política, enunciar, articulando significantes vazios e flutuantes, a exterioridade constitutiva desta mesma hegemonia.

Neste ponto, as relações entre igualdade e diferença, mais especificamente os processos de (in)diferenciação (Prado & Souza, 2002), ganham importância. A subjetivação política, ou a contra-hegemonia, dá-se a partir de processos de (in)diferenciação, que respondem à complexidade social, em franco processo de diferenciação identitária. Para Laclau (2006:28) "quanto mais heterogêneos os elementos que entram na situação de mundo globalizado, tanto mais a análise social tem que se voltar para a constituição de singularidades históricas". Retorna assim, o princípio de equivalência, apontando a importância de reconhecermos o momento da articulação política como constitutivo, já que, para Laclau (2006:36), "na articulação política temos que uma certa heterogeneidade é irresistível, mas lógicas homogeneizantes, no entanto, a partir desta mesma heterogeneidade, podem criar novas identidades coletivas".

Deste modo, Laclau (2005) resiste tanto a uma perspectiva marxista clássica, que o autor aponta como simplificadora da heterogeneidade social, como às perspectivas relativistas que recusam a utilização de qualquer noção de identidade. Neste sentido, o autor propõe como horizonte outros universais, já que para ele "podemos pensar na universalidade hegemônica, que é uma universalidade que se constrói equivalencialmente através da própria heterogeneidade" (Laclau, 2006:37).

A partir da discussão exposta acima, podemos estabelecer uma síntese entre a noção de política de Rancière (2010) e a relação entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência da teoria democrática radical e plural. Se Rancière (2010) foi preciso em identificar a tensão entre a política e a polícia, apontando para a subjetivação política como um processo de (des)identificação, Laclau (2006; 2005) recupera a importância de considerarmos a relação entre heterogeneidade e homogeneidade para a constituição de identidades coletivas e sua importância para o jogo político.

Entretanto, se nos interessa aprofundar a análise sobre as dinâmicas interacionais que se dão entre o Estado e os movimentos sociais, precisamos de corpos teóricos que nos permitam adentrar as nuances empíricas dos comportamentos políticos que interessam a este estudo. Embora do ponto de vista epistemológico o conceito do político aqui desenvolvido seja central, determinante para o argumento primário desta tese, devemos considerar que os autores utilizados apresentam um conjunto de reflexões direcionado mais ao universo teórico da filosofia política. Não encontramos, por exemplo, uma teoria do Estado, pois para estes autores o mesmo aparece como parte da hegemonia (Laclau & Mouffe, 1985) ou como uma dimensão institucional, dentre outras, do ordenamento policial (Rancière, 2010)[35].

Como estratégia analítica, faremos o exercício teórico de combinar autores que apresentam concepções epistemológicas e ontológicas divergentes, mas que oferecem conceitos relevantes para a construção de uma mecânica analítica empírica, útil aos propósitos deste estudo. Deste modo, para compreendermos alguns elementos que compõem o cenário político contemporâneo, adentrando as dinâmicas psicossociais que atravessam e são atravessadas por seu ordenamento hegemônico (ou policial), apresentaremos no capítulo que se segue alguns conceitos úteis para mapear como os movimentos sociais vêm se relacionando com o Estado. Estes conceitos nos serão relevantes para compreendermos dinamicamente como os atores políticos se relacionam e negociam suas identidades, de modo a refletirmos acerca da emergência da política ou sua dissipação na ordem policial, nos contextos institucionais e formalizados de participação social.

[35] Rancière (2010) se resume a dizer que o Estado "não é precisamente um lugar homogêneo. Sua configuração está determinada por estado das relações entre a lógica política e a lógica policial. Mas também é, por suposto, o lugar privilegiado onde sua diferença se dissimula sob o pressuposto de uma relação direta entre a *arkhé* da comunidade e a distribuição das instituições, das *arkhai* que realizam o princípio" (p. 49).

Para identificarmos os aspectos interacionais de como estes atores endereçam suas demandas ao Estado e como este responde aos movimentos sociais que pressionam a regulação estatal em busca de mudanças, teceremos alguns apontamentos acerca do conceito de estrutura de oportunidades políticas, o que nos será útil para identificar como mudanças nas estruturas de poder afetam as dinâmicas da mobilização. O conceito de oportunidades políticas nos permitirá abordar o Estado como um agente e um ator político, considerando a diversidade de atores que participam desta arena institucional, ao passo que o conceito de identidade coletiva nos ajudará a pensar sobre as interações sociais que se processam nos espaços institucionais e em como os atores se concebem mutuamente e definem papéis.

Como vimos acima, a teoria da democracia radial e plural, especialmente em Laclau (2005), apresenta uma compreensão da constituição de identidades coletivas e sua importância para a análise do político. Embora nossa perspectiva teórica esteja subscrita a uma compreensão da constituição de identidades coletivas como uma formação discursiva, para identificarmos suas dinâmicas e relações com as mudanças na estrutura de oportunidades políticas, contemplando empiricamente as interações sociais cotidianas, faremos uma aposta teórica que integre, na análise dos dados, uma compreensão das identidades coletivas como sistemas de ação. Em outras palavras, embora o campo político esteja aqui apoiado na noção de discurso, será a partir da análise de seus sistemas de ação, contraposta à análise da estrutura de oportunidades políticas, que nos debruçaremos empiricamente sobre a institucionalização e inserção das identidades coletivas nos espaços formais de atuação política, pois compreendemos que isto demarca formações organizacionais e estratégias de atuação próprias, que não podem ser ignoradas. Neste sentido, se optamos pela teoria de Laclau (2005) para compreender as bases epistemológicas destas formações sociais, em virtude das qualidades operacionais de sua teoria, valer-nos-emos de Melucci (1996) para analisar a mecânica interacional das diversas identidades coletivas que acessam o Estado.

Nosso esforço será no sentido de, ao discorrermos sobre os aspectos da constituição de identidades coletivas, identificarmos possíveis impactos dos discursos políticos, formados na interação entre os diversos atores que interagem em âmbitos institucionais, na constituição de identidades. Este foi o caminho que desenhamos para refletir acerca da política contemporânea, e que seguiremos apresentando ao longo da primeira parte desta tese.

Capitulo 2 - Uma Sociedade dos Indivíduos, Um Estado de Identidades Plurais

Tomar o Estado Nacional como parte de um problema de pesquisa requer situar esta investigação no âmbito dos debates que vêm se desenvolvendo acerca das transformações pelas quais esta instituição tem passado com o aprofundamento dos processos de globalização[36] (Tejerina et al 2006; Ortiz, 2006), as novas crises do sistema capitalista (Wallerstein, 2003; 2008), o individualismo moderno (Bauman, 1999) e a mercadorização da vida (Mouffe, 1988).

O Estado-Nação foi, e em grande medida ainda é, a instituição primeira do pensamento sociológico. Para além de ser o objeto empírico da ideia de sociedade da sociologia, o Estado-Nação é também "seu molde cognitivo, o que dá forma a nosso imaginário, o que modela as categorias com as que as ciências sociais pensam seu objeto" (Gatti, 2005:3). Autores como Engel (2001) chegam a argumentar que um movimento social apenas é inerentemente político quando suas ações questionam o Estado, já que este seria um distribuidor primário de direitos e recursos.

Embora esta perspectiva esteja sendo questionada (Gatti, 2005), como afirma Eder (2003:5), o "Estado Nacional é um mecanismo de domesticação dos sentimentos coletivos, que atua unindo o povo em uma nação", e que pode ser compreendido como "um fenômeno universal, um ator coletivo universal representando um povo civilizado, isto é, uma nação".

Importante salientarmos que, como vimos no capítulo anterior, com Rancière (2010; 2009; 2006), a perspectiva teórica que orienta nossa análise compreende a política para além do Estado. Entretanto, reconhecemos que no contexto brasileiro atual, sem a mediação de, ou a interlocução com as instituições de acesso ao Estado, e por isto nosso interesse neste recorte, dificilmente uma identidade coletiva encontraria espaço dialógico na arena política convencional, tanto por falta de reconhecimento identitário e institucional, como por carecer dos recursos materiais, simbólicos e argumentativos necessários para acessar e se apropriar da gramática política contemporânea.

O Estado, embora integrando uma arena política complexa, cuja dinâmica excede em muito a representação (Prado, Machado & Carmona, 2009), ainda é o lócus

[36] Alguns autores rechaçam o termo globalização, como por exemplo, Stoer (2002) que prefere falar de Transnacionalização, por entender que estamos lidando com um processo complexo, pouco homogêneo e que obedece a hierarquizações provenientes de mais de um centro de poder. Entretanto, como não aprofundaremos esta discussão, utilizaremos o termo globalização por ser o mais convencional.

privilegiado de conflitos e deliberações políticas (Sandoval, 1997), se constituindo como um ator, ao mesmo tempo, em crise, como veremos mais adiante, e absolutamente importante, uma vez que incorpora a institucionalização de decisões minimamente legítimas em contextos democráticos, sendo assim, determinante para a constituição da identidade coletiva da grande maioria dos movimentos sociais. Além disso, a despeito dos esforços globais de regulação que se dão nas instituições transnacionais que congregam países afins, ainda não temos nenhuma instância capaz de substituir efetivamente o Estado na regulação social[37].

Neste sentido, tão importante para este trabalho quanto uma definição precisa e consistente de identidade coletiva, é localizarmos sua utilização e problemáticas no cenário político contemporâneo para que, a partir desse cruzamento, possamos desenvolver uma análise que seja capaz de circunscrever as dinâmicas políticas que se dão nas relações entre os movimentos sociais e o Estado.

Autores como Ortiz (2006), Tejerina et al (2006), Eder (2003), Bauman (1999) entre muitos outros, vêm apontando o Estado Nacional como uma instituição em crise, ao mesmo tempo em que reconhecem que sua importância nunca foi tão grande. De um modo geral, o que a literatura vem afirmando é que tais fraturas no papel do Estado estão intrinsecamente relacionadas aos processos de globalização.

Inicialmente, devemos evitar falar de globalização como um processo estrutural, sem sujeito e desinteressado (Stoer, 2001). Compreendida como aceleração dos processos de mudança impulsionados pelo enfoque excludente no desenvolvimento tecnocientífico, em detrimento de outros âmbitos sociais, a globalização se manifesta em um formato de economia que domina as demais (Tejerina, 2005).

A globalização não é um processo recente, entretanto, na segunda metade do século XX, se acentuou com a revolução tecnológica dos meios de transporte e comunicação, alterando os fluxos sociais em três âmbitos interelacionados: política, economia e cultura (Tejerina, 2006; 2005). Segundo Tejerina (2005), no âmbito da política, o Estado-Nação passou a ser a única forma de governo soberana capaz de representar um povo no âmbito global e defender seus interesses. No âmbito econômico, passou a vigorar a economia de fluxos, na qual produtores e consumidores se distanciam geograficamente. O fluxo cultural, por sua vez, engendra formas

[37] Avritzer (2002) ergue o conceito de não-regulação para tentar descrever as dinâmicas de poder no espaço público global contemporâneo e demonstra a insuficiência das instituições transnacionais para regular relações políticas e econômicas.

simbólicas que reforçam relações de interdependência entre as diferentes culturas ao longo do planeta, ao mesmo tempo em que impulsiona a formação de sentimentos de pertencimento (des)localizados e a proliferação dos pontos de identificação.

Este processo provoca um paradoxo no qual os Estados ou intervêm efetivamente nos jogos políticos, se distanciando do povo que o legitima, ou se aproxima das bases sendo capaz de representar, mas não de atuar junto às macro políticas (Tejerina, 2005; Ortiz, 2006). Tal paradoxo se relaciona com o que aqui chamamos de crise do Estado Nacional na contemporaneidade, que se define como a crescente relativização de seu poder e na hegemonia do Estado neoliberal, como principal alternativa de gestão governamental. Assim, o Estado se torna: *pequeno demais* para tratar das questões macro-estruturais, estando dependente dos jogos internacionais; e, *grande demais* para tratar das questões micro-estruturais que se dinamizam vertiginosamente na crescente complexidade social contemporânea (Tejerina, 2005).

Sejam econômicas, políticas ou culturais, as dinâmicas do poder na contemporaneidade se mantêm em consonância com os interesses dos mais capitalizados, sejam Estados ou grupos empresariais, como há de se esperar de um contexto arbitrado pelo liberalismo (Gentilli, 2008; Wood, 2005). Não por outro motivo, os fluxos de migração, e não de capitais, são os mais controlados pelos Estados atuais e as empresas estão se unindo em conglomerados cada vez maiores para não sucumbirem no agressivo mercado econômico (Tejerina, 2005). Em outras palavras, o Estado mínimo, defendido pelo neoliberalismo, é fraco apenas frente ao interessado fluxo de capitais, nunca se esquivando de garantir o acúmulo e a propriedade privada, mantendo a ordem pela mão forte de sua lei[38], que segue a política internacional de expansão e acumulação capitalista.

Neste sentido, o suposto enfraquecimento do Estado é duplamente pernicioso para a cidadania na América Latina. Segundo Ortiz (2006), internamente ele é causa e sintoma do excesso de privatização do âmbito público e da ausência de afirmação do indivíduo, na formação da consciência política da sociedade brasileira. Por outro lado, do ponto de vista externo (internacional), o enfraquecimento do Estado coloca países em estágios de desenvolvimento diferentes para concorrem como iguais em um terreno

[38] Diversos debates ilustram esta questão, tais como a criminalização dos movimentos sociais (Simionatto et al, 2011; Bruziguessi & Bezerra, 2010; PAD, 2010; Queiroz, 2006;), tema recorrente na militância brasileira; a punição da pobreza e a mercantilização do sistema penitenciário (Wacquant, 2008; 2004; 2003), entre outros.

onde nitidamente as diferenças são cruciais para o favorecimento político de países mais desenvolvidos e/ou que seguem determinadas regras de gestão consoantes com os fluxos econômicos (Wood, 2005). A cidadania estaria assim, mais uma vez, comprometida pela presença excessiva dos interesses patrimonialistas e particularistas dos grupos dominantes, que se sobrepõem a qualquer possibilidade de construção de um projeto coletivo radicalmente democrático (Ortiz, 2006) [39].

O Estado garante que tais interesses se mantenham, ao mesmo tempo em que representa um povo e seus anseios por justiça, regulando e mantendo em níveis "toleráveis" as desigualdades sociais (Wallerstein, 2003; 2002)[40]. Estas relações vão repercutir diretamente nos modos de subjetivação que atravessam a mobilização social da sociedade civil e a constituição de identidades coletivas e políticas, acarretando efeitos psicossociais profundos e determinantes das possibilidades de formação das alternativas políticas, e que estão diretamente relacionados com a formação das identidades individuais, sociais e coletivas.

Um diagnóstico analítico desta questão é apresentado por Eder (2003:6), que argumenta que assistimos a uma dissociação entre as "estruturas sistêmicas", relacionadas à política e à economia, e as "estruturas geradoras de identidades culturais, de sentimentos de pertencer e de entusiasmos coletivos". Esta dissociação, consoante com a leitura de Tejerina (2005) sobre a crise do Estado, evidencia não apenas que o Estado não é homogêneo por princípio, uma vez que tal dissociação nunca foi totalmente inexistente em nenhuma formação histórica, mas também, que mudanças na estruturação das relações de poder estão redefinindo os papéis e funções dos atores políticos.

Neste sentido, a fragilidade da abstração em torno da idéia de identidade nacional se torna mais visível e o Estado, grande demais e pequeno demais, segundo Tejerina (2005), se torna um "ator racional em escala global, como ocorre com as empresas econômicas", nas palavras de Eder (2003:6).

Se o Estado abdica de, ou artificializa, princípios políticos capazes de fomentar processos de identificação para se tornar uma instituição técnica, tal dissociação,

[39] Esta afirmação da impotência do Estado frente às políticas e fluxos econômicos globais tem sido o ponto central do que Rancière (2010) chamou de "discurso único".

[40] Wallerstein (2003) argumenta que com as revoluções burguesas e a consolidação do Estado Moderno, emergem noções como as de nacionalismo/etnicidade, racismo e machismo que, apesar de aparentemente contradizerem o liberalismo, estabeleceram com ele uma dinâmica eficaz na manutenção do poder. O Estado Moderno torna-se então, o responsável por assegurar a coesão social numa sociedade dividida por classes, atravessadas por lógicas de (des)igualdade e exclusão

segundo Eder (2003:6), "abre a caixa de Pandora da mobilização de identidades, de sentimentos de pertencimento para além do Estado nacional, seja acima dele (como as formas transnacionais de mobilização de identidades) ou abaixo (como as formas regionais ou locais de mobilização de identidades)".

Eder (2003) levanta a seguinte questão: "existiria uma razão teórica para que o Estado moderno necessite de uma identidade coletiva"? Esta pergunta se fundamenta na observação de que o Estado, por ser uma "instituição de baixa probabilidade", sempre precisou de uma identidade coletiva forte como meio de cumprir a difícil tarefa de domesticar as demais identidades coletivas que se abrigam entre a Nação e o Estado (Eder, 2003). Identidades coletivas, importante ressaltar, que se proliferam cada vez mais a partir da descentralização dos pontos de identificação e das categorias geradoras de pertencimento social (Laclau, 2006; Hall, 2005).

2.1. Estado Nação e Identidades Coletivas: Monopólio de Narrativas e Identidade como Estratégia

Eder (2003) apresenta três proposições teóricas que mapeiam as relações entre o Estado e a lógica das identidades coletivas. A primeira diz respeito à dissociação entre identidades e interesses, que se expressa na dissociação entre os interesses nacionais e os diversos sentimentos coletivos[41], que seria a dissociação entre Nação e Estado. Nesta cisão temos, fundamentalmente, "a dissociação entre o ser membro de um Estado como cidadão e o estar integrado num povo através de laços comunitários. Em outras palavras, o desacoplamento entre ser cidadão e o sentimento de identidade coletiva" (Eder, 2003:8).

A segunda proposição teórica apontada por Eder (2003) analisa a lógica das reivindicações de identidade como algo que diverge da busca racional de interesses. Uma identidade, nessa perspectiva, é compreendida como um bem coletivo inegociável. Nas palavras de Eder (2003:9), "as reivindicações de pertencimento a algum "nós" baseiam-se em narrativas (como as narrativas vitoriosas ou derrotas) por meio das quais um povo se reconhece como coletividade".

[41] Eder (2003) aponta quatro razões que levam a esta dissociação: "Reflexividade (reconhecimento de que a nação é algo construído); diferenciação étnica (competição entre identidades coletivas igualmente legítimas); Migração (surgimento da formação de identidades coletivas secundárias); Permissão de residência a estrangeiros (aumento da cidadania parcial, que cria modos de pertencimento cruzados, solapando assim a idéia de uma filiação unitária ao Estado)".

Uma identidade compreendida como uma narrativa ajuda a distinguir entre um *Nós* e um *Eles*, de onde podem advir conflitos ou reconhecimento e relações de aliança, e que determina uma posição discursiva em relação aos demais atores com os quais interage, em outras palavras, os diversos "eles" que dão a medida das fronteiras que estabelecem os limites de uma coletividade. Isto se manifesta no movimento de institucionalização das identidades e desvela o duplo comprometimento entre narrativas e vínculos da sociedade civil e do Estado:

> Essa teoria ajuda-nos a explicar por que as identidades coletivas são tão importantes para o Estado: elas fornecem uma narrativa integradora. Explica também por que tais identidades precisam de uma forte inserção institucional: **as instituições criam o monopólio de uma narrativa**, evitando assim guerras de identidade dentro do Estado. Isso implica ainda, a supressão de narrativas competidoras – até mesmo violentamente quando necessário (Eder, 2003. Grifo nosso).

Em sua terceira proposição teórica, analisando o caso da União Européia, Eder(2003) defende, como saída para as dissociações apresentadas, a garantia de uma identidade coletiva fraca, no caso, a narrativa da cidadania como um fim em si mesma. Deste argumento podemos questionar se uma identidade coletiva fraca seria suficiente para organizar a diversidade dos sentimentos de pertencimento a uma idéia (enfraquecida) de nação, garantindo a estabilidade do sistema político, a harmonização dos interesses e, consequentemente, da administração pública.

Consideramos tal argumentação insuficiente, sobretudo para tratar de contextos que ainda não experimentam alternativas de governança transnacionais mais desenvolvidas. Além disso, para a compreensão dos movimentos sociais e suas relações com o Estado, o diálogo baseado em uma identidade coletiva fraca corre o risco de reforçar hierarquias, pois não seria capaz de apontar e valorizar dissensos políticos que pressupõe lógicas que escapem das noções universalistas de cidadania e contradigam princípios econômicos, sociais e/ou culturais hegemônicos e/ou regionais. O caso da União Europeia oferece alguns elementos para pensarmos sobre esta questão, sobretudo após a recente crise de 2008 que vem estreitando conflitos e mobilizando diversos movimentos sociais, inclusive aqueles de cunho separatista e que defendem identidades coletivas fortes e regionalizadas (Tejerina, 2010).

Ainda, a ideia de uma identidade coletiva fraca e o discurso da cidadania como um fim em si mesmo, ignora que o próprio conceito de cidadania surge para excluir, como argumentam autores como Wallerstein (2003). Cidadania, compreendida como uma construção, também envolve o fortalecimento de conteúdos identitários que vão,

em última instância, questionar reiteradamente a separação entre o pertencimento identitário e a cidadania. Nas palavras de Almeida(s/d),

> o que se repõe é a tradicional operação ideológica por meio da qual a noção de cidadania oculta a existência das classes sociais, bem como o papel do Estado como organizador da dominação de classe. (...) A ideologia da cidadania é, ao mesmo tempo, condição estrutural de reprodução da dominação capitalista de classe e alvo de luta das classes populares, especialmente em um momento em que o capitalismo enfrenta sérias dificuldades político-ideológicas para reproduzir a "comunidade dos cidadãos" (Almeida, s/d: 64-65).

Apesar das críticas a esta última proposição de Eder (2003), consideramos que as lógicas de reivindicação de identidade e sua dupla amarra com os processos de mobilização de identidades pelo Estado nos ajudam a identificar alguns mecanismos do comprometimento entre a sociedade civil e o Estado. Tais processos, argumentamos, podem esvaziar as identidades coletivas de seu teor litigioso, mantendo as negociações no campo da ordem policial, provocando a dissipação da política[42] (Rancière, 1996). A institucionalização das identidades, neste sentido, é o contrário da subjetivação política, compreendida como o reconhecimento de estar entre identidades, o que envolve um processo de (des)identificação (Rancière, 2009), ao passo que a mobilização de identidades implica em menores possibilidades de mobilidade identitária e um condicionamento estabilizador das formas através das quais esta identidade pode aparecer (Rancière, 2010)[43].

Se tomarmos o caso brasileiro, no qual desde a década de 1980 ocorre uma aproximação entre os movimentos sociais e o Estado, torna-se relevante uma análise das consequências que esta aproximação traz para a democracia, já que este processo envolve a crescente institucionalização e burocratização dos movimentos sociais que, por sua vez, passam a buscar o monopólio de determinadas narrativas. Rancière (2010) vê com desconfiança o atrelamento de identidades ao Estado, pois a institucionalização

[42] O termo dissipação, utilizado por Rancière (1996), recupera um conceito da física que descreve a perda de energia, sem produção de trabalho, em modelos mecânicos. A perda de "energia", no caso da política, é descrita pelo autor da seguinte forma: "se a política é um desvio singular do curso 'normal' da dominação, isso quer dizer que está sempre ameaçada de se dissipar. Ora, a forma mais radical dessa dissipação não é o simples desaparecimento, é a confusão com seu contrário, a polícia. O risco dos sujeitos políticos é confundir-se de novo com partes orgânicas do corpo social ou com esse próprio corpo" (Rancière, 1996: 378).

[43] É importante ressaltar que a institucionalização de determinadas identidades coletivas pode representar ganhos para o condicionamento de outras formas através das quais uma identidade pode aparecer, porém, o atrelamento das identidades coletivas ao Estado e seu enfoque institucional, pode impedir novos atos de subjetivação política e mesmo dissipar o potencial transformador das narrativas identitárias, dependendo da forma na qual aparece, da posição social subentendida em seu processo de institucionalização, que irá associá-la a uma função determinada.

dos movimentos sociais pode implicar no fortalecimento dos processos de identificação e enrijecimento das possibilidades de desidentificação.

Uma vez que o processo de institucionalização de um movimento social implica em alguma integração ao Estado e garante o monopólio de uma narrativa, compreendida como a porta de entrada de uma identidade coletiva (Eder, 2003), podemos pressupor que tais identidades teriam mais facilidade em alçar espaços de deliberação, acesso a recursos, privilégios e, acima de tudo, reconhecimento político. Neste sentido, o investimento em políticas participativas e em diálogos formalizados com os movimentos sociais, promovido durante o Governo Lula, aprofunda os canais de interação entre o Estado e a sociedade civil, abrindo novas possibilidades de monopólios de narrativas que beneficiarão determinados atores sociais.

Bernstein (1997) aponta nesta direção e toma o grau de aproximação entre movimentos sociais e o Estado como um eixo analítico importante para a compreensão dos processos de mobilização e ação coletiva, utilizando a noção de identidade como estratégia. Bernstein (1997) argumenta que o grau de acesso que um determinado movimento social tem à política institucional irá influenciar a construção de uma determinada identidade coletiva, ou de estratégias identitárias. Para a autora, quanto mais acesso à política institucional, fronteiras identitárias menos definidas e identidades menos críticas e mais educacionais (ver item 4.3.1 deste capítulo).

Neste sentido, se um grupo detém o monopólio de uma narrativa, reforçada e formatada a partir das relações que estabelecem com o Estado, deveríamos nos questionar como e em que medida tais mobilizações e perfis de militância contribuem para transformar e/ou conservar valores e estruturas políticas, econômicas e culturais, impactando o imaginário social. Como veremos detalhadamente nas discussões sobre identidade ao longo deste capítulo, para a constituição de uma identidade coletiva é fundamental que sejam estabelecidas fronteiras que definam uma compreensão de um "Nós" e de um "Eles". O Estado tende a desempenhar um papel determinante neste processo, por ser o ator com maiores possibilidades de conservar ou alterar lógicas hierárquicas, a partir da regulação e redistribuição de recursos simbólicos e materiais.

Devem ser questionadas as consequências deste movimento de monopólio de narrativas, para o alcance dos protestos e das demandas concretas dos grupos mobilizados, uma vez que o monopólio de narrativas atreladas ao Estado pode implicar na neutralização de conflitos potencialmente transformadores. Além disto, questionar este processo pode indicar clivagens que contribuem para a classificação de algumas

formas de mobilização como ilegítimas e, sendo assim, passíveis de sofrerem repressão ou serem subalternizadas, quando não patologizadas pelo perigoso cruzamento entre política e moral que temos assistido no Brasil contemporâneo (Mouffe, 2005).

2.2. Movimentos Sociais: A Teoria do Processo Político e a Identidade Coletiva

O fenômeno dos movimentos sociais fomentaram fortes debates e diversas teorias produzindo um campo de estudos próprio que apresenta particularidades que remetem à reflexividade dos fenômenos políticos. Um campo de estudos interdisciplinar que recebe contribuições de várias disciplinas das ciências sociais. Segundo Goss & Prudêncio (2004), o conceito de movimentos sociais recebe um renovado investimento do pensamento sociológico brasileiro na década de 1970, principalmente por conta do declínio da importância do conceito de classes. Neste sentido, o conceito de movimentos sociais passa a ser valorizado na medida em que questões referentes à microestrutura social alertam os teóricos para a influência de fatores de análise que transcendem os econômicos.

Isto nos leva a pensar o conceito de movimentos sociais como um conceito que transita no hiato entre estrutura e atores, intercalando dimensões polarizadas do âmbito social. Autores como Prado (2001; 2000) e Melucci (1996) argumentam que as diversas perspectivas que buscaram compreender os movimentos sociais, se mostraram insuficientes por terem reduzido a complexidade destes fenômenos à apenas uma de suas dimensões.

Alonso (2009) destaca três grandes famílias teóricas dos movimentos sociais que surgem após a década de 1970 e que foram determinantes na configuração atual deste campo: Teoria de Mobilização de Recursos (TMR); Teoria do Processo Político (TPP) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Os teóricos da TMR, criticando a abordagem das ações coletivas em termos de seus componentes emocionais e psicológicos, que caracterizavam as abordagens clássicas, enfatizaram seu oposto e centraram-se na racionalidade dos atores e no processo de mobilização. Alonso (2009:51-52) aponta que

> Contra o funcionalismo, defenderam que, longe de expressão caótica de insatisfações individuais não canalizadas pelas instituições, movimentos, como o por direitos civis nos Estados Unidos, tinham sentido e organização. Contra as versões economicistas do marxismo, argumentaram que descontentamentos e motivos para a mobilização, sejam eles privações materiais ou interesses de classe, sempre existem, o que os tornariam

> inócuos para explicar a formação de mobilizações coletivas. Assim, mais importante que identificar as razões seria explicar o processo de mobilização.

Se a abordagem clássica falhou por enfatizar a dimensão psicológica, os teóricos da Mobilização de Recursos não foram eficazes em explicar os aspectos motivacionais da participação, concebendo o sujeito político de forma racionalista, dando ênfase ao modo da participação em uma relação simplista de custo/benefício e sobrevalorizando a dimensão institucional dos processos sociais e políticos (Rodrigues, 2006).

Os aspectos culturais aparecem na TMR como algo residual e de pouca importância, os movimentos sociais perdem sua especificidade como fenômeno político e seus aspectos emocionais e subjetivos ficam obscurecidos, ignorando os processos necessários à formação de uma identidade coletiva. Esta abordagem perde terreno quando surgem a TPP e a TNMS, que se formam a partir de críticas tanto à TMR como ao marxismo. Segundo Alonso (2009),

> Ambas se insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal. As duas constroem explicações macro-históricas que repelem a economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais. Contudo, a TPP investe numa teoria da mobilização política enquanto a TNMS se alicerça numa teoria da mudança cultural.

A TPP guarda semelhanças com a TMR por continuar valorizando a dimensão institucional e sua influência nos processos de mobilização, por esta razão, "acentua em demasia o onde as pessoas participam, oferecendo especial atenção ao campo de constrições ou oportunidades políticas que fomentam, ou inviabilizam a participação social" (Rodrigues, 2006:142).

A TPP nos interessa por conta do conceito de estrutura de oportunidades políticas, entretanto, apesar de abrirem espaço para aspectos culturais, o fazem a partir de recortes amplos, não sendo eficazes em abordar diferenças culturais mais nuançadas (Alonso, 2009). Como argumenta Rodrigues (2006:142), "este modelo, ainda que traga à tona a dimensão da cultura e das múltiplas identidades, não é capaz de pensar os movimentos sociais para além se sua institucionalização no campo das formas tradicionais de se fazer política" (Rodrigues, 2006:142).

Entretanto, na medida em que nos interessam as transformações que ocorreram durante o Governo Lula nas relações entre o Estado e a sociedade civil organizada, como forma de pensar a constituição de identidades coletivas, será necessário um referencial teórico que nos ajude a compreender como os processos institucionais

participam dos processos de mobilização. Por este motivo, tentaremos associar o conceito de estrutura de oportunidades políticas ao de identidade coletiva, que não oferece muitos elementos analíticos para pensarmos os fluxos e hierarquias institucionais do campo empírico que delimitamos.

A TNMS, diferentemente da TMR e da TPP, não constitui uma escola consistente e organizada, agrupa autores familiares dentre os quais Alonso (2009) destaca Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci. Estes três autores podem ser caracterizados pela crítica à ortodoxia marxista e por manterem "o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos", e se diferem da TPP por "produzir uma interpretação efetivamente cultural para os MS" (Alonso, 2009:59).

As TNMS nos interessam, sobretudo, por conta do conceito de identidade coletiva, o qual Alberto Melucci foi sem dúvidas o mais preciso em definir e instrumentalizar. Autores como Arechavaleta (2010) e Rodrigues (2006) defendem que a perspectiva da identidade coletiva é a que mais se aproxima de uma compreensão dos movimentos sociais, não apenas como um fato empírico, mas como um sistema de ação complexo e comportando múltiplas facetas, que são tanto estruturais quanto simbólico-culturais. Isto explicita, mais uma vez, a importância da associação entre os dois conceitos (estrutura de oportunidades políticas e identidade coletiva), pois as negociações identitárias que investigamos, embora circunscritas por processos interacionais localizados em espaços fortemente institucionalizados, estão pautadas por complexos trânsitos identitários e marcadas pelos aspectos culturais da contemporaneidade.

Polletta & Jasper (2001) argumentam que o conceito de identidade coletiva agrega um campo teórico heterogêneo e que traz diversas imprecisões e questões em aberto, que podem limitar seu potencial explicativo. Nesta direção, Rodrigues (2001) identifica um inflacionamento da categoria identidade, o que traz problemas para a compreensão de movimentos sociais quando se tenta investigar os aspectos estruturais das identidades coletivas. Este impasse pode,

> promover uma idéia reducionista sobre alguns movimentos sociais que passam a ser considerados arcaicos, ou velhos, exatamente por não conseguirem, ou não poderem, construir uma estratégia política baseada exclusivamente, ou fundamentalmente, na identidade. Não por acaso, há poucas perspectivas teóricas sobre movimentos sociais que se interessam em estudar movimentos vinculados à questão étnico-racial, na medida em que movimentos com essa característica sempre acenam com estratégias políticas que são tanto estruturais quanto identitárias. O que, efetivamente, não se enquadra nos

> princípios teóricos dos chamados "novos movimentos sociais" cuja ênfase na política de identidade é considerada mais importante que a ênfase nas mudanças estruturais e transformação das desigualdades socioeconômicas (Rodrigues, 2006:142-143)[44].

Neste sentido, investigar a relação entre a constituição de identidades coletivas e o Estado nos obriga a considerar elementos simbólicos e estruturais, já que nos interessam precisamente as interações entre os movimentos sociais e as instituições governamentais e as transformações nas relações entre estes atores no espaço de tempo que delimitamos. A partir deste objetivo principal, destacaremos então dois conceitos, provenientes de abordagens diferentes, que aqui nos serão particularmente úteis.

De um lado, lançaremos mão do conceito de estrutura de oportunidades políticas, já que nos interessa compreender as transformações nos processos de mobilização ocasionadas a partir das mudanças estruturais que se deram no âmbito do Estado e como estas impactam os processos de mobilização. Por outro lado, centraremos nossas análises do campo empírico pela perspectiva da constituição de identidades coletivas, pois este conceito aponta para aspectos dinâmicos e interacionais e para o papel que as identidades desempenham na compreensão dos comportamentos coletivos[45].

Embora quando nos debruçamos sobre as análises de experiências concretas de movimentos sociais ainda notamos divisões entre aqueles voltados para aspectos mais institucionais e aqueles voltados mais estritamente para a compreensão da identidade, Alonso (1996) aponta que a partir dos anos 1990 diversos autores buscaram sínteses teóricas que tentaram integrar estes diferentes modelos. Por um lado Melucci (1996) reconhece que as TMR e TPP "eram hábeis em lidar com a racionalidade e a lógica da ação dos movimentos sociais, assimilando recursos, estratégias e oportunidades ao seu esquema" (Alonso, 1996:71). Por outro lado, alguns autores da TPP passaram a utilizar o conceito de identidade coletiva, como é o caso de Bernstein (1997).

Entretanto, argumenta Alonso (2009), com a complexificação dos fenômenos coletivos, que agora transitam entre o local e o global, suscitando o que descrevemos anteriormente como a crise do Estado, as divergências teóricas entre as duas abordagens retornam em renovadas proporções teóricas e metodológicas. Segundo a autora, os pesquisadores influenciados pela TPP passam a enfocar os movimentos sociais num

[44] Para esta discussão no âmbito do movimento LGBT ver Machado & Prado (2005).

[45] Ao final deste capítulo, discutiremos alguns aspectos epistemológicos que guiaram nossa tentativa de produzir um modelo pautado por este sincretismo teórico.

sentido mais amplo, circunscrevendo os fenômenos contenciosos, de onde vem o termo *contentious politics*. Os teóricos da TNMS, por sua vez, deixam à margem uma definição mais estrita de movimentos sociais e passam a enfocar o conceito genérico de sociedade civil: "a TNMS deixou, então, de associar a inovação a um ator, os movimentos, para atrelá-la a um lócus, a sociedade civil" (Alonso, 2009:75).

Tentaremos, ao mesmo tempo, recuperar o esforço das sínteses teóricas, jogar luz sobre a importância do Estado nos processos de mobilização e seus intentos de mobilização de identidades, e escapar do escorregadio conceito de sociedade civil[46], buscando mapear os processos interacionais que se desenvolvem entre atores determinados pela sua institucionalidade e/ou constituição de identidades coletivas (Abers & Bülow, 2011; Alonso, 2009). O esforço de integrar a análise da estrutura de oportunidades políticas e a análise da constituição das identidades coletivas nos parece relevante, tanto por se tratarem de duas abordagens importantes e bem difundidas, como por enfocarem aspectos distintos e complementares dos fenômenos coletivos (Arechavaleta, 2010).

2.3. Estrutura de Oportunidades Políticas: Estado e Mobilização Social

O conceito de estrutura de oportunidades surge dentro da Teoria do Processo Político e ocupa um lugar importante na configuração desta abordagem. É a estrutura de oportunidades políticas que, nas palavras de Alonso (2009:54), "dá o parâmetro do político" na TPP. Reafirmando o lugar dos movimentos sociais como variável dependente das estruturas políticas institucionais (Tejerina, 2010), o conceito de estrutura de oportunidades políticas ancora as potencialidades de mobilização, ação e interpelação ao contexto político.

Arechavaleta (2010), a partir de MacAdam, aponta que formulações futuras deste conceito reconhecem que a própria estrutura de oportunidades políticas deve ser tomada como uma variável dependente, uma vez que os movimentos sociais também criam oportunidades e que os sistemas políticos não são independentes do contexto internacional e das mudanças culturais, também muito relacionadas aos processos de globalização.

[46] Com relação ao termo sociedade civil, que passa a substituir de forma genérica ao conceito de novos movimentos sociais, Abers & Bülow (2011:58) argumentam que "a principal crítica ao conceito de sociedade civil foca na ideia de que poderia existir uma esfera social separada, distante do Estado e do mercado, na qual comportamentos como reciprocidade e respeito mútuo predominariam".

Este apontamento é relevante por dois motivos. Primeiramente, nos obriga a reconhecer aspectos do que anteriormente chamamos de crise do Estado e das complexidades que se engendram para sua compreensão. Em segundo lugar, abre espaço para considerarmos a importância de uma teoria da identidade para a compreensão dos processos cumulativos que acabam por configurar novos ciclos de protestos, que aqui preferimos caracterizar como as transformações no perfil de mobilização e militância.

Embora a cultura e outras instituições façam parte de sua configuração, o contexto político, na TPP, está intimamente relacionado às políticas institucionais formais e informais, sobretudo as políticas públicas e políticas de Estado, e às disposições ideológicas das elites políticas. Neste sentido,

> Os elementos do contexto político podem constranger a atividade política ou habilitar caminhos para ela, sendo a forma pela qual os indivíduos e grupos atuam no sistema político, não uma simples função dos recursos que eles têm ou dos recursos ou barreiras de acesso ao sistema político, ao contrario, existem vinculações ou interações entre o ambiente (entendido como estrutura de oportunidades políticas) e a conduta política (Arechavaleta, 2010:190).

Esta abordagem analisa os recursos dos grupos que se organizam a partir do que se conceitua como liberação cognitiva e que, argumenta Arechavaleta (2010), pode ser compreendida como um antecedente para a aplicação do conceito de identidade coletiva por estes teóricos. Entretanto, liberação cognitiva para a TPP não avança nas questões identitárias e na formação dos sentimentos de pertencimento no que tange aos elementos simbólicos e se restringe à "avaliação coletiva das possibilidades de êxito da insurgência por parte desta mesma população, implicando uma transformação tanto na consciência como no comportamento" (Arechavaleta, 2010). Centrando-se desta maneira no cálculo das possibilidades de êxito, a noção de liberação cognitiva não alcança os sentimentos de pertencimento, a atribuição de sentido, as negociações ideológicas e valorativas, entre outros aspectos importantes para a compreensão da dimensão subjetiva e intersubjetiva presente nos fenômenos coletivos.

Para esta abordagem, são as oportunidades políticas que, ao se abrirem, criam as possibilidades para que grupos sociais excluídos da política institucional se sintam motivados a se organizarem e reivindicarem transformações. Em outras palavras, "quando há mudanças nas EOPs [Estrutura de Oportunidades Políticas], isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político, se abrem ou se criam novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da *polity*" (Tarrow, 1998

apud Alonso, 2009:55). Nesta concepção, os grupos se mobilizam em condições favoráveis e definem suas estratégias a partir dos limites que são impostos por estas mesmas condições. Além disto, o horizonte da participação social fica determinado pela busca de inserção na trama político-institucional. A partir de Kriesi (1992), Alonso (2009:55) argumenta que

> Isso pode ocorrer pelo aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises na coalizão política no poder; por mudanças na interação política entre o Estado e a sociedade, especialmente a redução da repressão a protestos; e pela presença de aliados potenciais.

Também para Tarrow (1998) são as mudanças da estrutura de oportunidades políticas que vão dar lugar a determinadas formas de mobilização. Entretanto, como argumenta o autor, apenas as mudanças na estrutura do poder não seriam suficientes para explicar o porquê de um determinado movimento social se organizar. Para o autor, a própria percepção destas mudanças já implica em algum conhecimento acerca do sistema político e das possibilidades de interpelação e endereçamento de demandas que se abrem na estrutura de oportunidades políticas.

Este conceito nos interessa, sobretudo, por seu teor explicativo das estruturas políticas, com enfoque nas políticas estatais, o que nos ajuda a compreender as estratégias do governo para com os "desafiadores" e, consequentemente, o impacto que o discurso governamental e os arranjos participativos terão sobre os processos de mobilização. Este conceito, ao atribuir grande importância às transformações nestas estruturas, oferece categorias para a análise de elementos que configuram as relações entre o os diversos âmbitos governamentais, e destes com os processos de mobilização e participação política.

Apesar dos limites que apontamos nestas teorizações, esta perspectiva pode nos ajudar a visualizar como as duas primeiras gestões do partido dos trabalhadores influenciaram nas relações entre o Estado e a sociedade civil organizada. Consequentemente, isto nos informará acerca de como tais mudanças na estrutura de oportunidades políticas podem impactar a constituição de identidades coletivas no período recortado por esta investigação.

Rennó (2003), analisando dados sobre participação social em 17 países da América Latina, argumenta que "o arcabouço institucional de um país exerce papel mais decisivo na participação de cidadãos em associações da sociedade civil do que o capital social" (p. 71). Este apontamento reforça ainda mais a importância de levarmos em

consideração as políticas governamentais e a reconfiguração dos espaços institucionais, na análise de movimentos sociais e da sociedade civil organizada, no atual contexto político brasileiro.

2.3.1. Um Modelo de Compreensão das Estruturas de Oportunidades Políticas

Optamos por centrar nossa análise da estrutura de oportunidades políticas a partir de Kriesi (1992), que desenvolve seu modelo tomando como ponto de partida o de Sidney Tarrow, que talvez seja o teórico mais destacado nestes debates. Este modelo contempla com sofisticação os aspectos institucionais e governamentais dos processos de mobilização e atribui importância às mudanças nesta estrutura como momentos marcantes da caracterização dos movimentos sociais e, consequentemente, dos recursos e estratégias políticas dos atores que se envolvem em disputas.

Além disto, Kriesi (1992) está interessado em desenvolver conceitos para compreender a estrutura institucional geral do Estado, contemplando seus procedimentos formais e informais, e como estes definirão diferentes estratégias frente aos desafiadores[47]. Este é o ponto central de nosso interesse no modelo de Kriesi (1992), pois nos ajudará a mapear os elementos mais relevantes para a compreensão dos impactos do discurso governamental na constituição de identidades coletivas[48].

Kriesi (1992) aponta que contextos diferentes produzem relações políticas diferentes e ressalta que é importante levar em consideração o tipo de movimento social

[47] Arechavaleta (2010) descreve e combina diversos modelos que foram desenvolvidos para compreender as estruturas de oportunidades políticas. O modelo de Engel (2001) também pode ser tomado como exemplo, no qual apresenta uma síntese interessante, sobretudo para estudos comparativos, no qual busca relacionar estrutura de oportunidades políticas e a formação de identidades coletivas. Entretanto, este modelo segue privilegiando a análise das dimensões institucionalizadas da vida política integrando a identidade coletiva como variável dependente, e atribui uma importância acentuada aos aspectos institucionais do universo político e das mudanças sociais (para uma discussão sobre este modelo, ver Machado & Costa, 2008). Embora as análises deste autor nos tenham sido úteis, partiremos do modelo de Kriesi (1992) para compreender as estruturas de oportunidades políticas para, no momento da análise, relacioná-lo à constituição de identidades coletivas, de modo a evitar uma compreensão racionalista e instrumental da formação de identidades, bem como uma percepção dos atores sociais como entes passivos frente à estrutura institucional.

[48] Importante ressaltar que a noção de discurso implica em consequências mais amplas do que as postuladas pelo modelo de Kriesi (1992), o que discutiremos ao longo do texto. Entretanto, este modelo nos ajudará a mapear os fluxos institucionais e espaços de interação, de modo a localizarmos a constituição de identidades coletivas. No próximo capítulo discutiremos a noção de discurso utilizada neste trabalho, que será o dispositivo metodológico fundamental para a articulação entre os conceitos trabalhados neste capítulo e as noções de política e posição de sujeito apresentadas no capítulo anterior.

que interpela um determinado sistema político, para analisarmos seus cálculos estratégicos[49].

Com relação à estrutura de oportunidades políticas, Kriesi (1992) distingue três séries de propriedades gerais de um sistema político:

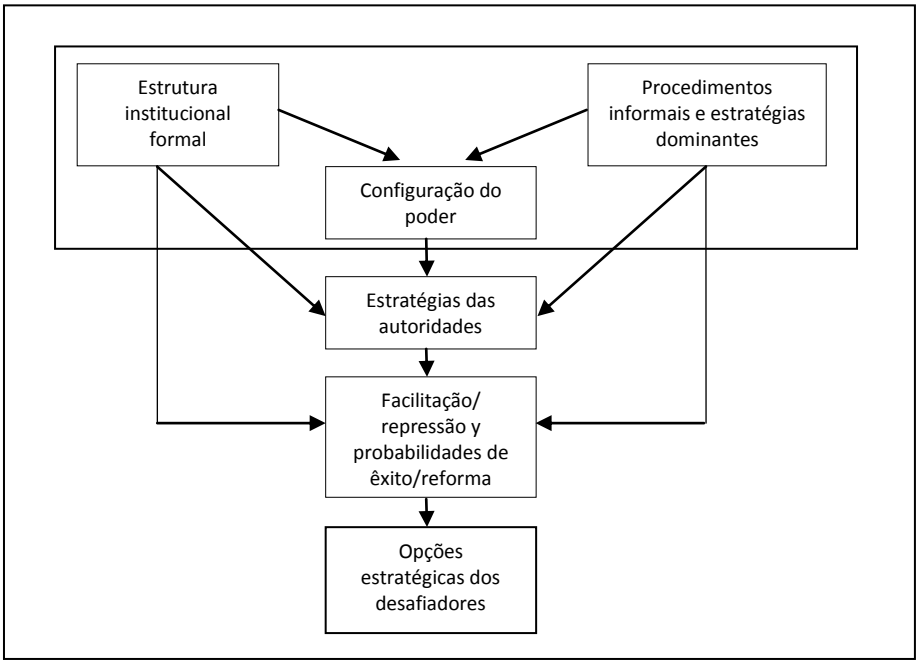
a) Estrutura institucional formal;
b) Procedimentos informais e estratégias vigentes em relação aos desafiadores;
c) Configuração de poder no sistema de partidos e no sistema de associações de interesses;

Os itens *a* e *b* oferecem um marco geral para a mobilização da ação coletiva e condicionam c. Estas três séries de propriedades definirão as estratégias das autoridades com relação aos desafiadores. As estratégias das autoridades, juntamente com a estrutura formal, os procedimentos informais e a configuração de poder vão determinar se estas estratégias se materializarão de forma repressiva ou facilitadora da mobilização dos movimentos sociais, bem como as possibilidades de êxito ou reforma daquilo que demandam.

O argumento forte deste modelo é o de que a forma como se configuram estas relações limita as opções estratégicas dos desafiadores, ou abre canais determinados para a mobilização. Kriesi (1992) ressalta que as estratégias das autoridades e dos desafiadores são interdependentes, mas que o que estas propriedades buscam indicar é o contexto de interação que se coloca para os movimentos sociais delinearem suas estratégias.

No quadro que se segue, extraído de Kriesi (1992:119), podemos ter uma visão geral da proposta argumentativa do autor:

[49] O que nos alerta para as diferenças entre os movimentos de juventude e os movimentos LGBT, uma vez que os contramovimentos fundamentalistas vem oferecendo cada vez mais resistência aos avanços da pauta LGBT.



Com relação à estrutura institucional, Kriesi (1992) ressalta a importância do grau de centralização territorial, o grau de concentração funcional do poder estatal, a coerência da administração pública e o grau de institucionalização de procedimentos democráticos diretos. Estes elementos definirão as diferenças entre Estados abertos (inclusivos) ou fechados (exclusivos), bem como o que o autor define como Estados fortes (com alto poder de implementação das decisões governamentais) e Estados fracos (com baixo poder de implementação das decisões governamentais).

Os procedimentos informais também são importantes, pois definem em grande medida as estratégias dominantes para fazer frente aos desafiadores. Tais estratégias podem assumir um caráter excludente, através da repressão, confrontação e polarização, ou um caráter integrador, facilitando e fomentando a participação, estabelecendo canais de cooperação e assimilando as pautas de movimentos sociais à agenda governista. A perspectiva de Kriesi (1992) defende que

> a permeabilidade ou inclusividade do Estado é considerada como variável, ao lado do padrão forte ou fraco do Estado – sobretudo relativo à centralização/descentralização. O autor indica que o perfil fraco-inclusivo seria mais propício à organização e mobilização coletiva e ao processamento das demandas movimentalistas (Duque Brasil, 2011:10).

Por outro lado, Duque Brasil (2011) nos alerta, a partir da perspectiva de Dryzek acerca das estruturas de oportunidades políticas, que a inclusão de temas no interior do

Estado implica em "riscos de comprometimento da vitalidade da sociedade civil e dos potenciais de inclusão política que se apresentam na esfera pública" (p.11). É importante ressaltarmos que esta perspectiva não invalida os elementos apontados por Kriesi (1992) na configuração das oportunidades políticas, mas oferece uma interpretação diferenciada acerca de suas consequências. Duque Brasil (2011: 11) aponta que os riscos identificados, nesta perspectiva, seriam de "cooptação e instrumentalização, e de obtenção apenas de ganhos simbólicos ou marginais". Neste sentido, a autora argumenta que Dryzek "considera algum grau de exclusão do padrão de representação de interesses como benéfico para a vitalidade da sociedade civil, enquanto Kriesi aponta em outra direção" [50] (p. 76).

Um último aspecto a ser considerado na abordagem de Kriesi (1992; 1999) é a configuração do poder no sistema de partidos e no sistema das associações de interesses. Estes elementos definem, em grande medida, as dinâmicas interacionais e os conflitos entre atores, aspectos determinantes para pensarmos as probabilidades de reforma e êxito das transformações políticas demandas pelos movimentos sociais, já que influenciam as estratégias e os posicionamentos que as autoridades manterão, com relação aos grupos organizados.

Recuperamos no trabalho de Duque Brasil (2011) uma síntese deste modelo que identifica, nas diferentes configurações possíveis da estrutura de oportunidades políticas, algumas consequências para os processos de mobilização, apontando as tendências estratégicas dos movimentos sociais e as possibilidades de êxito/reforma das demandas endereçadas ao Estado:

> A partir de Kriesi (1999), no caso dos **Estados fortes e exclusivos**, tem-se a "exclusão seletiva" dos grupos, sem facilidade de acessos formais e informais. Neste caso o Estado pode simplesmente ignorar os desafiadores ou a reação ocorrer no sentido da repressão, embora dependendo da composição do governo os desafiantes possam obter algumas concessões. No caso dos **Estados fracos e exclusivos** tem-se a "inclusão formalística", que facilita o acesso formal, mas não a entrada informal dos grupos ao Estado. Neste caso os grupos que se articulam fora dos canais disponíveis no sistema tendem a encontrar forte repressão. No caso dos **Estados fracos e inclusivos** tem-se a integração plena dos grupos a partir da facilidade de acesso formal e informal e da baixa repressão. Contudo, os desafiantes não podem contar com concessões significativas em face da fragilidade do sistema, mas podem ser capazes de bloquear decisões. No caso dos **Estados fortes e inclusivos** o autor aponta para a cooptação informal, assentada apenas na facilitação ao acesso informal ao lado da fraca repressão. Kriesi sustenta que

[50] Talvez o que se nomeia aqui como exclusão possa ser compreendido, com relação à constituição de identidades coletivas, como a formação de fronteiras que demarquem com mais clareza os diversos ambitos da política (Prado, Machado & Carmona, 2009). Para uma análise das relações entre Estado e sociedade civil durante o Governo Lula, numa perspectiva que valoriza positivamente a inserção dos movimentos sociais no âmbito estatal, ver Faria (2010).

> a falta de oportunidades descentralizadas de acesso ao Estado, bem como a estratégia repressiva desfavorecem a emergência de grupos organizados (Duque Brasil, 2011:107-108, grifos nossos).

O modelo de Kriesi (1992) contribui para a compreensão de alguns aspectos da estrutura de oportunidades políticas estabelecida durante o período que nos propusemos analisar. Durante o Governo Lula, foram feitos vários investimentos institucionais no aprofundamento dos arranjos participativos. Além de terem aumentado em número (de conselhos e conferências, por exemplo), também passaram a incluir diversas novas temáticas. Demandas sociais que anteriormente eram deixadas quase que totalmente ao azar da sociedade civil passam a ser convocadas para debates no interior do Estado e ações conjuntas e cooperativas. Neste sentido, tais temáticas passaram a se situar nas fronteiras que separam a sociedade civil do Estado.

Historicamente, o Estado Brasileiro apresentou um alto grau de centralização territorial e concentração funcional do poder estatal. Embora possa ser considerado um sistema federalista, os municípios e unidades federativas ainda estão muito atrelados ao Governo Federal. As instâncias governamentais se veem muitas vezes dependentes da redistribuição de recursos, das decisões do executivo e do legislativo nacional. Com a Constituição de 1988, inicia-se a descentralização do poder, com maior atribuição de competências aos municípios e unidades federativas (Carvalho & Castro, 2002). Com a regulamentação do voto direto e a abertura para a combinação entre democracia representativa e participativa, a Constituição de 1988 inicia a institucionalização de procedimentos democráticos diretos, que foram radicalmente aprofundados durante o Governo Lula.

Em sua análise sobre as políticas urbanas, Duque Brasil (2011) considera que durante o Governo Lula, o Estado brasileiro se caracterizou por um perfil "inclusivo-ativo a partir da criação de instituições participativas" e sinaliza que o novo governo abre "amplas possibilidades de inclusão política e de inclusão no Estado associadas às conexões e compartilhamento de projetos democratizantes do campo movimentalista com o Partido dos Trabalhadores (PT)" (p.12). Entretanto, se considerarmos o tipo de movimento social, veremos que este perfil apresentará diferenças no tratamento, sobretudo, das temáticas LGBT, que foram incluídas ativamente pelos arranjos participativos (inclusão no Estado), mas apenas timidamente incluídas do ponto de vista político. Identifica-se que a principal fragilidade na inclusão desta temática se deve à configuração no sistema de partidos e dos grupos de interesse, o que irá afetar a força do

Estado na implementação de mudanças institucionais e a coerência da administração pública.

Com relação à coerência da administração pública, temos que considerar o pluripartidarismo, e o complexo sistema parlamentar bicameral. O pluripartidarismo obriga que os representantes eleitos para o executivo tenham que repartir o poder com outros partidos com o objetivo de obter maiorias nas instancias parlamentares, como forma de terem seus projetos aprovados e um nível satisfatório de governabilidade (Abranches, 1988). Durante o Governo Lula, a estratégia utilizada, sobretudo no primeiro mandato do PT, foi a de compartilhar apenas parte do poder, evitando tanto uma estratégia unilateral, como a utilizada por Fernando Collor de Melo, como uma radicalmente cooperativa, como a utilizada por Fernando Henrique Cardoso[51] (Samuels, 2007).

O Governo Lula buscou indicar membros de outros partidos para altos cargos ministeriais e secretarias, mas mantendo sob o controle de lideranças do PT, os cargos de segundo e terceiro escalão, como uma forma de fortalecer unilateralmente o partido do presidente, utilizando-se da burocracia governamental (Samuels, 2007). Isto provocou a intensificação do aparelhamento do Estado, comprometendo a coerência administrativa da já confusa máquina estatal brasileira, e impulsionou a instrumentalização dos movimentos sociais, tanto por ter segmentado a entrada destes atores no espaço estatal, como por depender de seu poder mobilização para compensar a parcialidade das redes de apoio das coalizões partidárias.

Podemos perceber que durante o Governo Lula abrem-se diversas possibilidades de inclusão de temas e demandas, através dos arranjos participativos, que já eram abordadas pelos movimentos sociais no âmbito da sociedade civil. Neste sentido, Arechavaleta (2010) identifica nos autores da TPP um paradoxo. Se por um lado as mudanças na estrutura de oportunidades políticas favorecem as possibilidades de êxito dos movimentos sociais, por outro, sua entrada na política institucional diminui seu poder de discrepância com relação a seus adversários políticos. Assim, Arechavaleta

[51] Acerca da estratégia governista de se posicionar com relação ao sistema de partidos, Samuels (2007:26), argumenta que o Governo Lula cometeu, em seu primeiro mandato, um erro semelhante a Fernando Collor, e aponta que "o problema mais crítico do Governo Lula, não foi sua inabilidade para construir uma coalizão (no sentido de outros partidos se recusarem a entrar no governo), mas sim, à inabilidade em compartilhar o poder". (Lula's critical problem was not his inability to construct a coalition (due to refusal by other parties to enter the government) but rather his and the PT's unwillingness to share Power).

(2010:199) chama a atenção sobre como a "legitimação e a institucionalização da atividade coletiva é um meio muito eficaz de controle social".

No caso do Brasil, onde se nota um sistema partidário extremamente confuso (Abranches, 1988), o Estado estaria mais aberto à influência dos grupos de interesse, já que a presença de cisões nas elites políticas enfraquecem as coalizões, o que foi bastante acentuado durante o início do primeiro mandato do Governo Lula. Nossa análise aponta que após o Governo Lula, em grande medida pelo perfil do Partido dos Trabalhadores, que discutiremos no Capítulo 4, o Estado também amplia sua abertura aos interesses granjeados por movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil, sem deixar de flexibilizar seu comprometimento com estes atores, frente aos grupos de interesse que com eles conflitassem.

Apesar das "inegáveis" conquistas e impactos que esta aproximação, entre os movimentos sociais e o Estado, provocou neste período histórico (Duque Brasil, 2011; Faria, 2010; Pogrebinschi, 2010; Silva, 2010), nos interessa avançar sobre a qualidade das relações políticas e dos discursos desenvolvidos por estes atores. Isto se justifica pela importância de se compreender as implicações destes processos de formalização da participação para a constituição de identidades coletivas, já que diferentemente dos autores da TPP (MacAdam, Tarrow & Tilly, 2009), partimos de uma compreensão de política mais ampla do que a capacidade de impactar o espaço institucional estatal e suas deliberações (Rancière, 2010).

Se sistemas políticos abertos propiciam um aumento da mobilização social, talvez devêssemos nos perguntar então, que tipos de protestos e conflitos uma determinada abertura na estrutura de oportunidades políticas elicia e que efeitos podem ter sobre a constituição de identidades coletivas e a formação de fronteiras políticas entre atores. Se tomarmos uma definição de política como um espaço de conflitos irredutíveis às equações aritmética e geométrica da ordem policial, é fundamental diferenciar os movimentos sociais dos grupos de interesse, e o conceito de identidade coletiva pode nos ajudar complementando este modelo de compreensão das estruturas de oportunidades políticas.

2.4. Identidade Coletiva: da extensão à delimitação de um conceito

Uma busca por "identidade coletiva" nos indexadores acadêmicos, por mais simples que seja, revela um sem número de artigos científicos que utilizam este conceito, mesmo que muitas vezes de formas superficiais, contraditórias ou reificadas. Alusões a processos coletivos lançam mão de termos como "produzir uma identidade coletiva" (Burity, 1997), "afirmação da identidade coletiva", "aquisição da identidade coletiva", "em contexto de identidade coletiva", "estabelecer uma identidade coletiva (Monteiro, 2000), construção ou constituição de identidades coletivas, um sentido de identidade coletiva (Seyferth, 1993), "projetar uma identidade coletiva" (Silva, 2006), máquina de identidade coletiva (Wacquant, 2004), entre muitos outros.

De um modo geral, estes usos sinalizam uma oscilação entre apropriações mais estáticas ou mais dinâmicas daquilo que se busca caracterizar como uma "identidade coletiva". Isto reflete tanto a importância e a disseminação deste conceito nos dias de hoje, como as dificuldades de se chegar a definições consensuais. Além disto, fenômenos de proporções distintas estendem o universo de aplicabilidade do conceito, dificultando ainda mais a formulação de definições gerais e metodologias comuns.

A noção de identidade como um todo está longe de alcançar definições consensuais, sendo até mesmo amplamente criticada por diversas teorias. Por se deparar com os modos como indivíduos e grupos sociais negociam percepções acerca de "si mesmos" e dos "outros", a identidade traz consigo o paradoxo que se engendra a partir da contraposição entre igualdade e diferença (Scott, 2005). Neste sentido, identidade coletiva é um conceito que enfrenta este paradoxo a partir da complexidade que se oculta sob a unidade com que uma dada coletividade busca tornar pública sua existência a partir de uma narrativa constituída por processos de diferenciação e indiferenciação (Prado & Souza, 2002).

Identidade coletiva, como um conceito, engendra diversas questões que interessam ao estudo dos processos coletivos e, como apontamos anteriormente, embora se apresente muitas vezes como "auto-evidente", está situado em um campo de definições complexo e exigente. De todo modo, ao tratarmos de um universo de particularidades infindáveis, tal como os processos de identificação coletiva, qualquer modelo de compreensão destes fenômenos deve estar livre de pretensões universalizantes.

Eisenstadt & Giesen (1995) afirmam que a teoria sociológica historicamente vem se esquivando em responder questões que convergem no tema da identidade coletiva. Segundo os autores, as "Grandes Teorias" da sociedade moderna raramente enfocam a construção de identidades coletivas, como fazem com temas como diferenciação funcional e igualdade, racionalização e trocas de mercado, burocratização e legitimação de autoridade. Para Eisenstadt & Giesen (1995) identidade coletiva foi frequentemente considerada um efeito colateral das estruturas sociais básicas ou como resquícios da vida cotidiana (*lifeworlds*) que se dissolverão no caminho rumo ao universalismo moderno e a inclusão global.

Entretanto, Polletta & Jasper (2001) identificam um crescente e renovado interesse no conceito de identidade coletiva, tanto por parte da academia como por parte dos movimentos sociais, com o intuito de superar lacunas deixadas pelas teorias da mobilização de recursos e do processo político. Segundo estes autores, estas discussões coincidem com justificativas e críticas aos debates sobre multiculturalismo e ações afirmativas.

Estes debates, muitas vezes situados pelo termo "políticas de identidade" (Bernstein, 2005), se contextualizam no campo da emergência de novos sujeitos políticos (Laclau & Mouffe, 1985), também chamados de "novos movimentos sociais" (Touraine, 1988), e que Melucci (1996) descreve como o fenômeno da *Identization*, no campo dos movimentos sociais nos processos que caracterizam a "sociedade da informação". Neste contexto, argumentam Polletta & Jasper (2001), aspectos da construção de identidades coletivas tornaram-se mais proeminentes nos movimentos contemporâneos, influenciando os sociólogos a considerar seu papel tanto nos "novos" como nos "velhos" movimentos sociais[52].

Segundo Wasseman (2002), esta proliferação de movimentos identitários sinaliza a força com que volta a aparecer na sociedade, as contradições entre universalismo e particularismo: "no mundo cada vez mais globalizado e homogêneo do ponto de vista político, econômico, comercial e financeiro, a cultura e a sociedade devolvem amplas doses de particularismos e 'excentricidades'" (Wasserman, 2002:100).

Snow (2005), em uma revisão bibliográfica sobre o tema, afirma que embora a noção de identidade coletiva remeta à sociologia clássica, tal como nos textos de Marx e

[52] Para um debate sobre a insuficiência da classificação entre "novos" e "velhos" movimentos sociais ver Melucci (1996) e, já em uma análise dos movimentos LGBT, Machado & Prado (2005).

Durkheim, foram nos últimos quinze anos do século XX que este conceito passou a ser utilizado numa infinidade de trabalhos acadêmicos, direta ou indiretamente. Para o autor, o conceito de identidade coletiva se "fundamenta na observação da interação entre dois ou mais conjuntos de atores que estejam minimamente situados ou localizados como objetos sociais" (Snow, 2001). Imputar ou afirmar uma identidade é, ao mesmo tempo, condição para e condicionado pela interação social. Identidade, nesta perspectiva, não seria uma propriedade, um objeto ou um dado, mas um fenômeno constituído reflexivamente na interação.

De uma perspectiva bastante ampla, as definições de identidade coletiva passam por "uma sensação compartilhada de unidade ou coletividade [one-ness or we-ness], que se ancora em atributos e experiências reais ou imaginárias compartilhadas entre aquelas que comparam a coletividade em relação ou contraste com um ou mais conjuntos imaginados de 'outros'" [53] (Snow, 2001). Além disto, existe algum consenso sobre o fato de que estes sentimentos de pertencimento passam invariavelmente pela percepção desta coletividade como um agente coletivo (Snow, 2001). Tais coletividades podem ser mais bem analisadas, segundo Melucci (2001), como um sistema de ação.

Snow (2001) afirma que um argumento bastante frequente entre os pesquisadores é o de que identidade coletiva é um processo e não uma propriedade dos atores sociais, mas que é através dos objetos socialmente construídos que as (inter)ações se orientam. Na medida em que os sujeitos desta pesquisa articulam diferentes conteúdos, categorias e espaços de pertencimento, este argumento se torna relevante por nos alertar sobre a importância de considerarmos o pertencimento identitário como um fenômeno em constante transformação. Ao tratarmos processos de identificação através de entrevistas individuais e compreendendo que a identidade é um fenômeno complexo, é importante sabermos diferenciar e articular diferentes formas, níveis e tipos de pertencimento, para melhor organizarmos as noções de identidade que serão trabalhadas ao longo da análise.

[53] A shared sense of "one-ness" or "we-ness" anchored in real or imagined shared atributes and experiências among those Who comprise the collectivity and in relation or contrast to one or more actual or imagined sets of "other" (Snow, 2001).

2.4.1. Identidade Pessoal, Identidade Social e Identidade Coletiva

Para analisarmos os trânsitos identitários articulados pelos sujeitos desta pesquisa, é relevante termos em vista que, além de sentimentos de pertencimento coletivo, serão ativados elementos da identidade pessoal e social que precisamos diferenciar, mas sem perder de vista o modo como interagem e se influenciam. Deste modo, mesmo que o foco da análise seja a constituição de identidades coletivas, necessitamos fazer algumas considerações teóricas acerca das diferenças conceituais entre a identidade pessoal, identidade social e identidade coletiva.

Sem entrarmos em uma discussão excessivamente longa acerca destas diferenciações, nos valeremos da revisão de Snow (2001) que apresenta um panorama simplificado e suficiente para localizarmos as articulações identitárias que jogam com a identidade coletiva no contexto que investigamos. Para o autor, enquanto identidade pessoal se refere aos atributos e sentidos atribuídos a alguém por si mesmo ou por outrem e identidade social uma localização no espaço social a partir de categorias sociais que produzam significados identitários, identidade coletiva se refere a uma noção de pertencimento a um NÓS.

Aqui interessa apresentar e discutir especificamente identidade coletiva, entretanto, como estes três conceitos se inter-relacionam, na medida em que nomeiam processos que se influenciam mutuamente, é importante estabelecermos as diferenças entre eles. Neste sentido, Snow (2001) lista cinco pontos que contribuem para diferenciar estes três conceitos:

1) Identidades coletivas podem estar ou não atreladas a categorias sociais existentes, na medida em que os sistemas de ação podem se relacionar sem estarem rigidamente enraizados em categorias sociais;
2) Identidades coletivas mobilizam elementos cognitivos, emocionais e às vezes morais, que motivam as pessoas a agirem juntas, o que produz a noção de agente coletivo;
3) A emergência/operação de uma identidade coletiva significa que outras identidades sociais foram superadas em relevância e saliência;
4) Identidades coletivas e pessoais estão intrinsecamente conectadas na medida em que os predicados de uma identidade coletiva serão bastante influentes na identidade pessoal dos envolvidos;

5) Identidades coletivas tendem a ser mais fluidas e transitórias que identidades sociais baseadas em categorias sociais ou mesmo identidades pessoais;

Embora autores como Snow (2001) e Melucci (1996), entre outros, tenham se esforçado no sentido de buscar uma definição mais precisa, Polletta & Jasper (2001) argumentam que o conceito de identidade coletiva tem sido utilizado de forma demasiadamente extensa, sendo forçado a descrever diferentes dimensões e dinâmicas dos protestos sociais, tais como

> "categorias sociais predominantes entre os indivíduos ('mulheres' ou 'ativistas pelos direitos animais'), representações públicas de categorias sociais ('identidades públicas'), definições compartilhadas pelos ativistas sobre sua situação, o caráter expressivo de toda ação, os laços afetivos que motivam a participação, a experiência de solidariedade nos movimentos, entre outros" (p. 284-285).

Tendo em vista sua importância e a popularização do uso deste conceito, se tornam necessárias discussões mais rigorosas, que possam contribuir para uma melhor delimitação conceitual. Para organizar sua análise, estes autores elaboraram uma definição minimamente delimitada de identidade coletiva:

> Conexão cognitiva, moral e emocional de indivíduos com uma comunidade mais ampla, categoria, prática ou instituição. Constitui uma percepção de um status ou relação compartilhada, a qual pode ser imaginada, mais que diretamente experienciada, e é distinta da identidade pessoal, mesmo que possa fazer parte de uma identidade pessoal. Uma identidade coletiva pode ser primeiramente construída por pessoas externas a esta identidade (por exemplo, o caso dos "hispânicos" em seu país), que podem ainda reforçá-la, mas isto depende de alguma aceitação por aqueles a quem é aplicada. Identidades coletivas são expressadas em materiais culturais – nomes, narrativas, símbolos, estilos verbais, rituais, roupas etc. – mas nem todo material cultural expressa identidades coletivas. Identidade coletiva não implica cálculo racional para avaliar escolhas como os "interesses". E, diferentemente de ideologia, identidade coletiva emprega sentimentos positivos para com os membros do grupo (Polletta & Jasper, 2001:285).

Embora discordemos de alguns pressupostos que subjazem a esta definição, ela já nos aponta alguns elementos importantes para a análise de nosso campo empírico. Segundo Polletta & Jasper (2001), indivíduos podem estabelecer relações de pertencimento com diversos tipos de coletividade, o que no campo empírico aparece como "nós do movimento social", "nós do governo", "nós do conselho de juventudes", ou ainda, "nós gays", "nós jovens gays", "nós jovens lésbicas negras do movimento social". Interessante observarmos que "movimento social" muitas vezes aparece em

contraposição a ONG, o que também é identificado como mais um elemento de pertencimento coletivo, agora se referindo às estruturas organizativas e ideológicas do grupo de referência. A enunciação de um agente coletivo pode, nesta perspectiva, articular uma infinidade de elementos que fazem parte da trama identitária que se desenrola nos espaços institucionais de participação e, embora as categorias sociais não esgotem as possibilidades de pertencimento, elas ocupam um lugar importante nas negociações e atribuições de significados e legitimidade política, como discutiremos ao longo de todo este trabalho, e mais detidamente no capítulo 4.

Ao afirmar que uma identidade coletiva pode fazer parte da identidade pessoal de um indivíduo, a conceituação de Polleta & Jasper (2001) abre espaço para localizarmos, a partir dos discursos enunciados pelos sujeitos da pesquisa, as negociações identitárias que se processam nas fronteiras entre o Estado e a sociedade civil organizada. Isto aparece tanto nas articulações discursivas nas quais os indivíduos se localizam em diferentes pertencimentos (por exemplo, "eu, enquanto movimento social, sou levado a pensar que...", "eu, enquanto governo, acredito que...") , como nas atribuições identitárias que estabelecem relações entre atores (tais como, "você agora é .gov, não pode mais se posicionar desta forma...", "ele já foi governo, mas agora é da iniciativa privada, o que é interessante porque..."). Estas atribuições identitárias conectam identidades pessoais, sociais e coletivas, e são determinantes para analisarmos a posição que um indivíduo ocupa nos espaços institucionais, a qualidade das interações que desenvolve, as possibilidades de inserção dos temas e conflitos enunciados por este sujeito e como estas formas de pertencimento contribuem para a constituição da identidade pessoal do entrevistado, já que "este NÓS, enquanto ações coletivas, pode ser compreendido, tanto pelo seu caráter diferenciador como afirmativo do próprio EU" (Prado, 2001:151)

Neste sentido, precisamos avançar sobre os elementos que participam da constituição das identidades coletivas e seus aspectos reflexivos. Uma noção que não fica clara na definição de Polletta & Jasper (2001) é a de formação de fronteiras que remete à necessidade do estabelecimento de relações de reciprocidade que confirmem, simultaneamente, a existência de um "Nós" em contraposição a um "Eles", ou um conjunto de "Eles" [54]. Voltaremos a esta questão ao final deste capítulo, ao tratarmos da

[54] A noção de reciprocidade não é consenso entre os teóricos que se interessam pelo conceito de identidade coletiva. Apenas para exemplificarmos este debate, Habermas (1981) argumenta que para a constituição de um eu é indispensável o reconhecimento de outros eus, e que um NÓS, diferentemente da

identidade coletiva como uma ferramenta analítica desenvolvida por Mellucci (1996), e como a conectaremos com a teoria de Laclau (2005).

Esta noção de reciprocidade é aqui fundamental, uma vez que nos interessa investigar o impacto que a proximidade dos movimentos sociais com o Estado terá sobre a constituição de identidades coletivas, o que implica em identificar como as relações entre estes atores impacta a formação de fronteiras políticas (Prado, 2001). Nossa análise pressupõe que, para a formação de fronteiras grupais, a interação de um grupo com outros grupos e instituições é determinante. Isto se deve ao fato de que a formação de fronteiras identitárias ocorre concomitantemente às diversas interações sociais que marcam a definição de um "nós", implicando em uma leitura específica da realidade social e política e, consequentemente, no endosso de determinada cultura política (mesmo que antagonizando com esta mesma cultura). A idéia de reciprocidade também será determinante para compreendermos a formação de estratégias, ações coletivas, alianças e discursos, pois estes devem ser capazes de dialogar com os atores (aliados e adversários) com os quais uma identidade coletiva interage.

Antes de aprofundarmos a discussão sobre a identidade coletiva como uma ferramenta analítica, que utilizaremos para analisar o campo empírico, consideramos relevante discorrermos sobre algumas nuances que determinam os modos como este fenômeno pode ser apreendido. Este esforço se justifica tanto por inserir o conceito de identidade coletiva no campo teórico epistemológico com o qual estamos dialogando, como por permitir identificar alguns de seus usos na análise dos fenômenos coletivos e localizar nosso recorte num campo mais amplo de investigações.

2.4.2. Abordagens da Identidade Coletiva

Identidades coletivas podem variar em uma infinidade de características: número de participantes, duração no tempo, em sua ocupação do espaço geográfico, estratégias de ação, tipos de demandas entre outros critérios. Snow (2001) identifica três abordagens que variam em função de como consideram a emergência de identidades coletivas. A primeira seria a abordagem *primordialista*, e que associa a emergência de

identidade pessoal, pode ser confirmado por outros eus que se identificam com este mesmo NÓS. Tejerina (2010:112) critica esta noção afirmando que "ainda que para a existência de um grupo seja suficiente que se produza o reconhecimento mútuo de seus membros, a definição deste grupo sempre toma em consideração a existência de outros grupos".

uma identidade coletiva a atributos como raça, gênero, orientação sexual ou a alguma disposição psicológica comum ao grupo.

A segunda abordagem das identidades coletivas seria a do *estruturalismo social*, na qual as características fundamentais para a emergência de uma identidade coletiva são contextualizadas por semelhanças estruturais entre os participantes, tais como classe, etnicidade ou nacionalidade ou algo que sugira uma conexão estrutural entre os participantes[55].

Segundo Snow (2001), estas duas abordagens se fundamentam em uma perspectiva essencialista e argumenta em favor de uma terceira, que ele chama de *construcionista*, e que se aproxima mais da perspectiva que tentamos desenvolver nesta pesquisa. A abordagem construcionista parte da observação de que a conexão entre características biológicas ou localizações na estrutura social com a formação de identidades coletivas não se dá de forma determinista ou mecânica.

Para Snow (2001), uma identidade coletiva é construída, não apenas a partir de atributos sociais, disposições psicológicas ou conexões estruturais comuns a um determinado sujeito coletivo, pois outros fatores podem participar destes processos. Para o autor, as experiências concretas de ação coletiva oferecem muitos elementos para a emergência e constituição de uma identidade coletiva. Elementos estes que não estão dados à priori e podem ser articulados a partir de agenciamentos que são determinantes para compreender como um grupo de indivíduos passa a se sentir parte de uma coletividade.

A identidade coletiva, nesta perspectiva, deve ser percebida como algo processual e construída a partir de interações sociais. Nas palavras de Tejerina(2010:113) "o sentimento de formar uma comunidade junto com outros indivíduos que compartem a mesma identidade coletiva se constrói mediante práticas sociais cotidianas".

Com relação às abordagens do fenômeno, é importante ressaltar que o termo identidade vem suscitado muitas críticas por conta da conotação de permanência contida nesta palavra (*idêntico*). Estas críticas derivam, sobretudo, de autores influenciados pelo pensamento de Michel Foucault e pelas *Queer Theories*. Entretanto, o próprio Melucci(1996), apesar de utilizar reiteradamente o conceito, identidade coletiva,

[55] Em um sentido semelhante, a partir do trabalho de P. Gleason, Tejerina (2010) argumenta que a história do conceito de identidade oscila entre o reducionismo psicológico, no qual a identidade é tomada em um sentido essencialista, e o reducionismo sociológico, no qual a identidade é um processo de interiorização de aspectos construídos socialmente.

reconhece sua insuficiência e argumenta que precisamos inventar novas palavras, novos conceitos, que sejam capazes de transmitir a complexidade que os fenômenos coletivos trazem consigo. Neste sentido, apesar de seguirmos utilizando o conceito de identidade coletiva, o fazemos a partir de uma perspectiva que tome o fenômeno identitário como uma construção dinâmica, em constante transformação, não essencializado e contingente às relações que o constitui, no momento mesmo da interação.

2.4.3. Variações e Tipos de Identidade Coletiva

Para melhor visualizarmos os aspectos contingentes que atravessam a constituição das identidades coletivas, recuperamos a diferenciação apontada por Snow(2001), que descreve estas formações coletivas como variando em dimensão, nível (layer) ou tipo. Com relação ao primeiro aspecto, Snow (2001) argumenta sobre a multidimensionalidade das identidades coletivas, que pode ser descrita por suas dimensões cognitiva, emocional e moral. Segundo o autor, isto é relevante por ser indicativo da força com que a coletividade se organiza. Se estas dimensões estão presentes e são bem marcadas, ou seja, os limites entre o "Nós" e o "Eles" são menos ambíguos e existe um senso de virtude moral associado com as percepções e sentimentos, provavelmente teremos uma identidade coletiva mais potente, com motivações mais fortes, mais legitimadas pelo grupo, mais resistentes ao tempo, etc.

As variações em função de nível (layer) se dão em relação à extensão das questões e elementos simbólicos que uma identidade coletiva corporifica. Neste sentido, uma identidade coletiva pode ter vários níveis. Eles podem ser restritos a questões especificas e/ou fazer parte de movimentos mais amplos (Snow, 2001). Por exemplo, um movimento de lésbicas faz parte do movimento LGBT, que por sua vez faz parte dos movimentos pelos direitos humanos. Os movimentos sociais de um modo geral fazem parte de esferas simbólicas que se entrecruzam em intensidade e momentos variados, o que, mais adiante, analisaremos como a criação de relações equivalenciais, a partir da noção de identidade coletiva estruturada por Laclau (2005).

Obviamente, a existência de uma identidade coletiva num nível não generaliza ou se incorpora automaticamente em outro, entretanto, Tejerina (2010) identifica que as redes de solidariedade entre bandeiras e ações é uma característica marcante dos movimentos sociais. Por sua vez, Costa (2010) aponta duas formas de estratégias de luta política que refletem as relações entre diferentes movimentos sociais: estratégia de

articulação e estratégia de aliança[56]. Estas duas estratégias versam sobre como diferentes identidades coletivas vão construir redes de solidariedade, ações conjuntas ou mesmo articulações que integrem os diferentes discursos em níveis mais amplos de identidade coletiva. Nesta perspectiva, a mera presença de demandas de outras identidades coletivas num determinado discurso, não implica na formação de cadeias de equivalências que nos permitam falar em homogeneidades, em identidades coletivas capazes de propor um discurso contra-hegemônico que articule as diferenças entre as formações identitárias que se solidarizam a partir de estratégias de aliança.

Com relação aos tipos de identidade coletiva, Snow(2001) cita duas classificações. A primeira separa entre identidades protagonistas, antagonistas e espectadores. A segunda, baseada em Castells (1997), classifica as identidades legitimadas (associadas com instituições dominantes ou ao Estado); as identidades de resistência (geradas por identidades desvalorizadas ou estigmatizadas; constitui focos de antagonismos para movimentos e políticas de identidade); e as identidades de projeto (associadas a movimentos que vão além da resistência e objetivam construir não apenas uma identidade alternativa, mas também um novo sistema que valorize mais do que desqualifique a nova identidade).

Outra classificação com relação ao tipo de identidade pode ser encontrada no trabalho de Bernstein (1997), que diferencia entre identidades críticas, educacionais e mistas. Como o acesso dos movimentos sociais aos espaços, recursos e procedimentos estatais é um aspecto central nesta classificação, discutiremos separadamente no próximo subtópico, com o objetivo de ilustrar como a inserção dos movimentos sociais nos âmbitos institucionais da política constitui uma questão importante para as reflexões acerca da constituição de identidades coletivas e a ação dos movimentos sociais.

[56] Prado & Costa (2011:685), definem tais estratégias da seguinte forma: "A estratégia de articulação é concebida como a construção de uma relação de equivalência ("nós") entre diferentes sujeitos políticos, de modo a se construir um projeto contra-hegemônico. Já estratégia de aliança é definida como a construção de vínculo, em torno de demandas especificas, entre sujeitos políticos na construção de ações conjuntas, sem que isso implique, necessariamente, na promoção de uma relação de equivalência entre os grupos. Entendemos essas duas formas de estratégia política não como opostas, a priori, mas como modos complementares de se construir a mudança social".

2.4.4. Identidade como Estratégia: Identidade Coletiva e Estado

Em pesquisa anterior (Machado, 2007), observamos que a militância LGBT da cidade de Belo Horizonte se institucionalizou e se aproximou das instituições governamentais propiciando uma série de novas relações com diversos atores, provocando transformações no estilo das ações empreendidas e dos elementos que compunham a constituição das identidades coletivas dos grupos analisados. Em parte, estas articulações trouxeram novos pontos de politização e ampliação da visibilidade da militância, sobretudo nos espaços institucionais. Porém, os grupos organizados foram sendo assimilados e diminuíram sua capacidade de interpelação, de mobilização e inovação e, sobretudo, limitaram seu escopo de atuação, comprometendo as possibilidades de estabelecerem cadeias de equivalência com outras identidades coletivas (Laclau, 2006; 2005). Isto reforça a importância de considerar como as relações com as instituições governamentais podem influenciar na constituição de identidades coletivas, no sentido de impactarem seus processos de (in)diferenciação (Prado & Souza, 2002).

Para não partirmos para o campo com uma perspectiva que avalie a priori estas relações como negativas ou positivas, levantamos alguns apontamentos de Bernstein(1997), que discute a formação da identidade como uma estratégia política que participa da própria constituição do sistema de ação engendrado por uma determinada coletividade. Para Bernstein (2007), estas estratégias não são melhores ou piores, em si mesmas, para o alcance das demandas e dos objetivos dos movimentos sociais, mas sim, implicam em escolhas políticas que impactam a formação de fronteiras que delimitam uma identidade coletiva.

Analisando ações coletivas no contexto estadunidense, Bernstein (1997) observou que os movimentos LGBT, que antes lutavam pela transformação cultural e pela liberação sexual, foram se transformando em um grupo de interesses políticos extremamente burocratizados. Segundo a autora, o modo como os representantes deste movimento suprimiam ou ressaltavam as diferenças identitárias que demarcavam suas fronteiras políticas, dependia do quanto os grupos conseguiam acessar a política institucional, de características organizacionais do grupo e do tipo de oposição que eles enfrentavam[57].

[57] Bernstein (1997) constrói este modelo fundamentando-se em análises sobre o movimento LGBT estadunidense, entretanto, argumenta que ele é válido para a compreensão da constituição de identidades coletivas nos movimentos sociais em geral.

Inicialmente, Bernstein (1997) define três níveis analíticos da identidade: 1) Identidade para empoderamento (recurso mobilizatório, formação de vínculos, conscientização política e pertencimento grupal); 2) Identidade como objetivo (desconstruir categorias ou estigmas identitários); e 3) Identidade como estratégia política, no interior da qual a autora define duas formas possíveis de estratégias identitárias: a) **Identidade Crítica** (*Identity for Critique*): confronta e desafia os valores, categorias e práticas da cultura dominante, enfatizando a dicotomia Nós vs Eles e, consequentemente, as diferenciações identitárias; b) **Identidade Educacional** (*Identity for Education*): busca transformar a percepção da cultura dominante em relação a uma determinada minoria, suprimindo as diferenciações identitárias e construindo legitimidade política através de temas incontroversos (assimilacionismo).

A identidade como crítica tende a se formar em situações onde os grupos têm pouco acesso ou relações negativas com a política institucional, além de estruturas organizacionais fracas. Bernstein (1997) compreende o acesso à política institucional e infra-estruturas organizacionais fortes (*Strong Organizational Infrastructure or Access to the Polity*), como a capacidade dos grupos em: obter das instituições estatais resposta a suas questões; eleger políticos; acesso aos representantes políticos, através de empresas, contatos pessoais, posições oficiais em partidos políticos, etc.

Na perspectiva da autora, um ponto que irá influenciar decisivamente a escolha da estratégia identitária diz respeito ao poder mobilizatório dos grupos. Movimentos inclusivos (*Inclusive Movement Organizations*) são aqueles que têm o objetivo de mobilizar o maior número possível de pessoas, e movimentos exclusivos (*Exclusive Movement Organizations*) são os que não investem ou não tem habilidade para estimular uma ampla participação popular. Para Bernstein (1997), os movimentos inclusivos favorecem a formação de identidades críticas, enquanto movimentos exclusivos favorecem a formação de identidades educacionais.

A presença de oposição organizada (*Organized Opposition*) também favorecerá a formação de identidades críticas, na medida em que demanda antagonismos mais demarcados. O enfrentamento de oposição organizada pode precipitar também a formação de modelos mistos, no qual um movimento social combina elementos críticos e educacionais na formação da estratégia política.

Deste modo, o modelo de Bernstein (1997) oferece uma abordagem para a análise da formação de identidades coletivas abrindo espaço para um cruzamento com as mudanças na estrutura de oportunidades políticas, pois identifica aspectos identitários

que se estabelecem em função das relações que os movimentos sociais desenvolvem com a política institucional. Entretanto, precisamos aprofundar estas relações e relativizar os apontamentos da autora para analisarmos o contexto nacional.

Os movimentos LGBT no Brasil passaram a combinar modelos críticos e educacionais, na medida em que foram conquistando algum acesso à política institucional. Apesar de terem conquistado alguns aliados no universo político institucional, algum acesso a recursos através de editais e parcerias viabilizados através de Programa Nacional Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004), seguiram enfrentando forte oposição de grupos fundamentalistas e conservadores. É necessário reconhecer que o acesso à política institucional conquistado pelos movimentos LGBT se deu através de contatos com representantes políticos e com algumas lideranças deste movimento ganhando relativo destaque dentro de partidos ou órgãos governamentais. Entretanto, salvo raras exceções, estes movimentos não obtiveram sucesso em eleger seus representantes para cargos eletivos e, além disto, as respostas que conseguiram obter do poder público para suas demandas estiveram sempre limitadas por orçamentos escassos ou impedimentos, formais ou informais, perpetrados por influência de seus opositores[58]. Isto nos leva a considerar mais pormenorizadamente a qualidade do acesso que os movimentos sociais alcançam junto ao Estado, e a capacidade destes movimentos em estabelecerem uma análise da estrutura de oportunidades políticas.

O movimento de juventudes apresenta um caminho diferente, em virtude da estrutura organizativa do movimento e de sua pauta despertar menos resistência, ao menos do ponto de vista da legitimidade identitária do jovem, em outros setores organizados da sociedade. Entretanto, mesmo no movimento de juventudes, nota-se a presença de modelos mistos, mas que, na ausência de opositores que unifiquem alguns pontos de conflito, as divergências entre os movimentos sociais e o Estado se mantêm ainda mais setorializadas e fragmentadas, não constituindo pautas programáticas tão unificadas como o movimento LGBT. Nossos entrevistados, ligados ao movimento de juventudes, se queixaram de que o Estado brasileiro não tem uma política nacional para a juventude que esteja integrada ou que atenda às demandas dos movimentos sociais, e

[58] O Governo do Estado do Rio de Janeiro apresenta algumas exceções a esta análise. Voltaremos a este ponto no capítulo 6.

criticam as políticas públicas atuais por serem paliativas e ainda tratarem o jovem como um problema e não como um sujeito de direitos[59].

Além de um horizonte de transformação social que privilegia excessivamente os impactos na política institucional, um ponto que a perspectiva que aqui defendemos conflita com a abordagem de Bernstein (1997), está na relação entre a formação de identidades críticas e a demarcação de fronteiras identitárias bem definidas. Para a autora, quando mais demarcadas são as fronteiras identitárias, mais críticas serão as estratégias definidas pelos movimentos sociais. Se tomarmos a perspectiva de Rancière (2010) acerca da política e a perspectiva de Laclau (2005) acerca da constituição de identidades coletivas, veremos que identidade e política se relacionam num processo que envolve uma (des)identificação que, embora se manifeste num ato único, pode ser vista desde dois pontos de vista distintos. Voltaremos a este ponto após apresentarmos a ferramenta analítica que utilizamos para a análise empírica da constituição de identidades coletivas, com o objetivo de propor uma síntese teórica para a compreensão da constituição de identidades coletivas. O arranjo metodológico subjacente a estas amarras teóricas será discutido no próximo capítulo.

Aqui nos cabe dizer que a combinação dos elementos analíticos apontados por Bernstein (1997) indica aspectos que devemos considerar para compreendermos tendências identitárias provocadas pela aproximação dos movimentos sociais e grupos organizados com o Estado. Além disto, esta perspectiva nos ajuda a iniciar as conexões entre a estrutura de oportunidades políticas e a formação de identidades coletivas, no sentido de ressaltar que estas relações envolvem também cálculos estratégicos quanto aos adversários, aliados e o sistema político, bem como as estruturas organizativas dos grupos e sua capacidade de mobilização. Para avançarmos na compreensão das identidades coletivas, precisamos agora aprofundar na ferramenta analítica que nos permitirá identificar as dinâmicas interacionais que definem sua constituição.

[59] Além disto, é importante ressaltar que as demandas menos controversas no interior do movimento de juventudes, como por exemplo, "o extermínio da juventude negra", "10% do PIB para a educação", entre outras, envolvem mudanças estruturais amplas, e que tornam mais difícil a nomeação de um "Eles" que possibilite a articulação de um discurso contra-hegemônico menos heterogêneo, bem como a formação de estratégias que agreguem um campo amplo dos movimentos sociais (Laclau, 2005).

2.4.5. Identidade Coletiva: do fenômeno grupal à ferramenta analítica

Apesar da infinidade de contextos nos quais o conceito de identidade coletiva é utilizado, identifica-se uma relação muito próxima entre pesquisas sobre identidade coletiva e o campo de estudos de movimentos sociais. Isto é de se esperar, uma vez que "estas mobilizações tendem a ser, ao mesmo tempo, geradoras e dependentes dos processos de identidade coletiva" (Snow, 2001).

Para além da definição mais geral proposta por Polletta & Jasper (2001), apresentada anteriormente, nos cabe aprofundar na definição do conceito de identidades coletivas e sobre quais elementos ele nos oferece para compreender os fenômenos coletivos e suas consequências para a democracia. Autores como Tejerina (2010), Arechavaleta (2010), Alonso (2009) e outros, reconhecem que o autor que melhor soube operacionalizar o conceito de identidade coletiva foi Alberto Melucci. Influenciado pelo fenômeno dos novos movimentos sociais, a abordagem de Melucci (1996) avança sobre a complexidade das ações coletivas e, em contraposição aos teóricos da TPP e da MR, atribui especial importância às dimensões psicológica e cultural, presentes nas identidades coletivas.

Ao reconhecer a multiplicidade de diferenças que se abrigam sob a aparente unidade a partir da qual se visibiliza uma determinada identidade coletiva, Melucci (1987) joga luz sobre os conflitos e contradições que coexistem paralelamente ao sentimento de pertencimento a um NÓS. Na abordagem de Melucci (1996) observa-se um esforço teórico no sentido de integrar os níveis micro, meso e macrossocial dos fenômenos coletivos:

> "Melucci criticou tanto as explicações psicológicas para a formação da ação coletiva, em termos de irracionalidade das massas, quanto as macroexplicações, nas quais condições sociais comuns determinam o comportamento dos atores. Num caso haveria "ação sem atores", noutro, "atores sem ação". Em ambos, faltariam mediações entre comportamentos individuais e o fenômeno coletivo "movimento" (Alonso, 2009:65).

Neste sentido, o principal interesse de Melucci (1996) é entender "como um ator coletivo é formado ou quais relações e processos levam os indivíduos a se envolverem coletivamente numa ação política?" (Alonso, 2009:65). Para Melucci (1996) o recurso central da sociedade contemporânea é a informação, o que nos leva a questão da reflexividade e sua apreensão sistêmica da realidade social.

> Nos sistemas complexos as relações entre incertezas, preferências e decisões são relações permanentes, quase circulares. Introduz-se assim, a circularidade cognitiva dos atores: as práticas sociais são reformadas e examinadas constantemente à luz de novas

> informações sobre estas mesmas práticas, o que altera seu caráter constitutivo e incrementa novamente a complexidade. Consequentemente, os atores reconhecem que não estão em posição de definir seu meio em termos objetivos, ou seja, não podem neutralizar as distorções introduzidas por sua própria atividade cognitiva, nem definirem-se a si mesmos sem referenciar a complexidade e turbulência do contexto. Os atores podem considerar a circularidade em que se encontram, mas não escapar de sua própria perspectiva histórica e social, ou livrarem-se dos traços da comunidade científica, cultura ou civilização à qual pertencem e que influi na própria percepção de si mesmos (Arechavaleta, 2010:205-206)

Isto evidencia que na perspectiva de Melucci (1996), razão e emoção estão intimamente relacionadas, o que nos leva a recuperar a noção de cálculo estratégico de forma não racionalista, mas reflexiva e processual, levanto em consideração os aspectos culturais que influenciam a definição de símbolos e valores compartilhados, seja no interior de uma determinada identidade coletiva, seja num campo onde interagem diversas identidades coletivas.

É importante ressaltar que Melucci (1989; 2001; 1996) define identidade coletiva como o processo de construção de um sistema de ação. Identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada, produzida por indivíduos (ou grupos, num nível mais complexo) e concerne a orientações de ações e o campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação toma lugar. Por interativo e compartilhado, Melucci(1996) ressalta que qualquer identidade coletiva deve ser tomada como um processo, porque é negociada e construída através da ativação repetida das relações que ligam os indivíduos (ou grupos, a partir das redes).

A constituição de uma identidade coletiva envolve definições cognitivas com finalidades, significados e campo de ação, que são formatados por uma linguagem compartilhada, por parte, por toda a sociedade ou que é especifica de um grupo. Estes elementos são incorporados através de rituais, práticas, artefatos culturais, e são enquadrados de diferentes formas, mas sempre permitem algum tipo de cálculo entre objetivos, significados, investimentos e recompensas. Mas estes cálculos, é importante ressaltar, não coincidem com a visão de cálculo racional defendida pela MR, são elaborações cognitivas e afetivas que se processam no cotidiano e nas interações entre indivíduos e grupos que ressignificam a realidade social, a partir de práticas sociais que movimentam os sentimentos de pertencimento.

Neste sentido, as identidades coletivas e o sentimento de pertencimento associado a elas são inegociáveis e indivisíveis, o que pode ser negociado são os elementos que atravessam as interações sociais. Os indivíduos que participam de uma

identidade coletiva sempre mantêm algum grau de envolvimento emocional que os habilita a se sentirem parte de uma unidade. Este processo nunca é inteiramente negociável porque a participação é dotada com significados que não podem ser reduzidos ao cálculo de relações de custo/benefício, mesmo que a entrada em âmbitos institucionais demande alguma simulação de uma operacionalização racionalista dos elementos que compõem a unidade precária de uma formação identitária, e das demandas por transformação social que endereça ao Estado e/ou à sociedade como um todo.

Segundo Melucci (1996), compreender a irredutibilidade de uma identidade coletiva como irracional é no mínimo sem sentido, pois não existe cognição sem sentimento e significado sem emoção. Esta dimensão afetiva é essencial para que se mantenha a percepção de continuidade e estabilidade das relações que, em última instância, vai influenciar nos modos dos indivíduos reconhecerem-se a si mesmos. Esta noção de estabilidade e permanência no tempo parece contrastar com as idéias de dinâmica e processo, mas o reconhecimento de si mesmo também é dinâmico e processa investimentos na formação do "EU" em contraposição aos diversos "NÓS" que organizam sua interação com o mundo social.

O pertencimento a uma identidade coletiva envolve investimentos contínuos e, na medida em que a ação social se torna mais institucionalizada, pode aumentar a cristalização em formas organizacionais, sistemas de regras e relações de lideranças (Melucci, 1996). Entretanto, esta cristalização organizacional deve ser compreendida a partir de suas fraturas e contradições, que para Melucci (1996) constituem os aspectos mais determinantes para o estudo de uma identidade coletiva.

Para superar esta aparente contradição entre dimensões estáticas e dinâmicas da identidade coletiva, Melucci (1996) recomenda pensá-la em termos de um sistema de ação, uma vez que habilita atores sociais agirem como atores unificados e delimitados, o que pressupõe duas coisas: 1) habilidade auto-reflexiva dos atores sociais; 2) vincula a noção de causalidade e pertencimento, uma vez que os atores são capazes de atribuir os efeitos de suas ações a eles mesmos.

A importância da habilidade auto-reflexiva dos atores sociais pode ser vista aqui como um ponto de convergência. Assumindo que a continuidade de uma determinada identidade coletiva está pra além das variações no tempo e adaptações ao meio ambiente e que estas se constroem a partir da delimitação de fronteiras e da habilidade de reconhecer e ser reconhecido por outros atores coletivos, compreender uma identidade

coletiva como um sistema de ação implica em reconhecer que estas se formam reflexivamente. Compreende-se que os movimentos sociais constituem identidades coletivas a partir de relações circulares com outros atores coletivos, mas também com a estrutura de oportunidades políticas e os constrangimentos sociais, definindo assim seus modos de ação e existência.

Como podemos perceber, Melucci (1996) compreende o conceito de identidade coletiva, não como a descrição ou nomeação de um fenômeno, mas como uma ferramenta analítica capaz de abordar as complexas interações envolvidas nos fenômenos coletivos. Nosso estudo se localiza neste hiato, entre estrutura e atores, sistemas e ações, de forma a considerar os processos de formação da identidade coletiva a partir de espaços sociopolíticos específicos: os arranjos participativos oferecidos pelo Estado, que se constituem em pontos de conexão entre as instituições políticas e os grupos organizados da sociedade civil. Isto pressupõe a identidade coletiva como um processo de identificações políticas e interações sociais que, em última instância, se materializam em um sistema de ações e, exatamente por isso, seus significados variam em função das relações que se estabelecem e produzem reconhecimento e reciprocidade social e política.

Uma identidade coletiva se refere a uma rede de relações entre atores, que interagem, comunicam e influenciam uns aos outros, negociam e tomam decisões. Formas de organização, modelos de liderança, canais e tecnologias de comunicação são partes constitutivas desta rede de relações, o que nos leva a argumentar que as políticas participativas e os espaços que se abrem para os movimentos sociais dialogarem com o Estado devem ser considerados como elementos importantes para a constituição de fronteiras identitárias[60].

Tejerina (2010:116) aponta que "o pertencimento dos indivíduos a uma sociedade ou grupo social, da mesma forma que sua exclusão, é regulado pela identidade coletiva". Assim, uma identidade coletiva é mantida por práticas sociais que articulam elementos simbólicos capazes de dar significado social às ações dos atores,

[60] Isto reforça nossa intenção de tomar o Estado como um agente ou ator social, e não como um espaço neutro que se torna palco de conflitos e disputas entre grupos políticos. Em um sentido análogo, Randeria(2003) delineia o conceito de "Estados Astutos" (Cunning States), no qual o Estado aparece como uma instituição central no jogo político contemporâneo, que cumpre de forma seletiva a implementação de políticas neoliberais globais, e o faz de forma que estas políticas se tornem incompreensíveis para os cidadãos. Randeria (2003) argumenta ainda que o Estado contemporâneo não pode ser compreendido de forma homogênea, já que a aproximação deste com determinadas organizações da sociedade civil ocorre de forma diferenciada e desigual, dependendo do teor de confrontação ou legitimação que as ONGs ou movimentos sociais oferecem para as relações políticas em curso.

mas que estão permeadas por conflitos e disputas que podem implicar em um reordenamento do sistema social. Neste sentido, embora o Estado não seja visto, pela perspectiva de Melucci (1996), como um ator ao qual toda a trama política deve se orientar, como o é para a TPP, os espaços institucionais também serão elemento de constituição de identidades coletivas. Além de oferecer um espaço privilegiado para disputas em torno de valores e recursos, as instâncias estatais e os aparatos envolvidos na trama político-institucional, como os partidos, as fundações e os grupos de interesse, devem ser compreendidos como atores sociais, já que também eliciam a formação de sentimentos de pertencimento que podem se constituir como identidades coletivas.

Prado (2002) apresenta uma síntese teórica para a análise dos movimentos sociais que identifica na conjugação de três elementos psicossociais, os processos responsáveis pela emergência de uma identidade coletiva: 1) As *práticas coletivas* que definem sentimentos de pertença grupal e a partilha de valores, crenças e interesses (Melucci, 1996); 2) O *reconhecimento de equivalências sociais* (Mouffe, 1988) dado pelo sentimento de injustiça social e pela conscientização dos direitos sociais e, por último; 3) A noção de delimitação de *fronteiras políticas* na diferenciação entre os atores sociais em determinado cenário político (Prado, 2002).

Em seguida, para Prado (2002), para compreender a constituição e a manutenção de uma identidade coletiva, deve-se levar em conta cinco elementos básicos: 1) Sentimentos de pertencimento grupal; 2) Definição de práticas sociais grupais (cultura política); 3) Valores, crenças e interesses compartilhados; 4) Estabelecimento de redes sociais; 5) Relações intra e entre grupos.

A identidade coletiva é um processo de construção social que se apresenta publicamente como uma unidade parcial e provisória. Porém, como já dissemos, é exatamente a diversidade e os conflitos existentes sob essa unidade que nos interessam, pois é a partir deles que poderemos explorar as questões propostas neste estudo. Neste ponto, a dificuldade se encontra exatamente em como definir uma unidade de análise, já que os processos de identificação se relacionam em diversos níveis e dimensões (como vimos com a multidimensionalidade das identidades coletivas), e aparecem como pontos interconectados a uma rede muito mais ampla de interações sociais. Nas sociedades contemporâneas, estas redes de relações adquirem níveis de complexidade que tornam cada vez mais difícil estabelecer diferenciações nítidas entre atores, mesmo entre aqueles mais institucionalizados.

Deste modo, compreender as formações identitárias e os sentimentos de pertencimento envolvidos em espaços tão distintos, requer análises particulares que considerem os elementos distintivos que apontamos ao longo deste capítulo, tais como a multimensionalidade, o nível e o tipo de identidade coletiva. Por exemplo, as práticas políticas, o estabelecimento de relações de equivalência e a formação de fronteiras políticas em um setor governamental, ocorrem através de processos e interações sociais muito distintas das que estão envolvidas em um movimento social pouco institucionalizado e com estruturas organizacionais frágeis. A variação nos espaços de pertencimento implicam em outra intensidade de sentimentos, diferentes formas de implicação pessoal nas ações coletivas e interações sociais, outra cultura política, valores, crenças e interesses compartilhados. Entretanto, estes elementos serão definidores da formação de identidades coletivas em quaisquer situações e, independente do grau de institucionalização, estes diferentes processos de identificação poderão convergir nas atuações em rede, modulando suas interações no interior de um coletivo e entre duas ou mais coletividades.

Neste contexto, Abers & Bülow (2011:64) argumentam que "em vários países e regiões do mundo, tem se tornado cada vez mais difícil compreender os movimentos sociais sem fazer uma análise dos vínculos com partidos políticos e o Estado, e vice-versa, como é importante incorporar o estudo dos impactos da ação de partidos políticos e órgãos estatais nos movimentos sociais". No momento histórico no qual falamos de uma crise do Estado e da proliferação dos pontos de identificação, cresce o interesse da sociedade e de seus grupos organizados em participar de processos decisórios que tradicionalmente estiveram circunscritos ao Estado. Isto nos leva a considerar, nos estudos sobre identidade coletiva e movimentos sociais, que "os ativistas, frequentemente, cruzam a fronteira entre o Estado e a sociedade, trabalhando em alguns momentos em organizações da sociedade civil e em outros momentos em órgãos estatais" (Abers & Bülow, 2011:66).

No Brasil, como vimos, a aproximação entre os movimentos sociais e o Estado assume novas proporções, sobretudo, após o Governo Lula. Os grupos organizados desenvolvem redes de participação que agregam diferentes grupos organizados, ONG e, até mesmo, órgãos governamentais. Estas redes acabam por se acoplarem aos arranjos participativos do Estado e funcionam como interlocutores junto às políticas governamentais e passam, muitas vezes, a depender do Estado para sua manutenção estrutural e simbólica.

Abers & Bülow (2011) argumentam que, além da "incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais", muitas vezes ocorre também "a formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do Estado" (p.65). Isto levou estas autoras a questionarem "tanto o pressuposto de que o Estado é irrelevante" para a compreensão dos movimentos sociais, "como o pressuposto de que atores estatais são necessariamente externos aos movimentos sociais" (Abers & Bülow, 2011:54).

Os apontamentos de Abers & Bülow (2011) reforçam a necessidade de analisarmos as relações entre os movimentos sociais e o Estado a partir do hiato entre estrutura e atores, sistemas e ações, o que tentaremos alcançar a partir de uma abordagem psicopolítica que articule as perspectivas teóricas que apresentamos nestes dois primeiros capítulos.

2.5. Abordagem Psicopolítica dos Movimentos Sociais

Até aqui expusemos um arsenal teórico bastante heterogêneo e que agora tentaremos organizar de modo a construir um enquadramento psicossocial para a análise dos dados. É importante ressaltar que não temos o objetivo de realizar uma síntese capaz de conciliar as divergências teóricas entre os autores, pois isso envolveria uma discussão epistemológica que escapa em muito o escopo deste trabalho. O que faremos é uma reinterpretação do instrumental teórico dos autores apresentados neste capítulo, de modo a localizar estas ferramentas analíticas no interior da abordagem do político e dos preceitos epistemológicos apresentados no capítulo anterior. Em outras palavras, não se trata de integrar teorias, mas aplicar cada uma delas em diferentes momentos da análise, de modo operacional, para conjugar seus resultados a partir de uma compreensão específica do político e da democracia.

Primeiramente, um olhar psicossocial nos parece relevante para tentar superar os hiatos que tradicionalmente se fazem entre estrutura e significado, e que demarca a diferença entre os enfoques da estrutura de oportunidades políticas, que enfatiza a influência estrutural sobre os processos identitários, e o da identidade coletiva em Melucci (1996), que não ignora os processos estruturais, mas enfatiza a produção de sentidos. Outro ponto importante é a rígida separação entre universos institucionais e não institucionais da participação, que cada vez mais se revelam conectados e

interdependentes (Abers & Bülow, 2011; Prado, Machado & Carmona, 2009; Sandoval, 1997). A difícil integração analítica entre os níveis micro, meso e macrossocial, constitui um terceiro elemento que necessita reflexão já que, como vimos, entre a crise do Estado e a proliferação de identidades, podemos encontrar processos intrinsecamente relacionados. Por último, discutiremos a noção de política apresentada no capítulo anterior, comparando-a a noção de política que subjaz à TPP e à abordagem de Melucci(1996).

O conceito de estrutura de oportunidades políticas opta por jogar luz nos processos institucionais da política, observando os níveis macro e, em menor medida, meso sociais. Já o modelo da identidade coletiva agrega a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais, como faziam as abordagens clássicas, mas se centra na formação de atores coletivos. Arechavaleta (2010) argumenta que a abordagem de Melucci (1996) oferece um modelo mais sistemático, integral e dinâmico da construção das ações coletivas. Melucci (1996) percebeu que entre as abordagens psicológicas clássicas, focadas no indivíduo, e as abordagens racionalistas focadas no institucional e no nível macrossocial do universo político, faltava uma articulação no nível mesossocial. O conceito de identidade coletiva busca então, articular estas três dimensões.

Neste sentido, do ponto de vista da compreensão das dinâmicas políticas, apenas o conceito de identidade coletiva deveria ser suficiente para nossa análise. Entretanto, como Melucci (1996) tem uma compreensão de movimentos sociais que transcende absolutamente o universo institucional, falta a esta perspectiva conceitos mais instrumentais que apontem para o funcionamento do Estado. Buscamos então no conceito de estrutura de oportunidades políticas os instrumentos para analisar a relação entre o Estado e a constituição de identidades coletivas, sem, contudo, nos apoiamos nos pressupostos da TPP, que imprimiriam nas dinâmicas políticas um caráter demasiadamente racionalista e institucional.

Comparando as abordagens psicológicas e sociológicas do comportamento político, Sandoval (1997) argumenta que, se por um lado, a psicologia foi micro-cósmica demais para poder elaborar uma interpretação teórica do comportamento político, a sociologia se mostrou ainda demasiadamente genérica para ser convincente em suas interpretações. O erro que frequentemente se comete é perceber o indivíduo como sujeito da estrutura, mais do que um agente dentro dela, como se quando entrasse no campo do coletivo ele perdesse sua racionalidade, ou ainda, de forma simplista,

reduzi-lo a um ator "intencional", que realizaria seus objetivos no espaço coletivo da sociedade de plena posse de uma racionalidade transparente[61] (Prado, 2001).

Identificando esses pressupostos dentro de parâmetros críticos, podemos perceber as dualidades iluministas separando de um lado a racionalidade e de outro a ameaça da irracionalidade. Essa separação se dá tanto quando tomamos o indivíduo como "objeto da sociedade", como quando tomamos o indivíduo como um "ator plenamente intencional" (Prado, 2000). A psicologia social nos oferece elementos para compreendermos este tensionamento, não a partir de uma oposição entre percepções racionais ou irracionais, mas como diferentes formas de racionalidade.

Essa relação linear de causa e efeito, de um sujeito racional que escolhe ou um sujeito irracional que é escolhido, tem por pressuposto um sujeito transcendental, permeado por uma dimensão essencial. Ao contrario, concebemos que os atores coletivos em parte criam e em parte ocupam seus lugares sociais, a partir de uma relação que é circular e reflexiva (Prado, 2000).

É importante ressaltar que considerar os aspectos psicológicos dos fenômenos sociais não significa cometer o erro de reificar a dimensão subjetiva destes fenômenos ou provocar, como apontamos anteriormente, um inflacionamento da categoria identidade, pois, nas palavras de Melucci (2001), "o agir coletivo não é o resultado de forças naturais ou de leis necessárias da história, nem, de outro lado, simplesmente o produto de crenças e de representações dos atores" (Melucci, 2001:31).

Neste sentido, uma perspectiva psicossocial contribui para a análise dos movimentos sociais por oferecer uma abordagem que considere não uma ou outra dimensão dos processos identitários, mas as relações que se desenvolvem entre elas. O psicológico, nesta perspectiva, não está relacionado à individualidade, mas sim, à singularidade que se constituída mediante a interação com outras pessoas. O institucional, por sua vez, não pode ser visto como construções estanques ou fechadas em si mesmas, mas como respostas a processos de organização social.

Melucci (1996) enfrentou tal desafio, posto ao campo de estudo dos Movimentos Sociais, de superar os recorrentes reducionismos que tentam explicar a totalidade do comportamento político enfatizando apenas uma de suas dimensões. Melucci articulou

[61] Este argumento será importante quando formos criticar a noção de "cooptação" no capítulo 6. A noção de discurso que utilizamos neste trabalho é crucial para a definição de sujeito, pois compreende que esta categoria deve ser analisada como *posições de sujeito* no interior de uma estrutura discursiva, o que nos impede de tratar os discursos de forma transparente, racionalista e essencializada (Laclau & Mouffe, 1985).

diversos hiatos que atravessam os fenômenos coletivos, oferecendo elementos teóricos para estudos mais arrojados, focando-se nos aspectos interacionais das identidades coletivas, que passa a ser tomada como uma ferramenta analítica que aponta para os elementos simbólicos atravessados nas mediações destas interações sociais.

Tomaremos então o conceito de identidade coletiva para a compreensão da formação de fronteiras e dinâmicas identitárias, considerando o que nos oferece como ferramenta analítica para articular os aspectos objetivos e subjetivos dos fenômenos interacionais, mas deixando a análise do político e das formações discursivas para o arsenal teórico de Rancière (2010; 2006) e Laclau (2005).

Optamos pela concepção de política de Rancière (2009) e pelo conceito de identidades coletivas em Laclau (2005) como alicerce epistemológico por compreendermos que estes autores radicalizam a contingência das formações sociais e oferecem uma saída mais consistente para o paradoxo subjacente à democracia e aos processos de (des)identificação. Apesar de encontrarmos pontos que possibilitam uma aproximação entre o político nestes autores e a noção de mudança social contida no trabalho de Melucci (1996), o funcionalismo subjacente à perspectiva sistêmica, que fundamenta o social em Melucci (1996), atribui um caráter excessivamente pragmático à realidade social[62].

Este ponto sinaliza para os fundamentos epistemológicos que assumimos na presente pesquisa, pois, optamos por uma compreensão da realidade social, como uma construção que se objetiva a partir de um precário consenso intersubjetivo, que pode ser interrompido pela política através do litígio instaurado pela subjetivação política. Por outro lado, o subjetivo, na perspectiva de Melucci (1996), aparece como um elemento a mais, compondo um sistema de relações cuja moeda de troca é a informação.

Ao contrário, partimos de uma noção de "real" que não pode ser definido como uma objetividade transparente e completa, mas um real que é construído através de conflitos, contradições e lutas que possibilitam uma limitação das múltiplas

[62] No âmbito da TPP, Tilly (2000), por sua vez, critica a perspectiva sistêmica argumentando que "os teóricos dos sistemas geralmente deduzem as distinções categoriais das relações coletivas entre os membros das categorias e alguma estrutura social mais ampla; por exemplo, explicam as diferenças de gênero por sua expressão de valores de toda a sociedade ou seu serviço à reprodução da totalidade do sistema. Se comprovou ser impossível identificar concretamente essas relações com estruturas maiores ou reunir provas convincentes em favor deste tipo de explicações funcionais. Sem esperança nestas explicações, outros teóricos dos sistemas deduziram simplificadamente as distinções categoriais de uma vaga entidade autônoma chamada "cultura" e, inclusive, "a cultura". Tais versões, reetiquetam o fenômeno em vez de explicá-lo. Para explicar a desigualdade persistente, as teorias dos sistemas parecem um beco sem saída" (Tilly, 200:34).

significações possíveis da realidade. A limitação das múltiplas possibilidades de significação do real coincide com o que, no capitulo anterior, apresentamos como sendo a ordem policial (Rancière, 2010) que é, ao mesmo tempo, condição de possibilidade para existência da política e seu objeto de interpelação (Chambers, 2010). A informação, nesta perspectiva, estaria condicionada por suas formas de aparecer ou, em outras palavras, pela posição social daquele que enuncia e articula determinados conteúdos linguísticos. Estas enunciações podem ser analisadas pela noção de discurso, compreendida por Laclau & Mouffe (1985) como uma posição de sujeito estabelecida entre as lógicas da diferença e equivalência, que alcança, frente à heterogeneidade social, alguma homogeneidade a partir de cadeias de equivalências que se agrupam para a formação de uma identidade coletiva (Laclau, 2006; 2005).

Para Rancière (2006) a política é o processo pelo qual ocorre a subjetivação que produz um alargamento do campo sensível e que transforma a ordem policial. A subjetivação política ressalta a importância da dimensão intersubjetiva, já que as transformações políticas não podem ser compreendidas a partir de interações meramente conflituosas, mas como litígios que alteram o ordenamento dos corpos, seus modos de ser, de fazer e de dizer[63], desnaturalizando as hierarquizações que sustentam as relações de dominação e opressão.

Assim, um movimento social, o próprio movimento da política, ao que interessa a esta tese, está relacionado à criação de uma nova realidade, um campo semântico outro de ordenamento social, constituído de elementos que alargam o campo do sensível e refazem sua partilha (Rancière, 2009) em uma soma que nunca é igual ao todo (Rancière, 2010). Este ponto nos remete à importância de investigarmos a construção dos significados acerca da política, as atribuições de valores e sentidos e os lugares e papéis que os atores articulam a partir de suas interações, mas considerando que os fenômenos sociais não são coerentes entre si, o que nos impede de totalizar uma formação social em um sistema integrado e funcional. Sobre este aspecto, Burity (1999) argumenta sobre a relação identidade e cultura de modo a reconhecer a totalidade falida que representa uma hegemonia:

> No liame identidade-cultura, portanto, abriga-se o potencial do conflito e da negociação que pode sempre desencadear o transbordamento do elemento coesivo em direção ao a(nta)gonístico, politizando o pessoal e o cultural, "materializando" o simbólico num contencioso que é mais do que mera disputa de palavras: trata-se da própria constituição

[63] O conceito de Hegemonia também segue nesta direção, já que na perspectiva de Laclau & Mouffe (1988) os movimentos sociais provocarão não meramente uma destituição da ordem hegemônica, mas a objetivação de uma hegemonia de outra ordem.

> de um campo de objetos e de experiências pelas quais se **dá forma ao conflito e a demanda** por reparação de desigualdades, preconceitos e discriminações (Burity, 1999:226).

Como tentaremos demonstrar, apesar das diferenças entre os autores, a concepção das dinâmicas identitárias de Melucci (1996) não é, ao menos do ponto de vista operacional, incompatível com o estudo da constituição de identidades coletivas em Laclau (2005) e o político em Rancière (2011). Como aponta Melucci(1996), o estudo da identidade coletiva deve se centrar exatamente nos conflitos que permanecem submersos na aparente unidade através da qual se apresenta um determinado ator coletivo.

Embora os movimentos sociais tendam a se institucionalizar, sobretudo quando se aproximam do Estado, o que provocaria alguma cristalização das formas organizacionais, sistemas de regras e relações de liderança, envolvidas na formação de fronteiras identitárias, é importante reconhecermos que a constituição de identidades coletivas, muitas vezes, manifesta o interesse em romper a invisibilidade social e abrir o debate público em torno de demandas sociais específicas, o que envolve processos de identificação. Além de apontar a importância do conflito para a desestabilização de um sistema, Melucci (1996) reconhece que a política tem como função principal:

> "trazer para a discussão aberta as questões problematizadas pelos movimentos e promover suas concepções coletivas – não para institucionalizar movimentos, mas para tornar a sociedade como um todo capaz de assumir seus dilemas internos precisamente como seus próprios, para transformá-los em política" (Melucci, 1996:221).

Desde modo, é importante deixar claro que, se por um lado Melucci (1996) compreende os processos de mobilização e seus impactos para além do Estado, inclusive sob o risco de sobrevalorizar "a cultura", a idéia de sistema é contrária ao exterior constitutivo que possibilita a formação de identidades coletivas em Laclau(2005). Entretanto, a idéia de um conflito capaz de desestabilizar o sistema defendida por Melucci(1996), abre a possibilidade de associarmos a análise dos processos coletivos desenvolvida através dos mecanismos interacionais apontados por ele, com a noção de subjetivação política.

A análise da formação de fronteiras identitárias não é incompatível com a noção de subjetivação política proposta por Rancière (2006), uma vez que esta noção envolve também uma reidentificação. Além das possibilidades de subjetivação política presentes nos conflitos políticos, investigarmos as interações sociais apontadas pelo modelo de

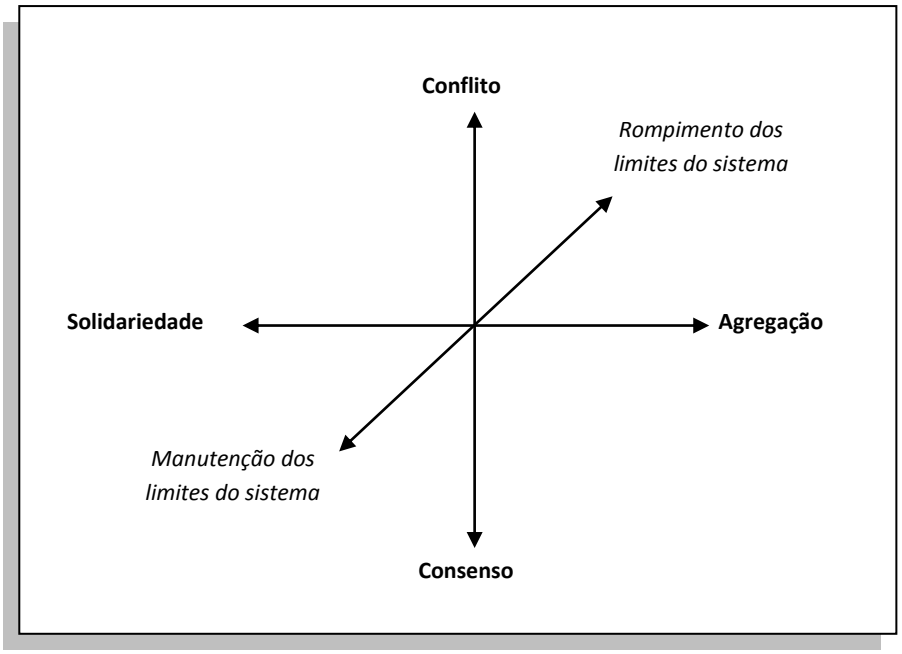
Melucci (1996) pode aclarar processos sociais através dos quais a política se dissipa (Rancière, 1996). Isto se torna ainda mais importante, tendo em vista que nos debruçaremos sobre as interações sociais desenvolvidas por atores localizados em espaços institucionalizados. Assim, adentrar nas particularidades empíricas do cotidiano destes atores ajuda a descrever aspectos interacionais a partir dos quais sujeitos elaboram e intercambiam significados acerca de si mesmos e do mundo, mesmo que no interior de um ordenamento policial.

Melucci (2001), em uma argumentação bastante ilustrativa do que tentamos expor, afirma que "somente a presença de um conflito não basta para qualificar uma ação coletiva como movimento social. Se o conflito não ultrapassa os limites do sistema de referência, encontramo-nos diante da competição de interesses no interior de uma certa ordem normativa" (Melucci, 2001:36). Esta ordem normativa, da qual fala Melucci (2001), pode ser associada à ordem policial (já que coincide com a norma de ordenamento dos corpos e a manutenção de um sistema de referência simbólico, que define os processos de identificação), desde que reconheçamos as limitações da análise da identidade coletiva em Melucci (1996), que não se atenta para a dimensão da desidentificação nesta mecânica conceitual.

A subjetivação política, na medida em que produz um "alargamento" do sensível, na perspectiva de Rancière(1996), não é incompatível, ao menos do ponto de vista da identificação, com o que Melucci(2001) chamou de "movimento social[64]", no trecho que citamos acima. Para o autor, os movimentos sociais "comportam a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema de relações sociais em que se colocam: situam-se além da gama de variações que um certo sistema pode tolerar sem modificar a própria estrutura" (Melucci, 2001:37).

Em Melucci (1996:26) encontramos um quadro que visa sistematizar alguns princípios de sua teoria, e que contribui para compreendemos a dinâmica interacional que define sua perspectiva de mudança social:

[64] É importante ressaltar que um dos pontos que separam a teoria democrática radical e plural, de Laclau e Mouffe (1985), dos teóricos dos novos movimentos sociais é sua recusa de um sujeito histórico privilegiado, seja ele uma classe, uma categoria ou um grupo social.



Adaptado de Melucci (1996:26).

A partir destes eixos podemos identificar as relações entre os conceitos utilizados por Melucci (2001; 1996), mais especificamente as proximidades entre as concepções de sistema e de transformação social e a importância do conflito para o rompimento dos limites de um sistema, e do consenso para sua manutenção. Como argumenta Gohn (1994), acerca da obra de Melucci:

> Objetivando distinguir entre os vários tipos de comportamento, ele estabeleceu uma distinção analítica entre solidariedade e agregação, conflito e consenso, quebra dos limites e compatibilidade, competição e aceitação das "regras do jogo". Existe, portanto um sistema de ações coletivas, e ele não deve ser confundido com os lugares da práxis social onde aquelas ações têm lugar (instituições, organizações, associações etc.). É importante registrar que Melucci utiliza a noção de sistema para fugir da caracterização da realidade social como algo metafísico ou portador de uma essência. Um sistema é simplesmente um complexo de relacionamentos entre elementos (Gohn, 1994:154).

Gohn (1994) nos oferece uma leitura da noção de sistemas em Melucci (1996) que, apesar de manter uma perspectiva epistemológica mais próxima ao pragmatismo[65], abre espaço para uma compreensão dos discursos produzidos neste "complexo de relacionamentos entre elementos". Ao evitar qualquer caracterização dos fenômenos como algo metafísico ou essencializado, tal perspectiva pode ser compatibilizada com uma apreensão das interações políticas no âmbito de sua total contingência e distante de

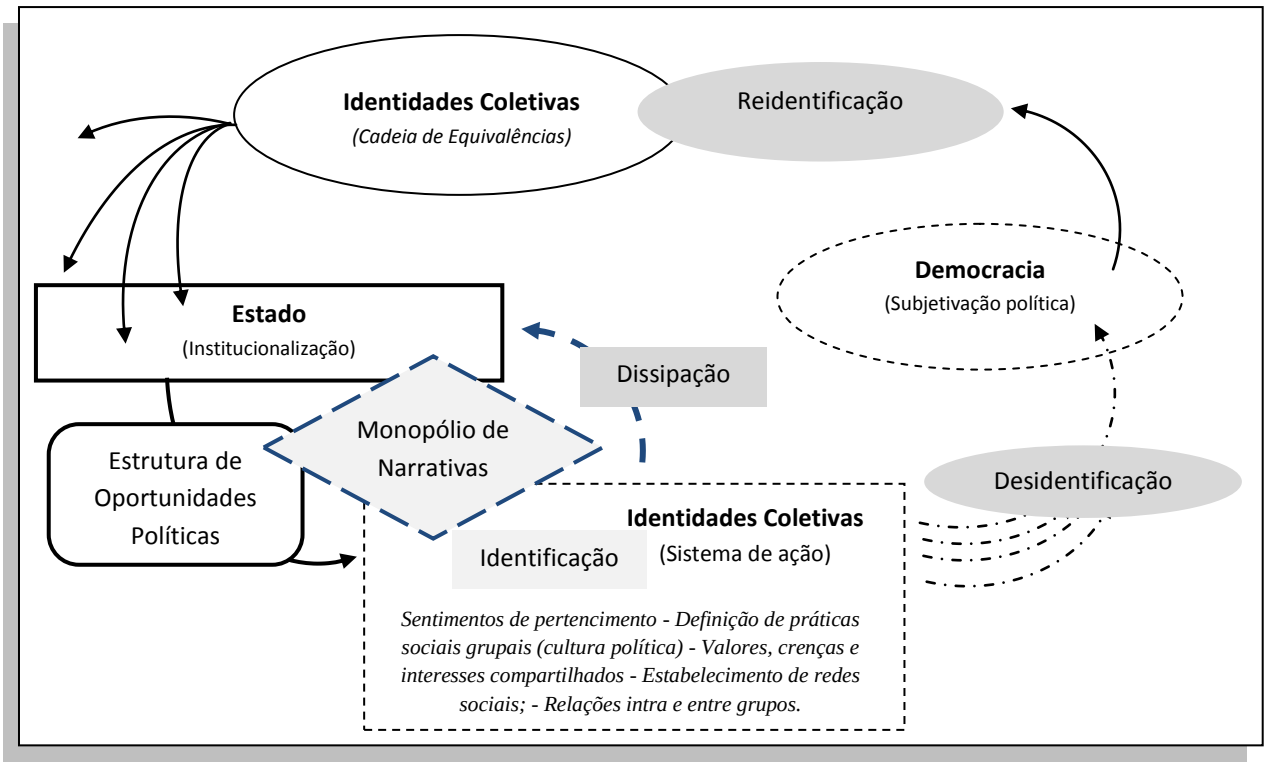
[65] Para uma análise do pragmatismo e suas relações com teoria de sistemas ver Pogrebinschi(2005), e destas com a abordagem da identidade coletiva de Alberto Melucci, ver Gohn (1994).

quaisquer outros fundamentos que não o da igualdade, o que caracteriza a noção de democracia em Rancière (2010).

Esta perspectiva epistemológica, que pensa o status de "verdade" como uma construção intersubjetiva, nos ajudará a integrar os conceitos apresentados neste capítulo como ferramentas analíticas, evitando tanto uma compreensão estruturalista dos processos sociais, como na TPP, como uma abordagem funcionalista, que concebe a sociedade como um sistema integrado e funcional, e uma compreensão naturalizada, operacional, ou procedimental de democracia[66].

Deste modo, por um lado tomaremos o modelo de constituição das identidades coletivas de Melucci (1996) para investigarmos empiricamente as dinâmicas interacionais e as relações cotidianas que se dão face a face, considerando os impactos das mudanças na estrutura de oportunidades políticas. Por outro lado, os modos como estes sujeitos elaboram suas percepções sobre a política e sobre as mudanças sociais serão analisadas como formações discursivas, que descansam sobre identidades coletivas, mas que necessitam relacionar diferentes sentimentos de pertencimento.

A seguir organizamos em um fluxograma as articulações teóricas que traçamos neste tópico de modo a identificar os pontos de contato entre as teorias que utilizamos e as relações analíticas que estabelecemos para o tratamento dos dados:



[66] Para uma crítica à concepção naturalizada de democracia no âmbito do pragmatismo ver Sass (2004).

Se pensarmos a constituição de identidades coletivas dos movimentos sociais que interagem nas fronteiras do Estado, podemos pensar duas consequências possíveis em termos de interações sociais. Num primeiro momento, estas identidades podem interagir e modificar seus elementos constituidores no interior de um mesmo ordenamento social, podendo inclusive alcançar algumas modificações no interior desta ordem normativa (Kriesi, 1992; Melucci, 1996). Entretanto, o potencial político de alargamento do sensível, trazido pelo processo de (des)identificação que foi constituidor destas identidades coletivas, terá parte de seu poder de interpelação dissipado, na medida em que se adéquam aos procedimentos instituídos, disputando interesses que podem ser solucionados com a equação geométrica ou com a equação aritmética da ordem policial (Rancière, 1996; 2010).

Num segundo momento, as interações sociais podem provocar um processo de desidentificação, a partir da verificação da igualdade postulada por um processo de subjetivação política, que implicará também em uma reidentificação, produtora de uma identidade coletiva capaz de questionar a partilha do sensível (Rancière, 1999), já que produz um discurso que articula uma relação de equivalência ("nós") entre diferentes sujeitos políticos (Laclau, 2005). Esta identidade coletiva pode, assim, dirigir ou não suas demandas ao Estado e, a partir da formação de estratégias políticas mais ou menos aceitas por esta instituição, interpelar sua lógica. Este movimento pode alcançar impactos sensíveis que se multiplicarão, mas que em algum grau também se dissiparão na ordem policial.

Na medida em que a identidade dos atores se torna fundamental nestas interações, tanto os grupos políticos que habitam o Estado, como os movimentos sociais que com eles interagem, buscarão formas institucionalizadas de legitimar sua identidade coletiva, e garantir o monopólio de uma narrativa. Estas relações de monopólios de narrativas encontram na estrutura de oportunidades políticas um suporte e, quando estas estruturas se modificam, novos grupos encontram espaço para legitimarem suas narrativas.

Deste modo, compreendemos que analisar cada um destes instantes interacionais pode nos ajudar a ter uma visão mais detalhada dos processos que ocorrem no campo empírico, sem perdermos um referencial teórico e epistemológico que organize nossa conceituação do político e da democracia.

Evidentemente, integrar teorias tão diferentes demandaria um esforço analítico que compreenderia não apenas uma, mas uma série de teses. Aqui nos limitamos a compatibilizá-las a partir desta aproximação operacional que nos permite isolar os elementos úteis de cada uma delas, sem que os mesmos entrem em contradição e comprometam a consistência do argumento central deste estudo. Embora não sejam blocos estanques de compreensão, pois dialogam entre si, cada conjunto de autores oferece um instrumental analítico que direcionaremos da seguinte forma:

1) A estrutura de oportunidades políticas orientará nossa análise do Estado, e como as alterações na lógica estatal influenciam os processos de mobilização;
2) O conceito de identidade coletiva estuda a constituição dos atores, com enfoque nos movimentos sociais, mas que também delimita grupos e espaços de pertencimento no interior do Estado. Este conceito nos ajuda a demarcar as diferenças entre governo e Estado, e como os sentimentos de pertencimento e a constituição de fronteiras se materializam em formações discursivas;
3) O conceito do político nos ajuda a compreender a democracia e como os processos de (in)diferenciação participam do processo democrático;

Esta é a estratégia teórica que propomos para avançarmos na compreensão das relações entre os movimentos sociais e o Estado. Passemos agora à discussão do campo investigado, da metodologia, das ferramentas metodológicas e das técnicas de análise de dados que utilizamos como resposta aos apontamentos teóricos apresentados até agora, para alçarmos ao campo empírico.

Capítulo 3 – Aspectos Metodológicos

Após a exposição dos fundamentos teóricos que constituem o alicerce deste estudo, dedicaremos algumas páginas a uma delimitação mais objetiva do campo investigado. Neste capítulo, apresentaremos o problema de pesquisa, as escolhas teórico-metodológicas, os critérios utilizados para a escolha dos informantes e entrevistados, bem como os dados coletados (ou informações construídas) e as categorias analíticas que construímos para organizá-los. Discutiremos também alguns pontos importantes acerca do estudo dos movimentos sociais, a metodologia de análise de discurso e seu uso nesta investigação.

Como já esboçamos nos capítulos anteriores, o objetivo principal desta pesquisa é estudar como as transformações na estrutura de oportunidades políticas, ocasionadas após a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002, impactaram a constituição de identidades coletivas de movimentos sociais e atores organizados da sociedade civil, que se oferecem como interlocutores nos arranjos de democracia participativa promovidos pelo Estado.

Interessa-nos investigar como a proximidade entre Estado e movimentos sociais, reforçada pelo discurso governamental e assimilada nas práticas de diversos movimentos sociais, tem influenciado a constituição, desenvolvimento e manutenção de identidades coletivas e sua participação no espaço político institucional. Na medida em que buscamos caracterizar nuances discursivas que se desenvolvem na fronteira entre os movimentos sociais e o Estado, o discurso governamental nos orientará na construção de uma teorização acerca dos discursos institucionais que são formados nos espaços estatais e como estes são reproduzidos ou criticados por sujeitos que articulam identidades coletivas[67] também no âmbito dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada[68].

É importante ressaltar, desde já, que não ignoramos a heterogeneidade dos discursos produzidos nestes espaços e a complexidade das interações e fluxos

[67] Como veremos adiante, para Laclau & Mouffe (1985) a idéia de discurso traz uma relação intrínseca com a idéia de identidades coletivas.

[68] Para evitarmos o desgastado debate acerca da diferenciação entre organizações não governamentais e movimentos sociais, utilizamos ao longo do texto ambos os termos, sem, contudo, fazermos uma opção conceitual demarcada entre destes dois formatos organizacionais.

institucionais que se articulam em uma instituição tão ampla e multifacetada como o Estado. Obviamente isto impõe limites para a abrangência dos resultados que apresentaremos. Entretanto, identificamos tendências discursivas, lugares comuns, que se reproduziram nas falas de sujeitos posicionados em esferas bastante diversificadas, tais como no âmbito municipal, estadual e federal, ou mesmo em diferentes setores e órgãos governamentais. Tais tendências discursivas não nos autorizam a fazer generalizações, mas garantem relevância aos resultados desta pesquisa.

3.1. Discussão e Apresentação do Campo

Buscando um recorte de pesquisa que fosse compatível com a dimensão que uma pesquisa de doutoramento possibilita, escolhemos enfocar este fenômeno no âmbito dos movimentos de juventude e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Além da questão de viabilidade prática da pesquisa, os critérios que nos levaram a optar especificamente por estes dois movimentos sociais estão relacionados às semelhanças e diferenças entre eles.

Primeiramente, compreendemos que tomar dois movimentos sociais como objeto de análise nos daria uma perspectiva mais adequada aos objetivos da pesquisa. Um recorte capaz de analisar conjuntamente dois movimentos sociais nos aproximaria das lógicas discursivas que regem a relação entre os movimentos sociais e o Estado, ao passo que nos atermos a apenas um movimento social poderia limitar os resultados ao sistema de intercâmbios de uma temática específica.

Em segundo lugar, a escolha destes dois movimentos sociais está relacionada ao momento em que esse estudo foi iniciado, que foi quando os mesmos se fortaleceram e passaram a se institucionalizar de uma maneira mais nítida. Entre 2003 e 2010 estes movimentos conquistaram diversos espaços e incentivos no âmbito estatal, contando não apenas com conselhos e conferências nacionais específicas, mas também com programas nacionais, com a presença de lideranças em conselhos e cargos governamentais, um aumento no número de recursos e editais, entre outros aspectos (Tomasi, 2012; Castro, 2008; Machado, 2007; Facchini, 2005;). Neste contexto, Pogrebinschi (2010) identifica um incremento substancial dos investimentos governamentais nos arranjos participativos, com destaque para aqueles voltados para as demandas de “minorias”.

Em terceiro lugar, apesar de estes dois movimentos sociais serem atravessados diretamente por desigualdades de classe, raça, gênero e outras, foi a reparação e o reconhecimento identitário e as especificidades de cada movimento social que pautaram os debates políticos, que tenderam a centrar-se em temas particulares e identidades sociais determinadas. O enfoque na especificidade é um ponto extremamente relevante para uma discussão acerca da formação das identidades coletivas e de como estas estão politizando determinados aspectos identitários vivenciados no cotidiano, em detrimento de outros (Machado, 2011; Castro, 2008).

Os movimentos sociais organizados em torno das temáticas LGBT e da juventude fazem parte de um conjunto de movimentos sociais contemporâneos, que, por um lado, respondem a mobilizações e processos políticos internacionais e, por outro lado, à dinamização dos processos sociais. Conectados em redes temáticas específicas[69] e, menos fortemente, a um conjunto maior de movimentos sociais, instituições e atores coletivos[70], os grupos que compõe estes movimentos sociais compartilham determinadas demandas e participam de políticas setoriais comuns, mas que também apresentam especificidades e antagonismos entre si.

Tanto os movimentos LGBT como os movimentos de juventude integram redes sociais e políticas que se definem em torno de eixos organizadores, cujas conferências nacionais, planos nacionais, políticas públicas e secretarias especializadas buscam agregar e atender parte da diversidade e das demandas destes grupos. Facchini (2005) define o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) como

> (...) o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de quaisquer identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento (Facchini, 2005:20).

Essa definição, embora sirva para identificar uma parcela ampla dos processos políticos que mobilizam atores neste campo, de modo algum esgota o universo de participação política ligada à diversidade sexual, livre orientação sexual, identidade de gênero ou combate à homofobia. Facchini (2002) reconhece que essa é apenas uma das possibilidades,

[69] Podemos citar, como exemplos de redes específicas, a Associação Brasileira LGBT (ABGLT), a Articulação Nacional de Lésbicas (ANL) e o Fórum Nacional da Juventude.

[70] Podemos a Associação Nacional de Organizações Não-Governamentais (ABONG), o Fórum Social Mundial, como espaços importantes, nos quais são realizadas estas articulações. Entretanto, é importante sinalizar que, mesmo nestes espaços, nota-se alguma separação temática.

> (...) um recorte em uma rede de relações sociais, no qual estão presentes indivíduos e organizações da 'sociedade civil', diferenciáveis pelo fato de compartilharem e atuarem com vistas a um mesmo objetivo geral com relação ao tema da 'homossexualidade', a 'emancipação' ou a obtenção de 'cidadania plena' para 'os(as) homossexuais' ou outras identidades sexuais tomadas como sujeito do movimento. Utilizo a idéia de rede de relações porque não há uma organização formal que reúna e oriente a atuação de todos os grupos, ONG's, associações e ativistas independentes que se reconhecem ou são reconhecidos como parte do MHB e porque, apesar da instabilidade dos grupos e da saída ou morte de vários militantes, esse movimento se manteve e atravessou a marca de vinte anos de existência (Facchini, 2005:25).

Os movimentos de juventude, por sua vez, apresentam-se ainda mais diversificados do ponto de vista organizativo, variando não apenas em suas intersecções temáticas, mas também nos formatos organizacionais, nas estratégias de ocupação do espaço público e argumentação política, nos percursos de institucionalização, nas relações com partidos políticos, sindicatos e políticas governamentais, entre muitos outros aspetos. Nas palavras de Novaes (2009:17):

> Como a literatura disponível tem mostrado, nos últimos 15 anos, os chamados grupos culturais de jovens urbanos, tem encontrado formas inovadoras para incidir no espaço público. Por meio de ritmos, gestos, rituais e palavras, estes grupos culturais instituem sentidos, negociam significados e combatem a segregação e o preconceito. (...) Contando com recursos da internet para se articular e criar redes, inventam e reinventam estilos que se tornaram formas de expressão e comunicação entre jovens. Buscam visibilidade pública, funcionam como articuladores de identidades e tornam-se referência na elaboração de projetos individuais e coletivos, sobretudo em áreas pobres e violentas (Novaes, 2009:17).

Os movimentos de juventude podem se organizar em vários formatos, indo desde os tradicionais movimentos estudantis, em sua maior parte associados a partidos políticos, até ONGs que desenvolvem projetos específicos, geralmente entre jovens em situação de risco, ou mesmo grupos pouco institucionalizados, compostos por jovens e que trazem elementos inovadores para o campo político, muitas vezes a partir de interessantes associações entre cultura e política (Ramos, 2007).

Em uma perspectiva que aqui nos será especialmente útil, Tommasi (2012) aborda a juventude não como uma "categoria analítica, um sujeito ou ator social, mas como um campo de intervenção que tem despertado interesse e recebido investimentos públicos e privados" (p. 101).

Apesar da heterogeneidade destes movimentos e das diferenças entre eles, identificamos semelhanças que orientaram nossa análise no sentido de constituir um eixo organizador que nos permita analisar conjuntamente estes dois campos de atuação política dos movimentos sociais. A partir deste eixo organizador, pudemos recolocar

questões acerca dos processos mobilizatórios e de constituição de identidades coletivas, identificando perfis de militância e concepções políticas que nos informam acerca do político e da democracia na contemporaneidade, com enfoque nas relações que os grupos organizados vêm desenvolvendo com o Estado, deixando em segundo plano as demandas e características específicas de cada movimento.

Uma destas semelhanças é o crescimento do número de grupos e do aumento do acesso às políticas públicas e arranjos da democracia participativa que ambos registraram no período que delimitamos, bem como a criação de órgãos governamentais e políticas públicas específicas, que demandaram a contratação de vários militantes que passaram a ser quadros políticos do governo (Pogrebinschi, 2010; Machado, 2007; Castro, Aquino & Andrade, 2009).

Outro ponto central para nosso trabalho e que articula estes dois movimentos, diz respeito à relevância tanto de questões econômico-estruturais como de questões simbólico-culturais, na compreensão e estruturação dos problemas sociais que subjazem à suas demandas (Tomassi, 2012; Machado, 2007; Machado & Prado, 2005; Marsiaj, 2003; Castro, 1992). Além disto, nos dois movimentos sociais pode ser notada uma pluralidade de atravessamentos identitários que perpassam a constituição dos sujeitos sociais que eles buscam representar (Castro, Aquino & Andrade, 2009; Castro, 2008; Carrara & Vianna, 2006; Moutinho, 2006).

Uma terceira semelhança seria a segmentação de formações grupais e discursivas que derivam tanto da pluralidade das experiências sociais como da dinâmica de formação de redes, muitas vezes fomentada pelo Estado, e que demanda cada vez mais especificidade e especialização para consolidação das narrativas identitárias (Tomasi, 2012; Machado, 2011; Castro, 2008).

Importante ressaltar que as perguntas centrais que guiaram o desenvolvimento deste trabalho não envolvem uma compreensão particular de cada um destes movimentos pesquisados. Nossos questionamentos não passam por debater criticamente as especificidades e os dilemas particulares que permeiam as constituições identitárias e as experiências mobilizatórias e reivindicatórias envolvidas nestas temáticas. Tampouco faz parte de nosso escopo analítico uma avaliação das políticas públicas, conferências ou conselhos.

O ativismo aqui circunscrito foi abordado como um objeto empírico para discutirmos questões que excedem as particularidades de cada um dos dois movimentos, mas os reencontra nos diálogos que estabelecem ou tentam estabelecer com o Estado

(Abers & Bülow, 2011), e como a lógica estatal e os atores governamentais se utilizam destas temáticas para a mobilização de identidades (Eder, 2003).

O campo no qual nossa metodologia de pesquisa incidiu encontra amparo em algumas experiências de investigação anteriores (Prado, Mountian, Machado & Souza, 2010; Prado, Machado & Carmona, 2009; Machado, Fonseca & Nascimento, 2007; Prado, Rodrigues & Machado, 2006; Machado; Machado & Prado, 2005). Neste percurso, diversos diálogos foram estabelecidos com os movimentos LGBT, a partir dos quais construímos grande quantidade de informações que, embora não tenham sido utilizados diretamente neste trabalho de análise, sem dúvida orientaram esta pesquisa em alguma medida.

Embora tenhamos buscado pontos analíticos que não tangem especificamente as demandas e temáticas particulares de cada movimento, talvez o percurso de pesquisa que nos trouxe até esta, explique a ênfase da análise em torno de discursos que tangenciam a sexualidade. Afinal, como discutimos na introdução, foi este percurso investigativo que apontou para as questões que aqui desenvolvemos, e foi a partir dele que iniciamos as explorações de campo.

Todavia, é importante salientar que independente das especificidades destes movimentos sociais, o objetivo central é aportar uma análise sobre aspectos das dinâmicas políticas contemporâneas que atravessam a militância de diversos grupos organizados, e não apenas os movimentos LGBT. Foi por esta razão que utilizamos a experiência de militância dos movimentos de juventudes como alternativa metodológica, para que seja possível analisar a relação entre os movimentos sociais e o Estado, a partir de uma perspectiva mais contextualizada e empiricamente delimitada, para termos um espectro mais amplo de reflexão sobre a política e a democracia no Brasil atual.

3.2. Estratégia e Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa investiga as tensões que se estabelecem entre os movimentos sociais (de juventudes e LGBT) e o Estado buscando um recorte metodológico que revele impactos do discurso governamental sobre as lógicas de militância e ação política. Para que possa contemplar a complexidade e a dinâmica do comportamento político, subjacentes ao objetivo principal de nosso projeto de investigação, os

procedimentos de coleta e análise de dados se darão através de metodologias híbridas e de triangulação metodológica (Klandermans; Staggenborg & Tarrow, 2003).

Optamos por triangular teorias e métodos de análise, conforme recomendado por Creswel (2003)[71]. A triangulação foi uma estratégia utilizada como forma de alcançar uma aproximação maior com fenômeno pesquisado, evitando a ênfase nos resultados de uma metodologia específica. Como nos interessa abordar as interações sociais e a construção de significados acerca dos processos políticos que investigamos, privilegiamos metodologias qualitativas (Taylor & Bodgan, 1997). Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que dados quantitativos podem futuramente contribuir sobremaneira para aprofundar nossos resultados, apontando sua extensão e abrangência, ou mesmo refutando suas conjecturas.

Como principal recurso metodológico, utilizamos entrevistas semiestruturadas (Blee & Taylor, 2003; Mendes, 2003) com sujeitos que militam ou militaram em grupos organizados de jovens e/ou de LGBT e que ocuparam algum cargo em instituições governamentais durante o período delimitado (2003 – 2010). Escolhemos este perfil de entrevistados tendo vista a crescente interpenetração entre os diversos atores presentes na arena política (Abers & Bülow, 2011; Prado, Machado & Carmona, 2009). Neste sentido, analisando diversas investigações sobre as relações entre movimentos sociais e Estado, Abers & Bülow (2011) argumentam que "não só é relevante teorizar sobre como os movimentos sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado, mas também deveríamos compreender como, às vezes, movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal" (p.78).

Uma das ações do governo foi incorporar lideranças de movimentos sociais aos quadros administrativos do executivo[72] e mobilizar militantes e grupos organizados a partir de arranjos institucionais de democracia participativa. Embora isto não seja exatamente uma novidade na política brasileira, durante o Governo Lula vemos um aumento numérico e substantivo destes procedimentos (Silva, 2011; Ricci, 2010), o que

[71] Buscando superar o hiato que separa aspectos estruturais e motivacionais da participação, Klandermans, Staggenborg & Tarrow (2003) chamam a atenção para a triangulação de metodologias como forma de conseguir uma maior aproximação com o objeto. Como estratégia para uma maior aproximação com os fenômenos pesquisados, Creswel (2003) aponta três formas principais de triangulação: triangulação de métodos, de teorias e de pesquisadores.

[72] Abers & Bülow (2011) ressaltam ainda que além da entrada de militantes nos órgãos governamentais, um segundo aspecto importante para compreendermos as relações entre os movimentos sociais e o Estado, é a "formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do Estado" (p. 65).

desperta o interesse em investigar a qualidade destas relações e suas dinâmicas interacionais.

Compreende-se que estes sujeitos corporificam a tensão que se estabelece entre os anseios por mudanças provenientes da sociedade civil, com todos os sentimentos de pertencimento que daí derivam, e a necessidade de controle e categorização social que marca as lógicas de gestão desenvolvidas pelas organizações governamentais (Prado, Machado & Carmona, 2009; Tilly, 2000).

Na medida em que estes cargos são delegados, na maior parte das vezes, em função da militância que estes sujeitos desenvolveram em sua história de ativismo, podemos supor que em seu cotidiano de trabalho serão levados a articularem discursos militantes e governamentais ao fazerem a ponte entre as demandas políticas das bases que representam (ou representaram) e as tensões políticas e processos administrativos da burocracia governamental (Abers & Bülow, 2011; Reis, 2009). Os jogos identitários, como apresentado no capítulo 1, serão o ponto de articulação entre as mudanças na estrutura de oportunidades políticas e os processos de constituição de identidades coletivas, conforme discutimos no capítulo 2.

Partimos da hipótese de que os discursos que são produzidos nos espaços participativos estatais reforçam identidades coletivas focadas na diferença e na especificidade, aumentando o isolamento das lutas sociais a partir da especialização e profissionalização técnica em torno de temáticas específicas, que acabam circunscritas ao trabalho em torno de pares categoriais particulares. Este isolamento faz com que o discurso dos movimentos sociais, na medida em que seguem uma agenda política negociada a partir de arranjos participativos propostos pelo Estado, ou no interior das organizações governamentais e da lógica estatal, reproduzirá aspectos do discurso governamental o que, por sua vez, produzirá mudanças nos processos identitários dos movimentos sociais. Estas negociações serão analisadas a partir do conceito de subjetivação política, que pensa a política a partir de processos de (des)identificação, nos quais a diferença opera um papel que deve ser complementado pela "verificação da igualdade" (Rancière, 2010).

Esta hipótese foi construída a partir de resultados encontrados em pesquisas anteriores (Machado, 2007), mas que aqui foi tomada apenas como uma porta de entrada, de modo a não impedir a observação de processos contrários e/ou complementares, que venham a contribuir com nossa compreensão deste campo de interações complexo e multifacetado. Neste sentido, a partir desta hipótese geral, que

nos faz pensar sobre a constituição de discursos sobre a política, a democracia e a mudança social, nos voltamos para a compreensão das nuances dos processos identitários atravessados por interações sociais que ocorrem nas fronteiras entre o Estado e a sociedade civil. Tendo este plano em vista, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar como os entrevistados compreendem as mudanças na estrutura de oportunidades políticas, identificando como pensam a política e a democracia no contexto atual;
- Analisar os sistemas interpretativos e como estes definem as relações entre sociedade civil, movimentos sociais e Estado, a delimitação destes espaços e a atribuição de papéis sociais que correspondem a cada um deles, bem como os entraves na atuação política que perpassam as interações entre diferentes atores;
- Identificar como os entrevistados compreendem as diferenças entre militar e ocupar um cargo público, analisando as potencialidades de cada forma de atuação, seus atravessamentos na vida pessoal e na identidade pessoal e os impactos organizacionais, políticos e estratégicos que a "entrada" de militantes nos espaços institucionais traz para a constituição de identidades coletivas;
- Mapear o campo das estratégias políticas que os entrevistados identificam como mais eficazes e legítimas, bem como os problemas apontados por eles na atuação dos movimentos sociais;
- Identificar como e quais políticas públicas se conectam com os movimentos sociais, a partir da representação que os entrevistados fazem destas interações e destas políticas públicas;
- Identificar quais são os atributos comuns que definem as identidades coletivas e quais elementos simbólicos são compartilhados, quais estão em disputa e quais são antagônicos entre as diferentes identidades e atores;

3.2.1. Discussão das Entrevistas

Interessa-nos compreender as relações dos movimentos sociais de juventude e LGBT, sobretudo, com o governo federal, já que no Brasil a política institucional ainda é pautada por um excessivo centralismo, e nosso recorte se delimita pelas mudanças na estrutura de oportunidades políticas ocasionadas pela vitória de Luis Inácio Lula da Silva para presidente. Entretanto, pensando o Estado como uma instituição multifacetada e complexa, tentamos cruzar os processos interacionais que se dão no âmbito federal, com os que ocorrem nos âmbitos municipal e estadual da administração pública, como forma de alcançarmos uma perspectiva mais abrangente destas relações. Por este motivo, realizamos entrevistas em três capitais brasileiras: Rio de janeiro, Belo Horizonte e Brasília[73].

Primeiramente, optamos por realizar as entrevistas em grandes centros urbanos tanto por ser nestas cidades que estes movimentos sociais concentram a maior parte de suas atividades, como por perceber que ainda hoje os debates e as ações desenvolvidas pelos órgãos governamentais a respeito destas temáticas, ou estão circunscritas às capitais, ou centralizam nelas sua gestão[74]. Além da proximidade geográfica, importante para viabilizar as viagens de campo, estas cidades apresentavam diferenças relevantes na "configuração do poder", em virtude das coligações no sistema de partidos em cada cidade (Kriesi, 1992).

Partimos do pressuposto de que estas diferenças seriam determinantes para pensarmos a estrutura de oportunidades políticas e, consequentemente, as estratégias das autoridades e as opções estratégicas dos desafiadores, o que, por sua vez, nos ajudaria a identificar que impactos estas relações trariam para a constituição de identidades coletivas e os mecanismos interacionais que se desenvolvem nas fronteiras entre o Estado e a sociedade civil. Isto se torna ainda mais relevante se pensarmos que

[73] Embora reconheçamos que para uma análise mais minuciosa de nosso objeto de estudos outras cidades importantes deveriam ser incluídas, isto inviabilizaria a realização desta pesquisa. Adiante discutiremos as entrevistas realizadas e alguns procedimentos utilizados para tentar superar esta limitação, incluindo alguns entrevistados das regiões sul e nordeste do Brasil.

[74] Sobre as relações assimétricas entre os centros urbanos brasileiros, Marsiaj (2003) afirma que "uma das características do processo de urbanização no Brasil é a enorme concentração de recursos (econômicos, políticos e culturais) em grandes centros urbanos, um fenômeno ligado à natureza do desenvolvimento econômico latino-americano. Desde o período colonial, passando pelo período de imperialismo comercial britânico no século XIX e pela rápida industrialização no século XX, o poder concentrou-se em algumas poucas cidades brasileiras, que se tornaram os centros administrativos e econômicos do país. Tal processo pode ser visto nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro. Mais tarde, com a expansão do processo de desenvolvimento, outros centros emergiram em diversas regiões do país, mas nenhum deles comperte com as duas maiores cidades brasileiras. É nestes centros que se encontram as maiores e mais sólidas comunidades gays e lésbicas" (p. 138).

historicamente os partidos políticos sempre tentaram capitalizar sobre os movimentos sociais, muitas vezes utilizando-os como correias de transmissão de suas ideologias (Abers & Bülow, 2011).

As cidades de Belo Horizonte e Rio de Janeiro foram escolhidas por serem capitais de unidades federativas governadas por partidos da base aliada ao governo federal, no caso do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PMDB), e por partidos opositores ao Partido dos Trabalhadores, no caso do Governo do Estado de Minas Gerais (PSDB). Apesar das complexidades apresentadas por estas coligações, sobretudo em Minas Gerais, cuja capital, Belo Horizonte, foi governada por uma coligação composta por partidos de ambos os campos políticos, alguma diferenciação entre estes dois conjuntos de partidos permaneceu[75].

Tomar a vinculação partidária como variável foi uma forma de analisarmos as diferenças e semelhanças, entre a coalizão de centro-direita e centro-esquerda, nas relações que desenvolvem com a sociedade civil[76], por um lado, e com o Estado num sentido mais amplo, por outro lado. Deste modo, cruzar o pertencimento a um movimento social com os atravessamentos partidários presentes no órgão governamental no qual um determinado militante trabalha, o que envolve alguma identificação a um projeto político-partidário, nos ajuda a complementar as diferentes referências dos entrevistados frente aos governos locais e ao governo federal e como estes atravessamentos participam da formação dos discursos analisados. Vimos no capítulo anterior que a configuração de poder no sistema de partidos e no sistema de associações de interesse é um aspecto importante para a compreensão das mudanças em uma determinada estrutura de oportunidades políticas (Kriesi, 1992).

A proposta inicial era realizarmos aproximadamente nove entrevistas em três capitais, somando um total de vinte e sete entrevistas. Optamos por configurar uma amostra que levasse em consideração, como critérios para a seleção dos entrevistados, a filiação partidária, o gênero/identidade de gênero, a idade e o movimento social no qual militava, conforme a tabela a seguir:

[75]Em Belo Horizonte nota-se, até 2012, uma coligação entre o PT e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), junto a outros partidos, e que durante a gestão 2008-2012 passa a incluir setores do PSDB. Entretanto, as eleições municipais para prefeito em 2012 evidenciaram as recorrentes dificuldades para as coligações entre estes partidos que, ao se romperem, fortaleceram ainda mais as barreiras e as críticas endereçadas entre eles.

[76] O Partido dos Trabalhadores sempre manteve uma relação significativamente próxima aos movimentos sociais e se definiu como um representante do "campo popular". Discutiremos o percurso e as particularidades deste partido no próximo capítulo, o que contribuirá para aclarar estas opções metodológicas e a relevância deste recorte de pesquisa.

<table>
<tr><td colspan="5">MAPA DE ENTREVISTAS</td></tr>
<tr><td rowspan="8">CAPITAL</td><td rowspan="3">LGBT</td><td rowspan="2">FILIADO (A)</td><td>HOMEM</td><td rowspan="2">2 Entrevistas: um Entrevistado com menos de 30 anos e uma entrevistada com mais de trinta e cinco anos</td></tr>
<tr><td>MULHER</td></tr>
<tr><td rowspan="2">SEM FILIAÇAO PARTTIDARIA.</td><td>HOMEM</td><td rowspan="2">2 Entrevistas: uma Entrevistada com menos de 30 anos e um entrevistado com mais de trinta anos</td></tr>
<tr><td>MULHER</td></tr>
<tr><td>TRANS</td><td>1 Entrevistada(o)</td></tr>
<tr><td rowspan="3">JUVENTUDES</td><td rowspan="2">FILIADO (A)</td><td>HOMEM</td><td rowspan="2">2 Entrevistas: uma entrevistada com menos de 30 anos e um entrevistado com mais de trinta anos</td></tr>
<tr><td>MULHER</td></tr>
<tr><td rowspan="2">SEM FILIAÇAO PARTTIDARIA.</td><td>HOMEM</td><td rowspan="2">2 Entrevistas: um entrevistado com menos de 30 anos e uma entrevistada com mais de trinta anos</td></tr>
<tr><td>MULHER</td></tr>
<tr><td colspan="4">TOTAL DE ENTREVISTAS POR CIDADE:</td><td>9</td></tr>
<tr><td colspan="4">TOTAL DE ENTREVISTAS (RJ/BH//BRASILIA):</td><td>27</td></tr>
</table>

A amostra apresentada acima foi pensada com o objetivo de recolher um conjunto diverso de discursos atravessados por gênero, sexualidade, idade e filiação partidária, pois estes elementos, por serem fortes marcadores identitários dos movimentos sociais que estudamos, poderiam se mostrar relevantes (Machado, 2002). As categorias identitárias vêm jogando um papel cada vez mais importante na política contemporânea e, como vimos com Rancière(2010), a subjetivação política opera através de complexos processos que implicam na (des)identificação de lugares sociais a partir da verificação da igualdade.

Além destes critérios, optamos por buscar militantes ou ex-militantes que ocupavam cargos no município, no governo estadual e no governo federal, como já sinalizamos anteriormente. Esta amostra, por oferecer diferentes localizações no Estado, diferentes perspectivas partidárias e diferentes frentes de ativismo, nos daria uma perspectiva mais abrangente sobre estes espaços híbridos de participação e a formação de discursos políticos.

Os órgãos nos quais acessamos estes entrevistados estão ligados a políticas de educação, saúde e questões sociais variadas, tais como direitos humanos, direitos de cidadania, desenvolvimento social e assistência social. Buscamos acessar sujeitos que

ocupam desde cargos de destaque, como subsecretários, chefes de gabinetes e coordenadores, até assessores e técnicos administrativos, mas todos com uma trajetória significativa como militantes de movimentos sociais. Nossa entrada em campo e acesso a estes espaços se deu a partir de uma localização social e acadêmica específica do pesquisador, o que com certeza influenciou na escolha dos entrevistados, mesmo que tenhamos buscado diversificar nosso mapeamento do campo e as referências pessoais de entrada a partir de informantes estratégicos.

Para o mapeamento do campo e escolha destes entrevistados utilizamos entrevistas não estruturadas com quatro informantes, dois no Rio de Janeiro, um em Belo Horizonte e um em Brasília (Machado, 2002). Estes informantes foram escolhidos por seu envolvimento profissional ou acadêmico com tais movimentos sociais. As entrevistas com os informantes foram exploratórias e informativas (Machado, 2002; Demo, 1982)[77]. Estas entrevistas nos ajudaram a mapear o campo, indicando espaços, atores e lideranças[78] importantes para a compreensão das questões propostas pela pesquisa.

A figura do "informante" foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa, pois permitiu uma busca direcionada dos entrevistados, tanto no sentido de serem atores atuantes e conhecedores dos trâmites institucionais da política, como no sentido de serem acessíveis e disponíveis para participar da pesquisa. Além disto, os informantes nos ofereceram importantes contatos iniciais e referências pessoais que contribuíram para nossa inserção neste campo, além de um panorama sobre quais atores estavam em disputa e/ou formavam alianças acerca de questões específicas.

Não utilizamos um roteiro de entrevista rígido nas entrevistas semi-estruturadas (Blee & Taylor, 2003) e as perguntas foram feitas no contexto do diálogo estabelecido entre o pesquisador e os entrevistados (Mendes, 2003). As entrevistas com os sujeitos da pesquisa foram pensadas em três partes: a primeira abordando o percurso de militância e a transição para o cargo governamental que ocupa ou ocupou; a segunda explorando a compreensão que o entrevistado faz das relações entre os diversos movimentos sociais e da aproximação destes com o Estado e os arranjos de democracia participativa; e a terceira investigando a noção de mudança social, as formas de

[77] No APÊNDICE I figuram alguns exemplos de perguntas que utilizamos para iniciar o diálogo com os informantes da pesquisa.

[78] Importante ressaltar que, do mesmo modo que fizemos nas entrevistas com os informantes, também foi solicitado aos entrevistados que indicassem nomes para possíveis entrevistas para que fossemos completando as cotas amostrais.

interação, os pontos mais determinantes de conflito/consenso e o papel atual dos movimentos sociais organizados.

Para auxiliar na entrevista, elaboramos uma guia com perguntas que indicavam, não o que seria perguntado diretamente aos sujeitos da pesquisa, mas o que deveria ser provocado a partir das pontuações do entrevistador na fala do entrevistado (APÊNDICE II). Este guia não foi seguido literal ou linearmente, e as três partes se mesclaram ao longo das entrevistas, já que a interação foi pautada pelo encadeamento discursivo dado pelo entrevistado. Algumas entrevistas chegaram a durar mais de duas horas, enquanto outras menos de uma hora, em virtude da interação entre pesquisador e entrevistado e da disponibilidade de tempo.

Apesar do esforço por completar a amostra planejada, conseguimos realizar apenas 26 entrevistas, sendo que algumas delas não se encaixaram na amostragem pensada inicialmente, mas foram incluídas por indicarem formas de interação entre movimentos sociais e Estado em contextos relacionados ao da pesquisa. Este foi o caso de militantes com trajetórias nas regiões sul e nordeste do Brasil, conforme descreveremos mais adiante. Ao apresentarmos a lista de entrevistas, para garantir o absoluto anonimato dos entrevistados, suprimimos alguns dados e os apresentamos de modo a não permitir o cruzamento completo das variáveis que caracteriza cada um dos sujeitos da pesquisa. Com este mesmo objetivo, também suprimimos informações contidas nos trechos de entrevistas citados ao longo do texto que faziam referência a pessoas, grupos, organizações ou instituições específicas. Embora isto possa reduzir a exatidão das informações apresentadas ao leitor deste trabalho, este procedimento foi necessário tanto por questões éticas acordadas com os entrevistados, como por questões políticas, já que alguns depoimentos apresentam críticas, denúncias e acusações que podem provocar interpretações equivocadas e descontextualizadas.

A seguir apresentaremos uma caracterização das entrevistas realizadas e discutiremos alguns aspectos conjunturais importantes para a compreensão deste material. Na tabela abaixo, segue uma primeira classificação destas entrevistas, indicando o movimento social e os campos principais de militância, a filiação partidária, o gênero e a faixa etária do entrevistado:

LISTA DE ENTREVISTAS

	Áreas de Militância	**Filiação Partidária**	**Gênero**	**Idade**
Entrevistado 1	Juventude/M. Negro	Não	Homem (HT)	+ de 30
Entrevistado 2	Juventude/ Estudantil	Sim	Homem (HT)	- de 30
Entrevistado 3	LGBT/	Sim	Homem (G)	+ de 30
Entrevistado 4	Juventude	Não	Homem (HT)	- de 30
Entrevistado 5	Juventude	Sim	Homem (G)	- de 30
Entrevistado 6	Juventude/LGBT	Não	Mulher (HT)	+ de 30
Entrevistado 7	Juventude	Não	Mulher	+ de 30
Entrevistado 8	LGBT	Não	Mulher (Trans)	+ de 30
Entrevistado 9	Juventude	Não	Mulher (HT)	+ de 30
Entrevistado 10	LGBT	Sim	Mulher (L)	30
Entrevistado 11	Juventude/LGBT	Não	Homem (G)	30
Entrevistado 12	Juventude/ M. Estudantil	Sim	Homem (G)	30
Entrevistado 13	LGBT	Não	Homem (G)	- de 30
Entrevistado 14	LGBT	Sim	Homem (G)	+ de 30
Entrevistado 15	LGBT/Feminista	Sim	Mulher (L)	+ de 30
Entrevistado 16	LGBT	Não	Mulher (T)	+ de 30
Entrevistado 17	LGBT/Juventude	Não	Homem (G)	30
Entrevistado 18	LGBT	Não	Mulher (T)	+ de 30
Entrevistado 19	LGBT/ Sindical	Sim	Mulher (L)	+ de 30
Entrevistado 20	Juventude / Negro / Feminista	Não	Mulher	- de 30
Entrevistado 21	Juventude	Não	Homem (HT)	+ de 30
Entrevistado 22	LGBT	Sim	Mulher (T)	+ de 30
Entrevistado 23	LGBT	Não	Homem (T)	- de 30
Entrevistado 24	LGBT	Não	Homem (G)	+ de 30
Entrevistado 25	LGBT	Sim	Homem (G)	+ de 30
Entrevista 26	Juventude/ Negro / Feminista	Sim	Mulher	+ de 30

Com relação às cidades, realizamos sete entrevistas em Belo Horizonte, sete no Rio de Janeiro e sete em Brasília. Todas as entrevistas realizadas em Brasília foram com pessoas ligadas ao governo federal, enquanto que em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro acessamos sujeitos associados tanto ao âmbito municipal como ao estadual da administração pública. Além destas 21 entrevistas, como forma de complementar nossa

amostra, realizamos outras quatro entrevistas com pessoas que trabalham em capitais da região sul e nordeste e uma em outra capital do sudeste do Brasil.

Onze entrevistados são filiados a partidos políticos, sendo que apenas três deles são filiados a partidos políticos opositores ao governo federal. Dois entrevistados já foram filiados, mas se afastaram da militância partidária há alguns anos. Seis dos entrevistados seguem filiados especificamente ao PT. Um dos entrevistados nunca foi filiado a nenhum partido, mas está em processo de filiação ao PC do B.

Com relação ao gênero, treze entrevistados são homens, sendo um deles transexual, e treze entrevistadas mulheres, sendo três delas travestis ou transexuais[79]. Com relação à orientação sexual, doze entrevistados se declararam homossexuais, sendo três lésbicas. Três deles nunca militaram no movimento LGBT, mas sim no movimento de Juventudes. Porém, um destes foi trabalhar com esta temática no governo em virtude, principalmente, de sua orientação sexual.

Com relação à idade, conseguimos entrevistar apenas seis militantes com menos de trinta anos de idade (ou seja, eram oficialmente "jovens" no momento da entrevista). Incluímos quatro militantes que tinham entre trinta e trinta e dois anos nesta faixa, pois, durante o período recortado pela pesquisa, em algum momento tiveram menos de trinta. Dez entrevistados tinham mais de quarenta anos.

Um ponto que merece relevo nesta apresentação dos dados diz respeito aos elementos identitários e as relações entre movimentos sociais. Como podemos observar na segunda coluna da tabela acima, não raro os entrevistados acumulam campos de militância. Sobretudo em Brasília, notamos que diversos militantes (inclusive alguns que não chegamos a entrevistar), trabalhavam com questões de juventude e passaram a trabalhar com a temática LGBT, e vice versa, o que aponta proximidades, ao menos do ponto de vista organizacional, entre estes dois campos de atuação.

Três entrevistados, um em cada cidade, agregavam à sua militância questões raciais, sendo que uma delas também era feminista. Entre as mulheres, provavelmente todas articulam alguma noção de feminismo ao seu discurso, mas apenas cinco narraram trajetórias de militância que em algum momento se associaram ao movimento feminista. Cinco entrevistados narraram experiências junto ao movimento estudantil. Outros

[79] Não fizemos diferenciação entre as categorias travesti e transexual e, para simplificar a exposição dos dados, ambas foram incluídas como subcategorias de gênero. Mesmo que reconheçamos que as constituições identitária destas posições de sujeito desafiem o binarismo de gênero, não entraremos nesta discussão.

movimentos também apareceram ocasionalmente em algumas trajetórias, tais como sindicatos, movimento ambientalista, moradores de rua, e outros.

Com relação às questões de ordem prática, vale destacar que o agendamento e a conciliação de horários talvez tenha sido o ponto mais atribulado para a realização das entrevistas. Várias delas foram desmarcadas de última hora, alguns entrevistados simplesmente não compareceram ao local e hora marcada, outros simplesmente se negaram a participar ou ignoraram nossos contatos. Também merece destaque a falta de tempo disponível e o excesso de compromissos que estes sujeitos acumulam em seu cotidiano, o que dificultou a continuidade e duração de algumas entrevistas. É interessante destacarmos que vários entrevistados justificaram sua participação na pesquisa por reconhecerem a importância de serem estabelecidos diálogos com a universidade que possam contribuir para uma reavaliação do campo em que vêm atuando e seus atravessamentos políticos.

Algumas entrevistas (5) foram realizadas virtualmente, via Skype, para tentarmos driblar as dificuldades geográficas e de agenda. Entretanto, a maioria das entrevistas foi realizada presencialmente, em Belo Horizonte, ou em duas viagens ao Rio de Janeiro e uma a Brasília. Todas as entrevistas semiestruturadas foram gravadas e transcritas para análise posterior. Alguns entrevistados solicitaram que sua entrevista não fosse gravada e outros, após o fim da entrevista, relataram questões relevantes que também não constam no material transcrito[80]. Estas informações, apesar de não aparecerem no quadro de entrevistas acima, foram utilizadas como material de apoio e recuperadas por meio de anotações, conjuntamente ao material produzido pelas observações de campo, que descreveremos a seguir.

3.2.2. Observação de Campo e Diário de Campo

As interações em campo propiciam situações que são reveladoras dos contextos que buscamos conhecer, e nos oferecem uma perspectiva do campo de pesquisa que muitas vezes não se torna visível apenas com o uso de métodos como as entrevistas e a

[80] É importante relatarmos que durante a escrita desta tese, um acidente provocou a perda das entrevistas 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 25. Este acidente ocorreu após a transcrição e análise do material, o que nos habilitou a recuperar a maior parte das construções analíticas feitas a partir dele. Entretanto, os trechos que citamos destas entrevistas ao longo do texto foram recuperados através de anotações realizadas durante ou logo após o momento da entrevista, e fazem parte do diário de campo.

análise de documentos. As entrevistas, mesmo que não estruturadas, demandam situações mais formais e envolvem uma interação mais pessoal e o registro em áudio, o que dificulta que determinados temas venham à tona, por serem considerados sem importância, por serem temas controversos, por inibirem os entrevistados ou outras razões.

Além disto, as observações em campo permitem que analisemos as interações entre os sujeitos da pesquisa, diferentemente das entrevistas, que provocam uma situação na qual estes atores moldam suas falas para um interlocutor determinado, condicionando suas reflexões aos interesses eliciados por esta situação.

Embora o centro analítico desta pesquisa sejam às negociações identitárias e seus impactos na constituição de identidades coletivas, a partir da construção de sentidos em suas relações com o Estado, os aspectos interativos foram cruciais na caracterização da heterogeneidade dos processos sociais que compõem os espaços institucionais no qual interagem diferentes atores sociais.

Muitos conflitos que não apareceram nas entrevistas emergiam em debates ou mesmo conversas informais que presenciamos em nossa inserção em campo, o que, para nós, produz dados que não deveriam ser ignorados para a compreensão dos fenômenos que investigávamos. Neste contexto, com relação ao estudo da constituição de uma identidade coletiva, Melucci (2001) nos alerta para a importância de considerarmos esta heterogeneidade dos processos sociais, pois para ele:

> A superação do dualismo pode advir somente se se reverte a idéia ingênua do agir coletivo como dado empírico unitário. É necessário, ao contrário, interrogar o dado para descobrir como é produzido e extrair dele a unidade para fazer emergir a pluralidade de orientações, significados, relações que convergem para o mesmo fenômeno. Colocar o problema da formação do ator coletivo significa reconhecer que aquilo que, empiricamente, se chama 'movimento' e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribuiu uma unidade essencial, é, na realidade a resultante de processos sociais heterogêneos. Trata-se, pois, de entender como se forma a unidade e a que resultados diferenciados os diversos componentes podem dar lugar (Melucci, 2001: 32).

Neste sentido, como forma de sistematizar as observações de campo, possibilitando sua inserção no escopo empírico desta pesquisa, utilizamos a técnica do diário de campo, que se revelou um instrumento valioso de registro e reflexão analítica (Reboredo, 1983; Zaluar, 1994). Ao longo de toda a pesquisa acompanhamos interações entre militantes de diversos movimentos sociais, com destaque para os movimentos de juventudes, e destes com agentes governamentais, acadêmicos e outros.

Um primeiro aspecto relevante do uso do diário de campo foi o exercício reflexivo que ele possibilitou, a partir do registro de aspectos subjetivos do pesquisador, vivenciados nas interações com os diversos atores que compõem o campo de pesquisa. Ao compararmos as anotações do diário de campo com as categorias de análise das entrevistas, algumas simplificações foram revistas contribuindo para ampliar a compreensão das informações analisadas.

O diário de campo também foi útil no registro de entrevistas que não puderam ser gravadas e conversas informais, o que ofereceu elementos interessantes para pensarmos lacunas deixadas pelas entrevistas, principalmente as referentes aos processos interacionais desenvolvidos pelos atores, e as compreensões que estes fazem das mudanças na estrutura de oportunidades políticas. Isto ganha importância, sobretudo se pensarmos nas particularidades deste campo de pesquisa, que por sua própria lógica de funcionamento, não permite observações mais amplas, longitudinais e sistematizadas das interações cotidianas.

Além dos contextos nos quais foram feitos as entrevistas, o que nos possibilitou apreender determinadas formas de discurso nas interações que presenciamos, o diário de campo foi muito útil como estratégia de registro e observação durante nossa participação em fóruns, seminários e eventos em geral. A análise destes espaços de discussão e debate contribuiu significativamente no sentido de podermos observar como os diversos atores, tais como lideranças de movimentos sociais, gestores de órgãos governamentais, parlamentares, pesquisadores e outros, interagem e demarcam posições e argumentos, constituindo espaços de negociação e visibilidade pública.

Consideramos que ampliar o foco de investigação para estas relações é uma forma de nos debruçarmos de maneira mais contundente sobre as disputas de poder, conflitos e neutralizações de conflitos que se processam nas dinâmicas políticas. Como argumenta Ong (2009),

> a pesquisa etnográfica examinará o jogo entre práticas discursivas e não discursivas num campo dinâmico de relações de poder. Por isso, eu sugeriria que o etnógrafo analise os atores-chave, as técnicas e as idéias envolvidas em cada contexto particular de luta pelo poder, além de descobrir quais normas e práticas (diversidade, homogeneidade, desigualdades enraizadas, ou nenhuma delas) que acabam se institucionalizando em consequência de tais embates (Ong, 2009).

Neste sentido, a observação e a confecção do diário de campo foram recursos fundamentais de apoio aos outros procedimentos metodológicos, pois contribuíram para

identificarmos relações de poder que tendem a permanecerem ocultas nos documentos oficiais e entrevistas gravadas.

3.2.3. Análise de Documentos

Para analisarmos os impactos do discurso estatal na constituição de identidades coletivas, faz-se necessário abordarmos os discursos oficiais acerca da participação, para podermos identificar como e quais elementos destes discursos se reproduzem nas falas dos entrevistados. Com este objetivo, para contrapor às informações produzidas pelas entrevistas, recorremos à análise de documentos, tais como editais, projetos, relatórios, programas, sítios de internet, estruturas organizacionais e declarações públicas de agentes do governo.

Esta estratégia metodológica consistiu no levantamento e análise de documentos produzidos pelos órgãos governamentais e foi de fundamental importância, pois contribuiu para capturarmos perspectivas institucionais de discursos sobre as identidades, sobre a participação política e sobre a democracia. Como argumenta Pimentel (2001), a pesquisa documental é especialmente relevante quando se pretende abordar realidades macrossociais e institucionais, o que nos remete à análise das mudanças organizacionais e discursivas que marcaram a estrutura de oportunidades políticas no período analisado.

Como buscamos reconstituir discursos governamentais acerca da participação social e da política, a análise de documentos foi útil ainda por dois outros motivos. Primeiramente, nos permitiu acessar falas de pessoas que dificilmente teríamos um acesso direto, como o presidente da república, ministros e outros atores públicos de destaque (Neves, 1996). Em segundo lugar, a análise de documentos serviu para complementar uma das limitações centrais da análise de entrevistas. Uma entrevista recorta um posicionamento discursivo muito pontual e particular no tempo e no espaço, o que dificultaria a percepção de formações discursivas mais cristalizadas e permanentes (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2009). Neste sentido, "os documentos são uma fonte não-reativa e especialmente propícia para o estudo de períodos mais longos de tempo" (Neves, 1996:03).

Identificamos, a partir destes materiais, as pressuposições e os usos das noções de identidade, de identidade coletiva e de participação política, com vistas a analisar que

impactos podem ter sobre os processos de mobilização e articulação. A partir deles, também analisamos como o Estado se oferece como interlocutor e quais seriam as características necessárias para que uma determinada identidade coletiva possa fazer parte deste diálogo. Os documentos oficiais produzidos pelo governo oferecem a construção de uma "imagem pública" que os agentes governamentais desejam passar para a população, um discurso oficial acerca dos procedimentos políticos e aparatos simbólicos representados pelo projeto governista.

Enfocamos os textos base e relatórios finais produzidos pelas Conferências Nacionais da Juventude e pelas Conferências Nacionais LGBT, bem como os materiais de apoio a estes eventos. Investigamos aspectos da constituição de identidades coletivas destes movimentos sociais a partir das prioridades que foram estabelecidas por estes documentos, do direcionamento de demandas, do reconhecimento de especificidades, bem como das inter-relações que estabelecem entre as diferentes formas de desigualdade que se atravessam em cada uma das temáticas.

Além disto, buscamos também outros documentos que nos informassem sobre os arranjos participativos estruturados ou reestruturados durante o Governo Lula, bem como materiais que evidenciassem aspectos da interação entre os atores governamentais e não governamentais. Os materiais produzidos pelos conselhos também foram úteis neste ponto, pois, além de descrições organizacionais sobre sua composição, seus procedimentos formais e fluxos institucionais que pautam a atuação destes espaços, vários dilemas, conflitos e formação de consensos internos e externos são abordados e discutidos em documentos como editais de convocação, relatórios de avaliação, planos e programas nacionais etc.

Durante nossa inserção em campo, diversos materiais nos foram oferecidos, como forma de complementar as informações disponibilizadas durante as entrevistas. Estes materiais oferecem a perspectiva através da qual um determinado órgão público pretende visibilizar as ações desenvolvidas por ele, e como estas participam dos processos políticos e sociais no interior de um projeto de poder. Nestes materiais, os movimentos sociais e a sociedade civil organizada aparecem como atores importantes, cujo protagonismo é caracterizado por um determinado viés de participação.

Além dos materiais que nos foram oferecidos pelos entrevistados e atores que interagimos em campo, fizemos uma análise de diversos sítios de internet do governo, que ofereciam arquivos digitais com documentos e notícias referentes à interação do Estado com os movimentos sociais e com a sociedade civil organizada. Dentre os mais

de cinquenta documentos levantados, lidos e pré-analisados, procedemos a uma análise mais cuidadosa dos seguintes materiais:

- **Democracia Participativa: Nova relação do estado com a sociedade (2003-2010)**. Livro produzido pela Secretaria-Geral da Presidência da República, no último semestre do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Impresso pela primeira vez em dezembro de 2010 e reimpresso em abril de 2011. (Disponível em www.secretariageral.gov.br). (Citado ao longo do texto como BRASIL, 2011);
- **Conselhos Nacionais: Dados Básicos, Organização, Gestão Atual, Finalidade, Composição, Competências.** Material editado e distribuído pela Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República. (Disponível em www.secretariageral.gov.br). (Citado ao longo do texto como BRASIL, 2010);
- I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude: LEVANTE SUA BANDEIRA – **Texto Base.** 2007. Produzido pelo Conselho Nacional da Juventude. (Disponível em www.juventude.gov.br);
- I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude: **Pacto da Juventude: Apostar na Juventude é Investir no Brasil.** (Disponível em www.juventude.gov.br);
- **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas. Conselho Nacional de Juventudes.** Material organizado e divulgado pelo Conselho Nacional de Juventude. (Disponível em www.juventude.gov.br). (Citado ao longo do texto como Novaes. et al., 2006);
- **Candidatos à presidência do Conjuve 2011.** Documento que contém as cartas de apresentação dos candidatos à presidência do CONJUVE. (Disponível em www.juventude.gov.br);
- II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude: "Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos". Conquistar direitos, desenvolver o Brasil. **Texto Base**. 2011. (Disponível em www.juventude.gov.br);
- **Reflexões Sobre a Política Nacional de Juventude (2003 - 2010)**. 2011. Material produzido e divulgado pelo Conselho Nacional da Juventude. (Disponível em www.juventude.gov.br);

- **Conselho Nacional de Juventudes: Natureza, Composição e Funcionamento**. Material produzido e divulgado pelo Conselho Nacional da Juventude. (Disponível em www.juventude.gov.br). (Citado ao longo do texto como Freitas, 2007);
- **Edital de Convocação da Assembléia de Eleição de representantes da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Juventude.** RESOLUÇÃO Nº 02/2012 de 23 de janeiro de 2012. (Disponível em www.juventude.gov.br);
- **Plano Nacional de Promoção da Cidadania dos Direitos Humanos de LGBT.** Elaboração, distribuição e informações: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. 2009. (Disponível em www.sedh.gov.br);
- **Programa Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.** 2004. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação - Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. (Disponível em www.sedh.gov.br);
- I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT: "Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais". **Texto Base.** 2008. (Disponível em www.sedh.gov.br);
- II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. **Regimento Interno**. 2011. (Disponível em www.sedh.gov.br);
- II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT: "Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT". **Texto Base**. 2011. (Disponível em www.sedh.gov.br);
- II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT: "Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT". **Manual para participantes**. 2011. (Disponível em www.sedh.gov.br).

- Discurso do presidente Luis Inácio Lula da Silva na abertura da I Conferência Nacional LGBT.

3.3. Metodologia: análise de discurso

As pesquisas e as metodologias no campo de estudo de movimentos sociais e ações coletivas têm expressado, enquanto forma de compreensão de um fenômeno, a divisão dualística presente na própria abordagem que as teorias vêm construindo acerca deste objeto, como discutimos no capítulo 2. Entre as abordagens que buscam identificar no sistema social os incentivos materiais e concretos para erupção da ação coletiva e as que buscam identificar nas crenças, valores e representações de militantes e atores as principais motivações para a constituição de identidades coletivas, temos a expressão de um dualismo que têm percorrido a história das Ciências Sociais. Desta forma, ora as metodologias trabalham com uma compreensão da formação da ação coletiva enfocando seus conteúdos simbólicos, ora enfatizando análises dos aspectos estruturais que incidem sobre a motivação dos grupos e condicionam sua emergência e atuação.

No capítulo anterior, delineamos uma amarra teórica que visa, não integrar estas diferentes dimensões dos fenômenos coletivos em uma teoria unificada, mas sim, analisá-los em momentos e perspectivas distintas, a partir de entradas diferenciadas a este universo que é relacional por princípio[81]. Em síntese, nossa estratégia foi a de reconhecer e apontar o hiato entre estrutura e significado, entre sistema e atores, analisando cada uma destas dimensões como pontos de entrada distintos para um mesmo fenômeno, para posteriormente integrarmos os resultados destas análises a partir da construção de discursos, conforme discutiremos adiante.

As estratégias e técnicas metodológicas que discutimos neste capítulo foram pensadas de modo a construir dados que confrontem o universo empírico com o marco teórico proposto para o estudo das interações políticas em tela. Avançamos sobre como

[81] Neste sentido, Sandoval (1997) argumenta que o estudo do comportamento político é por natureza transdisciplinar, e que para melhor compreendê-lo devemos lançar mão de abordagens construtivistas e interacionistas. Devemos pensar o comportamento político como um processo dinâmico que se desenvolve dentro de cenários sociais e institucionais. Para o autor, "os atores políticos são construtivistas na medida em que eles conscientemente vão se posicionando em arenas onde eles irão agir. Já que não há teoria que explique a priori os determinantes de processos de comportamento político, teremos que assumir abordagens que privilegiam o inter-relacionamento das esferas de ação e do voluntarismo dos atores" (Sandoval, 1997).

os sujeitos da pesquisa atribuem significados à participação, mas sem perder de vista os processos interativos que perpassam estas construções e a dimensão estrutural que da materialidade as ações destes atores. Também buscamos compreender como se consolidaram as mudanças na estrutura de oportunidades políticas a partir da análise das informações que encontramos em documentos e relatos. Como partimos de metodologias fundamentalmente qualitativas, mesmo a análise da estrutura de oportunidades políticas nos permitiu uma apreensão dos elementos simbólicos e da produção de sentidos e significados sobre estas mudanças estruturais.

Estes dois olhares para o empírico, como perspectivas complementares de um mesmo e complexo fenômeno, serão sintetizados a partir da construção analítica de discursos sobre o Estado, sobre a constituição de identidades[82] e sobre a democracia. Neste contexto, o objetivo da análise de discursos empreendida é, antes de tudo, construir uma argumentação acerca das implicações que as dinâmicas sociais processadas nestes espaços trazem para pensarmos sobre os fenômenos recortados pela presente pesquisa, em particular, e sobre a política no Brasil contemporâneo, de um modo geral.

A noção de discurso será o conceito chave, a partir do qual relacionaremos a análise das mudanças na estrutura de oportunidades políticas do período recortado com os processos de formação de identidades coletivas associados a estas mudanças. Discurso é um conceito central neste trabalho, não apenas porque sintetiza as duas entradas que abrimos para o campo empírico, mas também porque joga um papel importante na compreensão da constituição de identidades coletivas na teoria democrática radical e plural. Para Laclau e Mouffe (1985), as identidades coletivas são compreendidas como uma sutura[83] equivalencial e discursiva no interior de uma estrutura discursiva hegemônica. Esta perspectiva é determinante, inclusive, para compreendermos a categoria de sujeito, ou de posições de sujeito[84], que deve ser

[82] Esta discussão traz à baila uma relevância teórica importante, pois a conexão entre estrutura de oportunidades políticas e a constituição de identidades coletivas, apesar das tentativas de aproximação (Alonso, 2009), marcam com nitidez a separação entre a estrutura social e a construção de significados, determinante para a compreensão de aspectos motivacionais dos processos de mobilização política e de mudança social, sobretudo se tomamos o fenômeno dos movimentos sociais como objeto de conhecimento (Tejerina, 2010).

[83] O conceito de sutura é reapropriado, por Laclau & Mouffe (1985), do arcabouço teórico da psicanálise lacaniana, e "é utilizado para designar a produção do sujeito sobre a base da cadeia de seu discurso, quer dizer, da não-correspondência entre o sujeito e o Outro – o simbólico – que impede o fechamento deste último como presença plena" (Laclau & Mouffe, 1987:81).

[84] Costa (2010), retomando a obra de Ernesto Laclau, aponta uma importante diferenciação entre os conceitos de *sujeito* e *posições de sujeito*. Como identificou o autor, na perspectiva da teoria democrática

analisada em sua ambiguidade, incompletude e polissemia, já que sua identidade é discursiva e não essencial, transparente ou articulada sem mediações às necessidades concretas que a constituíram (Laclau & Mouffe, 1985). Esta discussão é importante para analisarmos os múltiplos pontos de identificação que subjazem a formação de uma identidade, pois, como argumenta Costa (2010),

> Assim, o agente pode encontrar-se posicionado simultaneamente em torno de diferentes posições de sujeito, mas nenhuma destas posições apresenta um caráter pleno, sendo a falha destas identificações o que proporciona a ele se identificar as novas posições. Cabe ressaltar que não se afirma, com isso, uma perspectiva completamente voluntarista, reconhecendo os autores que estas identificações são limitadas pelas posições em que o sujeito foi posicionado na estrutura social, a qual, apesar de não determiná-lo, lhe é anterior (Costa, 2010:45).

Deste modo, uma identidade discursiva é compreendida como um sistema aberto, que não se esgota na soma das diferenças que se articularam para a formação da cadeia de equivalências que subjaz a um discurso (Laclau & Mouffe, 1985). O conceito de articulação desempenha aqui um papel importante para a compreensão da noção de discurso:

> Nós chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de modo que a identidade de cada um seja modificada como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, nós chamaremos discurso. As posições diferenciais, na medida em que elas apareçam articuladas dentro de um discurso, nós chamaremos momentos. Por contraste, nós chamaremos elemento qualquer diferença que não está articulada discursivamente (Laclau & Mouffe, 1985:105).

Neste contexto, um discurso é uma articulação entre elementos que submergem no interior de uma cadeia equivalencial, formando posições diferenciais. Uma identidade coletiva pode ser compreendida, então, como uma formação discursiva que visa, recuperando a noção de Eder (2003), o monopólio de uma narrativa sobre elementos que configurarão um momento. Cabe-nos agora, discutirmos como analisar tais formações discursivas a partir dos dados que construímos com os métodos apresentados ao longo deste capítulo.

---

radical e plural "a noção de sujeito difere da noção de posição de sujeito, no sentido em que a primeira concerne à ação do agente social frente ao reconhecimento da negatividade da formação hegemônica, enquanto a segunda está relacionada a identificações do sujeito no interior da ordem social. Podemos dizer, assim, que a introdução do conceito de sujeito busca deixar mais clara a distinção da forma como os agentes sociais se comportam no momento de sedimentação e no momento de reativação da dinâmica social, ressaltando que a formação social nunca é completa, sendo o deslocamento da estrutura um processo constante" (Costa, 2010:45).

O estudo da relação entre movimentos sociais e o Estado, a partir da análise de discurso e do desenho de pesquisa que construímos, demanda estabelecer um mapeamento de como as técnicas de construção de dados e as técnicas de análise serão consideradas no interior do marco teórico. Como o campo da análise de discurso nos oferece diversas perspectivas para a análise das entrevistas e documentos, escolhemos a perspectiva de Álamo (2010) – análise sociológica do sistema de discursos – por ser uma abordagem que integra níveis de análise, favorecendo apreensões analíticas que oscilem desde a dimensão manifesta e literal de uma produção textual, até sua dimensão latente e submersa.

3.4. Análise Sociológica do Sistema de Discursos

No âmbito da pesquisa qualitativa podemos encontrar uma pluralidade de teorias e métodos denominados de análise de discurso. Álamo (2010) aponta três níveis analíticos que se inter-relacionam na análise de discursos e constituem um ponto importante de diferenciação entre as diversas perspectivas de análise do discurso: o nível *informacional/quantitativo*, que se refere à dimensão denotativa de um texto e se aproxima do que comumente se chama de análise de conteúdo; o *nível estrutural/textual*, que aborda o texto a partir de sua estrutura; e o *nível social/hermenêutico*, que aponta para os usos pragmáticos e sociais da linguagem e suas potencialidades interpretativas.

Álamo (2010) delineia o que ele chama de Análise Sociológica do Sistema de Discursos, que permite integrar, a partir da noção de níveis, diferentes abordagens da análise de discurso. Interessante observarmos que Fairclough (2001), um dos expoentes da análise crítica do discurso, argumenta que não existe análise de conteúdo, uma vez que esta seria uma análise de discurso mal feita ou incompleta, pois se centraria apenas no nível informacional ou estrutural. Isto aponta para a associação entre linguagem e ação, bastante pertinente a diferentes correntes de análise de discurso, e que implica em uma leitura da formação de discursos como articulações realizadas dentro de uma estrutura discursiva atravessada por relações de poder.

A perspectiva de Laclau & Mouffe (1985) também associa linguagem e ação, já que se fundamenta no argumento epistemológico de que qualquer objeto só adquire sentido a partir de sua localização em uma cadeia de significados linguísticos (Torres,

2005), o que demanda, necessariamente, que se contemplem os níveis textual/estrutural e social/hermenêutico de um discurso.

Entretanto, o nível informacional/quantitativo nos interessa em função dos elementos interacionais descritos pelos materiais e entrevistas, bem como para uma caracterização mais objetiva das mudanças na estrutura de oportunidades políticas. Por esta razão, embora consideremos as relações de poder atravessadas na constituição dos discursos um elemento central de nossa análise, recorreremos às técnicas analíticas indicadas pela perspectiva integradora de Alámo(2010).

Álamo (2010) busca sistematizar as diferentes correntes de análise de discurso localizando-as num contínuo entre as formas de trabalho mais básicas, como a análise de conteúdo, até a abordagem mais completa, que o autor chama de análise sociológica do sistema de discursos. Segundo o autor, entre estes dois polos, as diversas correntes se diferenciam em função da unidade de análise e de um enfoque mais internalista ou mais externalista e contextual.

A noção de discurso apresentada por Álamo (2010) se afasta de uma apreensão literal do material textual, compreendendo discurso como "uma construção teórica elaborada a partir do material empírico produzido pelos falantes" (p.35). Os discursos trabalhados nesta pesquisa devem ser compreendidos desta forma, como construções teóricas, e não como dados concretos e reificados. Além disto, uma questão importante para qualquer metodologia qualitativa, diz respeito à relação entre particular e universal contida em qualquer fala. É importante ter em vista que qualquer produção linguística manifesta, para além de uma elaboração individual, uma posição subjetiva socialmente localizada. Neste sentido, a perspectiva do autor considera que "a produção do discurso não é o resultado de uma vontade individual plenamente consciente, mas responde a todo um conjunto de interações sociais mais complexas, dentre as quais a vontade consciente dos atores é uma dimensão dentre outras" (Álamo, 2010: 35).

Não só o discurso configurado a partir de nossa análise deve ser considerado uma construção, os "dados coletados" também devem ser tratados como uma construção que tem a influência direta do olhar do pesquisador e das condições interacionais e contextuais nas quais tal informação foi construída. Todo discurso tem uma intencionalidade e todo aquele que fala, fala para alguém. Isto retoma a discussão sobre a reflexividade e as consequências epistemológicas que dela deriva, elementos já esboçados em outros pontos deste trabalho, quando abordamos a relação entre objetividade e subjetividade na compreensão dos fenômenos políticos.

Apesar de muitos considerarem as influências subjetivas como limitadores de uma suposta objetividade científica, Álamo (2010) argumenta que a subjetividade não é uma faculdade arbitrária na produção de discursos, já que está mediada e condicionada por:

> "a) a própria materialidade e objetividade do texto produzido na investigação; b) pelo tipo de pensamento, de "pensamento ampliado" na caracterização de Kant e Arendt (2003), que se põe em marcha na atividade de análise e interpretação dos textos; e c) pelo necessário consenso sobre a plausibilidade da análise e interpretação utilizada, que, em todo caso, deveria levar a falar mais de uma possível intersubjetividade regulada que de uma subjetividade mais ou menos arbitraria, como característica da investigação qualitativa" (p. 57).

A validade epistemológica desta modalidade de investigação qualitativa, em nossa perspectiva, se refere à consistência do sistema argumentativo e analítico, mas também ao debate público instaurado no campo científico. Sem adentrar na já desgastada querela da não-neutralidade da ciência, cabe apenas reafirmar que qualquer conhecimento produzido sobre a política, é também objeto de disputa deste campo (Ferreira, 2004). Isto sinaliza que o trabalho de análise é um processo contínuo e que se retroalimenta, seja durante a investigação entre os passos de uma pesquisa, seja a partir dos desdobramentos e debates que ela provoca.

A análise sociológica do sistema de discursos apresentada por Álamo (2010) se aproxima da análise crítica do discurso (Fairclough, 2001), já que reconhece que o poder da linguagem não se limita à sua apreensão denotativa. Da integração dos três níveis analíticos apresentados por Álamo (2010), se subentende que qualquer discurso está relacionado aos usos que as pessoas em situação de poder fazem da linguagem. Em outras palavras, a linguagem expressa, de forma manifesta ou latente, as relações de poder e dominação, engendradas pela lógica policial de uma determinada sociedade, pois qualquer discurso está inserido no interior de uma estrutura discursiva (Rancière, 2010; Laclau & Mouffe, 1985).

Isto nos leva considerar as relações de poder que atravessam os discursos articulados por nossos entrevistados, identificando as implicações dos lugares ocupados por eles no cenário político, sejam estes espaços mais ou menos institucionalizados. No caso em pauta, é de se considerar que a entrada de um militante para a estrutura governamental irá impactar sua fala, não apenas pela complexificação dos objetos de identificação que estão à sua disposição, mas também por sua posição discursiva nas hierarquias institucionais.

Neste sentido, nossa análise enfoca os discursos produzidos pelos sujeitos da pesquisa como negociações entre diferentes posições de sujeito, no sentido apresentado por Laclau & Mouffe (1985), que resultam em totalidades precárias cuja estruturação é resultado de uma prática articulatória. Deste modo, a fala dos sujeitos entrevistados foi abordada como negociações entre as diferentes identidades coletivas com as quais interagem em seu cotidiano, mas que forma uma totalidade articulatória de elementos diversos que se sobrepõem, sendo que um destes elementos aparecerá como prioritário, impedindo que a negatividade latente à formação de qualquer identidade seja posta em questão. Buscaremos reconstruir estas negociações a partir das diferentes formas de atribuição de significados que se contrapõem entre os diversos materiais e entrevistas analisadas, para tal, utilizaremos as técnicas de análise de discurso apontadas por Álamo (2010), pois permitem articular sentidos denotativos e conotativos que formam um discurso.

As técnicas de análise qualitativa, de modo geral, variam entre uma apreensão mais literal ou mais pragmática do material analisado, o que se reflete em termos como análise de conteúdo, análise temática, análise por categorias, análise estrutural e análise crítica do discurso. Neste contexto, as diferentes metodologias de tratamento do material textual oscilam entre uma apreensão mais "manifesta" e outra mais interessada pelos aspectos "latentes" dos discursos. Como argumenta Álamo (2010:55), "quando se menciona 'manifesta' se alude a um plano de análise centrado nas dimensões mais sintáticas ou mais referenciais da linguagem, enquanto quando se fala do 'latente' se alude a um tipo de análise que trata de sublinhar as outras dimensões mais pragmáticas do discurso".

Para o trabalho de análise, Álamo (2010) sugere que este deve partir de uma apreensão literal dos textos, para em seguida buscar os sentidos pragmáticos que nos permitem analisar os sentidos e as relações entre textos e contextos. Este movimento analítico vai do contextual ao latente, mas tendo em vista que um texto "nem mostra, nem oculta, mas significa" (p. 55). Em outras palavras, "o que queremos compreender de um texto não é algo oculto atrás do texto, mas sim, algo exposto em frente a ele, quer dizer, algo que está presente, visível no próprio texto e que abre o mesmo para novos mundos, as vezes não pensados conscientemente pelos próprios produtores do texto" (Álamo, 2010:56).

O trabalho de análise deve então partir da literalidade, buscando uma leitura atenta dos elementos que formam o texto, desde as palavras utilizadas, passando pelas

pistas e expressões analíticas, até a construção de um sentido comum. Álamo (2010) sugere que as categorias analíticas iniciais sejam dadas pelos próprios falantes, de onde ressalta a importância do óbvio e do raro no trabalho de leitura.

Uma análise do discurso deve escapar tanto de uma mistificação do texto, quanto de uma apreensão superficial das falas analisadas. Entretanto, o obvio, as opiniões comuns que circulam numa determinada sociedade, refletem seu momento histórico e um dos objetivos da investigação qualitativa "é o [de] desvelar o óbvio, dissecá-lo e ajudar, com tal trabalho, a resituar, a reconfigurar o fenômeno que se está investigando e a localizá-lo em um novo marco compreensivo" (Álamo, 2010:50).

Após o trabalho de categorização, que partiu da identificação dos elementos mais comuns e literais contidos nos materiais textuais que analisamos, passamos a organizar as categorias que emergiram da fala dos entrevistados e dos documentos, a partir de eixos analíticos. Estes eixos analíticos foram construídos na medida em que se configuravam determinadas formas de articulação entre elementos, engendrando compreensões sobre os pontos mais importantes do recorte de pesquisa. Como apresentaremos a seguir, tentamos sintetizar estes eixos em dois discursos complementares, um sobre a participação e outro sobre identidade.

3.5. Eixos analíticos, categorias e discursos

Com o objetivo de organizar as categorias que emergiram dos dados construídos em campo, organizamos três eixos categoriais[85] que respondem aos objetivos específicos apresentados no início deste capítulo.

O primeiro eixo analisa como se configura no campo político, a relação entre **igualdade e diferença**. Neste eixo abordamos os processos de constituição de identidades coletivas e a atribuição de significados aos pares categoriais e aos elementos que demarcam relações de pertencimento. Enquanto processos de (des)identificação, o conceito de subjetivação política funciona como parâmetro para analisarmos os processos de categorização social atravessados nos jogos identitários a partir da demarcação de (in)diferenciações.

[85] É importante recordarmos, com Prado (2000), que as polarizações utilizadas para delinear estas categorias não devem ser compreendidas de forma dicotômica, ao contrário, devem ser tomadas a partir de um pensamento tenso, distante de uma concepção de racionalidade transparente, e que provoque e questione quaisquer naturalizações.

Os documentos, neste contexto, expressam o discurso oficial articulado pelo governo, mas que em alguma medida configuram aspectos de um discurso estatal, pois qualquer governo se apresenta como entidade pública, associado a uma idéia de Estado. Esta idéia de Estado pode ser identificada no que conceituamos, a partir de Eder (2003), como mobilização de identidades que, por sua vez, se articula com o monopólio de narrativas. Este mecanismo participa da constituição de identidades coletivas e marca os processos interativos encenados nos espaços de participação associados ao Estado. Neste sentido, o eixo igualdade e diferença engloba as articulações identitárias e a formação de fronteiras identitárias, que separam e conectam identidades coletivas ou, em outras palavras, que (in)diferenciam agentes coletivos (Prado, 2001; Prado & Souza, 2002).

O segundo eixo analisa a relação entre **pressão por transformações sociais (mudança)** e **manutenção do sistema (estabilidade).** Este conjunto de categorias procurou identificar as construções de sentido em torno das relações entre estabilidade política e conformidade ao sistema e o lugar ocupado nesta tensão pela idéia de transformação social. Transformação social aqui, importante ressaltar, deve ser considerada tanto no sentido de horizonte político, como no sentido de transformações representadas pelo projeto político em curso e que o governo tenta incorporar como parte de seu discurso.

Buscou-se observar como estes polos são articulados na formação de discursos que versam sobre a legitimidade pública do governo frente aos atores organizados e a sociedade como um todo, e dos movimentos sociais frente ao Estado e aos demais atores com os quais interagem. As noções de mudança e estabilidade participam das narrativas identitárias como fundamentos para a legitimidade dos discursos sobre a política e a democracia.

O terceiro eixo analisa as relações entre **conflito e consenso** que, num sentido mais amplo, se estabelecem entre as demandas da sociedade civil e as ações do Estado, e que aparecem como relações de parceria e cooperação, por um lado, e ações de cooptação e repressão, por outro lado. Entretanto, as noções de conflito e consenso devem ser tomadas de forma mais nuançada.

Pensando sobre a pluralidade de atores que interagem nos espaços que se configuram como "mercado do social" (Tomassi, 2012), a emergência de conflitos e a necessidade de formação de consensos permeia a (in)diferenciação de discursos entre atores que disputam o monopólio de narrativas nas fronteiras que se estabelecem entre

identidades coletivas, não necessariamente em contraposição ao Estado. A proliferação dos elementos de pertencimento e a emergência do que Laclau & Mouffe (1985) chamam de antagonismos plurais demandam uma análise mais complexa dos conflitos que se estabelecem na arena política, o que faremos a partir do mapeamento das disputas que as diferentes identidades coletivas empreendem em busca de recursos simbólicos e materiais.

O marco teórico desta investigação nos leva a situar estes três eixos de análise como tensões produzidas na fronteira entre a sociedade civil e o Estado, e identidade coletiva passa a ser o conceito articulador de discursos específicos e compartilhados pelos atores em interação. Neste sentido, enquanto processos articulados, estes eixos analíticos nos oferecem três portas de entradas para compreendermos o político, a democracia e as relações entre os movimentos sociais e o Estado.

Igualdade e diferença nos permite entrar nestas relações a partir da constituição de identidades, dos processos de (in)diferenciação que demarcam categorias identitárias, diferenciadas por pares categoriais que funcionam como elementos discursivos e que atravessam os processos interativos dos atores coletivos.

Por sua vez, o eixo pressão por transformações sociais (mudança) e manutenção do sistema (estabilidade), enquanto movimentos próprios do processo de institucionalização das formas organizacionais de uma sociedade, leva-nos até este campo conduzidos por uma análise do Estado. O Estado se insere neste escopo analítico a partir do conceito de estrutura de oportunidades políticas, pois, ao circunscrevermos um período de tempo delimitado, analisaremos os impactos que as mudanças nesta estrutura provocaram na constituição de identidades coletivas e como e quais processos interacionais condicionam a manutenção das fronteiras identitárias através destas formas institucionalizadas de participação.

Como vimos no capítulo 2, a idéia de conflito ocupa um lugar central na compreensão do político. Para Rancière (1996), a política é uma nomeação polêmica de um dissenso, que se realiza na publicização de um determinado conflito. Já o consenso se coaduna melhor com a idéia de ordem policial, que busca estabilizar a trama social a partir das equações geométrica e aritmética. Neste sentido, o eixo conflito e consenso nos permite uma entrada para o campo empírico que se direciona a uma compreensão da democracia. Recordando que democracia, para Rancière(2010), é o modo de subjetivação da política, e não um conjunto de procedimentos institucionais garantidos pelo Estado.

Deste modo, podemos sintetizar a estratégia analítica deste trabalho a partir de três entradas complementares: 1) identidade (igualdade/diferença); 2) Estado (mudança/estabilidade); 3) Democracia (conflito/consenso);

A partir destes eixos, construímos dois discursos inter-relacionados que denominamos:

1) O *Discurso do Participacionismo*, que tenta sintetizar a construção de significados produzidos acerca da participação social;
2) O *Discurso do Diferencialismo Identitário*, que versa sobre como os atores buscam significar as relações entre igualdade e diferença, e como os sentidos que daí derivam permeiam as dinâmicas interacionais no interior do Estado e dos arranjos participativos.

A mecânica destes dois discursos irá configurar nossa análise da democracia e dos processos interacionais que pautam a constituição de identidades coletivas no interior do recorte empírico que nos propusemos a analisar. No próximo capítulo nos centraremos na construção teórica do primeiro discurso, tomando o cuidado de descrever os arranjos participativos que marcam algumas mudanças na estrutura de oportunidades políticas e constituem o cenário no qual interagem os atores coletivos que participam desta pesquisa.

No capítulo 5, será a vez de discutirmos a construção do segundo discurso, inserindo-o no interior de um debate acerca das identidades, para em seguida, no capítulo 6, articularmos estas duas construções discursivas. Argumentamos que a mecânica destes discursos oferece elementos para um mapeamento das interações sociais dos atores coletivos nos espaços institucionais de participação, o que nos ajuda a refletir sobre a política, a democracia e as formas contemporâneas que o político vem imprimindo no fazer coletivo dos movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil.

PARTE II
DO ESTATAL À POLÍTICA

Capítulo 4 – O Estado Brasileiro e a Formalização da Participação Política

O Estado brasileiro, desde sua formação, esteve marcado por um viés antidemocrático, violento e desigual (Chauí, 2007; 2001). Aspectos sociopolíticos como patrimonialismo, autoritarismo e elitismo atravessam a história do Estado brasileiro, constituindo o que Oliveira (2001) chamou de sociabilidade antipública da esfera política brasileira. Neste sentido, Avritzer (2004; 2002) argumenta que com o fim da ditadura militar, a instalação de um governo civil em 1984 e a promulgação da constituição de 1988, ocorre não sua reinstalação, mas sim, a fundação da democracia no Brasil, posto que nos períodos anteriores, as relações políticas sempre se deram de forma autoritária, elitista e centralizadora.

Mesmo após a constituição de 1988, que oficializou a eleição por voto direto, ampliou os direitos de cidadania e abriu o Estado à democracia participativa[86], a democratização da sociedade brasileira avança a passos lentos. Desde o monopólio da mídia (Senra, 2001) até os modelos econômicos adotados (Nitsch, 2001), passando pelas radicais desigualdades raciais, geracionais, de gênero, de classe social e outras, o Brasil se mantém como um dos países mais violentos e desiguais em todo o mundo ocidental. Oliveira (2001) argumenta que o processo de industrialização no Brasil "produziu uma sociedade industrial extremamente desigual, a mais desigual das que, na periferia do sistema, completaram a segunda revolução industrial" (p.108). O autor utiliza o termo *apartheid* para se referir às violentas e desiguais relações de classe no Brasil moderno, argumentando que

> politicamente, essa sociabilidade antipública tentou, em primeiro lugar, transformar-se em hegemonia, no sentido gramsciano do conceito, com as eleições de Collor e em seguida de Fernando Henrique Cardoso, soldando o amplo leque dominante numa coalizão política, num arco que inclui desde Maluf na extrema-direita ao próprio FHC e Mario Covas no que então se considerava centro-esquerda. A tentativa fracassada de hegemonia logo resvalou para uma espécie de totalitarismo, com políticas de exclusão e um estado policial que se reforça à medida mesma que sua impotência se afirma cotidianamente (Oliveira, 2001: 108).

[86] Como aponta Silva (2010:32), "a participação social foi legalmente ampliada pela Constituição democrática de 1988 (CF/88), que reuniu mecanismos indiretos de participação e instrumentos de democracia direta, como os referendos, e de democracia participativa, como os Conselhos de Políticas".

É então neste contexto ambíguo e desigual que se forja a democratização[87] da sociedade brasileira. Entretanto, com a constituição de 1988, que garantia diversos direitos anteriormente negados, juntamente com todo o processo de abertura política transcorrido na década de 1980, se notam mudanças que levaram os movimentos sociais a verem no Estado mais um parceiro do que um adversário (Cardoso, 1999; Gohn, 1991; 1994; 1997). Os movimentos sociais e o Estado se tornam atores mais próximos, complexificando as fronteiras entre eles (Prado, Machado & Carmona, 2009).

Esta aproximação, longe de ser homogênea e livre de conflitos, se desenrola paralelamente ao viés autoritário e elitista que se renova a cada mudança na estrutura de oportunidades políticas, em processos carregados de contradições. Neste sentido, Silva (1999) argumenta que "o novo contexto participativo no Brasil, consolidado ao longo da década de 90, [se dá] em um cenário de confluência perversa entre dois projetos políticos distintos o neoliberal de Reforma do Estado e o projeto democratizante" (Silva, 1999:5).

Gentilli (1999) aponta que a busca pela democratização e a consolidação dos discursos de conteúdo progressista no campo social expandiram-se nos anos 80, porém, não persistiram por muito tempo. Para o autor, esta forma de participação se estruturou tendo em vista promessas de liberdade e de progresso do discurso empresarial, levando com que as demandas das minorias sociais se reconfigurassem, assumindo um conteúdo de caráter conservador.

No Brasil dos anos 1990 a naturalização da pobreza e outras formas de opressão social, através de sua banalização e conformismo (Escorel, 1999), renovaram a legitimidade das hierarquias sociais (Oliveira, 2001). As desigualdades e a decorrente subcidadania[88] (Souza, 1995) foram apaziguadas pelas discussões sobre direitos, que se deram de forma lenta e restrita, sendo relegadas à "invisibilidade público-política" (Offe, 1988 apud Tejerina, 2005). Tal invisibilidade faz com que questões advindas do espaço privado e/ou da cultura não sejam reconhecidas como questões políticas,

[87] O conceito de democracia será utilizado neste trabalho em duas perspectivas distintas. De modo genérico, na maior parte das vezes compreendida como ampliação e efetivação dos direitos de cidadania ou de modo meramente procedimental, e no sentido apontando por Rancière (2010). Por ser um termo utilizado com frequência, quando estivermos nos referindo ao conceito de democracia de Rancière (2010), isto será indicado no corpo do texto.

[88] Neste sentido, podemos compreender, por exemplo, "a construção e reprodução de um *habitus* precário nas sociedades ocidentais periféricas, discutidas por Souza (2003), caracterizado pela inexistência de um consenso nestas sociedades de que todos os indivíduos sejam reconhecidos como cidadãos e como dignos de humanidade, justificando, desse modo, seu não-reconhecimento na esfera pública, sua restrição às franjas da sociedade e a compreensão de que a exclusão é decorrente de uma falha pessoal"(Prado, Torres, Costa & Machado, 2009).

legitimando o privilégio de acesso à esfera pública e seus lugares de poder àqueles "qualificados" para o debate político (Prado, Torres, Costa & Machado, 2009).

Pensando na circularidade destes processos (Prado & Machado, 2008), devemos ter em vista que as nuances das diversas formas de opressão não estão associadas somente à estrutura da sociedade, mas também, ao seu universo simbólico, à divisão sensível das partes (Rancière, 1999). Neste contexto, as mudanças na estrutura de oportunidades políticas, que passam a incluir os atores organizados da sociedade civil, se dão em meio a processos que envolvem a crise das sociabilidades, da solidariedade, das reivindicações e da participação (Escorel, 1999; Doimo, 1993).

Mesmo neste contexto desigual e autoritário, a Constituição Democrática de 1988 trouxe mudanças importantes que redefiniram a arena política brasileira. Manzini-Covre (2001:153-154) destaca, no período pós-abertura democrática, avanços desiguais entre as diferentes cidades e regiões do Brasil. A autora denomina este processo heterogêneo de construção da cidadania de "Brasil Clivado", que está marcado por um lado "criativo/quase invisível" nesta lenta democratização da sociedade brasileira. A autora atribui, à emergência deste lado criativo, dois aspectos inter-relacionados: 1) o surgimento de uma nova esquerda, "de um certo partido de esquerda em formação"(desnecessário dizer que a autora se refere ao surgimento do Partido dos Trabalhadores...); e 2) a extensão, atuação e criatividade da sociedade civil nos municípios.

A emergência deste lado criativo, aberto a novas possibilidades de democratização da sociedade, está intrinsecamente relacionada à Constituição de 1988, que promoveu, além da formalização de novos direitos, a descentralização do poder público, atribuindo mais autonomia aos municípios e unidades federativas, e abriu o poder público à participação social. O Estado brasileiro passa então a combinar a democracia representativa com a democracia participativa, abrindo a possibilidade de novas formas de diálogo com a sociedade civil e a instauração de arranjos participativos que podem ser implementados tanto no âmbito dos municípios, como no âmbito das unidades federativas e do governo federal.

Inicialmente as formas de interação entre o Estado e a sociedade civil organizada se deram principalmente através de editais de financiamento para o terceiro setor e pelas parcerias público-privado, embora, como veremos adiante, já na década de 1990, nota-se um crescimento substancial na participação social via arranjos participativos e negociações políticas diretas. Entretanto, é importante ressaltar, será no Governo Lula

que este modelo ganhará contornos mais definidos, consolidando algumas premissas da constituição cidadã, sobretudo no que tange ao diálogo entre o poder público e os movimentos sociais.

Entretanto, a análise das mudanças na estrutura de oportunidades políticas que se deram entre 2003 e 2010 demanda uma compreensão, ainda que breve, de estruturas anteriores, referentes ao surgimento e desenvolvimento histórico do Partido dos Trabalhadores. A composição heterogênea, o perfil administrativo e as estratégias de militância desenvolvidas por este partido, bem como as transformações pelas quais passou internamente desde seu surgimento até a conquista da presidência da república, revelam muito sobre como, entre a sociabilidade antipública da esfera pública brasileira e um projeto popular de partido político, se configuraram as novas relações entre o Estado e os movimentos sociais no período que analisamos.

4.1. O Partido dos Trabalhadores e os Movimentos Sociais

Os modos contemporâneos de relação entre os movimentos sociais e o Estado estão influenciados por diversas questões históricas que se definem, sobretudo, após o fim da ditadura no Brasil. Em um processo histórico ambíguo de modernização das desigualdades sociais, se entrelaçam transformações nos modos de gestão estatal, nas dinâmicas sociais da mobilização e, obviamente, nos aspectos econômicos, políticos e sociais em diversos níveis.

A presente investigação optou por investigar o período de tempo que compreende a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), na sucessão presidencial disputada em 2002, até o final do segundo mandato petista em 2010. Circunscrever este período diz respeito a analisar como alterações específicas na estrutura de oportunidades políticas impactaram a constituição de identidades coletivas dos movimentos sociais, tendo em vista que o PT desde sua fundação sempre manteve uma relação orgânica com uma grande parte dos movimentos sociais brasileiros, em sua diversidade. Este apartado tem como objetivo investigar estas relações, situando-as no âmbito do recorte de pesquisa desenvolvido, sem deixar de apontar algumas mudanças substanciais pelas quais passou o PT até chegar ao governo federal.

O período de abertura democrática promoveu mudanças significativas na estrutura de oportunidades políticas no Brasil já no final da década de 1970. Neste

período surge uma nova onda participativa que impulsiona a formação e o crescimento de movimentos populares, sobretudo nas grandes cidades. Além disto, com a substituição do bipartidarismo pelo pluripartidarismo, novos partidos políticos começam a se organizar, fruto da mobilização de setores que antes, ou se organizavam no interior dos dois partidos oficiais (ARENA e MDB), ou que militavam em outras frentes de ativismo, inclusive na luta armada contra a ditadura. Neste contexto, diferentes grupos e ideologias políticas começaram a se cristalizar em torno de siglas partidárias. Setores da sociedade que anteriormente se viam alijados do poder público passam a ver na conquista eleitoral dos espaços de poder, possibilidades de transformação das relações sociais e a melhoria da qualidade de vida da população. Em outras palavras, o Estado deixa de ser um adversário ou um inimigo político e passa a ser um instrumento de luta política (D'Incao, 2001).

O PT surge neste contexto e se formaliza em fevereiro de 1980 fruto da conjunção de forças de diversos setores da política brasileira, tais como movimentos sindicais, intelectuais de esquerda, ex-guerrilheiros da luta armada contra a ditadura, militantes de diversos movimentos sociais, artistas e religiosos católicos ligados a Teologia da Libertação, entre outros. Constituído no âmbito da abertura política brasileira, o PT foi uma alternativa concreta de luta por transformação social que tentava escapar, ao mesmo tempo, do elitismo e conservadorismo das alternativas socialistas tradicionais e do reformismo socialdemocrata.

Como podemos ler no manifesto de fundação do partido, publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980, o ideário do partido estava aberto a grupos sociais que até então encontravam espaço apenas em movimentos sociais particulares e que não viam a menor possibilidade de terem seus interesses representados nos canais formais da política representativa:

> O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes[89].

O momento histórico sugeria a possibilidade real de transformação social, de emergência do novo, o que contextualiza a proliferação de termos como: "novo sindicalismo", "nova esquerda brasileira", "novos sujeitos políticos" etc. (Oliveira,

[89] Manifesto disponível em: http://www.pt.org.br/arquivos/manifestodefundacaopt2.pdf

2005, Doimo, 1993; Sader, 1988). Com a entrada em cena destes novos personagens, as eleições de 1982 significaram um momento extremamente importante para a redemocratização da sociedade brasileira, a partir do qual se iniciou a descentralização do poder executivo federal (Carvalho & Castro, 2002). A conquista do Estado passa a ser um horizonte possível como instrumento de transformação social, e setores organizados da população passaram a ter como mais um instrumento de militância a possibilidade de eleger ou militar pela eleição de seus representantes.

Os movimentos sociais participaram assiduamente neste processo de redemocratização, que adquire um novo impulso com a promulgação da constituição de 1988, a partir da qual se inaugura um novo marco para a reflexão sobre o direito e a cidadania no Brasil. Como argumenta Manzini-Covre (2001:155), o surgimento de uma nova esquerda se deu para além dos partidos, "cuja criatividade pode ser exercitada com a apropriação das leis da Constituição de 1988 – ponteando um Brasil que estou enunciando como *criativo/quase invisível*". Tendo participado ativamente do movimento constituinte, o PT talvez seja o principal herdeiro e defensor da nova constituição.

Se até o final dos anos 1980 os movimentos sociais brasileiros pautaram suas ações a partir do conflito com o Estado, muitos deles buscando a "superação do Estado burguês", após a constituição de 1988, passam a responder cada vez mais aos incentivos estatais à participação (Gohn, 1991; 1994; Doimo, 1993). Em um diagnóstico sobre a democratização do espaço público brasileiro, do pós-democratizacão à década de 1990, Manzini-Covre (2001:156) nos oferece um bom retrato, do ponto de vista progressista, acerca das estruturas de oportunidades políticas deste período: "embora o Brasil sistêmico continue a se impor, o Brasil criativo vem achando fragmentariamente formas de compor aspectos de um tipo de cidadania que vai além das formas universais da democracia abstrata". Embora a conquista eleitoral do Estado seja um elemento importante deste período, a concepção de democracia que exalava não estava circunscrita ao institucional, prossegue a autora,

> Reitera-se que a cidadania desenvolvida, em nossos dias, extravasa o conceito clássico de cidadania dos direitos, de regras abstratas e universais da democracia, *ela vai além da cidadania atada ao Estado.* Ela está mais no contexto da democracia participativa, no cotidiano, em que os atores podem atuar diretamente nas demandas e nos deveres/construção de saídas novas para o bem-estar da população. E aí, a cidadania é pedagógica, fruto de aprendizado, de um processo pedagógico contínuo (Manzini-Covre, 2001:160).

Nesta contextualização, podemos ver diversos elementos que compuseram a formação do ideário do PT, e que influenciaram em muito as estratégias de mobilização empreendidas por ele. A idéia de sociedade, na perspectiva do partido, ainda estava bastante atrelada aos movimentos populares, à luta de classes e à luta sindical, mas já, em alguma medida, se fragmentava em um conjunto de iniciativas coletivas e individuais capitalizadas através do genérico e escorregadio conceito de sociedade civil (Silva, 2010). O ideário do partido, embora se pautasse por uma perspectiva relativamente homogênea para a formação de um ator coletivo, já começava a lidar diretamente com a heterogeneidade dos processos sociais, que buscava articular na formação de uma identidade coletiva partidária (Laclau, 2005).

A política passa a incluir de forma interdependente o binômio Estado-Sociedade Civil, cada qual com suas atribuições, direitos e deveres "democráticos" (Abers & Búlow, 2011; Manzini-Covre, 2001; Alvarez, Dagnino & Escobar, 2000;). Para transformar as relações sociais, a partir de então a sociedade civil não pode mais se limitar a protestar e demandar do Estado, mas deve ser capaz de produzir propostas viáveis e factíveis, que serão sugeridas ao Estado, e passa a ser responsável também pela execução de boa parte de suas propostas e projetos de intervenção e atenção à setores populacionais excluídos (Bobbio, 1992).

Deve-se ressaltar ainda que, neste contexto, os projetos que têm como objetivo a transformação da sociedade incluem a possibilidade de serem financiados pelo Estado, mas também pela iniciativa privada, com suas atribuições de responsabilidade social. A partir destas novas formas de "ativismo político", ao longo dos anos 1990, grande parte dos movimentos sociais deixou de focar suas ações junto à mobilização de bases e através de protestos públicos, para ocupar espaços institucionais ou minimamente institucionalizados, e executar projetos de cunho social (Cardoso, 1999), fenômeno este que se intensifica durante a década de 2000 (Tomassi, 2012; Prado, Machado & Carmona, 2009; Ramos, 2004; 2007).

O fenômeno das organizações governamentais se intensifica neste mesmo período, enfocando o viés técnico e atrelando grande parte dos movimentos sociais à captação de recursos, o que contribui para um afastamento das bases e para a formação de identidades coletivas menos mobilizatórias e mais assimilacionistas [ou, identidades coletivas menos inclusivas e mais educacionais, se quisermos utilizar os conceitos desenvolvidos por Bernstein (1997)].

A diversificação dos eixos de mobilização e a constituição de novas e complexas demandas sociais implicavam os movimentos sociais em uma discussão elaborada sobre a identidade dos atores e suas formas de organização e ação. Proliferam-se os temas da política e a emergência de novas identidades coletivas e demandas sociais no interior da sociedade civil, que passa a se organizar de forma cada vez mais pragmática e voltada para problemas concretos do cotidiano. Neste contexto, surgem também novas respostas do poder público em torno de questões específicas ligadas, sobretudo, ao campo dos direitos humanos (Bobbio, 1992), das "minorias sociais" e das políticas de identidade (Bernstein, 2005).

Na medida em que o PT buscava articular essa diversidade social em expansão, um trabalho de gestão das identidades passa a ser cada vez mais importante dentro do partido, o que se tornou uma das marcas de sua formação original. Ainda na década de 1990, como argumenta Kucinski (2001:184), "a 'lógica da diferença', como a chamou Margareth Keck, ou seja, da convivência entre tendências e pensamentos bem diferentes no interior de um mesmo partido e curvando-se às decisões da maioria, ainda é um traço genético do PT".

Deste modo, o Partido dos Trabalhadores surge como um partido bastante idiossincrático no cenário político partidário brasileiro. Segundo Kucinski (2001:182), desde sua fundação, o PT "seduziu grupos tradicionalmente incompatíveis, da esquerda trotskista à esquerda leninista, marxistas e católicos da Igreja de Libertação, operários quase analfabetos e intelectuais de prestígio". Traços constituintes da formação do partido, sua pluralidade ideológica e plasticidade organizacional fizeram do PT o primeiro e único partido de massas do Brasil, transcendendo a atividade política eleitoral e se entranhando no cotidiano das associações, movimentos sociais, sindicatos e outros empreendimentos coletivos, operando como núcleo de uma rede de movimentos sociais (Kucisnki, 2001). Vemos que a relação entre a estrutura organizativa do partido e um conjunto amplo de movimentos sociais sempre foi bastante forte desde o surgimento do PT, o que passa por relacionamentos pessoais, ideologias comuns, frentes comuns de atuação e, até mesmo, formas e estratégias de ação que não eram totalmente incompatíveis.

Neste sentido, se tomarmos a constituição de identidades coletivas em função de nível, que se relaciona à extensão das questões e elementos simbólicos que uma identidade coletiva articula (Snow, 2001), veremos que os elementos morais, emocionais e cognitivos que eliciam os sentimentos de pertencimento conectavam o PT

a um conjunto amplo de movimentos sociais. Mesmo que estas conexões possam ser percebidas a partir de suas heterogeneidades e conflitos internos, alguma articulação discursiva está presente nestas ligações, formando um campo político no qual o PT se destacava como um representante partidário, cujo ideário flexível se colocava como elemento discursivo capaz de produzir cadeias equivalenciais entre a pluralidade dos movimentos sociais a ele relacionados (Laclau, 2005). Estas tentativas de articulação de cadeias de equivalências podem ser percebidas a partir da enunciação de termos como "campo popular", "campo progressita" ou "esquerda brasileira" (D`Incao, 2001).

A formação bastante heterogênea do partido e sua recusa ao elitismo, típico nos partidos socialistas tradicionais (Doimo, 1993), abriram lugar para relações mais horizontais no interior do PT, o que implica em democracia na tomada de decisões e uma forte valorização da mobilização popular e da consulta a suas bases políticas. Deste modo, para conseguir articular razoavelmente tamanha heterogeneidade social, aglutinada ao redor do partido, excetuando-se uma idéia bastante vaga de socialismo, o PT nunca manteve uma ideologia rígida, e sua opção sempre foi "claramente pela democracia, pelo jogo político aberto no espaço público burguês e não mais pela revolução" (Kucinski, 2001:188).

Esta complexidade organizacional e ideológica, tendente à flexibilidade, constitui um traço bastante característico dos sentimentos de pertencimento e estratégias de ação que definiam a identidade coletiva do PT. Como veremos adiante, alguns destes elementos permaneceram, inclusive se reproduzindo no governo federal através dos processos estatais de mobilização de identidades. Entretanto, alguns destes traços coletivos foram se alterando e modificaram aspectos da formação da identidade coletiva do partido, sobretudo nas estruturas hierárquicas de organização institucional e nas estratégias de ação.

Kucinski (2001) argumenta que o que mais identificou os integrantes do partido foi uma adesão a um compromisso ético, "um ethos que combina radicalidade, no sentido da rejeição a políticas e atitudes de compromisso, com um senso de integridade de caráter, de agir honesto no mundo pouco honesto da política brasileira" (Kucinski, 2001:185).

Após as denúncias que provocaram o fenômeno midiático que ficou conhecido como o "escândalo do mensalão", ou o esquema de compra de votos de parlamentares, que veio a tona em 2005 e produziu o que Chauí (2004) chamou de "imaginário da crise", a imagem de partido ético se viu profundamente abalada. O partido começa a ser

visto, por grande parte dos movimentos sociais e da esquerda brasileira, como apenas mais um partido político (Samuels, 2004), "nem melhor, nem pior que nenhum outro partido brasileiro" (Samuels, 2007:36).

Entretanto, a crise interna do PT tem antecedentes que datam dos anos 1990, com o crescimento do partido, o aumento de vitorias eleitorais e a entrada do partido nas disputas e articulações da "velha política". Como aponta Kucinski (2001):

> À medida que foi chegando ao poder, em prefeituras e governos estaduais, o PT acabou se institucionalizando e perdendo muito desse purismo inicial. Seu ativismo de base perdeu muito de seu vigor inicial, que era extraordinário. Suas administrações também foram contaminadas, em alguns casos isolados, pelos mecanismos de corrupção política, pelo nepotismo e pelo carreirismo. Embora esses mecanismos, dominantes na cultura política brasileira, ocorressem no PT de modo apenas pontual, foi o bastante para desencadear uma profunda crise interna (Kucinski, 2001:185).

Assim, ao longo dos anos noventa as práticas e o saber partidário petista passaram por transformações significativas. Segundo Samuels (2004), foi neste período que a ala moderada do PT, da qual Luis Inácio Lula da Silva fazia parte, começou a optar por estratégias mais pragmáticas nas campanhas eleitorais e nas alianças partidárias. Segundo o autor, as lideranças do PT passaram a contar menos com "suas tradicionais técnicas de mobilização, tendendo à utilização de táticas de campanha similares às dos outros partidos" (Samuels, 2007:23).

Segundo Ricci (2010) foi o núcleo paulista do PT que gradativamente passou a centralizar as decisões partidárias e, neste processo, a capacidade de articulação política adquiriu mais importância que os trabalhos de mobilização de massas e discussões junto a suas bases. Em outras palavras, "a partir da segunda metade dos anos 1990, o saber técnico (incluindo a profissionalização das lideranças políticas e burocráticas) passou a substituir os mecanismos de consulta de base" (Ricci, 1010:26). Segundo Ricci (2010) este processo fez do PT um partido mais pragmático, flexível às forças externas e avesso ao pluralismo interno.

Assim, gestado no entrelaçamento de forças populares de diversos setores da vida política brasileira, o PT representou o ponto de culminância de um processo político de grande importância para a redemocratização no Brasil. Porém, durante as duas ultimas décadas, tanto o PT, como os chamados "novos movimentos sociais[90]"

[90] Para uma crítica à institucionalização dos "novos movimentos sociais" ver Ricci (2006; 2010). Ricci(2010) analisa, sobretudo, como a noção de educação popular se transformou no discurso dos movimentos sociais brasileiros.

foram se institucionalizando e "alterando, na prática, o ideário anti-institucionalista que os caracterizava" (Ricci, 2010:9).

O enfoque técnico e institucional indica profundas transformações nas praticas e discursos dos atores políticos, nas articulações políticas e, sobretudo, indica uma mudança nas concepções de política e democracia que fundamentam a mobilização social em suas relações com o Estado. Deste modo, como pudemos perceber, um viés mais pragmático não foi uma opção estratégica e ideológica adotada apenas pelos setores dominantes do PT, mas constitui uma tendência mais ampla de formalização e instrumentalização da arena política, e os movimentos sociais não ficaram imunes a este processo[91].

Apesar disto, não podemos deixar de considerar que o PT também passa a se relacionar de forma diferente com os movimentos sociais, perdendo grande parte de sua capacidade de funcionar como o núcleo de uma rede de movimentos sociais, sem, contudo, abrir mão dos recursos políticos e sociais oferecidos por eles (Castro, 2008; Santos, 2006). Todo este processo afetou profundamente a estruturação e a organização do PT, que, nas palavras de um antigo militante do partido, que ocupa um cargo de alto escalão em uma das secretarias do governo federal, "tornou-se um aglomerado de candidaturas" (Diário de Campo).

O afastamento das bases e o enfoque na disputa político-eleitoral cada vez mais pragmática, levaram com que os filiados do partido deixassem a militância cotidiana junto aos movimentos sociais em segundo plano e passassem a orbitar em torno de candidaturas e órgãos públicos geridos pelo PT. Isto demandou novas formas de relação entre o partido e os movimentos sociais, cujas transformações passaram em grande medida por conexões e diálogos estabelecidos pela via do Estado, através das políticas públicas e dos arranjos de democracia participativa.

[91] Santos (2006) considerando as relações entre o movimento LGBT e o Estado na cidade de São Paulo, analisa como as trajetórias individuais de militantes e os múltiplos pertencimentos identitários, a outros movimentos sociais e a partidos políticos, produzem posicionamentos heterogêneos com relação a aproximação dos movimentos sociais ao Estado. Entretanto, em sua pesquisa fica demonstrado, além de uma preponderância do PT nas filiações partidárias entre os militantes LGBT, como a segunda e terceira gerações de militantes deste movimento apresentam posicionamentos mais pragmáticos e uma visão mais positiva com relação ao estabelecimento de parcerias entre o movimento LGBT e o Estado e à entrada de militantes para o governo. O movimento de juventudes também apresenta posicionamentos análogos em relação ao Estado, com diversos militantes atuando em projetos financiados (Tommasi, 2012) e grupos mobilizados em torno dos editais de financiamento (Ramos, 2007; 2004) e dos arranjos de democracia participativa (Castro & Abramovay, 2009; Novaes, 2009), além de uma capitalização político-partidária do PT sobre os movimentos juvenis (Castro & Abramovay, 2009; Castro, 2008).

As novas relações entre o partido e os movimentos sociais alteraram os processos de constituição de identidades coletivas, no sentido da cristalização de formas organizacionais, sistemas de regras e relações de liderança (Melucci, 1996), o que impactou profundamente a definição de estratégias políticas, a formação de fronteiras identitárias e os atores que participam das redes de alianças políticas.

A constituição de identidades coletivas, enquanto um fenômeno dinâmico que envolve a definição de uma cultura política e elementos simbólicos compartilhados, reposiciona as fronteiras identitárias no "campo popular", sobretudo porque as fronteiras identitárias que demarcam o pertencimento ao PT e a identificação dos movimentos sociais com este partido se alteram em função dos níveis de pertencimento (Snow, 2001). Com o crescimento deste partido, sua entrada cada vez maior no Estado e o crescente pragmatismo em suas práticas políticas, o compartilhamento de interesses no "campo popular" passa a ser dividido entre aqueles que estão no Estado e aqueles que querem com ele negociar, ou ainda, obviamente, aqueles que com ele antagonizam ou lhe são indiferentes. Deste modo, as relações intra e entre grupos, no que tange à formação de fronteiras identitárias dos movimentos sociais em relação ao PT, passam a se pautar mais pelas parcerias que são desenvolvidas junto ao Estado, do que pelo compartilhamento de valores, crenças e interesses comuns[92].

Em 2002, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da república, este modelo ganha contornos mais definidos. As relações históricas entre o PT e os movimentos sociais, bem como a apropriação das leis da Constituição de 1988, (traço marcante desde as primeiras gestões do partido no âmbito dos municípios e unidades federativas), criam as condições para um aprofundamento dos diálogos e parcerias que o Estado já havia iniciado com a sociedade civil.

O governo federal, sob a gestão do PT, inicia uma série de novos investimentos em arranjos participativos, tais como conselhos, conferências nacionais, audiências públicas e etc., o que reforça a proximidade dos movimentos sociais, e da sociedade civil organizada como um todo, com a política institucional e os espaços de interação política do Estado. Neste momento, os atores políticos da sociedade civil organizada encontram com muito mais facilidade espaços institucionais para participarem e se

[92] Entretanto, como veremos adiante, a intenção de estabelecer cadeias de equivalência se mantém a partir das convocações à participação e ao diálogo, que o governo do PT faz aos movimentos sociais, o que se assemelha bastante à caracterização de Laclau (2005) do projeto populista, e seu poder de gerar homogeneidades sociais que se constituem como uma identidade coletiva.

posicionarem politicamente junto ao Estado ou, mais precisamente, junto ao poder executivo[93].

Configurou-se, como discutimos no capítulo 2, uma estrutura de oportunidades políticas absolutamente "inclusiva" no âmbito do governo federal. Alteram-se não apenas elementos da estrutura institucional formal, mas também os procedimentos informais, já que muitas lideranças dos movimentos sociais guardavam relações pessoais com membros do PT que agora se encontravam dentro do poder público. As origens do PT propiciaram possibilidades informais de acesso ao Estado e uma reconfiguração das redes de relações pessoais que, aliada ao projeto de governo, alteraram as estratégias das autoridades frente aos desafiadores e, consequentemente, as estratégias dos desafiadores frente as autoridades políticas (Kriesi, 1992). Entretanto, este processo, que indubitavelmente apresenta sinais de democratização do Estado (Pogrebinschi, 2010; Silva, 2010), nas palavras de Ricci (2010:10),

> "não foi suficiente para alterar o verticalismo e fragmentação da burocracia estatal. Ao contrário, em alguns casos, a lógica pública dos movimentos sociais (assembleística, por natureza) digladiava com a lógica da burocracia pública (especializada e fragmentada, por natureza). Em outro casos, a lógica dos movimentos sociais foi se limitando ao discurso e jargão dos representantes da sociedade civil nesses fóruns e arenas de gestão pública. Algo que Claus Offe denominou de estatalização, ou seja, a dependência das ações sociais e coletivas em relação à proteção, anuência ou controle do Estado"(Ricci, 2010:10).

Ricci (2010) nomeia de Lulismo[94] o novo modelo gerencial do Estado brasileiro e argumenta que este projeto desenvolvido pelo PT pode ser interpretado como a conclusão de um processo de modernização conservadora, iniciado por Getúlio Vargas, e que se pauta pela conciliação de interesses, sem alterar o modelo de produção e as hierarquias políticas. Para além das discussões sobre os paralelismos entre o governo de Getúlio Vargas e o de Luis Inácio Lula da Silva e a centralidade do Estado na consolidação de um projeto de desenvolvimento, nossos dados apontam a vocação do

[93] Para compreendermos a aproximação dos movimentos sociais para com o Estado, também devemos considerar que desde 1989, com a possibilidade real de uma vitória da candidatura petista ao cargo de presidente da república, a entrada do PT no Governo Federal representou os anseios por justiça de boa parte dos movimentos do campo progressista no Brasil. Com esta vitória consumada em 2002, o otimismo e a boa vontade dos movimentos sociais para com o governo também foi responsável por transformar as relações da sociedade civil para com o Estado. A política institucional, vista com desconfiança por grande parte da população, ganha agora mais credibilidade dos movimentos sociais, que passam a ver no Estado um aliado capaz de representar suas lutas junto ao poder estatal.

[94] Singer (2009) também busca uma conceitualização em torno do fenômeno do lulismo, mas em uma perspectiva deveras distinta da de Ricci (2010).

estilo petista de governar para conciliar interesses antagônicos e buscar consensos, muitas vezes de forma verticalizada.

Esta tendência conciliatória pode ser sentida nas articulações políticas e na formação de coalizões partidárias desenvolvida pelo governo (Samuels, 2007) e, ao que interessa mais diretamente a esta pesquisa, se reflete nas relações entre o Estado e os movimentos sociais (Pogrebinschi, 2010). Isto também se reflete na estrutura de oportunidades políticas, pois a formação heterogênea de coalizões partidárias diminui a capacidade do Estado em implementar reformas e um projeto político coerente e sistemático o que, consequentemente, limita as probabilidades de êxito nas mudanças demandadas pelos movimentos sociais, mesmo que contem com o respaldo do poder executivo e de outros setores estatais (Kriesi, 1992).

Os resultados desta configuração da estrutura de oportunidades políticas, que inclui os movimentos sociais nos debates e enfrentamentos políticos no interior do Estado, mas concilia interesses antagônicos de forma hierarquizada, engendram um processo de democratização atravessado por contradições que impactam os processos de constituição de identidades coletivas, pois influenciam diretamente os modos através dos quais o Estado reconhece o status de uma determinada coletividade. Como argumenta Ricci(2010), o governo dialoga com as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e sindicatos, "mas os incorpora ao Estado a partir de políticas específicas, fundadas em convênios e parcerias, algo que se aproxima de tutela, já que não incorpora efetivamente esses atores sociais na formulação de políticas públicas e processos de tomada de decisão" (Ricci, 2010:16).

Assim, a abertura de editais de projeto, a criação de conselhos e a promoção de conferências, durante o Governo Lula, talvez seja o melhor exemplo desta lógica, uma vez que incentiva o diálogo e a ação conjunta entre o Estado e a sociedade civil, mas o faz sempre em torno de políticas específicas e temas particulares, circunscrevendo o campo de atuação e influência dos grupos organizados com os quais dialoga. De um modo geral, o Governo Lula envolveu estes atores no espaço da administração pública sem, contudo, potencializar efetivamente muitos destes arranjos participativos que, em sua maioria, permaneceram apenas como órgãos consultivos e sem procedimentos claros que possibilitem o monitoramento público das ações e dos resultados que derivam destas formas de participação.

Além dos arranjos participativos e das parcerias, na formação dos quadros técnicos dos órgãos governamentais geridos pelo PT diversas lideranças e militantes de

movimentos sociais foram convidados a ocuparem cargos de confiança, cruzando trajetórias de militância com as lógicas técnicas da gestão estatal, mesclando de forma desigual identidades sociais e políticas em espaços fortemente hierarquizados e burocratizados. A contratação de militantes pelo poder público, como apontado por Abers & Bülow (2011), é um importante ponto de interpenetração entre o Estado e o campo dos movimentos sociais.

É importante ressaltar que a entrada de militantes para o Estado não constitui fato recente na política (Reis, 2009), mas a pluralidade de frentes de diálogo estabelecidas durante o Governo Lula e as relações históricas do PT com os movimentos sociais definem dinâmicas identitárias e processos interacionais diferenciados que merecem ser explorados analiticamente. Tendo em vista o histórico apresentado e as transformações que se deram na estrutura de oportunidades políticas, podemos afirmar que este processo não representa apenas um aumento quantitativo das políticas participativas já existentes no Brasil e da entrada de militantes para a administração pública. O perfil "ideológico" e as articulações do novo governo imprimem características qualitativamente diferentes nestas relações. Quais seriam então, as consequências identitárias destas articulações, pensando na trajetória do PT e suas relações com os movimentos sociais?

No que tange a formação de identidades coletivas, a tendência à conciliação e à participação institucionalizada interessa principalmente por dois motivos. Primeiramente, a política de coalizões partidárias e a tendência a um diálogo estruturado institucionalmente com os movimentos sociais produzem contextos interacionais que participam diretamente dos processos de (in)diferenciação entre o Estado e os atores organizados da sociedade civil. Como apontado por Abers & Bülow (2011), estes lugares tentem a se interpenetrar cada vez mais e uma análise sobre a formação de fronteiras nestes espaços nos ajudará a compreender como isto se processa e quais implicações tal capilaridade trará para os processos de constituição de identidades coletivas.

Em segundo lugar, o enfoque na promoção de políticas específicas e setorializadas, com a participação de atores da sociedade civil, versa sobre trânsitos identitários e reforça monopólios de narrativas atreladas ao poder público. O monopólio das narrativas se legitima a partir de sua institucionalização, ao mesmo tempo em que contribui para a legitimidade da representação do governo, pois reafirma seu ímpeto democratizante e divide com os atores da sociedade civil a responsabilidade sobre as

políticas públicas. Esta amarra entre o Estado e a sociedade civil, mediante negociações que envolvem a relação entre igualdade e diferença, nos ajudarão compreender as dinâmicas políticas que se processam para a consolidação de um perfil de militância e um projeto de poder. Além disto, analisar as interações sociais nesta trama passa por identificar as posições de sujeito que são atribuídas a cada ator político, o que define seu poder de barganha e negociação.

Após esta breve análise histórica, passaremos a uma descrição dos principais espaços participativos em âmbito nacional com o objetivo de compreendermos concretamente como se materializam, do ponto de vista organizacional, as mudanças na estrutura de oportunidades políticas que tentamos caracterizar até o momento. Enfocaremos estes arranjos no campo das políticas de juventude e LGBT para, em seguida, analisarmos o discurso governamental acerca da participação social. Nomeamos este discurso de *Discurso Participacionista* e o conceituaremos a partir da análise dos documentos e das entrevistas semiestruturadas.

4.2. Democracia Participativa no Governo Lula

Neste tópico analisaremos os arranjos participativos implementados durante o Governo Lula, enfocando as políticas desenvolvidas junto às temáticas LGBT e de juventudes. Esta discussão busca compreender as transformações na estrutura de oportunidades políticas de forma mais nuançada, já apontando para a formação de um discurso governamental acerca da participação e alguns aspectos da formação de identidades coletivas.

Entre 1988 e 2003 foram realizadas algumas conferências nacionais, já existiam alguns conselhos nacionais[95] e um grande número de conselhos estaduais e municipais. Tais arranjos participativos, derivados da associação entre democracia representativa e democracia participativa prevista na Constituição de 1988, sempre dependeram da mobilização social que demandava sua implantação e, sobretudo, da vontade política dos grupos políticos no poder (Manzini-Covre, 2001).

Nos anos 1990, onde se nota um aprofundamento das relações entre o Estado e a sociedade civil organizada, já se identifica algum investimento nas políticas

[95] Para números precisos acerca do desenvolvimento dos arranjos participativos ver Silva (2010). Para uma análise do desenvolvimento das conferências nacionais ver Pogrebinschi (2010).

participativas por parte do Estado, com maior incidência no plano municipal. O governo federal, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, promoveu alguns avanços nos arranjos participativos implementando novos conselhos nacionais e promovendo algumas conferências abertas à participação. Entretanto, devido ao caráter tecnicista deste governo, "a participação social em espaços de decisão política foi prejudicada e exerceu um papel pífio durante os governos FHC" (Silva, 2010:43). Deste modo, nota-se que foi a partir de 2003 que os arranjos participativos ganham uma importância sem precedentes, sobretudo no âmbito nacional[96].

Se as formas institucionais de participação eram timidamente exploradas nos períodos anteriores, na gestão petista elas se tornaram um pilar fundamental para a sustentação política e organizacional do Governo Federal. Silva (2010) argumenta que o Governo Lula "inaugurou um novo período na história da participação social no país. Este governo buscou construir um novo pacto com a sociedade civil por meio da criação e institucionalização de novos espaços participativos" (p.35).

Mesmo que após 2003 estes processos tenham sido encabeçados pelo Governo Federal, eles englobam os níveis municipal e estadual da gestão pública, que passaram a se interligar de forma mais intensa, sobretudo por influência das conferências nacionais. Nos períodos anteriores, a expansão dos arranjos participativos, como os Conselhos de Políticas Públicas e o Orçamento Participativo (Avritzer, 2002), ocorreu com mais frequência nos municípios, principalmente após a descentralização do Estado, prevista pela Constituição de 1988, e com a vitória eleitoral de partidos de esquerda. Silva (2010) aprofunda este argumento, afirmando que ao longo da década de 1990 ocorre uma proliferação de arranjos participativos, principalmente nas prefeituras governadas pelo PT e partidos aliados, o que aponta uma tendência à valorização da participação social em governos ligados a este partido.

O Fórum Social Mundial, embora não seja um arranjo participativo Estatal, também se iniciou sob o incentivo petista, na cidade de Porto Alegre, indicando que a participação tende a se intensificar com o engajamento de elites políticas comprometidas com a democratização e/ou interessadas ao menos em capitalizar sobre estes grupos (Manzini-Covre, 2001).

Obviamente a qualidade da participação (Avritzer, 2002) e as mudanças que ela é capaz de impulsionar (Guizardi & Pinheiro, 2006), não serão indiferentes ao projeto

[96] Como já sinalizamos nos aspectos metodológicos, enfocaremos a análise da estrutura de oportunidades políticas no âmbito do poder executivo nacional.

político das elites no poder, que combinam estratégias formais e informais para limitar ou condicionar os impactos da sociedade civil sobre o Estado (Silva, 2010; Arechavaleta, 2010). Não por outro motivo, as políticas participativas com frequência são acompanhadas de cursos desenvolvidos em parceria com universidades, que visam capacitar lideranças e militantes que pleiteiam cargos nestes espaços. Assim, do outro lado deste processo, as estratégias, ideologias e a formação de identidades coletivas dos movimentos sociais estão relacionadas ao acesso dos movimentos sociais à política institucional (Santos, 2006; Bernstein, 1997).

De todo modo, nota-se uma clara tendência ao investimento em políticas participativas nas diversas gestões (nos municípios e unidades federativas) que contaram com a participação do PT, o que se reproduziu firmemente no governo federal quando este partido alcança a presidência da república. Este momento é caracterizado por uma transformação significativa nas estruturas de oportunidades políticas, tanto na implementação de uma nova estrutura institucional formal, como nos procedimentos informais e estratégias dominantes de facilitação/repressão frente aos desafiadores (Kriesi, 1992).

Entre 2003 e 2010 o governo federal investiu fortemente em mecanismos de participação e consulta popular, consolidando o que intitulou de Sistema Nacional de Democracia Participativa[97] e que inclui: a) Conselhos Nacionais de Políticas Públicas; b) Conferências Nacionais; c) Mesas de Diálogo; d) Ouvidorias Públicas; e) Programa de Formação de Conselheiros; f) Fóruns de Discussão; g) Audiências Públicas (Brasil, 2011).

O Sistema Nacional de Democracia Participativa também incluiu formas de inserção da participação social em suas relações internacionais. Assim, o governo federal incentivou a participação social nos debates acerca dos Objetivos do Milênio, que é um documento aprovado pela Organização das Nações Unidas no ano de 2000. Incentivou também a participação de atores da sociedade civil em espaços de diálogo internacional, sobretudo no âmbito do MERCOSUL (Brasil, 2011)[98].

[97] Ressalta-se que este sistema continuou após o final do Governo Lula, sendo em parte ampliado. Entretanto, nota-se menos investimento simbólico, por parte da presidente Dilma Rousseff, no sentido de não participar ativamente das conferências nacionais e realizar menos reuniões com os conselhos nacionais (Diário de Campo). Uma análise das mudanças da estrutura de oportunidades no governo de Dilma Rousseff nos evidenciaria de forma mais precisa, quais alterações se deram nos procedimentos informais relativos à participação social.

[98] Interessante recordarmos que a política internacional do Governo Lula também foi largamente destacada nos diversos materiais de divulgação das ações governamentais.

Estes mecanismos participativos ganharam, além de seu aumento quantitativo, sua integração e centralização pela Secretaria Nacional de Articulação Social, o que permitiu um controle direto pelo núcleo do poder executivo através da Secretaria-Geral da Presidência da República. A Secretaria Nacional de Articulação Social foi criada exatamente com a intenção de promover a ponte entre o governo e a sociedade civil, como apontam documentos oficiais do governo (Brasil, 2011). Assim, do ponto de vista da coerência administrativa deste setor, o poder executivo tinha autonomia e recursos organizacionais para centralizar as políticas relacionadas à participação social, incrementando a possibilidade de integração e controle dos resultados destas políticas em seus diversos âmbitos (Kriesi, 1992).

Além disto, durante o Governo Lula foram criadas secretarias especiais, algumas com status de ministério, e que respondem diretamente às demandas particulares de movimentos sociais específicos. Como exemplo, podemos citar a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), que anteriormente fazia parte da estrutura do Ministério da Justiça e passou a ser vinculada à Presidência da República.

Esta estratégia organizacional permitiu ao governo alguma margem de manobra para dotações orçamentárias e desenvolvimento de ações sobre temas polêmicos, evitando conflitos com outros âmbitos estatais, como por exemplo, o poder legislativo ou ministérios geridos por partidos da base aliada que não compactuassem integralmente com algum posicionamento assumido pelo governo. A integração das políticas estatais voltadas à participação, no interior da Secretaria-Geral da Presidência da República, questiona em parte a fragmentação administrativa do executivo federal analisada por Ricci (2010), ao menos no que tange as decisões do governo sobre como se relacionar com os movimentos sociais e a sociedade civil organizada.

Um fato importante, e que se relaciona diretamente com o Sistema Nacional de Participação Social, sobretudo para as políticas setoriais, foi a contratação de militantes de movimentos sociais para ocuparem cargos de confiança em diversos órgãos governamentais[99], o que acentuou ainda mais a "opacidade" [100] das fronteiras que separam o Estado e a sociedade civil.

[99] Vale ressaltar que este não é um fenômeno recente, após a constituição de 1988, o crescimento dos partidos políticos e dos grupos de esquerda fez com que lideranças de movimentos sociais assumissem

A esse respeito, Ridenti (2006) argumenta que estes sujeitos seriam os responsáveis por fazerem a articulação entre o fundo público e a iniciativa privada. Segundo o autor "uma série de sindicalistas, membros de movimentos sociais e integrantes de partidos de esquerda passaram a ocupar postos no aparelho de Estado e, muitas vezes, a ascender socialmente dentro da ordem" (p. 5). Porém, segue argumentando Ridenti (2006), a renovação das elites dirigentes durante o Governo Lula não logrou alterar as relações de poder nas instâncias deliberativas. Ricci (2010) argumenta, nesse mesmo sentido, que a ampliação da democracia participativa não deixou a burocracia estatal menos verticalizada ou fragmentada, o que reforçou nosso interesse em interrogar como se dá e quais são as dinâmicas interacionais e os efeitos desses pontos de contato nos discursos e nas dinâmicas políticas que aí se desenvolveram.

A hibridização da democracia representativa com a participativa compõe um elemento importante do discurso governamental, e passa a fazer parte do cenário político de forma estruturante. Isto constituiu uma alteração significativa na estrutura de oportunidades políticas, impactando diretamente o discurso estatal acerca dos movimentos sociais e da participação, o que já nos permite visualizar alguns elementos que compõe a percepção governamental acerca da constituição de identidades coletivas dos atores políticos:

> A democracia participativa não concorre com a representativa. Elas se complementam, fortalecem a democracia e aproximam o cidadão do Estado. Tanto o Executivo quanto o Legislativo são enriquecidos e valorizados com a participação da sociedade (Brasil, 2011:9).

Os Conselhos Nacionais de Políticas Públicas, no Governo Lula, foram remodelados, ganharam mais destaque e passaram a inserir, não apenas mais atores da sociedade civil, mas também lideranças de movimentos sociais que anteriormente passavam ao largo da política institucional, ou porque suas demandas não encontravam espaço na burocracia estatal, ou porque eram discutidas independentemente dos

---

cargos na administração pública, o que trouxe consequências importantes para o teor contestatório destas lideranças e de suas bases (Reis, 2009; Gohn, 1994).

[100] Em pesquisa anterior (Prado, Machado & Carmona, 2009:160) utilizamos o termo opacidade para caracterizar as relações entre o Estado e a sociedade civil inserindo a seguinte pergunta: "considerando que a noção de fronteiras políticas e de antagonismos tem sido fundamental para pensarmos uma radicalização da democracia (Mouffe, 2000), permanece a questão sobre qual será o risco para o aprofundamento da democracia que nesta nova conjuntura das relações políticas pode-se projetar quando estas fronteiras se diluem e se multiplicam em opacidades?". Neste trabalho, trataremos de rever o termo opacidade identificando tais dinâmicas interacionais de forma mais precisa.

movimentos sociais. Os conselhos nacionais também foram importantes no estímulo à criação de conselhos estaduais e municipais, intensificando articulações em diversos níveis e ampliando os palcos de discussão para movimentos sociais e ONGs. Ao mesmo tempo em que "abrem" determinados setores do Estado aos grupos de interesse e aos movimentos sociais, o que pode atenuar as fronteiras (Prado, Machado & Carmona, 2009), estes espaços também contribuem para a definição de um "campo social", ou de um "mercado do social", para utilizar uma expressão de Tommasi (2012:12). Em alguma medida os processos de significação que foram operados nestes espaços formam discursos que podem também contribuir para realçar identidades coletivas entres os atores da sociedade civil organizada, os *".org"*[101].

Tendo em vista a dimensão que a participação social adquiriu durante o Governo Lula, é importante analisarmos os aspectos discursivos que versam sobre a fronteira entre o Estado e a Sociedade Civil, identificando quais elementos destes discursos se sobressaem e as dinâmicas interacionais que estão atravessadas por ele. O primeiro discurso que construímos para mapear os processos de atribuição de significados à participação e seu lugar na política contemporânea foi o que nomeamos de *Discurso Participacionista*. A noção de participação nos será particularmente útil, pois ela configura o centro da discussão sobre a democracia e a política na configuração dos discursos no campo que analisamos.

Antes de passarmos à análise do Discurso Participacionista, faremos uma breve descrição de alguns arranjos participativos para que tenhamos uma percepção mais objetiva acerca dos espaços nos quais transitam os atores que acessamos, identificando seu surgimento, funcionamento, composição e formas de atuação. Privilegiaremos o debate acerca dos conselhos e conferências por serem arranjos mais acessíveis, terem sido mais citados por nossos entrevistados e ocorrerem com maior frequência do que, por exemplo, os Fóruns de Discussão do Plano Plurianual e as audiências públicas. Além disto, foram as conferências e os conselhos que recentemente estiveram mais presentes nos documentos oficiais e nas bibliografias sobre o tema (Pogrebinschi, 2010;

[101] Expressões como ".org" (ponto org), ".gov" e ".edu" aparecem em muitas entrevistas e relatos de campo e, a partir da analogia à linguagem dos endereços virtuais, são utilizados para demarcar o pertencimento de atores sociais a determinados espaços sociopolíticos. Retornaremos esta discussão no próximo capítulo, mas vale adiantar que tal processo de diferenciação está relacionado, sobretudo, às negociações nestes espaços e em que medida os discursos que ai se constituem destacam as diferenças ou as semelhanças entre estes atores, já que eles disputam legitimidade para ocupar estes lugares, mas também concorrem por recursos e reconhecimento junto ao Estado.

Silva, 2010), as quais os apontam como instâncias importantes de democratização da sociedade e de acesso ao Estado.

4.2.1. Conselhos de Políticas Públicas

Os Conselhos são, sem sombra de dúvidas, o arranjo participativo mais disseminado nas diversas instâncias governamentais. Seja no âmbito municipal, estadual ou federal, cada vez mais surgem conselhos para debater políticas públicas setoriais e temas políticos específicos. Para que tenhamos uma dimensão de seu crescimento numérico, surgidos com a constituição de 1988, em 1999 o IBGE "contabilizou a existência de 23.987 Conselhos, de caráter deliberativo e consultivo, dentre eles, 40 Conselhos Nacionais" (Silva, 2010:49).

Como já apontado anteriormente, a criação destes conselhos coincide muito com a gestão de partidos de esquerda, já que a vontade política dos governantes será determinante para sua implantação e, acima de tudo, em seu poder de influenciar os rumos da gestão pública (Avritzer, 2004; Manzini-Covré, 2001). Além disto, a composição dos conselhos é um aspecto importante de seu alcance participativo e de seu funcionamento, o que não se dá apenas em função da mobilização social, já que a indicação de um representante para participar de um conselho depende de sua localização nas redes de influência e dos interesses dos atores envolvidos.

A maioria dos conselhos possui apenas caráter consultivo e/ou propositivo e alguns poucos caráter deliberativo. Um papel atribuído aos conselhos é o de monitoramento e avaliação das políticas públicas relacionadas ao seu setor de abrangência. O discurso governamental afirma que "a atuação destes Conselhos é fundamental para o aperfeiçoamento da democracia, bem como para a transparência e efetividade da ação governamental" (p. 7). Mas em que medida os conselhos podem também ser "monitorados" pelos atores coletivos e indivíduos que não participam diretamente? Qual o acesso e a transparência das ações destes dispositivos de participação?

No âmbito nacional, durante o governo Lula, foram criados 18 novos conselhos e 15 foram reformulados (Brasil, 2010). Em 2007, 64 Conselhos Nacionais estavam ativos (Teixeira, 2007). Em comparação com o período anterior ao Governo Lula, notam-se mudanças na composição, orçamento, funções e legitimidade destes espaços, bem como no teor das discussões sobre políticas públicas. O discurso governamental

traduz este investimento da seguinte forma: "o compromisso do Governo Federal com a participação qualificada da sociedade civil materializou-se em medidas como a valorização, a ampliação, dinamização e a consolidação da rede de conselhos nacionais de políticas públicas" (Brasil, 2011:25).

O governo buscou ampliar a visibilidade dos Conselhos Nacionais e incentivar as articulações junto aos conselhos municipais e estatuais. Os conselhos também enviam representantes para reuniões intersetoriais e se manifestam acerca de temas, através de moções e cartas públicas, o que aponta sua importância estratégica no acesso e influência nas dinâmicas políticas do Estado (Pogrebinschi, 2010).

A valorização dos Conselhos no discurso governamental acerca da participação social fica explicita em um material publicado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, intitulado *Conselhos Nacionais: Dados Básicos, Organização, Gestão Atual, Finalidade, Composição, Competências* (Brasil, 2010). Este material se apresenta como tendo o objetivo de:

> "possibilitar acesso aos interessados em algumas dessas áreas específicas e, sobretudo, estimular o fortalecimento e a permanente qualificação, nessa rica experiência de participação social, em curso na sociedade brasileira. É ela em grande medida, responsável pelos avanços sociais obtidos nos últimos anos" (Brasil, 2010:09).

Apesar das reservas acerca dos impactos que os Conselhos são capazes de produzir, o que pudemos constatar tanto em algumas entrevistas como em bibliografias especializadas sobre o tema (Silva, 2010; Freitas, 2007; Teixeira, 2007), o discurso governamental é bastante enfático em reafirmar sua importância, como podemos identificar no trecho a seguir:

> Aos Conselhos Nacionais, espaços institucionais de interlocução do Estado com a sociedade, foi conferido um caráter ainda mais relevante e estratégico. Participam ativamente dos Conselhos representantes governamentais e da sociedade civil que durante suas reuniões opinam sobre as políticas públicas. Muitas propostas dos Conselhos transformaram-se em projetos de leis – já aprovados ou em tramitação no Congresso Nacional. Outras foram imediatamente acolhidas pelo Executivo, por meio de Decretos ou Portarias (Brasil, 2010:06).

Os materiais analisados deixam entrever como os investimentos em democracia participativa representam um pilar importante de sustentação da legitimidade popular do governo federal. Além disto, a participação também é apontada como um elemento importante da eficácia das políticas públicas nas quais a sociedade civil está envolvida. Entretanto, apesar de apresentados de forma homogênea, os diferentes conselhos variam em suas atribuições e composições, o que determina seu poder de impacto, as disputas

que o atravessam, seus recursos institucionais, o orçamento destinado a ele, sua influência intersetorial etc. Conselhos mais tradicionais como os de Educação, Assistência Social, Trabalho e Saúde, bem como outros conselhos estratégicos, tem um teor deliberativo mais definido, em contraposição ao Conselho Nacional da Juventude e o Conselho para Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT, que são prioritariamente consultivos e de monitoramento das políticas públicas.

Um aspecto importante para a compreensão dos conselhos diz respeito à sua composição. No documento Brasil (2011), encontramos a seguinte descrição: "compostos por representantes de organizações sociais e do Poder Público, os conselhos garantem a participação da sociedade civil na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas" (p.25). A participação entre representantes da sociedade civil e do poder público varia de conselho para conselho, refletindo a complexidade da temática, a dotação orçamentária e em que medida o arranjo aposta na capacidade organizativa, na "qualificação" dos representantes da sociedade civil e no "acúmulo" alcançado pelos movimentos organizados acerca do tema. A origem dos representantes da sociedade civil também deve ser levada em conta, pois isto influencia a qualidade da representação e os interesses em disputa, entretanto, estas diferenças são apresentadas e compreendidas de forma homogênea nos materiais analisados.

Os conselhos funcionam através de "reuniões periódicas e pautas definidas", nas quais "debatem temas relacionados às políticas e propiciam o acompanhamento e a fiscalização da gestão pública" (Brasil, 2011:25). A definição de pautas e reuniões é estabelecida em conjunto com representantes do governo, que também influenciam paritariamente as tarefas de monitoramento das políticas públicas, muitas vezes executadas por eles.

Aqui estamos discorrendo sobre a versão oficial do funcionamento dos conselhos, o discurso que busca publicizar o perfil "participativo" e "democrático" que o governo imprimiu em sua gestão, no qual aos poucos vamos destacando algumas palavras e expressões que compõem o discurso sobre a participação que analisaremos mais adiante. Não obstante, já podemos ressaltar que um aspecto interno do funcionamento deste arranjo, que foi problematizado por vários entrevistados, é o fato de que suas reuniões são exíguas e devem dar conta de uma pauta extensa já prevista

pela burocracia institucional, o que limita significativamente a sua capacidade produtiva e criativa (Entrevistas, 4; 5; 7; 8; 14; 25)[102].

O surgimento de novos Conselhos, organizados em torno de temas que nos governos anteriores eram ignorados ou associados a políticas mais amplas, denota que o Governo Lula deu atenção às especificidades temáticas, respondendo a demandas particulares de movimentos e redes de movimentos organizados[103] de forma setorializada. O uso do termo especificidade aparece principalmente nas entrevistas e materiais de conselhos e conferências, apontando as particularidades de cada temática e ressaltando o compromisso do governo em oferecer respostas às demandas dos movimentos sociais das "minorias sociais". Se nos debruçamos sobre a estrutura organizacional do Sistema Nacional de Participação Social, veremos que esta foi pensada privilegiando a especificidade temática, com orçamentos, atribuições e limitações já definidas pelo governo. Além disto, aspectos discursivos latentes podem ser identificados nestes materiais quando versam sobre as legislações setoriais específicas e o "diálogo qualificado" com a sociedade civil.

Não aprofundaremos aqui a relação entre a "especificidade" e identidade, pois isto será discutido separadamente do próximo capítulo, mas o que temos aqui já nos revela outro elemento definidor da estrutura de oportunidades políticas, no que diz respeito à formalização dos procedimentos de democratização e à coerência administrativa (Kriesi, 1992). Tal sistema organizacional, como veremos no capítulo 6, fomenta determinados procedimentos informais que articulam dinâmicas de (in)diferenciação, diretamente relacionadas à constituição de identidades coletivas, engendrando dinâmicas interacionais complexas e contraditórias.

Como ficará mais claro nos próximos tópicos, se comparados, o Conselho Nacional da Juventude, assim como as ações políticas desenvolvidas na interface do Estado com a Sociedade Civil no campo da juventude, contam com mais respaldo por parte do governo, do que o Conselho para Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT. Isto nos alerta que a valorização de temáticas específicas no interior do aparato institucional reflete a aceitação destes conteúdos pela sociedade, e como estes operam

[102] Apenas para ilustrar esta descrição, vejamos como descreve o trabalho no conselho uma de nossas entrevistas: "ele não tem como alcançar a enormidade das violações de direitos humanos que chegam no Brasil. A gente ficou o ano inteiro, todo o ano passado, desenvolvendo notas ou moções por esta ou aquela razão, e a gente tinha entendimento lá no conselho que isso era apagar incêndio. Ou as vezes nem apagava, jogava um balde de água e depois aquele incêndio ia continuar de novo. Mas é que na organicidade que estava no governo federal, dentro do conselho, não dava pra fazer mais coisas que essas" (Entrevista, 8).

[103] Pogrebinschi (2010) reforça este argumento em sua análise das conferências nacionais de "minorias".

no interior do sistema de partidos e dos demais grupos de interesse (Kriesi, 1992) e a presença de oposição organizada (Bernstein, 1997). Em outras palavras, já apontando alguns elementos analíticos, a divisão das partes, na partilha do sensível de uma comunidade política (Rancière, 1999), afeta a posição de sujeito (Laclau & Mouffe, 1985) que uma determinada identidade coletiva pode ocupar dentro de uma estrutura discursiva. Esta estrutura discursiva pode ser compreendida neste trabalho como elemento definidor da posição que os atores e sua participação ocupam nos espaços institucionais.

4.2.1.1. CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) foi criado em 2005 junto com a Secretaria Nacional de Juventude, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República. De caráter consultivo, o CONJUVE tem como finalidade principal formular e propor diretrizes para a ação governamental, que estejam voltadas à promoção de políticas públicas de juventude.

O CONJUVE é composto por 40 conselheiros da sociedade civil e 20 do Poder Público, que tenham atuação reconhecida na defesa dos direitos da juventude. Este conselho é considerado "a principal instância de participação social no Governo Federal dedicada à construção, avaliação e monitoramento de políticas para a juventude brasileira" (Brasil, 2011:28). Os representantes da sociedade civil são designados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, através de indicação da Secretaria Nacional de Juventudes, que é responsável por estabelecer um "amplo processo de diálogo social" que precede a escolha dos integrantes[104]. Os representantes do poder público são escolhidos internamente em cada órgão, o que também será analisado em outros momentos deste trabalho, como indicativo do respaldo que cada instância do governo atribui à temática de cada conselho, e ao sistema de conselhos de um modo geral.

[104] Isto já se apresenta como um ponto polêmico, pois permite uma margem menor de controle da sociedade civil junto aos conselhos. Ironicamente, foram os entrevistados ligados a partidos políticos, ao PT incluídos, os que mais manifestaram incômodo com relação a escolha dos representantes. Tais críticas foram feitas relacionando este ponto à falta de "governança" nas ONGs e movimentos sociais, que se mantém lideradas pelas mesmas pessoas. Além disto, o que se entende por "amplo processo de diálogo social", acaba por ser definido pelos círculos de ativistas e organizações que já apresentam relações minimamente estabelecidas com agentes do governo, e que são responsáveis por definirem os critérios para escolha dos conselheiros (Entrevistas 1; 2; 3; 6; 12; 25).

No documento Brasil (2010:42) encontram-se descritas seis competências básicas do Conselho Nacional de Juventude e que nos dão uma idéia de seu campo de abrangência:

> 1. Propor estratégias de acompanhamento e avaliação da política nacional de juventude;
> 2. Apoiar a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República na articulação com outros órgãos da administração pública federal, governos estaduais, municipais e do Distrito Federal;
> 3. Promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação juvenil, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas;
> 4. Apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem a assegurar e ampliar os direitos da juventude;
> 5. Articular-se com os conselhos estaduais e municipais de juventude e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas de juventude;
> 6. Fomentar o intercâmbio entre organizações juvenis nacionais e internacionais.

Um aspecto interessante da composição do conselho, e que influencia diretamente em suas dinâmicas internas e externas, é a transversalidade ou intersetorialidade, o que se reflete também nas possibilidades de integração com os âmbitos municipais e estaduais do poder público. O CONJUVE agrega representantes de diversos ministérios e instituições da sociedade civil com objetivos variados. Encontram-se representadas ONGs que desenvolvem projetos com jovens, sindicatos, movimentos estudantis, movimentos culturais, juventude partidária, entre outros. Além disto, nota-se também a representação de outras "minorias", como jovens negros, jovens mulheres, jovens deficientes, jovens LGBT, jovens religiosos etc.

A afirmação de identidades coletivas perpassa toda a dinâmica do conselho, já que seus representantes, além da categoria jovem, representam também outros grupos sociais: "nós" jovens negros (as), "nós" jovens LGBT, e assim por diante. A definição do que é ser jovem é, por princípio, bastante relativa, e o reconhecem tanto as pessoas que entrevistamos como os materiais analisados. Entretanto, nota-se o constante esforço em definir o que é "ser jovem", quais são as especificidades dos jovens, a diversidade das experiências juvenis etc.

Para fins de delimitação deste campo, o conceito legal de juventude, no âmbito Estatal, engloba pessoas entre 15 e 29 anos. Além desta divisão sem restos, os jovens são ainda divididos em três faixas etárias, como descreve a lei 11.129: "podem ser considerados jovens os adolescentes-jovens (entre 15 e 17 anos), os jovens-jovens (entre 18 e 24 anos) e os jovens-adultos (entre 25 e 29 anos)" (1ª Conferência Nacional de Juventudes: Levante sua bandeira. Texto Base, S/D:08).

A afirmação da categoria jovem e seu reconhecimento como protagonista da luta por direitos e o reconhecimento de suas especificidades perpassam todos os materiais analisados, o que reforça o argumento de Castro (2008) de que a reparação identitária é o elemento central nas políticas de juventude, e isto não deixa de ser marcante nos espaços institucionais de participação juvenil. A demanda por reconhecimento, neste contexto, se reflete tanto no discurso estatal sobre a juventude, como nos discursos articulados pelos atores da sociedade civil (Tommasi, 2012; Castro, 2008). Aprofundaremos esta questão no próximo capítulo, ao abordarmos as relações entre igualdade e diferença na constituição das identidades coletivas. Aqui, uma breve descrição destes espaços nos será suficiente para, em seguida, abordarmos os elementos que compõem o discurso estatal acerca da participação social.

4.2.1.2. Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT)

O Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) foi remodelado a partir do Conselho Nacional de Combate à discriminação (CNDC). O CNDC foi criado em 2001 e regulamentado em 2005, inicialmente "com o objetivo de construir políticas públicas de combate à discriminação racial e garantir a permanência do debate em torno desta temática" (Brasil, 2010:31). Quando foi elaborado, "seu decreto de criação deu ênfase à participação da comunidade negra na composição da sociedade civil e foi deixado espaço para que a agenda do CNDC incorporasse as demais formas de intolerância" (Brasil, 2010:31).

Como podemos notar na citação a seguir, os processos para inserir a temática LGBT neste conselho e sua subsequente reformulação foram lentos e denotam duas questões principais:

1) A dificuldade em se debater a diversidade sexual nos âmbitos institucionais, sobretudo comparadas a outras temáticas mais aceitas pela sociedade e pelas elites políticas;
2) Como a rigidez institucional dificulta a implementação dos arranjos participativos, e como a burocracia institucional pode ser utilizada para construir argumentos para justificar as estratégias das autoridades que tem

como objetivo limitar o poder de impacto das demandas e a influência dos desafiadores no interior do Estado:

> Na 1ª Conferência Nacional LGBT, em 2008, foi aprovada proposição para criação de um conselho nacional voltado à promoção e defesa dos direitos da população LGBT. No entanto, as condições regimentais naquele momento não favoreciam o atendimento integral da pauta LGBT, nem legitimavam a atuação do Conselho na questão LGBT, em decorrência da competência do Conselho em focar a questão étnico-racial. É importante ressaltar que em 2003 foi criado o Conselho voltado exclusivamente para tal questão, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). A partir deste momento foram intensificados os debates dentro e fora do CNCD no sentido de iniciar um processo de reformulação do Conselho (Brasil, 2010:31).

Como explicitou um de nossos entrevistados "é muito mais fácil inserir as demandas de outros grupos sociais na pauta LGBT do que o contrário" (Entrevista 10). A reformulação do CNCD, com início das atividades do CNCD/LGBT, apenas foi concluída no Governo de Dilma Rousseff, em 2011, após três anos de trâmites burocráticos. Seu objetivo central é formular e propor em âmbito nacional diretrizes de ação governamental que tenham como horizonte combater a discriminação, promover e garantir os direitos LGBT.

Com representação paritária, o conselho comporta 15 representantes do Poder Público e 15 representantes da sociedade civil. Nota-se alguma transversalidade na composição do conselho, entretanto com menos capilaridade do que o CONJUVE[105]. Por exemplo, a instituição que representa o movimento negro é a Rede Nacional de Negras e Negros LGBT (Rede Afro LGBT) que, como o próprio nome indica, trabalha na transversalidade entre raça, gênero e orientação sexual, mas aprofunda a especificidade identitária.

Na composição do conselho nota-se também a presença de sindicatos (Central Única dos Trabalhadores e Confederação dos Trabalhadores em Educação – CNTE), associações científicas (Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH) e autarquias, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE). A AJUFE, segundo um de nossos entrevistados, pleiteou uma vaga junto ao CNCD/LGBT, mas não enviou regularmente seu conselheiro o que comprometeu a representação paritária, deixando o conselho com apenas 14 membros da sociedade civil. O CNCD/LGBT se reúne a cada dois meses e atualmente busca

[105] É importante considerar que o número de integrantes do CNCD/LGBT (30) é significativamente menor que o do CONJUVE (60).

realizar cada um de seus encontros em cidades diferentes, com o objetivo de impactar as políticas locais aprimorando a atuação do Conselho.

4.2.2. Conferências Nacionais

As conferências nacionais são realizadas no Brasil desde 1941, quando foi debatido o tema "Situação Sanitária e Assistência Social dos Estados" (Brasil, 2011). As Conferências de Saúde são, desde então, as que foram realizadas um maior número de vezes e com mais regularidade. Como são regulamentadas por lei, diferentemente da grande maioria das conferencias nacionais, conseguem impactar diretamente as políticas públicas de saúde[106]. A título de exemplo, ações políticas de grandes proporções como a criação do Ministério da Saúde e do Sistema Único de Saúde foram deliberadas pelas Conferências Nacionais de Saúde (Silva, 2010).

Seguindo o padrão de valorização e ampliação dos conselhos, o Governo Lula investiu na realização de conferências nacionais sobre diversos temas novos, aumentou o número de participantes, a abrangência geográfica e a legitimidade dada pelo governo às mesmas[107]. Para que tenhamos uma ideia da ampliação e o fortalecimento das conferências durante o governo Lula, é interessante compararmos com os dados de períodos anteriores. Deste modo, entre 1988 e 2002, Silva (2010) aponta que:

> Foram realizados 18 encontros nacionais, distribuídos em cinco temas: assistência social, direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, saúde e segurança alimentar e nutricional. Com a eleição do presidente Lula, em 2003, estes espaços ganharam maior centralidade política, constituindo-se como um dos principais ambientes de diálogo entre o governo e a sociedade civil. (p.35)

Entre 2003 e 2010 foram realizadas 74 conferências nacionais sobre 40 temas diferentes que, segundo dados oficiais, "mobilizaram diretamente mais de cinco milhões de pessoas, em cerca de cinco mil municípios brasileiros" (Brasil, 2011:38).

Além do aumento numérico, as Conferências Nacionais assumiram um modelo participativo que combina intensamente a democracia participativa com a representativa (Brasil, 2011; Pogrebinschi, 2010). O formato inovador proposto a partir de 2003 é

[106] Uma diferença importante é o fato do Conselho Nacional de Saúde, relacionado a esta conferência, possuir caráter deliberativo, ao contrário do CONJUVE e CNCD/LGBT, ambos de caráter consultivo.

[107] O presidente Lula esteve presente na abertura de quase todas as conferências realizadas durante seu mandato, e estas foram citadas por ele e por outras autoridades inúmeras vezes na mídia (Brasil, 2011). As conferências também foram utilizadas para respaldar posicionamentos do governo que eram polemizados e criticados pela mídia e outros grupos políticos.

composto por três etapas: se inicia com conferências municipais que encaminham delegados e diretrizes para os encontros estaduais que, por sua vez, encaminham delegados e diretrizes para as conferências nacionais. Este ponto é importante, pois define o caráter intergovernamental das conferências, superando parte de um problema tradicional das políticas participativas, o problema das escalas (Duque-Brasil, 2011). Também foram realizadas as chamadas conferências livres, muito valorizadas pela juventude, e as conferências virtuais, o que denota alguma flexibilidade e uso de tecnologias na organização destes eventos.

A eleição dos delegados e a definição das diretrizes encaminhadas obedecem a critérios previamente estabelecidos pelo governo e que variam de conferência para conferência, mas também são votados pelos participantes das conferências que antecederam a etapa nacional. Neste sentido, os delegados que chegam até as conferências nacionais são representantes de um conjunto mais amplo de pessoas, movimentos organizados e demandas.

Sendo conferências abertas à participação de qualquer pessoa, mas com ênfase em militantes de grupos minimamente organizados, ativistas, lideranças, pesquisadores e formadores de opinião, os eventos mobilizam um grande número de pessoas e grupos interessados em debater temas específicos ou inserir suas especificidades em agendas políticas determinadas. Neste sentido, as Conferências Nacionais mobilizam um público selecionado, de pessoas envolvidas com a vida pública e os problemas sociais em uma diversidade de temas, espaços e regiões.

Uma das principais inovações que denotam mudanças qualitativas na realização das conferências nacionais foi a diversificação das conferências de "minorias", que adquirem um lugar de destaque neste arranjo participativo. Com exceção da Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é realizada desde 1997, todas as oito novas conferências de minorias foram inauguradas durante os mandatos do Governo Lula e constituem uma parcela significativa das conferências realizadas neste período (31%) (Pogrebinschi, 2010). Além disto, as chamadas "minorias" também se fazem representar em outras conferências, com destaque nas Conferências Nacionais de Direitos Humanos.

Pogrebinschi (2010), em uma avaliação bastante otimista com relação ao impacto das conferências na atividade dos poderes executivo e legislativo nacionais, argumenta que "as conferências nacionais têm, assim, a vocação de fazer da participação representação" (p. 2). Segundo a autora, a participação favorece a

representação de grupos minoritários e demandas concretas da população nos poderes legislativo e executivo, desafiando três mitos que habitam o universo da democracia: 1) a participação só é possível ao nível local; 2) participação e representação são antagônicas, incompatíveis ou concorrentes entre si; e 3) a representação só se faz individualmente por meio do voto, lobbies ou através da formação de grupos de interesse.

As conferências nacionais são, em sua maioria, convocadas por decretos do poder executivo e se relacionam diretamente com setores específicos do governo. Como relatamos acerca das Conferências de Saúde e a criação do Ministério da Saúde e do Sistema Único de Saúde, as conferências se relacionam com ministérios, secretarias, conselhos e comissões específicas, seja pautando a criação de novos departamentos e projetos, seja sendo por estes organizadas e avaliadas. As duas Conferências Nacionais de Juventudes foram organizadas por uma comissão formada pelo CONJUVE, num processo interno à Secretaria Nacional de Juventudes. Já a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT deliberou a reformulação do CNCD/LGBT que, por sua vez, organizou a 2ª Conferência Nacional.

Neste sentido,

> Os conselhos nacionais de políticas públicas são, portanto, instâncias que dão continuidade ao trabalho das conferências nacionais durante os seus interstícios, seja garantindo que as demandas nelas apresentadas convertam-se em políticas (por meio, por exemplo, de moções de apoio a projetos de lei), seja promovendo a execução destas (por meio, por exemplo, dos atos normativos que lhes são próprios, as resoluções), seja as monitorando (por meio, por exemplo, de suas reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como de seus grupos de trabalho e comissões internas) (Pogrebinschi, 2010:20).

Com relação às temáticas LGBT e de Juventudes, foram realizadas duas conferências nacionais para cada temática. Sendo as primeiras em 2008, durante o Governo Lula. As segundas foram realizadas em 2011, já no Governo de Dilma Rousseff, num período de relativo retrocesso das políticas públicas voltadas para as "minorias" e "direitos humanos", sobretudo para a população LGBT. Diversos exemplos podem ser citados para contextualizarmos o que estamos nomeando de "retrocesso" no campo dos direitos humanos. O primeiro exemplo, talvez seja o de maior impacto midiático, foi o veto presidencial ao Kit anti-homofobia, que pode ser contextualizado no âmbito das alianças entre a base governista e setores fundamentalistas da sociedade. Um segundo exemplo, também neste mesmo contexto, foi o veto às campanhas de prevenção às DST/AIDS que tratavam abertamente da

temática da homossexualidade. Além destes, diversos outros retrocessos podem ser citados, como os apontados pelas feministas à Rede Cegonha (Lemes, 2011), os conflitos em torno da implantação do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), a flexibilização do código florestal, a lentidão na reforma agrária, entre muitos outros (IHU, 2011).

4.2.2.1. Conferência Nacional de Juventudes

A categoria juventude emerge como alvo de políticas públicas específicas durante o Governo Lula. Anteriormente, os jovens eram abordados pelo campo da criança e do adolescente (Tommasi, 2012; Silva, 2010), o qual conta com conferências nacionais desde 1997. Nas conferências de juventude o protagonismo juvenil é um articulador central das discussões e de como o evento é apresentado[108] (Novaes. et al., 2006). O enfoque na inclusão do jovem nos processos políticos pode ser compreendido como forma de superar a perspectiva "adultocêntrica" que vem marcando este campo ao tratar o jovem como um "problema"(Novaes, 2009; Castro & Abramovay, 2004; Sposito & Carrano, 2003)

Neste sentido, nos materiais analisados a participação juvenil e o papel do jovem na transformação da sociedade são apresentados como elemento essencial para o desenvolvimento do país. Embora sejam convidados a discutir políticas específicas para a população jovem, estes sujeitos – apresentados agora como sujeitos de direito e não mais como "problema" – adquirem o status de "solução". Como argumenta Tommasi (2012:121),

> De certa forma, é como se o campo da juventude, distanciando-se dos temas até então abordados pelo campo da criança e do adolescente, pudesse focalizar o lado positivo: a efervescência dos grupos culturais, em particular o hip-hop, a afirmação de uma maneira de ser e de estar no mundo que questiona a ordem vigente (Tommasi, 2012:121).

Nos materiais analisados, bem como nos sites e relatos acerca das conferências nacionais de juventudes, é visível a atenção para com as "especificidades" do jovem. Desde a redação dos textos (linguagem e conteúdo) até os elementos gráficos utilizados na diagramação, é construída uma "estética jovem". Entretanto, nota-se que a

[108] O protagonismo da juventude é reafirmado em todos os materiais produzidos pelo CONJUVE. Ver lista de materiais analisados no item 3.2.3 do capítulo 3.

estruturação, métodos e tarefas do "jovem" nestes arranjos participativos diferem pouco das demais conferências.

A 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada em 2008, foi organizada a partir de um tema amplo – "Levante sua Bandeira!" – e foi precedida por 840 conferências regionais e municipais e 690 conferências livres, contando com a participação de 400 mil pessoas (Castro & Abramovay, 2009). Na etapa nacional, a conferência contou com 2.600 participantes (entre delegados, convidados, observadores, imprensa, pesquisadores etc.), provenientes das mais diversas regiões do país. Foi considerada pelo governo como um marco na história da juventude brasileira, mais uma vez, por seu caráter "inovador" (Brasil, 2011).

A 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude teve como objetivo sensibilizar a sociedade para o tema, estabelecer diretrizes, prioridades e formulações para políticas públicas e disseminar informações. Os três eixos organizadores da conferência foram: 1) Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional; 2) Parâmetros e Diretrizes da Política Nacional de Juventude; e 3) Desafios e Prioridades para as Políticas Públicas de Juventude (Castro & Abramovay, 2009).

A partir da catalogação e categorização das 4.492 propostas enviadas pelas conferências regionais e municipais, a primeira conferência organizou-se em 22 Grupos de Trabalhos, que tratavam de temáticas específicas. Através de um convênio entre a Secretaria Nacional de Juventudes e a Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, foi realizada uma pesquisa que traz uma análise minuciosa do perfil dos participantes da conferência (Castro & Abramovay, 2009)[109].

A 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude foi realizada em 2011, durante o Governo de Dilma Rousseff, e teve como objetivo contribuir para a construção e o fortalecimento da Política Nacional de Juventude. O tema definido foi "Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos", que se organizou a partir de três eixos: 1) Juventude: Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional; 2) Plano Nacional de Juventude: prioridades 2011-2015; 3) Articulação e integração das políticas públicas de juventude.

[109] Na Segunda Conferência Nacional da Juventude esta pesquisa não foi realizada, o que impossibilita acompanhar o desenvolvimento das discussões e do perfil dos participantes.

4.2.2.2. Conferência Nacional LGBT

A 1ª Conferência Nacional GLBT, realizada em 2008, teve como tema "Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)". Esta conferência foi organizada por uma comissão coordenada pela Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), órgão com status de ministério ligado à Presidência da República[110].

A conferência contou com ampla participação dos movimentos sociais e teve como objetivo: 1) Propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT; e 2) Avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia. Esta conferência foi responsável por articulações importantes como propor o Plano Nacional de Políticas Públicas para LGBT, a reformulação do CNCD para CNCD/LGBT, a criação da Subsecretaria LGBT dentro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, entre outras.

A 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais mobilizou diretamente cerca de 15.000 pessoas, incluídas todas as etapas preparatórias, e foi a primeira iniciativa deste tipo convocada pelo Estado no mundo (Brasil, 2011). Na etapa nacional participaram aproximadamente 1000 pessoas, entre delegados, autoridades e os mais de 300 observadores de 14 países diferentes. O Presidente Lula e ministros importantes estiveram presentes na conferência. Em seu discurso de abertura o presidente declarou total apoio do governo, inclusive na aprovação da criminalização da homofobia, afirmando que "estamos vivendo no Brasil um momento de reparação", e frisou o caráter "inovador" do evento na história política mundial[111].

[110] No Governo de Dilma Rousseff a SEDH foi transformada em Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos (SNPDH), o que sinaliza para alterações na estrutura organizacional do governo. Entretanto, não dispomos de elementos para compreender os impactos dos rearranjos institucionais promovidos por esta gestão na estrutura de oportunidades políticas.

[111] A forma como o governo apresenta o caráter inovador da Conferência Nacional LGBT nos traz elementos para pensarmos sobre a mobilização de identidades e seu significado na consolidação de um projeto de poder. A despeito dos consensos realizados com o fundamentalismo religioso, ações como estas contribuem para consolidar uma imagem de democracia e tolerância associada à pessoa do presidente, e que reverbera na imprensa nacional e internacional, o que se pode analisar facilmente no viés com o qual este evento foi divulgado pelo governo na mídia. O discurso do presidente na abertura desta conferência também é bastante indicativo dos dividendos alcançados pelo governo a partir da mobilização de identidades. Deste modo, o governo pode capitalizar sobre a promoção de direitos no âmbito internacional, reforçando a importância histórica e inovadora do projeto governista e a imagem do presidente como um líder mundial avançado e democrático, separando sua imagem dos dados sobre violações de direitos humanos no país.

Um ponto que merece destaque nesta conferência foi a inversão do L pelo G na sigla do movimento, atendendo a uma demanda das lésbicas. A sigla utilizada para denominar o movimento e sua pauta, a partir desta conferência, passou a ser LGBT. Tanto os agentes da sociedade civil, como os da universidade e do poder público passaram a adotar esta mudança, seguindo a tendência de diversos países do mundo. A consolidação da alteração da sigla é indicativa do impacto que esta conferência alcançou entre os diversos atores que dialogam com este campo, sinalizando que alguma articulação discursiva vem sendo provocada entre a heterogeneidade destes atores, mesmo que ao redor de suas diferenças (Laclau & Mouffe, 1985; Laclau, 2005).

Alguns militantes declararam que a primeira conferência foi o ápice de um crescimento e fortalecimento dos movimentos e políticas públicas para a população LGBT (Diário de Campo), cuja consolidação e crescimento se iniciam com o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia em 2004 (Machado, Fonseca & Nascimento, 2007). Apesar da pouca concretude e estabilidade dos avanços conquistados pelos movimentos sociais, podemos identificar pelo menos o crescimento de sua influência e poder de barganha. Neste contexto, se destaca o crescimento das paradas LGBT (Machado, 2007), o aumento do número de centros de referência LGBT em todo país (Machado & Carmona, 2010), entre outros avanços que sinalizavam um fortalecimento do poder de incidência dos movimentos sociais LGBT em âmbito nacional.

Além do reconhecimento da população LGBT por setores governamentais e a entrada desta temática no âmbito estatal, como argumenta Rodrigues (2008), a Conferência Nacional "colocou a cidadania GLBT na agenda do poder público e está obrigando setores que nunca discutiram o tema a se envolver, a pautar o debate, a realizar Conferências, a dialogar com nossos ativistas"[112]. O trecho a seguir ilustra o contexto no qual se realizou a primeira conferência:

> "embora seja tangível o avanço do governo federal, o fato concreto é que temos muito pouco, quase nada. O programa Brasil sem Homofobia é uma sala (sem plaquinha), com meia dúzia de servidores na Secretaria Especial de Direitos Humanos e alguns poucos núcleos de pessoas bem intencionadas em outros ministérios (principalmente no Ministério da Saúde). A maioria dos recursos são os conseguidos por meio da ação da

[112] Alguns sujeitos entrevistados pela pesquisa de Santos (2006) também apontam como ponto positivo das relações entre os movimentos sociais e o Estado, a inserção destas temáticas nos debates promovidos pelo poder público. Entretanto, neste contexto, nos parece importante ressaltar a precariedade das "vitórias" da pauta LGBT, que até o presente momento não logrou aprovar nenhuma lei federal em defesa desta população, nem alcançou o status de políticas de Estado para nenhuma das políticas públicas voltadas à prevenção e superação da homofobia.

> ABGLT no Congresso Nacional, que cava emendas parlamentares para destinar ao Programa" (Rodrigues, 2008).

Na Primeira Conferência, em 2008, apesar do ceticismo, a relação da militância com o governo era de comemoração, cooperação e esperança de que estavam no começo de uma parceria crescente e virtuosa entre sociedade civil e Estado. Como veremos, a Primeira Conferência marcou, na verdade, o início de um retrocesso no campo das políticas públicas LGBT e um fechamento do poder público no reconhecimento das identidades coletivas deste movimento. Muitos dos avanços atribuídos à 1ª Conferência, relatados no trecho a seguir, foram anteriores a conferência nacional e entraram em declínio logo após o evento, se tornando ainda mais nítido durante o Governo de Dilma Rousseff.

> Na área da cultura foram definidos critérios que consideraram a diversidade na identidade de gênero possibilitando, por exemplo, o apoio governamental às paradas gays. Também foram criados 40 centros de referência, em todo o Brasil, para a comunidade LGBT. Na área da saúde, a política de prevenção e tratamento ao HIV/Aids, referência no mundo, vem sendo aprimorada com o vigoroso diálogo entre governo e sociedade civil (Brasil, 2011:40).

Assim, na segunda conferência, no ano de 2011, já no Governo de Dilma Rousseff, o clima era de conflito e protesto. A 2ª Conferência LGBT, com o tema "Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT", ocorreu após o veto presidencial ao Kit anti-homofobia, divulgado pejorativamente pela mídia como "Kit Gay". Este Kit é um material pedagógico financiado pelo MEC, destinado a escolas de todo o país para incentivar e oferecer recursos didáticos para professores trabalharem o tema da diversidade sexual no âmbito escolar.

Neste contexto, a abertura da conferência foi marcada por uma série de protestos que acusavam a presidente Dilma Rousseff e o governo como um todo, de estarem provocando um retrocesso nas políticas públicas LGBT, por conta de alianças políticas com setores fundamentalistas da bancada evangélica.

Embora o veto ao Kit anti-homofobia tenha sido o alvo principal dos ataques ao governo na abertura da conferência, neste momento, outras questões que contrariavam os interesses dos movimentos LGBT estavam sendo postas em discussão. Os centros de referência já não contavam com o mesmo volume de recursos que contavam antes da primeira conferência e muitos passaram a ser financiados com recursos municipais ou estaduais ou encerraram suas atividades. As políticas de prevenção, que foram responsáveis pelos principais financiamentos de ONGs ligadas à temática LGBT, bem

como de ações como as paradas (Parker, 2004), estavam recebendo menos recursos e já não contavam com verba internacional destinada à prevenção do HIV/AIDS.

As campanhas realizadas pelo Ministério da Saúde, que alcançaram grande impacto e foram elogiadas inclusive no exterior por sua eficácia, tinham como característica abordar a sexualidade de forma aberta e em parceria com a sociedade civil[113]. Deste modo, outro fato significativo da mudança de posicionamento do governo com relação à afirmação dos direitos LGBT deu-se com um novo veto presidencial, agora contra a campanha desenvolvida em parceria com o CNCD/LGBT para o carnaval de 2012. Tal veto, segundo alguns integrantes do CNCD/LGBT, constituiu um fato inédito[114] de censura a materiais de prevenção às DST/Aids. O trecho de entrevista que se segue contextualiza a percepção deste retrocesso:

> Porque a gente tem notado o retrocesso que foi feito, justamente naquele ministério, com as nossas questões. Primeiro foi o veto ao kit lá, de materiais didático-pedagógicos, agora foi o veto da campanha de AIDS do departamento de AIDS. E a gente está discutindo no âmbito do conselho uma campanha pra LGBT, e eu falei lá no pleno, essa campanha não vai ser vetada? Nossos esforços aqui, reuniões e reuniões, e quando chegar lá no palácio do planalto a campanha não vai ser aprovada. Até que ponto a gente tem a garantia de produzir um material e esse material vai chegar lá na frente? (Entrevista 08).

Como podemos perceber, apesar de toda a aproximação entre o Estado e os movimentos sociais organizados, mesmo com todos os investimentos em democracia participativa, identificam-se fissuras nestas relações, que nos impedem de classificá-las de forma simplista como opacidade de fronteiras (Prado, Machado & Carmona, 2009). As fronteiras entre o Estado e a sociedade civil se tornam absolutamente enrijecidas em determinados momentos, o que demanda uma análise das interações e da produção discursiva que atravessa as negociações entre estes atores, para termos uma percepção mais precisa de como se articulam as identidades coletivas que transitam nestas fronteiras.

[113] Estas políticas de prevenção são desenvolvidas no Brasil desde a década de 1990, o que não impediu o governo de capitalizar sobre elas, identificando-as como resultado das conferências nacionais, como podemos perceber neste trecho de um documento oficial: "na área da saúde, a política de prevenção e tratamento ao HIV/Aids, referência no mundo, vem sendo aprimorada com o vigoroso diálogo entre governo e sociedade civil" (Brasil, 2011:40)

[114] O caráter "inovador" deste veto presidencial pode ser contextualizado por este trecho de uma de nossas entrevistas: "o veto ao kit da educação e à questão da campanha de AIDS, que foi feita até por umas trans aqui de *(CIDADE)*, um cartaz muito bonito, uma campanha bem feita, foi apresentada num dos encontros, *backstage* da campanha. Uma coisa extremamente importante que a presidência nunca interviu, e ai dessa forma, dessa vez aconteceu" (Entrevista 08).

Avançando em nossa descrição dos arranjos participativos nos resta um último ponto a ser destacado. Alguns entrevistados, inclusive alguns informantes, relataram uma descontinuidade entre a primeira e a segunda Conferência LGBT, argumentando que a segunda conferência não foi eficaz na avaliação dos impactos e proposições da primeira, o que deixa em aberto os efeitos cumulativos destas práticas participativas. Uma informante, que acompanhou diretamente as duas conferências de juventude, relatou esta mesma descontinuidade no acompanhamento do desenvolvimento desta pauta, o que foi confirmado em algumas entrevistas (Entrevistas 04, 07, 09 e 10).

A análise do Texto Base da segunda conferência LGBT nos oferece um panorama da precariedade com que foram tratadas as ações previstas pelas resoluções da primeira conferência. O governo classificou como "realizada" ou "parcialmente realizada" diversas ações que não traziam qualquer contribuição direta das resoluções previstas pelo documento final produzido pela primeira conferência. Várias ações foram apontadas como derivadas das deliberações das conferências, quando na verdade se constituíam como ações já determinadas pela estrutura de assistência do governo.

Os dados acerca do número de participantes e das diretrizes aprovadas na segunda conferência não foram divulgados até o presente momento, entretanto, para os propósitos desta pesquisa, até aqui já temos uma descrição suficientemente ampla dos arranjos participativos. Ao descrevermos o funcionamento e a composição dos conselhos e conferências, tornam-se mais compreensíveis alguns de seus impactos, seu alcance geográfico e populacional, sua abrangência, suas inter-relações, alguns de seus dilemas, sua importância nas articulações do poder executivo e, mesmo que parcialmente, suas localizações no interior do Estado.

Ao longo dos próximos capítulos, apontaremos algumas criticas aos usos e concepções sobre estes arranjos, a partir das questões específicas de cada capítulo, mas enfocando as interações sociais e os discursos que se articulam nestes espaços, tendo em vista a constituição de identidades coletivas e a formação fronteiras identitárias. A seguir, nos centraremos na construção do Discurso Participacionista, e sua reprodução em setores da sociedade civil organizada.

4.3. O Discurso Participacionista

Em um momento histórico no qual a demanda por autonomia individual se associa aos impulsos de adequação à ordem social (Melucci, 1996), pensar as formas de gestão do espaço público torna-se um empreendimento complexo e escorregadio. Cada vez mais o Estado precisa incluir os diferentes setores da sociedade na elaboração das formas de governo, oferecendo respostas a pressões políticas antagônicas e contraditórias, em um campo de complexidade crescente (Therborn, 2008; Wallerstein, 2002; 2003). Esta discussão, contextualizada pelos debates sobre o multiculturalismo e as políticas de identidade (Bernstein, 2005), está na ordem do dia e se configura como uma pauta candente das relações políticas que, neste ponto, podem ser mais bem compreendidas como relações policiais (Ranciere, 1999).

Entre a diferenciação dos atores e a formação de cadeias de equivalências capazes de representar uma comunidade política (Laclau, 2006), são formadas estratégias discursivas que buscam ordenar o corpo social e atribuir sentido às práticas e identidades a partir das equações aritmética e geométrica (Rancière, 2010). O Estado, na perspectiva de Rancière (2009), está circunscrito à dimensão institucional da ordem policial. Entretanto, para não encerrarmos esta trama política em sua dimensão regulatória, podemos tentar reconhecer o espaço estatal como palco de relações sociais que podem engendrar dissensos desafiadores da ordem policial.

A noção de discurso aqui sustentada é uma construção teórica que tentará localizar elementos da estrutura discursiva a partir da qual se definirão as posições de sujeito e as diferentes identidades coletivas vão organizar suas narrativas sobre a transformação social (Laclau & Mouffe, 1985). Deste modo, o discurso que nomeamos de participacionista tenta articular as mudanças na estrutura de oportunidades políticas à constituição de identidades coletivas, analisando como, a partir do governo, o Estado se oferece como interlocutor dos movimentos sociais e demais atores políticos, e se torna um agente social, se comprometendo com um determinado projeto de democratização, mas sem deixar de desempenhar as funções policialescas que lhe cabem[115].

[115] É importante destacar que as relações de (in)diferenciação serão tratadas no próximo capítulo, através do discurso que nomeamos como o discurso diferencialista. Estes dois discursos são complementares e inter-relacionados, e foram aqui separados seguindo a estratégia metodológica de oferecermos duas entradas para um mesmo e intrincado fenômeno. Deste modo, o participacionismo estará mais focado na estrutura de oportunidades políticas e o diferencialismo identitário na constituição das identidades coletivas.

Neste contexto, a noção de participação social ganha centralidade, constituindo-se como um dos pilares de sustentação do projeto governista, que se consolida a partir da articulação de uma cadeia de equivalências que forma um discurso populista, no sentido apresentado por Laclau (2005)[116]. Deste modo, o discurso participacionista será uma construção discursiva que, a partir de uma determinada concepção de participação social, articula o conjunto de atores políticos que orbitam ao redor das fronteiras estatais estabelecendo uma gramática policial da arena política. É importante ressaltar que o discurso do participacionismo não totaliza uma representação da participação social, apenas busca identificar construções discursivas que atribuem significados que engendram determinadas dinâmicas interacionais entre atores, contextualizando a estrutura discursiva na qual se inserem as relações que o Estado vem desenvolvendo com a sociedade civil a partir da noção de democracia participativa.

A importância da participação social e os discursos que a definem estão explícitos em praticamente todos os documentos analisados. A idéia de democratização social através da participação constitui um fundamento importante de caracterização do projeto governista em curso, assumindo um lugar de destaque na configuração do discurso estatal. Elementos deste discurso foram reforçados pelos entrevistados da pesquisa, mesmo que alguns deles deixem transparecer alguma ambiguidade em relação à percepção da eficácia dos arranjos formais de participação e das formas de atuação dos movimentos sociais.

As concepções sobre participação social que atravessam os trânsitos identitários operados nas fronteiras do Estado com a sociedade civil configuram discursos que nos oferecem uma entrada para as negociações identitárias e as formas de interação social que se processam no interior da estrutura discursiva que se constitui a partir do Estado. Os modos como as diversas identidades coletivas interagem, se reconhecendo e negociando fronteiras, produzem articulações discursivas que versam sobre uma determinada compreensão da democracia e da política na contemporaneidade.

A ideia de Democracia Participativa constitui o eixo central do documento, publicado pela Secretaria-Geral da Presidência da República intitulado *Democracia Participativa: Nova Relação do Estado com a Sociedade, 2003-2010* (Brasil, 2011).

[116] É importante ressaltar que para Laclau (2005) o populismo está intrinsecamente relacionado à constituição de identidades coletivas e, neste sentido, qualquer discurso governamental será populista em alguma medida, pois necessita formar uma cadeia equivalencial que articule minimamente a heterogeneidade do corpo social. Portanto, populismo não deve ser compreendido aqui no sentido pejorativo utilizado pelo senso comum.

Neste documento encontramos uma síntese dos elementos discursivos que perpassam os demais documentos analisados. Além disto, identificou-se a reprodução de aspectos destes discursos em quase todas as entrevistas, embora algumas delas teçam críticas ao modo como estão se desenvolvendo as relações entre o Estado e a Sociedade Civil, marcadamente os que ocupam cargos em um governo de oposição, como no Governo do Estado de Minas Gerais.

Entretanto, mesmo os militantes contratados por órgãos governamentais geridos por um partido de oposição ao Governo Federal, o Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), apresentaram termos e noções semelhantes para se referirem tanto ao que acreditam ser o papel dos movimentos sociais, como acerca das mediações sociedade civil/Estado. Estas semelhanças reforçam a ideia de que o discurso estatal de fato ecoa nos processos de constituição das narrativas que formam as identidades coletivas dos movimentos sociais, definindo práticas, discursos e formas de interação.

Este documento (Brasil, 2011), cuja segunda edição foi publicada em 2011, logo em sua apresentação, assinada pelo então Ministro de Estado-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Soares Dulci, traz uma síntese dos elementos que, em nossa análise, compõem o discurso que nomeamos de participacionismo:

> A participação da sociedade civil e, em especial, dos movimentos populares na construção das políticas públicas foi, sem dúvida, uma das principais marcas do Governo Lula. A partir de 2003, o país adotou **uma nova forma de governar**, baseada no **diálogo permanente e qualificado** com os diversos **segmentos** sociais, gerando uma efetiva **corresponsabilidade** entre o Estado e a população. (...)
>
> A participação social conferiu **qualidade e viabilidade** a um projeto de Longo Prazo. Ao combinar a democracia representativa com a participativa, o Governo Lula mostrou que é possível uma **nova** forma de fazer política, com **o Estado valorizando cada vez mais a participação do cidadão e compartilhando as suas decisões**.
>
> Com esta publicação, a Secretaria-Geral da Presidência da República coloca à disposição do país um balanço dessa **experiência inovadora** que estabeleceu uma **nova relação** entre o Estado e a sociedade, na perspectiva de um **desenvolvimento** cada vez mais justo e sustentável (Brasil, 2011:6-7 – grifos nossos)

No trecho acima citado podemos notar que a formalização do diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil é concebida como "um modo mais moderno e mais adequado" de governar, coincidindo com a perspectiva de participação social que tem seu início no período pós-democratização e se consolida na década de 1990 (Cardoso, 1999). Em diversos materiais analisados esta perspectiva se reafirma, constituindo-se

como um aspecto central no discurso do governo acerca da participação social, como podemos perceber na citação abaixo:

> Este novo método permite ao Estado elaborar políticas públicas **mais adequadas aos anseios da população**. Antes as decisões eram tomadas exclusivamente por técnicos e dirigentes dos ministérios. Agora, são construídas em **parceria** com a sociedade civil. (Brasil, 2011:9)

Esta construção discursiva relativiza o papel tradicional do especialista, já que "as decisões não são tomadas por técnicos", mas, em contra partida, os atores coletivos que participam precisam se "qualificar" para estabelecer um "diálogo" com o Estado. Por um lado, este discurso traz implícito a idéia de deslocamento, que pressupõe que as identidades coletivas precisam se reordenar para a consolidação de uma nova estrutura discursiva, que traz implícito a noção de que o atual governo representa uma nova hegemonia, antagônica ao projeto de poder que a antecedera (Laclau, 1993; 2005; Laclau & Mouffe, 1985).

Por outro lado, enquanto consolidação de uma nova hegemonia, esta estrutura discursiva demarca partes da sociedade, reafirmando, no interior desta ordem policial, a divisão de um sensível compartilhado (Rancière, 1996). A equação aritmética operada por este ordenamento policial associa uma posição social a uma qualidade, o que engendra um lugar identitário, já que o direito a voz, ou, à participação social, carece de uma qualificação que, em última instância, determina as formas legítimas de ser e existir. Esta equação opera condicionando um lugar social e associando a forma com que uma identidade deve aparecer a um traço constitutivo (Rancière, 2010; Laclau, 2006; 1993).

Um exemplo dos dispositivos empreendidos para o reordenamento policial da participação social pode ser encontrado nos programas de formação de conselheiros, bem como nas parcerias que o Estado desenvolveu com as universidades, para a criação de cursos de "qualificação" de militantes e de *advocacy*. A profissionalização dos movimentos sociais, já discutida anteriormente, pode ser vista, neste contexto, como algo adequado para a discussão política, aqui circunscrita pela idéia de política pública (Tommasi, 2012). Este discurso pressupõe que os movimentos sociais tem que se especializar, não apenas em seus respectivos campos de atuação, mas também acerca das instâncias legais de participação aprimorando seus conhecimentos acerca do funcionamento estatal. A *participação qualificada* se dá pela tradução de demandas por uma gramática política, mais bem compreendida como uma gramática policial, gestada

para o funcionamento estatal em busca de *eficácia*. Neste sentido, argumenta Ricci (2010:10), "a lógica dos movimentos sociais foi se limitando ao discurso e jargão dos representantes da sociedade civil nesses fóruns e arenas de gestão pública".

A necessidade de "qualificação" do diálogo é fundamental, na perspectiva do discurso participacionista, para que os movimentos "compreendam" os limites da ação governamental, o que implica em uma relação que legitima, não apenas a formulação, mas a execução de políticas públicas e a definição de acordos políticos. Na perspectiva governamental, uma política pública desenvolvida com o "novo" método participativo tem uma vantagem muito especial: "passa a contar com o **respaldo** dos setores interessados na ampliação da cidadania" (Brasil, 2011:9 – *grifo nosso*). Desta forma, a participação contribui para legitimar as ações da polícia, efeito acentuado pela noção de *corresponsabilidade*, que discutiremos adiante.

A ponte entre o governo e os movimentos sociais se tornou mais manejável, sobretudo para o governo, já que o discurso governamental como um todo, e o de diversas autoridades, em particular, foi construído com elementos forjados no âmbito dos movimentos sociais:

> "A partir de 2003, a Secretaria-Geral, em sintonia com o Gabinete Pessoal do Presidente, passou a construir politicamente e a preparar tecnicamente todas as atividades do Presidente Lula com representantes da sociedade civil" (Brasil, 2011:18).

Percebe-se que os câmbios discursivos não se resumem à "qualificação" dos movimentos sociais para estabelecerem um diálogo "permanente" com o Estado. Em outra direção, a democracia participativa também contribui para que o governo se qualifique, ou seja, "fale" e expresse suas "limitações", "avanços", "vitorias" etc., com termos e argumentos construídos pela sociedade civil. Assim, o discurso estatal poderá acessar os sentimentos de pertencimento coletivo mais facilmente. Isto é relevante para a gestão das identidades, pois o pertencimento identitário expressa os anseios e sensibilidades específicas de seus interlocutores. Em determinadas situações, talvez não seja exagerado dizer que se torna mais fácil para o governo falar "aquilo que se quer escutar". O discurso, entretanto, não se reduz à fala, ele engendra ações, e a fala, muitas vezes, obscurece estas ações impedindo que um antagonismo possa revelar a contingência de uma identidade, subvertendo a necessidade que fundamenta um discurso (Laclau & Mouffe, 1985).

Se pensarmos que entre janeiro de 2003 e agosto de 2010 o Presidente da República realizou 2.205 pronunciamentos (Brasil, 2011), sendo muitos deles nas

conferências, que reuniam milhares de participantes (e um público selecionado, como vimos), podemos imaginar a importância que o Sistema Nacional de Participação Social obteve na mobilização de identidades, sem perder de vista, obviamente, os dividendos eleitorais resultantes destes contatos e seus impactos na formação da imagem pública do presidente no contexto nacional e internacional.

Prosseguindo, o participacionismo argumenta que os grupos militantes "foram recebidos em Brasília, puderam expressar os seus pontos de vista e deixaram suas contribuições" (Brasil, 2011:18). Percebe-se que um elemento latente do discurso do participacionismo encontra-se na ideia do contato e do diálogo como *fins em si mesmos*. Isto ocorre apesar deste discurso se fundamentar em argumentos técnicos, pois a partir da participação o governo pode chegar a soluções mais *eficazes* e interações mais *qualificadas*. Isto nos direciona para a dimensão simbólica e emocional que o participacionismo articula, oferecendo elementos para a construção de sentido no interior das identidades coletivas reconhecidas por este discurso. Ao afirmar que a agenda do presidente "segue critérios que favorecem a **interação direta** entre o chefe de Estado e a sociedade civil e os movimentos sociais" (Brasil, 2011:18), percebe-se que uma das estratégias de justificação do participacionismo dá-se através de elementos emocionais e pelo reconhecimento identitário que, por si mesmos, implicariam em democratização social.

Estas formas de interação produzem impactos diretos sobre os movimentos de base e seus processos de mobilização, símbolos de pertencimento e constituição de fronteiras grupais, pois se sentem participantes de um processo político e tem suas identidades reconhecidas pelo órgão máximo da política estatal. Nos materiais produzidos pelo governo sobre o Sistema Nacional de Participação Social, o discurso participacionista reafirma a idéia de interdependência entre o Estado e os movimentos sociais (ou dos "segmentos" ou "setores interessados na ampliação da cidadania"), aprofundando a legitimidade do diálogo cordial e monitorado dos arranjos participativos. Destacamos o seguinte trecho sobre a realização das conferências que ilustra a continuidade deste processo:

> Assim, realizadas com periodicidade definida e com metodologia verdadeiramente participativa, as conferências nacionais passaram a fazer parte da agenda da administração pública brasileira e dos movimentos sociais do país (Brasil, 2011:38)

Acima, explicita-se a entrada deste "novo método" no cotidiano do Estado e dos movimentos sociais, constituindo pontos permanentes de negociação, canais através dos

quais estes dois âmbitos da política devem circunscrever seus conflitos e calcular suas diferenças, pois "o que ainda falta não é por ausência de diálogo" (Brasil, 2010:41). Deste modo, se o diálogo cordial e monitorado se torna o horizonte legítimo da participação, os conflitos que escapem dos limites da ordem policial excedem a identidade dos atores e poderão ser desqualificados, patologizados ou mesmo reprimidos[117].

Em Brasil (2011) são apresentados depoimentos de diversas lideranças de movimentos sociais que reforçam a ideia de um governo permeável às demandas dos movimentos sociais. Ademais, notamos neste documento, e em vários outros, um discurso centrado no reconhecimento identitário, próprio do discurso participacionista, que articula tanto a mobilização de identidades como o monopólio de narrativas. Na medida em que o governo destaca determinados depoimentos de militantes, a dupla amarra, entre um governo que investe no reconhecimento de identidades "minoritárias" e movimentos sociais que monopolizam uma narrativa identitária, se torna mais clara.

Abaixo seguem alguns depoimentos de militantes que refletem a perspectiva do governo sobre como os movimentos sociais se posicionam em relação ao "novo método" de gestão desenvolvido por ele (Brasil, 2011):

> "A UNE também, que passou a ser respeitada de outra maneira (p. 19)";
> "Na verdade, a experiência para nós é de elevação da autoestima, pois pela primeira vez na história do Brasil, os catadores de papel puderam se encontrar com o Presidente da República (p.21)";
> "Durante muito tempo, o Estado brasileiro ficou de costas viradas para o movimento hip-hop que, diante desta postura, aprofundou o afastamento do mundo da política. Desde 2003, houve a aproximação e reciprocidade de atitudes (p. 30)";
> "É por isso que a participação social nos dá esperança de que podemos ser protagonistas de nossa própria história (p.30)";
> "Além do fato de que já tivemos algumas Audiências com o Presidente da República, algo impensável tempos atrás (p. 32)";
> "Éramos considerados marginais e hoje somos vistos como alguém que também contribui para melhorar a situação das cidades (p. 30)";

A presença de depoimentos como estes nos materiais elaborados pela Secretaria-Geral da Presidência da República, aponta discursos militantes mais bem reconhecidos e reforçados pelo governo. A própria escolha destes depoimentos e não de outros, já

[117] Neste ponto, podemos recuperar a discussão sobre a criminalização dos movimentos sociais, já apresentada anteriormente, e sinalizar para os modos como o Estado vem lidando com movimentos grevistas, ocupações e diversas outras formas de manifestação que contrariam as negociações consoantes ao projeto de desenvolvimento em curso.

indicam um conjunto de expectativas do governo em relação aos arranjos de democracia participativa.

Como podemos perceber nos trechos acima citados, o reconhecimento dos atores coletivos denota uma visão de identidade marcada pela emocionalidade dos atores e mediada pela ideia de uma *inteligência coletiva* (despertada e/ou reconhecida pelos dispositivos participativos estatais) e pela capacidade dos movimentos sociais em compreenderem os limites da atuação do Estado. A idéia da participação como um *fim em si mesmo* subjaz a esta forma de reciprocidade estabelecida entre o governo e os movimentos sociais. Deste modo, a idéia de "qualificação" se combina com a idéia de democratização do Estado pela participação como *um fim em si mesmo*, o que fica explicito neste trecho de discurso do então presidente Luis Inácio Lula da Silva, durante a primeira conferência LGBT:

> Quando eu recebi, no Palácio do Planalto, os nossos queridos companheiros e companheiras catadores de papel, o companheiro lá de São Paulo fez um discurso, e dizia: "Presidente, se a gente não conquistar mais nada na vida, só o fato de a gente estar colocando o pé dentro do Palácio do Planalto, já terá valido a pena, porque nós nunca imaginamos passar nem perto do Palácio do Planalto".

O reconhecimento dos atores estaria assim, marcado prioritariamente pelo reconhecimento simbólico das identidades a partir de sua participação no interior do Estado, mas limitador da subjetivação política, já que os atores coletivos devem se "qualificar" para que possam aparecer dentro da norma policial da gramática política estatal. Em uma reportagem sobre a primeira conferência nacional LGBT, podemos notar alguns aspectos desta dinâmica a partir das reações do ativista citado e dos impactos produzidos pela conferência na opinião pública:

> Na análise do ativista, o momento mais forte na Conferência foi a presença do presidente e a forma como ele se dirigiu à comunidade LGBT. "As delegações internacionais estavam muito impressionadas com esse nível de relação que nós estabelecemos entre sociedade civil e poder público, este assumindo questões que são muito importantes para a população LGBT, coisa que não acontece em outras regiões, que também nos traz uma responsabilidade. É uma conferência muito pedagógica para pensarmos quais são as nossas práticas e quais são as nossos papéis frente a essa responsabilidade que nós temos. Nós abrimos uma grande caixa e agora temos que começar a colocar as coisas nos seus lugares", concluiu (Clam, 2008).

Entretanto, devemos ponderar acerca da subjetivação política, pois a presença destes setores "minoritários" no interior do Estado e a anuência do governo para com identidades subalternas produziram dissensos marcantes no espaço público brasileiro. As polêmicas em torno de temas como as cotas raciais e outras cotas implantadas pelo

governo, o kit anti-homofobia, a presença dos movimentos sociais nos debates sobre os meios de comunicação durante a Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM) e outros dissensos que colocaram em questão a equação aritmética que define o mérito das identidades para ocuparem determinadas posições sociais, apontam para um processo de subjetivação política anterior e que reposicionou os sujeitos políticos na esfera pública brasileira.

Neste sentido, a ordem policial desta nova estrutura de oportunidades políticas deve ser compreendida em sua ambiguidade, já que a subjetivação política envolve um ato de (des)identificação. Todavia, não se pode ignorar que a entrada destes atores se deu, sobretudo, pela mobilização de identidades promovida pelo governo, mais que pelos dissensos enunciados pelos atores coletivos, o que implica em recolocar o Estado como fio condutor destas tentativas de estabelecer cadeias de equivalência suturando um discurso sobre o "popular" (Laclau, 2005).

Buscando compreender o discurso participacionista no centro de um processo histórico de alteração de grupos políticos no poder, a reestruturação de um discurso hegemônico demandou a organização de dispositivos policiais que, ao responderem a vetores antagônicos em relação à lógica de dominação, conciliaram interesses contraditórios a partir de operações geométricas. Nossa análise da estrutura de oportunidades políticas aponta, inclusive, para as dificuldades enfrentadas pelo governo para conciliar interesses frente às fragilidades do sistema de partidos que demandaram uma coalizão partidária confusa e heterogênea (Samuels, 2007).

A geometria aparece, neste contexto, como forma de reequilibrar perdas e ganhos que foram deslocados pela nova aritmética de reconhecimento das identidades minoritárias a partir da participação, que inseriu novos títulos para obter partes de um comum compartilhado (Rancière, 2010). O participacionismo se insere nesta esquina escorregadia, pois se incumbe de significar a participação e a importância da sociedade civil nos rumos da transformação social, sem comprometer a estabilidade e a coerência da comunidade política, o que implica também em alguma anuência com as hierarquias sociais tradicionais na consolidação da estrutura de oportunidades políticas que se configurou durante o período analisado.

Pensando que, como argumenta Rancière (2010), a política começa quando deixam de se harmonizar, segundo a proporção geométrica, as partes de um comum compartilhado, é interessante observarmos como o discurso participacionista organiza discursivamente os conflitos que emergem das interações entre atores hierarquizados.

Consolidado como ordenamento policial, veremos a seguir que este projeto de poder insere o conflito como parte regulada de um sistema de participação social, que trabalha com regras e procedimentos institucionalizados e articulando identidades coletivas pretensamente coerentes e diferenciadas[118].

Deste modo, o movimento de diferenciação entre os atores da sociedade civil e os conflitos que permeiam tais formações identitárias são naturalizados no discurso participacionista ["Um dos principais papéis dos conselhos é dar visibilidade aos conflitos" (Brasil, 2011:32)], e refletem a falta de consenso (o que demanda mais participação e o amadurecimento dos diálogos) na definição de posicionamentos políticos "entre os participantes" (nem sempre entre atores e o Estado). Consequentemente, a ação política se torna condicionada a um "*amadurecimento gradativo*" que tende ao consenso, e que se resolverá com a participação qualificada dos interessados ["E a partir daí tentar construir os acordos possíveis" (Brasil, 2011:32), ou em outro exemplo, "(...) é a expressão do amadurecimento do diálogo entre o governo e os trabalhadores rurais" (Brasil, 2011:60)].

A idéia de amadurecimento gradativo dos diálogos pressupõe uma negociação geométrica e aritmética das identidades em conflito, tendentes à um consenso instrumental que atenda os interesses das partes, sem questionar a partilha deste sensível compartilhado. A idéia de ruptura que marca a alternância de poder que define a nova estrutura de oportunidades políticas, embora pareça contrastar com a noção de que as mudanças sociais devem ser alcanças cordialmente, lhe é absolutamente complementar. A polícia se consolida sobre uma ruptura, mas que deve operar, a partir de então, sem mais rupturas, através de um diálogo continuado que se resolverá com o acúmulo das negociações entre os atores em disputa. Talvez este elemento discursivo seja o que mais nitidamente se reproduz nas entrevistas, como veremos nos próximos capítulos.

Se o governo mostrou-se permeável ao diálogo com os diversos atores que acessaram o Estado[119], as hierarquizações entre atores presentes nestas interações são

[118] Não é desnecessário recordarmos mais uma vez que não se trata aqui de criticar a estruturação deste projeto de poder, mas de analisar o lugar da participação na constituição de um discurso sobre a democracia. Neste sentido, recordamos com Rancière (2011; 2011b) que existem ordens policiais melhores que outras, por serem mais permeáveis à verificação da igualdade e à diversidade das formas de ser e existir que compõem uma comunidade política. A polícia é condição de possibilidade para a política. É a existência destes dois processos antagônicos que compõe o político que define um comum compartilhado, uma comunidade política, e torna possível qualquer processo de significação social.

[119] Ou que foram convocados pelo Estado, recordando a caracterização de Silva (2011), com relação à estrutura de oportunidades políticas, de Estado inclusivo-ativo.

pouco explicitadas. Embora nos conselhos e conferências[120] os participantes tenham direito ao mesmo número de votos, nem sempre terão o mesmo poder de barganha e de pressão sobre o Estado e, inclusive, sobre o governo. Além disto, a diferenciação entre atores também torna estes processos suscetíveis à reprodução de hierarquizações, pois, além destas interações não estarem imunes à equação aritmética que atribui valor a uma identidade, algumas formas de pertencimento, como a filiação partidária, por exemplo, tendem a produzir o fortalecimento de determinados discursos e a cristalização de relações de poder entre os participantes.

Se isto ocorre nas interações internas dos conselhos e conferências, com certeza a diferença entre uma "deliberação" (recordando que os conselhos em tela são consultivos e propositivos) e sua efetivação também entra em disputa em diversos âmbitos do Estado. Nas relações exteriores às conferências e conselhos o veto ao Kit anti-homofobia é um bom exemplo de como estas disputas não se encerram no conselho, pois, apesar de ter sido produzido na interface da sociedade civil com o Estado, a presença de interesses antagônicos levou o governo a priorizar as demandas dos atores mais empoderados politicamente.

Mas as hierarquizações entre atores sociais também implicam em desníveis nas interações participativas setoriais e temáticas. No interior dos arranjos participativos é sugestivo que uma das soluções encontradas, no contexto da última crise econômica internacional, tomada "em conjunto" com empresários e centrais sindicais, tenha sido a desoneração da indústria automobilística. Vejamos como o participacionismo descreve estas negociações, em um trecho que nos ajuda a compreender outros dois aspectos do discurso participacionista:

> Quando a crise financeira eclodiu, em setembro de 2008, **a interlocução Estado/Sociedade civil mostrou todo o seu vigor e sentido estratégico**. Imediatamente, o governo e as centrais sindicais **pactuaram** um conjunto de medidas antirrecessivas para **sustentar o consumo e a demanda, e garantir o emprego**. Decidiu-se promover forte desoneração tributária da indústria automobilística condicionada à manutenção do emprego (Brasil, 2011:11-12).

A despeito das complexas amarras do sistema econômico que sustentem a importância de tal desoneração do setor automobilístico, o que nos chama a atenção aqui, é o fato de que no discurso participacionista as decisões são "pactuadas" e "em

[120] Sobre hierarquizações entre atores no âmbito das conferências, destacamos no trabalho de Castro & Abramovay (2009) o depoimento de participantes que se queixaram da partidarização dos debates. Entretanto, outros elementos hierarquizantes também podem ser ativados nas interações que estamos analisando.

conjunto". Neste contexto, o discurso participacionista expressa outras duas idéias importantes para sua compreensão: a noção de *corresponsabilidade*, pois tal "conjunto de medidas" se deu através de um consenso entre atores com interesses antagônicos que se tornam corresponsáveis; e a idéia de *proporcionalidade*, por igualar atores com diferentes capacidades de barganha e que provavelmente foram desproporcionalmente beneficiados.

Além desta passagem que utilizamos para exemplificar a idéia de corresponsabilidade, podemos elencar outros trechos que apontam esta forma de relacionar diferentes âmbitos de atuação e atores com potencialidades distintas para pressionar o Estado:

> À medida em que o governo abriu canais e criou instrumentos para a **mediação de conflitos** e para o debate com a sociedade, o cidadão aproximou-se do Estado e passou a acompanhar, fiscalizar e opinar sobre questões que têm a ver com a sua vida e com o seu cotidiano. Criou-se, portanto, um elo de **corresponsabilidade** que tanto estimula a transparência da administração pública quanto ativa a cidadania (Brasil, 2010:10).

A ideia de proporcionalidade pode ser visualizada, desde outra perspectiva, a partir de uma análise da composição dos conselhos e em descrições acerca das instâncias de participação: "desde as entidades de **empresários** de construção civil até **sindicatos** de trabalhadores, todas as organizações não governamentais do setor puderam contribuir, foram ouvidas" (Brasil, 2011:17). Vale a pena recordar que o slogan "Brasil, um país de todos", utilizado durante o Governo Lula, se encaixa bem nesta construção discursiva.

As identidades coletivas são reconhecidas em suas especificidades e particularidades, democratizando o acesso ao diálogo e às negociações, porém, são articuladas de modo homogêneo a partir de uma construção discursiva hegemônica populista, na perspectiva de Laclau (2005). Deste modo, o discurso populista naturaliza um projeto de poder e de desenvolvimento, representado pelo governo, com suas consequências econômicas, políticas e culturais, ao mesmo tempo em que fomenta o reconhecimento das particularidades identitárias internas a esta ordem hegemônica que reordena a dominação a partir das equações geométrica e aritmética de fixação das identidades (Rancière, 2010).

Podemos sintetizar aqui os cinco elementos discursivos principais que se articulam formando este conjunto de princípios que denominamos de discurso participacionista:

a) *participação qualificada*;

b) *participação como um fim em si mesmo;*

c) *amadurecimento gradativo;*

d) *corresponsabilidade entre atores;*

e) *proporcionalidade.*

Como pudemos perceber, o discurso do participacionismo faz da participação social um pilar fundamental de consolidação do ordenamento policial das identidades, definindo as formas de ser e existir no interior do Estado. Na medida em que a identidade governamental traz em si uma concepção de Estado, esta instituição em "crise", este discurso pode ser visto como uma forma de construir pontes de articulação dos sentimentos de pertencimento que se localizam acima e abaixo do âmbito estatal, suturando a heterogeneidade social numa homogeneidade precária que insere o conflito como parte da mecânica policial.

Consequentemente, o campo semântico da partilha sensível poderá combinar a idéia de ruptura que sustenta o projeto de poder protagonizado pelo novo governo, sem deixar de sustentar a noção de que a política se faz dentro de possibilidades que estão determinadas por regras já estabelecidas pela ordem policial. Este desencantamento pragmático da política imprime nas dinâmicas da participação social a força de um discurso único sobre a mudança social. Rancière (2010) critica o teor dos discursos políticos contemporâneos que afirmam que "há pouco para deliberar e que as decisões se impõem por si mesmas, e o trabalho próprio da política não é outra coisa que a adaptação pontual às exigências do mercado mundial e a divisão equitativa dos custos e benefícios desta adaptação" (p.06).

Neste contexto, podemos identificar como o discurso participacionista impacta a formação de identidades coletivas dos movimentos sociais que passam a jogar a trama política no terreno do possível e da produção de consensos, como estratégias para reequalizar a distribuição das identidades de forma a atender os interesses das partes que se incorporam ao sistema de participação social. Esta forma de atuação segue, portanto, policialmente regulada e inscrita num registro que reordena, mas não denuncia, a contingência absoluta da partilha do sensível (Rancière, 2009).

Mesmo entre os movimentos mais estruturados e tradicionalmente atuantes no cenário político, podemos identificar em um depoimento do então Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como o discurso participacionista manifesta seu caráter policialesco nas dinâmicas participativas. Para além da formalização da participação política, a reprodução deste discurso sinaliza também para as dinâmicas entre os atores que demandam a formação de unidade entre os movimentos sociais, generalizando uma determinada e imperativa forma de atuação política através do diálogo "qualificado" e "amadurecido":

> Com a concepção de participação social adotada no Governo Federal a partir de 2003, as centrais sindicais **amadureceram** a necessidade de se organizar e alinhar as suas pautas, além de **construir uma unidade**. Entendemos que ou a gente se preparava para estes **momentos de negociação** ou não teria avanços desejados (Brasil, 2011:59).

É importante não perder de vista que a unidade construída, da forma como se apresenta, está em função da produção de consensos[121] que serão mediados por métodos, procedimentos e aspirações definidas no espaço estatal que, como vimos ao longo deste capítulo, tem de articular forças contraditórias e conflituosas. A unidade, nesta perspectiva, pode coincidir com a ideia de homogeneidade e consenso, que obscurece a formação de fronteiras políticas (Prado, 2001) na identificação e no reconhecimento de fronteiras identitárias, sufocando os processos de (in)diferenciação (Prado & Souza, 2002) no universalismo que subjaz à noção de cidadania. O diálogo qualificado pode assim, operar uma domesticação dos conflitos, ao mesmo tempo em que reafirma a importância da participação, a proporcionalidade dos atores em disputa, a corresponsabilidade e o amadurecimento gradativo como horizonte das demandas por mudanças sociais.

No centro desta análise, o discurso participacionista se apresenta como um ponto arquimediano de sustentação do caráter "inovador" que é reiteradamente atribuído ao Sistema Nacional de Participação, que se combina com a idéia de ruptura histórica representada por este novo governo. Não por casualidade, talvez o bordão mais exaustivamente proferido pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva para legitimar as ações do governo tenha sido o de que "nunca antes na história deste país...".

[121] Como ironizou um de nossos entrevistados "Capilaridade e consenso. Pro PT tudo é consenso. (risos)" (Entrevista 04).

Esta ideia de ruptura histórica, sustentada a partir da implementação desta "nova forma de governar" [122], traz uma contradição: ao mesmo tempo em que o discurso participacionista busca sustentar o caráter inovador das iniciativas governamentais, faz uso dos princípios da Constituição de 1988 para se legitimar[123]. Afinal, o incentivo ao envolvimento da sociedade civil por setores governamentais, como uma alternativa para a melhoria de políticas públicas, não foi um processo que se iniciou em 2003 (Cardoso, 1999; Gohn, 1991; 1994). Além disto, atores em disputa, como por exemplo, sindicatos e empresários, sempre tiveram que dialogar e estabelecer acordos, embora nem sempre com a mediação do Estado e de forma cordial, qualificada e gradativa, como propõe o Sistema Nacional de Participação Social.

Esta "ruptura" busca se sustentar, no discurso governamental, a partir de uma noção de Estado em disputa. Neste Estado em disputa o governo pode equilibrar a ideia de ruptura, a partir da nomeação de um "Eles", reticular[124] e relativamente abstrato, que impede a radicalização das transformações demandadas pelos movimentos sociais[125]. Deste modo, o governo se coloca como um aliado que reconhece positivamente as identidades coletivas que disputam seus interesses no espaço estatal, sem conflitar diretamente com elas, pois o Estado, em si, é neutro, e não um agente das equações geométrica e aritmética que sustentam a dominação e hierarquização social.

Nesta perspectiva, como o Estado é um campo em permanente disputa e os conflitos devem ser superados pelo "amadurecimento" e a busca de "consensos possíveis", os diversos interesses conflitantes devem ser igualmente reconhecidos por um governo democrático. Sejam os interesses dos empresários ou das centrais sindicais, este Estado "neutro" deve escutar a todos. Não seria excessivo apontar que as ideias de *corresponsabilidade* e *proporcionalidade* desempenham um papel importante nestas

[122] Estamos nos referindo ao governo, mas cabe analisarmos que, neste contexto, o PT passa a se relacionar de forma diferente com os movimentos sociais e com a base do partido. O que o partido representava em termos de núcleo de uma rede de movimentos sociais, em grande medida, passa a se dar através da mediação estatal via políticas públicas e arranjos participativos.

[123] O que não é estranho, visto que, como discutimos anteriormente neste capítulo, as origens do PT e suas formas de atuação se relacionam intrinsecamente tanto com a promulgação da constituição de 1988, como com a efetivação de seus princípios constitucionais, inclusive no que tange a conciliação da democracia representativa com a democracia participativa.

[124] A idéia de fronteiras reticulares será discutida no próximo capítulo.

[125] A enunciação deste "Eles" se apresentou de forma imprecisa, mas que de um modo geral se refere às elites responsáveis pela gestão política e econômica. Em alguns momentos estas elites foram identificadas com os grandes grupos midiáticos, os partidos de direita e outros atores, muita vezes aos quais se atribuía um caráter entreguista ao capital e aos interesses internacionais, o que contribuía para reforçar a imagem de um governo capaz de defender os interesses nacionais em função dos "mais necessitados" e "excluídos" (Ricci, 2010; Oliveira, 2009).

articulações, que tenderão a facilitar o "respaldo" da sociedade civil organizada para com o projeto governista.

Sem deixarmos de reconhecer os propósitos de democratização e popularização do discurso político contidos neste projeto de poder (Singer, 2010; 2009), é importante ressaltarmos que o discurso governamental de "ruptura histórica" se coaduna com a manutenção de estruturas hierárquicas bem antigas na sociedade brasileira. O discurso participacionista tem como um de seus efeitos a acomodação dos conflitos sociais no interior da burocracia estatal, que desenvolveu sofisticados dispositivos policialescos de gestão da participação. Citamos abaixo a percepção desta configuração policial por um de nossos entrevistados, e que contextualiza o discurso participacionista elencando contradições deste ordenamento policial, mas sem deixar de se identificar com o horizonte de democratização de sua estrutura de oportunidades políticas:

> E ai contra quem que vc briga? Essa pra mim é a grande contradição, porque enquanto sociedade civil, enquanto movimento social, a gente tem uma articulação com o governo de ordem ampla, é inegável, tem pessoas que questionam radicalmente as ações do governo, mas é inegável que inúmeras participações de segmentos sociais não seriam viabilizadas sem o **incentivo do governo**: vide uma passagem aérea, vide uma diária, vide um hotel para participar de uma conferencia, de uma comissão ministerial de um órgão do governo, de organismo da sociedade civil, então **a gente tem avanços**. Mas **ao mesmo tempo a gente tem pautas que retrocederam** e que não dialogam com o que a gente tem enquanto demanda. (...) Olha no campo da educação a gente questiona muito algumas ações do governo no que tange ao **incentivo das instituições privadas** em detrimento de verbas em custos da universidade pública. O próprio reuni enquanto um processo de desmantelamento da universidade. **Eu acho que isso talvez falte em nossas analises dos militantes.** Porque a gente tende a categorizar como bom e ruim, e não entender o processo positivo do próprio reuni e o que está atravessado como negativo no meio. O que eu acho assim, de forma muito contundente é que **hoje é muito mais difícil saber quem são os nossos inimigos né?** E ai nesse sentido se configura como muito mais difícil as nossas brigas. Mas ao mesmo tempo muito mais potente, porque eu acho que esse governo ele se caracteriza exatamente por demonstrar aquilo de não entender que **não existem bonzinhos e mocinhos** (Entrevista 05).

Neste sentido, sobre o período que analisamos, Ridenti (2006:2) argumenta que "o governo parece sempre optar por políticas que tendem a encontrar menor resistência, buscando conciliar interesses contraditórios". Para fundamentar este argumento, o autor utiliza como exemplo a composição dos ministérios na primeira gestão do Governo Lula. Este exemplo nos ajuda a compreender melhor o ímpeto conciliador do discurso governamental, que opera inserindo os conflitos entre identidades no interior do Estado, sem deixar de agenciar as formas de dominação geométrica e aritmética demandada por qualquer ordenamento policial:

> O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi para as mãos de trotskistas, simpáticos à reforma agrária e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que apóia criticamente o governo. Por outro lado, o Ministério da Agricultura – muito mais expressivo do ponto de vista econômico – foi entregue a representantes do agronegócio, comprometidos com a estrutura latifundiária do país. Ou seja, no fundamental, preserva-se a estrutura agrária, atendendo aos interesses dos grandes proprietários de terra. Mas abre-se um canal de expressão institucional mais significativo para os dominados, o que envolve uma mudança em relação ao governo anterior, que não deixou de ser percebida por setores do eleitorado. O mesmo acontece em relação ao meio ambiente: nomeou-se uma militante respeitada para a pasta, o que não impediu o governo de tomar medidas criticadas pelos ambientalistas, como a conivência com os transgênicos (Ridenti, 2006:2).

O discurso participacionista carrega de forma implícita este teor conciliatório, de ruptura sem rompimento, que marca o Governo Lula e desempenha um importante marcador de diferenciação entre o "Nós" e o "Eles" da renovação da elite governamental. Importante recordarmos que o viés autoritário do Estado brasileiro sempre esteve associado a discursos populistas de exaltação ao povo brasileiro, sua diversidade cultural e etc. No Governo Lula a ideia de "nunca antes na história desse país..." busca no participacionismo um de seus pilares de sustentação. Assim, o projeto de poder instaurado não aparecerá como "um projeto de poder", mas como "o projeto de poder" cujo conjunto dos movimentos sociais é *corresponsável* e deve, portanto, "respaldar", mesmo que criticamente, com reservas ou algum sentido estratégico subjacente.

Do ponto de vista do reconhecimento das identidades, o governo apresenta um forte comprometimento com a reparação das formas de desigualdade e aponta para o enfrentamento das hierarquias sociais, representando determinados anseios coletivos e fomentando sentimentos de identificação e pertencimento entre o governo e os movimentos sociais. Entretanto, a relação sem mediações entre o governo e os movimentos sociais constrói uma aliança que garante a permanência dos conflitos no interior do Estado, nos moldes do discurso participacionista. Podemos observar como a noção de Estado como um espaço de disputas se insere no interior deste discurso, em um trecho do discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da primeira Conferência Nacional LGBT:

> Obviamente que nós também seremos honestos, como fomos honestos com as outras conferências. Aquilo que não puder ser feito, a gente vai dizer com o mesmo companheirismo: companheiros, isso aqui não dá, isso aqui não passa, isso aqui não vai. Se não estabelecermos essa relação companheira entre nós, terminaremos a Conferência e voltaremos a ter as desconfianças que tínhamos antes de entrar aqui. (...). É mais fácil

> falar do que transformar as palavras em coisas concretas, porque aí é preciso medir a correlação de forças na sociedade.

Neste contexto, o discurso participacionista oferece um ponto de fuga para as insatisfações resultantes, pois os impedimentos decorrentes da "correlação de forças na sociedade" podem ser atribuídos às pressões de grupos identificados com o "Eles" do discurso populista. A construção deste "Eles" pode ser analisada como a exterioridade necessária para a constituição de fronteiras que definem uma identidade coletiva, como conceituaram Laclau & Mouffe (1985).

Importante ressaltarmos que, enquanto uma marca deste governo, as formas analisadas de participação social e de contato entre o Estado e a sociedade civil não são um diferencial inócuo e intrinsecamente negativo. Como já afirmamos anteriormente, aqui nos limitaremos a uma análise crítica das dinâmicas discursivas, sem nos atermos a efeitos positivos ou negativos, que vêm sendo explicitados por diversas pesquisas, como Silva (2010), Pogrebinschi (2010) dentre outras. Entretanto, a perspectiva aqui defendida localiza tais análises como uma fisiologia do aparato policial de uma comunidade política, e nossa análise, por sua vez, busca sentido a partir de um registro que considere a política como contraposição a polícia. Deste modo, mesmo que se reconheça que não é tarefa do Estado se comprometer a desempenhar o papel de um movimento social específico, a formação de fronteiras reticulares entre o governo e os movimentos sociais dificulta a construção de dissensos que extrapolem o campo de ação do Estado, o que impacta diretamente a constituição de identidades coletivas no âmbito da sociedade civil organizada.

Em síntese, o discurso participacionista aponta para o reconhecimento de identidades educacionais (Bernstein, 1997), já que promovem um afrouxamento da demarcação de fronteiras identitárias em relação ao Estado, representado aqui pelo discurso governista, mas que se complementam com modelos mistos quando enfrentam a oposição organizada de grupos que são automaticamente identificados com o "outro" do discurso governamental. Neste contexto, se fortalecem as formações de fronteiras identitárias, fomentadas pelo reconhecimento dos "diversos segmentos sociais", que se articulam a partir da identificação com o discurso participacionista, ou com elementos deste discurso, produzindo determinadas formas de interação social no mercado do social (Tommasi, 2012).

As fronteiras identitárias entre pares categoriais que se deslocam no interior da sociedade civil, de forma particularizada, como jovens, L, G, B ou T, entre diversas outras[126], passam a se constituir como elementos importantes da formação de discursos e interações que ocorrem nos espaços institucionais de participação. Neste contexto, a mobilização de identidades promovida pelo Estado encontra na diferenciação social o anseio pelo monopólio de narrativas. Os processos de diferenciação social passaram a encontrar respaldo institucional e espaços específicos de interação nas mudanças na estrutura de oportunidades políticas, através do reconhecimento simbólico e dos modelos organizacionais do sistema nacional de participação social.

Neste sentido, o discurso participacionista, enquanto articulador da heterogeneidade social em um discurso populista (Laclau, 2005), oferece elementos para a reafirmação do universalismo cidadão, mas abre espaço para a diferenciação identitária. No próximo capítulo abordaremos uma formação discursiva complementar ao participacionismo, e que tenta organizar e dar sentido à proliferação de identidades que buscam ser reconhecidas pelo Estado: O Discurso do Diferencialismo Identitário.

Para tratarmos as relações entre o Estado e a sociedade civil privilegiamos o enfoque de três pontos de contato específicos: as conferências nacionais; os conselhos; e a presença de militantes nos cargos governamentais. Neste capítulo tentamos dimensionar o alcance e o funcionamento dos dois primeiros, a partir de uma análise do discurso institucional sobre a participação social. Além da análise do discurso participacionista, foram descritos alguns aspectos dos arranjos participativos, para que nos próximos capítulos o trabalho de análise possa avançar sobre os discursos e as interações sociais que se desenvolvem nestes espaços.

A análise de documentos foi o fio condutor da argumentação aqui apresentada. As entrevistas não se destacam neste capítulo porque nos interessava o discurso institucional formal acerca da participação social. Nos próximos capítulos trataremos de retomar com mais atenção as entrevistas analisadas, dando prosseguimento à identificação dos discursos governamentais e seus impactos na constituição de identidades coletivas.

[126] Além de se diferenciarem também, (dentre vários outros processos de identificação que podem ser articulados), entre os diversos tipos de associativismo e pertencimento, tais como ONG, associações, redes, grupos de trabalho, universidade etc.

Capitulo 5 – Entre a Igualdade e a Diferença: A Gestão das Identidades

> *"Não conheço em profundidade a situação no Brasil, mas está claro que diversos partidos vivem a contradição de ostentar oficialmente políticas de combate à homofobia, num quadro mais amplo de defesa dos direitos humanos, mas, ao mesmo tempo, solapá-las na tentativa de manter o apelo a eleitores religiosos ou conservadores. É uma forma de hipocrisia que acaba por minar as políticas antidiscriminatórias, fazendo delas mero jogo de aparências." (Judith Butler)*

Qualquer compreensão das relações entre o Estado e os movimentos sociais na atualidade demanda a investigação de um dos temas nevrálgicos da política contemporânea: a identidade. Como argumentamos no capítulo anterior, a participação ocupou um lugar importante nas relações entre o Estado e a sociedade civil durante o Governo Lula. Com o discurso do participacionismo analisamos como a articulação de um discurso populista implicou na inserção de atores coletivos no interior do Estado através da contratação de militantes, das parcerias com os movimentos sociais e, sobretudo, dos arranjos de democracia participativa, que incidem sobre a especificidade e a particularidade de temas da política.

Como se deixou entrever, as formas e espaços de participação social que o governo instaurou ocorreram via políticas setoriais, com ênfase na criação de conselhos e realização de conferências voltadas para "minorias", que puderam expressar suas especificidades e formalizar demandas relacionadas, sobretudo, ao reconhecimento, ao direito à diferença e à reparação identitária (Blanco & Martin, 2003). A identidade ocupou um lugar importante na formação dos discursos estatais sobre a participação, e o participacionismo aponta para a formação de fronteiras entre atores produzindo elementos que atenuam antagonismos em relação ao governo.

Neste contexto, algumas perguntas podem ser suscitadas. Quais noções de identidade e, consequentemente, de identidade coletiva, subjazem ao discurso participacionista? Como o Estado lida com as identidades, ou, para nos esquivarmos de uma perspectiva unidirecional, como são articuladas as narrativas identitárias nos espaços formais de participação? Em que medida estas identidades são marcadas por suas diferenças e especificidades, enfatizando o fortalecimento das fronteiras entre as

diversas identidades que ocupam estes espaços? Em que medida a discussão sobre igualdade e a formação de cadeias de equivalência no discurso governamental perpassam a visibilidade e a demarcação de diferenças? Quais seriam os possíveis impactos destes discursos sobre a formação de identidades coletivas?

Como discutimos no capítulo 2, o Estado, como uma instituição de baixa probabilidade, se interessa pela mobilização de identidades por diversas razões (Eder, 2003). Entretanto, apesar de reconhecermos que os modos de operar do Estado têm consequências para a mobilização dos sentimentos de pertencimento social (Eder, 2003), tampouco podemos reduzir a proliferação destes pontos de identificação à ação do Estado. Os processos de (in)diferenciação se relacionam com o Estado, mas não estão circunscritos ao seu espaço de abrangência (Prado & Souza, 2002). A noção mesma de subjetivação política, que estamos utilizando nesta análise, pressupõe processos de (des)identificação que desafiem a ordem policial, da qual Estado é um importante agente de consolidação (Rancière, 2010). Neste sentido, os processos de constituição de identidades atravessam o Estado, mas com elementos de pertencimento que se encontram, na maior parte das vezes, acima ou abaixo de seus limites de mobilização, dos sentimentos de pertencimento e dos símbolos de identificação produzidos por ele (Eder, 2003).

Para gerir tais processos sociais o Estado precisa constantemente deslocar seu discurso para que não se lhe escape a gestão do corpo social, a dinâmica das sociabilidades e os fluxos de informação (Melucci, 1996). No capítulo anterior, analisamos este deslocamento discursivo a partir da formação de uma identidade coletiva governamental, em contraposição a um "Eles"[127], sustentando o que sintetizamos como uma ruptura sem rompimento. O discurso governamental pôde assim, a partir do participacionismo, explicitar as diferenças entre governo e Estado, a partir do investimento em processos de identificação do projeto governista com a pluralidade dos movimentos sociais que foram recebidos pelo governo. Entretanto, o discurso do participacionismo não explora detalhadamente o modo como se negocia a constituição de identidades no interior do Estado, o que demanda a análise dos processos de (in)diferenciação que subjazem aos discursos que ai se articulam.

[127] A enunciação deste "Eles" se apresentou de forma imprecisa, mas que de um modo geral se refere às elites responsáveis pela gestão política e econômica. Em alguns momentos estas elites foram identificadas com os grandes grupos midiáticos, os partidos de direita e outros atores, muita vezes aos quais se atribuía um caráter entreguista ao capital e aos interesses internacionais, o que contribuía para reforçar a imagem de um governo capaz de defender os interesses nacionais em função dos "mais necessitados" e "excluídos" (Ricci, 2010; Oliveira, 2009).

Antes de prosseguirmos com a análise, é relevante localizarmos brevemente nosso contexto de pesquisa no debate contemporâneo sobre identidade, de modo a buscar uma chave de compreensão dos processos de diferenciação e indiferenciação nas relações entre indivíduo e sociedade, e como o Estado atravessa e é atravessado por estes processos. Para tal, recuperamos a noção de identidade apresentada por Souza (1998), a partir de Elias (1994), que identifica "uma balança entre 'identidade-eu' e 'identidade-nós', na qual a 'identidade-eu'" [diferenciação] "define o indivíduo como relativa autonomia potencializadora de formações sociais, e a 'identidade-nós'" [indiferenciação] "como a ancoragem possível de integrações sociais, na qual se configurariam a relatividade das autonomias individuais" (Souza, 1998:11).

Estes aspectos são cruciais para a consolidação do projeto moderno, pois os fenômenos sociais puderam ser tomados como objeto de conhecimento, colocando em questão os fundamentos do vínculo social e a constituição dos sujeitos, o que oferece novas possibilidades para a compreensão da sociedade, da individualidade e das relações entre ambos. Do ponto de vista cultural, a ciência moderna e as influências do evolucionismo do final do século XIX, oferecem novas possibilidades de justificação das diferenças, que abrem espaço tanto para fundamentações essencialistas da constituição dos sujeitos e fenômenos sociais (Costa, 2002, 1995; Santos, 1988), como para apreensões construtivistas destes mesmos fenômenos (Pogrebinschi, 2005). A recusa de explicações transcendentes para a compreensão dos fenômenos sociais faz com que o essencialismo e o construtivismo estejam em constante negociação no terreno da modernidade (Terto Jr., 1999).

Do ponto de vista político, o Estado passa a representar um papel novo na sociedade, tendo como tarefa, entre outras, "homogeneizar o pertencimento do indivíduo a um território administrativo político e econômico, comportando também a constituição de diversos territórios de outros pertencimentos coletivos, representados por identidades em vários planos: sexuais, profissionais, étnicos, religiosos, de classe, etc." (Souza, 1998:12).

Ainda seguindo as palavras de Souza (1998):

> Na transição para os Estados Nacionais, portanto, a autonomia relativa dos indivíduos é ampliada em suas opções, sem contudo perder uma matriz de continuidade ou permanência em termos dos pertencimentos aos grupos socialmente constituídos. Esses por sua vez, passam a ser hegemonizados por uma identidade nacional, nas instituições sociais, delimitadas por um território e reguladas pelo Estado Nacional, que deve responder não só às peculiaridades de seu território, mas também às unidades supranacionais e internacionais (Souza, 1998:13).

A modernização da sociedade provoca, neste contexto, transformações radicais nos processos grupais, num sentido ambíguo que detona concomitantemente diferenciações e indiferenciações (Prado & Souza, 2002). Neste contexto, Hall (2005) argumenta que vivemos hoje uma fragmentação dos processos identitários que são impulsionados pela globalização sem, contudo, deixar de lado os processos de identificação que se atrelam ao Estado-Nação, direta ou indiretamente, através de processos de institucionalização das formas de organização social e de regulação dos elementos constituidores de identidades.

Segundo Wasserman (2002), "pertencer a uma comunidade mais ampla do que a comunidade local, tem sido a identidade prioritária nos tempos modernos, mas está longe de ser a única" (p.94). É necessário reconhecer que é a própria institucionalização dos princípios universalistas de cidadania que abre as possibilidades de proliferação de identidades, ao mesmo tempo em que sustenta a noção de que a nacionalidade seja mais central, legítima ou prioritária do que as demais formas de pertencimento. Em seus paradoxos (Scott, 2010), tais fluxos identitários são próprios da modernidade e alcançam os indivíduos em sua intimidade politizando aspectos da vida privada ao mesmo tempo em que demandam novas e sofisticadas formas de controle (Mouffe, 2000; Melucci, 1996).

Melucci (1996) argumenta que a modernização exige que os indivíduos sejam capazes de processar recursos informacionais que se tornaram básicos ao funcionamento da sociedade, o que demanda autonomia individual. Por outro lado, este aumento da autonomia individual vem acompanhado por fortes pressões por conformidade às normas sociais. Neste sentido, o controle social opera tanto no nível da autorregulação individual, como da penetração da racionalidade instrumental na vida biológica e emocional das pessoas. A análise de Foucault (1997) segue nesta direção, mostrando que a sociedade contemporânea desenvolveu estratégias sofisticadas de controle social, que incidem sobre o indivíduo e seu corpo, que passam pela internalização dos padrões de sociabilidade pelos indivíduos, o que nomeou como biopolítica.

Rancière (2010:48) argumenta que Michel Foucault foi preciso em demonstrar que a ordem policial se estende muito além de suas "instituições e técnicas especializadas", entretanto, discorda da visão deste autor acerca do conceito de poder, no qual todas as relações sociais são relações de poder que provocam processos de resistência: "se tudo é político, nada o é". Para Rancière (2010) é importante reconhecer

a extensão da ordem policial na vida cotidiana, mas também é importante "dizer que nada é em si mesmo político, pelo simples fato de que sejam exercidas relações de poder. Para que uma coisa seja política, é preciso que tenha lugar o encontro da ordem policial e a lógica igualitária, o que nunca está pré-constituído" (p.48).

Neste sentido, se tomarmos o pensamento de Rancière (2010; 2006), veremos que a constituição de identidades se apresenta como um processo atravessado pelo político, que define as possibilidades de um indivíduo se reconhecer como tal. A partilha do sensível aponta para o posicionamento identitário de cada indivíduo que, por sua vez, compartilha deste sensível definindo sua visão de mundo a partir de sua localização hierárquica numa comunidade política. Não por outro motivo, a identidade se relaciona com a política, para Rancière (2010), a partir da subjetivação política que envolve um processo de (des)identificação que passa pela verificação da igualdade. A identidade, nesta perspectiva, se torna elemento de resistência quando associada ao que Laclau & Mouffe (1985) chamam de lógica da equivalência, não podendo, portanto, se constituir como antagonismo apenas através da lógica da diferença.

Para Laclau & Mouffe (1985) este processo se dá pela forma com que um discurso se inscreve no interior de uma estrutura discursiva hegemônica. Tanto em Rancière (2010) como em Laclau & Mouffe (1985), encontramos uma compreensão da estruturação das relações de dominação para além do Estado e das instituições de controle social. Entretanto, enquanto um agente privilegiado de objetivação do ordenamento policial de uma sociedade, o Estado pode ser tomado como um elemento importante para compreendermos os processos de (in)diferenciação através da análise de seus discursos sobre a constituição de identidades e de como articula os princípios de igualdade e diferença no reconhecimento dos atores com os quais interage.

Partindo desta concepção de constituição de identidades, analisamos como as mudanças na estrutura de oportunidades políticas formaram discursos sobre a identidade. Tomamos como referência a formação de identidades coletivas em torno de temáticas ligadas à juventude e à diversidade sexual, analisando como os jogos identitários são significados nas fronteiras entre o Estado e a sociedade civil. Nesta perspectiva, duas questões são fundamentais para analisarmos a formação de discursos: em que medida os processos de diferenciação social afetam a formação de identidades e suas relações com o Estado? Em que medida a mobilização de identidades promovida pelo Estado lida com o apelo à diferença por parte dos movimentos sociais?

5.1. A Identidade como diferença e a emergência de "novos" sujeitos políticos

Como argumentamos, o Estado é um agente importante para a análise dos processos identitários, sobretudo quando abordamos o gerenciamento de identidades coletivas que demandam transformações sociais que tensionam a ordem policial. Apesar de diversos teóricos estarem apontando as limitações do Estado e afirmado que este se encontra em crise (Ortiz, 2006; Tejerina et al, 2006; Eder, 2003; Bauman, 1999, dentre muitos outros), o Estado ainda reúne uma importância política inquestionável no cenário contemporâneo (Wood, 2005), e vem apresentando um alargamento de sua abrangência no Brasil da última década[128]. O Estado participa e se interessa pelos jogos identitários, entre outros motivos, pela necessidade de, a partir da centralidade do poder que incorpora, agenciar uma homogeneidade mínima ao corpo político da nação (Eder, 2003). Entretanto, isto não pode ser compreendido de forma linear, pois o Estado se encontra no centro de um conjunto de vetores de poder, pressionando e sendo pressionado por interesses antagônicos que engendram complexos jogos identitários.

As mudanças na estrutura de oportunidades políticas que se deram durante o Governo Lula apresentam um deslocamento discursivo significativo em torno da constituição de identidades, incorporando uma série de categorias identitárias e formulando estratégias para a articulação dos processos de (in)diferenciação. Neste contexto, Castro (2008) discute os jogos identitários em torno das temáticas da juventude, argumentando que as políticas estatais para jovens anteriores ao governo do PT eram marcadas pelo conservadorismo e pela distância estatal com relação aos jovens, que eram tratados como indivíduos passivos que necessitavam apenas de reparações estruturais através de políticas universalistas e de assistência.

Segundo a autora, quando o PT assume a presidência da república, ocorre uma mudança na maneira do Estado lidar com os sujeitos políticos agrupados em torno do termo "juventude"[129]. A expressão políticas "de/para/com" juventudes (Castro &

[128] Hobsbawm (2012) aponta o alargamento do Estado como uma possível tendência das relações políticas internacionais da contemporaneidade. Utilizando como exemplo a transformação do Estado nos chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China), nomeia como Capitalismo de Estado o modelo de gestão que vem tomando forma nestes países. Wood (2005) aponta, num sentido análogo, de que no auge do capitalismo liberal, a competição entre economias nacionais ganha centralidade, em detrimento da competição entre empresas ou investidores privados. Esta autora parte da crítica ao conceito de empresas transnacionais, uma vez que toda empresa se constitui como um empreendimento nacional de influência transnacional.

[129] Silva & Andrade (2009) discutem pressões internacionais que incentivaram a formulação e implantação de políticas para a juventude em diferentes países, dentre eles o Brasil, principalmente no

Abramovay, 2004) contextualiza e sintetiza esta mudança que, apesar de reconhecer os jovens como sujeitos de direitos e atores ativos nas políticas de cidadania, traz implicações para repensarmos a relação entre o Estado e a sociedade civil organizada, acerca dos modos como os conflitos vêm sendo politizados em torno das diferenças identitárias e das especificidades temáticas de grupos particulares.

A atenção dada às políticas públicas de "minorias" contextualiza o esforço do governo em promover o reconhecimento institucional de identidades no âmbito do Estado, o que implicou na assimilação de categorias identitárias pelos discursos e estruturas organizacionais estatais. A categoria juventude, por exemplo, que antes era abordada nas Conferências da Infância e Adolescência, se diferencia e ganha contornos próprios, e abre espaço para a formalização de novas categorias sociais engendradas na transversalidade com outras "minorias".

Nesta direção, Castro (2008) aponta que os movimentos de juventude necessitam agregar outros significantes, tais como gênero, raça, ser da periferia, entre outros, para conseguir argumentar na esfera pública e participar dos arranjos e debates políticos relacionados às suas demandas. Segundo a autora, apesar das demandas destes grupos incluírem questões estruturais fundamentais, será a reparação identitária que dará a tônica da pauta de reivindicações e mobilização destes movimentos, produzindo agrupamentos identitários cada vez mais estreitos e diferenciados.

O Estado, por sua vez, depois que o PT assume o poder, em 2003, passa a capitalizar sobre estas mobilizações[130], dando a elas "um direcionamento político-partidário[131]" (Castro, 2008). Como vimos no capítulo anterior, um dos elementos do

---

âmbito da Organização das Nações Unidas. Isto é relevante para contextualizarmos tais transformações em um debate global sobre juventudes, e que o Estado brasileiro não pode deixar oferecer respostas. No desenvolvimento desta pesquisa, embora não sejam tratadas diretamente, as pressões transnacionais adquirem importância, pois trazem implicações contundentes para compreendermos o papel do Estado e seus modos de interagir com a sociedade.

[130] O reconhecimento e a democratização em torno dos direitos humanos de "minorias" é um dos pontos de avaliação do desempenho governamental, sobretudo junto às agencias transnacionais (Silva & Andrade, 2009). A seguinte citação com a declaração do Ministro Paulo Vannuchi pode ser compreendida, neste contexto, como uma forma de capitalizar sobre as iniciativas governamentais constituindo uma imagem do governo compatível com os princípios de democratização postulados por estas agências transnacionais: "O ministro salientou que, enquanto um ditador africano – o presidente de Gâmbia – declara que aquelas pessoas de seu país que queiram ser gays devem abandonar a nação e tornar-se gays em outros países, 'o Brasil está declarando ser um lugar da convivência da diferença e que não aceita a estigmatização na escola, no trabalho e na saúde' (CLAM, 2008). Porém, é importante ressaltarmos que a visão que o ministro tentou passar, de um país "da convivência da diferença", é contraditória com algumas posturas do governo que negligenciam os diversos indicadores que apontam a condição de violência e opressão que atravessa a vivência da sexualidade no Brasil (Mott, 2000; 2002; Prado, Rodrigues & Machado, 2005; 2006).

[131] Algumas entrevistas feitas com militantes do Movimento LGBT criticam esta postura dos partidos políticos, afirmando que os movimentos sociais são utilizados como "correia de transmissão" do ideário

discurso participacionista é a noção da participação como um *fim em si mesmo*, que articula o reconhecimento identitário de grupos "minoritários" com a emocionalidade dos atores coletivos, fomentando a formação de sentimentos de pertencimento ao projeto político governista. Castro (2008) argumenta que, a partir do ímpeto participativo catalisado pelo Governo Lula, a especialização temática marcou determinantemente as discussões sobre as políticas públicas de juventudes:

> "Ao longo de 2006 e 2007, o governo federal incentivou, por meio das secretarias municipais e estaduais, a mobilização dos setores juvenis organizados (grupos de ações afirmativas, ongs, principalmente) em torno da discussão e formulação de pautas para a consolidação de uma Política Nacional da Juventude. Em 2007, conferências estaduais da juventude se realizaram e culminaram na Conferência Nacional da Juventude, que aconteceu em abril de 2008" (Castro, 2008).

Na avaliação da autora, isto constitui um fato inédito na história do Brasil e acaba por fomentar grande quantidade de espaços de discussão e ações para e por parte da juventude, levando o jovem a se assumir como um sujeito de direitos, convocado por ações governamentais (Castro, 2008). Neste sentido, os movimentos de juventudes, que anteriormente estavam circunscritos aos movimentos estudantis, ampliam seus pontos de identificação, mobilização e atuação, o que nos leva a reconhecer que o movimento de juventudes atual não apenas de fortalece durante este período, mas sim, surge enquanto sujeito político renovado, a partir do crescente interesse governamental nesta categoria.

Embora com características distintas, podemos identificar algumas semelhanças nos processos de mobilização de outras categorias sociais, tais como mulheres, negros e LGBT. Assimilando o que Facchini (2005) chamou de "sopa de letrinhas", o governo passou a dialogar com os movimentos LGBT reconhecendo suas especificidades e respondendo à suas demandas com a criação de pastas, projetos, editais e departamentos governamentais voltados para o atendimento e a representação deste "segmento" populacional no interior da administração pública. Entretanto, não podemos argumentar que durante o Governo Lula o movimento LGBT, no que diz respeito a suas subdivisões e especializações temáticas, tenha se renovado com o mesmo vigor que o movimento de juventudes, como apontou Castro (2008)[132].

---

do partido, secundarizando suas lutas e demandas, mas sem deixar de se beneficiar de seu poder de mobilização (Machado, 2007).

[132] As transformações mais nítidas nestes movimentos ao longo do Governo Lula se deram principalmente nas práticas coletivas e estratégias políticas (Machado, 2007).

Desde suas origens, as mobilizações em torno da sexualidade já apresentavam processos de diferenciação entre gays e lésbicas, inclusive dissidências como a de homossexuais negros, e outras (MacRae, 1990). Facchini (2005) aponta que foi na década de 1990 que as siglas começaram a ser utilizadas para identificar o conjunto dos grupos que militavam em torno da sexualidade, com o surgimento do conceito mercadológico de GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Neste percurso histórico, o que mais visivelmente se sobressai a partir de 2003 é um aprofundamento dos processos de especialização e institucionalização dos atores que compõe o movimento LGBT, o que demandou muitos esforços na caracterização e delimitação das diferenças e semelhanças entre L, G, B, T, T, I, etc. (Machado, 2007).

A tematização categorial no âmbito das políticas participativas e das relações entre Estado e movimentos sociais – como, por exemplo, a partir de seus editais de financiamento, preenchimento de cargos e/ou reconhecimento de determinadas lideranças – pode ser caracterizada, principalmente, pelo pragmatismo na formulação de projetos que buscam atender a multiplicidade das demandas dos movimentos sociais. Para além da caracterização de um "sujeito social" a ser reconhecido (e ter sua identidade reparada), ou da delimitação de um "segmento[133]" populacional (categorial) que demanda respostas do Estado, os campos de intervenção passaram a ser informados de forma objetiva, instrumentalizável. A institucionalização de categorias sociais que segue a gramática policial e burocrática do Estado é, muitas vezes, limitada do ponto de vista da constituição das identidades, engessando a complexidade dos processos de identificação. Entretanto, a subdivisão em categorias sociais bem delimitadas é apresentada como supostamente capaz de viabilizar a eficácia técnica de intervenções sociais, bem como a localização simbólica destas "minorias" no discurso estatal (Vianna & Parada, 2002; Vianna, 2002).

As ações políticas oferecidas como respostas às demandas dos "segmentos" populacionais passaram a serem traduzidas em termos de objetivos (quase sempre segmentados), justificativas, metodologias, orçamentos (quase sempre escassos), cronogramas (quase sempre com prazos curtos) resultados (quase sempre quantificáveis) e avaliação de resultados (quase sempre imprecisos). No contexto de um Estado compatível com a lógica empresarial (Eder, 2003), estas diretrizes de

[133] O amplo uso do termo "segmento" nos materiais produzidos pelo governo e nas entrevistas realizadas, já aponta para a contextualização do discurso governamental num "mercado do social". "Segmento" é um termo típico do vocabulário administrativo para se referir aos "segmentos de mercado", e reflete uma visão de agrupamentos sociais tipificados, estereotipados e homogêneos.

intervenção marcam os diálogos e as formas de interação entre os movimentos sociais e a administração pública, seguindo um esforço de objetificação e quantificação da política, que passa a ser compreendida prioritariamente em sua dimensão estrita de política pública (Tommasi, 2012).

Para além da especialização temática, um ponto importante nesta discussão foi que, no âmbito dos arranjos participativos, o governo estimulou a transversalidade entre as diversas categorias sociais, sob o argumento da "indivisibilidade dos direitos humanos". Isto acabou por produzir novas narrativas que passaram, ao contrário, a dar sentido a discursos e práticas militantes ainda mais específicos, produzindo novos processos de identificação que demandam formas particulares de reconhecimento e, consequentemente, monopólios de novas narrativas. As diversas "minorias" sociais passaram a contar com cadeiras em conselhos e a inserir suas pautas em outras agendas políticas. Por exemplo, no CONJUVE existem cadeiras para o movimento LGBT, negro e feminista, e no CNCD/LGBT identificam-se cadeiras para a Juventude LGBT, Rede Afro LGBT e assim por diante.

No campo dos direitos humanos, estas associações identitárias foram tradicionalmente tratadas pelos conceitos de especificidade, transversalidade e indivisibilidade dos direitos humanos, não sendo, portanto, uma demanda recente. Porém, como se notará adiante, tais conceitos se caracterizam muito mais como um desafio a ser superado do que como critérios consolidados para a formulação de políticas públicas ou, menos ainda, para a organização de ações políticas conjuntas e estratégicas.

Quando adentramos no monopólio das narrativas e nos elementos simbólicos que articulam os sentimentos de pertencimento coletivo, notam-se afirmações como "eu enquanto negra e lésbica", "eu enquanto jovem, homossexual e trabalhador rural", "eu jovem feminista da periferia", "eu enquanto jovem, negro e deficiente físico", e assim por diante, elencando um grande número de possibilidades de afirmação de identidades pautadas por sua localização numa teia de entrelaçamento entre pares categoriais. Além disto, outros elementos produtores de pertencimento se articulam neste campo ampliando sua diversificação e complexidade, dentre eles, "ser Estado", "ser movimento social", "ser ONG", "ser universidade", "ser da iniciativa privada" etc. Todos estes termos apareceram com este formato na fala de nossos entrevistados, que também costumam utilizar ".org", ".gov", ".edu", para identificar o lócus de referência dos sujeitos políticos.

A análise temática das entrevistas levantou também outros elementos definidores de uma identidade coletiva e que podem ser ativados nestas interações, tais como classe social, afiliação partidária ou simpatia por algum partido ou conjunto de partidos, bem como a adesão a determinados projetos políticos ou posicionamentos políticos como, por exemplo, "ser a favor das cotas", "reforma agrária", "descriminalização do aborto" etc., além do reconhecimento de campos de especialidade de lideranças e grupos, tais como ações no campo da educação, saúde, pesquisa e outros.

Estas redes de ações e negociações envolvem diferenciações e a formação de fronteiras identitárias que constituem, nas palavras de Tommasi (2012:112), algo como um mercado do social, no qual os diferentes atores políticos terão que "disputar espaços, visibilidade e recursos; relacionar-se com políticos, agências financiadoras e a burocracia estatal; escrever projetos, concorrer a editais e preparar prestações de contas" (Tommasi, 2012:122). Neste contexto, Tommasi (2012) considera mais relevante abordar a juventude "não como uma condição de vida, uma categoria analítica ou um sujeito ou ator social, mas como um campo de intervenção que, no último decênio, tem se tornado uma área significativa de interesses e investimentos públicos e privados" (p. 123). Para a autora, este é um campo de especialização, mas também de disputas, interesses e conflitos, acerca do qual, "não por acaso, muitos esforços (e muita tinta escrita) têm sido voltados a delimitá-lo: o que se considera juventude? Que faixa etária ela abrange?" (p. 123).

Tommasi (2012) se refere ao frequente e constante esforço em definir o que é "ser jovem", quais são suas especificidades, a diversidade das experiências juvenis etc. A título de exemplo, o governo adotou a faixa dos 15 aos 29 anos, que ainda se divide em "adolescentes-jovens (entre 15 e 17 anos), os jovens-jovens (entre 18 e 24 anos) e os jovens-adultos (entre 25 e 29 anos)" (1ª Conferência Nacional de Juventudes: Levante sua bandeira. Texto Base, S/D:08). Estas subdivisões não são meramente simbólicas, elas determinam possibilidades de financiamento, campos articulatórios e formas de organização e atuação que ensejam o aprimoramento de conceitos e formas de interação que determinam as relações entre o Estado e a sociedade civil organizada.

A diversidade sexual vai num sentido análogo, também podendo ser compreendida como um campo de intervenção que, sobretudo a partir da última década, vem atraído a atenção de órgãos e agências governamentais, parlamentares, grupos de pesquisa, organizações não governamentais etc. (Prado, Machado & Carmona, 2009). Embora a diversidade sexual não tenha se tornado um campo de intervenção que atraia

tantos investimentos, já que o tema enfrenta grande oposição de setores organizados da população e desafie crenças e convenções culturais arraigados na sociedade brasileira, um sem número de atores incorporou esta discussão aos seus discursos, por motivos diversos (Machado, 2007).

Ao longo da década de 2000 muitos grupos organizados de LGBT também se adequaram aos financiamentos e editais de fomento[134] e às disputas no âmbito das políticas públicas, sejam estas locais ou nacionais, direcionando grande parte de seu potencial de impacto social para ações de advocacy[135] junto ao poder público (Machado, 2011; 2007; Prado, Mountian, machado & Souza, 2010; Prado, Machado & Carmona, 2009). Neste contexto, o termo diversidade sexual se torna cada vez menos utilizado, sendo até mesmo rechaçado por alguns setores do movimento, que passa a se identificar por siglas como GLBT, LGBT, LGBTTT, LGBTI etc. Estas siglas atualmente servem como palavras-chave, não apenas no âmbito dos grupos organizados da sociedade civil, mas também no âmbito acadêmico e governamental, e delimitam a diferenciação de campos específicos de intervenção.

As discussões acerca da diversidade sexual se tornam, deste modo, marcadas pelas diferenças e particularidades que atravessam as experiências sociais de sujeitos que nem sempre se abrigam facilmente nas siglas reconhecidas institucionalmente. Entretanto, as intervenções, as políticas públicas, a militância e as análises políticas das hierarquias sexuais estão pautadas pela especialização temática e organizadas através de categorias identitárias fixas[136]. Mesmo que, com a popularização das *Queer Teories* no Brasil, a categorização identitária esteja cada vez mais sendo posta em questão, a militância que se organizou em torno do movimento LGBT nacional está distante de

[134] Como apontado por alguns entrevistados, o aumento nas dotações orçamentárias para projetos voltados à população LGBT, bem como o reconhecimento simbólico desta população e de seus grupos organizados, cresce até a Primeira Conferência Nacional LGBT, em 2008, momento a partir do qual este processo começa a se retrair, entrando em estado crítico durante e após as eleições presidenciais de 2010. Isto também foi oportunamente denunciado por ativistas (Rodrigues, 2008).

[135] O termo advocacy, que será retomado no próximo capítulo, pode ser sintetizado como "defender e argumentar a favor de uma causa" (Libardoni, 1999), o que pode ser direcionado ao Estado ou à sociedade como um todo. Entretanto, as ações de advocacy enfocadas pelo movimento LGBT se pautaram, sobretudo, pela pressão e acompanhamento da atuação do poder público. Este termo serviu de eixo organizador para a "capacitação" de diversos grupos militantes em todo o Brasil, através do Projeto Somos, financiado pelo Ministério da Saúde, e de ações da ABGLT, adquirindo grande importância na constituição de ações dos grupos e lideranças deste movimento. O projeto Aliadas é um bom exemplo disso, mas também se deve notar a tendência à criação de centros de referência, órgãos públicos específicos voltados para o atendimento à população LGBT, bem como a organização de conferências e a criação de conselhos.

[136] Para uma análise acerca desta questão, ver Prado, Mountian, Machado & Souza (2010).

construir um modelo de ativismo baseado na desconstrução das identidades e na performatividade.

De um modo geral, a militância LGBT brasileira segue enfatizando a dimensão estratégica do essencialismo[137]. No trecho abaixo, um de nossos entrevistados argumenta sobre a importância das categorias fixas e do enfoque na diferenciação, definindo-se como um "essencialista estratégico":

> É importante a gente ter uma bandeira, ter uma sigla, isso é fundamental para as políticas públicas. Ninguém discrimina os sexuais, mas os homossexuais são discriminados, então eu sou um **essencialista estratégico** para a gente ter as identidades muito bem claras, explicar pra sociedade, porque a gente ainda... **Não estamos naquele discurso de igualdade de direito** (Entrevista 23).

É importante reconhecermos que existem diferenças enormes entre os campos da juventude e da diversidade sexual, tanto no que concerne ao movimento histórico de cada um, nos modos de se organizarem, suas especificidades[138], suas demandas etc., como em suas relações com o Estado e nas estratégias governamentais utilizadas para oferecer respostas às demandas de cada movimento social[139]. Entretanto, estes dois movimentos sociais convergem em processos de diferenciação identitária que enfatizam especificidades pautadas por experiências sociais particulares, o que tende ao essencialismo e a reificação das identidades (Scott, 1999).

Para abordar as dinâmicas políticas em suas relações com a identidade, tentaremos sintetizar os elementos dos dados categorizados como igualdade/diferença

[137] Embora discordemos de uma perspectiva essencialista, é importante ressaltar que este não é um campo pacífico nos estudos de movimentos sociais. Bernstein (2005) levanta esta problemática no campo das políticas de identidade e, questionando a perspectiva de Butler (1990), argumenta que entre os grupos nos quais as diferenças estão marcadas no corpo, as "políticas da performatividade" dificilmente funcionariam sem a dimensão estratégica do essencialismo.

[138] Optou-se por não se aprofundar nestas diferenças, por questão de espaço e do enfoque argumentativo, e nos voltamos mais para as relações entre os movimentos sociais e o Estado, conforme apontado nos aspectos metodológicos, do que para a discussão específica de cada movimento. Entretanto, nos parece importante salientar algumas questões relevantes que diferenciam os dois movimentos, algumas já debatidas por outros autores, tais como a homofobia institucionalizada (Junqueira, 2011; Prado, Arruda & Rocha, 2009) e a homofobia internalizada (Prado & Machado, 2008), no campo da sexualidade, e o tratamento do jovem como objeto de projetos e as diferenças entre o jovem generalizado e o jovem pobre ou "em situação de risco" ou "vulnerabilidade" (Tommassi, 2012).

[139] Um ponto que merece ser destacado, com relação ao percurso histórico do movimento LGBT, diz respeito ao enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS, que mobilizou esforços dos grupos militantes no desenvolvimento de campanhas de prevenção e apoio (Parker, 2004; MacRae, 1990). Poucos grupos conseguiram atravessar a década de 1980 sem extinguirem suas atividades e os poucos que permaneceram atuantes concentraram suas atividades no enfrentamento à epidemia, dialogando diretamente com as políticas de saúde, e com uma tímida interlocução com o campo dos direitos humanos (Green & Trindade, 2005; Câmara, 2002; Green, 2000). Neste sentido, as transformações pelas quais passaram o movimento LGBT no período que estudamos dizem respeito, sobretudo, à diversificação das frentes de diálogo com o Estado, que passaram a somar negociações na área da saúde com demandas direcionadas a outros setores governamentais (Machado, 2007).

como uma formação discursiva que nomeamos como Diferencialismo Identitário. Esta análise discursiva buscará esclarecer aspectos interacionais entre os movimentos sociais e suas subdivisões, como estes atores se organizam do ponto de vista identitário para participar e impactar o Estado e, consequentemente, como o Estado lida com as diferenças no reconhecimento de identidades coletivas.

O diferencialismo será abordado como uma construção discursiva complementar ao discurso participacionista, aprofundando a análise de como a constituição de identidades se relaciona com os modos através dos quais os movimentos sociais endereçam suas demandas ao Estado, e como o Estado lida com as diferenças identitárias no âmbito da participação social. Mesmo que as definições identitárias possam ser tratadas como discursos estratégicos (Bernstein, 2005; 1997), elas são relevantes para a compreensão dos processos de constituição de identidades coletivas, uma vez que a escolha de estratégias políticas e o estabelecimento de formas específicas de interação social não são independentes de como os atores se concebem mutuamente e definem papéis (Prado, 2001; 2002; Melucci, 1990).

É importante ressaltar que a ênfase na diferença não é efeito exclusivo das mudanças na estrutura de oportunidades políticas do período que delimitamos. A fragmentação do corpo político é um fenômeno mais amplo e generalizado do que o objeto deste estudo. Entretanto, como vimos no discurso do participacionismo, durante o Governo Lula houve uma abertura significativa para as políticas de identidade ou, para utilizarmos um termo mais popularizado, para o reconhecimento das "minorias sociais" e sua presença no âmbito estatal através dos arranjos de democracia participativa e das formas de interação entre o Estado e os movimentos sociais. Os dados que apresentamos até aqui nos levam afirmar que, neste período, houve uma dinamização e diversificação dos processos de identificação no âmbito estatal, o que se refletiu diretamente na constituição de identidades coletivas. Tentaremos explorar as formas de interação social e a formação de fronteiras identitárias que subjazem a um discurso sobre os processos de (in)diferenciação.

Deste modo, o discurso do diferencialismo identitário é uma construção teórica que tem como objetivo principal analisar como se deram os processos de (in)diferenciação nas fronteiras entre a sociedade civil e o Estado e suas consequências

para a democracia, levando em conta as mudanças na estrutura de oportunidades políticas mapeadas pelo discurso participacionista[140].

Para abordar o discurso do diferencialismo identitário apresentaremos, primeiramente, sua estrutura conceitual básica para, em seguida, quando formos expor os mecanismos interacionais atravessados por este discurso, trazermos trechos dos dados analisados como forma de ilustrar os campos semânticos que nos levaram até esta amarra teórica. No capítulo 6, no qual analisaremos mais detidamente o eixo de análise conflito/ consenso, será feita uma síntese dos dois discursos analisados neste trabalho, de modo a avaliar em que medida as interações sociais que se dão entre o Estado e a sociedade civil organizada estão pautados por estas construções discursivas. Neste sentido, a leitura do capítulo seis ajudará na compreensão dos capítulos quatro e cinco, pois algumas citações referentes ao diferencialismo foram inseridas apenas no próximo capítulo, para evitarmos repetições excessivas.

5.2. O Discurso do Diferencialismo Identitário

Enquanto um discurso organizador de processos de identificação que são também sistemas de ação, o Diferencialismo Identitário se apoia em experiências particulares que ganham sentido a partir de interações sociais que articulam identidades pessoais, sociais e coletivas. Aqui nos interessam as identidades coletivas que se politizaram a partir da passagem de relações sociais de uma noção de subalternidade para a idéia de opressão social (Mouffe, 1986). Esta passagem é aqui relevante, pois é a partir da nomeação das diferenças em termos desiguais que a opressão social produzirá antagonismos sociais e lutas democráticas, entretanto, não sem a articulação com a lógica da equivalência social (Laclau & Mouffe, 1985).

Neste sentido, as críticas que aqui fazemos não se referem à diferença em si, mas aos discursos que impedem as diferenças de se articularem a partir de algum princípio de igualdade e de equivalência social. Nossa hipótese é que esse impedimento é perpassado pelo discurso do diferencialismo identitário, que contribui para que o

[140] É importante recordar que trabalhamos aqui, do ponto de vista da técnica de análise, com a noção de discurso apresentada por Álamo (2010), que se afasta de uma apreensão literal do material textual e que evita apreender as afirmativas dos sujeitos falantes como se fossem dados transparentes. Isto nos leva a compreender o discurso do participacionismo e o discurso do diferencialismo identitário como construções teóricas que foram elaboradas analiticamente "a partir do material empírico produzido pelos falantes" (Álamo, 2010:35).

potencial de politização de uma identidade coletiva seja assimilado pelas formas de governo e pelas relações político-sociais contemporâneas. Para retomarmos os conceitos de Rancière (1996), a política se dissipa em seu ordenamento policial, já que a verificação da igualdade, que para o autor caracteriza a democracia, estará circunscrita pelas equações geométrica e aritmética que sustentam a lógica de dominação de uma determinada ordem policial, o que limitará as possibilidades de (des)identificação envolvidas na subjetivação política.

Neste contexto, não podemos deixar de reconhecer o paradoxo que se estabelece entre igualdade e diferença, pois embora se configurem como conceitos aparentemente contraditórios, um só ganha sentido quando confrontado com o outro (Scott, 2005). O próprio conceito de identidade coletiva implica na articulação de elementos, frente à heterogeneidade social, produzindo alguma homogeneidade discursiva (Laclau & Mouffe, 1985). Não por outro motivo, preferimos falar em (in)diferenciação ou (des)identificação, por compreendermos que tratamos de um ato simultâneo que pode ser visto desde dois ângulos diferentes. Sem a lógica da diferença a própria formação de antagonismos sociais e a emergência da política não fariam sentido. A vivência e a elaboração de diferenças, por si mesmas, não impedem esta verificação da igualdade, ao contrário, a torna conceitualmente possível. Argumentaremos que será o diferencialismo, e não a diferença, que estabelecerá um limite experiencial para a verificação da igualdade, impedindo a formação de cadeias de equivalência desafiadoras do discurso hegemônico.

Esta compreensão da relação entre igualdade e diferença é importante para evitarmos uma apreensão coletivista ou individualista da formação de identidades (Prado & Souza, 2002). As lutas pelo direito à diferença e os "movimentos identitários" são constantemente criticados por afastarem da política seus "temas principais", como a luta de classes e a desigualdade sócio-econômica[141]. Entretanto, a formação de vários pares categoriais que vêm sendo compreendidos como políticas de identidade

[141] Diversos autores debatem esta questão. Para uma revisão bibliográfica que apresenta os dilemas em torno das críticas aos "movimentos identitários" ver Bernstein (2005); No livro organizado por Leher. & Setúbal (2005) encontram-se vários artigos que tentam recuperar a importância das lutas anti-capitalistas, onde se destacam os textos de Wood (2005) e Vakaloulis (2005). Uma discussão interessante sobre este tema pode ser encontrada em Fraser (2002), no qual a autora apresenta o dilema da substituição. Interessante observarmos que estas críticas não são recentes, grupos feministas, movimentos negros e homossexuais sempre foram secundarizados nos movimentos de classe, que argumentavam que superadas as condições da exploração capitalista as outras formas de desigualdade iriam naturalmente se equalizar. Isto quando suas demandas eram minimizadas e associadas a anseios burgueses por individualização no âmbito das lutas anticapitalistas (MacRae, 1990).

desempenharam um papel importante na estruturação do projeto moderno, inclusive na expansão do sistema capitalista de produção[142]. Isto nos leva a considerar que as diferentes formas de desigualdade que se estruturam numa determinada hegemonia, se sobrepõem e se reforçam de forma inter-relacionada e historicamente contingente (Laclau & Mouffe, 1985), apesar de se sustentarem a partir de dinâmicas interacionais relativamente independentes (Tilly, 2000).

Para Mouffe (1988) a possibilidade de politização de novos âmbitos da vida social ocorre concomitantemente à expansão do sistema capitalista de produção e a intensificação das relações sociais pautadas pela noção de bens de consumo. Para tentar compreender estas formas de relação social, Mouffe(1988) se utiliza do conceito de *commodification of life*, termo comumente traduzido como mercadorização da vida (Vakaloulis, 2005). Objetivando a percepção das relações sociais como commodities, tais modos de ser contemporâneos estão relacionados à busca por autonomia individual e por individualização e, consequentemente, estão marcados pela interiorização das pressões por conformidade social das quais fala Melucci (1996). Neste sentido, a mercadorização da vida e os impulsos por individualização engendram um campo complexo para a compreensão dos processos contemporâneos de mobilização social e ativismo político.

Tejerina (2011) tenta localizar a alteração no perfil da militância espanhola contemporânea argumentando que "a política se privatiza, se converte em uma questão de escolha ou preferência pessoal" (p. 4). Para o autor, "enquanto os ativistas de décadas passadas tratavam de dar um sentido vital a um projeto político, convertendo a política em um núcleo central de sua vida, nos últimos anos os ativistas mais jovens parecem optar por dar um sentido político a um projeto vital" (p. 282). Esta análise segue na direção do que conceituou como "privacidades compartilhadas"[143], como

[142] Brevemente podemos citar os textos de Butler (2000), que aborda a relação entre classe social e os papeis de gênero e sexualidade, de Wallerstein (2003), que descreve alguns efeitos socio-psicólogicos da separação generificada entre público e privado para a consolidação do projeto capitalista e de Quijano(2005), que analisa a relação entre o surgimento do conceito de raça e sua importância para a legitimidade do projeto moderno de dominação. Este três autores desenvolvem criticas ao marxismo ortodoxo argumentando acerca da importância do reconhecimento das diversas formas de opressão para a compreensão dos processos políticos modernos, o que nos impede de reduzir os conflitos contemporâneos à díade capital/trabalho sem, contudo, ignorá-los. A releitura do marxismo feita por Laclau(1993) também é uma tentativa de desnaturalizar o conflito capital/trabalho para uma compreensão não essencialista e economicista do político.

[143] Tejerina (2005) ressalta a noção de privacidade compartilhada para analisar o espaço político na atualidade. Tal noção propõe enfatizar experiências privadas que são compartilhadas em esferas semi-públicas, as quais se inserem, portanto, em um espaço de latência com relação à emergência dos indivíduos no espaço público, alcançando visibilidade e reconhecimento na esfera pública através da

elemento prioritário na mobilização, articulação política e, consequentemente, na formação de identidades coletivas contemporâneas.

Como identifica Tejerina (2005), os elementos mais eficazes em produzir pertencimento coletivo seriam aqueles que alcançam o sujeito em sua vida pessoal, suas experiências cotidianas organizadas ao redor de determinados aspectos vitais da vivência pública e privada. Para o autor, os movimentos sociais "se situam em um espaço de privacidade compartilhada que possibilita a conversão de interesses privados em questões de debate na esfera pública, e permitem encontrar uma estrutura de plausibilidade para viver a cidadania vicária" (Tejerina, 2005: 81). Nesta perspectiva, se argumenta que os movimentos sociais são cada vez mais necessários como motores da "inovação democrática" (Tejerina, 2005:82), pois estas formas de organização social possibilitam a emergência de novas articulações contra-hegemônicas (Mouffe, 1988).

Tais mudanças na constituição de identidades coletivas e no universo da política fazem parte, portanto, de um conjunto de transformações de bases amplas, que relacionam aspectos econômicos, sociais, políticos, geográficos e culturais. Melucci (1996) busca nomear este novo ordenamento social, que articula a vida pessoal e coletiva, como sociedade da informação, onde os crescentes processos de integração social e a globalização implicam em uma maior ênfase nos processos de diferenciação, o que ele conceitua como *identization*.

Entretanto, os processos de diferenciação e a diversidade das identidades que daí deriva coloca questões para pensarmos a democracia e os processos políticos. Longe de tratar-se de um problema novo, o que aqui chamamos de discurso do diferencialismo diz respeito aos caminhos pelos quais os atores políticos que analisamos se encontraram com o paradoxo democrático (Scott, 2005; Mouffe, 2000), em um contexto de mercadorização da vida (Mouffe, 1988) e de emergência de novos antagonismos sociais e lutas democráticas (Laclau & Mouffe, 1987).

Phillips (2001) aborda o paradoxo que se estabelece entre igualdade e diferença nas ciências políticas, apontando entraves conceituais que se colocam quando grupos "minoritários" demandam a presença de seus representantes em espaços da política. Coloca-se então um dilema entre uma política de idéias, na qual pessoas podem defender os direitos destes grupos minoritários independentemente de deles fazerem

mobilização política. Esta noção propicia a politização de experiências encaradas, a partir das dicotomias público-privado e pessoal-político, como pré-políticas ou, muitas vezes, como anti-políticas.

parte, e uma política da presença, que demanda "autenticidade identitária" para a efetivação da representação política.

Por um lado, pode-se argumentar que no centro do debate político estão as idéias, já que de nada valeria, por exemplo, um representante homossexual, negro ou jovem, que não defenda "verdadeiramente" os anseios de seu grupo de origem. Por outro lado, argumenta Phillips (2001:273), que uma perspectiva que enfatize uma política de idéias em detrimento de uma política da presença corre o risco de ignorar as proximidades existenciais entre "o que" se defende e "quem" defende, tratando as diferenças de "modo abertamente cerebral, como diferença de opiniões e crenças", e assim, "a ênfase resultante na política de idéias mostrou-se inadequada para os problemas da exclusão política".

Scott (1999) aponta que a atenção para com as experiências de grupos particulares trouxe contribuições importantes para as discussões sobre identidade e política, uma vez que "chamou a atenção para dimensões da vida e das atividades humanas normalmente consideradas sem valor suficiente para serem mencionadas pelas histórias convencionais" (p. 24). A este respeito, Rancière (2010) aponta a importância das experiências particulares, argumentando que "o social, na época moderna, foi precisamente o lugar no qual se jogou a política, o nome mesmo que esta adquiriu, ali onde não foi identificada meramente com a ciência do governo e dos meios de apoderar-se dele" (p.118). Phillips (2001) tenta sintetizar o problema entre "presença" e "idéias" a partir de algumas perguntas, que nos ajudam a ter uma dimensão mais objetiva dos dilemas que perpassam um enfoque nas "idéias":

> É concebível que homens possam substituir mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas, programas ou ideais com os quais concordam. Mas como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres *per se*? É concebível que pessoas brancas substituam outras, de origem asiática ou africana, quando está em questão representar determinados programas em prol da igualdade racial. Mas uma assembleia formada só por brancos pode realmente se dizer representativa, quando aqueles que ela representa possuem uma diversidade étnica muito maior? (Phillips, 2001:273)[144].

Em busca da superação das situações de exclusão política, os novos movimentos sociais, sobretudo aqueles organizados em torno de grupos "minoritários" e identidades

[144] Estes dilemas, embora menos perceptíveis, remontam inclusive a períodos anteriores, quando "aqueles envolvidos nos partidos socialistas e socialdemocratas discutiam ardorosamente sobre a relação entre intelectuais e a classe trabalhadora 'autêntica', alguns achando que uma política socialista deveria privilegiar as vozes e a presença dos trabalhadores, outros que origens ou identidades de classe deviam significar menos que a adesão a idéias socialistas" (Phillips, 2001:274).

subalternizadas, passaram a focar o debate político em torno de "quem" melhor pode representar seus interesses, produzindo relações de antagonismo político em função da "presença" de determinadas identidades, o que em alguma medida pôde desautorizar homens a falarem em nome de mulheres, brancos falarem em nome dos negros, heterossexuais falarem em nome dos não heterossexuais e assim por diante. O ponto central destes debates se refere ao fato de que as transformações que estes grupos demandam não se limitam a alterações nas estruturas econômicas e políticas, elas demandam também transformações amplas na cultura e nos modos de socialização, o que excede o poder regulatório das instituições governamentais. Nas palavras de Phillips (2001:278):

> A atenção hoje dirigida à diferença sexual e de outros tipos não pode ser entendida apenas em termos de diferença absoluta ou crescente. Mais precisamente, ela reflete uma mudança na cultura e nas reivindicações políticas, pela qual pessoas, que podem ser significativamente menos diferentes que em algum ponto do passado, passam a afirmar um sentimento mais forte de si mesmas e de suas identidades.

Entretanto, se o foco nas idéias pende a política para uma perspectiva racionalista, o foco na presença tampouco resolve este paradoxo. Phillips (2001) argumenta que os processos de globalização e a crescente complexidade social dos dias de hoje vêm produzindo hibridizações culturais que possibilitam infinitas combinações de elementos com origens e significados diversos e que resultam num campo político onde a demanda por "presença" pode redundar numa atomização exagerada da política, comprometendo a coesão social e inclusive as possibilidades de democratização das relações sociais. Neste contexto, argumenta a autora:

> A busca da "autenticidade pura" é agora amplamente desacreditada, tanto quanto qualquer outra, porque cada mulher pode reivindicar uma multiplicidade de identidades, cada uma das quais podendo associá-la a diferentes tipos de experiência compartilhada. Mas a inclusão de vozes previamente excluídas, e as mudanças que isto implica nas instituições, tanto políticas como outras, permanece um tema dominante (Phillips, 2001:276).

Esta busca por "autenticidade pura" pode ser contextualizada pelo que chamamos anteriormente de "essencialismo estratégico", ou já mais estreitamente, pelo que apresenta Castro (2008), argumentando que não basta ser "jovem" para constituir-se como sujeito político. A estrutura de oportunidades políticas atual demanda que, por exemplo, além de jovem, um ator social agregue outros marcadores identitários para a participação social, tais como ser "jovem, negro da periferia", ser "jovem, lésbica e ativista cultural", dentre uma infinidade de outras combinações possíveis, produtoras de

(in)diferenciação. Sem apresentar uma resposta definitiva a este dilema, Phillips (2001) apresenta como saída, a busca por um sistema justo de representação que possa combinar de forma equitativa idéias e presença:

> Embora a política de idéias seja um veículo inadequado para tratar da exclusão política, há pouco que se possa ganhar simplesmente pendendo para uma política de presença. Tomadas isoladamente, as fraquezas de uma são tão dramáticas quanto às falhas da outra. A maior parte dos problemas, de fato, surge quando as duas são colocadas como opostos mutuamente excludentes: quando idéias são tratadas como totalmente separadas das pessoas que as conduzem; ou quando a atenção é centrada nas pessoas, sem que se considerem suas políticas e idéias. É na relação entre idéias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra (Phillips, 2001:289).

Phillips (2001) aborda essas questões no âmbito das discussões sobre representatividade política a partir da contraposição entre idéias e presença, e argumenta sobre a importância de se considerar ambos os aspectos na composição do corpo político estatal. Os dilemas apresentados pela autora ganham novos contornos quando a idéia de democracia representativa se mescla com a democracia participativa e, mais além, quando tratamos de sujeitos que enfrentam estas questões nos espaços da administração pública. Além de idéias políticas e a presença de identidades "minoritárias" nestes espaços, a administração pública requerer competências técnicas elaboradas para o bom desenvolvimento de políticas públicas. Isto ocorre, é importante recordar, em um sistema organizacional marcado por jogos de poder, pela setorialidade e segmentação de tarefas e competências.

O diferencialismo se organiza neste contexto, porém, ao enfocar a produção de diferenças nos processos políticos, implica em um condicionamento interacional marcado por uma primazia da experiência vivenciada no âmbito pessoal. Isto está relacionado ao que Phillips (2001) chama de "presença", porém agora, acrescida de pertencimentos identitários ligados também à origem institucional, competências técnicas, âmbitos de atuação e outros.

Obviamente, é importante reconhecer que não existe mobilização política que não atinja a vivência particular das pessoas ou não seja por esta influenciada. Como argumenta Brah (2006:360), a "'experiência' é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos 'realidade'". O problema reside em circunscrever esta vivência aos efeitos sociais tópicos de pares categoriais isolados, ou ainda relacionados aritmética e geometricamente com outros pares categoriais. A problemática do discurso diferencialista está em dificultar, ou mesmo

impossibilitar, a articulação de cadeias de equivalência e a verificação da igualdade que (des)identifica uma identidade com sua posição social, seu status, para além dos lugares já determinados, pelo ordenamento policial, a cada parte de um comum compartilhado (Rancière, 2009; 2006).

Ressalta-se, porém, que é possível estabelecer um discurso sobre a igualdade no diferencialismo, o que se torna mais complicado é a subjetivação política, pois um discurso sobre a igualdade não implica numa verificação da igualdade que denuncie as contingências históricas que associam a igualdade entre identidades numa determinada partilha do sensível (Rancière, 2009; 2006). A subjetivação política demanda algo mais fundamental, demanda que se verifique a igualdade entre quaisquer seres falantes (Rancière, 2010). Além disto, para se construa um discurso contra-hegemônico, é necessária a construção de um significante vazio que articule diferentes sujeitos políticos na formação de uma cadeia de equivalências, produtora de uma luta contra-hegemônica que seja capaz de reconfigurar as posições de sujeito, alterando assim a estrutura discursiva da hegemonia (Laclau & Mouffe, 1987).

Será neste ponto que a relação entre o individual e o coletivo se imbricam na produção de uma compreensão rígida e essencializada das idéias de sujeito e de experiência, e que os discursos analisados imprimem sobre as categorias identitárias. A noção de experiência atravessada no discurso diferencialista não compreende que a constituição dos sujeitos se dá discursivamente, de modo que a vivência de uma identidade seja tomada como um evento transparente, objetivamente delimitado e circunscrito, cujo sujeito que representa esta experiência não a interprete, mas seja seu agente[145]. Scott (1999) apresenta uma definição do conceito de experiência que a associa reflexivamente com sua interpretação discursiva, o que nos ajuda a formular uma compreensão não essencialista da relação entre identidade e experiência:

> A experiência é um evento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual. Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas (Scott, 1999:42).

[145] À este respeito, utilizando como exemplo a experiência das mulheres, Scott (1999) argumenta que: "o efeito desses tipos de afirmação. que atribuem uma autenticidade indiscutível à experiência da mulher, é o de estabelecer de forma incontroversa a identidade das mulheres como pessoas com agenciamento. Um outro efeito é o de universalizar a identidade das mulheres e, assim, fundamentar alegações de legitimidade da história das mulheres na experiência compartilhada entre os/as historiadores/as e as mulheres cujas estórias contam. Além disso, literalmente equiparam o pessoal ao político, já que a experiência vivida das mulheres é vista como levando diretamente à resistência, à opressão, ao feminismo" (Scott, 199:36-37).

Para Scott (1999) uma abordagem não discursiva da experiência reifica a identidade como um fato empírico, tornando-a indissociável da diferença que a constitui, o que dificulta com que sejam reveladas as contingências históricas que imprimem uma posição de sujeito a uma determinada diferença:

> Quando a experiência é considerada como a origem do conhecimento, a visão do sujeito individual (a pessoa que teve a experiência ou o/a historiador/a que a relata) torna-se o alicerce da evidência sobre o qual se ergue a explicação. Questões acerca da natureza construída da experiência, acerca de como os sujeitos são, desde o início, constituídos de maneiras diferentes, acerca de como a visão de um sujeito é estruturada - acerca da linguagem (ou discurso) e história – são postas de lado. A evidência da experiência, então, torna-se evidência do fato da diferença, ao invés de uma maneira de explorar como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que vêem e agem no mundo (Scott, 1999:26).

Uma perspectiva essencialista, que "torna a evidência da experiência como evidência da diferença", quando pauta a formação de identidades coletivas, resulta em um fechamento interacional que limita a experiência da política aos seus aspectos instrumentais, a partir de demandas específicas ou pelo reconhecimento das diferenças. Isto impede radicalizar a articulação das diferenças com a verificação da igualdade, próprios da subjetivação política (Rancière, 2006). Esta perspectiva oculta, na perspectiva de Laclau (2005), exatamente o exterior constitutivo de uma determinada estrutura discursiva que se hegemonizou, pois, como argumenta Scott (1999:27), visibilizar a experiência como um evento transparente, "impede a análise do funcionamento do sistema e de sua historicidade; ao invés, reproduz seus termos".

Neste sentido, ao limitar a reflexão e a prática política a uma particularidade da experiência vivencial do sujeito (gênero, raça, diferenças sexuais etc. ou ainda um "mínimo múltiplo comum" entre duas ou mais experiências), o discurso diferencialista dificulta a percepção de que categorizações sociais não apenas hierarquizam a vida social, mas também são marcadores que atravessam as relações sociais como um todo. A fixação identitária resultante do discurso diferencialista impede "um exame crítico do funcionamento do sistema ideológico em si, suas categorias de representação (homossexual/heterossexual, homem/mulher, negro/branco como identidades fixas e imutáveis)", bem como "suas premissas sobre o que essas categorias significam e como elas operam, suas noções de sujeitos, origem, e causa" (Scott, 1999:27). Em Prado, Mountian, Machado & Souza (2010), em uma discussão acerca das hierarquias sexuais,

encontramos algumas consequências deste discurso, e sua tendência a estabelecer relações maniqueístas no campo dos direitos humanos:

> Um discurso diferencialista dificulta uma compreensão relacional do preconceito, uma vez que utiliza os discursos dos direitos humanos somente na lógica do "direito", sustentando uma concepção de sujeito apenas como vítima, ignorando a compreensão das diversas categorizações sociais que se articulam na formação das hierarquias sociais. Enquanto os subalternos estiverem na condição de vítima encontram espaço para a legitimação de demandas e argumentos públicos, ao passo que questionamentos que ameacem a própria estruturação dos valores sociais hegemônicos serão invisibilizados, através de estratégias como: desqualificação, punição, cooptação entre outros (Foucault, 1996). Além disto, esta perspectiva impede que o preconceito seja analisado como um discurso que organiza práticas sociais, e não apenas casos excepcionais. Neste sentido, esta perspectiva inviabiliza a análise de violências não explicitamente homofóbicas e sua relação com o discurso hegemônico sexual, sustentando a simplificação da complexidade social. Por exemplo, temas como o fracasso escolar, uso de drogas, criminalidade, entre outros, não serão percebidos como fenômenos atravessados por lógicas heterossexistas, mas sim, problemas sociais que demandam soluções técnicas e jurídicas como forma de proteger "vítimas indefesas" de "algozes cruéis" (Prado, Mountian, Machado & Souza, 2010:12).

O diferencialismo identitário, nesta perspectiva, limita a argumentação política ao universo da vítima ou do oprimido e/ou da violação de direitos. O enfoque na vítima produz assim, não o reconhecimento do particular e universalização de princípios de equivalência entre diferenças, mas a multiplicação de universos cada vez mais atomizados em suas especificidades, que delimitam contextos de difícil articulação e exponencialmente fragmentáveis. Neste sentido, o diferencialismo sustenta que a experiência social se limita pela noção categorial e positiva de identidade social, impossibilitando a percepção de que está constituída, na verdade, a partir de sua negatividade, de um exterior constitutivo (Laclau, 1993). Diversos outros elementos de identificação podem ser inseridos nestes processos de (in)diferenciação, como apontado anteriormente, e que também vão definir as possibilidades de afirmação de discursos sobre identidades que só serão visibilizadas em sua positividade.

O ponto tenso do discurso diferencialista está nas interações que estabelece, pois ao mesmo tempo em que limita o poder de análise e subjetivação política dos atores coletivos, será a afirmação de uma diferença que garantirá o monopólio de uma determinada narrativa, nos termos de Eder (2003), através do reconhecimento institucional das identidades coletivas. Por exemplo, uma jovem negra lésbica que desenvolveu uma trajetória de militância junto aos movimentos de educação, não ocupa plenamente seu lugar de cidadã ou de sujeito político, pois estaria menos "autorizada" a falar de lugares acerca dos quais não experienciou pessoalmente, como o lugar das

lésbicas, ou dos negros em sentido amplo, e menos ainda acerca de outras desigualdades sociais. Além disto, se sua militância está associada ao campo da educação, por exemplo, sua capacidade de incidir em outras políticas setoriais será mais uma vez limitada, e assim por diante.

Deste modo, o monopólio de uma narrativa identitária implica também em circunscrever um campo de reconhecimento e atuação, fora do qual este "nós" experiencial, ou um "eu" que esteja representando esta identidade coletiva, não estaria autorizado a atuar. Ampliar a abrangência de discursos políticos implicará esforços adicionais e cálculos complexos nas relações de perdas e ganhos na busca de impactos políticos, o que sustenta um fechamento interacional em suas categorias e entre categorias, enfocando a diferença, em detrimento da equivalência (Laclau, 2005).

Esta discussão retoma o debate acerca da profissionalização da militância, pois, ao demarcar a dimensão identitária e a primazia da experiência na constituição das identidades coletivas, o mecanismo discursivo resultante demanda a transformação de indivíduos e grupos desiguais em *experts* de sua própria exclusão. Isto pode ser visto como um elemento de afirmação identitária que incrementa a participação qualificada do discurso participacionista. Tais atores, circunscrevendo seu horizonte de transformação social neste campo discursivo, direcionam suas reflexões aos aspectos técnicos das políticas públicas e ações governamentais e terminam por serem assimilados à ordem policial que dissipará a política contida nas experiências que potencialmente ensejavam visibilizar.

Não seria demais repetir, isto não é efeito direto da diferença ou de seu reconhecimento, mas de processos que, no presente contexto, tentamos sintetizar como o Discurso do Diferencialismo Identitário. Aprofundaremos as dinâmicas deste discurso a partir de três pontos que estão interrelacionados e são complementares entre si:

1) A reificação ou essencialização das identidades;

2) Fronteiras reticulares;

3) A sobreposição entre técnica e política;

5.2.1. Reificação e Essencialização das Identidades

O essencialismo é um fenômeno amplamente discutido, sobretudo no âmbito do feminismo[146]. Do ponto de vista teórico, constitui um fenômeno bastante analisado, alcançando certo consenso no âmbito da teoria democrática em torno da necessidade de sua superação. Para Mouffe (1996), uma perspectiva essencialista seria insuficiente por sua incapacidade de reconhecer e articular as múltiplas formas de opressão que se organizam nas sociedades contemporâneas. Entretanto, quando passamos ao universo das práticas políticas, vemos que muito ainda se discute acerca de sua importância para a construção de estratégias e para a formação de identidades coletivas. Neste ponto, permanecem em aberto os efeitos instrumentais do essencialismo na construção de ações coletivas e estratégias identitárias (Bernstein, 2005; 1997), e dos riscos que valem a pena serem assumidos em troca de um "essencialismo estratégico" (Brah, 2006). Para não nos alongarmos mais nas discussões acerca dos essencialismos e das relações entre igualdade e diferença[147], assumimos como ponto de partida epistemológica uma perspectiva não essencialista para o desenvolvimento deste trabalho.

Do ponto de vista das mobilizações e interações sociais concretas, o que melhor se nota é uma tensão entre questões específicas – que muitas vezes são traduzidas em termos essencialistas e circunscritas a determinadas categorias sociais e conjuntos populacionais – e questões gerais – que atravessam diversos conjuntos populacionais e, muitas vezes, são traduzidas em termos generalistas e imprecisos, tais como indivisibilidade e transversalidade. Em outras palavras, a tensão entre a descaracterização homogeneizante do universalismo cidadão e a fragmentação hierarquizante das diferenças (Prado, 2004; Prado & Souza, 2002).

Aqui nos interessa a vinculação entre personificar uma identidade e a legitimidade das ações e reflexões políticas, a partir da afirmação de uma diferença baseada em uma experiência coletiva que se fundamenta na reificação de categorias sociais. Não que as vivências particulares de indivíduos e grupos não sejam importantes para o universo da política, ao contrário, no tópico anterior apontamos a importância epistemológica e política da "experiência" e algumas de suas implicações para pensarmos a democracia (Phillips, 2001; Scott, 1999). Mas para que se possa refletir acerca deste tema, é importante nos questionarmos acerca de que lugar estas vivências

[146] Para uma discussão sobre os essencialismos no feminismo e a necessidade de sua superação ver Mouffe (1996).
[147] Diversos autores abordaram esta questão, como por exemplo Scott(2005; 1999); Castro (1992); Pierucci (1998); Brah (2006); apenas para citar alguns.

ocupam na produção de diferenças, nas dinâmicas e formação de fronteiras identitárias e, consequentemente, na constituição de estratégias de aliança e/ou articulação política (Prado & Costa, 2011).

Como tentaremos ilustrar a seguir, nossa análise aponta que a vinculação entre ação política e experiência está restringindo a percepção das relações entre identidades, por enfocar os efeitos da desigualdade nas diferenças particulares que caracterizam uma identidade, impedindo que as demandas específicas de cada identidade coletiva agreguem elementos na construção de uma crítica radical e que questione estruturas discursivas mais amplas. Em outras palavras, restringir o debate democrático ao universo de identidades reificadas mantém a disputa política em torno da distribuição das partes, ou da hierarquização destas partes, mas não alcança o processo de como estas partes se hierarquizam, ou seja, circunscreve o ativismo no âmbito da ordem policial e dissipa seu potencial político (Rancière, 2010; 1996).

O primeiro indício de que o discurso do diferencialismo identitário foi assimilado, nas relações entre o Estado e a sociedade civil, pode ser notado na atenção, mesmo que irregular, que o discurso governamental confere ao reconhecimento das especificidades dos "segmentos" sociais. Alguns entrevistados afirmam que a diversidade das identidades não é uma questão para o Estado: "na realidade o governo não está preocupado com isso, isso é preocupação de movimento social" (Entrevista 18). Entretanto, mesmo que a constituição das identidades coletivas seja, ao menos inicialmente, um reflexo da vivência concreta de grupos sociais que se organizaram, nossa análise identifica que o governo, a partir do discurso participacionista, se esforça no reconhecimento desta diversidade e das especificidades identitárias que habitam o campo das demandas direcionadas ao Estado, não deixando de capitalizar sobre isso: "Atende entre aspas. Essas questões específicas o governo simplesmente ele acata porque é uma demanda que chega do movimento" (Entrevista 18).

Neste sentido, o discurso diferencialista, em consonância com o discurso participacionista, converge na institucionalização de identidades, o que estabelecerá princípios interacionais para a participação social junto ao Estado, definindo um campo de intervenção. Outro efeito que se pode notar da extensão deste discurso no âmbito estatal, é a criação de órgãos governamentais para tratar destas questões particulares que foram reconhecidas pelo governo. Surgem neste contexto, secretarias, subsecretarias, coordenadorias, diretorias, conselhos, conferências e outros arranjos institucionais que seguem pautas específicas de atendimento e representação de categorias sociais

supostamente capazes de representar conjuntos populacionais particulares (a experiência como indício da diferença...).

Além disto, a criação destes órgãos produz uma gramática da diferença, na medida em que diversas categorias sociais são postas em interação, necessitando negociar suas demarcações identitárias, definindo o que é particular a cada uma, bem como hierarquizando as prioridades de cada "segmento" "excluído". Em materiais oficiais, nota-se que a formalização de determinadas especificidades já pode, por si mesma, ser considerada uma "vitória" das políticas participativas, como podemos ver no trecho abaixo:

> Outra vitória no campo legal foi a aprovação, em julho de 2010, da PEC 042/2008, conhecida como PEC da Juventude, convertida na Emenda Constitucional 65, que **inseriu o termo "jovem"** no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal (Brasil, 2011:39).
>
> O **fortalecimento institucional da temática** ficou evidente com a criação de secretarias, subsecretarias, coordenadorias, diretorias e conselhos... (Guia de políticas publicas de juventudes p.91).

Como argumentamos anteriormente, tal reconhecimento se configura como uma mobilização de identidades, por parte do Estado, o que implica no monopólio de narrativas, através da institucionalização de identidades, que passam a ser representadas por grupos organizados ao redor de determinadas identidades coletivas. Ao mesmo tempo em que o participacionismo constitui um discurso populista, nos termos de Laclau(2005), articulador da heterogeneidade que se apresenta ao Estado, configura a delimitação de campos de intervenção com questões próprias, o que produz a diferenciação destes sujeitos do conjunto da população, demarcando um espaço de hierarquização específico e institucionalmente delimitado.

> Esse momento é único na vida de uma pessoa. É preciso reconhecer essa singularidade: como segmento social, que partilha de uma identidade geracional, os jovens têm questões próprias, que são diferentes das questões de outros grupos etários. (Texto base da I Conferencia de Juventudes, 2007: p. 08).

Nos citados acima e em diversos outros materiais analisados, identifica-se a idéia latente de que a democracia não é apenas a forma de governo que respeita a decisão da maioria, mas aquela que permite às minorias se manifestarem, o que é descrito como "uma nova forma de governar". Nota-se então, que a mudança na estrutura de oportunidades políticas democratizou o espaço estatal, propiciando a "aparição indevida" de atores, o que "transforma em modo de exposição uma distorção,

no sentido lógico, esse *topos* republicano das leis e dos costumes que envolvem a lógica policial na definição do político" (Rancière, 2010:60).

É importante recordar que esta "aparição indevida" também se observa com a entrada em cena de um presidente que não se identifica com os valores aristocráticos e oligárquicos tradicionalmente atribuídos às personalidades que ocuparam está posição social. Esta associação, entre a figura do presidente e a entrada de "minorias" sociais nas políticas de governo, longe de ser arbitrária, configura uma amarra importante entre os discursos participacionista e diferencialista. Esta associação discursiva possibilitou que as diversas identidades coletivas que habitam as fronteiras estatais se dinamizassem a partir de seus níveis de pertencimento e das articulações entre identidades pessoais, sociais e coletivas (Snow, 2001).

Entretanto, como a política pode ser considerada por Rancière (1996) uma raridade, este lugar de exposição se torna rapidamente segmentado e partilhado pelas equações policiais, que demarcam uma diferença e sua respectiva identidade. O reordenamento policial da aparição "igualitária" destes sujeitos de "diferença" está condicionado à forma de aparecer dos atores, à sua posição de sujeito. Neste sentido, como argumenta Scott (1999:27), "tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída relacionalmente".

Neste ponto, o diferencialismo emerge do participacionismo, que reconhece a manifestação dos grupos "minoritários", muitas vezes, como um fim em si mesmo, e em outras, como uma demanda por políticas públicas e projetos específicos, que podem ser extremamente vulneráveis, tanto à sua reapropriação material e simbólica de forma personalista a partir do monopólio de narrativas, como à instabilidade das dotações orçamentárias e dos jogos de interesse dos diversos grupos que pressionam o governo e se antagonizam no Estado. Neste contexto, a emergência do diferencialismo ocorre no mesmo ato de submersão da visibilidade igualitária de uma experiência no fato empírico de sua diferença.

Esta reificação da diferença e essencialização das identidades a partir do projeto de tornar visível uma experiência, na perspectiva de Scott(1999:26), será impeditiva de uma "análise do funcionamento do sistema e de sua historicidade" e, mais além, será reprodutora de suas lógicas de dominação. Esta mesma análise pode ser feita a partir de Rancière (2006; 2010), que argumenta que a subjetivação política é o reconhecimento

de se estar "entre" identidades que limitam as possibilidades de ser e existir, e que a associação entre diferença e identidade é um trabalho próprio da lógica policial que atribui e distribui as partes de um sensível compartilhado (Rancière, 2009).

Se inicialmente o discurso do diferencialismo emerge do discurso participacionista, posteriormente passa a reforçá-lo, pois agrega complexidade interna e a possibilidade do Estado produzir novas formas de resposta a demandas baseadas apenas no reconhecimento das diferenças, sem que estas diferenças questionem um projeto de poder e denunciem as contradições estruturantes da ordem policial[148]. Tendo mapeado rapidamente o discurso do diferencialismo no âmbito das estruturas de oportunidades políticas, cabe agora começarmos a traçar as correspondências entre a dimensão institucional dos discursos analisados e seus impactos nas dinâmicas identitárias que atravessam os sentimentos de afirmação e pertencimento envolvidos na constituição das identidades coletivas "não-governamentais".

Em um livro publicado pela Secretaria Nacional de Juventudes, intitulado Conselho Nacional de Juventudes: Natureza, Composição e Funcionamento (Freitas, 2007), um conjunto de reflexões dos próprios conselheiros é apresentado acerca dos trabalhos desenvolvidos e dilemas vivenciados por eles. Neste material podemos perceber que a diferença desempenha um papel importantíssimo não apenas no desenho dos arranjos participativos – que foram pensados de forma a atender um leque de identidades que transversalizam com a de juventude – mas também em sua própria dinâmica de funcionamento.

> Isso porque, sobretudo no início das atividades do conselho, havia uma tensão declarada entre **conselheiros "especialistas" e demais conselheiros**. Havia também uma **tensão entre conselheiros jovens e adultos** (Freiras, 2007:25).

> [os conselheiros] foram indicados pelo governo e não eleitos, por meio de conferências. Outra crítica, também desses grupos, é o fato de parte dos conselheiros serem adultos e, portanto, **não representarem os jovens**. (Freitas, 2007: 30-31).

Nas descrições dos dilemas internos do CONJUVE nota-se que os conflitos implicam em grande parte em definições acerca das fronteiras interiores à própria

[148] Isto pode ser compreendido como um processo semelhante, embora circunscrito ao Estado, do que Costa(2010) conceituou como "retroalimentação da subcidadania", salvo que aqui o discurso do participacionismo opera a partir do reconhecimento dos membros das "minorias" como cidadãos, mas igualmente, em ambos, o processo de constituição identitária não leva necessariamente à reestruturação de um projeto de poder. Entretanto, é importante observarmos que para a constituição do discurso participacionista houve uma reestruturação da ordem policial, pois do contrario o alargamento da participação não possibilitaria a manutenção do que aqui estamos chamando de "projeto de poder" na nova estrutura de oportunidades políticas.

categoria "juventude": Quem é o jovem autêntico? O que diferencia o jovem negro de um jovem branco? Qual o lugar das mulheres no debate sobre juventudes? Os jovens pobres são mais prejudicados que os jovens ricos? (Freitas, 2007). No texto base da I Conferência Nacional de Políticas Públicas LGBT também se nota o impulso à interseccionalidade, a partir do reconhecimento de diferenças, constituindo uma gramática da diferença. A formação de um mercado do social, pautado por um trabalho diferencial de hierarquização da exclusão também pode ser notado na constituição destes discursos. Mecanismos de enfoque na diferença podem ser notados tanto na formação dos grupos de trabalho[149] como na escolha dos participantes, o que nos leva a argumentar acerca da relativa estabilidade de um discurso governamental pautado pelo reconhecimento da diversidade de identidades:

> Art. 7º – Em ambas as etapas deverão ser asseguradas ampla e representativa participação dos segmentos sociais, entidades, interessados e comprometidos com a promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos GLBT, bem como incorporar as dimensões de gênero, ético-ráciais e geracional da sociedade brasileira (Texto Base I Conferência Nacional de Políticas Públicas LGBT, 2008).

No capítulo anterior, ao descrevermos as conferências e conselhos, analisamos como estes arranjos se delineiam como espaços de transversalidade entre identidades. Em um documento intitulado "Candidatos à presidência do Conjuve 2011", no qual são apresentadas as cartas dos postulantes à presidência do conselho, podemos perceber como as dinâmicas identitárias são marcadas pela diferença, implicando em disputas entre estas diferenças, no interior da categoria juventudes:

> Concluo, na expectativa de que ao inaugurarmos um novo capítulo da história política brasileira tendo pela primeira vez uma mulher como presidente da República, possamos com uma **jovem mulher negra** à frente do Conjuve mobilizar o conjunto do movimento juvenil brasileiro para a conquista de mais direitos e aprofundamento da democracia (p. 5)
>
> "novas políticas e **programas TÍPICOS e ESPECÍFICOS DE JUVENTUDE**, que devam surgir para enfrentar os grandes desafios enfrentados pelos jovens brasileiros (p.16)"
>
> acreditamos que chegou a hora de radicalizarmos e radicalizar é de fato permitindo a uma organização que não tem os recursos, organização burocratizada nos termos de representação legal vista por setores atrasados de nossa sociedade e acreditamos que Articulação Política de Juventudes Negras representa estes grupos anseios e desejos.Nós já fizemos historia **ao ser o primeiro grupo que não é ONG**, em falar em um ato da oficial da ONU sendo um dos organizadores por parte da sociedade civil (p. 20) (Grifos Nossos).

[149] Uma discussão sobre este ponto na I Conferência Nacional de Juventudes pode ser encontrada em Castro & Abramovay (2009).

Nos trechos acima destacados podemos observar como as categorias "mulher", "jovem" e "negro", bem como a ênfase em políticas e programas que sejam "típicos e específicos", são apresentadas como elementos valorativos que ensejam a formação de um discurso ideológico. A oposição entre ONG/organizações burocratizadas e grupos não burocratizados também pode ser notada, reforçando a idéia de um mercado do social, composto por atores cuja estrutura organizativa aparece discursivamente como definidor de suas identidades coletivas. Entretanto, apesar desta oposição incidir sobre a estrutura organizativa dos grupos, a crítica não alcança a estrutura organizativa do conselho, uma vez que a formação deste discurso tem como objetivo e estratégia participar da composição do mesmo.

Quando passamos a analisar o discurso diferencialista na fala dos entrevistados, podemos notar, ao mesmo tempo, a extensão de seu poder de impacto nas dinâmicas interacionais analisadas por eles e sua precariedade enquanto discurso. Embora não tenhamos encontrado alguma regularidade entre a tipificação dos entrevistados e seu posicionamento com relação à demarcação de diferenças, em várias entrevistas aparecem críticas a um enfoque diferencialista, mesmo que na maior parte das vezes relacionadas às dinâmicas dos movimentos sociais. Estas críticas talvez possam ser compreendidas pela experiência profissional destes sujeitos nos espaços governamentais, que os posicionam frente a disputas que os obrigam a articular suas identidades de modo diferencialista, ou mesmo por suas vivências particulares[150].

Embora as entrevistas apresentem críticas às interações diferencialistas, a formulação destas críticas são indícios de como este discurso atravessa as negociações identitárias nas fronteiras entre o Estado e a sociedade civil organizada. Na medida em que estes sujeitos são responsáveis por articular o âmbito estatal com os movimentos sociais, inclusive grupos nos quais já foram atuantes, eles tem uma perspectiva diferenciada das interações que se processam nestas fronteiras. Além disto, em várias entrevistas, estas críticas são minimizadas, levantando dúvidas sobre a importância de um discurso diferencialista. No trecho a seguir, podemos ver exemplificados os elementos analíticos que apontamos acima:

> Eu acho que tem uma questão muito que eu acho desse próprio sistema que a gente vive de **competição interna** mesmo. Tem uma galera, é as vezes bobo, dentro do movimento

[150] Talvez nosso acesso a este campo também possa ter influenciado o mapeamento de determinados militantes, com formação acadêmica, atuações em mais de um movimento social, e outros aspectos metodológicos que podem ter influenciado a construção dos dados.

> negro você vê disputas, não estou falando que é, bobo não é a palavra, que não seja importante, né? Mas as vezes não avança porque fica ai, vamos, **é afrodescendente, vamos optar por raça, cor...** E as vezes a gente não consegue sair desse local pra fazer o que, na minha avaliação, é o mais importante. **Talvez não... talvez o pulo do gato seja fazer essa discussão primeiro e ai quando tiver...** Só que isso **divide muito**, e ai você vai no movimento feminista né? Tem as lésbicas que pautam uma questão, as profissionais do sexo num (???) o movimento feminista, então assim, é uma loucura. **Esse movimento fica compartilhado** e a pressão por algumas pautas que eu vejo que podem ser comuns pra toda essa diversidade, **a gente não consegue monitorar**. Ou seja, a questão da descriminalização do aborto e tudo mais, que são pontos comuns. A gente fica muito é... e ai eu não estou dizendo que a diversidade as particularidades não sejam importantes, mas **os movimentos não conseguem criar uma pauta mais unificada** (Entrevista, 04).

É interessante observarmos que as críticas desenvolvidas pelos entrevistados atingem uma compreensão diferencialista dos discursos políticos e das negociações identitárias, mas não questionam a associação entre política e política pública. De todo modo, os entrevistados apontaram efeitos do diferencialismo tanto no âmbito estatal como no âmbito da sociedade civil, o que nos oferece elementos para pensarmos como se estruturam as fronteiras entre estes atores (o que discutiremos mais detidamente no próximo tópico). Nos trechos a seguir é apresentada uma contextualização, e mesmo justificativas, como na primeira citação, de como o discurso diferencialista emerge nos movimentos sociais e nos órgãos governamentais.

> Eu acho que o movimento surgiu fragmentado. Eu venho de movimento sindical, essa coisa de trabalho, e naquela época, era a época que o movimento feminista estava surgindo, movimento gay muito confuso ainda, não tinha muito significado. Mas o movimento feminista, o movimento negro estava surgindo, e havia uma discussão no movimento sindical, que isso não devia acontecer, porque isso atrasava a luta do trabalhador e eram questões menores. Que não era necessário fazer essa discussão porque a luta principal era a luta de classe, e ai as questões das mulheres, negros etc. tinham que estar por ali, mas sem muito significado. Então o movimento se organiza dessa forma, fragmentado mesmo. **Ai as mulheres vão discutir a questão da mulher, os negros vão discutir a questão dos negros, o movimento LGBT vai discutir a sua questão e o governo ele reflete um pouco disso. (...)** Mas aqui a gente trabalha com a noção de integralidade, intersetorialidade, inter, tudo inter... mas ao mesmo tempos, os governos, eles trabalham, tem uma **cultura no serviço público**, que é a **cultura do caixote**. **Então é cada um no seu caixote e as conversas são poucas.** Então ao mesmo tempo em que existe toda uma estrutura de governo que cria a possibilidade da intersetorialidade, **o diálogo entre as partes é difícil** (Entrevista 15).

> **Eu acho que a gente tem que pegar políticas específicas. Não ter políticas específicas, a gente tem que pegar uma política já existente. Todas as políticas.** Vou dar o exemplo aqui de [nome da cidade], que me incomoda, é chegar naquele prédio ali que tem doze andares, várias políticas parecendo que está numa gavetinha, só que eu nunca vou ser incluída nas outras políticas, vou estar numa política que é somente no décimo andar, e cadê a questão dos adolescentes, da política LGBT lá, cadê a política do

> idoso, que a gente tem que lembrar que não tem política pra LGBT idoso. Então se eu for pegar vários andares que foi criada a política, eu tenho só uma delas, ela não vai me atender. Ela vai me atender só no específico dos direitos humanos, mas e os outros direitos de fato que deixam de existir. Então eu acho que o movimento se perde muito nessa questão (Entrevista 18).

Já tentando mapear os efeitos deste discurso nas dinâmicas interacionais, podemos citar um trecho de uma entrevista, de um ex-integrante do conselho, que, ao descrever as dinâmicas interacionais da primeira gestão do Conjuve, nos oferece alguns elementos para pensarmos como a diferença aparece como diferencialismo.

> Se você faz uma estrutura fazendo com que cada um representa aquele segmento identitário, força da mente, as discussões do conselho eram assim, a gay falava, ah vamos falar sobre a questão do estágio dos jovens no trabalho, e ai todo mundo tinha que falar como é pra juventude LGBT, nessa questão como é que o Brasil inclui os deficientes, **cada um defendendo seu peixe**, ai vira uma briga assim... Pra qualquer tema, **todo mundo tinha que falar**, mesmo se não tinha nada pra dizer, tinha que falar, como o outro falou, ai **fica aquela coisa de competição pra ver quem consegue puxar mais a sardinha do nosso lado, do lado identitário que foi apresentado**. Era uma loucura, **não conseguíamos nem discutir** porque qualquer tema, cada um tinha que falar e era muita gente pra apresentações identitárias (Entrevista 07).

Percebe-se aqui um dos efeitos do diferencialismo identitário, na medida em que abre a possibilidade para discussões que remetem constantemente a uma abordagem das desigualdades em termos quantitativamente comparativos (no sentido de que um grupo seja "mais" ou "menos" prejudicado que outros). Isto contribui para o fechamento interacional e a dificuldade de articulação entre as diferentes lutas democráticas, já que qualquer articulação implica em um reordenamento identitário qualitativo, incomensurável. Esta articulação demanda subjetivação política, enquanto um processo de (des)identificação que rearticula não apenas as partes mas também a partilha, a partir da equação impossível de enunciação da parte dos sem parte que caracteriza a democracia em Rancière (2010). Neste sentido, a experiência não pode ser compreendida como "diretriz imediata para a 'verdade' mas como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado" (Brah, 2006:360).

Outro exemplo, destacado de nossas entrevistas, reforça o argumento de que o diferencialismo circunscreve a política à experiência particular de um sujeito que corporifica o conflito em questão:

> É impressionante, muitas vezes, a dificuldade que o movimento negro tem de aceitar brancos em seus processos, ou das... aceitarem homens nos seus... ou dos gays

> aceitarem heteros. É um processo de pertencimento e de fechamento, ai você não entende o que aquele movimento vai gerar, não pode ser particular (Entrevista 01).

O que nosso entrevistado denuncia pode ser compreendido, a partir dos argumentos de Scott (1999:30), como uma forma de pensamento que "opera dentro de uma construção que não apenas faz dos indivíduos o ponto de partida do conhecimento, como também naturaliza categorias como homem, mulher, preto, branco, heterossexual ou homossexual ao tratá-las como características inerentes aos indivíduos". O trecho abaixo ilustra como a naturalização destas categorias aparece nas interações sociais analisadas pelos entrevistados:

> Cada um quer se mostrar. **Se o outro te reconhece você existe**, então é muito forte essa busca por reconhecimento identitário, e ai os movimentos acabaram se fechando muito nisso. **Ai a gente perdeu muita força** (Entrevista 4).

Um último exemplo que gostaríamos de destacar se refere a relatos coletados informalmente e que contam que, por ocasião da Segunda Conferência Nacional LGBT, os movimentos sociais estavam se organizando para se manifestarem criticamente ao veto da presidenta Dilma Rousseff ao Kit anti-homofobia. Segundo estes relatos, alguns integrantes do movimento, que também participavam do Governo e eram filiados aos partidos da base aliada, disseram que "qualquer crítica contra a presidenta seria compreendida como uma manifestação de machismo" (Diário de Campo). Independentemente da veracidade ou contundência deste fato, o que nos chama a atenção é: como, na constituição do imaginário político contemporâneo, a contraposição entre categorias reificadas se torna uma moeda de troca neste mercado do social, sendo reproduzido ou engendrado nas relações formais e informais das estruturas de oportunidades políticas.

As identidades, neste contexto, se apresentam então como entidades reificadas e que pautam processos interacionais entre diferentes grupos sociais que habitam a fronteira entre o Estado e a sociedade civil. Esse processo de essencializar identidades, a partir de apreensões cada vez mais específicas e isoladas das demandas populacionais, dificulta a formação de projetos mais amplos e articulados de desenvolvimento e emancipação social. Pensando em como estes discursos estão atravessados tanto nas falas institucionais como nas dinâmicas de constituição de identidades coletivas não-governamentais, nos debruçaremos agora sobre como o discurso do diferencialismo opera separando estes dois âmbitos de atuação, a partir do que conceituamos como

fronteiras reticulares. A articulação entre os três dispositivos que compõem o discurso do diferencialismo aos poucos ficará mais clara. No próximo tópico observa-se que a análise continuará abordando a reificação e essencialização das identidades, mas agregando pontos de conexão entre o Estado e a sociedade civil e como a dinâmica discursiva reproduz e produz determinados mecanismos de dominação.

5.2.2. Fronteiras reticulares

A compreensão das interações e processos de significação pautados pela reificação das identidades demanda a análise de um segundo aspecto do diferencialismo identitário, que aqui chamamos de fronteiras reticulares. Embora sem muito aprofundamento, hoje se torna lugar comum argumentar acerca de uma opacidade das fronteiras entre o Estado e a sociedade civil (Abers & Bulow, 2011; Prado, Machado & Carmona, 2010). Entre nossos entrevistados, que vivenciaram as diferenças entre estes dois lócus da política, a demarcação destes espaços se torna imprecisa, embora não deixe de existir[151].

O que nossos dados apontam é que para compreendermos melhor as dinâmicas que se processam entre estes âmbitos, necessitamos de conceitos mais elaborados que nos ajudem a identificar o que realmente ocorre entre o Estado e a sociedade civil, quando se intensificam os espaços de diálogo e as ações conjuntas. Isto se deve ao fato de que termos como permeabilidade, opacidade e capilaridade descrevem apenas uma parte do processo de aproximação e/ou entrada de atores da sociedade civil nos espaços estatais. Estes termos não nos permitem analisar as interações nas quais estas fronteiras se tornam rígidas e até mesmo intransponíveis em espaços institucionais determinados. Mesmo nos espaços estatais que se pautam por estabelecerem diálogos com movimentos sociais específicos, a suposta "opacidade" das fronteiras pode se combinar com fronteiras bem demarcadas que verticalizam as relações políticas sem abdicar do discurso participacionista que afirma a horizontalidade e a permeabilidade do governo a atores externos ao Estado.

Isto pode ser exemplificado a partir dos vetos presidenciais e no retrocesso das pautas LGBT em particular, e na de direitos humanos, em geral, como já discutimos

[151] Abordaremos novamente a percepção da formação de fronteiras entre Estado e sociedade civil no próximo capítulo enfocando a produção e a significação de conflitos e consensos.

anteriormente. Os impasses no campo da juventude também ilustram nosso argumento de enrijecimento das fronteiras, como se nota no trecho a seguir:

> É claro, então a gente tem ali algo que é muito potente, você não tem como desconsiderar nas nossas analises. **Mas a gente tem outras ações que dialogam numa perspectiva que é contrário.** Aquilo que se entendia como um governo de direita; fez articulações políticas como manutenção do poder... E ai contra quem que você briga? Essa pra mim é a grande contradição, porque enquanto sociedade civil, enquanto movimento social, a gente tem uma articulação com o governo de ordem ampla, é inegável, **tem pessoas que questionam radicalmente as ações do governo**, mas é inegável que **inúmeras participações de segmentos sociais não seriam viabilizadas** sem o **incentivo do governo** (Entrevista 05).

Para compreendermos esta combinação ambígua da percepção destas fronteiras, temos que incluir as relações de poder que perpassam os modos através dos quais o participacionismo e o diferencialismo se unem reforçando esta relativa confusão de papéis que identificamos nas entrevistas analisadas[152]. Argumentamos que este fenômeno pode ser mais bem compreendido a partir da idéia de *fronteiras reticulares*, que se deslocam dinamicamente abrindo espaço para novos grupos de pressão e interesse, que são reconhecidos em suas diferenças reificadas, ao mesmo tempo em que se imprimem formas organizacionais e procedimentos interacionais entre atores localizados em lados opostos da fronteira estatal.

A idéia de retícula, que utilizamos como metáfora para compreender a dinamização das fronteiras estatais, foi tomada de uma técnica de finalização artística de impressão de texturas sobre papel. Uma retícula é uma folha flexível que contém as formas de uma textura a ser impressa e que esfregada sobre um papel transfere para ele estas formas. Oliveira (2011) analisa as técnicas de retícula de impressão ponto a ponto da seguinte forma:

> Analisando as imagens impressas, podemos notar que, quanto maior o número de pontos, maior é o detalhamento da foto. Mas esse raciocínio não deve ser visto de forma tão simplista. O aumento na quantidade de pontos de uma determinada reprodução esbarra nos limites técnicos dos sistemas de impressão. Em todos existem tamanhos mínimos de geração do ponto na matriz. Sendo assim, se essa referência não for respeitada, a imagem terá um resultado inverso ao esperado, ou seja, os detalhes irão desaparecer, ao invés de tornarem a imagem mais nítida. Da mesma maneira, o atrito gerado no momento da impressão deve ser considerado. Alguns pontos, de tão pequenos, acabam desaparecendo. Outro fator muito importante é o substrato que receberá a tinta durante o processo. Quanto mais poroso, mais absorvente será. Portanto, se o ponto de retícula for muito pequeno, acabará aumentando de tamanho, juntando-se aos pontos adjacentes. O resultado final será um grande borrão.

[152] Vários entrevistados argumentaram sobre a necessidade de se definir melhor os papéis que são atribuídos ao Estado e aos movimentos sociais. Percebe-se que uma "melhor definição de papéis" não é o mesmo que ausência de fronteiras, mas torna sua definição imprecisa e escorregadia.

Tomar este conceito de retícula como uma metáfora nos ajuda a pensar como se desenvolvem as relações entre o Estado e os movimentos sociais, no contexto que analisamos. Enquanto uma fronteira flexível que contém um padrão discursivo a ser impresso, a idéia de retícula pode ser associada aos modos como o Estado e os movimentos organizados desenvolveram linguagens e formas de atuação semelhantes.

De um lado desta fronteira reticular, o governo adequou seu sistema de categorias ao conjunto de categorias forjadas pelos processos de mobilização e constituição de identidades coletivas da sociedade civil. O participacionismo nos ajuda a compreender este processo que, ao permitir a entrada de "minorias" identitárias no Estado, criou uma gramática da participação que redunda na adequação das formas de interação entre atores, que devem se qualificar, amadurecer suas demandas, se corresponsabilizarem etc. No capítulo anterior exemplificamos a constituição deste discurso e como ele se materializa no Sistema Nacional de Participação, a partir da criação de novas secretarias, subsecretarias, diretorias, editais, projetos, programas nacionais, conselhos e conferências, sempre voltados a "segmentos" populacionais ou temas bem delimitados.

Como o governo responde aos movimentos sociais formulando discursos que reproduzem o reconhecimento e afirmação de suas categorias identitárias e demandas – mesmo que seu comprometimento com as demandas que reafirma esteja condicionado aos jogos de poder entre os grupos que interpelam o Estado, já que o poder de incidência destes grupos não é *proporcional*, como enseja o participacionismo – do outro lado desta fronteira reticular os movimentos sociais e os grupos organizados da sociedade civil passaram também a adequar suas formas de interação e organização às formas categoriais desenhadas nesta retícula que os separam do Estado.

Neste sentido, as formas impressas através desta retícula, é importante ressaltar, não implicam em trocas diretas de poder, mas em fluxos de atribuição de significados que implicam sentimentos de pertencimento, em diversos níveis e dimensões variadas[153], à identidade coletiva articulada pelo governo. A citação da entrevista 05, citada no início deste tópico, é bastante ilustrativa deste trabalho de articulação que após sua estruturação assume um caráter policial, como discutimos no capítulo anterior.

[153] Estamos nos referindo ao que Snow(2001) conceitua como a multimensionalidade das identidades coletivas, que associam aspectos cognitivos, emocionais e morais, de forma diversa na produção de sentimentos de pertencimento. Os níveis de pertencimento também foram tratados por este autor, como apresentamos no capítulo 2.

Nesta entrevista, a este respeito, podemos destacar a seguinte frase: “Essa pra mim é a grande contradição, porque enquanto sociedade civil, enquanto movimento social, a gente tem uma articulação com o governo de ordem ampla, é inegável”.

Pautada pelos discursos do participacionismo e do diferencialismo, a retícula que separa as relações entre atores governamentais e não governamentais, imprimirá nestes últimos um sistema de ação definidor de sua identidade coletiva (Melucci, 1990). Mesmo que as dinâmicas destas fronteiras reticulares não totalizem os processos constituidores das identidades coletivas, lhes serão determinantes, já que influenciam a definição de elementos como as práticas sociais grupais, o estabelecimento de uma cultura política específica, com rituais, valores, crenças e interesses compartilhados, e propiciará a formação de redes e as relações intra e intergrupais, a partir de condições determinadas (Prado, 2001; 2002).

Afinal, vimos como as conferências e os conselhos de políticas públicas passam a fazer parte do cotidiano dos movimentos sociais, bem como estes, mesmo tendo suas demandas negligenciadas com frequência, seguem apoiando o projeto governamental em contraposição ao “Eles” definidor do “Nós” articulado pelo governo, o que impacta inclusive a formação de fronteiras políticas (Prado, 2001). Mesmo os militantes que se identificam com partidos de oposição ao governo federal reconhecem que os movimentos sociais funcionam como um “braço do PT” e dificilmente se comprometeriam em defender candidaturas e projetos políticos da coalizão que nomeiam como “centro-direita” (Entrevistas 15 e 16).

Além disto, as discussões que fizemos em torno do conceito de “mercado do social”, de Tommasi (2012), ilustram como as mudanças na estrutura de oportunidades políticas aprofundaram e reorganizaram as transformações que aproximaram os movimentos sociais do Estado a partir do final da década de 1980. Este “mercado do social” encontra nos espaços de interlocução e arranjos participativos estatais um veículo dinâmico de “mercadorização do social”, e as fronteiras reticulares imprimem também regras, valores e recursos a serem negociados nestas interações (“transações”).

Deste modo, a fronteira reticular permite alguma homogeneidade simbólica e discursiva entre as “superfícies” por ela separadas. Entretanto, o fluxo de “poder”, e poder pode ser aqui compreendido tanto na dimensão de potencialidades como de limitações, não produz o mesmo efeito de homogeneização, embora a relativa homogeneização de discursos implique no condicionamento do poder de interpelação dos movimentos sociais. Se pensarmos que a política pode ser vista, na perspectiva de

Rancière (2010), como um conflito entre partes que não são verdadeiramente partes, já que se instaura a partir da enunciação de uma equação impossível, "a parte dos sem parte", podemos afirmar que as possibilidades de interpelação da ordem policial estão na democracia, compreendida aqui como o modo de subjetivação da política. A democracia é própria do povo, este ator incomensurável que se manifesta como negatividade do ordenamento policial permitindo a verificação da igualdade. Neste sentido, o poder, ou poder de resistência, reside na subjetivação política, na equação impossível enunciada a partir de um dissenso, e não nas equações geométrica e aritmética que as formas de governo desenham nas fronteiras reticulares formatando aspectos das identidades coletivas não estatais.

Neste sentido, embora o governo capitalize sobre o "poder" dos movimentos sociais, a partir da mobilização de identidades, este poder é em grande parte dissipado pelas formas desenhadas nestas fronteiras reticulares. Vale repetir aqui uma frase de um de nossos entrevistados que aponta o enfraquecimento dos movimentos sociais decorrente do diferencialismo.

> Cada um quer se mostrar. **Se o outro te reconhece você existe**, então é muito forte essa busca por reconhecimento identitário, e ai os movimentos acabaram se fechando muito nisso. **Ai a gente perdeu muita força** (Entrevista 4).

Cabe uma ponderação acerca de "quem" desenha as formas impressas nestas retículas. Em parte as formas desenhadas nestas retículas seguem a sensibilidade da partilha do sensível, pois esta define os modos de ser e existir dos indivíduos e grupos. Deste modo, as formas desenhadas seguem, em algum grau, os modos de ser contemporâneos, definidos, entre outras coisas, pela mercadorização da vida e as demandas por autonomia individual que discutimos anteriormente. Porém, tanto o governo como grupos organizados (compreendendo, obviamente, que estas entidades geralmente são agenciadas por suas lideranças e personagens de maior destaque) podem, ou tem "poder" para desenhar e retocar algumas destas formas.

Entretanto, o poder de alterar as formas nestas retículas está condicionado aos "conteúdos", que definem o poder de incidência dos atores, e ao "substrato", que compõe sua estrutura organizacional e/ou institucional. Neste sentido, os agentes com maior poder de controle sobre os recursos simbólico-materiais mais valorizados nestas transações terão maior capacidade para definir e desenhar formas a serem impressas. Voltaremos a este ponto no próximo capítulo, mas aqui vale a pena considerar que as identidades com menor acesso a recursos materiais, aquelas menos beneficiadas pelas

equações geométrica e aritmética, terão que ser capazes de mobilizar recursos simbólicos que se convertam também em bens contabilizáveis neste "mercado do social"[154]. Estes recursos simbólicos, entretanto, passam pela "verificação da igualdade" (Rancière, 2010), cuja possibilidade de subjetivação política já foi circunscrita, em grande parte, pelas formas que estas fronteiras reticulares adquiriram com a "constituição do povo" do populismo inerente ao discurso do participacionismo, através da identidade coletiva articulada pelo governo (Laclau, 2005).

Voltemos agora ao conceito de retícula para compreendermos alguns impactos do discurso do diferencialismo na constituição de fronteiras identitárias, agora no que tange as relações intra e entre os grupos exteriores ao Estado. Oliveira (2011) alerta sobre outros aspectos importantes para se alcançar mais nitidez na técnica de impressão de retículas ponto a ponto (que podemos compreender como melhor organização e eficácia nas técnicas de gestão e formas de governo):

> Outro fator muito importante é o substrato que receberá a tinta durante o processo. Quanto mais poroso, mais absorvente será. Portanto, se o ponto de retícula for muito pequeno, acabará aumentando de tamanho, juntando-se aos pontos adjacentes. O resultado final será um grande borrão (Oliveira, 2011).

Se tomarmos a estrutura organizacional do Estado e dos movimentos sociais, podemos imaginar que, embora o Estado tenha apresentado certa porosidade às formas categorias diferencialistas demandada pela diversidade dos movimentos sociais, estes, por terem uma estrutura institucional mais fraca, se apresentam como um "substrato" mais "poroso" para receber as formas impressas pelas fronteiras reticulares. Um programa nacional, um conselho, uma conferência ou um edital aprovado, por exemplo, pode alterar significativamente o cotidiano dos grupos militantes, o que será definitivo para a manutenção de suas identidades coletivas. Se num primeiro momento estas alterações podem ser mais rapidamente notadas se tomamos estas identidades coletivas como um sistema de ação (Melucci, 1990), num segundo momento, pode-se notar toda uma reestruturação discursiva (Laclau, 2006), que será atravessada pelas possibilidades de acesso a recursos e pelas dinâmicas interacionais (Tilly, 2001).

O discurso participacionista, ao tentar conciliar interesses contraditórios e articular funcionalmente uma diversidade social que, objetivamente, não é redutível ao conjunto de categorias que utiliza para caracterizá-la, acaba por configurar uma retícula

[154] Acreditamos não ser necessário discorrer sobre as amarras entre o mercado do social e o mercado eleitoral.

que imprime formas "borradas". Em outras palavras, os discursos governamentais apresentam uma complexidade que, ao ser desenhada nas fronteiras reticulares, necessita de uma grande quantidade de "pontos" para funcionar (para alcançar nitidez), que é incompatível com a "porosidade" dos atores organizados da sociedade civil. Talvez por esta razão, os entrevistados filiados ao PT tendem a apontar a ineficiência dos arranjos participativos aos sistemas de ação desenvolvidos pelos movimentos sociais, sem questionar as formas discursivas desenhadas pelo governo nas fronteiras reticulares (Entrevitas 02, 12, 14, 25). O trecho a seguir ilustra bem o que tentamos aqui analisar:

> Eu acho que há Movimento de Juventude ainda que trabalha numa **lógica fisiológica, clientelista**. Reclama até o dia que assinar o convênio com o governo, e **o governo tá no papel dele**, tá no papel dele (Entrevista 02).

Entre os militantes que são filiados, mas ainda apresentam um vínculo de pertencimento identitário forte com seus movimentos de origem, esta crítica se torna menos maniqueísta, apontando também problemas na estrutura do governo (Entrevistas 01; 10 e 15), ou ainda, defendendo prioritariamente os estilos de atuação dos grupos militantes (Entrevistas 03, 05, 26). Os entrevistados que não são filiados a partidos políticos, por sua vez, identificaram mais frequentemente o "borrão" produzido pelas fronteiras reticulares atravessadas pelos discursos do participacionismo e do diferencialismo (Entrevistas 06; 07; 08; 09; 13; 18; 20; 22). No trecho a seguir, podemos notar como isto é descrito, e inclusive uma comparação entre diferentes estruturas de oportunidades políticas e as diferenças nas formas de relação que se estabelecem entre Estado e movimentos sociais:

> Então na hora de fazer eu vou fazer, mas aquilo ali se tornava uma política pública. É tanto que a gente pega a época do Ministério da Saúde quando era o PN, Programa Nacional de DST/AIDS, a gente percebe que funcionava desse jeito. Virava uma política pública, porque o movimento cobrava, ia pra cima, e a gente percebe que hoje deixou de existir, não é como antigamente. Hoje as pessoas estão mais preocupadas em cargos de governo, estar presente ali, e acaba que as pessoas hoje, o próprio governo, acaba também usando um pouco o movimento social, nos seus estados e municípios (Entrevista 18).

O que aqui chamamos de "borrão" diz respeito, de um modo geral, aos efeitos produzidos na constituição de identidades coletivas dos grupos que absorveram excessivamente as formas impressas pelas fronteiras reticulares. Isto trouxe efeitos que, inclusive, podem ser tomados como possivelmente indesejados pelo Estado, já que a fragmentação excessiva do monopólio de narrativas desafia os universais necessários à

gestão estatal. Talvez o incentivo Estatal à interseccionalidade nos arranjos participativos pode ser visto como uma tentativa de superar alguns destes "borrões" produzidos pelas fronteiras reticulares. Por um lado, a definição de políticas públicas e estratégias de governo tendem a se beneficiar com a produção de homogeneidades sociais, já que deste modo os problemas endereçados ao Estado seriam mais facilmente delimitados. Além disto, a proliferação de "pontos" categoriais pode levar a uma proliferação de demandas endereçadas ao governo, o que seria impossível de ser contemplado satisfatoriamente pelas respostas estatais, o que levaria a uma articulação entre elementos que produziria uma identidade coletiva que antagonize com o "Nós" articulado pelo governo (Laclau, 2006).

Por outro lado, a manutenção de uma quantidade razoável de "pontos" categoriais possibilita um conjunto de "elementos" manejáveis pelo discurso populista que os articula em um "momento" (Laclau, 2005), o que azeitaria a gestão das identidades em suas diferenças. Neste contexto, a mobilidade das fronteiras reticulares, se mantida uma fragmentação categorial articulável pelo discurso populista, provoca o fortalecimento de fronteiras identitárias entre os grupos militantes, o que dificulta a produção de articulações entre estes grupos fora dos discursos governamentais. Em outras palavras, as diversas identidades coletivas dos grupos particulares são reconhecidas em suas demandas e identidades particulares (essencializadas e reificadas) e, deste modo, mantidas como elementos de um discurso governamental (Laclau, 2006). Dentre outras consequências, isto contribui para fragilizar a transparência das políticas públicas e das disputas por poder, que se tornam mais vulneráveis a interesses privados e/ou personalistas de indivíduos e/ou grupos particulares (discutiremos este ponto mais pormenorizadamente no próximo capítulo).

O fortalecimento de fronteiras identitárias entre os grupos militantes pode ser notado no acirramento de diferenças e na proliferação de conflitos entre grupos que disputam o reconhecimento de suas identidades através de recursos ou lugares de poder, ao preço da supressão ou neutralização de conflitos que demarcam fronteiras entre um grupo determinado e as elites políticas. Este processo se ancora na proliferação dos antagonismos plurais, mas se consolida nesta estrutura de oportunidades políticas a partir da articulação entre o participacionismo e o diferencialismo.

Neste sentido, um dos problemas centrais do discurso diferencialista é que ele abre espaço para o ressentimento, mais que para a articulação entre a diversidade dos grupos organizados e, associado ao participacionismo, dificulta inclusive o "progressivo

amadurecimento" das demandas concretas da população[155], mesmo porque, as demarcações identitárias demandam muita energia dos movimentos sociais e dificultam a estabilidade dos projetos sociais e ações políticas governamentais. Os conflitos são deslocados da relação entre os movimentos sociais e o Estado para as relações entre as "minorias" e atores que a partir destas demandas disputam recursos no mercado do social, como podemos analisar no trecho abaixo:

> Na realidade o que eu acho, dessas instâncias de participação, **além de cooptar e legitimar o que tem, mas também serve muito bem pra fazer o povo brigar.** A dança das cadeiras, que a gente chama, tanto pra ocupar aquele espaço, pelo que se fala naquele espaço, tanto porque essa briga, **representantes e representados**, isso eu acho, se cria uma capacidade muito grande, dentro dos movimentos, de **briga, de disputa, muito mais, e muito menos de conseguir efetivar algum discurso em termos coletivos.** A ação coletiva não existe mais, está muito enfraquecido. Esses dispositivos de poder estão funcionando muito bem, tanto é que a gente vive num mundo de paz social absoluta, está todo mundo feliz da vida. A novidade é que alguns cargos estão sendo ocupados por pessoas de segmentos, e que entendem do negócio (Entrevista 7).

Isto não quer dizer que os conflitos entre os movimentos sociais e o Estado deixem de existir, ao contrário, são absolutamente necessários ao participacionismo. O que ocorre é o surgimento de novos pontos de conflitos e sobreposições de interesses que contribuem para a sustentação da idéia ilusória de opacidade das fronteiras políticas de modo simplista e pouco analítico. Torna-se, neste contexto, como disse um de nossos entrevistados, "muito mais difícil saber quem é o inimigo". Os "conflitos", desta forma, se tornam atravessados pela gramática diferencialista e pelo discurso do participacionismo, que os circunscrevem às equações geométrica e aritmética, não permitindo que se tornem enunciações polêmicas.

É importante recordar que os antagonismos plurais não são um produto da lógica governista, ainda que sejam em alguma medida fomentados pelo discurso do diferencialismo. Além de ser um tema que atravessa os estudos sobre movimentos sociais, os antagonismos plurais aparecem diversas vezes nas falas de nossos entrevistados, como um fenômeno inerente aos processos de mobilização. Nestas falas podemos perceber como os processos mais amplos de hierarquização social impactam a formação de fronteiras identitárias tanto no âmbito estatal como nos processos de aliança e articulação entre movimentos sociais (Costa & Prado, 2011)[156]. Um exemplo

[155] Em outras palavras, o que queremos dizer é que o discurso diferencialista dificulta não apenas a emergência da política, mas também, no interior da polícia, limita a efetividade das partilhas que foram equalizadas pela alteração da estrutura de oportunidades políticas.

[156] Para uma análise sobre os antagonismos plurais e a formação de estratégias de aliança e articulação ver Costa (2010).

interessante pode ser visto na percepção de um de nossos entrevistados sobre a declaração de apoio incondicional ao MST, deliberado em um congresso da ABGLT, e que não recebeu em troca a mesma disposição para fortalecimento das redes de apoio e de lutas conjuntas.

> Mas aí tem um problema, tem que saber se o MST quer ter a nossa marca, né? Colada com a dele, porque como a nossa marca, a nossa cara, sempre foi cara de estigma social, se que ter esse marketing que acha que pode ser um marketing negativo. (...) Até porque tem também uma exploração que o MST faz de uma imagem da família nuclear. (...) É, muito catolicismo e tudo mais e tal. Então quando eu falei lá trás da via de mão dupla, ou da via de várias mãos, é essa, não adianta você oferecer um apoio e receber uma atitude do outro, você é... **oferecer um apoio e receber uma aliança envergonhada** (Entrevista 3).

Outro depoimento interessante acerca desta questão está no trecho a seguir, no qual um de nossos entrevistados analisa como os antagonismos plurais não estão apenas na origem destes movimentos, mas compõem o imaginário atual da formação de fronteiras entre eles, e que o Estado não apenas assimila a fragmentação das identidades coletivas, mas também acaba por reforçar estes antagonismos ao estabelecer diálogos hierarquicamente organizados:

> Como uma relação sempre de entes aparentemente distintos a tensão muitas vezes é permanente, o problema fundamental é: qual o grau de imbricação desses grupos hoje? Por onde eles estão se comunicando? Estão se comunicando cada vez mais, mas ao mesmo tempo isso não resolve o problema porque os grupos trabalham numa perspectiva particular, e o Estado, o que muitas vezes faz, é atender essas demandas particulares o que reforça cada vez mais suas demandas particulares. O atendimento das demandas particulares não ajuda esse grupo a ter uma constituição mais global, pelo contrário, reforça cada vez mais esse movimento particularista (Entrevista 1).

No âmbito do Estado, as discussões sobre políticas públicas também reproduzem a dificuldade em se estabelecer articulações entre as diversas identidades que disputam reconhecimento e recursos, o que sinaliza para as dinâmicas destes antagonismos plurais dentro dos órgãos governamentais. Argumentando acerca da transversalidade e interseccionalidade, termos muito enfatizados, sobretudo durante o Governo Lula[157], uma de nossas entrevistadas argumenta que "no nível discursivo é o que se propõe, mas na prática isso acontece pouco ou quase não acontece". Mais adiante exemplifica que "é muito mais fácil inserir as outras pautas na pauta LGBT do que o contrário" (Entrevista 10). Esta dinâmica diferencialista pode ser analisada a partir das relações de poder que

[157] Um ponto observado na análise de materiais foi que, se no Governo Lula a tônica se deu entre categorias identitárias, ai incluídas (in)diferenciações diversas, no governo de Dilma Rousseff, o fomento à interseccionalidade se deu prioritariamente a partir da associação entre as demandas de "minorias" e o combate à pobreza. Voltaremos a esta discussão no próximo capítulo.

aumentam ou diminuem a capacidade dos atores em desenharem formas a serem impressas nisto que estamos conceituando como fronteiras reticulares.

Além de determinadas hierarquias se reproduzirem no âmbito estatal, definindo as formas a serem impressas pelas fronteiras reticulares – o que não é surpresa, tendo em vista o rechaço e o silêncio que se estabeleceu em torno das demandas LGBT durante o governo de Dilma Rousseff – o discurso governamental se utiliza dos antagonismos plurais e seus deslocamentos de fronteiras reticulares para justificar determinadas ações e posicionamentos. Entre nossos entrevistados percebemos uma diferença discursiva entre os entrevistados ligados a partidos políticos e os que nunca foram filiados ou que já se desligaram dos partidos governistas, na utilização dos antagonismos plurais para a construção de argumentos que defendem as posturas do governo[158].

Argumentando acerca do veto presidencial ao Kit anti-homofobia e outros pontos que os movimentos LGBT vêm criticando nas posturas governamentais, os militantes ligados aos partidos governistas tenderam a apontar a "falta de consenso" entre os movimentos sociais e a pouca mobilização em torno de determinados temas, como justificativas ou atenuantes. No campo da juventude as excessivas disputas e conflitos identitários diferencialistas foram apontados como impeditivos para o avanço das pautas do conselho, por exemplo. O diferencialismo, neste ponto, reforça a idéia do participacionismo, de que se uma determinada demanda não se concretizou foi por falta de participação, por uma ausência de "consenso", ou por uma pauta ser muito recente e não ter "amadurecido" e "acumulado" o suficiente para definir ações concretas (Entrevistas 02; 12; 14) [159].

Este discurso oculta, não apenas que a política se dá a partir de conflitos, mas também que, mesmo em pontos nos quais os movimentos alcançam uma pauta relativamente unificada, estas podem ser rechaçadas ou secundarizadas nos processos de hierarquização que definem quais formas podem ser desenhadas nas fronteiras reticulares que separam as diversas identidades que disputam espaço e, sobretudo, recursos junto ao Estado. Além disto, estes deslocamentos de fronteiras reticulares

[158] Obviamente as pessoas que somam à sua militância no movimento de juventudes ou LGBT a militância partidária, tenderão a defender seus correligionários e os projetos políticos defendidos por seu partido. Entretanto, aqui nos interessa algumas estratégias discursivas específicas, baseadas no deslocamento de fronteiras que são acionados como forma de justificar determinados posicionamentos do governo.

[159] Esta estrutura argumentativa também aparece em outras entrevistas, embora não com o objetivo de justificar ações do governo, como se pode notar em vários trechos de entrevistas que citamos anteriormente.

dificultam a transparência das definições em torno das políticas públicas e das disputas por poder, que se tornam mais vulneráveis a interesses personalistas e de determinados grupos de interesse, o que por sua vez acentua as diferenças identitárias, ou como nomeou uma de nossas entrevistadas, "a dança das cadeiras".

Como tentamos argumentar, as fronteiras entre o Estado e os movimentos sociais não deixam de existir ou estejam "borradas". Ao contrário, o "borrão" está na percepção destas fronteiras reticulares, cuja flexibilidade de sua composição oculta a si mesma através de discursos diferencialistas e participacionistas. Neste sentido, embora se percam de vista os conflitos da política, que passam a ser pautados por disputas pessoais policialescas [160], a formação de fronteiras reticulares segue a divisão das partes de um sensível compartilhado.

Um questionamento a esta idéia de fronteiras reticulares pode ser feito no que diz respeito à contratação de militantes pelo Estado. Se uma liderança de movimento social ocupa um cargo de destaque no governo, isto não pode significar de fato uma opacidade das fronteiras? Em parte a entrada destes atores define o acesso a recursos valiosos e que com certeza podem aumentar a capacidade de um movimento social específico de incidir sobre as formas das fronteiras reticulares. Porém, devemos ter em vista que a "identidade" representada por este sujeito está circunscrita pelo discurso do diferencialismo, no qual a experiência se apresenta como evidencia da diferença e provoca um fechamento interacional que limita um campo de ação.

Além disto, a entrada para o Estado reorganiza os sentimentos de pertencimento e a atribuição de significados a estes pertencimentos, o que obriga estes militantes a articularem e separarem diferentes posições de sujeito que se apresentam como conflitantes. Essa separação apareceu em diversos momentos da pesquisa, nos quais os sujeitos relataram que sua trajetória militante era apontada como desqualificadora de críticas a determinados posicionamentos governamentais (Diário de Campo). Em uma conversa informal, um destes sujeitos relata que alguns colegas de trabalho diziam "seu e-mail agora é .gov, não é mais .edu, nem .org!", como argumento para que suas críticas fossem minimizadas. As dinâmicas que definem a formação de fronteiras reticulares no que tange a entrada destes sujeitos para o governo produzem uma amarra complexa

[160] Um trecho de entrevista ilustra bem este ponto: "Você acaba fazendo uma discussão que é muito mais pela posição que você ocupa do que pela idéia que você está defendendo. E ai de repente os caras estão dizendo a mesma coisa, mas aparentemente estão fazendo uma super oposição, porque tem essa coisa, você é governo e eu sou de fora" (Entrevista 9).

entre técnica, identidade e política. Isto nos leva ao terceiro elemento do discurso diferencialista.

5.2.3. A Sobreposição entre técnica e política

Estamos chamando de sobreposição entre técnica e política um tensionamento que se estabelece no interior dos discursos governamentais, entre um discurso sobre a eficácia no desenvolvimento de projetos e políticas públicas e os conflitos baseados no fechamento interacional ocasionado pelo diferencialismo identitário, nas dinâmicas entre atores separados por fronteiras reticulares. A política, compreendida aqui em seu sentido generalista de práticas policiais, será tensionada, por um lado, pela competência técnica, que se sobrepõe à identidade, e, por outro lado, pela identidade, que antecede ou condiciona a técnica. Esta tensão é uma forma de descrever o dilema apresentado por Phillips (2001) entre uma política de idéias e uma política da presença, atualizado pelo contexto da globalização no qual o Estado se caracteriza como uma instituição técnica (Eder, 2003) e um ator racional (Tejerina, 2005).

Podemos localizar, de um lado, uma associação entre técnica e política, e de outro, uma associação entre política e identidade. Neste contexto se localiza uma sobreposição entre técnica e política, agora no sentido de Rancière (2009), na qual a mobilização de identidades aparece como técnica racionalista, que toma os processos de identificação como bens divisíveis, o que acaba circunscrevendo a política nas técnicas policiais de governo voltadas ao atendimento da "vítima". O continuum entre representar e atender se torna um campo semântico no qual os discursos vão tensionar uma perspectiva das técnicas políticas e outra das políticas de identidade. Estes polos aparecem como complementares e livres de contradição nos discursos oficiais, mas como conflitantes, dependendo do contexto, quando aprofundamos nas análises que os entrevistados fazem das interações entre o Estado e os movimentos sociais.

O Estado, como uma instituição técnica que se assemelha às empresas, terá que justificar suas ações, ao mesmo tempo, em conhecimentos técnico-científicos, que garantiriam a legitimidade de um determinado projeto de governo frente à uma "sociedade do conhecimento" (Melucci, 1990), e conhecimentos fundamentados na diversidade das experiências particulares, que garantiriam a legitimidade da representação de um discurso populista (Laclau, 2005). Esta discussão sobre a

competência técnica e das técnicas de governo nos remetem à figura do especialista e sua entrada no campo da política, que Chauí (2004) aborda da seguinte forma.

> O direito à participação política também encontra obstáculos, sob os efeitos da divisão social entre dirigentes e executantes ou a ideologia da competência técnico-científica, isto é, a afirmação de que quem possui conhecimentos está naturalmente dotado de poder de mando e direção. Iniciada na esfera da produção econômica, essa ideologia propagou-se para a sociedade inteira que vê, assim, a divisão social das classes ser sobredeterminada pela divisão entre "competentes" que, supostamente, sabem e "incompetentes" que nada sabem e apenas executam ordens. Fortalecida pelos meios de comunicação de massa que a estimulam diariamente, essa ideologia invadiu a política, que passou a ser considerada uma atividade reservada para técnicos ou administradores políticos competentes e não uma ação coletiva de todos os cidadãos. Isso significa que, **em política, as decisões são tomadas por técnicos ou especialistas,** via de regra, sob a forma do segredo (ou, quando publicadas, o são em linguagem perfeitamente incompreensível para a maioria da sociedade) e escapam inteiramente dos cidadãos, consolidando o fenômeno generalizado da despolitização da sociedade. Dessa maneira, não só o direito à representação política (ser representante) diminui porque se restringe aos competentes, os quais, evidentemente, pertencem à classe economicamente dominante, que, assim, dirige a política segundo seus interesses e não de acordo com a universalidade dos direitos (Chauí, 2004:04).

Rancière (2006b) traz uma análise da democracia, a partir da qual argumenta sobre a ausência de critérios capazes de legitimar o lugar daquele que governa. A democracia, nesta perspectiva, é o modo de subjetivação da política que, a partir de uma equação impossível, vai verificar a igualdade de qualquer ser falante com qualquer ser falante, questionando assim a atribuição de valores oligárquicos (aritmética) e aristocráticos (geometria) na partilha entre competentes e incompetentes. A reconceituação da política como algo que não se identifica com o lugar da verdade, algo que não é uma posição natural do aristocrata, também foi um movimento discursivo que participou da consolidação da estrutura de oportunidades políticas do Governo Lula, provocando um dissenso em torno da legitimidade do projeto de poder instaurado[161].

As mudanças na estrutura de oportunidades políticas podem ser vistas, nesta perspectiva, como adequações organizacionais a um processo de subjetivação política que (des)identifica a divisão das classes. Entretanto, se no contexto de um Estado tecnicista a divisão das classes estava sobredeterminada pela divisão aristocrática, entre

[161] A este respeito, argumenta Chauí (2004): "As primeiras tentativas para desqualificar o novo presidente da república consistiram em solicitar a "especialistas" (sociólogos e politólogos), que demonstrassem que estávamos diante da velha política populista e messiânica. Como essas tentativas foram mal-sucedidas (pois não havia fatos para comprovar as teorias), houve mudança de estratégia: passou-se à ideologia da competência e à profusa explicação da "falta de preparo" do novo presidente para o exercício do cargo (chegou-se ao ridículo de querer provar sua incompetência analisando sua linguagem e o fato de que, em seus discursos, Lula usa metáforas, analogias e provérbios, portanto, sinais indiscutíveis de pobreza de pensamento e de expressão!)". Mesmo que discordemos da avaliação da autora, seu intento de argumentar a favor da legitimidade do governo aponta para existência do dissenso ao qual no referimos.

competentes e incompetentes, neste novo ordenamento policial esta sobredeterminação apenas agregará critérios experiencialistas para a atribuição de competências, mantendo assim a equação aritmética, que associa uma qualidade a uma posição social fundamentada numa noção de "verdade". De todo modo, nos dois ordenamentos a partilha do sensível permanecerá praticamente intocada, pois a compensação geométrica das perdas e ganhos de uma "parte" não implicará da (des)identificação desta parte com sua identidade.

Podemos compreender que a própria reconfiguração deste ordenamento policial se deu pela enunciação de um dissenso em torno da sobreposição entre identidade e política, que (des)identificou o lugar do governante como um oligarca ou um aristocrata. Assim, a valorização de um conhecimento baseado na "experiência" passa a fazer parte da trama política, o que tentamos analisar a partir dos discursos participacionista e diferencialista.

Entretanto, vimos com o discurso participacionista como a entrada destes saberes é "vendida" no mercado do social como uma forma mais adequada de governar, o que pressupõe também uma competência técnica associada à legitimidade identitária da representação. Nossa análise, até aqui, veio mapeando as contradições e ambiguidades deste discurso, apontando para as dinâmicas interacionais que se aportam nesta reconfiguração policial. Aqui tentaremos localizar como o discurso do diferencialismo apresenta fissuras em seu campo semântico que podem ser reveladas a partir do tensionamento entre um polo técnico-político e outro político-identitário.

Nas entrevistas analisadas identificamos percepções acerca de como a reificação identitária afeta este tensionamento e impacta a formação de identidades coletivas dos grupos que acessam o Estado. O diferencialismo identitário influencia estratégias, argumentos políticos e a delegação de cargos, o que em si já apresenta compreensões de identidade e atribuições de valores às experiências identitárias que circulam no âmbito estatal e estabelecem mecanismos para a configuração de fronteiras reticulares. Como ilustraremos adiante, estas compreensões reforçam a idéia de um trabalho identitário estatal fundamentado pelo diferencialismo identitário.

A relação entre a competência técnica e o fazer político pode apresentar nuances que vão desde a burocratização dos movimentos sociais, que passam a oscilar entre as funções de representar e atender uma população específica (Machado & Prado, 2005; Anjos, 2002), até dilemas governamentais que levam o Estado a priorizar questões administrativas em detrimento de aspectos ideológicos e simbólicos (Eder, 2003). Aqui,

tentamos circunscrever os modos como a competência técnica passa a fazer parte do vocabulário político, transformando ativistas em pequenos empreendedores que disputam valores contábeis no "mercado do social" (Tommasi, 2012), e grupos organizados em pequenas empresas (técnico-políticas) que, para disputar recursos, necessitam traduzir questões éticas e políticas em pressupostos técnicos que sejam operacionalizáveis (Ramos, 2007; 2005; 2004)

Primeiramente, tensionando a política a partir da técnica e da formação política, nossos entrevistados, sobretudo os que se encontram acima dos trinta anos de idade, relacionam a necessidade de qualificação – para ocupar determinados espaços da política contemporânea – com a eficácia das políticas públicas e a qualidade da argumentação e direcionamento de demandas ao Estado. Nota-se, neste contexto, uma diferenciação entre a competência técnica e a competência política, que se diferencia da técnica por sua capacidade de articulação e conciliação de interesses antagônicos. O trecho a seguir é de uma entrevistada filiada a um partido político de oposição ao governo federal, e explicita esta diferenciação, inclusive reconhecendo a capacidade de articulação e conciliação de interesses do então presidente:

> É um engano, porque ele tem que ser um político, o prefeito, o governador, o presidente, tem que ser um político. Porque ele tem que dominar a técnica do diálogo, da articulação. Isso não é simples. Não é uma coisa fácil de ser feita. Você tem que saber fazer isso. Você tem que ter capacidade de sentar e conversar com qualquer pessoa, com qualquer um. Um gerente necessariamente, ele não tem. E ainda tem tanto essa coisa de que eu sou o foda, que ele lida com a política de forma arrogante. O bom prefeito, o bom governador, é aquele que é político e tem bons técnicos trabalhando com ele. Se uma pessoa é técnica, ele muitas vezes desmerece o técnico que está na ponta. Porque ele sabe mais... então assim, a gente está vivendo essa coisa no Brasil que é nociva demais pro processo político. Nós precisamos, e assim, o Brasil perdeu muito dos bons políticos e não teve renovação dos quadros. Eu acho que o Lula, por exemplo, o Lula não é técnico de nada, mas ele é um político, e é um político carismático ainda por cima, por isso que ele consegue ser essa liderança que todo mundo baba por ele (Entrevista 15).

Esta perspectiva, que pode ser analisada como uma separação entre as técnicas administrativas e as técnicas retóricas, mais uma vez recoloca a política como uma prática policialesca de conciliação de interesses e produção de consensos, mas abre uma brecha para separar a noção de política da noção de políticas públicas, que na fala dos mais jovens aparecem praticamente indiferenciadas. Entretanto, em ambas as conceituações da política, a idéia de qualificação, de uma virtude associada à prática política aparece em sua dimensão técnica, o que nos leva a contrapor a técnica administrativa à identidade, como um campo semântico no qual o discurso

diferencialista posicionará a participação. Dentre os muitos exemplos que encontramos, destacamos o seguinte trecho que argumenta sobre a qualificação da militância que como veremos, oscila entre a idéia de formação teórica e acadêmica e a formação política:

> [Sem o seu diploma você não milita?]: Exato! A militância, ela ganha um outro tipo de formato. Então hoje, por exemplo, nós temos dificuldade de termos pessoas pra ocupar lugares nos conselhos. Então com isso, o conselho perde a capacidade de crítica, perde a capacidade reivindicatória, então o conselho vira um lugar de legitimação da política que está sendo feita (Entrevista 15).

Percebe-se que a noção de profissionalização da militância não coincide com a formação acadêmica. Embora nenhum dos sujeitos da pesquisa negue que a compreensão de conceitos e a formação acadêmica sejam importantes ou possam contribuir para os avanços na democratização[162], conforme esta se manifeste como exigência para a participação, é algumas vezes apreendida como um aprofundamento da burocratização e elitização da política e da participação (Entrevista 04; 15; 19), mesmo que algumas vezes apareça como uma ação para o empoderamento das "minorias" (Entrevista 01; 11; 14; 26). A noção de profissionalização compete, na verdade, com a de formação política que, por sua vez, se associa ao percurso e experiências de militância, o que pode aparecer como atribuições valorativas nos níveis individual, grupal e de conjuntos de movimentos[163].

Em segundo lugar, tensionando a política a partir da identidade (diferencialista e experiencial), o diferencialismo aparece comprometendo a técnica (administrativa e política) sem necessariamente implicar em ganhos políticos ou menos verticalismo nas relações entre atores. Os conflitos que derivam destas tensões podem ser identificados em diversas dinâmicas interacionais, desde a contratação de sujeitos por sua identidade para cargos associados às temáticas desta mesma "identidade", até a composição dos conselhos e a organização das conferências, que muitas vezes associam identidades a

[162] Ao contrário, com maior ou menor ênfase, a ponte entre a política e a universidade é reforçada por vários sujeitos da pesquisa, que apontam a importância dos militantes buscarem formação acadêmica em cursos de graduação, mestrado e doutorado (Entrevista 05; 14; 20; 24; 25). As teorizações e pesquisas desenvolvidas pela universidade aparecem, inclusive, como moeda de troca no mercado do social, a partir da qual a caracterização "científica" das identidades coletivas propicia o monopólio de narrativas e o reconhecimento estatal dos grupos organizados (Entrevistas 21; 23; 24).

[163] Importante ressaltar que a importância de um percurso de militância, quando atribuído ao conjunto de movimentos sociais, seja do movimento de juventudes, seja do movimento LGBT, aparece muitas vezes associada ao "amadurecimento gradativo que se resolverá com a participação qualificada dos interessados", elementos que compõe o discurso participacionista, descrito no capítulo anterior, e que se reproduzem na fala dos entrevistados. Esta noção se apresenta com mais ênfase entre os entrevistados acima dos trinta anos e com filiação partidária, mas já se apresentam de forma menos elaborada entre sujeitos mais jovens.

cadeiras e a legitimidade dos delegados. Um bom exemplo desta tensão pode ser encontrado nos dilemas relacionados à representatividade do jovem, vivenciados pelo CONJUVE (Freiras, 2007).

Os conflitos referentes à representatividade dos jovens nos conselhos constituem um exemplo interessante de como estas tensões do diferencialismo identitário se cristalizam em discursos acerca da política. Alguns entrevistados argumentam que é importante: "ter uma representação mais do jovem mesmo, do que entidades que apoiam esses movimentos" (Entrevista 4). Esta demanda por uma representatividade dos jovens se reproduz também em outros arranjos participativos e pode ser identificada na formação de conselhos e conferências LGBT[164]. Os materiais analisados também sustentam esta convicção, buscando reconhecer o jovem como protagonista ou afirmando que as "minorias" agora são "escutadas" e podem trazer para o Estado suas vivências e "experiências" particulares.

Um argumento que defende a importância de militantes ocuparem estes espaços se refere ao imobilismo do Estado em desenvolver políticas novas e que desafiem as hierarquias sociais e os preconceitos institucionalizados (como a homofobia institucional, por exemplo):

> Como essa política LGBT, ela precisa de pessoas implicadas, entendeu? Porque como ela não é uma política consolidada, ela não é uma política, é... estruturada (...) é preciso ter pessoas que banquem isso, senão não aparece... Porque dentro de um... de uma questão que tem um monte de prioridades, se você não tem uma pessoa que coloque lá, visibilize, ela não vai aparecer, não vai ter ação (Entrevista, 17).

Embora nem sempre estes argumentos estejam associados ao diferencialismo, ou estruturados de forma diferencialista, nota-se que o jargão "Políticas DE/PARA/COM juventudes[ou LGBT]" (Castro & Abramovay, 2004), na prática, acaba por se estruturar discursivamente como "políticas DE/PARA e desenvolvidas POR minorias". A legitimidade deste discurso se estrutura de forma relativamente independente do fato destes sujeitos estarem qualificados técnica ou politicamente para o desenvolvimento das tarefas administrativas. A "qualificação" implicada no diferencialismo está mais relacionada à experiência, como o fundamento de uma verdade sobre a diferença que reifica e essencializa uma identidade. Esta forma interacional baseada no

[164] Talvez possamos argumentar que a autenticidade identitária é um "bem" mais reificado no âmbito da sexualidade do que no âmbito das temáticas geracionais. Se pensarmos que o heterossexismo implica na compulsoriedade da homofobia, qualquer posicionamento favorável aos direitos LGBT pode já ser visto como um marcador identitário (Junqueira, 2011; Prado; Mountian; Machado & Souza, 2010; Prado & Machado, 2008).

diferencialismo manifesta sua nitidez nas fronteiras reticulares, sendo desenhada pelo Estado em busca de mobilização de identidades, e é retocada pelos grupos organizados em busca do monopólio de narrativas.

Mais uma vez, é importante não perder de vista, a tensão não reside na diferença, mas no diferencialismo, que provoca um fechamento interacional associando um determinado campo de discussão e atuação política a uma identidade reificada. Como podemos perceber no trecho abaixo, o diferencialismo não contribui para um aprofundamento da igualdade entre as diferenças, mas sim, para o fortalecimento das fronteiras entre partes da sociedade:

> O problema é que a gente afirmava muito o discurso de reconhecimento de ser da favela, de ter orgulho disso. Os jovens começam a não assumir, a não admitir, que tenham outras pessoas de fora da favela coordenando projetos, trabalhando com projetos, recebendo de projeto. Acha como se estivesse tirando um espaço deles. Então a intolerância e o sectarismo vão atravessando de uma forma brutal vários movimentos (Entrevista 1).

O diferencialismo produz o acirramento das diferenças ao essencializar e reificar identidades, pois a experiência se torna evidência de uma diferença atomizada que, embora se relacione com outras diferenças, aparece como autenticidade independente, ocultando seu exterior constitutivo. Nesta direção, a necessidade da "presença" de uma identidade acaba proliferando e deslocando fronteiras reticulares diferencialistas cada vez mais estreitas. E pensando estas fronteiras a partir da metáfora da retícula, aumentar excessivamente o número de "pontos", compreendidos aqui como "diferenças", num substrato excessivamente poroso, compreendido aqui como uma estrutura organizacional e/ou ideológica fraca, acaba por produzir um "borrão".

Pensando estes dados a partir do conceito de subjetivação política, claramente podemos reconhecer as dificuldades impostas pelos deslocamentos de fronteiras reticulares aos processos de (des)identificação, já que as dinâmicas interacionais institucionalizadas se organizam pela reificação de identidades e demandam por mais identificação, demandam a "autenticidade pura" de uma identidade, cuja experiência se torna a verdade sobre sua diferença particular.

A tensão que buscamos descrever neste tópico se apresenta de forma problemática para nossos entrevistados, principalmente quando falam sobre a composição dos conselhos e os cargos comissionados. Para a composição dos conselhos, CONJUVE E CNCD/LGBT, os participantes não tem que ser necessariamente jovens ou LGBT. Entretanto, nossos entrevistados apontam que

diversos representantes de ministérios e outros órgãos governamentais, enviados a estes conselhos, são escolhidos prioritariamente em junção de sua idade ou orientação sexual, reforçando a idéia de que a experiência é uma evidência da diferença.

Segundo estes depoimentos, tais representantes desconhecem as particularidades e os debates desenvolvidos pelos movimentos sociais, mas, escolhidos prioritariamente por sua idade ou sexualidade, são convocados a interagir e debater suas experiências pessoais particulares em uma dimensão política-institucional. Isto pode produzir posicionamentos conservadores e despolitizados, pois a experiência de uma diferença não implica na politização de uma identidade, pois uma posição de sujeito se define pela articulação entre elementos diversos (Laclau, 1993). Além disto, na maioria das vezes, estes conselheiros não ocupam lugares de destaque em seus ministérios e órgãos de origem e, mesmo que apreendam de forma engajada as nuances das demandas e discursos formulados pelo conselho, não conseguirão reproduzir as deliberações do conselho de forma equitativa em seus ambientes de trabalho, o que limita a capacidade do conselho em incidir intersetorialmente. Isto nos leva a questionar os limites colocados pelo diferencialismo para a afirmação de uma identidade, inclusive no interior de um ordenamento policial determinado.

Algo semelhante também é relatado por um entrevistado, filiado ao PT, acerca da designação dos conselheiros que representam instituições da sociedade civil. As ONGs que desenvolvem projetos com jovens, em sua maioria gerida por adultos que fundaram estas organizações e tiram delas seu sustento econômico, escolhem algum funcionário "jovem" para participar do conselho em função de sua identidade. Para este entrevistado, isto é problemático, pois "a sociedade civil reproduz a lógica do Movimento Estudantil que os partidos fazem na relação com os jovens, é a **brincadeirinha dos jovens de disputar política"** (Entrevista 02). Segundo ele, a presença de um jovem representante de uma ONG num conselho garante uma imagem positiva desta organização, por promover o protagonismo dos jovens em suas ações. Ao mesmo tempo, este representante "jovem" garante a proximidade da organização com as instâncias estatais de participação, o que facilita a assinatura de convênios e o acesso aos recursos públicos. Este mecanismo tem a vantagem de não comprometer as posições hierárquicas no interior desta organização, pois dificilmente um "jovem" terá poder para assumir um lugar de liderança superior aos "adultos" que a dirigem e controlam a destinação de seus recursos.

Neste sentido, perguntado se a "experiência de ser jovem" vem antes que a qualificação política do indivíduo que irá representar uma organização no conselho, este entrevistado responde enfaticamente:

> Vem, vem, vem, eu acho isso um puta erro, sabe por quê? Porque **rebaixa a pauta, desqualifica a pauta de juventude** (...) **como é que eu vou pactuar um tema com uma cara que não manda na Entidade**, um cara que é funcionário da Entidade, não é dirigente da Entidade, se tu pegar o Conselho ***** da Juventude basicamente são funcionários dessas Entidades, não são dirigentes dessa Entidade, isso é sério, é sério porque essa pessoa não tem capacidade nenhuma de reproduzir essa agenda de forma orgânica na sua própria Instituição (Entrevista 02).

Para este entrevistado, isto compromete o funcionamento do conselho, mas, é importante ressaltar, que sua avaliação não identifica os elementos discursivos diferencialistas e participacionistas que abrem espaço para dinâmicas interacionais fundamentadas na sobreposição entre técnica e política.

> Por conta disso, e [os conselhos] não vão funcionar porque é a **brincadeirinha que os líderes das ONGs deram pros seus jovens**, que a mesma reprodução que a juventude partidária deu para os seus jovens, que tem que fazer aquilo, é isso. E todos estão no Conselho buscando o que? Eu to usando aqui uma metáfora pesada, mas a grande maioria tá procurando o que? **Relação com o governo pra estabelecer parceria** (Entrevista 2)

No trecho acima podemos identificar como o discurso do diferencialismo atravessa as dinâmicas interacionais dos arranjos participativos e se reproduzem tanto nos setores estatais como entre os grupos militantes. As fronteiras reticulares, neste contexto, foram eficazes em imprimir formas discursivas diferencialistas, compatibilizando e naturalizando formas de interação.

Em outros depoimentos pudemos perceber que, por exemplo, não basta "ser jovem", o diferencialismo demanda experiências identitárias mais autênticas e específicas. Representantes que ocupavam vagas designadas aos jovens negros, jovens deficientes, juventude feminista etc. eram apontados negativamente, caso não corporificassem as respectivas diferenças identitárias (Diário de Campo; Entrevistas 10; 11; 12). Seria muito mal visto, por exemplo, um jovem branco ocupando uma cadeira destinada à juventude negra, ou um homem ocupando uma cadeira destinada à juventude feminista, e assim por diante. Isto ocorre mesmo que este sujeito tenha um conhecimento técnico/político relevante para a representação das demandas do conjunto populacional que sofre as consequências hierarquizantes da diferença identitária que ele representa.

Na designação de cargos comissionados o diferencialismo também provoca a sobreposição entre técnica e política que aqui tentamos mapear. Um de nossos entrevistados relata ter consciência de que foi designado ao cargo que ocupa atualmente principalmente por ser homossexual, embora sua trajetória militante tenha se dado toda em outros movimentos sociais. Segundo ele, a presença de um homossexual em um cargo de coordenação pode funcionar como um mecanismo para "blindar" o governo contra possíveis críticas do movimento social (Entrevista 11). Reforçando esta percepção, outro entrevistado relata que em algumas reuniões do CONJUVE chegou a dizer aos participantes "cobra mais gente, não vou ficar magoado, vocês tem que pressionar mesmo" (Entrevista 12), mas como este sujeito, que ocupava um cargo de destaque na Secretaria Nacional de Juventudes, havia militado com alguns de seus interlocutores, a relação era excessivamente cordial. O diferencialismo aqui dinamiza o participacionismo, que circunscreve os conflitos no interior dos procedimentos estatais e da participação qualificada, cordial e amadurecida. Os trechos a seguir ilustram bem esta dinâmica que relaciona o participacionismo com o diferencialismo na configuração de interações nas fronteiras reticulares:

> Aqui em [nome de cidade] porque não deu certo? Um programa que era muito bom, que tinha de tudo pra se dar bem, a prefeitura não assumiu a responsabilidade de política pública, assumiu de boca. Se a gente perceber, faltou um engajamento do movimento social, porque a maioria do grupo que estava presente são pessoas que estavam ligadas ao movimento social, e quando o movimento social está ocupando uma cadeira de governo, as vezes é difícil se tornar uma política pública, por causa da cobrança. (Entrevista 18)

> Às vezes as pessoas de governo, essas questões partidárias, ela vai usar também essa população LGBT. Porque ela coloca num cargo de segurança pública ou de direitos humanos, porque o movimento não bate. Ela vai saber que ali o movimento não vai bater. Como quem diz assim "eu já coloquei um de vocês aqui, então vocês pelo menos vão ser representados aqui" (Entrevista 19).

Um problema apontado nas entrevistas, e que tensiona a técnica a partir da identidade, é que os "cargos comissionados mandam nos de carreira e não entendem suficientemente a máquina do estado" (Entrevistada 13), o que prejudica o bom funcionamento das políticas públicas e o gasto eficiente do orçamento estatal. O trecho a seguir é muito ilustrativo de como a política se vê tensionada entre elementos técnicos e identitários sobrepostos:

> O problema não é a afirmação da luta específica, o problema é uma completa desarticulação de qualquer movimento geral, qualquer compreensão do direito integrado. Se não houver isso o cara não vai entender que teve homem de movimento de mulheres, teve branco de movimento negro, teve adultos no movimento jovem. Então é

> natural você botar jovem, 20 anos, de servidor público sem nenhuma preparação, só porque é jovem. Sem nenhuma preparação. [*Você tem visto isso?*] Muitas vezes. Isso é característico. O PT tem muito isso. **Não precisa ter qualificação pra debate social** (Entrevista 01).

Isto nos leva a outro efeito destas dinâmicas diferencialistas que desqualificam ou subalternizam uma temática específica, ao mesmo tempo em que a mantém sobre o controle de grupos e indivíduos com mais acesso a recursos valiosos no interior do Estado. Os órgãos governamentais se organizam a partir de cargos hierárquicos que respondem a níveis de execução e deliberação das políticas. Estes cargos são escolhidos não necessariamente pela competência do gestor, mas pela articulação política que tal indicação envolve e pelo grau de confiança que os cargos superiores depositam num determinado funcionário. Nesta perspectiva, um de nossos entrevistados relata que nem sempre é interessante que os cargos de segundo, terceiro ou quarto escalão sejam ocupados por pessoas que "entendam muito daquela política", pois neste caso, "esta pessoa vai querer gerir aquela política e os superiores podem perder o controle sobre a política" (Entrevista 11).

Este exemplo nos ajuda a visualizar por outro ângulo as fragilidades que o diferencialismo coloca para as políticas de identidade, e como a "experiência", que inicialmente pautou um importante processo de (des)identificação na instauração das mudanças na estrutura de oportunidades políticas, pode ser utilizada pelas equações aritmética e geométrica no interior de um ordenamento policial. Em outras palavras, o discurso do diferencialismo estabelece "a autoridade do 'sujeito do conhecimento' pela eliminação de tudo o que diz respeito ao/à) falante" (Certeau, 1986[165], apud Scott, 1999:31). As fronteiras reticulares nos mostram como os fluxos de poder não ocorrem da mesma forma que os fluxos identitários, exatamente porque nestes discursos o poder de cada identidade se apresenta como uma instância ontologicamente independente e que o participacionismo busca articular de forma diferencialista, ao mesmo tempo em que controla seu poder de resistência.

Mesmo nos momentos em que o governo incentiva a transversalidade entre categorias, como no fomento à interseccionalidade que identificamos nos materiais produzidos durante o Governo Lula e a demanda pela inserção do combate à pobreza nos materiais produzidos durante o Governo de Dilma Rousseff, tais procedimentos

[165] CERTEAU, M. (1986). History: Science and Fiction. In: *Heterologies: Discourse on the Other*. . Minneapolis : University of Minnesota Press.

refletem uma compreensão reificada das identidades, como categorias que devem ser somadas a partir de suas dimensões positivistas. A dinâmica das identidades nas fronteiras reticulares será condicionada pela identidade coletiva governamental articulada pelo governo, que atribuirá determinadas posições de sujeito às identidades que reconhece, em função da consolidação de um projeto de poder e uma concepção de desenvolvimento.

O ímpeto conciliatório deste discurso impediria, por exemplo, que as experiências LGBT e as diferenças identitárias reconhecidas pelo diferencialismo pautem políticas sociais mais amplas, por exemplo, o bolsa família ou algum dos diversos programas de aceleração do desenvolvimento alardeados pelo governo. Atravessar uma discussão sobre orientação sexual e identidade de gênero nestes projetos implicaria em processos de subjetivação política, cuja (des)identificação traria custos elevados para a manutenção das coalizões que condicionam as estruturas de oportunidades políticas deste ordenamento policial.

Neste mesmo sentido, nota-se que a presença de identidades subalternas em lugares de poder também está condicionada pelo diferencialismo, que abre o campo semântico necessário para que o participacionismo circunscreva a "aparição indevida" de atores ao alargamento sensível de uma partilha já institucionalizada pela criação do sistema nacional de participação social[166]. Deste modo, a entrada de atores e temáticas no interior do Estado tem sua polêmica minimizada pelo discurso do diferencialismo e suas fronteiras reticulares, que atribuem geometricamente uma posição de sujeito em função da diferença cuja verdade se manifesta pela experiência de uma identidade essencializada.

Talvez esta seja uma das razões que faz com que seja mais comum uma liderança ou um militante homossexual ocupar um cargo em uma secretaria de direitos humanos, levando consigo suas demandas, ou de um jovem em uma secretaria de juventudes, do que a inserção destas demandas e atores no interior de órgãos governamentais de maior destaque e controle de recursos. Afinal, uma perspectiva essencializada da sexualidade, do gênero e de outras vivências experimentadas coletivamente nos processos de (in)diferenciação, tem pouco a informar sobre a

[166] É importante ressaltar que as discussões sobre igualdade racial apresentam dinâmicas aparentemente distintas, o que aponta para a relevância de uma análise comparativa dos resultados deste trabalho no âmbito do movimento negro e das políticas pela igualdade racial.

estruturação de processos sociais mais amplos, como a pobreza, a desigualdade, a violência etc. (Prado, Mountian, Machado & Souza, 2010).

Por esta razão, concordamos com Scott (1999) acerca da importância de considerarmos a natureza discursiva das experiências, recusando a separação entre experiência e linguagem, já que não se tratam de verdades e são sempre contestáveis e politicamente construídas. Esta perspectiva nos ajuda a desnaturalizar as partilhas de um sensível compartilhado, interrogando sobre como determinadas "categorias de representação e análise - como classe, raça, gênero, relações de produção, biologia, identidade, subjetividade, agenciamento, experiência, e até cultura - conseguiram status como fundamentos?" (Scott, 1999:46). A autora argumenta que este processo demanda um status epistemológico diferente daquele que criou as categorias que se buscam desconstruir, algo que tomamos no sentido da subjetivação política de Rancière (2010; 2009), que revela mais que a atribuição hierárquica das partes, incide sobre o processo mesmo de divisão das partes de um comum compartilhado.

Tentamos apresentar os elementos do que denominamos de discurso do diferencialismo identitário, o que nos levou a argumentar acerca da importância da subjetivação política e, consequentemente, da enunciação polêmica de um dissenso e seus processos de (des)identificação. A seguir passaremos a uma discussão sobre como estes discursos engendram processos de atribuição de significados para os conflitos que emergem nas dinâmicas interacionais entre o Estado e os movimentos sociais. Faremos uma síntese teórica dos dois discursos que, no nosso entendimento, formam um campo discursivo para os diálogos políticos que se dão entre atores governamentais e não governamentais. Acreditamos que estes discursos poderão ser mais bem visualizados a partir de uma análise das dinâmicas interacionais e discursivas atravessadas por eles, identificando os percursos através dos quais emergem e de que maneira atribuem significados aos conflitos entre atores.

Capitulo 6 – Do Estatal à Política: Identidade e Subjetivação

> "El problema más intrigante que hoy afrontan las ciencias sociales puede formularse del siguiente modo: viviendo en el inicio del milenio en un mundo donde hay tanto para criticar ¿por qué se ha vuelto tan difícil producir una teoría crítica?" (Boaventura Souza Santos).

Nos capítulos anteriores analisamos como os significados negociados em torno da idéia de participação e da relação entre igualdade e diferença se relacionam com a constituição de identidades. Enfocamos os pontos de contato entre os movimentos sociais e o Estado, através dos arranjos participativos e dos ativistas que passaram a ocupar cargos governamentais. Entre os documentos oficiais produzidos pelo governo e a fala destes ativistas, mapeamos a constituição de discursos sobre a participação social, sobre o reconhecimento de identidades, sobre os processos políticos e a democracia, apontando fraturas nestes discursos e sua abertura para novos significados e interpretações.

Neste capítulo, extrairemos algumas consequências sobre como os discursos que denominamos participacionismo e diferencialismo são articulados na produção de conflitos e consensos. Interessa-nos analisar como os sentidos produzidos nestas fronteiras reticulares permeiam as dinâmicas interacionais das diversas identidades coletivas que ocupam os espaços estatais e os arranjos participativos, e como os discursos ai produzidos engendram compreensões sobre a mudança social, e que podem ser assimiladas em outros contextos como significados compartilhados por uma comunidade política.

Como caracterizamos no capítulo 3, os militantes que entrevistamos apresentam trajetórias variadas, mas que coincidem na combinação entre haver militado em algum movimento social (LGBT e Juventude, muitas vezes associados com outras frentes de militância) e atualmente ocuparem algum cargo governamental. Assim, vamos analisar como estes sujeitos compreendem as diferenças entre militar e ocupar um cargo público, e como eles articulam estes elementos de pertencimento identitário na produção de um discurso sobre a política.

Para tal, tomamos como foco analítico os sistemas interpretativos produzidos por estes sujeitos acerca dos papéis atribuídos à sociedade civil e ao Estado, às potencialidades de cada um destes espaços e às estratégias utilizadas pelos movimentos sociais para afirmarem seus antagonismos. Para tal, tomaremos como elemento de análise inicial, como estes sujeitos interpretam as mudanças na estrutura de oportunidades políticas que se abriram no período recortado e os impactos destas mudanças na atividade dos movimentos sociais e na arena política brasileira. Neste contexto, também consideraremos a diversidade de atores que se apresentam ao diálogo estatal e como as negociações identitárias processadas por eles produzem conflitos e consensos.

Inicialmente, temos que reconhecer que o Sistema Nacional de Participação Social afirmou e reconheceu atores que anteriormente não tinham acesso à política institucional, ou nem mesmo tinham suas demandas e especificidades inseridas no horizonte de preocupações da administração pública (Pogrebinschi, 2009; Silva, 2010). Por este ponto de vista, a aproximação dos movimentos sociais pôde potencializar e legitimar vozes que só eram escutadas como ruído (Rancière, 2010), mas ao preço de inseri-las num sistema de regulação institucional, estabelecendo critérios para a vocalização destas demandas e dos conflitos decorrentes.

Como vimos no capítulo anterior, a aproximação dos movimentos sociais com o Estado se deu através do deslocamento de fronteiras reticulares, que propiciou a entrada destes atores sem democratizar e empoderar efetivamente determinadas instâncias de participação e os sujeitos que as ocupam. Em outras palavras, a entrada de atores da sociedade civil no governo não alterou substancialmente as relações de poder e o verticalismo do Estado (Ricci, 2010; Ridenti, 2006). Enquanto um espaço de disputas, o Estado lida com grupos de interesse que pressionam em direções contraditórias, e o governo optou por uma política que denominamos de "ruptura sem rompimento". Pensando que a existência de um sujeito político está determinada não apenas pela sua visibilidade, mas também pela forma através da qual este sujeito aparece (Rancière, 2010), cabe perguntarmos sobre "como" estes atores são escutados? De que forma se dá sua aparição no espaço público? Como interagem estes atores?

Um termo muito comum, utilizado tanto por teóricos como por militantes, e que diz respeito a uma parte do problema exposto acima, é "cooptação". Não raro militantes acusam o Estado de "cooptarem" lideranças através de cargos governamentais e da distribuição de recursos materiais e simbólicos. Embora estes processos tragam

consequências nítidas para a mobilização política dos movimentos sociais, o termo cooptação nos parece inadequado por limitar as possibilidades interpretativas destas relações.

A idéia de cooptação pressupõe uma concepção maniqueísta da relação entre os movimentos sociais e o Estado, não sendo capaz de capturar a implicação de ambos na configuração das dinâmicas identitárias e o consequente desenho das estratégias políticas que compõem um cenário mais amplo de interações e significações sociais. Além disto, cooptação pressupõe que os movimentos sociais são atores passivos, o que reforça a perspectiva, criticada por Tejerina (2010), de que tradicionalmente os processos de mobilização e ação coletiva foram abordados como variáveis dependentes, o que impede uma análise precisa de seus impactos na transformação social.

Para compreender a formação de identidades coletivas, não podemos perder de vista que estes processos não estão impactados apenas pelas dinâmicas políticas de uma sociedade, mas também estão atravessadas por seus elementos culturais, tais como o consumismo, a mercadorização da vida (Mouffe, 1988), o individualismo (Bauman, 1999), a crise das sociabilidades, da solidariedade, das reivindicações e da participação (Escorel, 1999). Como aponta Rancière (2009), as questões políticas estão intimamente relacionadas ao universo sensível e, sobretudo na contemporaneidade, atravessadas por leituras estéticas da realidade social (Rancière, 2010b).

Neste contexto, a noção de cooptação não pode ser desvencilhada das novas formas de ativismo, muitas vezes individualizadas, com ênfase na profissionalização da militância, na captação de recursos e no desenvolvimento de parcerias, em detrimento da produção de antagonismos nas relações com o Estado. Assim, relações que tendem a serem vistas como "cooptação" podem ser analisadas de forma mais complexa pela sua inserção no campo da racionalidade instrumental[167] que vem se desenvolvendo nas últimas décadas, como apresentamos em capítulos anteriores. Analisamos a formatação das relações entre o Estado e os grupos organizados da sociedade civil a partir do conceito de *fronteiras reticulares*, que nos ajuda pensar a emergência de padrões de interação de forma não racionalista e não determinista, buscando localizar as

[167] Rancière (2010) argumenta sobre a insuficiência do "discurso único" que grassa na política contemporânea, e que leva com que atores tradicionais da política pensem as possibilidades de atuação de forma circunscrita ao ordenamento policial. Mesmo nas esferas do Estado, argumenta Rancière (2010:06), "se expande a opinião desencantada de que há pouco que deliberar e que as decisões se impõem por si mesmas, ao não ser o trabalho da política outra coisa que a adaptação pontual às exigências do mercado mundial e a distribuição equitativa dos custos e benefícios desta adaptação".

possibilidades e impossibilidades de autonomia dos atores nos deslocamentos e alterações nestas fronteiras.

Além disto, a noção de que ocorra "cooptação" parece se fundamentar numa concepção de campo político transparente, na qual existiriam procedimentos e valores necessariamente corretos e que poderiam ser aplicados sem consequências inesperadas e "efeitos colaterais" indesejados, simplificando o campo de complexidades da política, os espaços de governo, a atuação dos movimentos sociais e a dinâmica da democracia (Rancière, 2010; Laclau & Mouffe, 1985). Isto não nos permitiria compreender o mais importante: as racionalidades[168] que embasam a formulação das estratégias políticas e as noções de mudança social que orientam tais estratégias, bem como as formas de organização grupal, o estabelecimento de alianças e adversários, etc. que atravessam os processos de constituição de identidades. Como vimos no capítulo 3, partimos de uma noção da realidade social como um campo pautado por disputas em torno de sua significação (Laclau, 1993). Para melhor compreendermos os processos que se dão nas relações entre atores, devemos evitar concepções racionalistas ou irracionalistas sobre as ações dos sujeitos políticos (Prado, 2000).

Entretanto, não podemos ignorar que o discurso do participacionismo nos apresenta um enquadre dos desníveis nas relações de poder que hierarquizam os diversos atores que disputam espaço nos arranjos participativos limitando sua capacidade de atuação, o que nos levou a pensar estas relações a partir de sua *desproporcionalidade*. Assim, para manterem os diálogos e constituírem discursos direcionados ao Estado, nos moldes participativos propostos, os movimentos sociais necessitam compreender a gramática política imposta pela ordem policial (que não coincide com o Estado, mas encontra nele um agente importante de cristalização da partilha do sensível) (Rancière, 2009).

A idéia de fronteiras reticulares nos ajuda a visualizar como se estabelecem padrões de interação num campo pautado por relações de poder. Deste modo, para avançarmos na análise proposta, sem reduzir os discursos que analisamos a uma perspectiva unidirecional e linear, na qual um sujeito hierarquicamente superior "alicia" ativistas e grupos passivos e/ou mal intencionados, nos debruçaremos sobre as dinâmicas interacionais e a produção de significados nos discursos acerca da

[168] Racionalidade aqui não pode ser tomada de forma separada da emoção, já que estão intimamente relacionados, como bem aponta Melucci (1996). Referimos-nos a "racionalidades" no plural, tendo em vista como as diferentes formas de percepção da realidade imprimem as possibilidades sensíveis de ser e existir numa comunidade partilhada (Rancière, 2010; 2009).

participação, democracia e da transformação social. Considerando as fronteiras reticulares que separam os atores, enfocaremos como os discursos participacionista e diferencialista atravessam a emergência e a significação dos conflitos políticos.

Colocam-se então algumas perguntas: como a formação dos discursos políticos perpassam as interações sociais nas fronteiras estatais se reproduzindo nos sistemas de ação? O que a formalização e o reconhecimento institucional de identidades coletivas e a decorrente mobilização de identidades imprime nas estratégias políticas e nos horizontes de transformação social? Como estas estratégias buscam visibilizar ou superar conflitos? Quais conflitos são vistos como relevantes e legítimos? Como os processos de (in)diferenciação e subjetivação política se tornam possíveis ou se dissipam no interior deste ordenamento policial?

Tentaremos responder estas questões sem a pretensão de esgotá-las, circunscrevendo-as no recorte de pesquisa que investigamos. Cabe aqui um comentário acerca da apresentação que se seguirá. Mesmo que por questões didáticas tenhamos separado em tópicos as dinâmicas abaixo analisadas, estas constituem processos inter-relacionados e muitas vezes interdependentes. Assim, para não repetirmos ou ocuparmos um espaço excessivo apresentando diferentes trechos de entrevistas, buscamos escolher as citações que apresentaram um maior poder de síntese e expressão das dinâmicas interacionais e dos discursos analisados, de modo a servirem de ilustração ao longo de todo este capítulo. Além disto, algumas análises apresentadas neste capítulo já encontram substrato empírico nos capítulos anteriores, o que nos exime de reapresentar dados para corroborar estes argumentos.

6.1. A Percepção das Mudanças na Estrutura de Oportunidades Políticas

O reconhecimento das mudanças na estrutura de oportunidades políticas que se deram com a vitória do partido dos trabalhadores à presidência da república talvez seja o ponto interpretativo no qual o pertencimento a um partido de oposição seja mais marcante. É nítido como todos os militantes, filiados ou não a algum partido político, mas que trabalham nos órgãos governamentais geridos pelo PT ou partidos aliados, consideraram inovadoras e democratizantes as oportunidades políticas que se abrem com o Governo Lula.

Como é de se esperar, os filiados ao PT tendem a fazer um discurso mais enfático de defesa ao projeto governista[169], enquanto os militantes que não são filiados combinam a análise de algumas contradições nesta abertura das oportunidades políticas, mas sem deixar de reconhecer os avanços democráticos protagonizados por este governo:

> É o governo das conferências, que é muito legal, então eles criaram este espaço. O espaço está aberto. **Eles falam que abriram espaço, melhor**. Abriram, **de fato** nunca, ai eu estou falando das conferências da juventude, com todos os problemas nos estados e tudo mais, conflitos e tudo mais, a gente chegou na conferencia nacional com acúmulo. Teve o processo que a Conferencia Nacional de Juventude que criou e que hoje todas as outras conferências se apropriaram, que foi a conferencia livre. (...) **Continuo fazendo o mesmo discurso, é o governo das conferências, é o governo mais democrático** (Entrevista 4).

> A gente tem avanços no campo da articulação do movimento social e de pautas que são demandas históricas do movimento social que o outro governo não tinha. Então **a gente tem um campo de jogo que ele é muito contrário**. Então, ao mesmo tempo que a gente tem ações que caminham pra privatização, pra não presença do Estado, a gente tem um governo que potencializa articulações do movimento social no que tange ao controle social: a participação da sociedade civil nas esferas do governo e de processos de conferência, a gente tem conferência de quase tudo, ciência e tecnologia... primeira conferencia nacional de segurança publica, entender que a sociedade civil tem contribuições pra uma articulação publica que historicamente é uma temática de policia. Não é? Nunca se teve. Chamar a Conferência Nacional de Saúde Mental e outras conferências, Primeira Conferencia Nacional de Juventude, avanços desse governo. É claro, **então a gente tem ali algo que é muito potente, você não tem como desconsiderar nas nossas análises** (Entrevista 5).

Nas citações acima, podemos notar a combinação de certa desconfiança na análise do projeto governista e suas ações, mas sem deixar de reafirmar a opção por este "novo método" de governo, em detrimento das "formas anteriores de governo". Assim, o reconhecimento das contradições hierárquicas que se estabelecem no interior do Estado não impede que os militantes signifiquem o projeto político em curso reafirmando a idéia participacionista de alguma ruptura histórica, com a qual apresentam interesses comuns e pontos de identificação, impressos nas fronteiras reticulares. Ridenti (2006) localiza bem estas relações a partir de sua análise da intenção de "harmonização dos contrários" promovida pelo Governo Lula:

> Um crítico provavelmente diria que a política do governo é um exemplo acabado da incorporação da hegemonia burguesa pelas classes trabalhadoras e populares. Isso não

[169] Neste ponto, vale ressaltar que os filiados ao PT apresentaram uma tendência de estruturar suas críticas à participação localizando nos atores da sociedade civil a causa do mau funcionamento dos arranjos participativos. Como neste tópico estamos analisando a percepção das mudanças na estrutura de oportunidades políticas, deixaremos estes discursos para mais adiante.

> quer dizer que o primeiro governo Lula tenha sido idêntico aos anteriores, nem que todos os partidos sejam indiferenciados, mas sim que seu horizonte é a participação e a integração de todos na ordem social, política e econômica "competitiva", na expressão de sociólogos paulistas dos anos 1950. Vale dizer, há diversos agentes políticos e lutas entre eles, mas **essa luta está circunscrita nos limites da ordem instituída**, que em nenhum momento se vê ameaçada, pois é tomada como um dado natural até mesmo pela maioria dos representantes políticos dos trabalhadores (Ridenti, 2006:5).

Aqui merece recordarmos que não estamos analisando, pelo menos não diretamente, o projeto governista ou suas políticas públicas em sentido amplo, mas como as formas de relação que o poder executivo, em particular, e o Estado, como um todo, desenvolvem com os movimentos sociais e impactam a constituição de identidades coletivas e os discursos sobre a política. Neste sentido, a análise de Ridenti (2006) é útil, pois nos ajuda a isolar este aspecto revelando que, ao traçar a participação como horizonte de integração democrática, o discurso do participacionismo termina por circunscrever as lutas sociais no âmbito da ordem instituída. Isto trará consequências para pensarmos o lugar e que tipos de conflitos se estabelecem nestas relações.

É importante ressaltar que o intento de capitalizar sobre lutas sociais e apaziguar os protestos de setores descontentes da população são tarefas próprias do Estado moderno e que o atravessam desde a sua criação (Wallerstein, 2002; Agosto, 2003). Não obstante, as origens históricas do PT e o discurso do participacionismo promovido pelo Governo Lula trazem elementos importantes para a análise da produção de consensos e conflitos e como estes coabitam nos espaços governamentais e arranjos institucionais de participação. Isto pode ser visualizado quando contrapomos o reconhecimento das mudanças nas estruturas de oportunidades políticas em fronteiras estatais geridas por executivos de partidos que são opositores ao Partido dos Trabalhadores, como é o caso do Governo do Estado de Minas Gerais, gerido pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em coalizão com outros partidos.

Os entrevistados que integravam governos ligados aos partidos de oposição, em sentido contrário aos demais entrevistados, tendiam a minimizar a iniciativa e protagonismo do governo federal na implementação das políticas participativas e no aprofundamento da democratização do Estado. Estes enfatizaram a Constituição de 1988, iniciativas governistas do período de abertura e a dinamização da sociedade civil, argumentando no sentido de uma indiferenciação entre períodos na abertura das oportunidades políticas e, mais além, avaliando criticamente o participacionismo ao

identificarem um "desmonte" dos movimentos sociais, como podemos identificar nos trechos de entrevista que citaremos a seguir:

> Então a gente entra nessa era do movimento social participando do governo, a gente já vinha com algumas ações, algumas participações em conselhos, especificamente no conselho da mulher, por exemplo, que foi **criado em 83**, e**m 88 o conselhos eles são reorganizados pela constituição**, eles ganham corpo, nesse formato que a gente tem hoje de conselho. Então começa ai esse processo de articulação com o governo, mas mesmo assim... (...) **Eu acho que no governo federal ele começa, na verdade, um pouco antes,** talvez pro movimento feminista, em função das articulações pra construção do PAISM, Programa de Assistência Integral de Saúde da Mulher, né? Que foi uma articulação do movimento, foi o movimento feminista que elaborou o PAISM, foi em 95; e então, eu acho que pro movimento feminista começa um pouco antes, já nessa fase propositiva, de apresentar propostas e de incorporar no governo as suas reivindicações, o seu pensamento, as suas reivindicações, eu acho que isso é o grande avanço que tem (Entrevista 15).

> No governo Lula eu acho que tem ai uma coisa que até **esvaziou um pouco de sentido**, mas eu acho que é muito importante, são as conferências nacionais. Então no governo Lula teve conferência nacional de tudo, todos os anos, e então essa articulação entre o movimento e o governo, entre sociedade civil e o governo, ela fica muito mais intensa e acaba sendo incorporado. Né? As questões, as reivindicações na saúde. Na saúde já tinha conferência há quarenta anos, então é, a saúde é esse lugar que a sociedade civil interviu muito, a ponto de no período ainda no período, no finalzinho da ditadura, colocar a discussão sobre o SUS, sobre a reforma sanitária, que foi uma articulação da sociedade civil. Então eu acho que no governo Lula isso se concretiza de forma mais intensa. Nós temos nas questões LGBT, não só na LGBT, mas é, nas discussões sobre prostituição, no ministério da saúde, ainda no governo **Fernando Henrique**, ganha muito sentido, a discussão do programa de DST/AIDS, a articulação com o movimento social é fundamental para a vitoria do programa, pra garantia do programa. Eu acho que isso foi importante, essa articulação e a possibilidade de levar as ideias do movimento para o governo, e isso avançou muito em termos de políticas públicas no que diz respeito às questões de direitos humanos, por exemplo (Entrevista 16).

Acima notamos a ênfase na importância da democracia participativa nos períodos anteriores ao Governo Lula, inclusive anteriores à constituição de 1988, ganhando centralidade, sobretudo, as políticas públicas desenvolvidas no âmbito da saúde, já com alguma interlocução com os direitos humanos a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Além disto, apesar de reconhecerem que houve uma intensificação da participação durante o Governo Lula, identificam um "esvaziamento de sentido" e a "banalização" das conferências e conselhos. Assim, nas entrevistas de sujeitos identificados com os partidos da oposição, notamos a presença de elementos tradicionais na política brasileira, como o clientelismo, o fisiologismo e a corrupção, se combinando para homogeneizar os projetos políticos partidários em disputa, por um lado, e para afirmar a positividade de uma identidade opositora menos tolerante com a

corrupção, mais rigorosa com os aspectos técnicos da administração pública e menos perniciosa aos processos de mobilização, por outro lado.

> A questão da relação com o Estado, na questão de corrupção, do clientelismo, do fisiologismo, **a esquerda não tem diferença da direita**, aliás, eu vou te dizer isso pessoalmente, **eu acho que a esquerda está tratando disso com muito mais conforto, e até com certo cinismo, do que a direita**. Você pega aqui o governo do PSDB, se tem alguma denúncia de corrupção, é um estrago, a pessoa é demitida, é um problema (Entrevista 15).

Reforçando o argumento exposto acima, o trecho a seguir ilustra como os entrevistados identificados com a oposição[170] significam as relações entre o PT e os movimentos sociais, no sentido de um aparelhamento dos mesmos. Em outros trechos analisados, este argumento passa inclusive a fazer parte do arsenal crítico utilizado por estes militantes, para antagonizar com o Governo Federal:

> Mas os movimentos não são braço do governo, **no caso do governo PT os movimentos são braço do governo**. Eles veem o movimento como braço do governo. Aqui eu acho que não é isso. Mas **também da mesma forma é... a crítica ao governo decai** (Entrevista 15).

Além de uma caracterização do modo como o PT se relaciona com os movimentos sociais, no trecho acima citado podemos notar um elemento que atravessa a percepção de quase todos os entrevistados. De um modo geral, os sujeitos da pesquisa apontam que a entrada dos movimentos sociais para o Estado e sua presença nos arranjos participativos implica na redução de antagonismos com o governo, independente do partido que esteja no poder[171]. Deste modo, podemos observar que, ao menos do ponto de vista da significação destas relações, a percepção dos entrevistados é a de que a sustentação e a radicalização de críticas ao governo se veem comprometidas pela aproximação entre atores governamentais e não governamentais.

Algo que irá diferenciar estes posicionamentos, e que aqui nos interessa especialmente, está em como os diferentes entrevistados estabelecerão as relações de causalidade entre esta aproximação e a diminuição das críticas e o apaziguamento dos conflitos com o Governo e com o Estado. A atribuição de causalidades se relaciona

[170] Mesmo que os entrevistados os usem de forma relativamente estável, estamos evitando atribuir os termos "direita" e "esquerda" para nos referirmos às coalizões partidárias organizadas em torno do PSDB e do PT.

[171] Importante ressaltar que em nosso diário de campo registramos concepções bastante diferentes entre os altos cargos do governo, que tendem a reconhecer posicionamentos acentuadamente críticos nos espaços institucionais de participação (Diário de Campo). Não se trata aqui de generalizar este argumento, mas como forma de aprofundar sua análise, discutiremos mais adiante as dinâmicas interacionais que provocam a redução das críticas ao governo por parte dos movimentos sociais.

diretamente com a constituição das identidades coletivas, pois estas implicam em cálculos sobre custos, benefícios, meios e fins para as ações coletivas, processos que levam em consideração o estabelecimento de alianças e identificação dos adversários (Melucci, 1996).

Para avançarmos nesta análise, necessitamos observar como estes atores identificam as diferenças entre militar em algum movimento social e ocupar um cargo comissionado no governo para, a partir disto, mapearmos como os entrevistados significam os papéis atribuídos a cada um destes âmbitos e como, em quais circunstâncias e em que medida, a relação entre eles provoca a diminuição das críticas no interior da ordem instituída e/ou para além desta mesma ordem.

6.2. Percepção das diferenças entre âmbitos de atuação e seus processos de identificação

O modo como os entrevistados significam os trânsitos identitários entre militar em um movimento social e ocupar um cargo público constitui um ponto analítico importante para a compreensão da produção de conflitos e consensos neste recorte de pesquisa. Analisamos as relações entre os movimentos sociais e o Estado através da idéia de fronteiras reticulares, apontando que atravessar estas fronteiras reposiciona os militantes em um campo discursivo de modo a perceberem algumas relações desde um ponto de vista privilegiado, sendo que a percepção de outras relações se torna "borrada" pelo excesso de pontos de transferência de elementos discursivos.

Os significados atribuídos a cada um destes âmbitos de atuação são fundamentais para compreendermos como os sujeitos entrevistados articulam diferentes pertencimentos sociais na constituição de um discurso sobre a política e a atuação dos movimentos sociais. A sobreposição entre técnica e política nos ajuda a identificar também alguns efeitos do discurso do diferencialismo identitário na formação destes sentimentos de pertencimento. As relações de poder que atravessam as dinâmicas e os deslocamentos das fronteiras reticulares serão determinantes para compreendermos como os entrevistados dão sentido a suas práticas políticas no governo e nos movimentos sociais, e como estes atribuirão relações de causalidade para os problemas que identificam.

Será sobre estes elementos que buscaremos analisar os caminhos pelos quais estes sujeitos pensam a mudança social e atribuem valor a determinadas formas de atuação em detrimento de outras, bem como eles identificam os entraves políticos mais significativos para o avanço dos processos de democratização. Ao tratarem da participação social, identificamos nas entrevistas os nexos causais atribuídos aos problemas e potencialidades presentes nas relações entre o Estado e os movimentos sociais. Deste modo, pensando estes sujeitos como agentes importantes de articulação entre a administração pública e o ativismo dos movimentos de Juventude e LGBT, os discursos produzidos por eles podem revelar impactos substantivos na constituição de identidades coletivas nas fronteiras reticulares entre o Estado e os movimentos sociais, bem como na formação de fronteiras reticulares entre os diversos movimentos sociais que interagem no "mercado do social".

Tais impactos, produzidos pelos discursos governamentais que serão articulados por estes sujeitos em suas interações, podem ser pensados a partir da noção de deslocamento de fronteiras reticulares que separam o Estado da sociedade civil, que compõe parte do discurso do diferencialismo, trabalhado no capítulo anterior. Frente às dificuldades em se definir o papel de cada um destes âmbitos de atuação, a percepção destas fronteiras se coaduna com noções complexas de identificação produzidas por estes sujeitos, a partir das quais articulam diferentes espaços de pertencimento e atuação política e que atravessam a significação de aspectos existenciais, profissionais e afetivos de seu cotidiano:

> Eu vivo nesse território, meio de **entrelaçamento**, meio de **escala**, de formulação teórica e isso que dá sentido a minha vida. Não conseguiria viver num território da academia, só fazendo coisas, analisando, apresentando, **eu gosto de intervir no mundo**. E nem só de trabalhar nessas **experiências localizadas**, como no caso da sociedade civil, eu gosto de trabalhar no Estado, mas também não gostaria de ser só um executivo, só um gestor, **eu gosto da ideia da gente estar fazendo interlocução** (Entrevista 1).

> E ai, depois eu volto pro movimento, então eu tenho sempre essa coisa de participar de governo, de participar, **quando eu estou no governo eu nunca abandono minha articulação com o movimento, porque é ali que é minha casa, minha história, então eu estou sempre nesse lugar** (Entrevista 15).

Estas complexas noções de pertencimento atravessam os discursos de todos os entrevistados, sejam filiados ou não a algum partido político, jovens ou adultos, homens ou mulheres, jovens ou LGBT. Estes aspectos são importantes para o estudo das identidades coletivas, pois vimos como se relacionam as identidades pessoais, sociais e coletivas, articulando níveis de pertencimento numa perspectiva multidimensional

(Snow, 2001). Ironicamente, nota-se entre os mais jovens uma perspectiva menos idealizada e mais pragmática sobre a participação e ação política[172], se constituindo como um aspecto importante para a reinterpretação destes sujeitos acerca do trânsito entre militar em um movimento social e passar a desempenhar funções administrativas no governo.

> Foi muito fácil, eu não tive **dor de consciência nenhuma** porque a leitura que nós fazemos de 2002 é dos **operários no poder** né? Não é à toa que nos 2, 3 primeiros anos o governo foi crucificado pela relação com os Movimentos Sociais, né? E a agenda que o Dulce, especialmente na Secretaria-Geral da Presidência, impulsionou, **foi uma agenda de esquerda**. Não é à toa que hoje nós temos **inúmeras conferências nacionais**, estaduais pra tudo quanto é tema (Entrevista 2).

> A gente sempre teve essa perspectiva de **mudar a sociedade a partir do Estado** (Entrevista 12).

> **Eu não quero mudar o mundo**. (...) **Eu não acredito numa sociedade utópica**. (...). **Eu adoro comer no McDonalds** (Entrevista 5)

> Como **espaços muito potentes de concessões**. A minha experiência em todos estes espaços [cita espaços institucionais nos quais atuou], incidiram em mim claramente uma percepção de que **não é possível fazer tudo**, e que é fundamental fazer concessões. E ter muito claro, muito alinhavado, qual é o **princípio**. Porque **tendo claro qual é o princípio a gente pode conceder a caminhos, a metas, ações e projetos, sem perder o princípio. Eu acho que esse é o maior desafio, as vezes se perde o princípio**. (Entrevista 5).

Contraposto a esta percepção, os militantes mais antigos apresentam alguns dilemas sobre "estar no Estado":

> Tem hora que me bate um dejavú né, uma sensação de que eu acho que eu poderia contribuir ainda muito mais do outro lado, então **essa é uma questão ainda que eu to vivendo de conflito** (Entrevista 19).

> Por mais que hoje, eu posso dizer, que eu vivo uma situação de tremendo conforto é... porque me sinto respeitado dentro do governo, as demandas que são levantadas são, vem sendo traduzidas em ações, claro que isso não é fácil, leva tempo porque a própria gestão ao longo de décadas ela foi estruturada pra emperrar né **a burocracia**, então um processo simples que às vezes tem o apoio do próprio governador demora um ano pra poder transitar em todos os lugares né? (Entrevista 03).

Mesmo que se note o desconforto destes atores com a atuação num âmbito tão burocratizado como o Estado, estes fluxos acabam por serem naturalizados como

[172] Um sujeito listou como um dos pontos que o incentivou e que acaba por incentivar muitos militantes a participarem de um movimento social é a "sedução da política". Segundo este entrevistado, esta sedução se deve ao trabalho de influenciar e mobilizar pessoas. A "sedução da política" foi o termo utilizado por este sujeito como um dos motivos pelos quais se torna muito difícil abandonar permanentemente o ativismo e as disputas por espaços de poder (Diário de Campo).

próprios da política e dos processos históricos, não compondo uma estrutura organizacional própria das instituições governamentais e da constituição do Estado. O mesmo ocorre com a gestão do tempo, sempre escasso no cotidiano estatal, na qual o excesso de tarefas cotidianas é visto como parte de um "dever" a ser cumprido ou apenas como uma "consequência natural" das funções e das responsabilidades do trabalho público junto a um governo.

Não apenas entre os mais jovens, mas, sobretudo entre eles, alguns entrevistados relatam com muita ênfase as angústias referentes ao excesso de trabalho e dedicação que demanda ocupar um cargo público, o que implica em dificuldades para investir na própria formação, em empecilhos para a vida pessoal e afetiva, bem como para participar de espaços que julgam interessantes, inclusive para o aprimoramento de suas funções técnicas e administrativas, tais como seminários, congressos acadêmicos e não acadêmicos, manifestações, entre outros. A falta de tempo e o excesso de tarefas a serem desempenhadas apontam para as dificuldades de se estabelecerem reflexões sobre o trabalho no governo, suas finalidades e consequências, pois deve ser cumprido dentro de um conjunto de regras, prazos e critérios já estabelecidos hierarquicamente no interior do Estado. Deste modo, podemos conjecturar que o ordenamento policial atravessa no cotidiano do trabalho nos órgãos governamentais, não apenas na regulação dos corpos, mas em todo um conjunto de processos de subjetivação relacionados à construção das identidades pessoais, sociais e coletivas (Rancière, 2006; 2010; Melucci, 2001; 1996; Snow, 2001). A racionalidade instrumental no interior de um Estado tecnicista está, neste contexto, diretamente associada à (des)razão na constituição das posições de sujeito (Prado, 2000).

O trabalho junto ao Estado, segundo os entrevistados, atravessa integralmente seu cotidiano nos âmbitos pessoal e profissional, o que muitas vezes limita a diversificação das possibilidades de empregabilidade. Por outro lado, ocupar um cargo comissionado, principalmente cargos de maior destaque, agregam valor à empregabilidade destes sujeitos, mesmo que em um campo mais delimitado, a saber, o "mercado do social" (Tommasi, 2012). Pensando que a sustentação econômica e o status profissional são aspectos importantes da manutenção da vida e para a constituição da identidade pessoal, a entrada destes sujeitos para o Estado pode produzir alguns efeitos sócio-psicológicos que levam a uma adequação discursiva à ordem normativa, como forma de manter um status socioeconômico específico.

Ocupar um cargo público para estes sujeitos, embora esteja associado à manutenção do poder e do emprego[173], é apresentado pelos mais jovens como algo passageiro, já que a qualquer momento eles podem ser transferidos para outros setores governamentais ou mesmo serem obrigados a buscar trabalhos fora do governo. Se pensarmos que o Estado é o principal financiador e mediador dos financiamentos do "mercado do social", conhecimentos sobre os procedimentos estatais para acesso a recursos se tornam fundamentais. Cada vez mais atores coletivos, sejam eles grupos organizados da sociedade civil, grupos acadêmicos de pesquisa ou mesmo empresas que buscam desenvolver políticas de responsabilidade social, necessitam de indivíduos hábeis em estabelecer e azeitar as relações com as instituições governamentais, seja no âmbito formal, com o preenchimento de formulários, o acesso a informações e editais, a escrita de projetos etc., seja no âmbito informal, desenvolvendo um discurso politicamente correto, articulando e acessando redes de influência, reforçando a visibilidade de ações etc.

Isto reforça o deslocamento das fronteiras reticulares, pois dinamiza o pertencimento a diferentes identidades reificadas e âmbitos de atuação, e se reflete em pertencimentos identitários fortes e instáveis com relação ao Estado (ao discurso estatal, mais especificamente), e fracos, porém menos instáveis com relação aos movimentos sociais e suas "causas". As "causas sociais" e o "movimento social" aparecem aqui num sentido genérico, tal como seguir lutando pelas mudanças nas quais acredita, pelos direitos das "minorias", pelos direitos "de todos e de todas", "por uma sociedade mais democrática" ou contra as "injustiças sociais". Neste ponto, o pertencimento a grupos específicos não foi manifestado com a mesma frequência que os "movimentos sociais" em sentido genérico.

Os entrevistados que conciliam um período mais curto de trabalho no poder público com um percurso de militância mais longo e intenso em alguma organização ou movimento social de fato mantêm sentimentos de pertencimento mais fortes e duráveis para com seus grupos de origem, em comparação com militantes com uma trajetória menos intensa e de menor protagonismo em algum movimento social. Estes últimos,

[173] As observações de campo e a escrita do diário de campo nos ajudaram a perceber que muitos dos ativistas que atualmente ocupam cargos comissionados não encontrariam a mesma remuneração em empregos fora dos espaços de poder institucional. Em várias interações que mantive com estes atores pude perceber que a manutenção do emprego implica em uma maior adesão ao grupo político ao qual está associado, mesmo que de forma artificial. Estas relações foram abordadas de forma ainda incipiente em trabalho anterior (Machado, Fonseca & Nascimento, 2007)

inclusive, foram os entrevistados que manifestaram uma dissonância mais demarcada entre militar e trabalhar no governo.

Neste contexto, a noção do que seja o poder público e os problemas que derivam das relações entre os movimentos sociais e a entrada de seus militantes para os órgãos governamentais e sua participação em projetos desenvolvidos pelo governo se voltam para o indivíduo. Para o desenvolvimento de suas tarefas diárias no governo, estes sujeitos articulam simultaneamente seus pertencimentos (ao Estado, ao governo, aos partidos e à sociedade civil), muitas vezes como condição de possibilidade para trabalhar e ser reconhecido: "eu sou governo, mas eu também sou movimento social", "eu estou no Estado, mas eu preciso ser também movimento social" (Entrevistas 11; 13; 14; 19; 21; 24; 25).

A noção de Estado que discutimos no discurso participacionista, enquanto uma instituição neutra – um espaço de disputas que *per se* não determina as possibilidades da política e de democratização das relações sociais – permeia a apreensão que os sujeitos entrevistados fazem da política. Ao mesmo tempo, ainda que ressaltem a importância dos movimentos sociais e da participação social, se reproduz na fala dos entrevistados a afirmação da potência estatal como âmbito privilegiado da vida pública e política e, consequentemente, de transformação social. Neste contexto, é notável o modo como a ação política se circunscreve no horizonte do bom funcionamento das políticas públicas, cuja eficácia depende da competência técnica individual e da equipe de governo, e de sua honestidade e comprometimento:

> Tem um sentimento ainda muito presente no Brasil, principalmente nos grupos de esquerda, como você levantou no início, que o Estado é um aparato da classe dominante e tomam o estado como inimigo. Isso é muito presente, principalmente no campo dos direitos humanos. (...) É um estado cada vez mais marcado por disputa de variados níveis, então entre aspas, a atuação de militantes dentro desse estado ajuda de fato a estar fazendo com que este Estado possa ter outro tipo de política, outro tipo de proposição. Então não tem sentido que esse cara não possa ser um quadro político... Não tem porque não ser, porque **o Estado é só uma instância**, a sociedade não é só o estado pra fazer política (???), o estado é fundamental porque materializa aquela política. Então não tem porque ele não estar no estado (Entrevista 1).

A valorização do espaço estatal e das possibilidades de implementação de políticas públicas que ele proporciona, também pode ser visibilizada nos trechos a seguir:

> O Estado, **quem executa o novo é o Estado**. As políticas da UPP, nas favelas, só o Estado... mas só o Estado pode. Hoje na verdade **só o Estado pode executar política pública em larga escala**.

> Então quando a gente tem editais, em tese a gente está tratando de ter justamente **mais transparência**, mais democracia na gestão de recursos, porque **quando a gente está falando de Estado, a gente está falando de recursos**, está falando não só de poder formal de regrar e normatizar. **Está falando de grana**, grana muitas vezes fundamental (Entrevista 1)

Deste modo, vários entrevistados apontaram que estar no Estado é algo positivo por proporcionar possibilidades maiores de transformação social do que um movimento social, tanto por acessarem uma diversidade maior de atores políticos (empresas, universidades, organizações, partidos etc.), como por movimentar uma quantidade maior de recursos, sem necessariamente uma avaliação qualitativa do que seja ocupar estes espaços. Apesar de algumas exceções, não aparece claramente nas entrevistas uma análise crítica do Estado[174](enquanto uma instituição historicamente contingente e com uma função regulatória específica num determinado projeto de sociedade) e de seus fluxos institucionais e burocráticos. Como o Estado não é reconhecido como um ator social, mas como o cenário principal das performances políticas, os grupos que o acessam é que aparecerão como problemáticos.

A comparação que os entrevistados fazem entre militar e atuar em algum cargo governamental sugere uma perspectiva da política como um fenômeno circunscrito ao desenvolvimento de projetos, políticas públicas e a articulação de interesses, que podem ser reproduzidos tanto pelo Estado como pelos movimentos sociais e ONGs. A análise das fronteiras reticulares discutiu esta questão, identificando que as formas desenhadas nesta retícula dão a impressão de que estes âmbitos de atuação são indiferenciados por intercambiarem elementos discursivos e sistemas organizacionais e de ação. Em vista da percepção desta indiferenciação, alguns militantes ressaltam a necessidade de se repensar os papéis atribuídos a cada um destes atores, mas, modo geral, a formação dos discursos aponta mais fortemente para diferenças procedimentais do que diferenças qualitativas entre os ambitos institucionais:

> "Não há uma diferença ontológica entre estar no movimento social e estar no Estado, o que há é uma diferença de possibilidades de ação" (Entrevista 10).

[174] É importante recordar que entre os militantes que não são filiados a partidos políticos a percepção das fronteiras reticulares leva a formação de críticas ao governo, o que não implica em uma análise crítica do Estado. Mesmo entre os entrevistados que reclamam da posição de se estar no governo e ser sempre criticado pelos grupos da sociedade civil ou da burocracia e da demora para a concretização das ações, do ponto de vista dos conflitos e dos jogos de poder, o Estado segue como uma instituição neutra.

A percepção dos entrevistados coincide com o argumento de Eder (2003) de que o Estado se torna um ator racional, semelhante às empresas econômicas, que possui uma margem de administração de objetivos e prioridades, mas que cada vez menos faz coincidir as estruturas sistêmicas (políticas e econômicas) com as estruturas geradoras de pertencimento e identidade coletiva. Os sentimentos de pertencimento estão frequentemente associados a significados atribuídos aos projetos e ações desenvolvidas no âmbito da administração pública: "eu acredito nesta política" (Entrevista, 11); "eu quero ver esta política avançar" (Entrevista, 10); "quero dar minha contribuição porque sinto que estamos no caminho certo" (Entrevista 16); "eu até acho que, por exemplo, descobri potencialidades que eu não sabia que tinha, inclusive de gerenciamento administrativo" (Entrevista 03);

Deste modo, ao desenvolverem sentimentos de pertencimento e um cotidiano de interações nos espaços estatais de atuação política, estes entrevistados se posicionam numa perspectiva privilegiada para perceberem determinadas dinâmicas e hierarquias e como estas determinam o acesso ao Estado e influenciam a constituição de identidades coletivas. Nesta perspectiva, as dinâmicas de acesso ao Estado ganham relevo na estruturação dos discursos políticos, ao apontarem como as hierarquias no interior do governo se relacionam com hierarquias estruturadas na sociedade civil, o que já começa a apontar para o monopólio de narrativas:

> **O movimento social nunca vai pro Estado. Vão pessoas.** Essa pessoa quando vai pro estado ela tem que saber claramente qual é o papel dela, ela não está ali pra defender os interesses do seu grupo específico[175], da sua organização (Entrevista 1).
>
> O movimento apoia pessoas para ocuparem determinados cargos. **Movimento entre aspas, né?** A diretoria (Entrevista 18).
>
> O espaço do Poder é muito sedutor, sobretudo o Poder Estatal, ele é muito sedutor, ele cria determinados discursos, determinados jargões técnicos, ele cria determinados rituais institucionais como falar ao lado de um secretário, falar ao lado né de um alto cargo, de ganhar passagens pra viajar pra Brasília pra representar sei lá quem, e nessas passagens você pode não ganhar dinheiro mas você ganha uma diariazinha, você viaja de graça, você ganha um status, você fica num bom hotel, você junta milhas no seu cartão, ai você com isso, consegue uma bolsa da ABGLT pra poder militar com sei lá o que, fica mais fácil da sua ONG aprovar um projeto, porque você já conhece o Edital, já sabe quem vai avaliar, já liga pra ele antes, e você vai criando determinados

[175] Nota-se aqui uma tensão entre interesses gerais e particulares, que se manifesta tanto no nível das organizações, os interesses de uma ONG específica, por exemplo, como no nível da constituição de identidades, os interesses LGBT, das lésbicas, ou das jovens negras. Assim, se destaca a importância destes dois níveis de identificação e pertencimento serem discutidos de modo inter-relacionado. Voltaremos a este ponto quando estivermos analisando as dinâmicas interacionais e as diferenças categoriais.

> procedimentos burocráticos que produzem né um pouco uma neutralização desse campo(Entrevista 21).

Os trechos acima nos levam a perceber duas questões. Primeiramente, que o acesso ao Estado não é um acesso universalizado ("todos serão escutados e deixarão suas contribuições"), como enseja o participacionismo, mas sim, pautado pelo monopólio de narrativas que define também a formação de redes de influência e relações pessoais. Em segundo lugar, que as relações entre os movimentos sociais e o Estado abrem espaço para percepções políticas mais individualizadas, dependentes da competência e da atuação individual, e que acabam por colocar em segundo plano as reflexões sobre os processos coletivos, a mobilização social e as configurações institucionais. Tais discursos deixam entrever que, mais importante do que uma reflexão política elaborada ou processos de mobilização e conscientização mais amplos, é a "fidelidade aos princípios" originais do movimento social do qual veio um determinado militante, a "integridade de caráter" do ativista que vai pro Estado e não se deixa corromper, a honestidade etc.[176]

Nesta perspectiva, embora com objetivos e valores éticos e políticos supostamente diferentes, a atuação dos movimentos sociais se assemelha, em alguma medida, à dos grupos de influência e de lobby político, o que pode ser compreendido num sentido semelhante ao apresentado por Oliveira (2001), de que a sociabilidade antipública da sociedade brasileira fortalece a tendência a se privatizarem os espaços de interlocução com o Estado. Isto nos leva a pensar que os grupos organizados, ao se apresentarem como representantes de populações mais amplas, ou ainda, as lideranças representando as bases que com eles se articulam, constroem narrativas identitárias que, por serem construídas de forma hierarquizada e distanciada do "segmento" que agenciam, dependem ainda mais do reconhecimento institucional para alcançarem o monopólio destas narrativas.

Do ponto de vista da constituição de identidades coletivas, o verticalismo no interior dos grupos organizados e sua tendência à institucionalização irá legitimar um projeto organizacional e estratégico, mais que um processo de articulação enraizado na cultura e no cotidiano da população representada, que foi transformada em "segmento populacional" pela mobilização de identidades e pelo mercado do social. Os laços que

[176] Um terceiro ponto que mereceria ser analisado a partir dos dados apresentados neste tópico diz respeito à configuração de uma "carreira militante". Entretanto, deixaremos esta discussão para trabalhos futuros.

unem estes indivíduos em torno de uma identidade coletiva tendem a ser mediados mais fortemente pelos aspectos institucionais de seu grupo de pertencimento e por suas experiências pessoais no campo de uma "diferença", o que pode afastar as lideranças de suas bases, e os ativistas da população que buscam representar.

O ativismo, por sua vez, centrado em identidades essencializadas, mais do que nos processos relacionais que criam a diferenciação hierarquizada entre identidades, subscreve grande parte de suas potencialidades e suas fragilidades ao âmbito dos talentos e da integridade individual daqueles que compõem um coletivo. Tal atribuição de sentidos à participação social corre o risco de aprisionar o discurso político no campo da moral, pois faz de qualquer ação política um efeito da intenção localizada de indivíduos auto-motivados (já que o Estado é neutro...), que são avaliados por termos como honestidade, integridade, bondade, comprometimento, competência, inteligência, astúcia etc. Neste contexto, a noção de identidade apresentada por Souza (1998) a partir de Elias (1994) nos leva a questionar se muitos destes elementos, que podem ser moralizados nestas atribuições de causalidades, não estariam engendrados mais pelo pertencimento a uma "identidade-nós", pela partilha de um sensível compartilhado cujo Estado é um agente importante de regulação policial, do que por uma essência de caráter interna aos indivíduos.

Neste contexto hierarquizado e que apresenta pontos de fuga discursivos que tendem a atomização e individualização de traços morais, a indiferenciação é articulada pela mobilização de identidades, fomentada pelo governo através da distribuição de recursos simbólicos e materiais. Alguns movimentos sociais passam a ser contemplados no loteamento dos cargos governamentais comissionados e recursos estatais, o que faz com que a participação social contraste com a idéia de militância e mobilização que caracterizava os movimentos sociais de outrora (Scherer-Warren, 2006; 1999; 1993; Doimo, 2003; Sader, 1988).

Deste modo, além de serem privilegiados alguns grupos organizados em detrimento de outros, uma vez que a idéia de "o movimento social" se torna cada vez mais abstrata e genérica num campo político individualizado e organizado por "segmentos", a demarcação identitária diferencialista dos grupos que acessam o Estado não favorece a superação de outro problema. Como argumentamos na análise do discurso participacionista, embora os movimentos sociais passem a existir na distribuição das "partes", não podemos ignorar que estes atores recebem seu quinhão de

"escuta" e acesso institucional de forma desigual, hierarquizada e fragmentada setorialmente.

Além disto, o próprio processo de divisão destas partes não chega a ser pautado nos mecanismos de acesso ao Estado, em sua tendência a alocar setorialmente e de forma fragmentada as diversas demandas sociais. O discurso do diferencialismo identitário contextualiza o fechamento interacional que caracteriza a posição de sujeito atribuída a cada ator e as demandas e experiências representadas por ele. Mesmo que se fale em intersetorialidade, interseccionalidade etc., estes discursos reafirmam a lógica institucionalizada que prioriza a representação e a pressão por políticas públicas específicas, em detrimento da organização junto aos ativistas, e destes para com suas bases e a sociedade em geral.

Neste contexto, ao mesmo tempo em que identificamos o elogio e até mesmo o incentivo às pressões da sociedade civil direcionadas ao Estado, como no trecho a seguir:

> E sempre vai se querer mais [no movimento social], e essa é a idéia que o Frei Beto fala "o governo bom é na panela de pressão, feijão bom é na panela de pressão". A pressão da sociedade civil é normal, atual. É ruim quando ela não tiver. Quando ela não tiver tá ruim. Pra nós do campo da esquerda isso significa que tá muito ruim mesmo, porque aí é a lógica do aparelhamento do Estado. Enfim, é os operários e proletariados no poder, e é isso que a gente quer (Entrevista 02).

Em muitas entrevistas notam-se críticas às reclamações dos movimentos sociais, no sentido destes não terem compreendido como funciona o Estado, pressionando-o de forma equivocada:

> Não trocaram os princípios basilares. Um grande equívoco por parte da sociedade. Um **desconhecimento do funcionamento da máquina do Estado**. Muitos questionamentos, muitos pleitos equivocados, talvez até algumas acusações são verdadeiramente equivocadas pelo **desconhecimento** (Entrevista 16).

> Como é um governo [Lula], desde o início, que **tentou responder, na medida do possível**, essas demandas da sociedade civil... (...) Então esses setores mais tradicionais [dos movimentos sociais] eles tem que entender de que lado eles estão na luta de classe e não fazendo maniqueísmo, lado de cá, lado de lá, mas na prática política tem que ter o lado né? E eles não vão avançar nessa agenda se eles não entenderem isso (Entrevista 02).

Um entrevistado revela que, depois que passou a ocupar um cargo governamental, pôde inclusive reconhecer o quanto agia equivocadamente nos espaços de participação, por não saber como funcionam as nuances dos fluxos institucionais e as atribuições de cada setor estatal (Entrevista 11). Nota-se nestes discursos uma

compreensão latente dos movimentos sociais como atores que não compreenderam o funcionamento e a lógica estatal. É atribuído um caráter de "ingenuidade" àqueles ativistas que demandam algo ou fazem críticas sobre questões que não dependem especificamente dos atores governamentais com os quais estão dialogando. Críticas semelhantes também foram direcionadas às teses "inexequíveis" produzidas pelas conferências:

> Então os Movimentos Sociais e as pautas das Conferências gradativamente elas vão sendo absorvidas, tudo tem seu tempo né? **Evidente também que tem muita coisa que se aprova em conferência que é inexequível** e aí é melhor, eu tenho uma tese, ela pode ser pobre, mas é a total verdade, melhor estar ali contido e isso continuar como algo que incomoda o governo, que pressiona o governo do que não estar, eu trabalharia nessa lógica (Entrevista 2).

> Tem tese ali que é implantar o socialismo no Brasil, **não tem como** (Entrevista 12).

Frente à diversidade dos atores sociais, o discurso participacionista e o discurso diferencialista se combinam naturalizando a alocação das diferentes formas de participação e diálogo em setores, através dos arranjos participativos. Então, se a participação social se justifica por produzir um saber coletivo, compreendido como consensos produzidos coletivamente sob a tutela do Estado e que possibilitam o desenvolvimento de políticas públicas "mais adequadas" às diversas realidades sociais, a inteligência coletiva que o produz é em grande parte menosprezada ou mesmo desprezada[177] pela "ingenuidade", pela falta de "conhecimento" ou pelas impossibilidades postas pela "correlação de forças" [178] que atravessa o Estado. Neste contexto, a "escuta" e o "diálogo" com os movimentos sociais reafirma a participação como *"um fim em si mesmo"*, reproduzindo o discurso do participacionismo:

> O poder executivo é muito pouco pautado pelos conselhos. Muito pouco pautado. Faz o que quer. Objetivamente você faz o que quer. **Não precisa ouvir o conselho** (Entrevista 1).

[177] O tratamento dado às teses produzidas na primeira conferência e que se encontram no texto base da segunda conferência oferecem fortes elementos neste sentido (Monteiro, Duarte & Amaral, 2012).

[178] Este termo foi utilizado por um entrevistado (filiado ao PT), para justificar entraves que levaram o governo a retroceder: "Os vetos da temática dos direitos humanos, nós temos que entender a **correlação de forças** desse país, se a esquerda não entender que nós, apesar de nós termos um presidente que lidera politicamente esse país, tem a maior aprovação da história desse país, tem o governo mais bem avaliado da história desse país, isso não dizer que tem as correlações favoráveis pra fazer determinadas mudanças nesse país, **os ricos continuam os mesmos, as elites dominantes são as mesmas e o controle dos meios de comunicação são os mesmos**, o que o Lula faz, de forma muito inteligente, é **coacionar** esses desejos, então o que o governo, o que o presidente consegue organizar é os limites disso e eu, seria leviano da minha parte dizer assim se o presidente está errado ou se está certo, só sabe disso quem ta sentado na mesa e os Movimentos Sociais não entendem" (Entrevista 2).

Na Entrevista 14 encontramos uma longa e elogiosa descrição sobre a importância dos conselhos e das conferências, porém, todas as situações nas quais as diretrizes produzidas foram atendidas, se deram porque o governo estava em dúvida acerca de qual posicionamento assumir com relação a questões específicas e pontuais. Em nenhuma entrevista encontramos exemplos de situações nas quais uma conferência ou conselho pôde desafiar a "correlação de forças" no interior do Estado. Os entrevistados filiados ao PT atribuem a capacidade de desafiar o "Eles", que se contrapõe ao "Nós" articulado pelo governo, às estratégias e à capacidade de articulação do executivo e suas lideranças políticas. Mesmo que a participação possa servir de apoio e pressão por mudanças, legitimando as ações e posicionamentos do governo, objetivamente as forças principais de direcionamento das mudanças sociais estão discursivamente localizadas no Estado e suas possibilidades de ação.

Neste contexto, apesar das diversas críticas apresentadas ao governo, modo geral, a valorização que a maioria dos sujeitos entrevistados faz das formas de participação, sejam elas formalizadas ou não, coincide com os elementos do discurso participacionista:

> **As coisas não acontecem da noite pro dia**, veja bem, quando o Lula iniciou o bolsa família com implementação dos Programas de condições de renda alguém acreditava que uma massa de milhões e milhões de brasileiros saíram da classe D e iam pra classe C, não, **isso é processo**, nós estamos **acumulando** isso agora, praticamente sete anos depois então nós temos que entender que isso é processo e é um processo de luta, é um **processo de diálogo permanente**, é um processo de construção de inversão de prioridades (Entrevista 02).

Isto nos leva a pensar que a entrada destes sujeitos para o Estado implica na aderência de discursos sobre a participação que compatibilizam os sistemas de ação entre os dois lados na fronteira reticular, ao mesmo tempo em que dão indícios de algumas dissonâncias discursivas sobre as dinâmicas de interação. No que tange ao discurso diferencialista, vemos posicionamentos mais nuançados, pois os entrevistados identificam diversos problemas interacionais decorrentes da afirmação de um discurso diferencialista pelos movimentos sociais, mas poucos conseguem mapear os deslocamentos das fronteiras reticulares e apontar com nitidez os motores deste discurso nas práticas e ações governamentais e nos arranjos participativos (Entrevistas 01; 03; 13).

Em um campo político cujo Estado é significado como o veículo prioritário, quando não o único, da mudança social, e a ação política tem como finalidade o

desenvolvimento de políticas públicas cada vez mais especificas e setorializadas, o papel dos movimentos sociais (ou dos grupos organizados) não poderia ser outro que especializar-se nos trâmites burocráticos estatais e em questões técnicas da administração pública e do desenvolvimento de projetos. Nesta perspectiva, podemos identificar alguns discursos que avaliam a atuação dos movimentos sociais, e deixam subentendido o que se deve esperar destes atores:

> Pra mim foi difícil porque toda a minha trajetória foi de **controle social, monitoramento,** de **pressão política**, de **advocacy**, todas as **metodologias de advocacy**, diversos cursos pra isso, também a vida na militância me ensinou um pouco esse tipo de intervenção então é muito difícil sair desse lugar né? da cobrança (Entrevista 03).

> Os movimentos ainda não conseguem, os movimentos **param nas propostas**. Acham que ai acaba a política. Então a gente precisa cada vez mais, e ai é uma questão de sociedade brasileira mesmo, e eu acho que sociedade de uma forma geral, a gente no, a nossa cultura não é a cultura do **monitoramento e da avaliação**, que a gente acha **avaliação** uma coisa ruim. (...) A gente precisa de, os movimentos precisam se apropriar desses conceitos de **monitoramento** e **avaliação**, porque a gente só para nas atividades e nas estratégias para enfrentar, né? E ai a gente não faz o resto do dever de casa da sociedade civil. (...) Então, mas eu acho que dá pra ser uma democracia representativa, mas não esquecendo isso, de que o voto não é o fim, é preciso votar, e ai mais uma vez eu volto na palavra **monitoramento** e **avaliação**. Ou seja, a gente tem que cada vez mais incutir essa palavra na nossa discussão, **monitoramento e avaliação**. E os movimentos pouco fazem isso. **É um movimento ainda muito da crítica pela crítica**, boa parte, né? Tem alguns avanços pra **proposição**, mas pouco de **monitoramento** e **avaliação** (Entrevista 04).

> Eu acho que a sociedade civil na minha concepção não tem um papel tão simplista quanto fiscalizar as ações do governo. Eu acho que é muito mais do que isso. Ela tem um papel claro no **processo de construção da política e execução da política**. Ainda que o processo máximo de execução esteja no poder público eu entendo que essa execução só é possível com a participação da sociedade civil (Entrevista 05).

> Tem uma diferença de atitude, no caso das mulheres, elas conseguem ser **propositivas**, conseguem incidir bem no conselho e conseguem ter uma ação marcante. Mas o movimento feminista alcançou uma **maturidade** que eu acho que poucos movimentos tem no Brasil. O movimento feminista **consegue fazer a discussão, a disputa sem, vamos falar assim, sem ser agressivo**. Ele pode ser até agressivo na ação, mas quando senta na mesa de discussão, ele é **formal**, ele tem uma **postura de advocacy**, de **argumentação**, de **troca**, de **possibilidade**, ele avalia o que é **realmente possível**, o que não é, ele faz uma **discussão madura com o governo**, o movimento LGBT ainda está aprendendo (Entrevista 15).

> E é uma crítica que não que eu vejo, que só eu coloco, até os próprios sindicalistas que saíram até das questões partidárias, observam que isso está acontecendo em todos os movimentos sociais. Essa questão dos **movimentos estarem fazendo o papel do governo**. E ai acaba não fazendo o **controle social**, nem **monitoramento** (Entrevista 18).

Assim, os elementos principais que legitimam o papel dos movimentos sociais nos discursos analisados podem ser sintetizados a partir da função de propositores de alternativas e soluções para problemas e demandas sociais, execução de projetos, monitoramento, controle social e avaliação. Como muitos entrevistados significam a passagem do lugar de ativistas para a posição de gestores a partir da diferença entre criticar e ser criticado[179], é razoável que legitimem a idéia de movimentos sociais cordiais, que discutem com o governo de forma madura, proponham soluções para os problemas que apresentam e participem da execução destas ações, cujo poder decisório principal, é importante ressaltar, estará nas mãos dos agentes estatais. Afinal, estes atores agora conhecem as potencialidades e limitações destas duas superfícies separadas por fronteiras reticulares. Deste modo, vários entrevistados apontam um "desconhecimento" por parte dos movimentos sociais, sobre as funções e os modos de atuação do Estado, o que reforça a idéia participacionista de que estes atores devem se qualificar sobre como funciona e opera a burocracia estatal.

Entretanto, percebe-se que as críticas e as proposições dos movimentos sociais, desde que circunscritas à ordem instituída, são importantes para o desenvolvimento das políticas públicas e para o trabalho de determinados gestores, que poderão, a partir destas críticas e conflitos, argumentarem dentro do Estado em busca de novas ações, mais recursos, mais visibilidade, mais reconhecimento institucional etc. Isto atribui um significado importante para as oposições que se estabelecem entre os atores, e destes com o Estado, o que já foi sinalizado pelo discurso participacionista, que naturaliza os conflitos em busca de consenso.

As críticas e pressões dos movimentos sociais podem, inclusive, contribuir para a legitimidade e o destaque do trabalho deste gestor no interior do Estado, bem como operar a confirmação das lógicas discursivas que fundamentam os procedimentos e metodologias estatais para o desenvolvimento de ações, pois os conflitos também se fundamentarão sobre estas lógicas para criticar uma determinada ação. Neste contexto, se a temática e o órgão no qual um militante trabalha é identificado pelos movimentos sociais como um espaço importante de interpelação, as polêmicas estabelecidas ajudarão na visibilidade de determinadas frentes de trabalho e, consequentemente, no

[179] Esta passagem, de uma posição de crítica, pressão e advocacy, para a de "aquele que é criticado", foi identificada em diversas entrevistas: "mas você vinha... pro... pra responder uma política... é... que é do Estado... é aquela história, né?... você joga pedra e agora você vai ser apedrejado, ela muda... diferente, né?" (Entrevista 17).

reconhecimento deste ator no interior da hierarquia estatal. Podemos identificar a função dos conflitos para a dinâmica estatal no trecho a seguir:

> Mas a força política... ela não é o focar do [*nome do entrevistado*], ela se dá pelo Movimento, então quando você abre essa interlocução com o Movimento e o Movimento se sente responsável por isso... não responsável pra manter o [*nome do entrevistado*] ou não pra manter... mas **responsável pela política**... ele vai pressionar e ele **vai conseguir pra que isso se fortaleça**. Então é besteira alguém achar que a crítica, o monitoramento, até a oposição, ela não é importante... Ela é importante, entendeu?... Então a gente tem um cuidado de que os Movimentos, eles possam estar aqui dentro sim... é óbvio, **fazer a separação**... olha, isso aqui é poder público, **e aqui vocês são Movimento**, **a gente ouve, a gente pode**... mas é importante, porque **eles é que vão dar o tom político** (Entrevista, 19).

Nota-se em algumas entrevistas, inclusive, o incentivo à cobrança dos movimentos sociais, o que aparece como uma estratégia (um tanto quanto paradoxal...) para tentar superar as limitações da sobreposição da técnica/política pela política de identidades que discutimos no discurso do diferencialismo:

> É uma crítica que eu sempre faço dessa questão, por mais que eu já estive em cargos de governo. Mas eu sabia me colocar nesse cargo de governo. **Eu fazia com que o movimento me batesse: "agora me batam"**. Chegava nas reuniões e falava com a galera "agora me batam, pra vocês não imaginar que eu estou ocupando esse cargo que eu não vou apanhar de vocês. Então pode vir que eu não vou contra o discurso, porque eu acho que a gente se fortalece dessa forma. Porque eu acho que quando o movimento vem e cobra, se a [nome da entrevistada] está ali hoje é enquanto governo, a parte dela de movimento pode ser fora daí, **mas está ai enquanto governo e ela tem que dar resposta pro movimento**, eu acho que as coisas acabam funcionando (Entrevista 18).

Este posicionamento discursivo para a produção de conflitos, de um modo geral, reafirma a noção estruturada pelo discurso do participacionismo de uma discussão política madura, propositiva e cordial, que seja capaz de circunscrever os conflitos dentro das possibilidades institucionais de um determinado órgão governamental e, até mesmo, dentro das limitações impostas pela "correlação de forças" no interior do Estado. Para uma discussão madura e cordial, mas que não ignore a crítica e as diferenças de opinião, se fazem necessários conhecimentos sobre as atribuições e o funcionamento dos diversos órgãos governamentais, o que requer um perfil especializado de mobilização e estratégias identitárias. Como os órgãos governamentais são marcados pela setorialidade, compondo uma estrutura administrativa segmentada, o discurso participacionista mais uma vez demandará noções sobre as especificidades temáticas atendidas por cada setor estatal, o que aponta para uma discussão sobre as particularidades e a delimitação de cada "identidade" com as quais o Estado dialoga e oferece respostas.

O discurso diferencialista cumpre esta função, de demarcar territórios de legitimidade identitária e política a partir da diversidade dos atores que acessam o Estado, estabelecendo os critérios para definir, por exemplo, quem é o jovem-jovem, o jovem negro da periferia, a mulher ou o homem trans, a negra lésbica e assim por diante. Deste modo, vemos que nas definições participacionistas sobre o papel dos movimentos sociais existe um ponto semântico de conexão com o discurso do diferencialismo, que fará da experiência a "verdade" da diferença reificada em uma identidade, reforçando fechamentos interacionais em torno de temas particulares que encontram espaços organizacionais específicos no interior do Estado, e fora dos quais não deve atuar ou "aparecer indevidamente".

Veremos agora como a incorporação participacionista e diferencialista da pluralidade das identidades coletivas à estrutura administrativa governamental se materializa discursivamente nas interações entre atores na fronteira entre o Estado e os movimentos sociais, e como isto pode definir as possibilidades para a emergência de conflitos.

6.3. Estrutura de oportunidades políticas e a assimilação de diferenças: As ciladas do diferencialismo

No tópico acima iniciamos a descrição e análise de como os sujeitos da pesquisa atribuem significados e papéis ao Estado e aos movimentos sociais, bem como alguns problemas que derivam das relações entre estas duas categorias de atores, a partir das diferenças atribuídas às experiências que vivenciaram em cada um destes âmbitos. Agora, prosseguiremos com o trabalho de análise enfocando os aspectos interativos marcados pela pluralidade de identidades que interagem nestes espaços e formam um campo complexo de atuação.

O discurso do diferencialismo, trabalhado no capítulo anterior, foi um intento de mapear como se estruturam discursivamente os processos de significação social das relações entre identidades nas interações entre atores governamentais e da sociedade civil. Será através do fechamento interacional apontado por este discurso que refletiremos acerca de como os diversos processos de identificação que coabitam as fronteiras reticulares estatais atravessam as interações entre atores, impactando as noções de identidade e a constituição de identidades coletivas.

As mudanças na estrutura de oportunidade políticas serão retomadas aqui em virtude das inovações organizacionais que se fizeram necessárias para a viabilização dos aspectos participativos do projeto governista, que passou a mobilizar e assimilar identidades "minoritárias" em seu leque de investimentos, alianças estratégicas e coalizões partidárias. O Sistema Nacional de Participação Social, que discutimos no capítulo 4, representa a dimensão formalizada da estrutura organizacional que alicerça os discursos que analisamos. Como vimos no Capítulo 3, todo discurso deve ser compreendido a partir das relações intrínsecas entre linguagem e ação, pois todo discurso adquire sua concretude nos objetos sociais, assim como cada objeto social só adquire sentido a partir de sua significação por algum discurso. Deste modo, mesmo que nossa descrição aparente se deter sobre a materialidade das interações, estas não podem ser vistas separadamente da atribuição de significados que a constituem como objetividade.

Contraposta à estrutura de oportunidades políticas, teremos a constituição de identidades coletivas dos grupos que acessam o Estado e dialogam com governo, mediadas pelos sujeitos que articulam sentimentos de pertencimento com os movimentos sociais e com os espaços governamentais de atuação política. Como já apontamos no capítulo anterior, o discurso do diferencialismo acaba por reforçar identidades cada vez mais específicas e particularizadas, o que se reproduz na composição dos arranjos participativos e na criação de novas secretarias, subsecretarias, coordenadorias, diretorias, conselhos etc. O discurso do participacionismo, articulado ao diferencialismo, afirma a participação social de forma setorial e separada por temas, cujas demandas serão respondidas com soluções técnico-políticas, que se dão, por exemplo, a partir da criação de novos órgãos governamentais, ou com a abertura de editais de projetos e ações dedicadas a grupos específicos[180].

Deste modo, descrevemos na relação entre participacionismo e diferencialismo uma vinculação que aponta para impactos recíprocos entre a lógica estatal e um determinado perfil de militância, como já analisamos no tópico anterior com a formação de fronteiras reticulares. Entretanto, nos faltam elementos para identificar como e porque a especialização temática no âmbito do Estado e a proliferação de identidades na

[180] O Texto Base da II Conferência Nacional LGBT oferece bons indícios de como o executivo localiza as respostas às demandas deste movimento, ignorando seus posicionamentos contrários à consolidação de um discurso institucional pautado pela (des)identificação dos sujeitos subalternizados, de modo que a verificação da igualdade em torno destas identidades possa atravessar um conjunto mais amplo de ações governamentais.

sociedade civil podem se reforçar. Em outras palavras, o que legitima e coloca em funcionamento as formas desenhadas nas fronteiras reticulares?

Para respondermos a esta pergunta, nos valeremos do trabalho de Tilly (2000), importante teórico da TPP e estudioso das estruturas de oportunidades políticas. Em seu livro A Desigualdade Persistente, Tilly (2000) traz conceitos relevantes para pensarmos como e porque as diferenças categoriais de uma sociedade produzem desigualdades que atravessam longos períodos históricos, se reproduzem em diversas sociedades e passam de uma geração à outra. A análise de Tilly (2000) se caracteriza por uma abordagem relacional das desigualdades que se estruturam entre pares categoriais que, para ele, devem ser considerados "invenções sociais que solucionam problemas e/ou subprodutos da interação social" (p.34).

Para o autor, "os mecanismos causais cruciais que subjazem à desigualdade categorial não consistem em acontecimentos mentais individuais, estados de consciência ou ações autônomas dos sistemas sociais. Atuam nos domínios da experiência coletiva e da interação social" (Tilly, 2000:37). Deste modo, apesar de notarmos um enfoque significativo no cálculo dos custos e benefícios na estruturação das diferenças categoriais nas organizações sociais, esta perspectiva não se reduz ao cálculo racional das teorias da mobilização de recursos e pode ser articulada aos aspectos simbólicos irredutíveis das identidades sociais e coletivas[181].

A abordagem de Tilly (2000) reconhece dois elementos fundamentais e interdependentes que definem as relações de desigualdades: os bens autônomos (como a riqueza, a acumulação de alimentos etc.) e os bens relativos (que seriam valores observáveis em relação com outras unidades, como o status social e o prestígio). Embora esta diferenciação seja aparentemente dicotômica, a abordagem de Tilly (2000) se centra exatamente em como a distribuição destes bens se dá de forma interdependente em sistemas complexos de interações sociais, mas que terminam por produzir hierarquias organizadas em pares categoriais dicotômicos (pobre/rico; homem/mulher; negro/branco; heterossexual/homossexual; jovem/adulto e assim por diante). É importante frisar que para Tilly (2000) apenas a existência de um par categorial não é suficiente para o estabelecimento de uma relação desigual, é necessário

[181] Criticando o individualismo metodológico na abordagem da desigualdade categorial, Tilly (2005:51) argumenta que "quem situa a ação social eficaz no contrato e não nos que o assinam, na trama mais que nos atores, no diálogo antes que nos falantes, convidará um rechaço intuitivo em nome de crenças arraigadas". No capítulo 02 já discutimos os intentos de integração entre a TPP e as teorias da identidade coletiva, de modo a compatibilizar estas duas abordagens e apontar seus pontos de conexão e complementaridade.

que exista uma hierarquia entre os elementos opostos. Esta hierarquia foi o que chamamos de relações de poder na estruturação das fronteiras reticulares, que são sensíveis à diferenciação entre pares categorias, mas que para a desconstrução destas hierarquias, se tornam necessários processos de articulação que implicam na (des)identificação destes pares categoriais. Neste contexto, a teoria de Tilly (2000) nos ajuda a identificar como os processos de (in)diferenciação se hierarquizam nas formas desenhadas nestas fronteiras reticulares e impactam a constituição de identidades coletivas dos atores que interpelam o Estado.

Ao buscar as causas da desigualdade categorial, Tilly (2000) estipula quatro mecanismos causais que se reforçam criando e mantendo relações desiguais entre pares categoriais: a exploração; o monopólio de oportunidades; a emulação e a adaptação. Estes quatro processos sociais configuram o que o autor chama de mecanismos da desigualdade e funcionam associando aspectos institucionais e não institucionais, públicos e privados, bem como individuais e coletivos (Salvador, 1997).

Os dois primeiros processos, exploração e monopólio de oportunidades são mecanismos através dos quais pessoas em interação estabelecem relacionalmente os sistemas de desigualdades. Estes dois mecanismos ocorrem paralelamente, mas o monopólio de oportunidades pode ser também acessado por indivíduos e grupos que não fazem parte das elites políticas e sociais, desde que sejam "alentadas, toleradas ou ignoradas pelos poderosos" (Tilly, 2000:23). Mesmo que as vantagens sejam desiguais, os estratos intermediários de um sistema desigual podem obter benefícios através do monopólio de oportunidades, de modo a formar relações complexas com os mecanismos de exploração, nas quais um mecanismo reforça o outro.

A exploração, como aponta o próprio Tilly (2000), ocupa um lugar central na teoria marxista, e se refere aos modos como alguns grupos de atores controlam algum recurso valioso e, a partir disto, "se aproveitam do esforço de outros, a quem excluem o valor agregado total por este esforço" (p.99). Em outras palavras, qualquer mecanismo de exploração atua "quando pessoas poderosas e bem relacionadas dispõem de recursos dos quais extraem utilidades significativamente incrementadas mediante a coordenação do esforço de pessoas alheias, às quais excluem a totalidade do valor agregado por este esforço" (p. 23).

O monopólio de oportunidades, por sua vez, atua quando setores populacionais que não pertencem às elites políticas e econômicas formam uma "rede categorialmente circunscrita" e com isto podem conseguir o "acesso a um recurso que é valioso,

renovável, está sujeito a monopólio, respalda as atividades da rede e se fortalece com seu *modus operandi*" (Tilly, 2000:23). Tanto a exploração como o monopólio de oportunidades criam separações, entre os beneficiados e excluídos, que implicam em pertencimentos identitários e laços de comprometimento e/ou solidariedade que conectam e mantém as redes de monopólios. Como podemos perceber, na medida em que um grupo circunscrito categorialmente acessa uma determinada rede de monopólios, serão articulados bens autônomos e relativos, o que chamamos no capítulo anterior de recursos simbólico-materiais, pois todo bem autônomo envolve algum valor relativo, e vice-versa.

Se a exploração e o monopólio de oportunidades desempenham um papel fundamental para o surgimento de desigualdades categoriais, a emulação e a adaptação serão os mecanismos através dos quais as desigualdades serão generalizadas e cristalizadas em sua influência e permanência no tempo. A emulação consiste na "cópia de modelos organizacionais estabelecidos e/ou o transplante de relações sociais existentes de um âmbito a outro" (Tilly, 2000:24). Este mecanismo opera importando esquemas categoriais, que podem ou não estar hierarquizados, de um espaço social a outro, de modo que uma determinada forma de relação pode ser importada e aplicada a contextos nos quais uma determinada diferenciação categorial não havia sido estruturada de forma nítida. Segundo Tilly (2000) a emulação é um mecanismo razoável porque a implantação de modelos relacionais já conhecidos e funcionais em organizações diversas implica em custos operacionais menores, do que a criação de novas estruturas institucionais e códigos de conduta. Deste modo, a emulação facilita "o processo de articulação com outras formas organizacionais conhecidas, como as instituições educativas e as burocracias estatais" (p.108).

A adaptação, quarto mecanismo proposto por Tilly (2000), opera a partir da elaboração de "rotinas diárias como a ajuda mútua, a influência política, o cortejo e a coleta de informação baseadas em estruturas categorialmente desiguais" (p.24). A adaptação é um mecanismo que funciona de forma complementar à emulação, e apresenta dois componentes principais: "a invenção de procedimentos que facilitam a interação cotidiana e a elaboração de relações sociais valoradas ao redor das divisões existentes [divisões categoriais]" (p. 109).

Estes componentes da emulação são cruciais para compreendermos como as diversas formas de organização social consolidam as hierarquias categoriais, muitas

vezes como condição para o funcionamento das tarefas cotidianas desenvolvidas por seus membros, sejam eles subordinados ou não.

> Na falta de uma resistência organizada por parte dos membros das categorias subordinadas e de mudanças exógenas na organização anfitriã, todas as partes constituem múltiplas rotinas em torno do limite categorial, o que faz que se interesse por sua manutenção; modifiquem livretos [códigos e padrões de interação] e acumulem conhecimento local satisfatório. Ao supor a continuidade das divisões existentes, por muito que a levem a mal, os empregados de escritório elaboram cronogramas, práticas evasivas, mitologias, piadas, epítetos, alianças e conspirações que em realidade reforçam as estruturas dentro das que se desenvolvem. (Tilly, 2000:109).

As desigualdades e a consequente distribuição de bens autônomos e relativos não constituiu um fenômeno unidirecional ou linear, os processos de identificação e de interação organizados em torno de diferenças categoriais podem servir a diferentes atores em momentos diferentes. Como argumenta Tilly (2000:95), "a desigualdade categorial serve a muitos exploradores e monopolizadores de oportunidades – por vezes, inclusive a mulheres negras homossexuais -, segundo suas relações com os recursos valiosos". Entretanto, a abordagem de Tilly (2000) se diferencia das perspectivas sistêmicas[182] e individualistas acerca da estruturação categorial das desigualdades persistentes, por identificar que diferentes pares categoriais, apesar de interagirem de modo complexo, se sobrepondo e se substituindo uns aos outros, atuam de maneira diferente e relativamente independente porque são assimilados em função de suas determinações e contingências históricas em cada contexto e assimilados em "pacotes pré-configurados de livretos e conhecimento local" (p.95).

Ao buscar compreender os aspectos interacionais da desigualdade, os mecanismos forjados por Tilly (2000) nos brindam com uma ferramenta sofisticada para a análise da relação entre a estrutura de oportunidades políticas abertas pelo Governo Lula e a formação de identidades coletivas nas fronteiras estatais. Estas ferramentas analíticas nos parecem fundamentais por contribuírem para um enquadramento teórico que permita compreender tais relações políticas de forma relacional, circular e reflexiva, na qual os movimentos sociais e os atores que dialogam com o Estado são vistos como agentes ativos e implicados na construção de um discurso sobre a política e a mudança social. Em outras palavras, as teorias de Tilly (2000) nos ajuda a identificar as

[182] É tentador generalizar que, como num sistema funcional, a segregação da mulher ao espaço privado foi importante para a efetivação do sistema capitalista (Wallerstein, 2003), ou ainda, que o conceito de raça foi fundamental para o projeto expansionista do capitalismo global (Quijano, 2005). Entretanto, as dificuldades explicativas que daí derivam surgem no encontro das diferenças históricas de cada contexto e como a mobilidade social em função de categorias, como as de gênero ou raça, produz dinâmicas bastante distintas.

dinâmicas interacionais que dariam, em última instância, a materialidade dos discursos participacionista e diferencialista.

A partir da sucessão presidencial em 2003, a alternância de um grupo político e a consolidação de uma nova elite política em âmbito federal instaura um novo projeto de poder que, apesar ou exatamente por não alterar estruturalmente o projeto econômico (Oliveira, 2006), necessita reestruturar o discurso estatal sobre as desigualdades sociais para se firmar e garantir legitimidade política junto aos setores organizados da população, sem conflitar com as elites políticas e, ironicamente, com as camadas baixas da população[183].

Esta reestruturação implicou em mudanças na estrutura de oportunidades políticas que alteraram fundamentalmente as estratégias das autoridades com relação a seus desafiadores (Kriesi, 1992), o que dinamizou o deslocamento das fronteiras reticulares que separam o Estado da sociedade civil. É importante salientar que as parcerias entre o Estado e os movimentos sociais já vinham sendo implementadas de modo crescente a partir da Constituição de 1988. Entretanto, estes deslocamentos não poderiam ser processados sem alterações no sistema de partidos e nas relações entre setores da elite, que também formam grupos de interesse que pressionam o Estado em busca da manutenção de privilégios e do controle de bens autônomos e relativos, bem como do monopólio de oportunidades (Kriesi, 1992).

A própria emergência do Lulismo, enquanto um fenômeno psicopolítico, revela a complexidade instaurada entre os princípios de mudança e estabilidade, determinantes para a compreensão da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a consolidação da legitimidade do projeto político representado por ele (Singer, 1999). Em um campo de disputas entre elites políticas envolvendo grupos econômicos, midiáticos, partidos políticos e outros, o partido dos trabalhadores buscou como um dos suportes de sua legitimidade, o diálogo com os movimentos sociais e os grupos organizados da sociedade civil estruturando o Sistema Nacional de Participação Social. Sem ignorarmos os investimentos em políticas sociais e algumas mudanças significativas nas prioridades da administração pública, que não discutiremos neste

[183] Como aponta Singer (2009) os extratos mais populares (classes C e D) sempre foram avessos em apoiar projetos políticos de "esquerda", e sempre privilegiaram a estabilidade das relações políticas em detrimento de mudanças radicais. A tese de Singer (2009) sobre o Lulismo argumenta que, ao contrário do que sugere o pensamento de esquerda tradicional, a conciliação de interesses que deu a tônica deste governo foi um dos pilares responsáveis pela consolidação de um discurso verdadeiramente "popular". Se assumirmos os argumentos de Singer (2009) podemos afirmar que a formação do discurso populista (Laclau, 2005) não é contraditório com os discursos do participacionismo e do diferencialismo, mas estruturado juntamente a estes discursos.

trabalho, a participação social se torna um campo privilegiado de investimento que buscou aproximar o Estado da sociedade civil, redundando no que nomeamos de discurso participacionista.

Entretanto, vimos com o discurso participacionista que a idéia de "ruptura sem rompimento" circunscreveu a ação política e as lutas sociais no âmbito da ordem instituída, mesmo que possamos argumentar acerca de processos de (des)identificação fundamentais para a consolidação de um ordenamento policial de outra natureza. De um modo geral podemos argumentar que, em busca de estabilidade social e política, o novo governo investiu em articulações participacionistas e coalizões partidárias que tentaram promover a conciliação e a harmonização dos contrários na hierarquização brasileira (Ricci, 2010; Ridenti, 2006).

Dito de outra forma, "o governo buscou agradar a todos com mudanças pontuais, sem mexer nas estruturas, cativando tanto os donos das escolas como os alunos pobres e suas famílias que, frequentemente, pela primeira vez em gerações, conseguem ter um membro na universidade" (Ridenti, 2006:3). Deste modo, não confrontando ostensivamente os privilégios das elites tradicionais, necessitou redistribuir recursos e benefícios que gerassem solidariedade dentro deste novo grupo político, assegurando assim "uma estrutura de poder e uma sucessão ordenada no marco de uma elite" (Tilly, 2000:101).

A desigualdade categorial cumpriu aqui um papel importante na consolidação deste projeto, já que a entrada de lideranças nos espaços governamentais e os diálogos estabelecidos com os atores organizados e a participação social como um todo, se deram de forma setorial e, na maior parte das vezes, como resposta a proliferação de identidades coletivas já em franco processo de diferenciação, definido por práticas culturais, tipos de associativismo, redes de sociabilidade e solidariedade, segmentos de mercado e outros. Sugerimos que, embora o discurso oficial não separe bens autônomos e relativos, a formação dos discursos do participacionismo e do diferencialismo propiciam formas de valorização destes bens que implicam na democratização de um discurso sobre as identidades e seus bens relativos, sem implicar fundamentalmente em uma democratização direta e radical dos bens autônomos. Não por outro motivo, o acesso a estes recursos foi apontado como elemento diferencial no poder de desenhar e definir formas nas fronteiras reticulares.

Com a criação de novas secretarias, subsecretarias, conselhos, conferências, editais etc., o governo fez coincidir, no âmbito do Estado, organizações categoriais

externas e internas. Isto se deu através da emulação de formas organizacionais e discursos desenvolvidos em espaços interacionais exteriores ao Estado, e que passam a compor aspectos da organização de órgãos governamentais e procedimentos estatais, a partir das formas discursivas impressas pelas fronteiras reticulares. Formas organizacionais e discursos, importante recordarmos, que o partido dos trabalhadores não era totalmente alheio, já que suas relações com os movimentos sociais atravessam a história deste partido, o que diminui ainda mais os custos de importação destes modelos de interação (livretos) e de conhecimentos compartilhados sobre categorias sociais e práticas políticas para o interior do Estado. O discurso governamental passa a incluir, neste contexto, uma discussão mais generalizada sobre a especificidade das identidades formalizando e institucionalizando pares categoriais que anteriormente eram emulados apenas em contextos específicos ou permaneciam invisibilizados no discurso político oficial.

Em determinados contextos, a diferença categorial se alastra em diversos setores do Estado, levando com que as identidades sejam pautadas em novos e importantes espaços, desde setores comprometidos com a pauta demandada pelos movimentos sociais, até movimentos opositores organizados. Em relação ao movimento LGBT, a bancada evangélica e o fundamentalismo religioso são exemplos claros de atores que passam a pautar debates ao redor dos pares categoriais assinalados por estes movimentos, no sentido de uma contraposição e rechaço às demandas por eles pautadas e ao reconhecimento governamental à legitimidade de suas identidades políticas. Isto constitui um importante elemento de formação de fronteiras identitárias entre identidades coletivas que interagem através do deslocamento de fronteiras reticulares, pois o rechaço a uma determinada categoria implica no reconhecimento dos atores que a incorporam e monopolizam suas narrativas, o que leva a um reordenamento das posições de sujeito no interior de um sistema organizacional determinado (Mouffe, 1988; Laclau & Mouffe, 1985).

A adaptação também se revela um mecanismo importante para a consolidação do Sistema Nacional de Participação Social. Foram adaptadas rotinas cotidianas, redes de influência política e foram articuladas relações entre aliados e adversários. Isto foi determinante para que o tratamento e a produção de informações baseadas em estruturas categorialmente desiguais passassem a informar a administração governamental e o desenvolvimento de políticas públicas. O Estado adapta, assim, narrativas identitárias produzidas em contextos de militância e/ou acadêmicos, reproduzindo perspectivas

diferencialistas acerca das identidades e o enfoque na violação de direitos e atendimento de vítimas (Prado, Mountian, Machado & Souza, 2010).

Estas opções organizacionais e de ações no plano executivo tiveram como efeito visibilizar hierarquizações sociais dando voz às desigualdades existentes na sociedade brasileira, a partir de narrativas, teorias, estatísticas[184] etc. que deram concretude e substância ao preconceito social e às desigualdades categoriais (Prado & Machado, 2008). Por um lado, esta abertura na estrutura de oportunidades políticas pode ser compreendida como um aspecto importante para a democratização das relações sociais, pois implicou em uma (des)identificação que transformou atores "invisíveis", do ponto de vista público e político, em identidades políticas com alguma legitimidade pública. Entretanto, o participacionismo traz outras implicações para pensarmos a politização da participação social[185].

Por outro lado, diversos pares categoriais foram cimentados no plano institucional reforçando dicotomias anteriormente silenciadas nas instituições governamentais, mas sem que isto implicasse em uma adesão amplamente declarada, um comprometimento efetivo e ações ostensivas para a superação das hierarquias e desigualdades subjacentes. Isto nos leva a questionar sobre as formas em que aparecem tais movimentos no interior do Estado, sobre qual é a qualidade da "escuta" que é efetivamente oferecida à "voz" destes atores. Como argumenta Rancière (2010), a visibilidade destes sujeitos está condicionada ao lugar (sensível) em que se manifestam, às formas de sua aparição. Além disto, com a abertura do Estado ao reconhecimento de novos pares categoriais, parafraseando Eder (2003), abriu-se ainda mais a caixa de

[184] É importante destacarmos a importância que os saberes acadêmicos assumiram na configuração destes discursos. As diversas identidades coletivas necessitaram desenvolver pesquisas e teorizações que pudessem legitimar seus discursos como forma de tornar palpáveis as "experiências" cujas diferenças e hierarquias buscavam representar. A produção de conhecimento científico se torna um elemento que atravessa as disputas pelo reconhecimento identitário e definição de prioridades a serem impressas nas fronteiras reticulares. De forma análoga, na estrutura discursiva articulada na arena política institucional e político-eleitoral, podemos notar uma verdadeira "ciranda dos números", cujo jargão "contra números não há argumentos", contextualiza as disputas baseadas em usos do conhecimento científico em torno da legitimidade (competência/incompetência) da "aparição indevida" deste novo governo. Neste sentido, um aspecto determinante dos discursos políticos (governista ou de oposição), e que passa a ser reproduzido *ad nauseam* pelos militantes em particular e pela sociedade civil em geral, é a utilização de estatísticas e números de vários dígitos e variados formatos, anunciando o "maior orçamento da história" para políticas públicas variadas, o que é seguido de réplicas e tréplicas, no sentido de antagonizar sobre a eficácia de dois projetos políticos em disputa. A sobreposição entre técnica e política, do discurso participacionista, descreve parte desta estrutura discursiva que, ao se fundamentar em conhecimentos "científicos", também reifica discursos que aparecem como objetos e identidades essencializadas.

[185] Este ponto evidencia que não desprezamos em sua integralidade o protagonismo governamental e seu interesse no aprimoramento institucional dos arranjos de democracia participativa, pois como argumenta Rancière (2010), existem ordens policiais melhores que outras. Entretanto, nos cabe avançar nesta análise a partir de críticas aos processos sociais elencados na participação social e política contemporânea.

pandora dos processos de identificação e pertencimento. As diversas categorias foram se cruzando e produzindo diferenciações em cadeias, tríades, hierarquias e pares categoriais (Tilly, 2000).

Para compreendermos as mudanças na estrutura de oportunidades políticas é necessário termos em vista que "toda inovação organizacional impõe custos de invenção, aperfeiçoamento, instalação, socialização e articulação dos elementos contíguos" (Tilly, 2000:102). Estes custos, em grande medida imprevisíveis, transformam as relações de solidariedade, as coalizões políticas e pode facilitar a resistência, o que evidência um aspecto importante para a compreensão das mudanças na estrutura de oportunidades políticas em questão (Kriesi, 1992). Como argumenta Tilly (2000), "como ninguém pode controlar por completo os atos do outro, toda inovação gera negociações entre os membros da organização; podemos rotular como "luta" ou "disputa" os aspectos mais ingovernáveis" (p.102). As negociações incorporam conhecimentos locais compartilhados e para a implementação das mudanças institucionais e organizacionais, uma parte considerável dos custos estará nas modificações dos livretos, ou seja, dos padrões de comportamento, dos rituais, procedimentos institucionais etc. A modificação dos livretos pode se tornar ingovernável[186], eliciando disputas em torno de práticas políticas, acesso a recursos e atribuições de significados, que se configuram na articulação dos discursos sobre a democracia.

Deste modo, devemos considerar tanto os custos de implementação como os de negociação entre os atores (Tilly, 2000). No caso das discussões sobre sexualidade, no início do Governo Lula, provavelmente devido ao crescimento das Paradas do Orgulho LGBT, cuja novidade ensejava um forte motor de mobilização social e politização de relações sociais (Machado & Prado, 2009) e do poder de impacto dos movimentos LGBT na política institucional, o que fortaleceu a identidade política destes atores (Machado, 2007; Prado, Machado & Carmona, 2009), os custos para a inserção destes movimentos no interior do Estado penderam para seu empoderamento e acesso a

[186] Neste contexto, é interessante observarmos o depoimento de uma entrevistada que argumenta que talvez a presidenta Dilma Rousseff tenha sido um "boi de piranha" para reduzir a influência dos movimentos sociais nos órgãos governamentais. Pensando que saída de Luiz Inácio Lula da Silva e a entrada de Dilma Rousseff também significou mudanças na estrutura de oportunidades políticas, a percepção desta entrevistada sinaliza para aspectos "ingovernáveis" que foram impressos nas fronteiras reticulares e que, provavelmente, formaram "borrões" na "superfície" do Estado. É importante ressaltarmos que por ingovernável, não se subentende diretamente como "política", no sentido de Ranciére (2009). Como veremos a seguir, as disputas que poderiam ter comprometido os objetivos governamentais podem estar inscritos pelas equações aritmética e geométrica da ordem policial.

recursos. O governo rapidamente tratou de mobilizar estas identidades, o que deflagrou o monopólio de narrativas e/ou oportunidades, em virtude das negociações e dos benefícios discursivos e dividendos eleitorais que estes atores pareciam trazer para a consolidação e a legitimidade pública de um projeto político.

Entretanto, ao final do segundo mandato, provavelmente por conta da organização de resistências dos contra-movimentos fundamentalistas, os custos para uma diminuição do poder de influência dos militantes LGBT nas ações governamentais foram menores do que um rompimento com a bancada evangélica, líderes religiosos (muitos deles formadores de opinião com amplo acesso a mídia e redes de influência bem organizadas) e as instituições religiosas. Deve-se levar em consideração que, entre outros aspectos, nas eleições de 2010 o PT já não contava com a imagem de Luis Inácio Lula da Silva para disputar o cargo (apenas com seu valioso apoio à presidenciável), o que provavelmente exigiu concessões maiores em busca de apoio político-eleitoral.

Como podemos perceber, as diferenças e hierarquias categoriais desempenharam um papel importante neste contexto, já que, como se verificou, as categorias LGBT encontram mais dificuldades em incluírem suas especificidades em outras pautas do que o contrário (Entrevista 10), inclusive no interior das diversas lutas sociais e movimentos populares (Entrevista 03; 15). Neste mesmo sentido, nota-se um orçamento pífio no nível federal para o financiamento de ações e da estrutura organizativa dos gestores envolvidos com as políticas públicas para LGBT. Isto pode ser somado a um silenciamento sobre estas temáticas no interior do governo já a partir do final do segundo mandato de Luis Inácio Lula da Silva. O depoimento da presidenta Dilma Rousseff dizendo que não aceitaria que o governo fizesse "propaganda" de orientações sexuais, no contexto das polêmicas sobre o kit anti-homofobia, foi um acontecimento bastante revelador de como os discursos governamentais redesenharam significativamente o lugar das categorias LGBT nas fronteiras reticulares.

Embora não tenhamos elementos para avaliar rigorosamente o poder de negociação dos movimentos LGBT, comparando o governo federal com outras esferas de governo, a dotação de recursos orçamentários nos leva a pensarmos sobre alguns efeitos do diferencialismo. Diferentemente do governo federal, marcado pela particularização e especificidade na criação de secretarias, subsecretarias, editais e etc., no governo estadual do Rio de Janeiro nota-se uma estratégia organizacional interessante.

O órgão criado para tratar das questões LGBT incluía uma diversidade categorial mais ampla (Superintendência dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos), que associava, inclusive, discussões sobre direitos religiosos e diversidade religiosa, o que aparentemente reduziu os custos de negociação para a dotação orçamentária e um maior poder de implementação de políticas públicas e articulações intersetoriais. É importante ressaltar que o Governo do Estado do Rio de Janeiro constitui uma exceção em relação a outras unidades federativas no Brasil, e mesmo em relação ao governo federal, como apontado por diversos militantes. Esta análise se baseia tanto por este governo ter uma relação mais permeável às demandas e discursos dos movimentos LGBT, assumindo mais ostensivamente sua defesa no âmbito público, como por estas temáticas terem alcançado uma dotação orçamentária sete vezes maior do que no governo federal (Diário de Campo; Entrevistas 2; 8; 10; 13; 14; 22; 23; 24; 25).

Obviamente não podemos reduzir o sucesso das negociações destes movimentos a esta estratégia organizacional, outros aspectos da estrutura de oportunidades políticas devem ser consideradas para uma análise mais precisa, tais como a vontade política dos governantes, as coalizões partidárias, o capital social e político das lideranças envolvidas, o conhecimento local compartilhado pelos atores, as pressões internacionais no campo dos direitos humanos, os grupos econômicos e midiáticos envolvidos, entre outros fatores. Não obstante, tal estratégia implicou em reduzir a capacidade de negociação e limitar o fortalecimento de uma oposição organizada, a ponto de elevar os custos da influencia dos interesses dos movimentos LGBT na estrutura estatal.

A despeito destas diferenças entre o governo federal e o governo do Estado do Rio de Janeiro, em ambos os casos, a diferença categorial implicou em processos de assimilação dos movimentos pelo governo, e da impressão de formas organizacionais, sistemas de ação e discursos estatais na superfície dos movimentos sociais. Além disto, a entrada de militantes para a estrutura governamental e os investimentos em políticas participativas, mesmo que parcos e/ou residuais, resultaram na "blindagem" do governo contra mobilizações que por ventura poderiam afetar a adesão ideológica – num sentido pragmático, mais que emocional ou de pertencimento – das bases sociais dos movimentos LGBT ao partido dos trabalhadores. Por exemplo, mesmo que muitos grupos organizados e lideranças tenham feito reiteradas críticas ao Governo de Dilma Rousseff e ao silenciamento das demandas LGBT nos discursos, práticas e ações políticas governamentais a partir de 2008, estas redes de movimentos não deixaram de

apoiar a coalizão de partidos encabeçada pelo PT. Tampouco os grupos e ativistas de maior visibilidade passaram a apoiar os partidos da oposição.

Como estamos buscando analisar as relações entre Estado e movimentos sociais a partir de uma perspectiva não-linear, nos cabe analisar agora como os atores organizados da sociedade civil se posicionam e se relacionam com os recursos e os mecanismos de exploração e monopólio de oportunidades, interagindo com os diferentes conjuntos de atores que participam da trama política nas fronteiras reticulares estatais.

Se as elites políticas e econômicas já consolidadas foram eficazes na manutenção da desigualdade categorial através de mecanismos de exploração – tanto a partir de articulações com o governo, que manteve a política econômica nos mesmos moldes dos governos anteriores[187], como a partir da reprodução de determinados discursos conservadores por parte deste mesmo governo – as lideranças dos movimentos sociais, por sua vez, de modos mais ou menos explícitos, participaram destes processos através do monopólio de oportunidades instaurado entre a mobilização de identidades por parte do governo e o monopólio de narrativas, na constituição de identidades coletivas dos movimentos sociais. Tentaremos argumentar que estas formas de participação foram fundamentais para a consolidação dos discursos políticos analisados, uma vez que os mecanismos de exploração e monopólio de oportunidades se reforçam funcionando de forma complementar.

Como observamos anteriormente, os diálogos e políticas participativas (salvo as conferências nacionais, que demandam uma análise mais elaborada destas relações), não são desenvolvidas entre o Estado e "o" movimento social, mas entre setores do Estado e lideranças ou grupos específicos das redes de movimentos sociais. Em outras palavras, "o movimento social nunca vai pro Estado. Vão pessoas" (Entrevista 01), o que aponta para processos de hierarquização e monopólio de oportunidades e narrativas no âmbito da sociedade civil que são desenhadas nas fronteiras reticulares, e demandam a reprodução das estruturas discursivas participacionistas e diferencialistas. Deste modo, as políticas participativas reforçam e aprofundam determinadas hierarquias que se estabelecem entre grupos organizados da sociedade civil.

[187] Esta questão instaura um longo e polêmico debate que não aprofundaremos neste trabalho. Para uma discussão sobre a manutenção das estruturas de exploração nos moldes anteriores às mudanças na estrutura de oportunidades políticas ver Ramos Filho (2012); Zucco JR & Campello, D. (2008); Marques & Mendes (2007;2004); Druck & Figueiras (2006); Marques & Nakatani (s/d);

Na medida em que alguns grupos mobilizam mais recursos que outros – através da mobilização de identidades, que se materializa através de financiamentos, contratações, legitimidade e reconhecimento político-institucional, etc. – são abertas brechas na estrutura de oportunidades políticas para que determinados atores alcancem, através do monopólio de narrativas no mercado do social, mais acesso a recursos valiosos, ocupando uma posição estratégica privilegiada quanto ao monopólio de oportunidades. A participação nos arranjos de democracia participativa, como os conselhos, os grupos de trabalho, as consultorias, os eventos e debates públicos etc. serão determinantes para a configuração do monopólio de narrativas e do monopólio de oportunidades, o que faz da presença nestes espaços motivo de disputa entre os grupos organizados que se articulam em redes.

O monopólio de oportunidades possibilita que as lideranças e as identidades coletivas que representam se situem de modo privilegiado na arena política, obtendo acesso a recursos que possibilitarão um poder maior de barganha e de articulação, não apenas junto ao Estado, mas também com outros atores. Entretanto, isto aumentará a brecha entre estes representantes e a população que buscam representar, afastando as lideranças de suas bases e os grupos organizados dos contextos nos quais visam atuar, além de fomentar disputas entre os grupos militantes. Mesmo que estes grupos ampliem sua incidência numérica na população, através de eventos, projetos etc., do ponto de vista da constituição das identidades coletivas serão privilegiadas estratégias menos inclusivas e/ou mais exclusivas (Bernstein, 1997), o que implica em uma menor capacidade de mobilização, para além destas ações pontuais que se desmobilizam muito rapidamente, o que, por sua vez, implicam em uma menor capacidade de articulação de cadeias de equivalência e estratégias de articulação (Costa, 2010).

Neste sentido, podemos argumentar que a diminuição do poder de mobilização destes grupos, associado ao discurso do diferencialismo que intensifica o isolamento das diferentes lutas sociais e as disputas entre os grupos militantes, diminui os custos institucionais para a manutenção da subordinação das categorias sociais que se hierarquizam no interior da organização estatal. Assim, temos que o monopólio de oportunidades se dá, muitas vezes, ao preço da fragilização dos movimentos sociais e de suas lideranças, limitando seu poder de impacto não apenas no interior do Estado, mas na sociedade como um todo, na medida em que circunscreve as possibilidades de interpelação ao universo da ordem policial, cujo Estado é um agente importante de consolidação.

Neste ponto já podemos vislumbrar algumas relações entre a exploração e o monopólio de oportunidades, para além, claro, da manutenção das hierarquias e desigualdades sociais mais amplas, cuja verificação pela subjetivação política demandaria um trabalho articulatório impensável num campo político marcado pelo discurso diferencialista. Na medida em que o financiamento de projetos e o custeio estrutural de grupos militantes têm implicado na "blindagem" do governo, o monopólio de oportunidades destes grupos implica em benefícios que também constituem relações de exploração. Como exemplo, podemos citar um militante que relata que a ONG da qual faz parte optou por não desenvolver mais projetos financiados, porque é muito difícil seguir rigorosamente os editais e seus membros acabavam arcando com muitas despesas que não poderiam ser incluídas na prestação de contas, tais como ligações telefônicas, gastos com transporte, alimentação, dentre outros (Diário de Campo).

Na perspectiva deste militante, o "ativismo de projetos" acaba por mobilizar mão de obra barata, de onde se conclui que a transformação de grupos militantes em pequenos empreendedores também aprofunda relações de exploração, em seus mecanismos contemporâneos, tal como a flexibilização das relações trabalhistas implicadas no desenvolvimento de projetos de atenção às populações que o Estado se esquiva ou não dá mais conta de atender. Além disso, tem sido lugar comum, conforme apontado por diversos entrevistados, que a política de editais e de militância profissionalizada tem deixado uma grande quantidade de ONGs com CNPJ inadimplente, o que provoca a desmobilização e o impedimento destes atores em buscarem novos recursos e se subscreverem em determinados espaços, além de criar uma imagem negativa e desmoralizante da organização (Diário de Campo).

Por outro lado, enquanto algumas ONGs estão impedidas de acessarem recursos para o desenvolvimento de projetos ou optaram por não desenvolverem mais este tipo de ações, pelos problemas relatados acima, outras se tornam profissionalizadas o suficiente para lidar com os financiamentos estatais de forma sustentável. Isto hierarquiza as relações sociais e políticas nas redes de movimentos sociais, pois o desenvolvimento de projetos e o acesso a recursos implicam também em acesso a lugares de poder e informações privilegiadas, o que estreita e afunila o monopólio de narrativas. Alguns depoimentos citados anteriormente já apontaram estas relações no movimento de juventudes (Entrevistas, 01; 02; 04; 06; 07; 12...), o que também se reproduz nos movimentos LGBT (Entrevistas 08; 10; 11; 13; 18; 19; 22...), como podemos perceber no trecho a seguir:

> Hoje as pessoas se preocupam com o pires delas. O que elas têm pra ganhar. Quantas ONGs que hoje têm mais de três CNPJ. Ela cria várias ONGs num espaço só. Isso ai tem várias ONGs que estão fazendo isso. Isso está em evidência, não é escondido. Que vai criando grupinhos e grupinhos ali dentro com CNPJ diferente. Então alguma coisa estratégica tem ali por detrás. Quantos parceiros que você vai conseguir pra cada CNPJ diferente? A gente pega vários grupos, e de pessoas que são conhecidas, não são nem pessoas que não são conhecidas que estão fazendo isso. São pessoas que estão dentro do movimento faz um bom tempo. É prejudicial isso. A gente... Cabe fazer uma crítica política do movimento social. Eu vejo isso é muito, se percebe muito (Entrevista 18).

Além de criar uma hierarquia, inserir os movimentos sociais no campo de disputas por recursos também contribui significativamente para o aprofundamento de cisões e conflitos tanto no interior dos grupos, como entre grupos militantes, pois estes acabam por competir por recursos escassos e que se tornam fundamentais para a manutenção econômica pessoal de militantes profissionalizados. Esta dinâmica acaba por reproduzir os mesmos aspectos diferencialistas que identificamos nas disputas por cadeiras nos conselhos e vagas de delegados nas conferências. O diferencialismo também se manifesta na escolha dos militantes que vão ocupar cargos na administração pública e no isolamento setorial das diferentes lutas sociais, entretanto, como podemos notar no trecho abaixo, no qual são comparadas diferentes estratégias organizacionais, a setorialidade e a separação temática também aparecem como resposta à pressão dos movimentos sociais em busca do monopólio de narrativas, que por sua vez possibilita o monopólio de oportunidades:

> Ai as mulheres vão discutir a questão da mulher, os negros vão discutir a questão dos negros, o movimento LGBT vai discutir a sua questão e o governo ele reflete um pouco disso. Aqui no Estado de Minas Gerais, na Prefeitura de Belo Horizonte, existe uma tentativa de juntar isso, quando tira o espaço das coordenadorias isolado e traz pra uma secretaria de direitos humanos. Então é uma tentativa de pensar isso numa lógica única e tentar juntar as identidades. **No governo federal isso não aconteceu. A Dilma estava falando de fazer isso, mas não conseguiu porque os movimentos não aceitaram. Não estão aceitando que isso seja feito** (Entrevista 15) [188].

A pressão dos movimentos sociais por políticas públicas particularistas e/ou específicas é defendida por ser uma forma de evitar a invisibilidade de temáticas subordinadas no interior do Estado. Entretanto, não podemos ignorar outros fatores que impulsionam nesta direção, reforçando o diferencialismo. O monopólio de

[188] Neste mesmo sentido, encontramos na Entrevista 10, uma análise já citada anteriormente de que os atuais embates entre o governo e os movimentos sociais colocam a Presidente Dilma como "boi de piranha" para "reduzir o poder dos movimentos sociais". Podemos perceber que o monopólio de oportunidades apresenta fraturas nas relações com o governo, o que pode ser avaliado como um dos efeitos indesejados ("borrões") das fronteiras reticulares que abordamos no capítulo anterior.

oportunidades é determinado, em grande medida, pela mobilização de identidades (Eder, 2003), que propicia o monopólio de narrativas que determinados grupos detém sobre as tensões que se estabelecem ao redor de pares categoriais relativos à sua militância e seu campo de legitimidade discursiva.

O monopólio identitário, por sua vez, é fortalecido pela institucionalização de identidades promovida pelo Estado, que reconhece a importância de determinadas experiências que aparecem como a verdade sobre uma diferença, reificando uma identidade e legitimando o papel político de determinados grupos, em detrimento de outros grupos (que não atendem satisfatoriamente os critérios participativos estabelecidos pelo participacionismo ou não alcançam o reconhecimento de sua autenticidade experiencial no interior do discurso diferencialista). Se os atores que representam identidades "minoritárias" já apresentam menos capacidade de imprimir formas nas fronteiras reticulares, em um mercado do social hierarquizado, esta capacidade irá destoar ainda mais entre atores. Neste contexto, o monopólio de oportunidades depende, em grande medida, da setorialização – que fragmenta temáticas em órgãos e arranjos institucionais responsáveis por pares categoriais específicos – e das dinâmicas do discurso diferencialista como um todo, pois será através dele que a mobilização de identidades opera e que os atores alcançam o monopólio de narrativas identitárias.

Isto nos alerta, mais uma vez, para a importância de considerarmos os movimentos sociais como agentes ativos e implicados na estruturação dos discursos sobre a participação social e as estratégias organizacionais. Se observarmos bem, o campo discursivo que engendra o monopólio de narrativas por parte dos movimentos sociais, é o mesmo que legitima o monopólio de identidades por parte do Estado, ao definir-se como "inovador", "participativo", "popular", "democrático" etc., em contraposição ao "eles" generalizado, que fundamenta a idéia de ruptura histórica, o que implicará na localização dos atores coletivos em relação ao sistema de partidos políticos e como estes se organizam na estrutura de oportunidades políticas.

Como se fez notar até aqui, menos que fronteiras opacas (Prado, Machado & Carmona, 2009), o deslocamento de fronteiras reticulares fez coincidir categorias internas e externas ao Estado, emulando sistemas organizacionais, adaptando livretos e intercambiando conhecimentos locais compartilhados. Tanto o Estado como os movimentos sociais passam a desenvolver procedimentos e discursos análogos (mas não equivalentes) que se associaram na cristalização de dinâmicas pautadas pelo

participacionismo e pelo diferencialismo. Como efeito de processos paralelos, a forma de organização do espaço público e suas dinâmicas interacionais aumenta a já disseminada percepção simplista acerca de uma suposta indiferenciação entre estes dois espaços de atuação política: o Estado e os movimentos sociais/grupos organizados da sociedade civil.

Não por outro motivo, alguns entrevistados argumentaram sobre a importância de demarcações mais nítidas sobre os papéis que devem ser atribuídos ao Estado e aos movimentos sociais. Muitas vezes os movimentos sociais, responsivos ao discurso participacionista e atravessados pelo discurso diferencialista, demandam que o Estado cumpra papéis que historicamente foram típicos da militância, como deixa entrever o trecho a seguir:

> Ao contrário do que nos tínhamos tradicionalmente antes, quando o partido queria que as organizações fossem correia de transmissão das suas posições, e não um ente público que produzisse políticas públicas, que efetivamente alterasse a realidade, muitas vezes o movimento termina atuando da mesma forma, muitas vezes o movimento, o LGBT, o movimento de mulheres, por exemplo, a necessidade de criação de secretarias próprias, caminhos próprios, que em termos de política pública é muito ruim, objetivamente a política pública devia de ser tratada de forma integrada (...) Pra dar um exemplo concreto de política na assistência social e nos direitos humanos, o que nós temos hoje é cada vez mais um grupo querendo reforçar cada vez mais sua bandeira setorial e transformar a estrutura que tem do governo em resposta à escuta que se faz muitas vezes do movimento, e pra repercutir aquele movimento. **Então você faz... muitas vezes... quer que o Estado faça o papel do movimento**. (Entrevista 01).

Pensando nos discursos e nas dinâmicas interacionais que discutimos acima, é que argumentamos que a incorporação e a formalização de novos pares categoriais desiguais no interior do Estado, não podem ser compreendidas sem uma análise de como estas categorias são incluídas e/ou excluídas de determinados espaços e não de outros. O discurso participacionista passa a idéia de proporcionalidade entre desiguais e corresponsabilidade nas ações desenvolvidas nos arranjos participativos ocupados por atores heterogêneos, o que contribui para legitimar as ações governamentais junto aos movimentos sociais sem, contudo, se comprometer com antagonismos polêmicos entre grupos conflitantes.

De forma complementar a este processo, o discurso diferencialista, a partir da reificação de identidades, produzirá a sobreposição entre técnica e política, que tensiona a política entre a técnica e a identidade. Deste modo, o protagonismo temático no interior do Estado será pautado por esta tensão, do mesmo modo que a participação social dos atores organizados da sociedade civil, já que o diferencialismo toma forma

nas fronteiras reticulares. Isto permite que os atores que acessam o Estado e se visibilizam publicamente, o façam a partir de aparições cuja polêmica possa ser controlada em suas consequências pelo discurso governamental e seus dispositivos organizacionais.

A identidade coletiva populista articulada pelo governo, a partir da mobilização de identidades, tem seu traço constitutivo em uma "aparição indevida", como discutimos anteriormente. Entretanto, o alargamento do sensível provocada por esta aparição se configurou em um ordenamento policial que regula as formas de "aparecer", de modo a limitar os processos de (des)identificação no interior dos arranjos participativos e das formas desenhadas nas fronteiras reticulares.

Isto reflete diretamente na escolha de pessoas para ocuparem determinados cargos em função de suas identidades (escolhas categoriais), mas também irá dificultar a identificação de projetos políticos em disputa, uma vez que o monopólio de oportunidades e a mobilização de identidades respondem ao pragmatismo do discurso participacionista e diferencialista. Na ausência de projetos políticos bem definidos ou, em outras palavras, no enfraquecimento de uma política de idéias (Phillips, 2005), se fortalece o diferencialismo experiencial determinando a participação social, os diálogos entre atores, as formas pelas quais eles podem aparecer e se inserir institucionalmente e, consequentemente, definindo os espaços que melhor cabem à especificidade de cada identidade no interior da política institucional e a importância atribuída a suas demandas.

Neste contexto, adquire importância outro pertencimento identitário que será importante para as dinâmicas do monopólio de oportunidades, e pode ser visto como efeito da mobilização de identidades promovida por um governo, cujo partido traz em seu histórico uma longa tradição de relações com os movimentos sociais. A filiação partidária, ou mesmo o desenvolvimento de redes de solidariedade com membros ou setores de um determinado partido, passa a ser um importante elemento definidor das identidades coletivas que se relacionam com o Estado. O pertencimento a um partido político (o que não significa necessariamente ser filiado), se torna mais um elemento de (in)diferenciação definidor dos jogos identitários e que também dificulta a (des)identificação em um processo de subjetivação política.

As entrevistas que analisamos apontam para uma hegemonia do PT nas articulações partidárias dos movimentos sociais[189]. Argumentando sobre as respostas governamentais às demandas dos movimentos sociais pelo reconhecimento de suas especificidades identitárias, uma de nossas entrevistadas argumenta que:

> Atende entre aspas. Essas questões específicas o governo simplesmente ele acata porque é uma demanda que chega do movimento. O que também é muito preocupante, porque ela **está pautada em questões partidárias**. Se a gente falar do governo em termos partidário, não são todos os partidos que vão discutir a questão LGBT, **tem pessoas aliadas que vão discutir**, por exemplo, vou colocar o PC do B, que simplesmente é a Manuela, do Rio Grande do Sul. A partir do momento que a Manuela não estiver mais ali, acabou. Isso vai deixar de existir. **Porque as pessoas dentro do movimento estão pautadas simplesmente num partido, que é o PT, e que é um erro muito grande.** Como foi a construção do Brasil Sem Homofobia, ela foi pautada dessa forma. E se ficar numa questão partidária, um dia ela pode se perder (Entrevista 18).

No campo da juventude esta hegemonia se repete, mas num espaço de disputa com outras juventudes partidárias, sobretudo entre os partidos que compõe a base de coalizões partidárias do governo. Castro & Abramovay (2009) apontam que 50% dos participantes da I Conferência Nacional de Juventudes que participam de alguma organização eram filiados a algum partido político. Além disto, os grupos focais realizados por estas autoras com jovens filados aos grupos de juventude de partidos opositores ao PT (PSDB e DEM) revelam que estes apontaram como principal problema da I Conferência Nacional da Juventude a partidarização das discussões e debates, o que, segundo eles, impediu que as questões específicas da juventude fossem aprofundadas em sua complexidade. O incômodo destes jovens não é surpreendente, uma vez que dentre os participantes da conferência que eram filiados a partidos políticos 38,3 % eram filiados ao PT, 18,8 ao PC do B, 9,3 ao PSB e 9,1 ao PMDB. Em contraposição a estes números, apenas 5,9 % eram filiados ao PSDB e 3,8 do DEM. Isto nos leva a concluir acerca de uma preponderância absoluta dos partidos da base aliada ao governo federal neste evento (Castro & Abramovay, 2009).

As relações entre os membros do conselho nacional de juventudes e os partidos da base governista também parece ser bastante intensas, como deixa entrever os documentos divulgados pela Secretaria Nacional de Juventudes sobre a organização do Pacto Pela Juventude. Os membros do conselho organizaram um documento de

[189] Em sua pesquisa, Santos (2006) também observa uma hegemonia petista nas relações que o movimento LGBT paulista desenvolve com o sistema de partidos. Interessante observarmos como as disputas partidárias também foram cruciais para a definição do projeto governista, no que tange ao ímpeto petista em fortalecer o partido em detrimento de alianças mais substanciais com os partidos com os quais se coligou. A esse respeito ver Samuels (2007; 2004).

comprometimento com o Pacto Pela Juventude, com o objetivo de angariar apoio parlamentar. Através deste documento solicitaram a assinatura de candidatos à deputado, senador e governador. Dentre os que assinaram este documento, dos 72 candidatos eleitos, 32 eram do PT. Somando-se PT, PC do B, PSB, PMDB e PDT, todos partidos da base aliada, este número sobe para 65. Seja porque os parlamentares destes partidos foram os mais procurados, seja porque são mais permeáveis às demandas dos movimentos de juventude, vemos que há uma hegemonia dos partidos em coalizão com o PT na pauta de juventude e nas relações desenvolvidas pelo conselho nacional de juventudes.

Além disto, algumas entrevistas sinalizaram para a partidarização dos conselhos e conferências, argumentando que agregar a filiação partidária a uma militância de juventudes ou LGBT aumenta as possibilidades de participação e incidência nestes arranjos participativos. A contratação de militantes pelo governo segue na mesma direção. A combinação da filiação partidária com uma "identidade" jovem ou LGBT valoriza o "capital político" de determinados atores que poderão pleitear cargos, ou mesmo recursos e parcerias com o Estado.

> Você tem uma partidarização desses atores muito forte né? Em todos os setores, por quê? O cara pode não ser filiado ao PT, mas ele tá ligado ao PT, foi alguém do PT e falou "**esse cara é bom, esse cara tá com gente, chama pra representar uma Conferencia**". (...). Eu acho que hoje, essas Conferências, esses arranjos participativos, eles estão servindo muito, **não pros movimentos sociais contaminarem os partidos, mas pros partidos contaminarem os movimentos sociais**. A minha crença é que esses partidos levaram pro movimento social muito mais do seu personalismo, da sua indiferenciação ideológica e do discurso único da política contemporânea tecnicista, sei lá o que, do que os movimentos sociais conseguiram, com a sua especificidade, com a transversalidade dos seus sei lá o que, contaminar a política com a sua diversidade (Entrevista 21)

Além de ilustrar a partidarização dos arranjos participativos, o trecho acima nos ajuda a identificar como os partidos têm mais poder de definir as formas impressas nas fronteiras reticulares, do que os movimentos sociais, apontando para os desníveis de poder e para as ciladas do diferencialismo presentes nestas articulações identitárias. Entretanto, os arranjos participativos podem ser vistos, neste contexto, como importantes espaços de sustentação de um governo, e os militantes de um partido, sobretudo aqueles que pleiteiam cargos eletivos, deverão buscar estes espaços para formar suas bases eleitorais.

Como a grande maioria das políticas públicas desenvolvidas para LGBT e muitas das que são desenvolvidas para jovens ainda não se tornaram políticas de Estado,

sua existência permanece, ao menos aparentemente, atrelada à vontade política do poder executivo e dos partidos que a criaram. Forma-se, deste modo, uma dupla amarra entre o diferencialismo identitário e a partidarização dos movimentos sociais, num contexto participacionista, que atravessará a mobilização de identidades e o monopólio de oportunidades.

Retomando os conceitos de Rancière (2010) para pensarmos as ciladas do diferencialismo, podemos claramente perceber que as dinâmicas interacionais descritas nas páginas anteriores produziram a dissipação do potencial político dos processos de (in)diferenciação pela ordem policial, exatamente por dificultarem a (des)identificação, dispositivo fundamental de qualquer subjetivação política, através da rápida e estratégica assimilação das categorias identitárias nas fronteiras reticulares. Estratégias de assimilação, é importante assinalar, que estão caracterizadas pelos discursos do diferencialismo e do participacionismo.

O lugar destinado a cada identidade, seus modos de aparecer, será, deste modo, determinado pelos modos através dos quais uma determinada identidade é contada em sua inserção nos dispositivos organizacionais, discursos e práticas estatais. Rancière (2010:60), discutindo a subjetivação política, cita um exemplo interessante: "a aparição indevida de uma mulher no cenário eleitoral transforma em modo de exposição de uma distorção, no sentido lógico, esse topos republicano das leis e dos costumes que envolvem a lógica policial na definição do político", o que permite que a subjetivação política "volte a recortar o campo da experiência que dava a cada um sua identidade com sua parte" (p. 58).

Neste contexto, é algo substancialmente diferente, por exemplo, uma travesti trabalhando em uma subsecretaria do ministério da fazenda, de uma travesti desenvolvendo um projeto para o "segmento trans", em uma subsecretaria específica para o "segmento" LGBT, que funciona dentro de uma subvalorizada secretaria de direitos humanos[190]. Quando uma identidade coincide com o lugar e a forma devida de sua posição social, os conflitos simbólicos mais substanciais, mesmo que não deixem de existir, se tornam naturalizados e circunscritos à lógica policial tão bem agenciada pelas instituições governamentais. O discurso diferencialista é, ao mesmo tempo, o que permite a entrada destes atores nos dispositivos estatais e o que dissipa seu potencial político.

[190] O caso das ameaças de assassinato à travesti que foi eleita vereadora na cidade de Piracicaba (SP) oferece-nos indícios que corroboram este argumento (Gay1 SP, 2012).

Este argumento nos leva a argumentar que as políticas de consenso mediadas pelas conferências, conselhos e demais arranjos participativos institucionalizados produzem um efeito sociopsicológico que se assemelha ao da legiferação asilar, que acrescenta à alienação mental um estigma sócio-institucional (Vidal, 1986). Isto nos ajuda a visualizar alguns efeitos do discurso diferencialista na análise da fragmentação institucional, que materializa a resposta às diversas demandas identitárias dos movimentos sociais, com a criação de novas secretarias, diretorias, coordenadorias, editais, projetos etc. Isto também se reflete na criação de órgãos especializados no atendimento e representação de "minorias" e "segmentos populacionais" (que também podem ser privados ou semipúblicos), tais como os centros de referência em temáticas específicas, e até mesmo os vários projetos desenvolvidos por ONGs, etc.

Estes dispositivos de tecnologia social, ao se acoplarem ou serem financiados pelo Estado, provocam entre as identidades contempladas o efeito sociopsicológico de que estão sendo acolhidas pela instituição (o Estado) que regula a sociedade que as inferioriza. Este diagnóstico se assemelha ao que Goffman (2001) faz das instituições totais, no que tange sua localização num sistema mais amplo de instituições. Obviamente devemos considerar que os efeitos produzidos por estas instituições na vida concreta das pessoas, e os objetivos pelos quais foram criadas são totalmente distintos. Aqui nos referimos apenas ao efeito ambíguo da inserção setorializada das identidades "minoritarias" no âmbito Estatal.

Compreendendo o Estado como uma instituição que cada vez mais se assemelha a uma empresa, outra metáfora que podemos utilizar para compreender os efeitos do diferencialismo são os departamentos de recursos humanos. O setor de RH das empresas pode ser compreendido como uma estratégia para garantir o desenvolvimento produtivo a partir da contenção de conflitos, que são inerentes, tanto às assimetrias da relação capital/trabalhão, como às assimetrias da hierarquia institucional. Estes departamentos existem para acolher as demandas dos trabalhadores, dando a impressão de que podem se manifestar e que são acolhidos, mas ao arrefecer o conflito reproduzem a lógica institucional evitando os custos da readequação das relações de poder e de uma melhor distribuição dos recursos.

Os setores estatais e dispositivos organizacionais voltados ao atendimento de temas específicos produzem, nesta perspectiva, a individualização e a segmentação identitária do sofrimento, o que dificulta a politização das relações sociais, em virtude do discurso político estar subordinado ao "discurso administrativo", que ao definir a

realidade, estabelece um critério de verdade que orienta sua construção simbólica e material (Tejerina, 2010). Isto nos leva a pensar que as fronteiras reticulares, ao desenvolverem formas diferencialistas de conectar o Estado e os movimentos sociais, abrem a possibilidade de monopólios de oportunidades, em virtude da mobilização de identidades materializada nas políticas públicas, dissipando assim o potencial de politização da diversidade das experiências sociais.

A dissipação do potencial político dos processos de (in)diferenciação, sobre os quais as identidades coletivas se fundamentam, reside, neste contexto, exatamente nas possibilidades e impossibilidades de se desfazer e se recompor "as relações entre os modos de fazer, os modos de ser e os modos de dizer que definem a organização sensível da comunidade, as relações entre os espaços onde se faz tal coisa e aqueles onde se faz outra, as capacidades vinculadas a esse fazer e as que são exigidas por outro" (Rancière, 2010:58).

Este processo nos leva a pensar que, do ponto de vista da subjetivação política, estes mecanismos impelem as categorias a uma essencialização, nos moldes do discurso diferencialista, que associa os conhecimentos que estes sujeitos levam para o Estado à experiência de uma determinada diferença, o que essencializa sua identidade. Isto impede, a partir de sua assimilação à ordem policial, que a reidentificação destes sujeitos seja complementada pela desidentificação (Rancière, 2010, 2006; Blanco & Martí, 2003). A desidentificação se vê dificultada, principalmente porque as identidades passam a serem reconhecidas apenas em sua positividade, em sua diferença, e os fluxos institucionais e dispositivos organizacionais não facilitam com que sua negatividade possa eliciar articulações e cadeias de equivalência que revelem seu traço constitutivo e sua historicidade (Laclau, 2005, 1993; Laclau & Mouffe, 1985).

Após a análise das dinâmicas interacionais/discursivas que implicam os atores na constituição de um campo político atravessado e circunscrito por formatações policialescas da ação coletiva, nos cabe agora interrogar os significados compartilhados por estes atores que são atribuídos às direções e noções de mudança social que subjazem a estes discursos. As noções de transformação social são relevantes nesta análise por apontarem para o universo possível de produção de conflitos/consensos e as fraturas da ordem policial estabelecida.

6.4. As (Im)Possibilidades da Ação e a Crise do Estado: Dilemas entre a "parte" e a "partilha"

As noções de transformação social que tradicionalmente marcaram o campo dos movimentos sociais no Brasil passaram por uma mudança significativa e que coincide com o declínio dos ideais revolucionários socialistas e com o processo de democratização da sociedade brasileira, no período pós-ditadura, que, como aponta MacRae (1990), deixou uma sensação no campo dos movimentos sociais, de que as coisas melhorariam por si mesmas, independentemente das lutas sociais. Paralelamente ao processo de aproximação entre os movimentos sociais e o Estado que descrevemos no capítulo 4, ao longo das décadas de 1980 e 1990 os movimentos sociais brasileiros foram, em grande parte, assumindo estratégias de atuação mais pragmáticas e voltadas ao plano local, orientando suas demandas pela melhoria da qualidade de vida e dos serviços públicos (Gohn, 2004; Doimo, 1993).

Deste modo, como argumentam Scherer-Warren & Krischke (1987), concepções políticas inspiradas pelo marxismo passam a dividir espaço, no campo dos movimentos sociais, com concepções mais pragmáticas que, de uma idéia de tomada revolucionária do poder, passaram a assumir uma perspectiva de transformação social pautada por mudanças gradativas no cotidiano. Mesmo que muitos deles não tenham abandonado totalmente ideais socialistas ou comunistas, é marcante uma conversão para estratégias inscritas na ordem institucional e constitucional. Este processo, que culmina na predominância das ONGs como modelo de militância (Ortiz, 2006), atualmente apresenta clivagens que nos levam a interrogar como os ativistas contemporâneos imaginam a sociedade e a mudança social e, a partir daí, traçam horizontes possíveis para suas lutas e critérios sobre os quais se definem os conflitos que são mais centrais para o avanço da democratização.

Conceituar a noção de mudança social não é tarefa fácil, sobretudo num campo político tão complexo como o atual, e demandaria um espaço e esforços que extrapolariam em muito os objetivos desta tese. Aqui nos concentraremos nos discursos produzidos por atores políticos que habitam as fronteiras reticulares estatais e combinam uma trajetória em movimentos sociais e o desempenho de funções públicas no governo. A partir dos discursos que analisamos, enfocaremos alguns aspectos identitários que consideramos reveladores para a compreensão das noções

contemporâneas de mudança social e, consequentemente, para a produção de conflitos no cenário político recortado por esta pesquisa.

Como deixa entrever a análise do discurso participacionista, sobretudo no discurso oficial que se apresenta nos documentos produzidos pelo governo, a noção de mudanças que não desestabilizem a ordem social permanece significativa, o que se evidencia a partir de elementos discursivos que apontam a importância de um "amadurecimento gradativo dos diálogos políticos" e de uma "participação qualificada", entre outros. Esta percepção se reflete, inclusive, nos momentos nos quais os avanços em uma determinada política e a resposta a determinadas demandas não foram possíveis. Em alguns sistemas argumentativos analisados, sobretudo dos entrevistados filiados ao PT, estas impossibilidades se justificariam pela ausência de consenso, que deve ser buscado a partir do acúmulo, da qualificação e do amadurecimento nos diálogos entre atores em disputa e destes com o Estado.

Podemos compreender que o fenômeno das ONGs e das parcerias entre o Estado e os movimentos sociais para execução de projetos sociais se deve, ao menos inicialmente, em grande parte pela necessidade de conhecimentos acerca do cotidiano de populações às quais o governo desconhecia ou não possuía, em seu arcabouço institucional, os saberes e as práticas necessárias para alcançar. Atualmente, tais parcerias ganham novas nuances, pois, com a crise do Estado, a solução para diversos problemas é endereçada ao terceiro setor justamente porque esta instituição não dá mais conta assumir, seja porque excede o orçamento estatal, seja porque se lhe escapa a velocidade das dinâmicas socioculturais.

Também no âmbito da discussão sobre a crise do Estado, o crescente processo de diferenciação e complexificação social aumentam a necessidade de sofisticação das organizações governamentais, das políticas públicas e aparatos legais, que passam a regular aspectos cada vez mais privados e cotidianos dos cidadãos. Os novos arranjos participativos podem ser analisados, neste contexto, como uma forma dos órgãos governamentais se aproximarem do cotidiano dos diferentes grupos sociais, recolocando os problemas que se instauram entre o universalismo do Estado e dos princípios de cidadania e as particularidades e especificidades dos diferentes "segmentos" sociais, grupos de interesse, subculturas e formas organizacionais.

Se um crescente atrelamento dos movimentos sociais ao Estado for associado à idéia de mudanças gradativas no cotidiano, podemos argumentar que, em alguma medida, a constituição de identidades coletivas que se processam nas fronteiras

reticulares estatais terão como horizonte de mudança social noções semelhantes ou, ao menos, compatíveis com este discurso oficial. Vimos acima como, sobretudo os militantes mais jovens, mas não apenas eles, vêm assumindo concepções de práticas políticas e mudança social mais voltadas para o pragmatismo, denotando uma descrença marcante com o conceito de revolução e quaisquer noções de radicalidade política, na medida em que reconhecem a importância de se fazer concessões, do diálogo conciliatório, cordial e funcional de interesses antagônicos.

Entretanto, devemos considerar que a idéia de mudanças gradativas contrasta com a idéia de ruptura, também presente no discurso participacionista, o que se reproduz, embora com alguma desconfiança, nas falas dos alguns ativistas (exceto aqueles que se identificam com os partidos da oposição). Neste sentido, tentaremos argumentar que a articulação destes dois elementos contrastantes, ruptura e mudanças gradativas, encontra na "identidade" um importante dispositivo semântico para a estruturação do discurso estatal, com vistas a definir as possibilidades e impossibilidades da mudança social.

Nosso argumento, acerca do lugar ocupado pela identidade nas noções sobre a mudança social, pode ser inicialmente expressado em uma frase proferida por um secretário municipal de direitos humanos, filiado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Durante uma reunião com representantes das diversas coordenadorias e subsecretarias que se encontravam sob sua gestão, o secretário, que vinha de uma trajetória de luta na esquerda comunista, disse algo como "a gente não esperava que a revolução fosse partir dos segmentos sociais" (Diário de Campo).

Tal compreensão, que atribui aos "segmentos" sociais o lugar anteriormente ocupado pela "classe trabalhadora" ou pelo "proletariado", nos leva a pensar que os movimentos sociais, que eram os atores responsáveis por impulsionar as "mudanças gradativas no cotidiano", ganham agora um elemento identitário, que agrega ao cotidiano vivenciado por uma coletividade o imperativo de uma subjetividade demarcada. A experiência "autêntica" e localizada ganha status de verdade na definição do sujeito político, sendo que na maior parte das vezes isto se configura no sentido apontado pelo diferencialismo. A idéia de cotidiano ganha a percepção da experiência e passa a ser filtrado por ela, de modo a abrir espaço, a partir de uma categorização identitária, para um aprofundamento do enfoque nos aspectos subjetivos e individualizados das lutas sociais.

Neste contexto, nas percepções acerca da mudança social, qualquer projeto integrado de sociedade se torna vago e impreciso, dificultando a emergência de posicionamentos ideológicos que sejam capazes de traçar horizontes de luta articuladores dos diferentes antagonismos sociais (Costa, 2010). Compreendendo os discursos analisados como produzidos na articulação entre elementos discursivos forjados no âmbito do ativismo e no âmbito governamental, encontram-se termos, muitas vezes vagos, que tentam nomear a busca por uma sociedade "republicana", "verdadeiramente democrática", "da diversidade", "participativa" etc. Do ponto de vista socioeconômico, a noção de desenvolvimento é praticamente uma unanimidade entre os sujeitos da pesquisa, o que pode ser compatibilizado com a perspectiva processual de mudanças gradativas amadurecidas por um diálogo cordial e esclarecido entre atores políticos, que se desenvolverão através da participação social qualificada.

Recolocando esta percepção nos termos de Rancière (2010), o que está posto é um horizonte de mudança social ordenada policialmente e que, se não afasta de si a política, tenta capitalizar e sobre suas arestas, em busca de legitimidade, e controlar a polêmica de seus dissensos, em busca de estabilidade política e social. Talvez por este motivo, o governo não utiliza o termo participação política, mas sim, participação social. Neste ponto, o uso do termo participação social, e não participação política, levanta a hipótese de que esta escolha se fundamenta em uma compreensão do fazer político associado ao universo institucional e estatal, ou ao menos tutelado por uma elite política capaz de organizar politicamente a diversidade de demandas específicas que emergem do social.

Em outras palavras, a política aparece significada, de forma latente, como atos circunscritos a um projeto de poder que busca na participação social um dos pilares de sua legitimidade, o que reforça os argumentos do discurso participacionista. Esta concepção de participação social também pode ser observada quando nos debruçamos sobre as concepções dos entrevistados filiados ao PT sobre a formação de redes e unidade entre os movimentos sociais:

> O movimento tem várias demandas. **Não tem unidade e é bom que não tenha** (Entrevista 12).

> Eu vou tentar dividir duas coisas, primeiro é a seguinte, a fragmentação dos Movimentos, é evidente que haverá fragmentação dos Movimentos Sociais num governo com a característica desse, por quê? Porque é um governo que incorporou uma série de novas pautas, vou dar um exemplo clássico disso, a temática GLBT, há cinco anos atrás não haveria, tu teria dificuldade de encontrar em qualquer cidade do país, grandes organizações da pauta GLBT, hoje tu dá um tiro numa área tem 20, porque

> virou um mercado, então é bem isso que tu falou, o estereótipo se traduz num mercado, num nicho. **Então o pessoal do Hip Hop, isso é um mercado, um mercado que forma pessoas, que tem estereótipo de consumo e que tem a sua pauta política própria, eu acho isso super natural porque à medida que um governo estabelece um diálogo com esses movimentos há a tendência da pulverização desses Movimentos, eu acho ruim ter as pautas unificadas**. (...) Eu acho, na minha opinião, eu acho ruim porque **as pautas unificadas levam a uma tendência** que responde a sua segunda pergunta, **a elitização das relações de governo e sociedade civil,** só tem acesso aos recursos aqueles que tem condições de buscá-los então se tu for... não vou aqui dar nomes aos bois mas tu vai encontrar na Organização x que ta no Conselho de juventude, que ta no Conselho do primeiro emprego, o que ta no Conselho C, D e E. Por quê que ela tá nesses Conselhos? Não é porque ela é boa, **é porque eles tiveram as condições e as relações políticas necessárias para estar em determinado segmento.** Então isso existe, aí a elitização dos Movimentos que acaba em distanciamento do negócio da base, que aí é isso, vai entrar no pacote .gov, **o pacote .gov** é isso mesmo, é ter CNPJ, é ter determinados critérios porque isso é o padrão de relação do Estado com os entes sejam eles poder público, sejam eles privados, a organização da sociedade é essa né, a organização de "?" digamos assim, os pactos, contratos, é dessa forma que se relaciona. **Eu acho assim, superimportante a fragmentação e eu acho que a ida para as pautas comuns é algo que prejudica os movimentos e cria uma elitização** (Entrevista 02).

Como podemos notar nos trechos citados acima, as falas dos entrevistados filiados ao PT[191], com mais nitidez entre os que se situam em cargos superiores da hierarquia institucional do governo, manifestam claramente uma perspectiva contrária à formação de posicionamentos unificados por parte dos movimentos sociais. Estes argumentos se baseiam na percepção de que isto diminui a autonomia dos grupos e impede que estes manifestem suas diferenças e particularidades, deixando o campo social mais hierarquizado. Nesta perspectiva, a tarefa de pensar uma articulação entre as diferenças e a definição de um projeto político e de seus fundamentos se volta para o Estado e para aqueles que detêm o controle de seus recursos simbólico-materiais. Isto é o que chamamos de dilemas entre a "parte" e a "partilha", pois se no discurso participacionista os "segmentos" sociais adquirem um caráter protagonista na transformação social, substituindo, com suas experiências no cotidiano, termos como o "proletariado", este protagonismo só pode se efetivar na condição de "parte".

Argumentando a favor dos projetos desenvolvidos pelo governo e pelas ONGs no campo da juventude, um entrevistado (entrevista 12) argumenta que se tomados isoladamente (cada "parte" em suas especificidades e particularidades), estes projetos

[191] Diferentemente, alguns entrevistados com trajetórias mais curtas no poder público, ou que ocupam cargos mais periféricos no governo, e os entrevistados ligados aos partidos de oposição, tenderam a apontar temas como "trabalho" e "direitos humanos", como temas potencialmente capazes de aglutinar os diferentes movimentos sociais na criação de um discurso mais abrangente e que seja capaz de interpelar a política de forma contundente.

não apresentam uma perspectiva programática de mudança social, mas se tomarmos o conjunto destas ações, o resultado final apresentará uma visão articulada de um projeto político em curso (a "partilha" de um sensível compartilhado). Localizando a mudança social em uma abordagem que separa as "partes" do "todo", este entrevistado atribui uma posição de sujeito à identidade do jovem e equaciona geometricamente um lugar social à forma "devida" de seu aparecer. Neste sentido, ele argumenta que,

> Seria injusto cobrar do jovem, que está na ponta, que ele pense uma política de desenvolvimento pro país (Entrevista 12).

Por um lado, temos que considerar que estes sujeitos, ao se identificarem mais fortemente com a perspectiva governista e com sua filiação partidária, percebem mais facilmente os riscos que o monopólio de oportunidades e o monopólio de narrativas trazem para as dinâmicas interacionais que se dão entre os atores dos movimentos sociais e do Estado. Por outro lado, os fundamentos desta argumentação levam, mais uma vez, até uma concepção de ativismo voltado para o Estado, por ele financiado e articulado pelos atores governamentais, o que aponta para elementos que fazem parte de um discurso sobre a política, sobre a democracia e sobre os processos de transformação social no Brasil atual.

A defesa de pautas específicas e separadas por "segmentos" e a naturalização de que suas temáticas formem "nichos de mercado", no mercado do social, constitui uma estrutura discursiva que ignora a possibilidade de que os movimentos sociais construam um campo semântico mais abrangente e capaz de interpelar a partilha do sensível, já que naturaliza estas lutas políticas como operações aritméticas e/ou geométricas, na disputa por fatias maiores de um sensível já (com)partilhado (Rancière, 2010; 2009). Embora as conferências e conselhos possam ser vistos como espaços de articulação entre movimentos sociais, uma análise dos discursos sobre estas articulações revela que elas podem ser mais bem compreendidas como produção de consensos no interior de um ordenamento policial[192]. Esta argumentação ignora ainda, que o mercado do social já se

[192] A esse respeito, podemos encontrar nos documentos oficiais a seguinte afirmação: "[as conferências nacionais] passaram a pautar-se pela formação de consensos que são sistematizados em um documento final contendo as resoluções, diretrizes e moções" (Brasil, 2010:38). Este elemento sinaliza que o discurso acerca das conferências estimula a deliberação de questões que se fundamentam na formação de consensos momentâneos e artificiais, já que seguem uma metodologia de formação de consensos que difere muito da vivência dos indivíduos que participam destes eventos. Deste modo, os participantes são convidados a criar uma narrativa acerca do que um "segmento da população" deseja. Neste contexto, a dinâmica institucional, em resposta às dinâmicas dos movimentos sociais, de privilegiar determinados conjuntos de especificidades, cria cisões e categorizações identitárias marcantes (Entrevistas 01; 06; 07; 08; 11; 13; 18; 21; 22).

encontra hierarquizado e que os discursos do participacionismo e do diferencialismo fomentam monopólios de narrativas e de oportunidades que aprofundam esta hierarquização, pois veem como possibilidade de superação desta hierarquia a falta de unidade entre os movimentos sociais. Ora, se é exatamente a fragmentação das identidades que possibilita os monopólios de narrativas e oportunidades, a formação de articulações no interior de um movimento social poderia, inclusive, questionar as hierarquias sociais entre os grupos organizados.

Deste modo, na combinação destes discursos, podemos identificar uma dicotomia entre universalidade e particularidade, a partir de um dilema que se instaura entre a parte e o todo, ou entre as "partes" e a "partilha". As políticas para "minorias" se constituem como ações isoladas e sem um planejamento estratégico explícito, e os arranjos participativos, tais como os conselhos e as conferências, impulsionam mudanças setorializadas e específicas, seja agregando novas especificidades a políticas públicas setoriais, seja demandando novos órgãos governamentais, recursos ou leis que pautem concepções e políticas voltadas para a especificidade de "segmentos" populacionais que aparentemente demandam (a partir de seus representantes convocados pelo discurso do participacionismo), antes de tudo, seu reconhecimento identitário. Este reconhecimento identitário estatal é, na verdade, o que se constitui como o "recurso" a ser capitalizado por atores hierarquizados que, a partir dele, monopolizarão oportunidades sobre determinadas narrativas experienciais.

Neste contexto, os informantes compreendem que se pensarmos estas ações isoladas, elas podem não ser significativas, mas quando vistas em seu conjunto, cada uma em sua localidade, em suas particularidades, quando somadas conformarão mudanças muito mais amplas. Pogrebinschi (2010) argumenta que as conferências têm sido eficazes em impactar a promulgação de novas leis e ações do executivo, entretanto, estas leis e ações são quase sempre específicas alterando questões pontuais e que, se produzem mudanças sociais, estas estão pensadas de forma fragmentada. Deve-se ter em vista que as teses e diretrizes apresentadas pelos consensos alcançados coletivamente nos arranjos participativos ainda serão filtradas por elites políticas que apresentarão projetos de leis, decretos, projetos etc., de forma compatível com o registro de um ordenamento policial.

Em outras palavras, os debates e seus consensos, por mais progressistas que sejam, estão circunscritos pelos limites estabelecidos pela ordem policial, e seguirão em maior ou menor grau a divisão das partes cristalizada pela partilha do sensível. Neste

sentido, nos parece natural que trabalhos no campo da ciência política, como os de Pogrebinschi (2010) e Silva (2010), sejam otimistas com relação ao impacto democratizante das conferências, pois suas análises fixam seus horizontes de transformação social pela via da política institucional. Estes trabalhos podem ser analisados como circunscritos pelo "retorno da política", do qual fala Ranciere(2010), em suas críticas sobre a "metapolítica", que separa a política do social. Deve-se ressaltar que isto não diminui a relevância destes trabalhos ou sua precisão analítica, o que tentamos fazer aqui foi recolocá-los dentro de um escopo mais amplo do que seja a política, como forma de pensar a implicação dos discursos analisados na mobilização social e nas dinâmicas identitárias contemporâneas.

Além disto, não podemos perder de vista que a promulgação de uma lei não garante sua efetivação (Mattar, 2008), e novas políticas públicas podem não ser eficazes para solucionar os problemas sociais que a demandaram, apesar de aparecerem como respostas a estas demandas, e sinalizarem a boa vontade dos atores governamentais (Prado, Martins & Rocha, 2009). Não por outro motivo, nota-se que uma preocupação recorrente de nossos informantes, tem sido a incapacidade dos movimentos sociais em monitorar, acompanhar e avaliar o bom desenvolvimento das políticas públicas e a efetividade das leis.

Entretanto, para além do monitoramento e da avaliação, retomando o horizonte de alargamento de um campo sensível implicado na política, o movimento histórico de transformação social aparece nos diálogos entre os movimentos sociais e o Estado circunscrito ao plano institucional e formal. O Estado responde às demandas dos movimentos sociais a partir de cálculos aritméticos, de compensação das perdas e ganhos em um campo mapeado pelo monopólio de oportunidades, e cálculos geométricos, em uma equação que associa uma qualidade a uma posição social, num campo dominado pela lógica do monopólio de narrativas e da mobilização de identidades.

Deste modo, se o discurso participacionista assegura a adesão dos movimentos sociais a este sensível compartilhado, o discurso diferencialista contribui para naturalizar as divisões na partilha do sensível, cimentando o pertencimento dos atores coletivos a identidade coletiva populista articulada pelo governo. A dinâmica destes discursos acaba por silenciar a equação impossível da política: a subjetivação capaz de revelar a propriedade imprópria das partes, que se caracteriza pela negatividade das

identidades e pela ausência de quaisquer fundamentos que não a liberdade e a igualdade entre quaisquer seres falantes (Rancière, 2010).

6.5. A política e a subjetivação do social: os conflitos, os consensos e o discurso da globalidade

Para finalizarmos nosso estudo, teceremos algumas breves conjecturas sobre a política, agora compreendida no sentido apontado por Rancière (2010), e as possibilidades de subjetivação política para além do Estado, em um ordenamento policial que o toma como veículo privilegiado de transformação social, condicionando a política ao âmbito legal, ao passo em que globaliza a ordem policial. Se até aqui nos fundamentamos na análise de discursos e nas categorias que emergiram dos materiais analisados, neste tópico refletiremos sobre os resultados desta pesquisa para além de seu recorte, apontando alguns pontos de fuga e superação para os discursos do participacionismo e do diferencialismo, bem como seus paralelismos com o discurso da globalidade.

Ao longo dos últimos capítulos nos concentramos na constituição destes discursos no campo estudado, analisando as dinâmicas interacionais e a constituição de identidades coletivas, o que nos levou a uma perspectiva crítica sobre as relações que se estabeleceram entre o Estado e os movimentos sociais numa determinada estrutura de oportunidades políticas. Pensando estas contingências em sua (des)razão (Prado, 2000), como fenômenos históricos que se constituem a partir de complexas relações entre indivíduos e sociedade, que não foram pensadas racionalmente por nenhum indivíduo isolado, mas implicam os sujeitos políticos em relações que se abrem a terrenos de autonomia e determinação (Elias, 1994), tentaremos apontar possibilidades emancipatórias e de transformação social que estão abertas e pouco exploradas nesta conjuntura.

Embora tenhamos mapeado a primazia de uma estrutura discursiva diferencialista pautando a relação entre Estado e movimentos sociais, há de se reconhecer que em outros contextos o discurso governamental inclui uma perspectiva igualitária. Mesmo que as fronteiras reticulares garantam um protagonismo maior do governo no trabalho de articulação entre as diferenças, a igualdade atravessa a composição de um posicionamento público que persegue as desigualdades “na medida

do possível", provocando a ambiguidade que denominamos de ruptura sem rompimento do discurso participacionista.

O que está em jogo, nesta análise crítica, é exatamente esta "medida do possível", na qual se inserem as possibilidades de transformação social por dentro das regras de um ordenamento policial. Mas quais seriam as possibilidades de transformação social para além das regras deste ordenamento? Como o Estado pode "participar", para além da mobilização de identidades, de um processo de transformação social que não seja tutelado institucionalmente? Quais seriam as fraturas do discurso estatal que podem ser evidenciadas pela verificação da igualdade dos processos de subjetivação política?

Diversos autores[193] vêm criticando as estratégias de governo desenvolvidas pelo PT, argumentando que estas "servem a dois senhores". Oferecem melhorias na qualidade de vida e acesso a recursos a uma parte da população que foi historicamente negligenciada pelos governos anteriores, mas garante que estas mudanças ocorram em consonância com interesses econômicos das elites e do capital internacional. O combate à miséria no Governo Lula e o combate à pobreza no Governo de Dilma Rousseff contextualizam parte deste debate, cujo projeto desenvolvimentista encabeçado por estes dois governos não incide diretamente sobre as regras do sistema produtivo que estrutura a desigualdade no Brasil (Oliveira, 2006). A esse respeito, Ourique (2012) concorda que o discurso sobre a nova classe média é uma forma de legitimar o subdesenvolvimento no Brasil, e argumenta que:

> Esse debate esconde algo fundamental, a gigantesca concentração de renda. Enquanto se fala na ascensão da classe média, a pobreza é muito maior: 76% da população economicamente ativa vive com até três salários mínimos, 1,5 mil reais. Ou seja, nem sequer alcançam o salário mínimo do Dieese. Com meu salário de professor em greve (por aumento salarial), pertenço aos 24% mais ricos da sociedade, ao lado do Eike Batista (Ouriques, 2012).

Neste sentido, Oliveira (2006) critica o projeto de poder instaurado pelo partido dos trabalhadores, avaliando que o governo democratizou o discurso político, sem democratizar as estruturas político-econômicas. Este movimento ambíguo de democratização, que pode ser visto neste trabalho como uma combinação entre o discurso do participacionismo e o discurso do diferencialismo, segundo o autor, redundou na transformação das relações de opressão em um processo que nomeou como

[193] Sobre esta questão ver Ramos Filho (2012); Ricci (2010); Zucco Jr & Campello (2008); Marques & Mendes (2007; 2004); Oliveira (2006); Ridenti (2006); Druck & Figueiras (2006); Marques & Nakatani (s/d); Dentre uma infinidade de outros autores que poderiam ser citados aqui.

"dominação sem política". Entretanto, devemos considerar que tal projeto de poder se instala num momento histórico no qual o Estado tem sua capacidade de regulação das relações de produção bastante reduzida (Gentilli, 2008; Leher & Setubal, 2005; Ortiz, 2006; Tejerina, 2005).

Este debate se insere nas discussões sobre a crise do Estado, que agora é tomado como refém de articulações político-econômicas e fluxos de capitais de empresas transnacionais que não são regulados por nenhum Estado Nacional particular (Avritzer, 2001), mas que incidem sobre estes Estados em busca da garantia de leis que defendam seus monopólios, a externalização e diminuição dos custos de produção, suas patentes e privilégios de toda ordem (Wallerstein, 2008; 2003; 2002). Longe de uma diminuição da importância do Estado na configuração deste cenário, o que está em disputa é a competição entre economias nacionais para garantir a acumulação de capitais (Wood, 2005), o que redunda em solucionar crises econômicas "em favor dos grupos e empresas de mais alta renda, e contra os estados-nação do Terceiro Mundo e de suas organizações de camponeses, operários e empregados, em especial aqueles que haviam adquirido uma certa capacidade de negociação em matéria de concessões e prestações" (Casanova, 2008:51-52).

Neste contexto, argumenta Casanova (2008:52), "o novo da globalidade se junta ao velho do colonialismo" num discurso da globalidade, produzindo um cenário que Klein (2007) classifica como o auge do capitalismo de desastre, no qual grupos socioeconômicos mais poderosos se utilizam dos Estados para forçar políticas econômicas e liberalização de mercados que produzem acúmulo de capitais de forma rápida e garantem o privilégio de atores que detém maior controle da política, da economia e da cultura, a partir de instituições que formam especialistas e influenciam campos de pensamento em todo o mundo (Gomez, 2008). A especulação financeira, garantida pela mobilidade dos fluxos de capitais e sistemas de produção (Tejerina, 2005), dá a tônica do enfraquecimento da soberania dos Estados Nação com menor poder competitivo produtivo, o que se confunde com o poder político de definição das regras globais de regulação econômica (Therborn, 2008; Ortiz, 2006; Wood, 2005).

> O "desregulamento" ou "liberalização" ocorre quando a trama das estruturas nacionais, internacionais e transnacionais da dependência dá prioridade às transnacionais e se apoia nos estados hegemônicos para aumentar sua própria força com a do poderio central, enquanto aproveita ou fomenta as lutas étnicas e outras divisões dos estados dependentes, para reinar na sociedade periférica convertida em mosaico de etnias ou tribos, e de seitas, algumas pós-modernas (Casanova, 2008:59)

Neste contexto, o fomento ao diferencialismo no interior dos Estados fortalece a crise das sociabilidades e a mercadorização da vida que, por sua vez, enfraquecem as "propostas da soberania nacional em favor das propostas da globalidade e na qual se obscureceram os direitos dos povos diante dos direitos dos indivíduos", o que desenha um discurso político global tendente ao individualismo que, "em vez da libertação propõe a inserção ou a integração, e, em vez da luta social, a solidariedade humanitária ou empresarial" (Casanova, 2008:46). Rancière (2010:169) argumenta, neste sentido, que "o fazer político se encontra atualmente atenuado entre as polícias estatais da gestão, e a polícia mundial do humanitário", que redunda em expulsar a política dos âmbitos nos quais operam os litígios políticos, e estabelecê-la "no terreno de uma mundialidade do humano que é mundialidade da vítima, definição de um sentido de mundo e de uma comunidade de humanidade a partir da figura da vítima". Este argumento recoloca no âmbito global a legitimidade subalterna da vítima, que, no âmbito local, é produzida pelo discurso do diferencialismo que se consolida através da materialização organizacional da noção de democracia participativa numa perspectiva participacionista.

Esta perspectiva nos leva a visualizar que as conexões econômico-financeiras são também acompanhadas por aproximações culturais e simbólicas no interior de um discurso da globalidade. Segundo Theborn (2008), desde o final da segunda guerra mundial a "democracia" emerge como um valor universal no âmbito das relações internacionais, e vem assumindo uma interpretação semelhante em diversas partes do mundo, produzindo um discurso político global que impele os Estados Nação a assumirem determinados valores "democráticos" no âmbito de suas formas de governo[194]. Segundo o autor, um dos projetos mais recentes de equalização simbólica dos valores democráticos:

[194] A este respeito Gómez (2008) aponta o direito internacional como mais um aspecto da globalização que impõe limites à soberania dos Estados Nação, ao mesmo tempo em que a garante, pois "um grau significativo de sua capacidade de impor 'soberania' sobre sua própria sociedade veio de "fora", através dos acordos internacionais que consagraram o princípio da não interferência externa entre os estados que constituíram a emergente sociedade internacional" (p. 142). De todo modo, o direito internacional passa a estabelecer direitos e deveres que transcendem o Estado Nação, e que, neste contexto, os direitos humanos ganham destaque após a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, de 1948. Segundo a autora, "esta declaração deflagrou, na comunidade internacional do pós-guerra, uma vastíssima produção de instrumentos jurídicos, de alcance global (pactos, declarações, convenções e conferências) e regional (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Convenção Européia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos), destinados tanto a atualizar o conteúdo dos direitos humanos reconhecidos quanto a fornecer mecanismos de promoção, controle e garantia no plano internacional" (Gómez, 2008:162).

> É a ação combinada global, através da ONU, suas organizações especiais, suas conferências globais e suas convenções monitoradas, sendo que todas elas tonam-se cada vez mais redes mundiais geradoras de Organizações Não-Governamentais (ONGs). A seguir temos a ação global combinada dum capitalismo transnacional institucionalizado, isto é, do Banco Mundial e do FMI, o fiscal global e a fiscalização monetária que tem sido intensificada e estreitada muito significativamente nos últimos anos (Therborn, 2008:73).

Neste contexto, vemos que a mudança na estrutura de oportunidades políticas, que tomamos como objeto de análise se insere num campo discursivo mais amplo e complexo do que o contemplado por nosso recorte de pesquisa. O Governo Lula teve com uma de suas destacadas frentes de atuação investir na busca da soberania nacional através de novas relações políticas internacionais, como pleitear uma cadeira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e realizar empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo. Estes objetivos mais amplos de estruturação de um novo projeto de poder no Brasil nos leva a identificar um capital simbólico importante nas ações e nos "números" produzidos pelo Sistema Nacional de Participação Social, pois contribuem para atrair investimentos e melhorar a imagem do país junto às agencias transnacionais.

As políticas diferencialistas tem ainda a dupla vantagem de não contradizer a idéia de ruptura sem rompimento, que garante a atenção aos interesses do capital internacional, e sustentar a separação entre um governo democrático que luta contra um "Eles" por um Estado-Nação menos desigual. Neste contexto, é interessante observarmos que o Brasil só se tornou membro da Organização Internacional da Juventude, criada em 1996, após a criação da Secretaria Nacional da Juventude, durante o Governo Lula. A influência das agências internacionais contribui para que o governo busque cumprir diretrizes que são reconhecidas internacionalmente como exemplos de boa gestão.

Entretanto, do ponto de vista econômico, embora o governo tenha buscado alternativas de regulação que contradizem parcialmente os "exemplos de boa gestão econômica", aumentando a dívida pública e os gastos estatais com políticas sociais, o atrelamento ao capital especulativo produziu renovadas formas de colonialismo no sistema produtivo (Oliveira, 2006). Isto trouxe uma compreensão de transformação social para o discurso governamental que reposiciona a relação entre igualdade e diferença, em opções políticas que levam a mais ou menos desigualdade, recursos e direitos, compatível com o discurso da globalidade, sem assumir radicalmente que no

presente momento "estamos encarando uma globalização de opções" (Therborn, 2008). Encarar uma mudança nesta estrutura discursiva passaria por questionar os modos de ser e existir no mundo, que passam hoje pelo aumento do consumo. Não por acaso, a ascensão social das classes baixas no Brasil vem sendo quantificada pelo acesso ao consumo da "nova classe média" (Ourique, 2012; Ricci, 2010; Oliveira, 2006).

Nesta perspectiva, podemos notar uma formação discursiva contraditória, pois, na perspectiva governamental, os movimentos sociais que propõe uma (des)identificação destas formas de ser e estar no mundo adquirem um caráter residual e "atrasado". Ironicamente, na fala de um funcionário do governo, filiado ao PT, um movimento que propõe uma transformação radical das relações produtivas e das formas de sociabilidade é visto como um ator que "perdeu o trem da história":

> **O MST perdeu o trem da história.** Eu acho que, quando o presidente Lula ganhou as eleições, eles não entenderam o que tava acontecendo no país e à medida que eles tentam traduzir essa agenda em uma disputa política, eles erram de forma brutal. Vamos pegar assim... A lógica dos assentamentos, territórios da cidadania, foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, ele é uma pauta moderna de regularização fundiária, é uma pauta moderna de cooperativismo, de empreendorismo, de economia solidária, o MST não entendeu isso. O MST ainda tem uma agenda, uma agenda clássica dos Movimentos Sociais da década de 70, de 80, a tese ainda da disputa dos campesinos contra o latifundiário. É evidente que existe latifúndio no país, agora, não dá pra entender que este processo de acumulação tem que existir no campo! Nossa balança comercial depende da acumulação de capital no campo! Não é à toa que a nossa balança comercial depende da produção da soja. Se o MST continuasse centrando o foco nesse debate, na monocultura, etc, é um debate super importante, mas **essa não é a agenda do desenvolvimento**, o debate central. E a agricultura familiar, **como tu cria grandes centros produtivos de economia solidária**?

Além desta citação, outro exemplo nos ajuda a identificar os dispositivos através dos quais o participacionismo dissipa o potencial político dos discursos que desafiam as desigualdades socioeconômicas das identidades coletivas que acessam os arranjos participativos. Por mais que algumas conferências, como as de juventude, por exemplo, critiquem o modelo econômico mundial, ou as persistentes desigualdades de classe no Brasil, a insatisfação deixa de ocupar as ruas ou desestabilizar os poderes estabelecidos para tornarem-se pautas, diretrizes, moções, encaminhamentos, teses etc.[195] Castro &

[195] Nossa análise nos leva a apontar que o mais prejudicial aos processos de mobilização não reside no fato deste ordenamento policial "despolitizar" o ativismo, no sentido do conformismo, mas sim, no fato de que o discurso do participacionismo ordena o inconformismo social e direciona sua força política para o projeto de desenvolvimento capitaneado pelo governo, cujo discurso iguala "política" a "política pública" numa perspectiva pragmática de mudança social. Paralelamente, as políticas sociais cumprem o restante do papel, ai sim, estimulando o conformismo. Ricci (2010) argumenta, neste sentido, que as políticas de aumento do salário mínimo e diminuição da pobreza produziram uma classe média absolutamente individualista e despolitizada.

Abramovay (2009), analisando falas dos participantes da Primeira Conferência de Juventudes, argumentam que os jovens não separam, em seus discursos, as demandas identitárias que são específicas da juventude das críticas ao sistema econômico e às desigualdades materiais.

Entretanto, ao contrário do que argumentam as autoras, mesmo que os jovens não façam estas separações, o diferencialismo e os dilemas entre a "parte" e a "partilha" que apresentamos, cumprem a função geométrica de associar uma qualidade a uma posição social, construindo a identidade do jovem a partir de suas especificidades e particularidades. Este mecanismo redunda na domesticação dos movimentos sociais e, no caso, do protagonismo juvenil, o que podemos sintetizar como a dissipação da política, nas palavras de Rancière(1996).

Por um lado, temos que reconhecer que uma mudança no enfoque produtivo não poderia ser feita sem consequências econômicas impostas pelos processos de globalização referentes, sobretudo, à liberalização dos intercâmbios de bens e serviços e a mobilidade praticamente ilimitada do capital (Gómez, 2008). Mais do que "uma separação entre o econômico e o político no capitalismo" (Wood, 2005:107), a globalização acarreta em uma sobreposição do político e do social pelo econômico, como aponta o diagnóstico de Gómez (2008:155):

> Nas novas condições de internacionalização da produção, do comércio e das finanças (e do capitalismo "desorganizado" a que elas dão lugar), constata-se a diminuição efetiva da soberania e da autonomia do Estado na esfera da política econômica (política fiscal, monetária, cambial, de juro, salarial etc.), com desdobramentos inevitáveis no seu papel de agente do desenvolvimento econômico e de garantidor da coesão social e nacional. Isso implica que estamos diante duma disjuntiva crescente entre a idéia de comunidade política capaz de determinar seu próprio futuro e a dinâmica das relações e forças da economia mundial.

Mas por outro lado, a perspectiva do discurso governamental se subscreve ao princípio globalizante de "integração seletiva" ao sistema econômico mundial, adequando a produção nacional à produção de bens de menor valor agregado (Limoeiro-Cardoso, 2008). Como argumenta Therborn(2008), esta posição discursiva transforma em "discurso globalizante" a renovação do colonialismo. Além disto, por mais que a soberania dos Estados seja limitada pela integração seletiva, "seria inteiramente equivocado encarar os estados contemporâneos como meras vítimas de alguma globalização externa" (Therborn, 2008:89). Numa perspectiva contrária a dos que acreditam que as lutas políticas devem se concentrar no plano internacional, o que as tornariam quase impossíveis, Wood (2005) argumenta que, como o Estado é o principal

agente da globalização e uma condição de possibilidade para a acumulação de capital, "a globalização tornou a política da classe trabalhadora – uma política dirigida ao Estado e ao poder de classe concentrado no Estado – mais, e não menos, possível e importante" (Wood, 2005:105).

Wood (2005) argumenta que um dos efeitos do capitalismo desenvolvido para a luta de classes é a tendência à sua fragmentação e domesticação, o que a torna local e particularista. O argumento da autora nos leva a criticar diretamente a perspectiva do discurso governamental, que estabelece o que chamamos de dilemas entre a parte e a partilha, por apontar a importância de se retomar as lutas sociais visando a fragilidade do capitalismo que, segundo ela, "se encontra hoje mais do que nunca oprimido por suas contradições internas, e que esta é uma razão para intensificar, não para abandonar as lutas anticapitalistas" (p. 104).

Neste contexto, como poderíamos identificar pontos de fuga, tanto para os movimentos sociais como para os governos, no contexto no qual desenvolvemos o presente trabalho? Oliveira (2006) nos ajuda a visualizar alguns entraves entre as contradições dos processos de globalização e as contradições do discurso participacionista:

> O capitalismo globalizado rejeita a submissão à política, que foi uma invenção especificamente ocidental para tratar as fortes assimetrias instauradas pelo poder econômico do capital. Ele a dispensa, pois a construção da política pelas classes dominadas revelou-se, afinal, uma enorme contradição com capacidade de barrar os processos de exploração de classe. No Brasil, o PT renunciou à alternativa para conformar-se ao figurino tradicional da política brasileira. Pior: **com a liderança carismática de Lula, o PT facilita a dominação burguesa sem política** (Oliveira, 2006:287).

Esta identificação simbólica da população com a "liderança carismática de Lula", da qual fala Oliveira (2006), está relacionada à emocionalidade do reconhecimento e da afirmação de sujeitos "minoritários", que analisamos no discurso do participacionismo, e que redunda na participação como um fim em si mesmo. Entrevistas que realizamos com lideranças nacionais do MST expressam as dificuldades de se mobilizar setores excluídos da população, por não se disporem a conflitar com a figura de um governo popular e supostamente de esquerda. Além disto, as políticas sociais e de assistência, como o Bolsa Família e outros, e a distribuição de cestas básicas e outros benefícios, diminui as necessidades mais imediatas destas pessoas, limitando sua motivação para a luta política.

Embora Dilma Rousseff não seja reconhecida como uma liderança carismática, seu passado de luta contra a ditadura e o fato de ser mulher também produzem efeitos semelhantes, sobretudo junto ao movimento feminista, como argumenta uma de nossas entrevistadas:

> Eu acho que o movimento feminista, ele tem uma dificuldade ai. Primeiro que a Dilma é a primeira mulher presidente do Brasil. Isso tem um significado muito grande. Um simbologismo muito grande. Ela é uma mulher de esquerda, foi guerrilheira, presa política, essa coisa toda. Isso também tem um significado muito grande pro movimento. Então eu acho que o movimento ele não se coloca disponível pra fazer o embate com ela. No que diz respeito, na questão da MP, da gestante, o movimento tem buscado articular, feito incidência no congresso e tal, mas assim, deixou de fazer a disputa com a Dilma pra fazer no congresso (Entrevista 15).

Neste contexto, a identidade e os modos de subjetivação das camadas populares da população, ao se identificarem com o discurso populista articulado pelo governo, de combate à miséria, à pobreza etc., diminuem a possibilidade de processos de mobilização de base mais amplos e transformativos que questionem o Estado, já que identificam esta instituição com aqueles que compõem o governo. Sobretudo se concordarmos com Ridenti (2006:06), que argumenta que "o povo brasileiro está secularmente submetido aos modos de ser, agir e pensar das classes dominantes, interiorizando a ordem social, política e econômica vigente, não necessariamente como adequada, mas como algo inevitável e natural". Deste modo, um discurso populista mapeia o campo social, subjetivando seu entorno ao capitalizar sobre a produção de dissensos e estabelecer critérios para sua vocalização no espaço público, o que os discursos do participacionismo e do diferencialismo executam com propriedade.

Neste sentido, a mobilização de identidades deve ser pensada em duas direções. Primeiramente, a partir dos intentos de controle sobre um discurso político por parte do governo, através de um discurso populista, que pode trazer efeitos desmobilizadores, que reforçam o conformismo, ordenam o inconformismo e naturalizam a subalternidade como inevitável. O "amadurecimento gradativo" implícito no discurso participacionista atua na conformação destes contornos discursivos no social. Porém, em outra direção, enquanto os discursos do participacionismo e do diferencialismo atrelam a participação social às regras instituídas pela lógica institucional e a organiza de forma segmentada, nota-se um ponto de fuga nesta estrutura discursiva que permite ao governo investir num discurso de classes que opõe, mesmo que de forma simplista e homogeneizada, uma "elite" contra o "povo", e tenta solucionar a divisão, não entre ricos e pobres, mas entre um significante vazio "Eles", que é o exterior constitutivo da identidade coletiva

articulada pelo governo, e a "parte dos sem parte", o "povo". Desta forma, o governo se proclama como autor da "primeira ruptura" na lógica de dominação de classes no Brasil (Nunca antes...).

Este processo pode ser visto também como um questionamento da tradição de submissão do "povo" a uma elite, pois a identidade coletiva articulada pelo governo cria este antagonismo (des)identificatório, como uma cisão histórica, que alarga a partilha do sensível possibilitando novos processos de reidentificação. Isto nos leva a reconhecer no elemento participacionista, da participação como um fim em si mesmo, uma abertura para formas de subjetivação do social que podem contribuir para que as identidades subalternas rompam com o que Luis Inácio Lula da Silva chamou de "complexo de vira-latas". Mas temos que apontar alguns riscos neste alargamento sensível, e que devem ser considerados para refletirmos acerca dos pontos de fuga possíveis para que os movimentos sociais e o Estado possam criar estratégias que transcendam a inexorabilidade do discurso da globalidade[196].

Estamos diante de uma estrutura discursiva paradoxal, na qual a polícia se transformou para incluir em espaços institucionais sujeitos que naturalmente não deveriam estar ali, mas que provoca uma assimilação profunda por parte dos subalternos e das lideranças que vocalizavam os danos sociais, de modo que a divisão das partes não pode ser questionada para além de suas equações matemáticas (Rancière, 2010). As insatisfações e posicionamentos ideológicos que poderiam produzir formas de resistência são deslocados, do ponto de vista da política, horizontalmente na estrutura organizacional do Estado o que facilita sua absorção pela ordem policial, enquanto que, do ponto de vista econômico, a formação de discursos transformativos permaneceram no alto da hierarquia governamental, ou fora do sistema Estatal.

Embora, no discurso governamental, a divisão sem restos das partes e seu reencontro na soma aritmética diferencialista manifeste uma tentativa de recobrir

[196] A seguir discutiremos estes riscos para as práticas e discursos dos movimentos sociais. Entretanto, uma dimensão importante desta reestruturação discursiva, e que os atores políticos não podem passar ao largo para repensarem suas estratégias, está nos processos de sociabilidade que emergem neste contexto. Apenas para exemplificar, podemos citar o diagnóstico feito por Ricci (2010:11) da nova classe média brasileira: "Lula fala para esta nova classe média, estes milhões de brasileiros que rompem com histórias familiares de exclusão do consumo de massas. Por este motivo, são brasileiros pragmáticos como o lulismo. Não são afeitos a teorias ou ideologias. São descrentes da política. Seus vínculos sociais são comunitários, muitas vezes familiares, o que da vida ao conceito de 'ideologia da intimidade' elaborado nos anos 1970 por Richard Sennett". Além de legitimar formas de sociabilidades que imprimem um caráter despolitizado e individualista, as formas deste discurso, segundo Ricci (2010), contribuíram para criar um governo cada vez mais dependente da popularidade e da comunicação direta, sem mediações, do presidente com as massas.

institucionalmente e sob a tutela do Estado as fraturas sociais, fragmento por fragmento, podemos identificar uma fratura discursiva que permitiria o rompimento do atrelamento institucional dos movimentos sociais, devolvendo ao social seu protagonismo na emergência da política e na reinterpretação do processo histórico:

> A agenda do MST, eu acho uma agenda hoje ultrapassada é achar que o Estado resolve tudo, **o Estado não resolve tudo não**, ele não tem essa capacidade de resolver tudo, **a sociedade tem que resolver**, e o MST não tem essa compreensão (Entrevista 02).

No discurso participacionista, a convocação à participação subjaz a uma valorização, mesmo que interessada, da sociedade civil como lócus das virtudes morais da sociedade, mas também dos impedimentos ao avanço da democracia (o que ainda não foi democratizado se deve à falta de mobilização da sociedade ou ao amadurecimento e qualificação da participação). O raciocínio aqui é a vulgata da sociedade acima dos indivíduos ou como uma somatória positivista dos sujeitos que a compõem, o que se manifesta no jargão "cada sociedade tem o governo que merece", e cuja superação pode ser encontrada em duas direções. A primeira estaria mais uma vez voltada para o Estado, uma vez que, entre os entrevistados filiados ao PT, a "impotência" para solucionar os problemas sociais e a consequente responsabilização da sociedade é atribuída ao conservadorismo dos parlamentares que compõem a maioria no congresso nacional:

> Mas não tem jeito, **nós vivemos numa democracia representativa**, isso tá no Congresso Nacional, **no Congresso nacional nós temos muita dificuldade de mudar a mentalidade, nós temos que mudar as cabeças que estão lá**. (...) Enquanto nós tivermos um Congresso Nacional que tem uma aristocracia de centro essa agenda sempre vai ter dificuldade. O presidente Lula ele tem uma coalizão, tem um Congresso Nacional extremamente complexo né um Congresso Nacional de 513 deputados e o governo em tese tem uma maioria, mas **uma maioria que não se expressa nas agendas de esquerda**. Por exemplo, na agenda de direitos humanos ele não se expressa. Vou dar um exemplo de uma questão muito simbólica, na reforma da presidência. Na pauta da reforma da presidência tinha taxação das grandes heranças, veja bem, era importante pro presidente Lula e isso é um processo de reforma da previdência, **foi aprovado a reforma da previdência, a nossa agenda de esquerda não foi aprovada** que é a taxação das grandes fortunas, taxação das heranças milionárias, taxação é.. de aviões da época, de helicópteros, isso não foi, porque não tem correlação de forças, isso que nós temos que entender, que ainda **nós vivemos num país onde as elites comandam, elas não comandam mais porque tem um presidente com a popularidade do tamanho do Lula** (Entrevista 02).

Esta primeira saída nos leva a recusar parte da tese de Oliveira (2006), que teria como consequência acreditar que um governo de direita seria mais propício à formação de movimentos sociais mais críticos e à própria emergência da política. Embora a figura

carismática de um líder populista possa contribuir para a configuração de um cenário pautado pelos discursos do participacionismo e do diferencialismo, as políticas sociais, as inversões de prioridades e mesmo as políticas identitárias que constituíram uma "ruptura sem rompimento", provocam mudanças sociais que podem elevar as expectativas da população para com o universalismo cidadão e abrir o campo social a novos processos de subjetivação política. Além disto, não podemos desprezar a dimensão pedagógica dos arranjos participativos, que já foi apontada por autores como Avritzer (2004; 2002). A participação de ativistas nos conselhos e conferências podem levar para a sociedade civil conhecimentos sobre o funcionamento da política institucional, tanto de suas potencialidades como de seus limites, o que agrega novos elementos para possíveis processos de subjetivação política, bem como para o delineamento de novas estratégias de militância e ocupação do espaço público.

Em um momento histórico no qual o capitalismo se encontra mais do que nunca pressionado por suas contradições internas (Wood, 2005), pequenos enfrentamentos podem ter um impacto inesperado nas transformações sociais e, consequentemente, nos processos de mobilização social (Wallerstein, 2008). A análise dos processos de constituição de identidades coletivas nos leva a crer que um governo que seja avesso à participação e mais elitizado na composição de seus discursos, na melhor das hipóteses, apenas utilizaria outros dispositivos para conter a insatisfação coletiva e domesticar ou reprimir o enfrentamento e a mobilização social. Nossa aposta se deve ao reconhecimento de que vários elementos estruturadores dos discursos analisados refletem trajetórias históricas que são tipicamente ocidentais, na configuração das relações entre os indivíduos e as sociedades. Neste sentido, argumenta Tejerina (2010:24),

> Se tomarmos como modelo a trajetória que historicamente seguiram as sociedades ocidentais, os processos de racionalização política tiveram uma dupla dimensão: no nível da infraestrutura da sociedade e no nível da consciência dos indivíduos. No nível infraestrutural, o processo de racionalização supõe o estabelecimento de burocracias altamente racionalizadas, que controlam as esferas institucionais. A centralização da discussão dos assuntos relacionados a estas esferas nos âmbitos institucionais implica uma relativa despolitização da vida social e das relações sociais. No nível da consciência individual, a institucionalização da esfera política não pressupõe sua total desaparição, continua sendo relevante, mas perde sua dimensão pública, passando a ser um assunto privado, o que produz certa desmobilização.

A segunda saída, e que inclusive é condição de possibilidade para que a primeira se configure, se refere aos processos de mobilização independentes da mobilização de

identidades promovida pelo Estado. Impactar a ordem policial, de forma independente dos arranjos participativos e discursos que domesticam a política, requer a organização dos diferentes setores da população mobilizados por processos de articulação, para além do discurso participacionista, que os permitam vocalizar antagonismos sociais, para além das posições discursivas atribuídas pelo diferencialismo.

Deste modo, a análise das relações entre os movimentos sociais e o Estado empreendida neste trabalho, leva-nos a crer que os processos de subjetivação política capazes de produzir alargamentos na partilha do sensível na luta contra as desigualdades passarão necessariamente por caminhos que questionem simultaneamente os discursos participacionista e diferencialista.

Questionar o participacionismo é fundamental para a constituição de identidades coletivas que não estejam atreladas à mobilização de identidades e possam questionar as ações Estatais sem limitarem seu discurso apenas às possibilidades de mudanças constitucionais e alterações institucionais nas organizações e orçamentos governamentais. Ressalta-se que o questionamento do participacionismo deve-se dar num contexto de repolitização das forças políticas, questionando também as (in)diferenciações partidárias que se deram como efeito das estratégias pragmáticas de coalizão e produção de consensos (Samuels, 2007; 2004).

É importante que o questionamento do participacionismo esteja atravessado por uma compreensão da luta política que passe por um reordenamento sensível das formas de ser e estar no mundo, o que não se limita à produção de novas leis, decretos e políticas públicas. A política emerge das relações sociais, dos modos através dos quais os indivíduos atribuem sentido às experiências que vivenciam, o que ressalta a importância do âmbito local. Como argumenta Rancière (2010:173):

> Há uma polícia mundial e em algumas ocasiões pode trazer alguns benefícios. Mas não há política mundial. O 'mundo' pode alargar-se. Mas o universal da política não se alarga. Segue sendo a universalidade da construção singular dos litígios, a qual não tem que esperar mais de uma mundialidade mais essencialmente mundial, que a mera identificação do universal com o império da lei. (...) A política, em sua especificidade, é rara. Sempre é local e ocasional[197].

[197] Hay una policía mundial y en ocasiones ésta puede procurar algunos viene. Pero no hay política mundial. El "mundo" puede ensancharse. En cuando a lo universal de la política, no se ensancha. Sigue siendo la universalidad de la construcción singular de los litigios, la cual no tiene que esperar más de la esencia hallada de una mundialidad más esencialmente "mundial" que la de la mera identificación de lo universal con el imperio de la ley. (…) La política, en su especificidad, es rara. Siempre es local y ocasional.

Entretanto, dizer que a política é local e ocasional, não significa afirmar que seu alargamento sensível seja indiferente ou não produza reverberações em âmbitos mais amplos. É exatamente por ser local que a política poderá se (des)localizar e contaminar outras experiências concretas e localizadas de existência. Impactar um Estado Nação que agencia um determinado ordenamento policial pode provocar transformações significativas para a polícia global, desestabilizando sistemas de (in)diferenciação que atravessam diversas localidades. Recusar o discurso único da globalidade não significa, nesta perspectiva, ter que alcançar todo o ordenamento policial global. Mas ao (des)identificar uma parte com sua identidade, a subjetivação política, local e ocasional, pode revelar a contingência de seu ordenamento policial e produzir alargamentos sensíveis que ofereçam novas formas de ser e existir, no mundo.

É importante ter em vista que a superação do participacionismo só terá efeito de política se trouxer consigo alternativas, mesmo que locais e ocasionais, ao essencialismo e a reificação das diferenças produzida pelas injunções do discurso do diferencialismo. Como apontou nossa análise, questionar o discurso do diferencialismo é hoje condição de possibilidade para o avanço de determinadas lutas sociais, inclusive se o horizonte de transformação almejado esteja circunscrito às equações aritmética e geométrica da ordem policial, no que tange a eficácia das políticas públicas, por exemplo. Arriscaríamos a dizer que a própria consolidação do projeto governamental, em seus intentos de reforçar a soberania e a autonomia nacional, só encontrará estabilidade a partir de processos de (des)identificação que reposicionem a legitimidade das identidades nacionais no plano global. A garantia de soberania dos povos não poderá se limitar pela "inclusão seletiva" de economias periferias na corrida pelo desenvolvimento (Therborn, 2008), como vem demonstrando inclusive a saturação do modelo de desenvolvimento brasileiro, de investir em grandes conglomerados nacionais para disputar no mercado internacional, ao preço de aprofundar ou manter inalteradas as desigualdades (Safatle, 2013). Questionar o diferencialismo pode ser importante para repensar o próprio status que o conceito de desenvolvimento adquire, denunciando sua hegemonização e oferecendo novas perspectivas de produção e subjetivação.

Questionar o discurso do diferencialismo, entretanto, não significa um retorno a um discurso de classes que atribua uma dimensão essencial ao conflito capital-trabalho, cujas contradições configurem de modo determinista a matriz explicativa dos processos de (in)diferenciação. O discurso igualitarista acabaria por redundar no diferencialismo, pois associaria identidades a lugares sociais, reificando um sujeito histórico privilegiado

e sua teleologia, como bem argumentou Laclau (1993). Entretanto, numa sociedade de capitalismo avançado, na qual a mercadorização da vida reproduz no social o que a segmentação liberal das liberdades fundamenta no plano econômico, a superação do diferencialismo não poderá se dar à margem de uma verificação da igualdade que esteja atravessada pelas desigualdades econômicas. Estamos frente a um processo circular, no qual as relações de exploração e a (in)diferenciação identitária se retroalimentam dinamicamente, por isto, o questionamento do diferencialismo passará exatamente por desfazer os caminhos através dos quais estas relações e suas identidades emergiram como categorias de significação dando sentido às experiências sociais, o que não é possível numa abordagem essencialista.

Para contextualizarmos este argumento, discutiremos dois exemplos concretos nos quais o discurso do diferencialismo identitário coloca limites para a emergência da política e, consequentemente, para o enfrentamento das hierarquias sociais. O primeiro exemplo selecionado se refere ao surgimento de manifestações em torno do "orgulho heterossexual", com seus protestos e aprovação de leis (Domingos, 2011). Estes movimentos reacionários, fora de uma apreensão diferencialista, podem se constituir como um momento importante de militância e ação política para a superação da heteronormatividade (Junqueira, 2007), pois apontam que não são apenas os não-heterossexuais que estão partilhados pela categorização. A emergência de protestos como estes revelam a não-naturalidade e a precariedade das categorias sociais, já que a manutenção de suas hierarquias demandam demarcação e a visibilidade de rituais no espaço público. Por esta razão, os movimentos sociais podem se aproveitar destes momentos para pautar a heterossexualidade, ou melhor, a heteronormatividade, ao invés de se aterem apenas às categorias fixas que lutam por visibilizar. Entretanto, a perspectiva diferencialista impede que a interpelação dos discursos homofóbicos seja feita de forma criativa e polêmica, eliciando processos de subjetivação política que contagiem setores mais amplos da população.

Nosso segundo exemplo versa sobre a relação entre as desigualdades socioeconômicas e as hierarquias sexuais. Uma análise da constituição das identidades coletivas dos movimentos LGBT aponta o fundamentalismo religioso, e sua entrada na política, como principal adversário e impedimento para o avanço das demandas pela democratização das hierarquias sexuais e o combate contra a violência homofóbica. Entretanto, dificilmente a formação de discursos políticos destes grupos alcança os

aspectos estruturais que contextualizam o crescimento e o fortalecimento do fundamentalismo religioso no Brasil.

A partir da pesquisa coordenada por Souza & Bolívar (2010), Ricci (2010) analisa como a agregação religiosa é relevante para caracterizar o perfil da nova classe média que emerge durante o Governo Lula. Segundo autor, a nova classe média é veementemente despolitizada e avessa à participação política, entretanto, argumentam Souza & Bolivar (2010:110): "revestem-se de particular interesse os dados relativos a igrejas, na medida em que envolvem alguma participação em organizações que transcendem o âmbito de famílias ou comunidades". Isto nos leva a destacar a relação entre classe social e pertencimento religioso. Neste sentido, os dados levantados por Souza & Bolivar (2010) apontam que "a participação em igrejas aumenta na razão inversa da faixa de renda familiar"[198] (Ricci, 2010:79), ao passo que o associativismo político é mais alto nas classes A e B (mais que o dobro do apresentado pela classe E), e o pertencimento a grupos de voluntariado cresce junto com a renda familiar (Souza & Bolivar, 2010).

Estes dados permitem entrever como as questões de classe atravessam o pertencimento religioso, o que, em última instância, é o que sustenta o fortalecimento dos líderes e grupos religiosos, muitos dos quais são apontados como os principais adversários dos movimentos LGBT. Este resultado não nos parece surpreendente, pois como apontamos em trabalho anterior (Prado & Machado, 2008), uma das funções do preconceito (e do pensamento fundamentado em crenças) é justificar e atribuir causalidade aos fatos complexos e dolorosos e às ações contraditórias, tais como a pobreza, a desigualdade social, a violência etc. Neste contexto, argumentamos que o enfrentamento da heteronormatividade (Junqueira, 2007) demanda também uma análise das relações de classe e das desigualdades, o que não pode ser feito a partir do discurso do diferencialismo identitário. Entretanto, as desigualdades socioeconômicas não podem ser pautadas por uma abordagem igualitarista, como já argumentamos.

Eder (1993) analisa a relação entre os novos movimentos sociais e o conceito de classe social e aponta que os novos movimentos sociais sinalizam para a emergência de uma nova forma de relação entre classes. Para o autor, diferentemente das identidades coletivas que se organizam a partir de construções sociais de "símbolos naturais", tal como o gênero, a raça ou a etnia, as classes "existem como lutas sociais, quer dizer,

[198] Os dados sobre agregação religiosa são os seguintes: Classe A/B 24%; Classe C 31%, Classe D 44% e Classe E 52%.

como coletividades socialmente construídas, sobre a base de símbolos socialmente definidos" (Tejerina, 2010:67).

Como a constituição de uma identidade coletiva requer uma articulação que produza um exterior constitutivo, organizar um discurso de classes contra o capitalismo se revela como uma tarefa extremamente complexa, pois implica em externalizar um elemento que se encontra absolutamente hegemonizado (Laclau, 2006; 2005). Por esta razão, hoje se torna tão difícil articular um discurso de classes que não seja rapidamente deslegitimado e "apareça devidamente" em seu lugar anedótico, ingênuo, residual ou utópico, quando não violento, ameaçador e que demande repressão e contenção. Neste sentido, Eder (1993) analisa como se formam as relações de classe para as classes médias:

> As classes médias não se referem a condições objetivas de existência, mas a suas práticas coletivas que definem um modo de existência social. O antagonismo básico que subjaz a este modo de existência é o conflito em torno aos meios que garantem a existência de sua identidade (...) O modo específico de experimentar e perceber o mundo das classes médias se caracteriza pelo uso de dois conceitos: a boa vida e as relações sociais consensuais. O que proporciona as classes médias o status de classe potencial não é sua história, que as une ao velho conflito de classes, mas sua integração direta em uma nova relação social antagonista que se define pelo controle sobre os meios para criar uma identidade, uma identidade como forma de vida. Este conflito tem um caráter de classe porque não há outra solução alternativa para este antagonismo às mudanças estruturais na distribuição de poder. Posto que a identidade é um bem indivisível, o conflito sobre a identidade não pode ser objeto de litígio; o conflito está estruturalmente inscrito no problema e nos grupos implicados nele" (Eder, 1993:182-183, apud Tejerina, 2005:67).

Por esta razão, mesmo as identidades coletivas organizadas sobre "símbolos naturais", como argumenta Eder (1993), constituem relações de classe, já que contribuem para reformular a emergência de uma nova relação entre classes (daí a importância da classe média para a compreensão dos novos movimentos sociais na perspectiva de Eder, 2001). Uma identidade, por mais particularizada e localizada que seja, está atravessada pela estruturação das relações de poder e participam da estruturação de uma nova relação de classes. Mesmo que as relações de classe que atravessam uma constituição identitária não estejam verbalizadas em uma perspectiva diferencialista, os elementos constituidores de uma identidade coletiva trazem consigo possibilidades articulatórias que, através da subjetivação política, podem (des)identificar uma identidade da diferença com a qual está associada.

Identificar as relações entre as classes, é importante ressaltar, não pode ser confundido com um retorno à historicidade determinista, da luta entre ricos e pobres,

nos moldes de um marxismo tradicional. Este retorno romântico em busca da luta perdida (no desencontro e na derrota...) não é tão raro, e o encontramos frequentemente em discursos diferencialistas, que tentam atribuir geometricamente um caráter de maior exclusão a negros pobres, homossexuais negros, lésbicas pobres, jovens lésbicas negras pobres, e assim por diante, reforçando a vitimização de uma narrativa em busca de reparações aritméticas e/ou monopólios de oportunidades. A superação do diferencialismo é mais complexa e passa pela subjetivação política capaz de (des)identificar uma parte com sua identidade. O mero ato de apontar uma parte não implica na desconstrução da posição de sujeito que lhe é atribuída, tampouco na reidentificação de uma nova posição de sujeito ou uma nova percepção sensível da divisão das partes. Neste contexto, Rancière (2010) nos adverte quanto aos equívocos de um retorno ao discurso de classes tradicional para a compreensão da política:

> A luta de ricos e pobres não é a realidade social com a qual deveria contar a política. Não constitui senão uma unidade com sua instituição. Há política quando há uma parte dos que não tem parte, uma parte ou um partido dos pobres. Não há política simplesmente porque os pobres se oponham aos ricos. Antes disso, há que dizer sem dúvidas que é a política – isto é, a interrupção dos meros efeitos da dominação dos ricos – a que faz existir os pobres como entidade. A pretensão exorbitante do *demos* a ser o todo da comunidade, não faz mais que realizar a sua maneira – a de um partido – a condição da política. A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parte dos que não tem parte. Esta instituição é o todo da política como forma específica de vínculo. A mesma define o comum da comunidade como comunidade política, quer dizer, dividida, fundada sobre uma distorção que escapa à aritmética dos intercâmbios e das reparações. À margem desta instituição, não há política. Não há mais que a ordem da dominação ou a desordem da revolta[199] (Rancière, 2010).

Como argumentou Rancière (2010), a política carece de uma interrupção da ordem natural da dominação, o que só pode ser alcançado pela (des)identificação, o que demanda complexos processos de articulação social, e a capacidade de se igualar com o todo da comunidade, verificando a igualdade entre os falantes de uma comunidade

[199] La lucha de ricos y pobres no es la realidad social con la cual debería contar la política. No constituye sino una unidad con su institución. Hay política cuando hay una parte de los que no tienen parte, una parte o un partido de los pobres. No hay política simplemente porque los pobres se opongan a los ricos. Antes bien, hay que decir sin duda que es la política -esto es, la interrupción de los meros efectos de la dominación de los ricos- la que hace existir a los pobres como entidad. La pretensión exorbitante del demos a ser el todo de la comunidad no hace más que realizar a su manera -la de un partido— la condición de la política. La política existe cuando el orden natural de la dominación es interrumpido por la institución de una parte de los que no tienen parte. Esta institución es el todo de la política como forma específica de vínculo. La misma define lo común de la comunidad como comunidad política, es decir dividida, fundada sobre una distorsión que escapa a la aritmética de los intercambios y las reparaciones. Al margen de esta institución, no hay política. No hay más que el orden de la dominación o el desorden de la revuelta.

política. Neste contexto, a emergência da política implica em formular discursos que reposicionem as identidades e seus antagonistas, que verifiquem a igualdade entre eles, negros e brancos, jovens e adultos, homossexuais e heterossexuais, homens e mulheres, e ainda, entre homossexuais e fundamentalistas religiosos, entre jovens pobres e lésbicas ricas e assim por diante, interrompendo os efeitos da dominação e reequalizando politicamente os lugares identitários através de atos localizados de (des)identificação.

7. Considerações Finais: a Roda da Política e os Fins da História

Analisar um fenômeno recente, cujas características principais ainda se encontram em desenvolvimento, constitui uma tarefa complexa e arriscada. As consequências e derivações dos processos políticos são quase sempre imprevisíveis e se alimentam de análises que, quando impactantes, podem funcionar como profecias auto-realizadoras ou como guias que mudam o curso dos eventos analisados. Além disto, a reflexividade dos fenômenos sociais nos implica, como pesquisadores, nas amarras argumentativas que engendram estes mesmos processos, o que faz de qualquer análise política, ao mesmo tempo, uma tentativa de compreensão e um reflexo de um determinado período histórico.

Neste sentido, é importante ressaltarmos que as análises empreendidas devem ser tomadas com certo distanciamento, considerando-se o olhar localizado do pesquisador e um recorte temporal, cuja amplitude foi circunscrita por uma "fotografia" analítica que não alcança todas as nuances e variações que se deram ao longo do tempo. Apesar das limitações impostas pela amplitude e complexidade do recorte desta investigação e assumindo os riscos de uma pesquisa de doutoramento, cujos dados e análises foram construídos por um único pesquisador, nossas análises nos permitem tecer alguns comentários que revelam aspectos importantes para a compreensão das relações que atores governamentais e não governamentais desenvolveram durante o Governo Lula e algumas de suas consequências para pensarmos a política e os processos de democratização na atualidade.

Tomamos como objeto de investigação processos de constituição de identidades coletivas considerando os impactos dos discursos estatais com o objetivo de compreender aspectos da estruturação do político no Brasil contemporâneo. A partir de uma análise do Estado e seus investimentos na mobilização de identidades, analisamos as mudanças na estrutura de oportunidades políticas, abertas com a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002, como um momento privilegiado para compreendermos alguns aspectos dos processos de democratização social que estão em curso. Acreditamos que os esforços explicativos que se debruçam sobre a democracia têm uma função política substancial, sobretudo pelo desencantamento teórico que tem atravessado o campo de estudos dos movimentos sociais e pelo discurso da inexorabilidade que se reproduz nos debates acerca do Estado e dos governos.

Neste sentido, nossa análise tem a pretensão de oferecer elementos para identificarmos, para além da disputa de recursos e espaços de poder, o que se mostra como prioridades no universo político contemporâneo. Quais são os atores que se legitimam frente ao Estado na arena política atual? Que tipos de mobilização e ação política são aceitas e quais excedem os limites de um sistema de referência? Quais são os horizontes e as concepções de transformação social assumidas pelos atores políticos? Quais possibilidades de superação das desigualdades estão pautadas pelas ações destes atores? O que estes sujeitos compreendem por democracia e como atuam em busca da democratização das relações sociais?

Tratar estas perguntas demanda um sistema conceitual que nos oriente desde a entrada em campo até as análises e conclusões, pois envolvem definições relacionais. Neste sentido, como argumentamos na primeira parte desta tese, os argumentos e as análises aqui delineadas estão pautadas por uma compreensão específica da política, fora da qual perdem sentido e consistência. A noção de política contraposta à polícia configura o campo epistemológico que orientou nossa investigação e seus resultados. O conceito de subjetivação política estabeleceu as relações entre identidade e política, de modo que pudemos articular processos identitários em uma perspectiva que incorporou diferentes níveis de identificação. Valemos-nos da teoria democrática radical e plural para estabelecer uma compreensão de discurso que se relaciona diretamente à noção de identidade coletiva. Entretanto, como era de nosso interesse adentrar nos aspectos interacionais concretos que se desenvolviam entre a estrutura de oportunidades políticas e a constituição de identidades coletivas, autores de tradições de pensamento distintas foram relacionados em busca de um suporte empírico que escapasse de uma apreensão excessivamente abstrata dos fenômenos políticos. Deste modo, o escopo teórico desta tese envolveu três campos fundamentais de conceituações: o político; a identidade; e o Estado. Estes três campos conceituais nos guiaram através do mapeamento e da análise das interações sociais e dos discursos articulados pelos diferentes atores sociais que acessamos.

Para darmos conta da complexidade do fenômeno estudado, a construção dos dados demandou uma estratégia metodológica híbrida. Privilegiamos o uso de métodos qualitativos, tais como entrevistas não estruturadas e semiestruturadas, análise de documentos e observação de campo, com redação de diário e cédulas de campo. Consideramos que esta estratégia pode vir a se configurar como uma proposta metodológica para a realização de pesquisas futuras que se interessem por investigar as

relações entre os movimentos sociais e o Estado. Nossa estratégia metodológica também aponta a relevância da amostra que escolhemos. Os ativistas que passam a compor os quadros políticos do governo produzem discursos privilegiados para a compreensão das interações políticas.

Entretanto, ao longo do trabalho de análise identificamos que alguns argumentos desenvolvidos se beneficiariam sobremaneira de dados quantitativos, tanto no sentido de corroborá-los ou refutá-los, como no sentido de indicar sua amplitude e extensão. Neste sentido, um dos limites impostos a esta pesquisa se deve à impossibilidade de conciliarmos metodologias qualitativas e quantitativas, embora reafirmemos a primazia dos métodos qualitativos para o estudo deste campo. Os métodos qualitativos se revelaram uma ferramenta de pesquisa imprescindível para identificar as dinâmicas interacionais e discursivas, de modo a não sermos apanhados pelo que chamamos de "a ciranda dos números".

Como método de análise optou-se pela Análise Sociológica do Sistema de Discursos, pois sua perspectiva de integrar níveis de significação possibilitou oscilar entre os aspectos manifestos e os latentes das produções textuais. Esta abordagem permite integrar métodos como a análise temática, a análise de conteúdo, a análise por categorias, a análise estrutural e a análise crítica do discurso. Esta última, que aponta para os usos mais pragmáticos da linguagem e para as relações de poder que posicionam os falantes no interior de uma estrutura discursiva, abriu caminho para associarmos os aspectos conotativos e literais com a noção de discurso apresentada pela teoria democrática radial e plural. Esta perspectiva foi fundamental, pois partimos da intenção de considerar os atores organizados da sociedade civil como sujeitos ativos, e não como variáveis dependentes que se mobilizam apenas em decorrência de alterações nos aspectos institucionais e culturais mais amplos. Este escopo teórico nos leva a compreender o Estado como um ator social, e não apenas como um cenário neutro da trama política. Uma estrutura institucional de governo apresenta elementos que não podem ser compreendidos apenas como fluxos interacionais neutros, pois o cenário organizacional representado pelo Estado já traz consigo (im)possibilidades de significação que engendram uma estrutura discursiva limitadora dos modos de ser e existir dos atores sociais e da ação pública e política.

Nossa análise buscou organizar os temas e as categorias que emergiram dos documentos e das entrevistas realizadas em dois discursos principais: o do participacionismo e o do diferencialismo identitário. O discurso do participacionismo,

de um modo geral, aponta os sentidos e ambiguidades atravessadas no discurso governamental sobre a participação social, sendo que alguns aspectos deste discurso são reproduzidos pelos entrevistados. A análise do participacionismo demandou uma breve discussão sobre a trajetória do partido dos trabalhadores, pois o desenvolvimento histórico deste partido nos ajudou a compreender o lugar ocupado pela idéia de democracia participativa durante o Governo Lula e como, neste contexto, configura-se uma estratégia de articulação populista para a gestão das identidades. Conforme desenvolvido no capítulo quatro, o discurso do participacionismo foi estruturado estrategicamente em torno de cinco elementos inter-relacionados: 1) participação qualificada; b) participação como um fim em si mesmo; c) amadurecimento gradativo; d) corresponsabilidade entre atores; e) proporcionalidade.

O discurso do diferencialismo identitário, por sua vez, mapeou o campo de identificações que posiciona a diversidade dos atores na arena política investigada, engendrando negociações e estratégias discursivas sobre os processos de (in)diferenciação. Questionamos a essencialização das experiências sociais e apontamos suas consequências para a democracia e para a constituição de narrativas sobre a política e sobre as identidades. O discurso do diferencialismo, em nossa análise, articula as noções de igualdade e diferença e identifica como, ao se articular com o discurso do participacionismo, possibilitou que o governo operasse a gestão das identidades em um processo que contribuiu para a consolidação de um projeto de poder. O discurso do diferencialismo identitário foi dividido em três mecanismos inter-relacionados de significação que versam sobre as negociações identitárias, as quais se processam nas fronteiras discursivas que separam o Estado dos movimentos sociais: 1) a reificação e essencialização das identidades; 2) a formação de fronteiras reticulares; 3) a sobreposição entre técnica e política. Estes elementos foram discutidos amplamente no capítulo cinco.

Estes dois discursos, ao se articularem, configuraram-se como uma ferramenta analítica que utilizamos para compreender os impactos do discurso estatal sobre a constituição de identidades coletivas. Debruçamos-nos sobre estes impactos a partir de uma análise sobre a produção de conflitos e consensos nas dinâmicas interacionais e discursivas, o que nos permitiu identificar elementos que participam da formação de fronteiras identitárias e políticas. A mecânica destes discursos ofereceu instrumentos para um mapeamento das interações sociais dos atores coletivos nos espaços institucionais de participação, o que se configura como uma ferramenta valiosa para

refletir sobre a política, a democracia e as formas contemporâneas que o político vem imprimindo no fazer coletivo dos movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil, em particular, e nos atores políticos, em geral.

Primeiramente, enfocamos os modos como os atores sociais percebem as mudanças na estrutura de oportunidades políticas ocorridas durante o Governo Lula e em que medida as rupturas e estratégias discursivas governamentais eram identificadas pelos entrevistados, reproduzindo ou denunciando seus elementos simbólicos, bem como os significados dos recursos e das estruturas organizacionais que foram criadas como resposta aos processos de mobilização. Isto contribuiu para aclarar como a articulação identitária promovida pelo governo alcançava o discurso dos sujeitos que fazem a ponte entre o Estado e os movimentos sociais e quais as possibilidades de gestão de identidades e conciliação de interesses conflitantes esta articulação propiciava.

Em segundo lugar, para dimensionar a extensão e a profundidade destes impactos discursivos, analisamos como os entrevistados atribuem significados aos modos de atuação e aos papéis designados aos diferentes âmbitos de atuação. Emergiram diferenciações difusas acerca dos papéis atribuídos ao Estado e aos diferentes atores coletivos da sociedade civil. Entretanto, estas diferenciações difusas se tornavam enfáticas no reconhecimento do Estado como o espaço privilegiado da política. Isto, quando combinado aos sentimentos de pertencimento ao discurso articulatório governamental, forjava interpretações críticas com relação à atuação dos movimentos sociais e sua capacidade de "compreender a política". Neste sentido, os modos de atuação dos movimentos sociais, se comparados aos do governo (especificamente os atores do poder executivo), apareceram com mais frequência como problemáticos ou como "causa" das dificuldades para o avanço dos processos de democratização social.

Em terceiro lugar, para aprofundarmos acerca de como estes sujeitos estabeleciam relações de causalidade sobre as ações políticas e seus impasses, nossa análise se voltou para as dinâmicas interacionais que se desenvolviam entre os movimentos sociais e o Estado com o objetivo de compreender como são estabelecidas as fronteiras identitárias e a capacidade dos atores de definirem as formas a partir das quais vão interagir. Neste contexto, os discursos participacionista e diferencialista se articulavam conectando a mobilização de identidades, empreendida pelo Estado, com o monopólio de narrativas, por parte dos movimentos sociais. A formação de fronteiras

reticulares foi o elemento discursivo que auxiliou na identificação das dinâmicas interacionais e das negociações identitárias que definiam estas conexões.

O diferencialismo cumpriu um papel fundamental na delimitação de uma gramática política que reifica identidades, associando uma determinada experiência social à "verdade" sobre uma diferença. Este processo constituiu formas diferencialistas de interação que, por seu fechamento interacional, associou o monopólio de narrativas ao monopólio de oportunidades, conectando os atores organizados da sociedade civil à mobilização Estatal das identidades. Buscamos identificar, nestas dinâmicas interacionais, alguns impasses que chamamos de "ciladas do diferencialismo", tais como a assimilação essencialista das diferenças e a naturalização dos conflitos políticos, que redundavam na dissipação da política. O termo "ciladas do diferencialismo" foi inspirado na expressão "ciladas da diferença", de Pierucci (1998), e o desenvolvemos como uma forma de sinalizar que os mecanismos de dissipação da política não estão relacionados à diferença, mas ao diferencialismo.

No âmbito da sociedade civil organizada um efeito importante do diferencialismo foi o aprofundamento das hierarquias entre as identidades coletivas, pois o monopólio de narrativas implicava em monopólios de oportunidades, propiciando o acesso a recursos valiosos de modo privilegiado aos atores que melhor se adequaram à gramática policial impressa na estrutura de oportunidades políticas. No âmbito do Estado, este discurso acentuou a fragmentação temática na estrutura organizacional e discursiva governamental, diminuindo as possibilidades de respostas efetivas às demandas dos movimentos sociais, ao passo que alimentava estratégias argumentativas que devolviam à sociedade civil a responsabilidade pelas impossibilidades de avanço. O participacionismo desempenhou um papel importante na configuração de uma percepção pragmática da política, que envolvia uma compreensão neutralista do Estado e uma noção burocratizada de participação social.

O discurso estatal também tendia a se apropriar do mecanismo forjado pela articulação entre o diferencialismo e o participacionismo para apontar as fraturas na configuração do Estado enquanto um espaço de transformação social. Entre uma percepção pragmática de participação e uma visão fragmentada do corpo social, as (im)possibilidades da ação política foram recolocadas a partir do que nomeamos como dilemas entre a "parte" e a "partilha". Estes dilemas desenharam nas fronteiras reticulares concepções de mudança social voltadas para a ação e o protagonismo do

Estado, ao mesmo tempo em que reafirmava sua impotência frente à fragmentação do corpo social e a "correlação de forças políticas".

Como argumentamos anteriormente, o discurso estatal engendrou uma estrutura discursiva paradoxal, na qual a polícia se transformou para incluir em espaços institucionais sujeitos que naturalmente não deveriam estar ali, mas que provoca uma assimilação profunda por parte dos subalternos e das lideranças que vocalizavam os danos sociais, de modo que a divisão das partes não pode ser questionada para além de suas equações matemáticas. Este paradoxo provoca, por um lado, a gestão das identidades e a sustentação da legitimidade de um projeto de poder e, por outro lado, a despolitização (no sentido apontado por Rancière) e o enfraquecimento dos processos de mobilização que ironicamente constituem uma parte importante do suporte político deste mesmo projeto de poder.

Outro aspecto engendrado por estes mecanismos foi o que chamamos de a subjetivação do social pela política, no qual os conflitos se circunscrevem à legalidade das ações públicas e sob o imperativo da manutenção da ordem social. A produção de consensos se torna o norteador da ação política, que acaba por reproduzir, em última instância, o discurso único da inexorabilidade das ações de governo. Neste ponto o discurso estatal se encontra com o discurso da globalidade, e o Estado se vê pressionado, de um lado, pelas demandas por democratização impostas pelos organismos transnacionais, o que demanda a produção de "números" que indiquem avanços democráticos. Por outro lado, as pressões dos organismos transnacionais impedem que o governo empreenda ações que radicalizem os princípios de democratização a partir de alterações estruturais, pois deve se subscrever ao discurso capitalista liberal e sua cartilha desenvolvimentista.

Neste contexto, no âmbito da política internacional, aliadas às políticas sociais, as ações de reconhecimento e afirmação de identidades e os arranjos participativos se mostraram um caminho interessante para melhorar a imagem do Brasil no exterior e consolidar a figura de Luis Inácio Lula da Silva como uma importante liderança mundial. É difícil mensurar o quanto a idéia de democracia participativa foi importante na manutenção na governabilidade, na aprovação do governo e na consolidação de seu projeto de poder. Entretanto, nossa análise nos dá subsídios para argumentar que sem o enlace com os atores organizados da sociedade civil os conflitos sociais poderiam ter se tornado um foco de instabilidade constante e profundo no cenário nacional, o que se refletiria diretamente no cenário internacional. Isto nos leva a reconhecer a importância

de analisarmos os discursos governamentais acerca da participação e das identidades, pois a partir disto podemos identificar os processos interacionais e as ações políticas que provocam a dissipação da política, bem como mapear as fraturas e fragilidades do sistema político que podem se configurar como pontos estratégicos para a incidência de ações coletivas democratizantes.

Os discursos analisados, que enfocaram uma participação regulada e um reconhecimento diferencialista das partes da sociedade, apresentaram uma dupla vantagem para a governabilidade: não contradizem diretamente a idéia de ruptura sem rompimento, o que foi determinante para a consolidação da legitimidade política dos atores governamentais, e contribuem para ressaltar a fronteira entre governo e Estado. A separação entre governo e Estado também aparece no discurso governamental apontando o imobilismo do legislativo brasileiro, e se volta para a insuficiência do Estado na superação das desigualdades. Neste ponto identificamos uma fratura do discurso governamental que nos permite devolver à sociedade seu protagonismo político para além do Estado e da participação institucionalizada. Entretanto, argumentamos que a superação destes impasses demanda uma perspectiva articulatória que não esteja circunscrita aos discursos participacionista e diferencialista, pois, caso contrário, estará circunscrita pelos mecanismos sensíveis da lógica policial.

Sem desmerecer os avanços alcançados com a democracia participativa, que provavelmente trouxeram melhorias na qualidade de vida da população, devemos pensar a mobilização de identidades e o monopólio de narrativas e oportunidades como questões sérias e que podem limitar as possibilidades de reinvenção da política e a democratização da sociedade. Isto demanda a superação dos discursos participacionista e diferencialista, uma vez que, como identificamos, a ordem policial instaurada no período que recortamos não despolitiza no sentido no conformismo, ao contrário, ela ordena o inconformismo e direciona sua força igualando política a política pública. Esta análise nos alerta que os movimentos sociais não podem perder seu potencial criativo e devem buscar caminhos para reinventar coletivamente novas formas de ser e existir, enunciado seus dissensos a partir de processos de subjetivação política que de fato alarguem a partilha do sensível. Isto implica no reconhecimento de atores não identitários, a partir de contínuos processos de verificação da igualdade.

Nosso estudo deixa entrever algumas questões que merecem ser investigadas em momentos posteriores. Embora neste trabalho tenhamos evitado enfocar questões específicas de cada um dos movimentos sociais analisados, reconhecemos que estudos

que contemplem as formas de relação entre os atores organizados da sociedade civil e o Estado a partir de questões particulares tendem a se enriquecer com uma perspectiva crítica ao diferencialismo e ao participacionismo.

Abordar os problemas no tratamento do jovem pelas políticas públicas, tais como os projetos de qualificação para profissões subalternas ou aqueles que em última instância buscam impedir o uso de drogas e as atividades criminosas, abordando o jovem como um "problema", pode ser um caminho frutífero para identificarmos dissensos políticos que tendem a ser tratados como questões técnicas. Uma perspectiva crítica terá que questionar a técnica, fazendo emergir os aspectos éticos que subjazem aos discursos estatais acerca destas temáticas específicas, abrindo caminho para a inclusão destes temas em um panorama mais amplo sobre a política.

Outro ponto que nos parece válido para futuras investigações versa sobre as esferas de governo. Reconhecemos que nosso recorte não foi preciso o suficiente para adentrar nos aspectos mais minuciosos da estrutura de oportunidades políticas, no que diz respeito às diferenças entre os âmbitos municipal, estadual e federal da administração pública. Estudos posteriores podem atribuir mais atenção às possibilidades de interpelação do Estado pelos movimentos sociais, considerando o problema das escalas e as incumbências e características em cada um dos níveis de governo.

Nosso estudo adentrou o Estado a partir do poder executivo, o que denota uma estratégia metodológica com potencialidades e fragilidades. Analisar o poder legislativo e o judiciário com mais atenção é uma condição urgente para compreendermos a política contemporânea. O poder legislativo foi apontado por diversos entrevistados como o grande responsável pelos principais impedimentos para ações governamentais de combate à desigualdade. O poder judiciário, por sua vez, esteve presente em vários episódios polêmicos na última década, configurando-se inclusive como um recurso importante para as ações dos movimentos sociais. Sem recorrer ao poder judiciário, ações políticas desafiadoras, como as ocupações, por exemplo, tenderiam a sofrer repressão de forma muito mais rápida e violenta. O poder judiciário é um campo estratégico para superarmos uma concepção do direito como uma propriedade e alçarmos discursos que versem sobre a igualdade e a justiça para além da legalidade reconhecida pelo ordenamento policial de uma sociedade.

Reconhecemos também que ao analisar a configuração no sistema de partidos enfocamos sobremaneira o percurso histórico do PT e as estratégias discursivas do

governo federal. Consideramos relevante que outros partidos e grupos políticos sejam postos em análise, o que pode oferecer um substrato valioso para compreendermos os projetos de poder em disputa e as negociações envolvidas no cenário político-partidário contemporâneo. O conceito de identidade coletiva oferece uma ferramenta analítica interessante para identificarmos a formação dos discursos políticos e das coalizões partidárias, e como estas interações podem trazer elementos para a configuração de novas estratégias políticas no campo dos movimentos sociais. Parece-nos importante considerar partidos como o PSB, que se encontra em franco processo de crescimento e fortalecimento, ou o PMDB, que segue como o partido mais expressivo no cenário eleitoral brasileiro, apesar da ausência de princípios ideológicos claros. Além disto, a trajetória do PSDB e os antagonismos estabelecidos entre este partido e outros que compõem o campo comumente chamado de centro-direita, também se constitui como um interessante objeto de investigação para compreendermos a arena política contemporânea.

Em vias de finalização, vale destacarmos algumas questões atuais que sinalizam campos de investigação com os quais o presente estudo pode contribuir. Primeiramente, o crescimento do protestantismo denota a importância de compreendermos melhor as novas relações entre política e moral no Brasil. Não apenas no que tange a influência do discurso religioso, mas como diferentes discursos morais tem disputado espaço no campo discursivo que molda o político e os processos de democratização. Como abordamos no capítulo seis, os movimentos LGBT podem desempenhar um protagonismo nas discussões sobre a laicidade do Estado, a partir de processos de verificação da igualdade com atores fundamentalistas. Entretanto, isto também demandará a superação dos discursos diferencialista e participacionista.

Em segundo lugar, a recente renovação dos movimentos alterglobalização, inspirados na primavera árabe, tais como o 15M espanhol e o Ocupy Wall Street nos Estados Unidos, influenciaram o surgimento de ações semelhantes em diversas partes do mundo. Grupos com menos poder de mobilização e menos organizados no endereçamento de demandas e propostas começaram a se organizar ainda de forma incipiente no Brasil. Podemos supor que a diminuição da pobreza sem a diminuição da desigualdade possa explicitar a fragilidade das classes médias nas hierarquias sociais. Isto pode conduzir setores com alto capital social a processos de mobilização social que canalizem de forma impactante uma diversidade de descontentamentos sociais a partir de estratégias articulatórias inovadoras. Um otimismo cuidadoso deve orientar a análise

destes novos movimentos, sobretudo por conta da velocidade com que se desmobilizam e de como tendem a se fortalecer apenas em momentos de crise política e econômica aguda.

Em terceiro lugar, ao longo desta pesquisa identificamos alguns fenômenos coletivos que apontam para uma renovação dos processos de mobilização e politização. De um lado temos o surgimento de ações coletivas com algumas tendências discursivas conservadoras e elitistas, organizadas por setores das classes medias e altas, como as marchas "contra a corrupção", "contra as cotas", pelo "orgulho heterossexual" e outras, que apontam para conflitos resultantes de alargamentos sensíveis recentes, mas também para antigas polêmicas. Com algumas nuances, identifica-se ainda o movimento "gota d`água", encabeçado por atores globais contra a usina de Belo Monte, de cunho também elitista, mas que se conecta a redes mais amplas e diversificadas de militância e aponta para complexos vínculos políticos. Por outro lado, vemos a renovação de discursos progressistas articulados a partir de ações coletivas como, por exemplo, a "marcha das vadias" e a "marcha da maconha", que se mobilizam em torno de temas específicos, mas abrem caminho para uma pluralidade de reivindicações de forma menos dicotômica e mais analítica. Obviamente cada um destes movimentos sociais recebeu um tipo diferenciado de tratamento pelos diversos atores, entre a mídia, a academia e o Estado.

A necessidade de questionarmos uma perspectiva participacionista e diferencialista aponta para a importância de considerarmos a diversificação dos processos de mobilização social, pois estes empreendimentos coletivos trazem consigo a noção de um alargamento da democracia, fazendo emergir a política em lugares até então incontados e por caminhos inusitados. Os estudos sobre a política não podem ignorar a diversificação destes fenômenos que estão transformando as formas de fazer política na atualidade. Talvez o diagnóstico mais contundente desta tese resida exatamente na urgência de reconhecermos e exercitarmos a criatividade e a ousadia que vem demonstrando espontaneamente alguns atores coletivos, como forma de participarmos e compreendermos as lutas contra as injustiças e desigualdades.

Referências Bibliográficas

ABERS, R. & BÜLOW, M. (2011). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? In *Sociologias*, a. 13, n. 28.

ABRANCHES, S. (1988). Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. In *Dados* 31:5-38.

AGOSTO, P. (2003). *Wallerstein y la crisis del Estado-nación*. Campo de Ideas: Madrid.

ÁLAMO, F. (2010). *Análisis Sociológico del Sistema de Discursos*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

ALVAREZ, S., DAGNINO, E.; & ESCOBAR, A. (1998). (ORG.). *Cultures of Politics/Politics of Cultures: re-visioning Latin American Social Movements*. Estados Unidos: Westview Press.

ALVAREZ. S; DAGNINO, E.; ESCOBAR. A. (2000). Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In ALVAREZ. S; DAGNINO, E.; ESCOBAR (orgs.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (pp. 15-57). Belo Horizonte: Editora UFMG.

ANJOS, G. (2002). Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. *Sociologias*, Porto alegre, ano 4, no 7, (Jan/Jun 2002).

ARNEY, L. FERNANDES, M. & GREEN, J. (2003). Homossexualidade no Brasil: Uma Bibliografia Anotada. In *Cadernos AEL*. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.

AVRITZER, L. (2004). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp.

_____. (2002). Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil, in. SANTOS, B. (org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2001). Globalização e espaços públicos: A não regulação como estratégia de hegemonia global. In. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63.

BAIOCCHI, G., BRAATHEN, E. & TEIXEIRA, A. (2012). Transformation Institutionalized? Making Sense of Participatory Democracy in the Lula Era. In Stokke C. and O. Thornquist (eds), *Democratization in the Global South: The Importance of Transformative Politics*. London, UK: Palgrave McMillan.

BAUMAN, Z. (1999). *Globalização: As Conseqüências Humanas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

BERNSTEIN, M. (2005). Identity Politics. In *Annual Review of Sociology*. Vol. 31.

_____. (1997). Celebration and Supression: The Strategic Uses of Identity by the Lesbian and Gay Movement. In. *American Journal of Sociology*. v.103. n. 3.

BLANCO, J. & MARTIN, L. (2003). Notas sobre identidad y política en las obras de Jacques Rancière y de Paul Ricœur. Presentado ante el *VI Congreso Nacional de Ciencia Política*. Universidad Nacional de Rosario.

BOBBIO, (1992). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.

BOSI, E. (1979). *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz.

BOSTEELS, B. (2010). Archipolitics, parapolitics, metapolitics. In DERANTY, J. (Ed.). *Jacques Rancière, Key Concepts*. Durham: Acumen.

BRAH, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26). Janeiro-Junho.

BRASIL (2004). MINISTÉRIO DA SAÚDE; CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual.* Brasília: Ministério da Saúde.

_____. (1988). PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. *Constituição*, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Constituiçao.htm

_____. (2005). PLC - PROJETO DE LEI DA CÂMARA, No. 1151 DE 1995. Congresso Nacional. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329

_____. (2006). PLC - PROJETO DE LEI DA CÂMARA, No. 122 DE 2006. Congresso Nacional. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79604

BRUZIGUESSI, B & BEZERRA, C. (2010). Coerção e consenso: os fundamentos da criminalização dos movimentos sociais no Brasil. In *Libertas*, Juiz de Fora, v.10, n.1.

BURITY, J. (1999). Identidade e Cidadania: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre sociedade civil, indivíduos e estado. In. *Cad. Est. Soc*. v. IS, n. 2.

_____. (1997). Cultura e identidade no campo religioso. In *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 9, out.

BUTLER, J. (2000). El Marxismo y el meramente cultural. In *New Left Review*. N° 2. Maio/Junho.

_____. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.

CÂMARA, C. (2002). *Cidadania e Orientação Sexual: A Trajetória do Grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada.

CARDOSO, R. (1999). A trajetória dos movimentos sociais. In DAGNINO, Evelina (ORG). *Anos 90 - política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

CARRARA, S. & VIANNA, A. (2006). "Tá lá o corpo estendido no chão...": a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2):233-249.

CARRARA, S. (2005). O centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o "Lugar" da homossexualidade. In*:* GROSSI, M. et Al. (2005) *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond.

CARRARA, S., RAMOS, S., CAETANO, M. (2003) *Política, direitos, violência e homossexualidade: 8ª Parada do Orgulho GLBT – Rio – 2003*. Rio de Janeiro: Pallas.

CARVALHO, M. & CASTRO, M. (2002). Globalização e Transformações Políticas Recentes no Brasil: os anos 1990. *Rev. Sociol. Polit*. No.18. Curitiba. Jun.

CASANOVA, P. (2008). Globalidade, neoliberalismo e democracia. In GENTILLI, P. (Org.). *Globalização Excludente: Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis/RJ: Vozes.

CASTRO, J.; AQUINO, L. & ANDRADE, C. (orgs). (2009). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea.

CASTRO, L. (2008). Ser Jovem. Texto apresentado no *XVIII Congrès International des Sociologues de Langue Française*. Istanbul, 7 a 11 de Julho.

CASTRO, M. & ABRAMOVAY, M. (2009). *Quebrando Mitos: Juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude*. Brasilia: CONJUVE/SNJ/RITLA.

_____. (2004). *Políticas públicas de/para/com as juventudes*. Brasília: UNESCO.

CASTRO, M. (1992) Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. *Revista Estudos Feministas,* Rio de Janeiro: n.0.

CERTEAU, M. (1986). History: Science and Fiction. In: *Heterologies: Discourse on the Other*. . Minneapolis : University of Minnesota Press.

CHAMBERS, A. (2010). Police and oligarchy. In DERANTY, J. (Ed.). *Jacques Rancière, Key Concepts*. Durham: Acumen.

CHAUÍ, M. (2007). Contra a Violência. *Portal do PT*. Acessado em 04/04/2007. Disponível em: http://www.pt.org.br/site/noticias/noticias_int.asp?cod=48538

_____. (2004). *Democracia, ética e ação crítica*. Palestra realizada no Centro Cultural da UFMG, 5 de abril de 2004.

_____. (2001). *Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária.* 4. ed. São Paulo: Fund.Perseu Abramo.

CIAMPA, A. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense.

_____.(1984). Identidade. In: W. Codo & S. T. M Lane (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

NARDI, H. (2010). Políticas Públicas, governamentalidade e diversidade sexual: as tecnologias da educação como campo de investimento e inflexão do dispositivo da sexualidade. In: Solange Jobim e Souza; Marcia Moraes. (Org.). *Tecnologias e modos de ser no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e 7 Letras..

CLAM (2008). “Alguien tiene que ceder”. In *Portal do O Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos*. Publicado em 12/06/2008. Disponível em http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4278&sid=21&UserActiveTemplate=_ES. Acessado em junho de 2012.

CORAGGIO, J. L. (2000) Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In Tommasi, L.; Warde, M. J. & Haddad, S. (ORG’s). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez.

CORRÊA, S. & PETCHESKY, R. (1996). Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 6 (1/2): 147-177.

COSTA, F. (2010). Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos: uma leitura a partir da Teoria Democrática Radical e Plural. *Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais.*

COSTA, J. (1995). A construção cultural da diferença dos sexos. IN *Sexualidade, Gênero e Sociedade*. Publicação Semestral, Ano 2, n. 3, junho.

_____. (1995b). *A Face e o Verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta.

_____. (2002). *A Inocência e o Vício: estudos sobre o homoerotismo*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

CRESWELL, J. (2003). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. London: SAGE.

D`INCAO, M. (org.). (2001). *O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Editora Cortez.

DAGNINO, E. (2002). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e

DEMO, P. (1982). *Pesquisa Participante: mito e realidade*. Brasília: UnB/INEP.

DERANTY, J. (2010). (Ed.). *Jacques Rancière, Key Concepts*. Durham: Acumen.

DOIMO, A. (1993). *A vez e a voz popular: movimentos sociais e a participação popular no Brasil pós-70.* Rio de Janeiro: ANPOCS.

DOMINGOS, R. (2011). Câmara de SP aprova Dia do Orgulho Hétero. In G1 de 02 de agosto de 2011. Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/08/camara-de-sp-aprova-dia-do-orgulho-hetero.html

DOMINGUES, J. (2009). *A America Latina e a Modernidade Contemporânea: Uma Interpretaçao Sociologica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

DRUCK, G. & FIGUEIRAS, L. (2006). Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. In Rev. *Katál*. . 10 n. 1. jan./jun.

DUQUE-BRASIL, F. (2011). Democratização e Participação Social: A construção de avanços democratizantes nas políticas urbanas pós-1980. *Tese de Doutorado. FAFICH. UFMG*.

EDER, K. (2003). Identidades Coletivas e Mobilização de Identidades. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Vol. 18 nº. 53 outubro.
_____. (2001). A Classe Social Tem Importância no Estudo dos Movimentos Sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 16. n. 46.
_____. (1993). *The New Politics of Class: social movements and cultural dynamics in advanced societies*. London: Sage.

EISENTADT, S. N. & GIESEN, B. (1995). The Construction of Collective Identity. In *Archives Europeanes de Sociologie.* 36: 72-102.

ELIAS, N. (1994). *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ENGEL, S. (2001). *The Unfinished Revolution: Social Movement Theory and the Gay and Lesbian Movement*. Cambridge: Cambridge Univerty Press.

ESCOREL, S. (1999). *Vidas ao léu*. Rio de Janeiro:Fiocruz.

FACCHINI, R. (2005). Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. São Paulo: Garamond.

FAIR, H. (2009). Arendt, Laclau, Rancière: Tres teorías filosóficas de la política para pensar, comprender y modificar el mundo actual. In *Daímon*. Revista Internacional de Filosofía, nº 48.

FAIRCLOUGH, N. (2001). *Discurso e mudança social.* Brasília: Universidade de Brasília.

FARIA, C. (2010). Estado e organizações da sociedade civil No Brasil contemporâneo: Construindo uma sinergia positiva? In *Revista Sociologia Política*, v. 18, n. 36.

FERREIRA, B. (2004). *O risco do Político: Crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

FOUCAULT, M. (1997). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
_____. (1996). *Vigiar e punir: história das violências nas prisões*. (Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión). Petrópolis: Vozes.

FRANÇA, I. & SIMÕES, J. (2005). Do gueto ao mercado. IN GREEN, J. & TRINDADE, R. (ORG) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.

FRANÇA, I. (2006). "Cada macaco no seu galho?": poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. In Revista brasileira de Ciências Sociais. v.21 n.60 s.60.

FRASER, N. (2001). Da Redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In Souza, J. (Org.) *Democracia Hoje. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UNB.
_____. (2002). A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. In. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 67-97, Out.

FREITAS, M. (2007). *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento - agosto 2005 a março de 2007*. Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa.

FREITAS, M. (org). (2007). *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – Agosto de 2005 à Março de 2007.* Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa.

FRY, P. (1982). *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GATTI, G. (2005). LA TEORÍA SOCIOLÓGICA VISITA EL VACÍO SOCIAL (o de las tensas relaciones entre la sociología y un objeto que le rehuye). In ARIÑO, A. (ED.). *Las encrucijadas de la diversidad cultural*. Madrid: CIS.

GAY1 SP (2012). Travesti eleita vereadora de Piracicaba é ameaçada de morte caso assuma mandato. Matéria publicada pelo *Gay1 SP*, com *Jornal de Piracicaba*, na quarta-feira, 17 de outubro de 2012. Disponível em: http://saopaulo.gay1.com.br/2012/10/sp-travesti-eleita-vereadora-de.html.

GENTILLI, P. (2008) (Org.). Globalização Excludente: Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis/RJ: Vozes.

_____. (1999). O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. In GENTILLI, P. & SILVA, T. *Neoliberalismo, qualidade total e educação.* Petrópolis: Vozes.

GOFFMAN, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience. Pannsylvania*: Harper & Row.

GOFFMAN, E. (2001). *Manicômios, Prisões e Conventos.* São Paulo: Editora Perspectiva.

GOHN, M. (1997). *Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos.* São Paulo: Edições Loyola.

_____. (1994). *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez.

_____. (1991). *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola.

GÓIS, J. (2003). Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Revista Estudos Feministas* vol.11 no.1. Florianópolis Jan./June.

GÓMEZ, J. (2008). Globalização da política: Mitos, realidades e dilemas. In GENTILLI, P. (Org.). *Globalização Excludente: Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis/RJ: Vozes.

GOSS & PRUDÊNCIA (2004). Conceitos de Movimentos Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho, p. 75-91.

GREEN, J. & TRINDADE, R. (2005). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.

GREEN, J. (2000). *Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX*. São Paulo: Editora Unesp.

_____. (2003). A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. In *Cadernos AEL*. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.

GUIZARDI, F. L. & PINHEIRO, R. (2006) Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde. In *Ciência & Saúde Coletiva*, v.11. n.3.

HABERMAS. J. (1981). *Historia y Crítica de La Opinión Pública.* Barcelona: Gustavo Gili.

HALL, S. (2005) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

HOBSBAWN, E. (2012). O socialismo fracassou, agora o capitalismo faliu; o que virá a seguir? In *Folha de São Paulo*. Ilustrada. 01/10/2012.

IHU (2011). Conjuntura da Semana: Balanço de um ano do governo Dilma Rousseff. *Jornal do Instituto Humanitas Unisinos*, 31 de dezembro de 2011. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505269-conjuntura-da-semana-balanco-de-um-ano-do-governo-dilma-rousseff. Acessado em: novembro de 2012.

JUNQUEIRA, R. (2007). Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas*, 1 (1). http://periodicos.ufrn.br/index.php/bagoas/article/viewFile/2256/1689

KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG & TARROW (2003). Blending Methods and Building Theories in Social Movements Research. In: Klandermans & Staggenborg. (ORG) *Methods of Social Movement Research*. Minneapolis:University of Minnessota Press.

KLEIN, N. (2007). *La doctrina del shock : el auge del capitalismo del desastre.* Barcelona: Paidós.

_____. (2002). *Sem Logo: a tirania das marcas em um planeta vendido.* Rio de Janeiro: Record.

KRIESI, H. (1992). El contexto político de los nuevos movimientos sociales en Europa Occidental. In Benedicto, J. y Reinares, F. (eds.). *Las transformaciones de lo político*. Madrid: Alianza Universidad.

KUCINSKI, B. (2001). O partido tardio dos trabalhadores. In D`INCAO, M. (org.). *O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Editora Cortez.

KUSCHNIR, K. & CARNEIRO, L. (2000). As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Cultura Política* - nº 24 - 1999/2.

LACLAU, E. & MOUFFE, C. (1987). *Hegemonía y estrategia socialista:Hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI.

_____. (1985). *Hegemony & Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.

LACLAU, E. (2006). Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In Amaral Jr., A. & Buriti, J. (ORG). Inclusão Social, Identidade e Diferênça: Perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Annablume.

_____. (2005). *La razón populista*. Buenos Aires: FCE.

_____. (1993). *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.

LANE, S. (2000). A Psicología Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In: Campos; R. & Guareaschi, P. (Org.). *Paradigmas em Psicologia Social: A Perspectiva Lartino-Americana*. Petropolis: Editora Vozes, v. 1.

LANE, S. T. M & CODO, W. (orgs). (1984). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

LEHER, R. & SETÚBAL, M. (2005). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez Editora.

LEHER, R; TRINDADE, A; LIMA, J & COSTA, R. (2010). Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010. In *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO). Año XI, N° 28.

LEMES, C. (2011). Rede Feminista de Saúde alerta: A Rede Cegonha é retrocesso de 30 anos. Entrevista com Telia Negrão. *Viomundo*. Disponível em: http://www.viomundo.com.br/entrevistas/rede-feminista-de-saude-rede-cegonha-e-um-retrocesso-de-30-anos-nas-politicas-de-genero-saude-da-mulher-direitos-reprodutivos-e-sexuais.html. Acessado em novembro de 2012.

LEÓN, I. (2003). Globalización y exclusión social por orientación sexual In LEÓN, I. & MTETWA. P., editoras (2003). *Globalización: alternativas GLBT*. Dialogo Sur/Sur GLBT. Ecuador.

LIBARDONI, M. (1999). Fundamentos Teóricos e Visão Estratégica da Advocacy. *Texto elaborado para os workshops nacionais de advocacy*. PDF. Disponível em: *150.162.1.115/index.php/ref/article/download/11936/11202 . Acessado em junho de 2012.*

LIMA, D. (2011). O conceito do político em Carl Schmitt. In *Argumentos*, Ano 3, N°. 5.

LIMOEIRO-CARDOSO, M. (2008). Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In GENTILLI, P. (Org.). *Globalização Excludente: Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis/RJ: Vozes.

LÜDER, L. (2010). El fundamento negativo de lo político en la obra de Laclau, Badiou y Žižek. Disponível em http://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/cps/article/viewFile/1406/1199. Acessado em Julho de 2012.

MACADAM, D., TARROW, S. & TILLY, C. (2009). Para mapear o confronto político. In *Lua Nova*, São Paulo, 76: 11-48.

MACHADO, F. & CARMONA, A. (2010). Construindo a cidadania sexual nas políticas públicas. *Pensar BH: Política Social*, v. 27, p. 19-23.

MACHADO, F. & COSTA, F. (2008). A multidimensionalidade das ações coletivas contemporâneas e a insuficiência das teorias sociológicas (Resenha: ENGEL, Stephen M. The Unfinished Revolution: social movement theory and gay and lesbian movement. Cambridge: Cambridge University Press). In Revista Bagoas: Estudos Gays, Gêneros e Sexualidades. v. 2. n3.

MACHADO, F. & PRADO M. (2005). Movimentos Homossexuais: A Constituição Da Identidade Coletiva Entre a Economia e a Cultura. O Caso de Dois Grupos Brasileiros. *Revista Interações*: Estudos e pesquisas em Psicologia, São Paulo: Unimarco, v. X. n. 19, p. 42. jan/jun.

_____. (2007). Sexualidade e Cidadania. Sociedade Civil e Poder Público na Organização da Parada GLBT na Cidade de Belo Horizonte (Brasil). *Revista Lês Cahiers de Psychologie politique*: Caen, França. v. 10. Fev. Disponível em: http://www.cahierspsypol.fr/RevueNo10/Sommaire/sommaire10.htm.

MACHADO, F. (2011). O Discurso do Estado e seu impacto na Constituição de Identidades coletivas: uma análise psicopolítica sobre os movimentos de juventude e LGBT no Brasil. Trabalho apresentado no *Seminário Ciudadania 2.0: Transformando Iberoamérica.* Salamanca. Disponível em: https://sites.google.com/site/seminariociudadania20/programa. Acessado em setembro de 2012.

_____.(2007). Muito além do arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais.

MACHADO, F., FONSECA, C., & NASCIMENTO, L. (2007). Dilemas Contemporâneos dos Movimentos Sociais GLBT. In MAYORGA, C. & PRADO, M. (ORG) *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres.* Belo Horizonte: Autêntica.

_____. (2007b). *Relatório Técnico Parcial do Projeto de Implementação do CRGLBT*. (Relatório Técnico). Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

_____. (2007c). *Olhares e Desafios na Construção do CRGLBT em Belo Horizonte. Trabalho Intersetorial e os Direitos de Cidadania*: Experiências Comentadas - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, p. 36 - 40, 01 dez.

MACHADO, M. (2002). *Entrevista de Pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado.* Belo Horizonte: C/Arte.

MACRAE, E. (2005). Em defesa do gueto. IN GREEN, J. & TRINDADE, R. (ORG). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.

_____. (1990). *A Construção da Igualdade – Identidade Sexual e Política no Brasil da "Abertura"*. Campinas: Editora da Unicamp.

MANZINI-COVRE, M. (2001). Brasil “clivado”: o seu lado criativo. In D`INCAO, M. (org.). *O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Editora Cortez.

MARQUES, R. & MENDES, A. (2007). Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. In Rev. *Katál*. . 10 n. 1. jan./jun.

_____. (2004). O Governo Lula e a contra-reforma previdenciária. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.18, p. 3-15, set./ jul.

MARQUES, R. & NAKATANI, P. (S/D). A política econômica do governo Lula: como mudar para ficar no mesmo. Revista Tiers Monde, Paris: Sorbonne, n. 189. No prelo.

MARSIAJ, J. (2003). Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. In *Cadernos AEL*. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.

MARTINS, J. (2000). As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. In *Estudos Avançados*. v.14, n.38.

MATTAR, L. (2008). Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. *Sur, Rev. Internacional de direitos humanos.* São Paulo. v. 5, n. 8.

MAYORGA, C. & PRADO, M. (ORG) (2007). *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica.

MAYORGA, C.; RASERA, E. & PEREIRA, M. (2009). Psicologia Social: Sobre Desigualdades e Enfrentamentos. Curitiba: Juruá.

MELUCCI, A. (1989) Um objetivo para os movimentos sociais? In. *Lua Nova*. São Paulo, jun. n.17, p. 49-65.

_____. (2001). *A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas.* Petrópolis, RJ: Vozes.

_____ (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. In *Revista Brasileira de Educação*. n.05-06.

_____. (1996). *Challenging Codes.* Cambridge: Cambridge University Press.

MENDES, J. (2003). Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. Disponível em http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.pdf. Acessado em 16 de janeiro de 2004.

MONTEIRO, I., DUARTE, G. & AMARAL, J. (2012). Conferências LGBT: notas sobre participação e democracia. Trabalho apresentado no *VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos sobre o Homoerotismo*. Salvador, BA.

MONTEIRO, M. R. (2000). Civilização e cultura: Paradigmas da nacionalidade. In *Cadernos Cedes,* ano XX, no 51, novembro.

MOTT, L. (2000). *Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil*. Salvador: Grupo Gay da Bahia.
_____. (2002). O *Crime Anti-Homossexual no Brasil.* Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.

MOUFFE, C. (1988). Hegemony and New Political Subjects: Toward a New Concept of Democracy In Nelson, C. & Grossberg, L. (ORG) *Marxism and Interpretation of Culture*. Chicago: University of Ilinois Press.
_____. (1996). *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva.
_____. (2000). *The Democratic Paradox*. London: Verso.
_____. (2005). *On the Political*. New York: Routledge.
_____. (2006). Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociologia Política*, Curitiba, 25, p. 165-175, jun.

MOUTINHO, (2006). Negociando com a adversidade: Negociando com a adversidade: reflexões sobre "raça", (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril.

NEVES, J. (1996). Pesquisa Qualitativa - Características, usos e possibilidades. In *Caderno de Pesquisas em Administração*. v.1. n.3.

NITSCH, M. (2001). Capitalismo tropical x Cidadania. In D`INCAO, M. (org.). *O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Editora Cortez.

NOVAES, R. (2009). Prefácio. *In* CASTRO, J.; AQUINO, L. & ANDRADE, C. (orgs). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea.

OLIVEIRA, A. (2011). As retículas de impressão, ponto a ponto. In *Tecnologia Gráfica*. Disponível em http://www.revistatecnologiagrafica.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2169:as-reticulas-de-impressao-ponto-a-ponto&catid=38:producao-grafica&Itemid=184. Acessado em novembro de 2012.

OLIVEIRA, C. (2006). A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In BASUALDO, E. & ARCEO, E. (org) *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales.* Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
_____. (2001). O BUG do Milênio: sociabilidade antipública numa sociedade periférica. In D`INCAO, M. (org.). *O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização.* São Paulo: Editora Cortez.

OLIVEIRA, M. (2005). Entre Rezas e Resistências: o político se reconfigurando a partir das experiências dos movimentos populares e da atuação da igreja nos anos 70 e 80. *Achegas.net – Revista de Ciência Política*. n. 25 - setembro / outubro.

ONG, A. (2009). Entrevista com Aihwa Ong. In *Revista Horizontes Antropológicos*. v.15 n.31.

ONU. (2006). Princípios de Yogyakarta. Painel Internacional de especialistas em legislação internacional de direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia.

ORTIZ, R. (2006). *Mundialização: Saberes e Crenças*. São Paulo: Brasiliense.

OURIQUES, N. (2012). FHC plagiou intelectuais banidos pela ditadura. In *Carta Capital*, 16/07/2012. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/politica/fhc-plagiou-intelectuais-banidos-pela-ditadura. Acessado em agosto de 2012.

PAD (2010). DOSSIÊ: A repressão aos defensores de direitos humanos e movimentos sociais no Brasil. Brasília: MNDH.

PARKER, R. (2002). *Abaixo do Equador*: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.

PETCHESKY, R. (1999). Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. IN. PARKER, R. & BARBOSA, R. (ORG). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ.

PHILLIPS, A. (2001). De uma política de idéias a uma política de presença? In *Revista de Estudos Feministas*. Ano 9. 2º Semestre.

PIERUCCI, A. (1998). Ciladas da diferença. São Paulo: Editora 34.

PIMENTEL, A. (2001). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. In. *Cadernos de Pesquisa*. Novembro.

PINTO, C. (2000) Para além da tolerância. Caderno CRH, Salvador, n. 32, 31-54, jan./jun.

POCAHI, F. & NARDI, H. (2007). Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(1): 280, janeiro-abril.

POGREBINSCHI, T. (2010). Participação como Representação: Conferências Nacionais e Políticas Públicas para Grupos Sociais Minoritários no Brasil. Paper apresentado no Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu.

_____. (2005). Pragmatismo – teoria social e política. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

POLLETTA, f. & JASPER, J. (2001). Collective Identity and Social Movements. *Annual Review of Sociology*, 27.

PRADO, M. & COSTA, F. (2011). Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. In *Revista Sociedade e Estado*, v. 26.

PRADO, M. & MACHADO, F. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez Editora.

PRADO, M. & SOUZA, T. (2001). Problematizando discursos contemporaneos sobre as formações identitárias. In *Revista IDEA*, a.16, n. 36.

PRADO, M. (2000). (Des) Razão: Sujeitos da Consciência e Políticas de Identificação: mapa teórico sobre as ações coletivas. *Tese (Doutorado em Psicologia Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo.

_____. (2001). Psicologia Política e Ação Coletiva. *Revista Psicologia Política* / Sociedade Brasileira de Psicologia Política – v.1., no 1 – (Jan./Jun. 2001).

_____. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. In *Psicologia em Revista*. Instituto de Psicologia PUCMINAS. Belo Horizonte. Vol. I, nº11 – (Jun. 2002).

_____. (2004). Psicologia Política e Direitos Humanos: Tensões da relação Indivíduo e bem comum. In. GUERRA, A.M.C.; KIND, L; AFONSO, L & PRADO, M.A.M. (ORG). *Psicologia Social e Direitos Humanos*. (pp. 65-75). Belo Horizonte: Abrapso.

PRADO, M., RODRIGUES, C. & MACHADO, V. (2005). A 8ª Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte - Projeto Experimental de Caracterização dos Participantes da Parada GLBT de Belô. *Relatório de Pesquisa do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais*.

_____. (2006). *Participação, Política e Homossexualidade: 8ª Parada GLBT de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

PRADO, M.; MACHADO, F. & CARMONA, A. (2009). Reflexões sobre a luta pela formalização e tradução da igualdade nas fronteiras indefinidas do Estado contemporâneo: radicalização e/ou neutralização do conflito democrático? *Interface: a journal for and about social movements.* Volume 1 (2): 134 - 165 (Novembro).

PRADO, M.; MARTINS, D. & ROCHA, L. (2009). O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. *Revista Bagoas*. v3. n4.

PRADO, M.; MOUNTIAN, I.; MACHADO, F. & SOUZA, L. (2010). Los movimientos LGBT y las luchas por La democratización de las jerarquías sexuales en Brasil. In *Revista Digital Universitaria*. v. 11 n. 7. Disponível em http://www.revista.unam.mx/vol.11/num7/art68/index.html.

PRADO, M.; TORRES, M.; MACHADO, F. & COSTA, F. (2009). In MAYORGA, C.; RASERA, E. & PEREIRA, M. *Psicologia Social: Sobre Desigualdades e Enfrentamentos*. Curitiba: Juruá.

QUEIROZ, R. (ORG) (2006). *A criminalização dos movimentos sociais no Brasil: relatório de casos exemplares.* Brasília: MNDH; Passo Fundo: IFIBE, 2006.

QUIJANO A (2005). Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In LANDER E. (Org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO.

RAMOS FILHO, E. (2012). A substituição da reforma agrária por programas de combate à pobreza e à miséria ou a contrarreforma agrária no Brasil. In *Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.* Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro.

RAMOS, S. & CARRARA, S. (2006). A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. In *Physis*. vol.16 no.2 Rio de Janeiro.

RAMOS, S. (2007) Respostas brasileiras à violência e novas mediações:o caso do Grupo Cultural AfroReggae e a experiência do projeto Juventude e Polícia. *In Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup).
_____. (2005). Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In*:* GROSSI, M. et Al. (2005) *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond.
_____. (2004). O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. In *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(4):1067-1078.

RANCIÈRE, J. (2011). *El Tiempo de La Igualdad: Diálogos sobre política y estética*. Barcelona: Herder.
_____. (2011b) *Momentos políticos.* Madrid: Clave Intelectual.
_____. (2010). *El desacuerdo: Política y filosofía*. Buenos Aires: Nueva Visión.
_____. (2010b). *Política e Estética*.
_____. (2009). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.
_____. (2006). *Política, policía, democracia.* Santiago: LOM Ediciones.
_____.(2006b). *O Ódio à Democracia.* Lisboa: Mareantes Editora.
_____.(1996). O Dissenso. In: NOVAES, A. (Org.) A crise da razão. São Paulo: Minc-Funart/Companhia das Letras.

RANDERIA, S. (2003). Between cunning states and unaccountable international institutions: social movements and rights of local communities to common property resources. In *European Journal of Sociology*. v.44. n.1.

REBOREDO, L. A. (1983). A transformação de um bairro em uma comunidade. Um estudo de Psicologia Social do cotidiano, *Dissertação de Mestrado, Programa de Psicologia Social*, PUC-SP.

REIS, E. (2009). Militâncias, Alianças e Ocupação de Cargos Políticos Não-Eletivos. In Cadernos Ceru, série 2, v. 20, n. 1.

RENNÓ, L. (2003). Estruturas De Oportunidade Política E Engajamento Em Organizações Da Sociedade Civil: Um Estudo Comparado Sobre A América Latina. *In Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 21, p. 71-82, Nov.

RICCI, R. (2006). Dilemas dos Movimentos Sociais e Organizações Populares em Minas Gerais. In. *Revista Espaço Acadêmico*. N. 59. Abril. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/059/59ricci.htm.
_____. (2010). *Lulismo: da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira.* Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Fundação Astrojildo Pereira

RIDENTI, M. (2006). A segunda eleição de Lula. Trabalho apresentado no Festival de História Contemporânea de Varchi, em Frascati, Itália. Disponível em http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/ixedicao/OBSERVANORDESTE_IX_Edicao_texto_BR_rev.pdf. Acessado em fevereiro de 2012.
_____. (2001). Intelectuais e romantismo revolucionário. *São Paulo Perspec*. vol. 15, no. 2.

RODRIGUES, C. (2006). As fronteiras Entre Raça e Gênero na Cena Pública Brasileira: um Estudo da Construção da Identidade Coletiva do Movimento de Mulheres Negras. *Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.*

RODRIGUES, J. (2008). Conferência Nacional GLBT: o que queremos? In *Site e Revista A Capa*. Disponível em: http://acapa.virgula.uol.com.br/blogs/Post.aspx?codsubcat=28&codigo=4350

RUBIN, G. (1989). Reflexionando Sobre el Sexo: Notas para uma Teoría Radical de la Sexualidad. Em C. Vance (org). *Placer y Peligro: Explorando la Sexualidad Femenina* (pp. 113-190). Madrid: Revolución.

SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiência, fala e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo 1970/1980.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SAFATLE, V. (2013). Os impasses do lulismo. In Carta Capital, 07 de janeiro de 2013. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/politica/os-impasses-do-lulismo/

SAMUELS, D. (2007). Brazilian Democracy under Lula and the PT. In DOMINGUEZ, J. & SHIFTER, M. *Constructing Democratic Governance in Latin America*.
_____. (2004). "From Socialism to Social Democracy? The Evolution of the Workers' Party in Brazil." In *Comparative Political Studies* 37(9): 999-1024.

SANDOVAL, S. (2000). O Que Há de Novo na Psicologia Social Latino-Americana. In: Campos; R. & Guareaschi, P. (Org.). *Paradigmas em Psicologia Social: A Perspectiva Lartino-Americana.* 1 ed. Petropolis: Editora Vozes. v. 1, p. 101-109.
_____. (1997). O Comportamento Político Como Campo Interdisciplinar de Conhecimento: A Re-Aproximação da Sociologia e da Psicologia Social. In Camino, L. , Louise, L. & Sandoval, S. (eds) *Estudos em Comportamento Político*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
_____. (1989). A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. *Educação e Sociedade*, 10(34), p. 122-129, 1989.

SANSON, C. (2008). O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil. In *Criminalización y derechos humanos*. OSAL.

SANTOS, A. C. (2003). Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação. In SANTOS, B. S.(ORG) (2003) *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, B. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência Pós-moderna. In. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo, v.2, n. 2, maio/agosto, 1988: 46-71.

SANTOS, G. (2006). Estado, projetos políticos e trajetórias individuais: um Estudo com as lideranças homossexuais na cidade de São Paulo. *Dissertação de Mestrado*. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

SANTOS, L. (2012). Gradientes Hierárquicos 'na Balada': Etnografia, Corpos e Sociabilidades nas Boates GLS de Belo Horizonte. *Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais.*

SÁ-SILVA, j., ALMEIDA, C. & GUINDANI, J. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. v.1. n.1.

SASS, O. (2004). *Crítica da razão solitária: a psicologia social de George Herbert Mead*. São Paulo: EDITORA: EDUSF.

SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (1987). *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.

SCHERER-WARREN, I. (1993). *Redes de Movimentos Sociais.* São Paulo: Loyola.
_____. (1999). *Cidadania sem fonteiras. Ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Editora Hucitec.
SCOTT, J. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril.
_____. (1999). Experiência. In SILVA, A.; LAGO, M. & RAMOS, T. (org). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres.

SCHMITT, C. (1992). *O Conceito do Político*. Petrópolis: Vozes.

SENRA, S. (2001). Mídia, política e intimidade: permutas entre a esfera pública e a imagem na era Collor. In D`INCAO, M. (org.). *O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Editora Cortez.

SEYFERTH , G. (1993). Identidade Étnica, Assimilação E Cidadania: A Imigração Alemã E O Estado Brasileiro. In Trabalho apresentado no *XVII Encontro Anual da ANPOCS.* Caxambu, MG, 22-25 de outubro.

SHIROMA, E., CAMPOS, R. & GARCIA, R. (2005). Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. In *Perspectiva*. v. 23, n. 02.

SILVA, E, & ANDRADE, C. (2009). A Política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades. *In* CASTRO, J.; AQUINO, L. & ANDRADE, C. (orgs). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea.

SILVA, F. & CALDAS, N. (2007). Identidades e práticas articulatórias dos "movimentos gays": a disseminação das "Paradas Gays" no Estado do Alagoas.

Trabalho apresentado no II Seminário Nacional de Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007. Florianópolis, SC.

SILVA, M. & OLIVEIRA, G. (2011). A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In *Sociologias*, a. 13, n. 28.

SILVA, S. (2006). Gestão da educação nos anos 90: equidade e conservadorismo. In: FERREIRA, N. (Org.). Políticas *Públicas e Gestão da Educação:*. Brasília: Líber Editora.

SILVA, V. (2010). As Conferências Públicas Nacionais como forma de inclusão política: alguns determinantes da capacidade inclusiva desses espaços de participação e deliberação. *Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.*

SIMIONATTO, I., COSTA, C., AZEVEDO, D., MENDES, K. VERA, H. & RIBEIRO, I. (2011). Estado, sociedade civil e lutas sociais: uma análise Gramsciana do Brasil no período de 2003-2010.

SINGER, A. (2010). O Lulismo e seu futuro. In *Piauí*. n. 49.
_____. (2009). Raízes sociais e Ideológicas do Lulismo. In *Novos Estudos*. n. 83. novembro.

SNOW, D. (2001). Collective Identity and Expressive Forms. *Center for the Study of Democracy*, UC Irvine. 10-01-2001. Disponível em: http://escholarship.org/uc/item/2zn1t7bj.

SOUZA, J. (2003). A construção social da subcidadania. In: *A construção social da subcidadania. Para uma sociologia da modernidade periférica.*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
_____. (1995). Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. In: *Lua Nova* no.65. São Paulo. Maio/Agosto.

SOUZA, T. (1998). Mundo Contemporâneo e Totalitarismo: Os Limites da Diferença. Formações Identitárias de Grupos Skinheads no Brasil e na Itália. *Tese de Doutorado. Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*.

SPOSITO, M. & CARRANO, P. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, O. (editor): *Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.

STOER, S. (2002). Educação e globalização: Entre regulação e emancipação. In. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 67-97, Out.

TARROW, S. (1998). *Power in movement: Social Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge: Cambridge Press.

TAYLOR, S. & BOGDAN, R. (1997). *Introduction to Qualitative Research Methods. A Guidebook and Resource*. New York: John Wiley & Sons, Inc.

TEIXEIRA, A. (2007). Conselhos Nacionais: participação ou apaziguamento de conflitos? In FREITAS, M. (org). *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – Agosto de 2005 à Março de 2007*. Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa.

TEJERINA, B. (2011). *La Sociedad Imaginada: Movimientos Sociales y cambio cultural en España*. Madrid: Editorial Trotra.

_____. (2005). Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 72, p. 67-97, Out.

TEJERINA, B.; ALBENIZ, I.; CAVIA, B. SEGUELL, A. IZAOLA, A. (2006). O Movimento Pela Justiça Global na Espanha: Ativistas, identidade e cartografia política da alterglobalização. In *Sociedade e Estado*. v.21. n.1.

TERTO JR., V. (1999). Essencialismo e construtivismo social: limites e possibilidades para o estudo da homossexualidade. In *Scientia Sexualis*, a.V, n. 2.

THERBORN, G. (2008). Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades. In GENTILLI, P. (Org.). *Globalização Excludente: Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis/RJ: Vozes.

TILLY, C. (2000). La desigualdad persistente. Buenos Aires: Manantial.

TOMMASI, L. (2012). Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5.

TORRES, M. (2005). A Vivência Homossexual e a Igreja Católica: Poder e Resistência na Constituição das Identidades Sociais. *Dissertação de Mestrado.* Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais.

TOURAINE, A. (1988). *Return to the actor*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

TRINDADE, R. (2003). Significados sociais da homossexualidade masculina na era Aids. In: *Cadernos AEL*. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.

VAKALOULIS, M. (2005). Antagonismo social e ação coletiva. In LEHER, R. & SETÚBAL, M. *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez Editora.

VALVO, E. (s/d). Ontologías negativas. Rancière, Badiou, Laclau como pensadores de la política. Disponível em http://webiigg.sociales.uba.ar/iigg/jovenes_investigadores/5jornadasjovenes/EJE5/Teoria%20y%20politica/Lo%20Valvo.pdf. Acessado em julho de 2012.

VIANNA, A. & PARADA, M. (2002). Infância e nação em desfile: o Desfile da Juventude e a hora da Independência, 1936-1937. *In* LIMA, A. (ORG). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

VIANNA, A. (2002). Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. *In* LIMA, A. (ORG). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

VIDAL, P. (1986). Projeto de trabalho sobre o conceito de grupo na obra de Guattari e Deleuze. In BAREMBLITT, G. (ORG). Grupos - Teoria e Técnica. Rio de Janeiro: Ed. Graal/IBRAPSI.

WACQUANT, L. (2008). As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo.
_____. (2004). Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. In *Rev. Sociol. Polit*. n.23.
_____. (2003). *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan.
WALLERSTEIN, I. (2008). A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In GENTILLI, P. (Org.). *Globalização Excludente: Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis/RJ: Vozes.
_____. (2003). *Utopística ou As Decisões Históricas do Século XXI.* Petrópolis/RJ:Editora Vozes.
_____. (2002). *O fim do mundo como o concebemos*. Rio de Janeiro: Revan.

WOOD, E. (2005). Trabalho, classe e Estado no capitalismo global. In LEHER, R. & SETÚBAL, M. *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez Editora.

ZALUAR, A. (1994). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

ZUCCO JR, C. & CAMPELLO, D. (2008). A esquerda em um país democrático, globalizado e desigual: Uma análise do Brasil de Lula. In Moreira, C. et al (orgs.), *Perspectivas Analíticas Sobre Nuevos Gobiernos y Sociedad en America Latina*. Trilice, Montevideo.

APÊNDICE I – GUIA PARA ENTREVISTA COM INFORMANTES

1) Como você analisa as políticas (LGBT/Juventude) hoje?

2) Quais movimentos sociais tem tido um papel mais significativo? Por quê?

3) A postura do Estado tem sido positiva para a conquista das demandas dos movimentos sociais? Quais problemas você identifica nesta relação?

4) Quais órgãos governamentais tem centralizado estas políticas? Quais conflitos você identifica na gestão que estes órgãos têm desenvolvido?

5) Você conhece algum militante que foi trabalhar em órgão governamental?

6) Que documentos (publicações, sites, declarações) você considera mais importantes para uma avaliação das políticas (LGBT/Juventude) atual?

APÊNDICE II – GUIA PARA ENTREVISTA COM MILITANTES OU EX-MILITANTES QUE OCUPAM CARGOS NO GOVERNO

A) PERCURSO DE MILITÂNCIA:

1) Como começou sua trajetória política?

2) O que levou você a participar dos movimentos LGBT/Juventude? O que levou você a militar?

3) O que você acha que leva um individuo a ser militante (LGBT/Juventude)?

4) O que levou você a ocupar um lugar de liderança? Quais qualidades você pensa serem necessárias para alguém ocupar um lugar de liderança? O que mudou na sua vida sendo militante?

5) Como foi sua entrada no poder público? Como é ser militante e ocupar um cargo no governamental? Do ponto de vista pessoal, o que significou isto pra você?

6) Que ações, os movimentos sociais, podem realizar, a fim de conquistar bandeiras de luta?

7) Quais as principais dificuldades para o avanço nas conquistas do movimento? Quais são os principais adversários?

B) MOVIMENTO SOCIAL E ESTADO:

8) Fazendo um balanço geral da militância hoje, como você avalia a relação entre movimentos sociais e Estado? (se possível citar exemplos concretos)

9) Que diálogos os movimentos (LGBT/JUVENTUDE) conseguiram estabelecer com as instituições governamentais? Como foram conquistados? Que tipos de financiamentos o Estado tem oferecido? Como foram conquistados

10) Que benefícios essas relações trazem para o alcance dos objetivos do movimento? Como você acha que isto influencia a dinâmica dos grupos organizados?

11) Você identifica algum problema nesta proximidade dos movimentos com o Estado? Existem diferenças entre os diversos segmentos internos ao movimento (L, G, B e T; Jovens negros, pobres, grupos culturais)?

12) Você já sentiu que o movimento já foi prejudicado por conta dessa aproximação com o Estado? O financiamento de ações pelo Estado acarreta alguma limitação para o movimento?

13) O grupo passou a ser menos crítico com relação ao Estado? E você, como se coloca diante desta situação?

C) NOÇÃO DE MUDANÇA SOCIAL E O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS

14) Como você acha que vai ocorrer uma transformação da sociedade para uma realidade social mais justa? Como os movimentos sociais podem contribuir para isso? O que os movimentos sociais conquistaram em direção a esta transformação?

15) Como você observa as articulações entre as demandas do movimento (LGBT/Juventudes) e as demandas dos diversos movimentos sociais atuais (mulheres, negros etc.)?

16) Como o movimento tem se relacionado com o combate a desigualdade social? Como estas questões aparecem nos diálogos dentro do Estado? (Cultura/identidade/economia)